ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLI Nº 164

Brasília - DF, quarta-feira, 27 de agosto de 2014

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 6
Ministério da Cultura 9
Ministério da Defesa 14
Ministério da Educação 16
Ministério da Fazenda 16
Ministério da Integração Nacional 75
Ministério da Justiça 77
Ministério da Pesca e Aquicultura 84
Ministério da Previdência Social 84
Ministério da Saúde 85
Ministério das Comunicações 93
Ministério de Minas e Energia 106
Ministério do Desenvolvimento Agrário 119
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 119
Ministério do Esporte 121
Ministério do Meio Ambiente 123
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 123
Ministério do Trabalho e Emprego 126
Ministério dos Transportes 128
Conselho Nacional do Ministério Público 128
Ministério Público da União 130
Tribunal de Contas da União 131
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 169

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.024, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros do Ministério Público da União e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a gratificação por exercício cumulativo de ofícios no âmbito do Ministério Público da União.

Art. 2º A gratificaçao será devida aos membros do Ministério Público da União que forem designados em substituição, na forma do regulamento, desde que a designação importe acumulação de ofícios por período superior a 3 (três) dias úteis.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

§ 1º O disposto no **caput** aplica-se também às hipóteses de acumulação decorrentes de vacância de ofícios.

§ 2º A percepção da gratificação referida no art. 1º dar-se-á sem prejuízo das outras vantagens cabíveis previstas em lei.

§ 3º As designações previstas no **caput** deverão recair em membro específico, vedados o pagamento em caso de designação simultânea e o rateio da gratificação.

§ 4º Em situações excepcionais, o Procurador-Geral do respectivo ramo do Ministério Público da União poderá, justificadamente, determinar a redistribuição dos feitos vinculados ao ofício, cujo titular estiver afastado, para 2 (dois) ou mais membros do Ministério Público da União, hipótese em que não será devida a gratificação prevista no art. 1º.

Art. 3º O valor da gratificação corresponderá a 1/3 (um terço) do subsídio do membro designado à substituição para cada 30 (trinta) dias de exercício de designação cumulativa e será pago **pro rata tempore**.

Art. 4º Não farão jus à percepção da gratificação o Vice-Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral Eleitoral, o Vice-Procurador-Geral do Trabalho, o Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar e o Vice-Procurador-Geral de Justiça pelo exercício das funções típicas afetas aos respectivos Procuradores-Gerais.

Art. 5º Não será devida a gratificação nas seguintes hipóteses:

I - substituição em feitos determinados;

II - atuação conjunta de membros do Ministério Público da União;

III - atuação em regime de plantão;

IV - atuação em ofícios durante o período de férias coletivas;

V - atuação durante o período de gozo do abono pecuniário previsto no § 3º do art. 220, segunda parte, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

Parágrafo único. A gratificação prevista no art. 1º não será devida ao Promotor de Justiça Adjunto, salvo quando, tendo sido designado para ofício de Promotoria de Justiça, acumular, no mesmo período, também em razão de designação, um segundo ofício.

Art. 6º Não será designado para atuação em substituição o membro do Ministério Público da União que, por qualquer motivo, tiver reduzida sua carga de trabalho por decisão dos órgãos da administração superior de qualquer dos ramos.

Art. 7º As substituições previstas nos arts. 47, 110 e 143 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, não importarão acumulação de ofícios.

Art. 8º A substituição que importe acumulação de ofícios dar-se-á no âmbito da mesma unidade em qualquer dos níveis das Carreiras.

Parágrafo único. As substituições que importarem acumulação de ofícios serão efetivadas dentro dos mesmos níveis das Carreiras ou entre os membros que, apesar de pertencerem a níveis diversos, estejam lotados na mesma unidade.

Art. 9º Caso a designação para substituição importe deslocamento do membro do Ministério Público da União de sua sede funcional, não será admitida a acumulação das atribuições em substituição com aquelas afetas ao ofício originário.

Parágrafo único. Admitir-se-á a acumulação de ofícios com deslocamento ocasional de membro do Ministério Público da União nas unidades situadas dentro da mesma zona metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por Municípios limítrofes e regularmente instituídas e, ainda, naquelas definidas em regulamento como de atuação concentrada em polos.

Art. 10. Ficam criados ofícios em número correspondente ao de cargos de membros criados por lei para cada um dos ramos do Ministério Público da União em todos os níveis das Carreiras.

Art. 11. Para os efeitos desta Lei, considera-se ofício a menor unidade de atuação funcional individual no âmbito do Ministério Público da União, com sede na respectiva unidade de lotação.

Art. 12. São considerados providos os ofícios atualmente ocupados por membros do Ministério Público da União.

Art. 13. Para os efeitos desta Lei, são considerados vagos os ofícios em número equivalente, por unidade, ao máximo de membros do Ministério Público da União que ali já tiveram lotação, não se admitindo a divisão das unidades em ofícios com base na previsão de lotação máxima de membros.

Art. 14. O Procurador-Geral da República, como chefe do Ministério Público da União, fixará diretrizes para o cumprimento do disposto nesta Lei no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua entrada em vigor, nos termos do inciso XIII do art. 26 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

Art. 15. As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público da União.

Art. 16. A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 17. (VETADO).

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de sua regulamentação na forma do art. 14.

Brasília, 26 de agosto de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Guido Mantega
Miriam Belchior
Luís Inácio Lucena Adams

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 249, de 26 de agosto de 2014.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 2.201, de 2011 (nº 6/14 no Senado Federal), que "Institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros do Ministério Público da União e dá outras providências".

Ouvidos, os Ministérios da Justiça, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 17

"Art. 17. Aplica-se o disposto nesta Lei à magistratura da União, quando se der acumulação de juízo ou acervo processual ou função administrativa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. As despesas resultantes da aplicação deste artigo correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Judiciário da União."

Razões do veto

"O dispositivo não atende à determinação contida no art. 169 da Constituição, pois, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor, não foi objeto de autorização específica no Anexo V da Lei Orçamentária de 2014 (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014). Além disso, a geração de despesa obrigatória de caráter continuado sem a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e sem a demonstração da origem de recursos para seu custeio encontra óbice na Lei de Responsabilidade Fiscal."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 250, de 26 de agosto de 2014.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 104, de 2014 - Complementar (nº 397/14 - Complementar na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal; altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto ao projeto de lei complementar pelas seguintes razões:

"Embora se reconheça o esforço de construção de um texto mais criterioso, a proposta não afasta o problema da responsabilidade fiscal na federação. Depreende-se que haverá aumento de despesas com as novas estruturas municipais sem que haja a correspondente geração de novas receitas. Mantidos os atuais critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, o desmembramento de um Município causa desequilíbrio de recursos dentro do seu Estado, acarretando dificuldades financeiras não gerenciáveis para os Municípios já existentes."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 25 de agosto de 2014

Entidade: AC CACB
CNPJ: 34.270.694/0001-07
Processo Nº: 00100.000202/2014-37

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 48/51), RECEBO as solicitações de credenciamento da CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL - CACB., para operar como Autoridade Certificadora de 2º nível (AC CACB RFB), e Autoridade de Registro - AR (AR CACB), na cadeia da AC RFB. Recebo, também, a solicitação de credenciamento da empresa CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A. como Prestadores de Serviço de Suporte - PSS operacionalmente vinculados à AC em tela, tudo isso com fulcro no item 2.2.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7/2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Em 26 de agosto de 2014

Entidade: AR CERTISIGN, vinculada à AC OAB
Processo nº: 00100.000280/2008-93

Acolhe-se a Nota nº 519/2014/DSB/PFE-ITI/PGF/AGU que opina pelo deferimento do pedido de credenciamento de nova Instalação Técnica da AR CERTISIGN, vinculada à AC OAB, localizada na Rua Doutor Gilberto Studart, 55, Sala 1108, 1109, 1110 e 1111, Bairro Coco, Fortaleza-CE, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 3.2.1.2, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Entidade: AR ARPEN SP, vinculada à AC BR RFB
Processo nº :00100.000126/2008-11

Acolhe-se a Nota nº 557/2014/DSB/PFE-ITI/PGF/AGU que opina pelo deferimento do pedido de credenciamento de nova Instalação Técnica da AR ARPEN SP, vinculada à AC BR RFB, localizada na Avenida John Kennedy, 82, Loja 24, Centro, Araruama-RJ, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 3.2.1.3, do DOC-ICP-03, defere-se os credenciamentos.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS REGIONAIS
UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM

DESPACHOS DO CHEFE
Em 4 de junho de 2014

Processo nº 50305.000172/2014-31
Nº 46 - **O CHEFE-SUBSTITUTO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final RETE nº 001/2014-AP-ODSE-021-14-UARBL, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado Nº 50305.000172/2014-31, instaurado em 13 de janeiro de 2014, de acordo com a Ordem de Serviço nº 021/2014-UARBL, decide por aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) à empresa S S BRELAZ - ME por cometimento do previsto no art. 20, inciso XXX, da Resolução n° 912/ANTAQ.

Este despacho entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

Em 6 de junho de 2014

Processo nº 50305.000456/2014-27
Nº 5 - **O CHEFE-SUBSTITUTO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, em observância ao procedimento ditado pela Lei nº 9.784/99 e Resolução nº 3.259-ANTAQ/2014, com base na análise dos fatos apurados no processo em epígrafe, instaurado pela ODSE-065-14-UARBL, consolidados no PATI-000017-2014-UARBL, decide: aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor total de R$ 500,00 (quinhentos reais) à empresa F. O. NOBRE - ME, por cometimento do previsto no art. 20, inciso XXXIII, da Norma aprovada pela Resolução nº 912/ANTAQ.

Este despacho entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

Processo nº 50305.000465/2014-18.
Nº 10 - **O CHEFE-SUBSTITUTO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, em observância ao procedimento ditado pela Lei nº 9.784/99 e Resolução nº 3.259-ANTAQ/2014, com base na análise dos fatos apurados no processo em epígrafe, instaurado pela ODSE-063-14-UARBL, consolidados no PATI-000005-2014-UARBL, decide: aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) à empresa REBELO & CIA. LTDA., por cometimento do previsto no art. 20, inciso XXX, da Norma aprovada pela Resolução nº 912/ANTAQ.

Este despacho entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

Em 9 de junho de 2014

Processo nº 50305.002618/2013-81
Nº 13 - **O CHEFE-SUBSTITUTO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, em observância ao procedimento ditado pela Lei nº 9.784/99 e Resolução nº 3.259-ANTAQ/2014, com base na análise dos fatos apurados no processo em epígrafe, instaurado pela ODSE-352-13-UARBL, consolidados no PATI-000011-2014-UARBL, decide: aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor total de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) à empresa MARQUES PINTO NAVEGAÇÃO LTDA., por cometimento do previsto no art. 20, inciso XXIV, da Norma aprovada pela Resolução nº 912/ANTAQ.

Este despacho entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

RONI PEREZ DE MELLO

Em 12 de junho de 2014

Processo nº 50305.000241/2014-14
Nº 53 - **O CHEFE-SUBSTITUTO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final RELA nº 001/2014-AP-ODSE-378-13-UARBL, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado Nº 50305.000241/2014-14, instaurado em 23 de dezembro de 2013, de acordo com a Ordem de Serviço nº 378/2013-UARBL, decide por aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) à empresa F. O. NOBRE - ME por cometimento do previsto no art. 20, inciso XXX, da Resolução n° 912/ANTAQ, sendo:

R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo cometimento do previsto no art. 20, inciso XXX, da Resolução nº 912/ANTAQ (infração cometida em setembro de 2013);

R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo cometimento do previsto no art. 20, inciso XXX, da Resolução nº 912/ANTAQ (infração cometida em outubro de 2013).

Este despacho entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

Processo nº 50305.002766/2013-03
Nº 54 - **O CHEFE-SUBSTITUTO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final RELA nº 001/2014-AP-ODSE-366-13-UARBL, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado Nº 50305.002766/2013-03, instaurado em 06 de dezembro de 2013, de acordo com a Ordem de Serviço nº 366/2013-UARBL, decide por aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) à empresa AMAZON NORTE TRANSPORTE E NAVEGAÇÃO LTDA. por cometimento do previsto no art. 20, incisos VI, VIII, IX, XIV e XIX, da Resolução n° 912/ANTAQ, sendo:

R$ 1.000,00 (um mil reais) pelo cometimento do previsto no art. 20, inciso VI, da Resolução nº 912/ANTAQ;

R$ 1.000,00 (um mil reais) pelo cometimento do previsto no art. 20, inciso VIII, da Resolução nº 912/ANTAQ;

R$ 1.000,00 (um mil reais) pelo cometimento do previsto no art. 20, inciso IX, da Resolução nº 912/ANTAQ;

R$ 2.000,00 (dois mil reais) pelo cometimento do previsto no art. 20, inciso XIV, da Resolução nº 912/ANTAQ;

R$ 2.000,00 (dois mil reais) pelo cometimento do previsto no art. 20, inciso XIX, da Resolução nº 912/ANTAQ.

Este despacho entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

PROIBIDA A VENDA E COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em 18 de junho de 2014

Processo nº 50305.000099/2014-05
Nº 60 - **O CHEFE-SUBSTITUTO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final RETE nº 001/2014-AP-ODSE-026-14-UARBL, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado Nº 50305.000099/2014-05, instaurado em 16 de janeiro de 2014, de acordo com a Ordem de Serviço nº 026/2014-UARBL, decide por aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) à empresa REBELO & CIA. LTDA. por cometimento do previsto no art. 20, inciso XXX, da Resolução n° 912/ANTAQ.

Este despacho entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

Em 27 de junho de 2014

Processo nº 50305.001028/2014-11
Nº 21 - **O CHEFE-SUBSTITUTO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, em observância ao procedimento ditado pela Lei nº 9.784/99 e Resolução nº 3.259-ANTAQ/2014, com base na análise dos fatos apurados no processo em epígrafe, instaurado pela ODSE-129-14-UARBL, consolidados no PATI-000030-2014-UARBL, decide: aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor total de R$ 3.000,00 (três mil reais) à empresa A. P.Oliveita - ME, por cometimento do previsto no art. 20, incisos XXI e XXX, da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ, sendo:

R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) pelo cometimento do previsto no art. 20, inciso XXX, da Resolução nº 912/ANTAQ;

R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo cometimento do previsto no art. 20, inciso XXI, da Resolução nº 912/ANTAQ.

Este despacho entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ DANIEL FERREIRA VEIGA

UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE MANAUS

DESPACHOS DO CHEFE
Em 16 de junho de 2014

Processo nº 50306.002795/2013-57.
Nº 14 - **A CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE MANAUS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos presentes no Processo de Fiscalização nº 50306.002269/2013-7 e apurados no Processo Administrativo Contencioso Simplificado nº 50306.002795/2013-57, instaurado em 26 de dezembro de 2014, de acordo com a Ordem de Serviço Nº 199/2013-UARMN, decide por aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA à EMPRESA AUTO POSTO BONS AMIGOS LTDA, CNPJ 06.015.395/0005-06, em razão do cometimento das infrações previstas no art. 24, incisos VI e XIII da Resolução n° 1558/209-ANTAQ.

Este despacho entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

Processo nº 50306.002502/2013-31
Nº 16 - **A CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE MANAUS - UARMN, DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos apurados no Processo Administrativo Contencioso Simplificado nº 50306.002502/2013-31, instaurado em 04 de novembro de 2013, por meio da Ordem de Serviço nº 179/2013-UARMN, decorrente do Auto de Infração nº 000176-7, decide por aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em desfavor da EMPRESA DE NAVEGAÇÃO A. R. TRANSPORTE LTDA - EPP, CNPJ 63.873.384/0001-77, em razão do cometimento da infração prevista no art. 20, inciso XXX da Resolução n° 912/2007-ANTAQ.

Este despacho entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

DANIELLE FELIPE DE CARVALHO

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIA Nº 2.007, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Classifica os aeroportos para fins de cobrança de tarifas aeroportuárias.

OS SUPERINTENDENTES DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO E DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso de suas atribuições que lhe conferem respectivamente pelos art. 39, inciso XLI, e art. 41, inciso XXVI, do Regimento Interno aprovado pela Resolução ANAC nº 110, de 15 de setembro de 2009, com as alterações posteriores, tendo em o disposto nos arts. 38, inciso I, do Regimento Interno mencionado, 28 do Anexo à Portaria nº 306/GC5, de 25 de março de 2003 e na Portaria nº 1592/GM5, de 7 de novembro de 1984, e considerando o que consta do processo nº 00065.087090/2014-94, resolvem:

Art. 1º Classificar os aeroportos, para fins específicos de cobrança de Tarifas Aeroportuárias, nas categorias a seguir:

1º CATEGORIA

Localidade	Indicador	Aeródromo	Estado
Belém	SBBE	Val de Cans/Júlio Cezar Ribeiro	PA
Belo Horizonte	SBCF	Tancredo Neves	MG
Curitiba	SBCT	Afonso Pena	PR
Florianópolis	SBFL	Hercílio Luz	SC
Fortaleza	SBFZ	Pinto Martins	CE
Maceió	SBMO	Zumbi dos Palmares	AL
Manaus	SBEG	Eduardo Gomes	AM
Porto Alegre	SBPA	Salgado Filho	RS
Recife	SBRF	Guararapes - Gilberto Freyre	PE
Rio de Janeiro	SBGL	Galeão - Antonio Carlos Jobim	RJ
Rio de Janeiro	SBRJ	Santos Dumont	RJ
Salvador	SBSV	Deputado Luís Eduardo Magalhães	BA
São Luís	SBSL	Marechal Cunha Machado	MA
São Paulo	SBSP	Congonhas	SP

2º CATEGORIA

Localidade	Indicador	Aeródromo	Estado
Altamira	SBHT	Altamira	PA
Aracaju	SBAR	Santa Maria	SE
Belo Horizonte	SBBH	Pampulha - Carlos Drummond de Andrade	MG
Boa Vista	SBBV	Atlas Brasil Cantanhede	RR
Cabo Frio	SBCB	Cabo Frio	RJ
Caldas Novas	SBCN	Caldas Novas	GO
Campina Grande	SBKG	Presidente João Suassuna	PB
Campos dos Goytacazes	SBCP	Bartolomeu Lisandro	RJ
Campo Grande	SBCG	Campo Grande	MS
Chapecó	SBCH	Chapecó	SC
Corumbá	SBCR	Corumbá	MS
Cuiabá	SBCY	Marechal Rondon	MT
Cruzeiro do Sul	SBCZ	Cruzeiro do Sul	AC
Dourados	SBDO	Dourados	MS
Foz do Iguaçu	SBFI	Cataratas	PR
Goiânia	SBGO	Santa Genoveva	GO
Ilhéus	SBIL	Bahia - Jorge Amado	BA
Imperatriz	SBIZ	Prefeito Renato Moreira	MA
João Pessoa	SBJP	Presidente Castro Pinto	PB
Joinville	SBJV	Lauro Carneiro de Loyola	SC
Juazeiro do Norte	SBJU	Orlando Bezerra de Menezes	CE
Juiz de Fora	SBJF	Francisco de Assis	MG
Juiz de Fora	SBZM	Regional da Zona da Mata	MG
Londrina	SBLO	Governador José Richa	PR
Macaé	SBME	Macaé	RJ
Macapá	SBMQ	Alberto Alcolumbre	AP
Marabá	SBMA	Marabá	PA
Maringá	SBMG	Regional de Maringá - Sílvio Name Júnior	PR
Montes Claros	SBMK	Mário Ribeiro	MG
Navegantes	SBNF	Ministro Victor Konder	SC
Palmas	SBPJ	Brigadeiro Lysias Rodrigues	TO
Parauapebas	SBCJ	Carajás	PA
Petrolina	SBPL	Senador Nilo Coelho	PE
Porto Seguro	SBPS	Porto Seguro	BA
Porto Velho	SBPV	Governador Jorge Teixeira de Oliveira	RO
Ribeirão Preto	SBRP	Leite Lopes	SP
Rio Branco	SBRB	Plácido de Castro	AC
Rio de Janeiro	SBJR	Jacarepaguá - Roberto Marinho	RJ
Santarém	SBSN	Maestro Wilson Fonseca	PA
Santa Maria	SBSM	Santa Maria	RS
São José do Rio Preto	SBSR	São José do Rio Preto	SP
São José dos Campos	SBSJ	Professor Urbano Ernesto Stumpf	SP
Tabatinga	SBTT	Tabatinga	AM
Teresina	SBTE	Senador Petrônio Portella	PI
Uberaba	SBUR	Mário de Almeida Franco	MG
Uberlândia	SBUL	Ten. - Cel. Av. César Bombonato	MG
Vitória	SBVT	Eurico de Aguiar Salles	ES

3º CATEGORIA

Localidade	Indicador	Aeródromo	Estado
Almeirim	SBMD	Monte Dourado	PA
Alta Floresta	SBAT	Aeroporto Piloto Osvaldo Marques Dias	MT
Araçatuba	SBAU	Araçatuba	SP
Araraquara	SBAQ	Araraquara	SP
Araxá	SBAX	Araxá	MG
Bagé	SBBG	Comandante Gustavo Kraemer	RS
Barreiras	SNBR	Barreiras	BA
Barretos	SNBA	Chafei Amsei	SP
Bauru	SBAE	Bauru-Arealva	SP
Bauru	SBBU	Bauru	SP
Belém	SBJC	Brigadeiro Protásio de Oliveira	PA
Bonito	SBDB	Bonito	MS
Cacoal	SSKW	Cacoal	RO
Cascavel	SBCA	Cascavel	PR
Caxias do Sul	SBCX	Campo dos Bugres	RS
Criciúma	SBCM	Forquilhinha - Criciúma	SC
Curitiba	SBBI	Bacacheri	PR
Divinópolis	SNDV	Divinópolis	MG
Fernando de Noronha	SBFN	Fernando de Noronha	PE
Franca	SIMK	Franca	SP
Governador Valadares	SBGV	Governador Valadares	MG
Ipatinga	SBIP	Usiminas	MG
Itaituba	SBIH	Itaituba	PA
Jaguaruna	SJJG	Regional Sul	SC
Ji-Paraná	SBJI	Ji-Paraná	RO
Jundiaí	SBJD	Jundiaí	SP
Lençóis	SBLE	Chapada Diamantina	BA
Marília	SBML	Marília	SP
Parintins	SWPI	Parintins	AM
Parnaíba	SBPB	Prefeito Doutor João Silva Filho	PI
Paulo Afonso	SBUF	Paulo Afonso	BA
Pelotas	SBPK	Pelotas	RS
Ponta Porã	SBPP	Ponta Porã	MS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Pouso Alegre	SNZA	Pouso Alegre	MG
Presidente Prudente	SBDN	Presidente Prudente	SP
Rio Grande	SJRG	Rio Grande	RS
Rondonópolis	SWRD	Rondonópolis	MT
São Carlos	SDSC	São Carlos	SP
São João Del Rei	SNJR	Prefeito Octávio de Almeida Neves	MG
São Paulo	SBMT	Campo de Marte	SP
Sorocaba	SDCO	Sorocaba	SP
Sinop	SWSI	Presidente João Batista Figueiredo	MT
Tefé	SBTF	Tefé	AM
Uruguaiana	SBUG	Rubem Berta	RS
Valença	SNVB	Valença	BA
Vitória da Conquista	SBQV	Vitória da Conquista	BA

4º CATEGORIA

Localidade	Indicador	Aeródromo	Estado
Alegrete	SSLT	Alegrete Novo	RS
Andradina	SDDN	Andradina	SP
Angra dos Reis	SDAG	Angra dos Reis	RJ
Apucarana	SSAP	Apucarana	PR
Araguaína	SWGN	Araguaína	TO
Arapongas	SSOG	Arapongas	PR
Arapoti	SSYA	Arapoti	PR
Assis	SNAX	Assis	SP
Avaré	SDRR	Avaré - Arandu	SP
Belo Horizonte	SBPR	Carlos Prates	MG
Blumenau	SSBL	Blumenau	SC
Bom Jesus da Lapa	SBLP	Bom Jesus da Lapa	BA
Botucatu	SDBK	Botucatu	SP
Bragança Paulista	SBBP	Aeroporto Estadual Arthur Siqueira	SP
Breves	SNVS	Breves	PA
Campinas	SDAM	Amarais	SP
Campo Grande	SSKG	Estância de Santa Maria	MS
Campo Mourão	SSKM	Campo Mourão	PR
Canavieiras	SNED	Canavieiras	BA
Canela	SSCN	Canela	RS
Carauari	SWCA	Carauari	AM
Carazinho	SSKZ	Carazinho	RS
Cianorte	SSCT	Cianorte	PR
Coari	SWKO	Coari	AM
Conceição do Araguaia	SBAA	Conceição do Araguaia	PA
Concórdia	SSCK	Concórdia	SC
Cornélio Procópio	SSCP	Cornélio Procópio	PR
Dracena	SDDR	Dracena	SP
Feira de Santana	SNJD	João Durval Carneiro	BA
Francisco Beltrão	SSFB	Francisco Beltrão	PR
Guaíra	SSGY	Guaíra	PR
Guanambi	SNGI	Guanambi	BA
Guarapari	SNGA	Guarapari	ES
Guarapuava	SBGU	Tancredo Thomas de Faria	PR
Guaratuba	SSGB	Guaratuba	PR
Gurupi	SWGI	Gurupi	TO
Irecê	SNIC	Irecê	BA
Itanhaém	SDIM	Itanhaém	SP
Itaperuna	SDUN	Itaperuna	RJ
Jequié	SNJK	Jequié	BA
Joaçaba	SSJA	Santa Terezinha	SC
Lages	SBLJ	Lages	SC
Lins	SWXQ	Lins	SP
Loanda	SSLO	Loanda	PR
Luziânia	SWUZ	Brigadeiro Araripe Macedo	GO
Marechal Cândido Rondon	SSCR	Marechal Cândido Rondon	PR
Medianeira	SSMD	Medianeira	PR
Mossoró	SBMS	Dix - Sept Rosado	RN
Ourinhos	SDOU	Ourinhos	SP
Palmas	SSPS	Palmas	PR
Paranaguá	SSPG	Paranaguá	PR
Paranavaí	SSPI	Paranavaí	PR
Passo Fundo	SBPF	Lauro Kurtz	RS
Pato Branco	SSPB	Pato Branco	PR
Penápolis	SDPN	Penápolis	SP
Piracicaba	SDPW	Piracicaba	SP
Poços de Caldas	SBPC	Poços de Caldas	MG
Ponta Grossa	SSZW	Ponta Grossa	PR
Porto Nacional	SBPN	Porto Nacional	TO
Prado	SNRD	Prado	BA
Redenção	SNDC	Redenção	PA
Resende	SDRS	Resende	RJ
Santa Rosa	SSZR	Santa Rosa	RS
Santo Ângelo	SBNM	Santo Ângelo	RS
São Félix do Xingu	SNFX	São Félix do Xingu	PA
São Lourenço	SNLO	São Lourenço	MG
São Manuel	SDNO	São Manuel	SP
São Miguel do Iguaçu	SSMY	São Miguel do Iguaçu	PR
São Miguel do Oeste	SSOE	São Miguel do Oeste	SC
Teixeira de Freitas	SNTF	Teixeira de Freitas	BA
Telêmaco Borba	SBTL	Telêmaco Borba	PR
Teófilo Otoni	SNTO	Juscelino Kubitschek	MG
Toledo	SBTD	Toledo	PR
Tupã	SDTP	Tupã	SP
Ubatuba	SDUB	Ubatuba	SP
Umuarama	SSUM	Umuarama	PR
União da Vitória	SSUV	União da Vitória	PR
Varginha	SBVG	Major Brigadeiro Trompowsky	MG
Videira	SSVI	Videira	SC
Vilhena	SBVH	Vilhena	RO
Votuporanga	SDVG	Votuporanga	SP

Parágrafo único. Os aeroportos constantes deste artigo poderão sofrer nova classificação em função de alterações posteriores em sua infraestrutura.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 1873/SRE/SIA, de 11 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 12 de agosto de 2014, Seção 1, página 5.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 10 (dez) dias úteis após sua publicação.

RICARDO BISINOTTO CATANANT
Superintendente de Regulação Econômica
e Acompanhamento de Mercado

FABIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI
Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária

SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
SECRETARIA DE RACIONALIZAÇÃO
E SIMPLIFICAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 4, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

A PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 7º do Decreto Federal nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, e tendo em vista a Instrução Normativa/DNRC nº 113, de 28 de abril de 2010, que dispõe sobre o processo de concessão de matrícula, seu cancelamento e a fiscalização da atividade de Leiloeiro Público Oficial e dá outras providências, resolve:

Matricular ALEXANDRE RODRIGO VELOSO, RG nº 27026289 SSP/SP, CPF nº 257.837.068-09, como Leiloeiro Público Oficial, sob o nº 67, conforme Processo nº 14/048981-9, protocolado na Junta Comercial do Distrito Federal em 24 de junho de 2014.

GISELA SIMIEMA CESCHIN

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 300, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.004762/2014-69, resolve:

Art. 1º Credenciar o Tecnovet - Laboratório Veterinário, nome empresarial M. Vieira Lopes - ME, CNPJ nº 13.292.553/0001-07, localizado na Rua Dom Pedro I, nº 2404, Bairro Centro, CEP: 76.950-000, Santa Luzia D'Oeste/RO, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE BARROS VALADÃO

PORTARIA Nº 301, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.005604/2014-26, resolve:

Art. 1º Credenciar a Empresa Nacional de Classificação e Análise Ltda. EPP, CNPJ nº 37.997.194/0001-51, localizada na QS 5, Lote 9B, Avenida Areal, Bairro Águas Claras, CEP: 71.955-000, Taguatinga/DF, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE BARROS VALADÃO

PORTARIA Nº 303, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.005383/2014-96, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Credenciar o Laboratório de Classificação Vegetal, da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/RS, CNPJ nº 89.161.475/0001-73, localizado na Avenida Farrapos, nº 285, Bairro Floresta, CEP: 90.220-004, Porto Alegre/RS, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE BARROS VALADÃO

PORTARIA Nº 304, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.005382/2014-41, resolve:

Art. 1º Credenciar a Central de Laboratórios da Agropecuária - CLA, da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S. A. EBDA, CNPJ nº 14.772.867/0001-70, localizada na Avenida Adhemar de Barros, nº 967, Bairro Ondina, CEP: 40.170-110, Salvador/BA, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE BARROS VALADÃO

PORTARIA Nº 305, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.005585/2014-38, resolve:

Art. 1º Credenciar o Núcleo de Classificação Vegetal, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, CNPJ nº 07.954.563/0001-68, localizado na Av. Bezerra de Menezes, nº 1820, Bairro São Gerardo, CEP: 60.325-901, Fortaleza/CE, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE BARROS VALADÃO

PORTARIA Nº 306, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.005381/2014-05, resolve:

Art. 1º Credenciar o CERTREM Centro Regional de Treinamento em Moagem e Panificação, nome empresarial SENAI Departamento Regional do Ceará, CNPJ nº 03.768.202/0003-38, localizado na Rua Benedito Macêdo, nº 77, Bairro Cais do Porto, CEP: 60.180-900, Fortaleza/CE, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE BARROS VALADÃO

PORTARIA Nº 307, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.005540/2014-63, resolve:

Art. 1º Credenciar o MAPI Laboratório Veterinário, nome empresarial F. C. Pires Marzola - ME, CNPJ nº 08.468.678/0001-05, localizado na Rua Fernando Lira, nº 36, Bairro Isaura Parente, CEP: 69.918-282, Rio Branco/AC, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE BARROS VALADÃO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 200, DE 21 DE AGOSTO DE 2014

O Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 428, de 09/06/2010 do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no DOU de 14/06/2010 e Decreto nº 7.127, de 05/03/2010 publicado no DOU de 08/03/2010 e com base na Instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013 publicada no DOU de 21/06/2013, Portaria Conjunta SFA-ES IDAF nº 02/2013, Instrução Normativa nº14, de 10 de junho de 2014, publicada no DOU de 11/06/2014 e processo 21018.001559/2014-41, resolve:

Habilitar sob o nº 096/ES o (a) Médico (a) Veterinário (a) Melina Simões Leão inscrito (a) no CRMV-ES nº 1793 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA aves nos municípios de Marechal Floriano e Domingos Martins, para propriedades relacionadas no respectivo processo, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

JOSÉ ARNALDO DE ALENCAR

PORTARIA Nº 202, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 428, de 09/06/2010 do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no DOU de 14/06/2010 e Decreto nº 7.127, de 05/03/2010 publicado no DOU de 08/03/2010 e com base na Instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013 publicada no DOU de 21/06/2013, Portaria Conjunta SFA-ES IDAF nº 02/2013, Instrução Normativa nº14, de 10 de junho de 2014, publicada no DOU de 11/06/2014 e processo 21018.001758/2014-50, resolve:

Habilitar sob o nº 099/ES o (a) Médico (a) Veterinário (a) José Francisco Kordas Rocha inscrito (a) no CRMV-ES nº 1579 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para saída de animais de eventos agropecuários realizados no Estado do Espírito Santo, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

JOSÉ ARNALDO DE ALENCAR

PORTARIA Nº 203, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 428, de 09/06/2010 do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no DOU de 14/06/2010 e Decreto nº 7.127, de 05/03/2010 publicado no DOU de 08/03/2010 e com base na Instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013 publicada no DOU de 21/06/2013, Portaria Conjunta SFA-ES IDAF nº 02/2013, Instrução Normativa nº14, de 10 de junho de 2014, publicada no DOU de 11/06/2014 e processo 21018.001759/2014-02, resolve:

Habilitar sob o nº 100/ES o (a) Médico (a) Veterinário (a) Karolline Esposte Barnabé inscrito (a) no CRMV-ES nº 1300 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para saída de animais de eventos agropecuários realizados no Estado do Espírito Santo, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

JOSÉ ARNALDO DE ALENCAR

PORTARIA Nº 204, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 428, de 09/06/2010 do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no DOU de 14/06/2010 e Decreto nº 7.127, de 05/03/2010 publicado no DOU de 08/03/2010 e com base na Instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013 publicada no DOU de 21/06/2013, Portaria Conjunta SFA-ES IDAF nº 02/2013, Instrução Normativa nº14, de 10 de junho de 2014, publicada no DOU de 11/06/2014 e processo 21018.001760/2014-29, resolve:

Habilitar sob o nº 101/ES o (a) Médico (a) Veterinário (a) Mirella dos Santos Adamkosky inscrito (a) no CRMV-ES nº 1771 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para saída de animais de eventos agropecuários realizados no Estado do Espírito Santo, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

JOSÉ ARNALDO DE ALENCAR

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIAS DE 20 DE AGOSTO DE 2014

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 428, de 09.06.2010 do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no D.O.U. de 14.06.2010 e Decreto nº 5.351 de 21.01.2005 publicado no D.O.U. de 14.01.2005 e com base na Instrução Normativa nº 22 de 20.06.2013 publicada no D.O.U. de 21.06.2013, resolve:

Nº 689 - HABILITAR o(a) Médico(a) Veterinário(a) MARCELA SANTOS BORGES, inscrito(a) no CRMV MG sob nº 8458, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SSA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

Nº 690 - HABILITAR o(a) Médico(a) Veterinário(a) SAMUEL ANDRADE PINTO, inscrito(a) no CRMV MG sob nº 13882, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SSA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

Nº 691 - HABILITAR o(a) Médico(a) Veterinário(a) MARIANA DO CARMO RESENDE, inscrito(a) no CRMV MG sob nº 8828, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SSA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

Nº 692 - HABILITAR o(a) Médico(a) Veterinário(a) DIEGO RUIZ DA SILVA SANTOS, inscrito(a) no CRMV MG sob nº 10492, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SSA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

Nº 693 - HABILITAR o(a) Médico(a) Veterinário(a) BRUNO PEREIRA BOTELHO, inscrito(a) no CRMV MG sob nº 4947, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SSA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

Nº 694 - HABILITAR o(a) Médico(a) Veterinário(a) DANIELA CAMPOLINA DE SOUZA, inscrito(a) no CRMV MG sob nº 13898, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SSA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

Nº 695 - HABILITAR o(a) Médico(a) Veterinário(a) ADRIANO VILELA DE ANDRADE, inscrito(a) no CRMV MG sob nº 3635, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SSA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

Nº 696 - HABILITAR o(a) Médico(a) Veterinário(a) RACHEL PETRACCONE CAIXETA, inscrito(a) no CRMV MG sob nº 10214, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SSA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

Nº 697 - HABILITAR o(a) Médico(a) Veterinário(a) SAULO HENRIQUE TEMPONI DOS SANTOS, inscrito(a) no CRMV MG sob nº 13711, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SSA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

MARCÍLIO DE SOUSA MAGALHÃES

PORTARIA Nº 3, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso XXII do artigo 44 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA Nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo 21028.003959/2013-91, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa Ambienthal Controle de Pragas Urbanas e em Grãos Armazenados Ltda-ME, CNPJ 13.909.655/0001-29, localizada à Rua Amélio da Silva Gomes, nº 202, Centro - Alfenas-MG, sob o número BR MG 0496, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os Tratamentos de Fumigação em Câmaras de Lona com Fosfina (FCL-Fosfina) e Fumigação em Contêineres com Fosfina (FEC-Fosfina).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade de 60 (sessenta) meses, conforme § único do Art. 2º - Anexo I da Instrução Normativa nº 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCÍLIO DE SOUSA MAGALHÃES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 888, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22, c/c o art. 50, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTI nº 01200.002984/2014-83, de 15 de julho de 2014, resolvem:

Art.1º Cancelar a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, concedida pela Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 544, de 03/07/2009, publicada em 06/07/2009, para a empresa Aeroeletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 88.031.539/0001-59.

Art. 2º Caso constatado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, ter havido fruição dos incentivos fiscais em desacordo com a legislação ou em período não coberto pela vigência da Portaria referida no art. 1º, a empresa deverá efetuar o ressarcimento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, que tiver deixado de recolher, nos termos do disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLELIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 889, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.000911/2013-76, de 19/3/2013, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Multitherm Sistemas e Automação Ltda. - EPP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 81.871.568/0001-80, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Aparelho para controle de fluxo de insumos em tanques de tratamento químico de têxteis, baseado em técnica digital; e

II - Controlador Lógico Programável.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.000911/2013-76, de 19/3/2013.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLELIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 890, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.004883/2013-66, de 9/10/2013, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa AG Indústria e Comércio de Placas Eletrônicas Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 07.620.567/0001-00, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Analisador digital de transmissão.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 986, de 22 de dezembro de 2006.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.004883/2013-66, de 9/10/2013.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLELIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 891, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.004741/2013-07, de 4/10/2013, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 81.778.920/0001-37, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Placas de Circuito impresso montadas para controlador microprocessado de temperatura (termostato eletrônico).

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.004741/2013-07, de 4/10/2013.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLELIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 892, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.002981/2013-69, de 16/7/2013, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa K-Mex Indústria Eletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 05.900.282/0001-05, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Aparelho para conexão de monitores de vídeo à Internet, por meio de rede sem fio.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 169, de 14 de março de 2006.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.002981/2013-69, de 16/7/2013.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLELIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 893, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.001567/2013-32, de 18/4/2013, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa 4S Informática Indústria e Comércio Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 79.647.087/0001-43, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Aparelho para armazenamento de sinais de áudio e vídeo, em tempo real, próprio para sistema de televisão, baseado em técnica digital; e

II - Aparelho de inserção de mensagens em sinal televisivo, baseado em técnica digital.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 992, de 18 de novembro de 2009.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.001567/2013-32, de 18/4/2013.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLELIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

PORTARIA Nº 120, DE 26 AGOSTO DE 2014

Aprova o Regulamento sobre procedimentos e definição de requisitos necessários ao requerimento, avaliação, expedição, controle, acompanhamento e fiscalização de licença para execução de atividades espaciais de lançamento no território brasileiro.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XIII do art. 3º da Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994, e tendo em vista o disposto no art. 7º da RESOLUÇÃO Nº 55/CSP/AEB, de 24 de outubro de 2001, resolve:

Art. 1º. Aprovar o Regulamento sobre procedimentos e definição de requisitos necessários ao requerimento, avaliação, expedição, controle, acompanhamento e fiscalização de licença para execução de atividades espaciais de lançamento no território brasileiro, na forma do anexo.

Art. 2º. A Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento - DTEL/AEB poderá baixar Instruções Complementares visando à execução das ações técnicas e administrativas referentes aos procedimentos para licença.

Art. 3º. Fica revogada a portaria AEB nº 27, de 20.06.2001.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSE RAIMUNDO BRAGA COELHO

ANEXO

Regulamento sobre procedimentos e definição de requisitos necessários ao requerimento, avaliação, expedição, controle, acompanhamento e fiscalização de licença para execução de atividades espaciais de lançamento no território brasileiro.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º À Agência Espacial Brasileira - AEB, autarquia federal, com natureza civil, criada pela Lei n.º 8.854, de 10 de fevereiro de 1994, compete a expedição de licença para a execução de atividades espaciais de lançamento no território brasileiro, bem como o controle, o acompanhamento e a fiscalização dessas atividades.

§ 1º Atividades Espaciais de Lançamento é o conjunto de ações associadas com o lançamento de satélites e demais tipos de cargas úteis, orbitais e suborbitais, por meio de veículos lançadores, compreendendo, além da preparação e da condução da operação, a elaboração de toda a documentação técnico-gerencial relativa ao lançamento.

§ 2º O disposto neste Regulamento não se aplica às atividades espaciais de lançamento que venham a ser executadas por órgãos ou entidades governamentais brasileiras.

Art. 2º Licença é o ato administrativo de competência da AEB, deferido por Ato do Presidente da AEB, outorgado a uma pessoa jurídica singular, associada ou consorciada, para a execução de atividades espaciais de lançamento no território brasileiro, em conformidade com as condições estabelecidas neste Regulamento.

§ 1º A licença poderá conter cláusulas restritivas ou condicionantes.

§ 2º Cada licença receberá um número de identificação para fins de controle, acompanhamento e fiscalização.

Art. 3º Para controlar, acompanhar e fiscalizar as atividades espaciais de lançamento da licenciada, à AEB é facultada a celebração de convênios com órgãos ou entidades públicas ou privadas ou, ainda, a contratação de terceiros para a prestação de serviços técnicos especializados, na forma da legislação pertinente.

Art. 4º O Presidente da AEB designará representante para supervisionar as atividades previstas no art. 3º, o qual poderá:

I - solicitar a apresentação de informações, dados, esclarecimentos, prestação de declarações, bem como relação dos compromissos assumidos, por meio de relatórios, formulários, laudos, termos e outros documentos julgados apropriados;

II - inspecionar locais de trabalho direta e indiretamente relacionados com as atividades espaciais de lançamento, assim como o cumprimento de requisitos previstos em legislação específica, quando for o caso;

III - lavrar laudos, atas de ocorrência e outros registros das apurações decorrentes de sua fiscalização, determinando a correção de falhas, omissões ou infringências de disposições legais e regulamentares;

IV - propor a aplicação de penalidades em razão da constatação de irregularidades, da existência de erros ou falhas ou da ocorrência de conflito com os interesses da ordem pública, e da segurança;

V - propor a instauração de processos administrativos para apuração de responsabilidades.

§ 1º O representante da AEB anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o desempenho da licenciada.

§ 2º As decisões ou providências que exorbitarem a competência do representante deverão ser propostas às autoridades competentes, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

§ 3º A AEB manterá o sigilo das informações obtidas em decorrência de sua fiscalização e assumirá o compromisso com a licenciada, seus associados, seus consorciados, prepostos e contratados, de não divulgá-las a terceiros, nem autorizar que o faça qualquer órgão ou entidade pública ou privada com ela contratada ou conveniada.

Art. 5º Para fins do disposto no art. 7º da RESOLUÇÃO CSP/AEB/Nº 51, de 26 de janeiro de 2001, considerar-se-á dano, a perda de vida, ferimentos pessoais ou outro prejuízo à saúde, perda de propriedade do Estado ou de pessoas físicas ou jurídicas ou danos sofridos por tais propriedades.

CAPÍTULO II

DA DOCUMENTAÇÃO E DA HABILITAÇÃO

Art. 6º Para efeitos de habilitação e deferimento da licença exigir-se-á da requerente, em especial, documentação relativa a:

I - personalidade jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal e trabalhista.

Parágrafo único. A licença somente será concedida a pessoas jurídicas, singulares, associadas ou consorciadas, com sede ou representação no Brasil, que sejam consideradas jurídica, técnica, e financeiramente habilitadas, por prazo fixado no próprio ato, levando-se em consideração o período de amortização dos investimentos que serão aplicados pela licenciada.

Art. 7º A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I - registro comercial, no caso de empresa individual;

II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

III - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

IV - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

V - comprovação de que a requerente tem representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

Art. 8º A documentação relativa à qualificação técnica, consistirá em:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

II - apresentação da proposta do projeto a ser executado;

III - comprovação de aptidão para o desempenho de atividades espaciais de lançamento a que se propõe, bem como da qualificação dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - declaração da interessada informando que tomou conhecimento das condições locais, inclusive das Normas e Procedimentos de Segurança estabelecidos pela AEB ou pelo Centro de Lançamento, e que se obriga a cumpri-los, na execução das atividades espaciais de lançamento propostas;

V - termo de assunção de compromisso de salvaguarda de transferência de tecnologia, nas condições determinadas pela autoridade competente do Governo Brasileiro.

Parágrafo único. A comprovação de aptidão referida no inciso III do caput deste artigo poderá ser feita por atestados, certidões ou quaisquer outros documentos idôneos e compatíveis com o objeto da licença.

Art. 9º A documentação relativa à qualificação econômico-financeira, consistirá em:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da requerente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

III - contratação de seguro para cobertura dos possíveis danos a terceiros, segundo o grau de risco das atividades a serem executadas pela requerente, quando for o caso, de acordo com o valor previamente fixado pela AEB;

§ 1º Como dado objetivo da qualificação econômico-financeira da requerente a AEB poderá exigir a comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido, em razão do vulto das atividades espaciais a que se propõe.

§ 2º No caso de pessoa jurídica recém-constituída, a comprovação de que trata o inciso I deste artigo poderá ser feita com a apresentação do seu balanço de abertura.

Art. 10. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consistirá em:

I - prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da pessoa jurídica, pertinente ao objeto da licença;

III - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

IV - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

Art. 11. No caso de participação de pessoas jurídicas associadas ou em consórcio, serão observados os seguintes aspectos:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição da associação ou do consórcio, subscrito pelas associadas ou consorciadas;

II - indicação da pessoa jurídica líder da associação ou do consórcio;

III - apresentação, por parte de cada associada ou consorciada, dos documentos exigidos nos art. 6º a 10, admitindo-se, para efeito de avaliação da qualificação, o conjunto da capacitação técnico-operacional e para efeito de capacidade financeira, o somatório dos valores comprovados pelas associadas ou consorciadas.

Parágrafo único. A pessoa jurídica líder da associação ou do consórcio é a responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes da outorga da licença, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais associadas ou consorciadas.

Art. 12. Quando a AEB julgar conveniente, poderá ser realizada consulta prévia aos respectivos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, quanto à existência de conflito com os interesses da segurança e da política externa em relação às atividades espaciais de lançamento propostas pela requerente.

Art. 13. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da AEB, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

Art. 14. As pessoas jurídicas estrangeiras, tanto quanto possível, atenderão às exigências da habilitação mediante a apresentação de documentos equivalentes.

§ 1º As pessoas jurídicas estrangeiras deverão apresentar declaração de seus respectivos países de origem de que estão licenciadas para realizar as atividades de lançamento, a que se propõem.

§ 2° Os documentos deverão ser apresentados em seu idioma original, devidamente autenticados, acompanhados de tradução por tradutor juramentado.

§ 3º Para a outorga de licença à pessoa jurídica estrangeira, a AEB poderá estabelecer como condição adicional a existência de acordo de salvaguarda de transferência de tecnologias entre o Governo de seu País de origem e o Governo brasileiro.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO PARA HABILITAÇÃO

Art. 15. O procedimento para concessão da licença será iniciado com a abertura de um processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo o requerimento e a documentação apresentada pela parte requerente, ao qual serão oportunamente juntados todos os demais atos e documentos pertinentes.

§ 1º A parte interessada deverá protocolar o seu requerimento na Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA) da AEB, dirigindo-o à Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento - DTEL/AEB.

§ 2º O requerimento da parte interessada deverá conter a descrição sucinta e clara do objeto da licença pretendida.

Art. 16. A habilitação será processada e julgada por uma Comissão Especial de Habilitação, com, no mínimo, 3 (três) membros, designada pelo Presidente da AEB, sendo pelo menos 2 (dois) deles, servidores qualificados pertencentes ao quadro da AEB ou de outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal.

Parágrafo único. Os membros da Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada na ata lavrada da reunião, na qual tenha sido tomada a decisão.

Art. 17. Compete à Comissão Especial de Habilitação:

I - examinar e julgar a documentação oferecida com o requerimento da parte interessada;

II - promover diligências destinadas ao esclarecimento ou complementação da instrução do processo, em qualquer fase do procedimento;

III - requerer pareceres técnicos ou jurídicos, sempre que o caso assim recomendar;

IV - submeter o processo ao Presidente da AEB, após o julgamento da habilitação.

§ 1º Os titulares das Diretorias integrantes da estrutura da AEB prestarão pleno apoio aos trabalhos da Comissão.

§ 2º Caberá à Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento atuar como secretaria técnica da Comissão.

§ 3º Se no prazo de até 90 (noventa) dias consecutivos da notificação de diligência esta não for atendida, o processo será automaticamente arquivado, sendo facultado à parte requerente, a qualquer tempo, protocolar novo requerimento de licença.

Art. 18. A licença para a execução de atividades espaciais no território brasileiro será expedida em até 30 (trinta) dias corridos após a data de sua habilitação pela Comissão Especial de Habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAPÍTULO IV

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 19. A execução de atividades espaciais de lançamento em desacordo ao disposto neste Regulamento tornará o infrator sujeito às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão temporária da licença;

III - revogação da licença.

§ 1º Para a aplicação de penalidades levar-se-ão em conta a gravidade da infração e os antecedentes da licenciada, mediante a apuração em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2° A aplicação de penalidade não eximirá o infrator da responsabilidade civil e penal eventualmente cabível pelas infrações cometidas.

Art. 20. A licença poderá ser suspensa ou revogada:

I - em caso de falência da licenciada;

II - se os serviços forem paralisados por período excedente a 6 (seis) meses por iniciativa da licenciada, sem justa causa e prévia comunicação à AEB;

III - se a licenciada exercer atividade diversa da que lhe tenha sido deferida;

IV - se a licenciada executar serviços de instalação ou de manutenção sem observância das leis brasileiras;

V - se, em processo administrativo, ficar comprovada a perda da aptidão técnica ou da capacidade financeira da licenciada para continuar executando as atividades para as quais tenha sido habilitada.

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 21. Caberá recurso à autoridade superior das decisões denegatórias da concessão ou modificação da licença, ou das que determinarem a sua suspensão e revogação ou, ainda, que impuserem qualquer penalidade, no prazo de vinte dias úteis, a contar da intimação do ato.

Art. 22. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro de vinte dias úteis, contado do recebimento do processo.

Art. 23. A intimação dos atos referidos no art. 21 dar-se-á mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presente o representante da parte interessada no ato em que foi adotada a decisão, quando se poderá adotar a intimação por comunicação direta.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. O ato administrativo relativo à expedição, denegação, alteração, suspensão, revogação ou anulação da licença ou de aplicação de penalidades previstas no art. 19 deste Regulamento será formalizado por meio de Ato do Presidente da AEB, publicado no DOU.

Art. 25. O Presidente da AEB fixará os valores de referência para a cobrança dos emolumentos para a outorga de licença, mediante Portaria publicada no Diário Oficial da União.

Art. 26. A AEB manterá um cadastro específico, preferencialmente informatizado, para fins de registro dos alvarás de licenças para a execução de atividades espaciais de lançamento no território brasileiro.

Art. 27. A expedição do ato de licenciamento, formalizado por meio de Ato do Presidente da AEB, publicado no DOU, deve gerar um alvará de licenciamento que deverá ser exibido nas dependências da licenciada.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR

Em 26 de junho de 2014

548ª Relação de Revalidação de Credenciamento - Lei 8.010/90

Entidade	Credenciamento	CNPJ
Fundação Universidade de Cruz Alta/Universidade de Cruz Alta	900.0309/1992	92.928.845/0001-60
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA	900.1022/2007	07.821.622/0001-20

LUIZ ALBERTO HORTA BARBOSA



Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 86, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece procedimentos para análise de prestação de contas de projetos culturais pendentes de conclusão até 31 de dezembro de 2011, relativos ao mecanismo de incentivos fiscais do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC.

A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA, no uso da atribuição prevista no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e com base nas disposições da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e do art. 6º do Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006,

CONSIDERANDO o princípio constitucional da eficiência e os princípios da racionalidade administrativa e da economia processual;

CONSIDERANDO o devido processo legal e os princípios da ampla defesa e do contraditório; e

CONSIDERANDO o disposto no Acórdão nº 1.385/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União, que determina que o Ministério da Cultura adote medidas para reduzir o elevado estoque de projetos culturais pendentes de análise conclusiva de prestação de contas, resolve:

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO

Art. 1º Esta portaria regula os procedimentos de análise da prestação de contas de projetos culturais com recursos captados por meio de incentivo fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC - previsto na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, cujas análises não estavam concluídas em 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Para aplicação desta portaria, serão consideradas, no que couber, as regras constantes da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, do Ministério da Cultura.

CAPÍTULO II

DA ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PROJETOS CULTURAIS

Seção I

Dos procedimentos e critérios de análise

Art. 3º A análise das prestações de contas de projetos financiados por meio de incentivos fiscais regidos pela Lei nº 8.313, de 1991, deverá considerar:

I - a execução do objeto, o alcance dos objetivos e finalidade pactuados proporcionais à captação de recursos para o projeto cultural; e

II - a regularidade das demonstrações financeiras, dos documentos comprobatórios das despesas e do nexo causal com o objeto pactuado.

§ 1º No que se refere ao inciso II deste artigo, fica autorizada a análise simplificada nos termos do Anexo a esta portaria, nos casos em que os recursos efetivamente captados sejam iguais ou inferiores a R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

§ 2º Não se aplicará a análise financeira mencionada no § 1º nos casos em que:

I - seja observado indício de aplicação irregular ou uso indevido dos recursos públicos;

II - haja demanda por parte do controle externo ou interno, bem como do Ministério Público da União, dos Estados ou do Distrito Federal; ou

III - haja denúncia ou representação junto ao Ministério da Cultura, até a conclusão pela sua improcedência.

§ 3º A aprovação da prestação de contas, na forma desta Portaria, não exclui a possibilidade de reanálise nos casos de denúncia ou representação sobre a inexecução do objeto ou desvio de finalidade, o que dará ensejo ao desarquivamento do processo para adoção dos procedimentos para o eventual ressarcimento ao erário.

Art. 4º As seguintes impropriedades ou falhas formais ensejarão tão somente ressalvas na análise das prestações de contas:

I - em relação ao cumprimento do objeto:

a) alterações do plano de distribuição ou nas medidas de democratização de acesso, sem a anuência do Ministério da Cultura, desde que não caracterizarem desvio da finalidade previamente aprovada ou descumprimento integral ou parcial do objeto;

b) alteração do nome do projeto no decorrer de sua execução, desde que a finalidade tenha sido alcançada;

c) não inclusão da logomarca do Ministério da Cultura na comunicação visual do projeto, o que ensejará advertência ao proponente para que o faça em seus futuros projetos culturais; e

d) não apresentação de autorização de exibição das obras audiovisuais integrantes de mostra ou festival objeto do projeto.

II - em relação à execução financeira:

a) remanejamento de despesas entre itens de orçamento do projeto cultural, desde que não tenham implicado desvio da finalidade previamente aprovada;

b) despesas com itens necessários à execução de projeto, mesmo que não previstos na planilha orçamentária aprovada, desde que não tenham implicado desvio de finalidade;

c) despesas realizadas fora do prazo de execução do projeto, desde que o fato gerador tenha ocorrido no prazo autorizado para a execução do projeto e a característica da despesa justifique pagamento posterior; e

d) utilização, no objeto do projeto, do produto de aplicação financeira dos recursos obtidos por meio do mecanismo de incentivo fiscais do PRONAC, ainda que o valor total executado ultrapasse o valor autorizado para captação.

§ 1º Na hipótese da alínea 'd' do inciso I, o proponente não fica eximido de cumprir o disposto na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

§ 2º As despesas administrativas relacionadas aos projetos aprovados na vigência do Decreto nº 5.761, de 2006, ficarão limitadas a quinze por cento do orçamento total.

Seção II

Das Diligências

Art. 5º As áreas técnicas do Ministério da Cultura poderão diligenciar a fim de solicitar documentos ou informações complementares durante todo o processo de análise da prestação de contas, devendo, para tanto, conceder ao proponente o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para resposta.

Parágrafo único. O prazo do caput poderá ser prorrogado pela área técnica uma única vez, por igual período, a pedido do proponente.

Seção III

Da proposta de mérito da prestação de contas

Art. 6º A prestação de contas do projeto cultural será considerada:

I - aprovada, quanto restarem evidenciadas:

a) a execução do objeto;

b) o alcance dos objetivos propostos; e

c) a adequada execução financeira, segundo os critérios de análise aplicáveis ao caso.

II - aprovada com ressalva, quando for constatada a existência de irregularidade que não configure hipótese de reprovação; ou

III - reprovada, nas hipóteses de:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) desvio da finalidade originalmente aprovada;

c) não atingimento dos objetivos aprovados; ou

d) infração de norma legal ou regulamentar na execução financeira do projeto que resulte em dano ao erário.

CAPÍTULO III

DO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO

Art. 7º Em qualquer caso de reprovação da prestação de contas será instaurado o competente processo de Tomadas de Contas Especial visando ao ressarcimento aos cofres do Tesouro Nacional.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA SUPLICY

ANEXO

PARTE I - ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DE OBJETO

A análise de cumprimento de objeto de projeto cultural se dividirá em três etapas, pautando-se nos termos da proposta aprovada pelo Ministério:

I - Análise da comprovação de execução, total ou parcial, do objeto pactuado;

II - Análise da comprovação do cumprimento das medidas de democratização de acesso e do plano de distribuição;

III - Análise da comprovação do cumprimento das medidas de acessibilidade.

A equipe técnica examinará os documentos encaminhados pelo proponente a fim de determinar se houve cumprimento do objeto pactuado, podendo solicitar informações e/ou documentos complementares durante a análise. O conjunto dessas aferições determinará o cumprimento parcial ou total do objeto.

Para fins de análise, sempre que a boa-fé do proponente for constatada, poderá ser usada em seu favor com fins de comprovação de cumprimento do objeto. A equipe técnica poderá se pautar, inclusive, em documentos e argumentos não constantes deste Anexo, cuja função é exemplificativa.

I - Análise da comprovação de execução, total ou parcial, do objeto pactuado.

Aceitar-se-ão um ou mais documentos, dentre os seguintes, com fins de comprovação de execução do objeto e de aferição da proporcionalidade entre o montante captado e executado:

I.I. Realização de apresentação teatral / circense/ exposição/ festival/ desfile de moda/ eventos culturais assemelhados diversos:

a) Clipping de imprensa, incluindo resenhas, críticas, programação cultural e outras menções ao evento publicadas na mídia;

b) Material de divulgação do evento, tais como release, pôster, panfleto, convite, etc.;

c) Registro audiovisual do evento (fotografias/filmagem).

Em se tratando de comprovação da realização de festival de qualquer modalidade artística/cultural, aceitar-se-ão igualmente programa oficial e/ ou cronograma do evento.

I.II. Edição de livro/ periódico/ CD/DVD:

a) Entrega de amostra física do livro/periódico/CD/DVD editados;

b) Clipping de imprensa, incluindo resenhas, críticas, programação cultural e outras menções ao produto que foram publicadas na mídia.

I.III. Realização de obras, tais como construção, reforma, restauro, modernização, etc.:

i) Com o fim de comprovar a execução da obra propriamente dita.

a) Registro audiovisual (fotografia/filmagem) da obra e/ou do bem construído, reformado, restaurado e/ou modernizado;

b) Relatório de medição e cópia do termo de aceitação definitiva da obra;

c) Parecer do IPHAN, IBRAM e/ou pareceristas ad hoc, atestando o cumprimento do objeto.

ii) Com o fim de comprovar a destinação cultural do produto da obra.

a) Declaração de entrega e de recebimento do bem cultural pelo proponente à entidade destinatária.

I.IV. Compra ou aluguel de equipamentos diversos:

i) Com o fim de comprovar a execução da compra ou aluguel propriamente dita.

a) Notas e comprovantes fiscais.

ii) Com o fim de comprovar a destinação cultural dos equipamentos adquiridos ou alugados.

a) Declaração de entrega e de recebimento do bem cultural pelo proponente à entidade.

I.V. Produção cinematográfica ou videofonográfica de curta ou média metragens:

Cópia da obra audiovisual (DVD, CD, DVDcam, HDcam. Mini DV, ou outro suporte que comprove a realização da obra);

Logomarca do Ministério nos créditos da obra;

Declaração do proponente de que possui a autorização dos titulares dos direitos autorais;

Material de divulgação da produção, tais como release, pôster, panfleto, convite, etc.;

Clipping de imprensa, incluindo resenhas, críticas, programação cultural e outras menções ao produto que foram publicadas na mídia.

I.VI. Exibição cinematográfica ou difusão de acervo audiovisual

Carta de anuência da personalidade retratada;

Relação das obras;

Material de divulgação da produção, tais como release, pôster, panfleto, convite, etc.;

Clipping de imprensa, incluindo resenhas, críticas, programação cultural e outras menções ao produto que foram publicadas na mídia.

I.VII. Realização de festival ou mostra audiovisual

a) Clipping de imprensa, incluindo resenhas, críticas, programação cultural e outras menções ao produto que foram publicadas na mídia.

b) Registro audiovisual (fotografia/filmagem) do evento;

c) Material de divulgação do evento, tais como release, pôster, panfleto, convite, etc.;

d) Programa oficial e/ ou cronograma do evento;

e) Listas de presença ou outros documentos comprobatórios da eventual realização de seminários, palestras e oficinas.

No caso de Festivais/Mostra com premiação, aceitar-se à o regulamento da premiação, com critérios da seleção e relação dos premiados, com o fim de comprovar a sua efetiva realização.

I.VIII. Aquisição de bens de infraestrutura técnica audiovisual em caráter permanente

a) Cotação prévia de preços no mercado;

b) Relação do material/equipamentos adquiridos e suas especificações;

c) Material de divulgação da aquisição, tais como release, pôster, panfleto, convite, etc.

I.IX. Formação audiovisual

Relatório final sobre o projeto pedagógico das oficinas, cotendo dados tais como relato sobre o atendimento dos objetivos gerais e específicos da proposta, carga horária, público, adequação da metodologia, material didático utilizado, conteúdos ministrados, etc.;

Se for o caso o produto final gerado nas oficinas;

Material de divulgação se for o caso (clipping, fotos, banner, cd, dvd etc).

No caso de formação com processo seletivo de participantes, aceitar-se à o respectivo regulamento e a relação dos selecionados com o fim de comprovar a efetiva realização da seleção.

I.X. Pesquisa audiovisual

Relatório final sobre a pesquisa, demonstrando o atendimento dos objetivos gerais e específicos da proposta aprovada.

I.XI. Doação de acervo audiovisual, construção de salas de cinema, manutenção de salas de cinema, construção de centro comunitário com sala de cinema ou manutenção de centro comunitário com sala de cinema

a) Relatório final demonstrando o atendimento dos objetivos gerais e específicos da proposta aprovada;

b) Documentação legal pertinente em cada caso;

c) Registro audiovisual (fotografia/filmagem) da obra e/ou do bem construído, reformado, restaurado e/ou modernizado;

d) Clipping de imprensa, incluindo resenhas, críticas, programação cultural e outras menções ao produto que foram publicadas na mídia;

e) Material de divulgação, tal como release, pôster, panfleto, convite, etc.

I.XII. Preservação de acervo audiovisual e/ou restauração de acervo audiovisual

Laudo técnico do estado de conservação das obras a serem restauradas, realizada por profissional especializado;

Laudo técnico final, após realizar a restauração ou preservação da obra;

Registro audiovisual (fotografia/filmagem) da obra e/ou do bem conservado ou restaurado;

Clipping de imprensa, incluindo resenhas, críticas, programação cultural e outras menções ao produto que foram publicadas na mídia;

Material de divulgação, tal como release, pôster, panfleto, convite, etc.

I.XIII. Produção de conteúdo para rádios e TVs, comerciais ou não

Mídia com gravação de todos os programas produzidos;

Amostra de no mínimo 20% do conteúdo produzido, anexada à lista completa dos programas produzidos, contendo especificações tais como tipo, nome, duração, periodicidade, etc.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Carta de interesse de emissora em veicular o conteúdo produzido;

Clipping de imprensa, incluindo resenhas, críticas, programação cultural e outras menções ao produto que foram publicadas na mídia;

Material de divulgação, tal como release, pôster, panfleto, convite, etc.

I.XIV. Projetos audiovisuais englobando diversas mídias

Cópia do contrato do sítio eletrônico ou portal, quando for o caso;

Relatório detalhado informando todo conteúdo, aplicativos, funcionalidades, entre outros, que fizeram parte do sítio eletrônico ou portal;

Imagem do sítio eletrônico ou portal;

Clipping de imprensa, incluindo resenhas, críticas, programação cultural e outras menções ao produto que foram publicadas na mídia;

Material de divulgação, tal como release, pôster, panfleto, convite, etc.

O disposto se aplica igualmente à produção de jogo eletrônico acessível por meio de sítio eletrônico/portal.

I.XV. Produção de obras seriadas para televisão

Documento relatando a estrutura e o formato do programa produzido, contendo sua duração, periodicidade e número de programas;

Cópia do produto final e um máster do produto para preservação na Cinemateca Brasileira;

Clipping de imprensa, incluindo resenhas, críticas, programação cultural e outras menções ao produto que foram publicadas na mídia;

Material de divulgação, tal como release, pôster, panfleto, convite, etc.

I.XVI. Distribuição cinematográfica

Comprovantes da distribuição, que especifiquem a quantidade entregue, as instituições beneficiadas e/ou público favorecido);

Cópia do produto final e um máster do produto para preservação na Cinemateca Brasileira;

Declaração por parte do proponente informando que possui a carta de anuência dos detentores de direitos das obras e/ou entrega da cópia das cartas de anuências;

Clipping de imprensa, incluindo resenhas, críticas, programação cultural e outras menções ao produto que foram publicadas na mídia;

Material de divulgação, tal como release, pôster, panfleto, convite, etc.

II - Análise da comprovação do cumprimento das medidas de democratização de acesso e do plano de distribuição:

Aceitar-se-ão um ou mais documentos, dentre os seguintes, com fins de comprovação do cumprimento das medidas de democratização de acesso e do plano de distribuição, quando a legislação assim o exigir:

II.I - Distribuição gratuita de ingressos de apresentação teatral / circense/ exposição/ festival/ desfile de moda/ eventos culturais assemelhados diversos:

a) Clipping de imprensa, incluindo resenhas, críticas, programação cultural e outras menções na mídia à gratuidade da distribuição dos ingressos do evento apoiado pelo MinC;

b) Menção à gratuidade expressa em material de divulgação do evento, tal como release, pôster, panfleto, convite, etc.

II.II - Distribuição gratuita de edição de livro/ CD /DVD/ outros materiais de natureza audiovisual:

a) Clipping de imprensa, incluindo resenhas, críticas e outras menções na mídia à gratuidade da distribuição do produto apoiado pelo MinC;

b) Menção à gratuidade expressa em material de divulgação do evento, tal como release, pôster, panfleto, convite, etc.;

c) Declaração do correio com indicação do PRONAC;

d) Recibo de postagem contendo o nome do destinatário e a quantidade de exemplares postados;

e) Declaração de recebimento do beneficiado e/ou carta de agradecimento;

f) Inscrição no próprio produto desta característica.

III - Análise da comprovação do cumprimento das medidas de acessibilidade

Aceitar-se-ão os seguintes documentos com fins de comprovação de cumprimento das medidas de acessibilidade, quando a legislação assim o exigir:

a) Fotos dos locais de realização do evento, por meio das quais seja possível aferir as adaptações exigidas;

b) Declaração do proponente de que o local de realização do evento é adaptado para receber portadores de necessidades especiais;

c) Menção em mídia impressa, mídia eletrônica ou website do cumprimento das medidas de acessibilidade do local onde se realizou o evento.

PARTE II - ANÁLISE FINANCEIRA

A análise financeira da prestação de contas do projeto cultural, baseada nas informações e nos documentos trazidos à época aos autos, será efetuada nos termos abaixo, cujos critérios elencados permitirão a aferição quanto à regularidade financeira. A existência de um dos documentos suprirá a necessidade do outro, considerando a ordem de análise, desde que o cotejamento possa ser realizado.

No caso de não apresentação dos documentos relativos à Prestação de Contas no tempo e modo devidos, a análise financeira será pela reprovação das contas e eventuais novos documentos enviados pelo proponente serão analisados exclusivamente conforme a alínea "c" abaixo.

O total da receita com captação informada pelo proponente terá sua conformidade atestada com o valor registrado no SALIC - Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura.

As despesas terão sua conformidade atestada pelo cotejamento do extrato bancário com as despesas havidas, demonstradas por meio dos documentos abaixo, na seguinte ordem de análise:

a) Relação de Pagamentos. A falta deste documento ou a inconsistência em algum de seus registros será suprida por:

b) Relatório de Execução da Receita e Despesa. A falta deste documento ou a inconsistência em algum de seus registros será suprida por:

c) Notas Fiscais, Recibos e demais comprovantes, nos quais serão verificados os seguintes itens:

Data da Emissão;

Descrição da despesa; e

Valor da despesa.

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 134, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 59/2014, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, Decreto nº 4.121, de 07/02/2002, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0014 - Introdução à Música do Sangue

Processo: 01580.033693/2012-48

Proponente: Matine Filmes Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 03.191.048/0001-12

Valor total aprovado: de R$ 1.419.550,80 para R$ 1.396.545,60

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.348.573,26 para R$ 964.718,32

Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 20.371-8

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 535, realizada em 19/08/2014.

Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0203 - Gaby Estrella - 2ª Temporada

Processo: 01580.029168/2014-90

Proponente: Panorâmica Comunicação Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 05.565.485/0001-84

Valor total aprovado: de R$ 7.121.609,00 para R$ 7.225.149,78

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00

Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 27.168-3

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 535, realizada em 19/08/2014.

Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 3º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente está autorizada a captar recursos através do art. 39, inciso X, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, introduzido pelo art. 14 da Lei nº. 10.454 de 13/05/ 2002.

14-0253 - Talentos a Mais - Celebridades Revelam

Processo: 01580.024251/2014-72

Proponente: Dogs Can Fly Conteúdos Audiovisuais Ltda.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 07.728.008/0001-18

Valor total aprovado: de R$ 450.796,50 para R$ 489.591,30

Valor aprovado no artigo 39 da MP 2.228/01: de R$ 428.146,50 para R$ 465.111,73

Banco: 001- agência: 2807-X conta corrente: 45.712-4

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 535, realizada em 19/08/2014.

Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 4º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos na forma prevista nos arts. 25 e 26 da Lei nº. 8.313, de 23/12/1991 e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0474 - Alma Imoral

Processo: 01580.044178/2010-21

Proponente: Caliban Produções Cinematográficas Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 27.651.181/0001-72

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 2.440.191,71 para R$ 1.124.253,18

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.318.182,11 para R$ 901.042,54

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 28.445-9

Valor aprovado no artigo 25 da Lei nº. 8.313/91: de R$ 1.000.000,00 para R$ 166.997,98

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 28.444-0

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 534, realizada em 14/08/2014.

Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DELIBERAÇÃO Nº 135, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 59/2014, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, Decreto nº 4.121, de 07/02/2002, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

12-0486 - O Grande Circo Místico

Processo: 01580.034157/2012-60

Proponente: Luz Mágica Produções Audiovisuais Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 73.586.513/0001-08

Valor total aprovado: de R$ 16.008.817,84 para R$ 15.932.917,84

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00

Banco: 001- agência: 1251-3 conta corrente: 36.973-X

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00

Banco: 001- agência: 1251-3 conta corrente: 39.227-8

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 534, realizada em 14/08/2014.

Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado.

03-0128 - 37-45, Os Golpes do Estado Novo

Processo: 00050.002336/2003-72

Proponente: Brasil 1500 Ltda.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 01.519.695/0001-85

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 550.704,40 para R$ 1.725.230,70

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 523.169,18 para R$ 301.986,00

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 486.221,52 para R$ 0,00

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 535, realizada em 19/08/2014.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 562, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 426 de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
148051 - A MEGERA DOMADA
Grupo Nós do Morro
CNPJ/CPF: 30.120.620/0001-25
Processo: 01400037511201441
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 1.146.254,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto trata da montagem, estreia e temporada do espetáculo A Megera Domada, de William Shakespeare, pelo Grupo Nós do Morro, com Direção Geral de Fernando Mello da Costa e Adaptação de Luiz Paulo Corrêa e Castro. Com execução de música original ao vivo, a montagem é instalada de acordo com os espaços escolhidos para as apresentações. Com um elenco de 15 atores da Cia. de Teatro do Grupo Nós do Morro e Direção de Produção de Dani Carvalho, o espetáculo tem estreia prevista para a cidade do Rio de Janeiro, em Março de 2015. O projeto tem um mês de pré-produção, seis meses de preparação entre pesquisa, treinamentos e ensaios, três meses de temporada - com trinta e seis apresentações -, e um mês de pós-produção, totalizando dez meses de atividades.
148070 - A PAIXÃO DE CRISTO DE JUAZEIRO DO NORTE
G.I.L. Gente Integrada a Luta
CNPJ/CPF: 01.114.904/0001-00
Processo: 01400037534201455
Cidade: Juazeiro do Norte - CE;
Valor Aprovado R$: R$ 1.199.700,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto consiste na montagem e 03 apresentações do espetáculo A PAIXÃO DE CRISTO DE JUAZEIRO DO NORTE durante a Semana Santa de 2015. O evento será realizado no Luzeiro do Sertão, um monumento com mais de 115 metros de altura, o mais novo ponto turístico da cidade de Juazeiro do Norte no Ceará que possui uma ampla e bela área natural, com capacidade para atender mais de 20 mil pessoas diariamente, é bastante bem localizado e de fácil acesso. A proposta também traz atividades educativas e ações ecológicas que contribuirão para o exercício da cidadania e resgate da autoestima de jovens juazeirenses. Terá a duração de 90 dias, 03 para as apresentações. Estima-se um público presente de 30 mil pessoas. Projeto realizado em parceria com a Secretaria da Cultura e Romaria de Juazeiro do Norte.
148048 - Blumeu e Vestidoleta
Terras Entretenimentoe produção cultural LTDA
CNPJ/CPF: 11.401.381/0001-37
Processo: 01400037508201427
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 441.352,20
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: "Blumeu e Vestidoleta", de Beatriz Napolitani, é uma história de amor entre um vestido vermelho e uma blusa azul livremente inspirada em "Romeu e Julieta" de Shakespeare. Os personagens são roupas do armário da menina Isabela Capuleto, que carregam em suas histórias o questionamento dos valores de cada um e o que realmente vale a pena, fazem uma analogia poética com valores da vida. A peça será dirigida por Karen Accioly
147431 - CIDADE DA MÔNICA
INSTITUTO MAKER DE CULTURA E ESPORTE
CNPJ/CPF: 13.661.738/0001-41
Processo: 01400026113201407
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.792.311,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A "CIDADE DA MÔNICA" consiste em festival que possui dois produtos culturais, um na área de artes cênicas que contempla 77 (setenta e sete) esquetes teatrais por dia, totalizando 693 (seiscentas e noventa e três) apresentações, e um de artes visuais que contempla uma exposição inédita, sob a Direção Artística de Maurício de Sousa e Curadoria de Jacqueline Mouradim, composta por no mínimo 20 (vinte) obras distribuídas de artistas plásticos variados.
141949 - Circo Especial
Ronaldo Nitta - ME
CNPJ/CPF: 00.213.990/0001-46
Processo: 01400004108201435
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 1.331.600,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Desenvolver, produzir e apresentar um espetáculo circense com elementos de teatro, destinado a crianças portadoras de necessidades especiais. O projeto tem duração de um ano, e as apresentações serão mensais, em Curitiba (PR) e outras quatro cidades paranaenses, com apresentações especiais na capital (Dia das Crianças e Natal), ao ar livre, para o público geral da cidade, infantil e adulto. Onze apresentações ao total.
142259 - Circulação dos espetáculos do Grupo Teatral Apàlò
Instituto de Inovação Social e Diversidade Cultural (INSOD)
CNPJ/CPF: 16.096.872/0001-35
Processo: 01400004568201463
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 360.500,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto refere-se à circulação de espetáculos do grupo teatral de historiadores, Apàlò ? A Bela Arte d'África, que fará 11 apresentações nas cidades mineiras de histórias, lendas, músicas tradicionais e danças dramáticas da cultura afro-brasileira e africanas. Será utilizada a dinâmica ? uma fusão da arte diversa africana com a educação cultural ? a fim de preservar o conhecimento, essências e valores das culturas citadas, promovendo a diversidade e tradição oral africana.
142017 - Musical "O Mágico de Oz" - 1ª Temporada RJ
Elisa Reis Rodrigues
CNPJ/CPF: 948.362.050-34
Processo: 01400004176201402
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 447.595,40
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Montagem da adaptação da RPR Produtora para o clássico de L. Frank Baum, "O Mágico de Oz", e temporada de 3 meses no Rio de Janeiro, com duas apresentações por semana (sábados e domingos), totalizando 24 apresentações ao longo do projeto.
147945 - Ponto Volante de Cultura em Movimento
SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - SESI
CNPJ/CPF: 03.773.834/0039-09
Processo: 01400037257201481
Cidade: Mariana - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 128.084,20
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto "Ponto em Movimento" é uma realização do Centro de Cultura SESI Mariana e objetiva promover junto à circulação rotineira do Ponto Volante de Cultura, ao longo de 9 meses, apresentações teatrais e workshops, visando beneficiar os alunos das instituições públicas de ensino da sede, distritos, sub-distritos e localidades, e suas comunidades de entorno, visando estimular e fortalecer o gosto pela leitura através do exercício da criação teatral e da fruição artística e estética.
140033 - VI Jornada de Dança da Bahia
Mantra Centro de Dança e Arte Contemporânea Ltda.
CNPJ/CPF: 14.946.172/0001-67
Processo: 01400000038201446
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado R$: R$ 243.000,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A VI JORNADA DE DANÇA DA BAHIA terá como o tema "O corpo do bailarino é simplesmente a manifestação luminosa da alma", uma provocação de Isadora Duncan que convida a refletir e investigar sobre as práticas educativas e a atuação do artista da dança. A realização da VI JORNADA DE DANÇA DA BAHIA pretende beneficiar um maior número de pessoas, colaborar com a formação de plateia para dança, contribuir para a qualificação de professores e dançarinos e tornar o projeto visível nacionalmente e internacionalmente através do intercâmbio com companhias, professores e estudantes de dança de outros estados e internacionais. Criada em 2005, a JORNADA DE DANÇA DA BAHIA é um encontro para discutir dança e educação.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
144818 - Agua Vyva
Dari Idalgo
CNPJ/CPF: 472.484.240-72
Processo: 01400014571201495
Cidade: Lontras - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 415.950,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto da ?Banda Agua Vyva? tem por objetivo divulgar o trabalho desenvolvido pela banda, de modo a democratizar a cultura para o público em geral, por meio de apresentações musicais instrumentais, totalmente gratuitas, realizadas nas cidades de interiores de SC e Rio Grande do Sul em 2014.
148101 - Concerto nas escolas: o som e o sentido brincando com a música
Larissa Carnecine de Oliveira
CNPJ/CPF: 407.692.938-16
Processo: 01400040258201411
Cidade: Rio Claro - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 328.800,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Por acreditar na importância que a música tem para a aprendizagem, como FARIA (2001, p. 24) bem coloca," A música como sempre esteve presente na vida dos seres humanos, ela também sempre está presente na escola para dar vida ao ambiente escolar e favorecer a socialização dos alunos, além de despertar neles o senso de criação e recreação", surge a ideia de difundir e fomentar o "concerto didático" em 30 (trinta) escolas públicas do interior do estado de São Paulo, de modo a aproximar os alunos deste estilo musical, do fazer artístico e contribuir para o construção do conhecimento junto a escola. O concerto será intercalado por comentários a repeito do repertório, que abrange o período barroco até expoentes da música regional brasileira, e dos instrumentos.
147802 - CORAL VIVENDO COM ARTE
Projeto Vivendo com Arte
CNPJ/CPF: 05.271.086/0001-00
Processo: 01400036951201481
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 325.125,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Curso Coral Infanto Juvenil que oferecer educação musical gratuita para 60 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 19 anos, residentes na comunidade de Paraisópolis na região Oeste da cidade de São Paulo por meio do desenvolvimento de habilidades vocais, sensibilidade auditiva, leitura de partituras, além de disciplina, coordenação motora, memorização, capacidade associativa e de concentração. Criar oportunidade para o desenvolvimento pessoal, inclusão social e cidadania. Realizar cinco apresentações gratuitas do Coral em diferentes localidades da cidade de São Paulo entre os meses de agosto a dezembro de 2015.
147947 - Ernesto Nazareth por Alexandre Dietrich
Alexandre Diettrich
CNPJ/CPF: 024.749.949-80
Processo: 01400037259201470
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 166.600,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Gravação de um DVD com o pianista Alexandre Dietrich, sendo todo o repertório composto por obras de Ernesto Nazareth. A distribuição dos DVDs será gratuita ao público, bem como o recital de lançamento do DVD será com Entrada Franca. Além do recital noturno de lançamento, serão realizados mais tres recitais didáticos para crianças e jovens, com entrada franca e distribuição do DVD.
147539 - Estação Choro e Samba
Associação Samaúma
CNPJ/CPF: 13.128.821/0001-50
Processo: 01400036590201472
Cidade: Taubaté - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 520.907,20
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Será realizado um festival de música instrumental, em praça pública, durante 3 dias na cidade de Tremembé(SP), com apresentações de grandes nomes e novos talentos nacionais das mais variadas vertentes do Choro e do Samba, oficinas de instrumentos, intervenções musicais em escolas públicas, lar de idosos e comunidade terapêutica para recuperação de dependentes químicos, além de ocupação musical da cidade através de pocket shows em bairros e na zona rural.
144857 - Festival de Inverno
Stretto Eventos e Serviços Artísticos Ltda.
CNPJ/CPF: 01.594.921/0001-92
Processo: 01400014612201443
Cidade: Saquarema - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 1.806.846,50
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto em epígrafe visa à realização da 14º edição do Festival de Inverno, a ser realizado na cidade de Petrópolis e a 12º edição do Festival na cidade de Nova Friburgo, nos meses de junho e agosto de 2014, com apresentações de concertos de música instrumental e erudita e apresentações de grupos de dança, de teatro e ainda com uma forte vertente educacional que contemplará a população com palestras e atividades culturais de música e artes cênicas. Uma das metas do Festival é, paralelamente à programação, abrir espaços também para os novos talentos.
145459 - Gravação de CD Instrumental
Fernando Badra Quesada
CNPJ/CPF: 348.280.588-18
Processo: 01400015505201432
Cidade: Salto - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 100.650,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto Gravação o projeto Gravação de CD do Fernando Quesada tem por objetivo promover a gravação de um CD com 12 músicas com o musico instrumentista Fernando Quesada, a proposta é, fortalecer o musico e mostra o potencial da cultura paulistana. Tiragem de 1.000 copias com distribuição gratuitas a população em geral.
147298 - Natal de Araxá
IEC BRASIL - INSTITUTO ESTACAO DA CULTURA BRASIL ARAXA
CNPJ/CPF: 09.656.333/0001-48
Processo: 01400025870201455
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 2.061.100,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 28/12/2014
Resumo do Projeto: O Natal de Araxá é um projeto que contempla uma vasta programação cultural composta de eventos que se espalham por toda a cidade de Uberlândia no mês de dezembro, atrações de música erudita e instrumental, dança e teatro.
148144 - Sistema Tutti de Educação Musical na Escola Pública
Klavier Soluções Culturais Ltda. - ME
CNPJ/CPF: 17.765.530/0001-23
Processo: 01400040301201430
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.524.704,88
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto prevë a realização de dois anos do curso de música e artes do "Sistema Tutti de Educação Musical", em 4 escolas públicas de São Paulo, para alunos do Ensino Fundamental I, que irá atender 1000 alunos, de 7 a 10 anos.
144805 - Viola Caipira: Sons de Mato Grosso
Paulo Henrique de Oliveira do Carmo
CNPJ/CPF: 012.995.251-64
Processo: 01400014552201469
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado R$: R$ 541.000,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto tem por objetivo a interiorização da música popular instrumental tendo como estrela a viola caipira. Queremos atingir o público infanto-juvenil e adulto, da faixa etária dos 08 aos 80 anos de idade. Levar o prazer da música conscientizado essas pessoas e colocando em suas vidas o hábito de entender a arte que raramente é mostrada pela grande mídia. Iremos realizar 10 shows gratuitos em 10 diferentes cidades do estado de Mato Grosso.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
148058 - A FFoto - Feira de Fotografia
Fundação Hassis
CNPJ/CPF: 04.649.941/0001-01
Processo: 01400037522201421
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 79.950,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A FFoto - Feira de Fotografia será um evento dedicado a divulgação e circulação da produção fotográfica brasileira a ser realizado na Fundação Hassis em Florianópolis - SC. Apresentará mais de 100 fotógrafos brasileiros com suas respectivas obras. Em conjunto com a Feira, realizará programas educativos de arte educação em parceria com o Museu Hassis e escolas públicas do município.
141991 - Caminho da Paz
INICIATIVA O CAMINHO DE ABRAAO
CNPJ/CPF: 09.153.525/0001-31
Processo: 01400004150201456
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 2.204.400,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto tem por objetivo realizar uma exposição de artes visuais ao ar livre, que remonta os locais percorridos por Abraão, considerado um ícone de hospitalidade e tolerância entre as mais antigas civilizações do mundo. A proposta abrange a exposição de mensagens de convivência pacifica, agregando maior sentido as imagens expostas. Serão 30 dias de exposição e um total de 22 obras.
148089 - Ocupação SERGIO BRITTO no Rio de Janeiro
SBRITTO ASSESSORIA PRODUCOES E SERVIÇOS ARTÍSTICOS LTDA-ME
CNPJ/CPF: 14.083.624/0001-24
Processo: 01400040243201444
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 317.850,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Resumo do Projeto: A Ocupação Sergio Britto colocará em cena a obra e vida do homem de teatro Sergio Britto, participante de momentos fundamentais da história das artes cênicas do país, como ator, diretor, produtor e professor. Em uma instalação que simula as vivências de um espaço teatral, a mostra exibe um vídeo e em 360 graus, com cenas de espetáculos, entrevistas, fotos de família e um apanhado dos fatos mais relevantes da sua carreira. Memórias de um artista de grande importância para a cultura brasileira.
147288 - Painel artístico cerâmico A Luz, o Sol, o Mar
GPA GESTAO DE NEGOCIOS E PROJETOS CULTURAIS EIRELI - EPP
CNPJ/CPF: 06.212.122/0001-28
Processo: 01400025859201495
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 75.900,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: criação, produção e montagem de um painel artístico em cerâmica vitrificada para ser instalado em um das paredes da área de circulação interna da estação Barra da Tijuca do Metrô do Rio de Janeiro.
144678 - Projeto Netuno
Ricardo Gunter
CNPJ/CPF: 029.842.648-00
Processo: 01400013098201429
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 715.876,32
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Projeto Netuno é uma exposição fotográfica de imagens que mostrará à população a qualidade das praias e ilhas de lixo com o indicativo do local e nome em todos os seus aspectos e será realizado na cidade de Sao Paulo. O fotógrafo Ricardo Gunter com mais de 10 anos de experiência mostraráos locais de maiores concentrações de lixo, tanto emersos quanto submersos, uma jornada em busca de soluções para a Poluição na Costa Brasileira.
148102 - SALÃO DESIGN CASA BRASIL 19ª Edição
SINDICATO DAS INDS DA CONST E DO MOB DE BENTO GONCALVES
CNPJ/CPF: 89.341.101/0001-30
Processo: 01400040259201457
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 570.889,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar o Salão Design CASA BRASIL 19ª Edição, no período de outubro de 2014 a dezembro de 2015, na cidade de Bento Gonçalves/RS, constiuido de uma Exposição Histórica Cultural e Design Contemporâneo, resultado de um Concurso, com o intuito de promover a cultura do design do habitat e novos talentos.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
148256 - 190 ANOS DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ - Legado e história na cultura gaúcha.
JORNAL A HORA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 04.280.850/0001-41
Processo: 01400040794201416
Cidade: Lajeado - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 67.375,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar no período de 10 de outubro de 2014 a 31 de março de 2015, em Lajeado RS, a edição de 3 mil exemplares de livro, de valor artístico e cultural sobre os 190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul, com escritores, historiadores, jornalistas e ilustradores, com especial atenção ao público infanto-juvenil, para divulgar o legado e a relevância histórica desta cultura no Estado.
148126 - A PINTURA DE SANSÃO C. PEREIRA
SADE ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI
CNPJ/CPF: 03.107.527/0001-08
Processo: 01400040283201496
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 351.364,40
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Será editado um livro que se propõe a reafirmar a cultura artística popular através da pintura de Sansão Campos Pereira, um artista de 95 anos de idade, dos quais 60 foram dedicados as artes plásticas com a finalidade de mostrar através de seus quadros momentos históricos culturais do Brasil de forma que estes trabalhos tenham como público alvo jovens e adultos das diferentes camadas sócio- culturais.
148308 - ABAYOMI
CHRISTOPH PETER HRDINA
CNPJ/CPF: 120.292.541-34
Processo: 01400040860201440
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 64.509,50
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Trata-se da tradução (inglês/português); adaptação da tradução; edição e publicação do livro infantil ABAYOMI, The Brazilian Puma, The Story of an Orphaned Cub; de autoria de Darcy Pattison (Arkansas, USA, 2014). A tradução será feita por Rainer Fabry; a adaptação por Adélia M. Wöllner; ilustrações por Kitty Harvill. Deverão ser impressos 3.000 exemplares para distribuição totalmente gratuita em território nacional.
148222 - Álbum Paraytingano
H. M. CORREA IVO & R. M. CORREA IVO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.214.279/0001-58
Processo: 01400040760201413
Cidade: São Luiz do Paraitinga - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 96.339,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Produção de livro com fotografias tiradas no período de 1990 a 2014 pelo fotógrafo Degiovani Lopes da Silva. Todas as fotos foram realizadas na Estância Turística de São Luiz do Paraitinga, cidade histórica situada no Vale do Paraíba paulista. Durante vinte e cinco anos o fotógrafo observou e registrou com sua câmara a vida cotidiana da cidade de São Luiz do Paraitinga. As fotos, belíssimas imagens, revelam o dia a dia da cidade das mil festas. Com seu olhar arguto, o fotográfo captou, com sensibilidade, a verdadeira alma do povo luizense. O livro conterá duzentas fotos distribuídas por 180 páginas, além de textos explicativos e legendas, com a intenção de contextualizar o leitor no tempo em que foi tirada cada imagem.
148128 - Cordel das Cores
Alysson Ramos Artuso
CNPJ/CPF: 037.972.539-82
Processo: 01400040285201485
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 50.805,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Essa proposta visa a confecção, publicação e distribuição de 3000 exemplares do livro "Cordel das Cores". O livro tem capa em papel cartão supremo 250g, formato 200 x 240 mm e 36 páginas em papel couche fosco 115g. Valorizando a cultura nordestina, de poesia e gravuras, a obra é destinada ao público infantil e será distribuída gratuitamente para 2000 alunos de escolas públicas de Salvador, Manaus, Campo Grande, Rio de Janeiro e Curitiba. A intenção é promover a diversidade cultural e o hábito de leitura. A autoria é do poeta e escritor de obras infantis Alysson Ramos Artuso. O projeto terá duração até março de 2015.
148353 - Gotas que encharcam
Gizane Marcolina da Silva
CNPJ/CPF: 934.269.767-49
Processo: 01400040952201420
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 98.483,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 12/12/2014
Resumo do Projeto: Produção de um livro de poemínimos, contendo 60 poemas (entre haikais, senryus e minipoemas concretos) autorais e inéditos e lançamento do mesmo em 4 cidades brasileiras - Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba.
148262 - Graffiti SP Mulheres
Ricardo Czapski
CNPJ/CPF: 150.455.208-30
Processo: 01400040801201471
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 230.480,80
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar a publicação de um livro de fotografias dos graffitis pintados nos muros por mulheres grafiteiras da cidade de São Paulo, que representam a diversidade na produção da arte de rua paulistana. Uma publicação inédita, resultado de mais de 5 anos de pesquisa e documentação fotográfica, para valorizar a produção das "grafiteiras" paulistanas e contribuir para o registro histórico dos graffitis muitos apagados pelas constantes transformações da metrópole.
147159 - II Pipocando Poesia no CCBB
Nossa Produtora Produções Artísticas LTDA ME
CNPJ/CPF: 11.243.804/0001-38
Processo: 01400025680201438
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado R$: R$ 91.512,64
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Após exitosa execução em 2013, o Pipocando Poesia no CCBB volta neste ano com novos convidados, oficinas de declamatória e workshop. As intervenções performáticas do sarau ambulante Pipocando Poesia, conta com a atuação de pipoqueiros-poetas (atores) que abordam o público declamando poemas e propondo uma troca: para ganhar um saquinho de pipoca, o "cliente" deve declamar um poema. Tendo como cenário um carrinho de pipoca, o projeto pretende incentivar a leitura de uma maneira convidativa: oferece treze sabores inéditos em homenagem à poetas brasileiros, como por exemplo: Ferreira Gullar - Sal Tradicional; Jorge Amado - Canela; Castro Alvez - chocolate; Cora Coralina - doce; Clarice Lispector - curry com pimenta; Adélia Prado - rosa doce; Cecília Meireles - multicolorida doce; Manoel de Barros - Alecrim; Hilda Hilst - bacon; Ferreira Gullar - sal tradicional, entre outros.
144796 - Mapa Literário Brasileiro
Produtora Brasileira de Arte e Cultura Ltda.
CNPJ/CPF: 13.483.286/0001-55
Processo: 01400014542201423
Cidade: Santos - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 265.448,32
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Relacionar livros representativos sobre a história do Brasil com as paisagens regionais. Imagens e textos especializados demonstrarão escritos presentes e passados sobre a evolução econômica, social e política brasileira e seus impactos como elementos de versatilidade e diversidade cultural da nação.
145464 - Mar Brasileiro
Editora Brasileira de Arte e Cultura Ltda.
CNPJ/CPF: 08.219.513/0001-08
Processo: 01400015510201445
Cidade: Santos - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 323.972,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Breve apresentação da história econômica do Brasil com base na representação iconográfica dos mares presentes na costa brasileira (oceano Atlântico) ao longo dos distintos contextos políticos, sociais e econômicos. A abordagem inédita da história do Brasil se dará em diferentes tipos de narrativa como mostra da diversidade cultural da nação.
148225 - Mato Grosso (título provisório)
Sustentabilidade e Cultura Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 19.541.589/0001-63
Processo: 01400040763201457
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 245.000,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Projeto que conta com a publicação de um livro de arte fotografica onde o texto em forma de crônicas conta a história do Mato Grosso. Tiragem 3000 exemplares. Edição Bilingue
148212 - Nos Bastidores do Futebol
Cultura Ambiental Produções Ltda
CNPJ/CPF: 19.898.338/0001-30
Processo: 01400040750201488
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 331.100,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Publicação de um livro com relatos históricos e depoimentos dos principais jogadores que fizeram parte da seleção brasileira em diferentes gerações. Tiragem 3000 exemplares, livro português e inglês.
148062 - O Último Cavaleiro
Charles Tonet
CNPJ/CPF: 956.889.510-87
Processo: 01400037526201417
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 327.533,00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O nascimento do tradicionalismo gaúcho confunde-se com a figura de Paixão Côrtes. Na época em que as tradições rio-grandenses eram ignoradas, ele foi atrás das raízes e com Barbosa Lessa, cruzou as fronteiras e como pesquisador se preocupou em promover e desenvolver a cultura popular da história do RS. "O Último Cavaleiro", é o resgate da história do tradicionalismo Gaúcho que idealizou a Chama Crioula, Ronda Crioula, Candieiro Crioulo e inspirou o desfile da Semana Farroupilha.
145711 - Uma cidade e uma paixão: Santos - 470 anos de história e Vila Belmiro - 100 anos - Resumo
Companhia Brasileira de Arte, Cultura e Esportes Ltda
CNPJ/CPF: 19.521.112/0001-16
Processo: 01400023680201401
Cidade: Santos - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 268.948,32
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Registrar a história da cidade de Santos, litoral de São Paulo e do Estádio Urbano Caldeira, mais conhecido como Vila Belmiro. Será produzido um livro cujo conteúdo será a história brasileira no recorte temporal proposto de 470 anos para a cidade de Santos, e de 100 anos da Vila Belmiro, datas que serão comemoradas em 2016. A publicação será bilíngue - português e inglês - de forma a disseminar as relevantes informações obtidas para o público nacional e internacional.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
147558 - CARPE DIEM
Josaine Aparecida Melo
CNPJ/CPF: 030.443.576-75
Processo: 01400036609201481
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado R$: 222020.00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 23/12/2014
Resumo do Projeto: O PROJETO CONTEMPLA 19 APRESENTAÇÕES GRATUITAS NA PRAÇA, SENDO 9 APRESENTAÇÕES DE MÚSICA E 10 DE TEATRO DE RUA.
147557 - CASA DO SAMBA DA AURORA
Associação Musical e Cultural de Cavaleiro.
CNPJ/CPF: 06.864.616/0001-97
Processo: 01400036608201436
Cidade: Jaboatão dos Guararapes - PE;
Valor Aprovado R$: 503520.00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O Projeto Casa do Samba da Aurora tem na sua iniciativa realizar em espaço fechado na cidade de Recife, Rua da Aurora, bairro da Boa Vista, Pernambuco, no dia 14 de fevereiro de 2015,durante o desfile do Galo da Madrugada no espaço montado com estrutura de camarote em Toldo e grid, apresentações musicais de Sambista de Recife, Natal, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, iniciando-se as 08:00 horas da manhã, com 10 (dez) horas de Samba.
148060 - CD Banda Atruppi.
Jordan Lopes Galvão Junior
CNPJ/CPF: 339.919.578-84
Processo: 01400037524201410
Cidade: Osasco - SP;
Valor Aprovado R$: 238710.00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O Projeto consiste na realização do álbum da banda Atruppi. O Objetivo do projeto é a aprovação da lei Rouanet para a captação de recursos para gravação, produção, prensagem e distribuição do álbum citado. O Álbum conta com faixas autorais da banda. Todas inéditas e com letras em português.
148029 - Cristo é Nosso Show 2015 - 13ª Edição
Edilson Marques Bizerra
CNPJ/CPF: 668.610.639-91
Processo: 01400037476201460
Cidade: Campo Mourão - PR;
Valor Aprovado R$: 154426.00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Resumo do Projeto: Mostra musical com a presença de grandes nomes de artistas da música religiosa de renome nacional. A mostra oficial será realizada no mês de novembro de 2015, entretanto o evento contará também com a realização de Festival Regional de Música, no mês de setembro de 2015. Durante a execução do projeto serão realizadas oficinas, workshop e palestras voltadas a formação musical. O evento movimenta uma região denominada Comcam que reúne 25 municípios do interior do Paraná, tornando assim um dos principais eventos culturais do estado contando anualmente com a presença de mais de 15 mil espectadores.
147663 - Estúdio Móvel Gravaêh
ONG Cirandar
CNPJ/CPF: 10.545.681/0001-27
Processo: 01400036803201466
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado R$: 945560.00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O Projeto Estúdio Móvel Gravaêh, criado em 2010, trata-se de um estúdio montado dentro de um ônibus altamente equipado para ações de música, cinema, literatura, teatro e exposições culturais.Inédito no Brasil atua como um Centro Cultural Itinerante oportunizando, além da gravação de CDs, atividades culturais que acontecem no entorno do ônibus, como rodas de leitura na biblioteca Gravaêh, exibição de espetáculos de teatro e exposições de artes plásticas, durante as gravações. O projeto, através da realização de turnês, a partir de editais públicos seleciona 10 grupos em cada cidade para gravação de músicas autorais, atuando na orientação e formação dos músicos.
147328 - Luan Santana - Turnê: Nosso Tempo é Hoje - Parte II
L S Music Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 11.136.197/0001-07
Processo: 01400025928201461
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado R$: 4143325.00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Turnê composta por 15 shows do consagrado jovem sertanejo Luan Santana, interpretando sucessos de sua carreira além da apresentação ao público de canções inéditas. A turnê "Nosso Tempo é Hoje - Parte II" é uma oportunidade para os fãs do cantor aproveitarem um evento musical diferenciado, em uma atmosfera temática, romântica e repleta de efeitos especiais e referências artísticas.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26 , § 1º)
147771 - Africa Africans
Associação Museu Afro Brasil
CNPJ/CPF: 07.258.863/0001-02
Processo: 01400036920201420
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: 2206520.00
Prazo de Captação: 27/08/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar a exposição Africa - Africans que trará ao país obras de artistas de diversos países africanos, traçando um panorama da arte contemporânea do continente, atraindo assim o interesse do público para expressões artísticas até então negligenciadas e consideradas periféricas. Realizar seminário e mostra de moda, ampliando a discussão dos temas da exposição. Produzir catálogo.

PORTARIA Nº 563, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO I

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
12 6745 - CAP (Centro de Arte Popular) - Programação 2012
INSTITUTO CULTURAL SERGIO MAGNANI
CNPJ/CPF: 06.922.630/0001-08
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
ÁREA: 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
13 3791 - AMOR AO TEATRO - Críticas de Sábato Magaldi
Diaféria Produções LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.440.807/0001-10
SP - São Paulo
Período de captação: 27/08/2014 a 05/09/2014

PORTARIA Nº 564, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO

ÁREA: 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
13 7759 - FLAQ - Festa Literária de Aquiraz
EM FOCO DIVULGACAO E PRODUCAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.690.486/0001-86
SP - São Paulo
Valor reduzido em R$: 13.400,00

PORTARIA Nº 565, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar as alterações dos nomes dos projetos abaixo relacionados:

PRONAC: 12 4468 - "ARTE LUZ (nome provisório)", publicado na portaria de aprovação n. 578/12 de 09/10/2012, publicado no D.O.U. em 10/10/2012, para "Caminhos de Luz".

PRONAC: 14 7894 - "MADE BY BRAZILIANS", publicado na portaria de aprovação n. 471/14 de 25/07/2014, publicado no D.O.U. em 28/07/2014, para "Made by... Feitos por brasileiros".

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

PORTARIA Nº 566, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da competência delegada no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, conforme anexo:

Art. 2º Informar que, nos termos do art. 83 da Instrução Normativa MinC nº 01, de 2013, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	ÁREA	SOLICITADO	APROVADO	CAPTADO
08-9245	Música Erudita - Festa De Rua São Vito Mártir	Influência Filmes Ltda. ME	Realizar uma Festa Litúrgica a fim de celebrar o padroeiro italiano São Vito com os seus fiéis seguidores e a população paulistana.	Música	1.168.755,50	433.695,00	316.000,00
10-12066	Livro Ilustrado de Arte Vida e Obra de Toyota	Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural	A publicação de 3.000 (três mil) livros ilustrados de arte sobre a vida e obra do artista contemporâneo YUTAKA TOYOTA.	Artes Integradas	593.913,32	307.307,00	307.000,00
10-3215	ESPAÇO CULTURAL UNIFOR (ANEXO) - Circuito de Exposições 2010 - 2011	Fundação Edson Queiroz	Incluir o Estado do Ceará no circuito de grandes exposições nacionais e internacionais tem sido o objetivo maior do Espaço Cultural Unifor.	Artes Visuais	612.024,00	335.746,40	289.301,36
10-6471	Centro Cultural Dança Comunidade	Associação de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico	Pretende-se com o Centro Cultural "Dança Comunidade", promover a ampliação e manutenção das ações socioculturais desenvolvidas pela Associação de Desenvolvimento Social.	Artes Cênicas	315.288,37	259.724,52	259.724,52
10-8596	Educando para um Mundo Melhor	Associação Beneficente Religiosa Centro Judaico do Brooklin	O projeto tem como objetivo principal desenvolver um grupo de teatro para crianças de 4 a 12 anos e adolescentes 13 a 16 anos.	Artes Cênicas	525.855,00	422.884,23	389.382,22
10-8995	Savassi Festival 2011	Instituto Cidades Criativas	O Savassi Festival é um festival de jazz e de música instrumental realizado anualmente, desde 2003, em Belo Horizonte. A sua ação principal consiste em uma série de shows gratuitos que ocorrem no espaço público, na região da Savassi.	Música	679.400,00	656.400,00	320.000,00
11-2372	A Arte de Humanizar	Bando Independente Associação Cultural	O Projeto a "Arte de Humanizar" é um projeto sócio-cultural que será apresentado em 17 hospitais de 17 cidades diferentes.	Artes Cênicas	204.665,00	204.665,00	180.667,28
11-9429	Hécuba - Turnê	B. F. Produções Ltda.	Turnê do espetáculo HÉCUBA, texto clássico grego de EURIPIDES, tradução de DIB CARNEIRO NETO	Artes Cênicas	751.200,00	747.000,00	747.000,00
12-6408	Universalismo e Diversidade	Giramundo Consultoria Cultural Ltda.	Este projeto tem o objetivo de discutir com o grande público um tema crucial da contemporaneidade: a tensão entre as ideias de universalismo e diversidade.	Humanidades	137.140,00	114.590,00	83.130,00
12-8441	Improvável	ELIZANGELA GRANADEIRO GOMES	O projeto "Improvável" propõe uma exposição de obras de autoria do artista visual Petrillo, de Juiz de Fora, no Centro Cultural Correios Salvador.	Artes Visuais	139.930,00	134.330,00	99.950,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1413/GC5, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Revogação de Portaria.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o disposto na Decisão nº 116, de 12 de agosto de 2014, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 616/GM5, de 22 de junho de 1977, que "Delega competência ao Departamento de Aviação Civil para emitir instruções relativas à expedição de Certificados de Aeronavegabilidade", publicada no Diário Oficial da União nº 121, de 28 de junho de 1977.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

COMANDO DA MARINHA
SECRETARIA-GERAL
DIRETORIA DE ABASTECIMENTO

PORTARIA Nº 71/DADM, DE 21 DE AGOSTO DE 2014

Inscrição de Organização Militar (OM) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 16 da Instrução Normativa nº 1.470, de 30 de maio de 2014, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Determinar a inscrição no CNPJ, na condição de filial, do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Vital de Oliveira", sediado à Rua Primeiro de Março, nº 118 - Edifício Barão de Ladário 10º, 11º e 12º andares - Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.010-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C Alte (IM) HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA

PORTARIA Nº 72/DADM, DE 21 DE AGOSTO DE 2014

Inscrição de Organização Militar (OM) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 16 da Instrução Normativa nº 1.470, de 30 de maio de 2014, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art.1º Determinar a inscrição no CNPJ, na condição de filial, da Diretoria de Portos e Costas - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, sediado à Rua Teófilo Otoni, nº 4, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.090-070.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C Alte (IM) HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA

TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

ATA DA 6.916ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2014 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante MARCOS NUNES DE MIRANDA, Secretária do Tribunal, a Bacharela DINÉIA DA SILVA.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO BEZERRA DE MATOS, NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 28.679/2014 - Fato da navegação envolvendo o BM "NOSSA DECISÃO III" e uma passageira, ocorrido no rio Tapajós, Santarém, Pará, em 03 de janeiro de 2013.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Renildo Campos Bentes (comandante).

Nº 28.658/2014 - Acidente e fato da navegação envolvendo o navio supridor de plataformas marítimas "MAR LIMPO II" com uma formação rochosa denominada Ponta das Cavalas, localizada no arquipélago da ilha do Francês, em Macaé, Rio de Janeiro, ocorridos em 30 de agosto de 2013.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Telmo da Silva James (imediato) e Roberto Cesar Saraiva Leontsinis (comandante).

Nº 28.585/2014 - Acidente e fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "PATRÍCIA" e a balsa "TUCANO" com um banco de pedras, ocorridos na baía de Marajó, Vila do Conde, Pará, em 09 de janeiro de 2013.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Samuel Mendes Cordeiro (comandante do Rb "PATRÍCIA").

Nº 28.744/2014 - Acidente da navegação envolvendo a LM "SALMO 121", ocorrido no trapiche público do município de Paranaguá, Paraná, em 23 de junho de 2013.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Jacob Correa Pires (proprietário).

JULGAMENTOS

Nº 26.685/2012 - Acidente da navegação envolvendo as LM "BEBETH" e "MISS MARIANA", ocorrido no canal da Marina Porto Búzios, Armação dos Búzios, Rio de Janeiro, em 22 de abril de 2011.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Luiz Barros da Silva (condutor da LM "BEBETH"), Advª Drª Elane Cristina Cardoso Bruce (OAB/RJ 158.252) e Vitor Hugo Felix de Azevedo (condutor da LM "MISS MARIANA"), Adv. Dr. Tiago Lisboa Telles Ferreira (OAB/RJ 123.264). Decisão unânime: julgar improcedente a Representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha às fls. 166/170, considerando o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54 e suas consequências, como de origem indeterminada, exculpando-se os representados Luiz Barros da Silva e Vítor Hugo Felix de Azevedo, por insuficiência de provas, determinando-se o arquivamento dos autos.

Nº 27.108/2012 - Fato da navegação envolvendo o NM "MSC NATAL", de bandeira liberiana, e um clandestino, ocorrido durante a travessia do Port of Spain, República de Trindade e Tobago, para o porto de Manaus, Amazonas, Brasil, em 09 de janeiro de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Lutz Ulrich Liebrecht (comandante) e Tomislav Polic (imediato), Adv. Dr. Eduardo Cezar Paredes de Carvalho (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de causa não precisamente apurada, exculpando os representados Lutz Ulrich Liebrecht e Tomislav Polic da acusação que lhes foi feita.

Às 15h06min os trabalhos foram suspensos, tendo sido reiniciados às 15h15min.

ARQUIVAMENTO

Nº 28.176/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo a draga "FUHRMANN I", ocorridos no rio Ibicuí, município de Itaqui, Rio Grande do Sul, em 08 de janeiro de 2013. Com Representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha contra Johrrmann Fuhrmann Mineração e Terraplenagem Ltda. (proprietária) e Record Certificação Naval Ltda. (prestadora de serviços) e com despacho do Exmº Sr. Juiz-Relator pela publicação de Nota para Arquivamento.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "a", da Lei n° 2.180/54, como de natureza fortuita, não recebendo a representação formulada pela Procuradoria Especial da Marinha e determinando o arquivamento do Inquérito. Oficiar à Delegacia Fluvial de Uruguaiana, agente local da Autoridade Marítima, a infração cometida pelo proprietário da draga "FUHRMANN I", empresa Johrrmann Fuhrmann Mineração e Terraplenagem Ltda, ao infringir o art. 8°, inciso V, alínea "b", combinado com o art. 34, inciso I, ambos da LESTA, Lei n° 9.537/97, uma vez que deixou de comunicar à Autoridade Marítima o fato ou acidente da navegação ocorrido com a draga.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 26.998/2012 - Acidentes da navegação envolvendo a balsa "TIA IVA", empurrada pelo Rb "ELSHADAY", ocorridos no rio Purus, município de Boca do Acre, Amazonas, em 13 de março de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar os acidentes da navegação, tipificados no art. 14, letra "a" (água aberta seguida de naufrágio), da Lei n°2.180/54, como decorrentes de causa indeterminada, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, agente local da Autoridade Marítima, para as sanções aplicáveis, as infrações ao RLESTA cometidas pelo proprietário do E/M "ELSHADAY", Lúcio Martinez: art. 11 (contratar tripulantes não habilitados) e art. 19, c/c a Lei n° 8.374/91 (falta de seguro obrigatório DPEM) e a cometida pelo proprietário da balsa "TIA IVA", Antônio Carlos Ferreira do Vale: art. 19, c/c a Lei n° 8.374/91 (falta de seguro obrigatório DPEM).

Nº 28.078/2013 - Fato da navegação envolvendo o NM "GRAND CELEBRATION", de bandeira portuguesa, e uma passageira, ocorrido nas proximidades do porto de Maceió, Alagoas, em 10 de março de 2013.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação tipificado no art. 15, alínea "e" (todos os fatos), como decorrente de caso fortuito e o acidente da navegação, tipificado no art. 14, alínea "a" (arribada), como forçada e justificada, ambos da Lei nº 2.180/54, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 28.218/2013 - Fato da navegação envolvendo o Rb "ILHAVO" e um tripulante, ocorrido nas proximidades da ilha de Cabo Frio, Arraial do Cabo, Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da D. Procuradoria Especial da Marinha.

Nº 28.237/2013 - Fato da navegação envolvendo o BP "HAVANA IV" e um tripulante, ocorrido nas proximidades do porto de Maceió, Alagoas, em 25 de março de 2013.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de caso fortuito mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da D. Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Capitania dos Portos de Alagoas, agente local da Autoridade Marítima, para as sanções cabíveis, as infrações ao art. 11, do RLESTA (comandar embarcação sem ser habilitado para tal e contratar tripulante sem habilitação), da responsabilidade do proprietário e condutor da embarcação, Sr. José Elias da Silva.

Esteve presente, pela Procuradoria, o Advogado da União, Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 15h44min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretora-Geral da Secretaria.

Tribunal Marítimo, 21 de agosto de 2014.
MARCOS NUNES DE MIRANDA
Vice-Almirante
Juiz-Presidente

DINÉIA DA SILVA
Secretária

DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 26.684/12 -"NETUNO I"
Relator : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Bruno Manoel Aguilar Barbosa dos Santos (Cond. Inab.)
Defensora : Dra. Úrsula de Souza Van-Erven (DPU/RJ)
Representado : Emerson Glauco Costa dos Santos (Mestre) Revel
Representado : Paulo Vinicius Costa Ferreira (Proprietário)
Advogado : Dr. Fabio Ramos Tavares (OAB/RJ 117.948)
Despacho : "1)Declaro que a revelia do representado Emerson Glauco Costa dos Santos, consta na fl. 212 dos Autos e o representado Paulo Vinicius Costa Ferreira está sendo defendido por Advogado legalmente constituído, à fl. 207; e 2) Encerrada a Instrução. À PEM para razões finais.
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 26.731/12 - EMB "SNPH-I"
Relator : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Carlos Alves da Silva (Comandante)
Defensor : Dr. Thales Arcoverde Treiger (DPU/RJ)
Representado : Lourivaldo Martins Pereira (Armador)
Advogada : Dra. Franciele Lise (OAB/AM 5.053)
Despacho : "Aos representados para alegações finais.
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 26.829/12 - PLATAFORMA "PETROBRAS 38"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Deusdete Ribeiro do Rosário - Revel
Despacho : "Encerro a Instrução. À Procuradoria para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.262/12 - LM "PAICARÁ" e "FABIANA XX"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Benedito Nunes do Nascimento (Comandante/Condutor)
Advogado : Dr. Alexandre Siqueira Salamoni OAB/SP 232.433
Despacho : "Ao representado para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.405/12 - NM "GRANDE AMBURGO"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Ercules Rone Lopes
Advogada : Dra. Daniela Gobi Martinelli (OAB/ES 18.100)
Representado : Luiz Carlos da Silva - Revel
Representado : Leonardo Rosa Neto
Advogado : Dr. Roberto Garcia Merçon (OAB/ES 6.445)
Despacho : "Aos representados para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.674/12 "PIMENTA e OUTRA"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Nailton da Silva Gomes Júnior (Condutor)-Revel
Despacho : "Ao representado para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.700/12 - "ANJO DO MAR"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Cristiane de Jesus Serrão Vilhena (Proprietária)
: Orivaldo Corrêa Franco (Condutor inabilitado)
Advogado : Dr. Manoel de Jesus Lobato Xavier (OAB/PA 5.791)
Despacho : "Encerro a Instrução. À Procuradoria para alegações finais."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.732/13 - NM "NORD LIBERTY"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Nicanor Jumalon (Comandante)
Defensora : Dra. Amanda Fernandes Silva de Oliveira (DPU/RJ)
Despacho : "Encerrada a Instrução. À Procuradoria para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.748/13 "AMAZÔNIA E OUTRAS"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Mônjca de Jesus Assumpção
Representado : Ércio Ferreira Ramos (Condutor da L/M "AMAZÔNIA)- Revel
Representado : João da Conceição Fonseca (Condutor do comboio)
Defensora : Dra. Daniela Correia Jacques Brauner (DPU/RJ)
Representado : José Maria Soares de Sá (Prop./Armador)
Advogados : Dr. Alexandre das Silva Carvalho (OAB/PA 17.471)
Dra. Cristiane do S. A. Machado da Silva (OAB/PA 12.968)
Despacho : "À DPU para alegações finais"
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.768/13 - NM "BAHIA BLANCA SW"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Lichao Wang (Tripulante)
: Tao Lu (Oficial de Segurança)
Defensora : Dra. Amanda Fernandes Silva de Oliveira (DPU/RJ)
Despacho : "Encerrada a Instrução. À Procuradoria para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.927/13 - NM "SEA RACER"
Relator : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Epifanio C. Servando Júnior (Comandante)
: Bilichenko Bohdan (Oficial de Proteção)
Advogado : Dr. Luciano Penna Luz (OAB/RJ 102.831)
Despacho : "Encerrada a Instrução. À Procuradoria para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.980/13 - "N. ALMEIDA II" e outras
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Claudio Aparecido Ribeiro Júnior
Defensora : Dra. Luísa Ayumi Komoda Paes de Figueiredo (DPU/RJ)
Despacho : "Aberta a Instrução. À Procuradoria para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 27.995/13 - "SANTA LUZIA I" e outras
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Manoel Messias Alves da Silva (Condutor)- Revel
Despacho : "Aberta a Instrução. À Procuradoria para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 28.021/13 - "BRITANNIA"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Pradeep Kumar Venkatraman
: Selvaganapathy Dekshinamoorthy
Defensora : Dra. Fernanda Ayala Bianchi (DPU/RJ)
Despacho : "À DPU para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 28.063/13 - navio "SEA HALIBUT" e outra
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Robert Udat Selgas (Imediato)
Defensora : Dra. Ursula de Souza Van-Erven (DPU/RJ)
Despacho : "À DPU para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 28.106/13 - "RIBEIRO" e outra
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Edimar Silva Ribeiro (Condutor)
Advogado : Dra. Andrea de Lima Maisner (OAB/RS 83.321)
Representado : Heraldo Luiz Jacques Estrella (Condutor) - Revel
Despacho : "Em face do cumprimento do mandado de citação à fl. 145 e da certidão à fl. 148, declaro a revelia do representado Heraldo Luiz Jacques Estrela. Publique-se. Notifique-se o representado."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 28.117/13 - NM "POS ISLAND"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Wei Huibin (Comandante)
Defensor : Dr. Eduardo Duílio Piragibe (DPU/RJ)
Despacho : "À DPU para alegações finais"
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 28.511/13 - "LEUZIMAR"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : João Gualberto Cassiano de Sousa (Comandante)
Advogado : Dr. Raimundo Rodrigues da Silva (OAB/MA 4.994)
Despacho : "Aberta a Instrução. À Procuradoria para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 27.668/12 "PIMENTA e OUTRA"
Relatora : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Francisco James França de Barros (Comandante)- Revel
Representado : Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia
Advogado : Dr. Francisco Altamiro P. Junior (OAB/RO 1.296)
Despacho : "Aos representados para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.484/10 - Rb "CALILI CAMELY" e outras EMB
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Raimundo Claudio Marques de Matos (Condutor)
Advogado : Dr. Pedro Calmon Filho (OAB/RJ 9.142)
Representado : Pedro Paulo Paiva Lima (Condutor)
Advogado : Dr. Raimundo Rubens Fagundes Lopes (OAB/PA nº 4.305)
Despacho : "Aos representados para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 26.739/2012 - "CAPITÃO RANGEL"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Francisco Felix de Almeida (Condutor inabilitado)- Revel
Despacho : "Ao representado Francisco Felix de Almeida para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.124/12 - "SANTIAGO"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Ilderlei Souza Rodrigues Cordeiro (Locatário)
Advogado : Dr. Jonathan Xavier Donadoni (OAB/AC 3.390)
Despacho : "Ao representado Ilderlei Souza Rodrigues Cordeiro, para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.133/12 - "COMTE RAIFRAN"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Raimundo Pereira Rocha (Proprietário)
: Nazaré Pereira Rocha (Condutor)
Defensor : Dr. Renan de Araújo de Souza (DPU/RJ)
Despacho : "Aberta a Instrução. À PEM para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 28.361/13 - "ARABAIANA"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : SERMAPRA Serviços Marítimos de Apoio à Praticagem LTDA. (Prestadora de serviço)
: Wanderley Carlos de Souza (Responsável pela Manutenção)
Advogado : Dr. Dario Silva e Lima (OAB/RN 4.687)
Representado : Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN (Contratante)
Advogado : Dr. Clawzio Ademar Vasconcelos Gurgel (OAB/RN 4.464)
Despacho : "Ao representado Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN para apresentar previamente o rol de quesitos a serem formulados à testemunha elencada de fl. 233, de acordo com o estabelecido no art. 110 do RIPTM."
Prazo : "05 (cinco) dias."

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 26 de agosto de 2014.

COMANDO DO EXÉRCITO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

PORTARIA Nº 20-SEF, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Cassa a autonomia administrativa da 4ª Companhia de Comunicações e concede autonomia administrativa a 4ª Companhia de Comunicações Leve.

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso IX do artigo 1º da Portaria nº 727, de 08 de outubro de 2007, do Comandante do Exército, resolve:

Art. 1º Cassar, a contar de 1º de setembro de 2014, a autonomia administrativa da 4ª Companhia de Comunicações (4ª Cia Com), CODOM 03140-1, com sede na cidade de Belo Horizonte/MG, por motivo de sua transformação e mudança de denominação social de 4ª Companhia de Comunicações para 4ª Companhia de Comunicações Leve.

Art. 2º Conceder autonomia administrativa, a contar de 1º de setembro de 2014, à 4ª Companhia de Comunicações Leve (4ª Cia Com L), CODOM 03141-9, com sede na cidade de Belo Horizonte/MG.

Art. 3º Determinar às organizações militares diretamente subordinadas à SEF que adotem, em suas áreas de competência, as providências decorrentes.

Art. 4º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação

GEN EX ARAKEN DE ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 21-SEF, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Cassa a autonomia administrativa do 4º Grupo de Artilharia de Campanha e concede autonomia administrativa ao 4º Grupo de Artilharia de Campanha Leve.

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso IX do artigo 1º da Portaria nº 727, de 08 de outubro de 2007, do Comandante do Exército, resolve:

Art. 1º Cassar, a contar de 1º de setembro de 2014, a autonomia administrativa do 4º Grupo de Artilharia de Campanha (4º GAC), CODOM 05560-8, com sede na cidade de Juiz de Fora/MG, por motivo de sua transformação e mudança de denominação social de 4º Grupo de Artilharia de Campanha para 4º Grupo de Artilharia de Campanha Leve.

Art. 2º Conceder autonomia administrativa, a contar de 1º de setembro de 2014, ao 4º Grupo de Artilharia de Campanha Leve (4º GAC L), CODOM 05561-6, com sede na cidade de Juiz de Fora/MG.

Art. 3º Determinar às organizações militares diretamente subordinadas à SEF que adotem, em suas áreas de competência, as providências decorrentes.

Art. 4º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação

GEN EX ARAKEN DE ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 22-SEF, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Cassa a autonomia administrativa do 10º Batalhão de Infantaria e concede autonomia administrativa ao 10º Batalhão de Infantaria Leve.

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso IX do artigo 1º da Portaria nº 727, de 08 de outubro de 2007, do Comandante do Exército, resolve:

Art. 1º Cassar, a contar de 1º de setembro de 2014, a autonomia administrativa do 10º Batalhão de Infantaria (10º BI), CODOM 00540-5, com sede na cidade de Juiz de Fora/MG, por motivo de sua transformação e mudança de denominação social de 10º Batalhão de Infantaria para 10º Batalhão de Infantaria Leve.

Art. 2º Conceder autonomia administrativa, a contar de 1º de setembro de 2014, ao 10º Batalhão de Infantaria Leve (10º BIL), CODOM 00541-3, com sede na cidade de Juiz de Fora/MG.

Art. 3º Determinar às organizações militares diretamente subordinadas à SEF que adotem, em suas áreas de competência, as providências decorrentes.

Art. 4º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação

Gen Ex ARAKEN DE ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 23-SEF, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Cassa a autonomia administrativa do 17º Batalhão Logístico e concede autonomia administrativa ao 17º Batalhão Logístico Leve.

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso IX do artigo 1º da Portaria nº 727, de 08 de outubro de 2007, do Comandante do Exército, resolve:

Art. 1º Cassar, a contar de 1º de setembro de 2014, a autonomia administrativa do 17º Batalhão Logístico (17º B Log), CODOM 01171-8, com sede na cidade de Juiz de Fora/MG, por motivo de sua transformação e mudança de denominação social de 17º Batalhão Logístico para 17º Batalhão Logístico Leve.

Art. 2º Conceder autonomia administrativa, a contar de 1º de setembro de 2014, ao 17º Batalhão Logístico Leve (17º B Log L), CODOM 01172-6, com sede na cidade de Juiz de Fora/MG.

Art. 3º Determinar às organizações militares diretamente subordinadas à SEF que adotem, em suas áreas de competência, as providências decorrentes.

Art. 4º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação

Gen Ex ARAKEN DE ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 24-SEF, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Cassa a autonomia administrativa do 32º Batalhão de Infantaria Motorizado e concede autonomia administrativa ao 32º Batalhão de Infantaria Leve.

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso IX do artigo 1º da Portaria nº 727, de 08 de outubro de 2007, do Comandante do Exército, resolve:

Art. 1º Cassar, a contar de 1º de setembro de 2014, a autonomia administrativa do 32º Batalhão de Infantaria Motorizado (32º BI Mtz), CODOM 00845-8, com sede na cidade de Petrópolis/RJ, por motivo de sua transformação e mudança de denominação social de 32º Batalhão de Infantaria Motorizado para 32º Batalhão de Infantaria Leve.

Art. 2º Conceder autonomia administrativa, a contar de 1º de setembro de 2014, ao 32º Batalhão de Infantaria Leve (32º BIL), CODOM 00846-6, com sede na cidade de Petrópolis/RJ.

Art. 3º Determinar às organizações militares diretamente subordinadas à SEF que adotem, em suas áreas de competência, as providências decorrentes.

Art. 4º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação

Gen Ex ARAKEN DE ALBUQUERQUE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Educação

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 110, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Regulamenta os valores da bolsa de Mestrado Profissional nos EUA no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Decreto nº 7.692, de 2 de março de 2012, bem como pelo art. 13 do Decreto no 7.642, de 13 de dezembro de 2011, e considerando proposta aprovada pelo Comitê Executivo e homologada pelo Comitê de Acompanhamento e Assessoramento - CAA do Programa Ciência sem Fronteiras, instituídos pelas Portarias Interministeriais MEC/MCTI no 382, de 12 de abril de 2012 e no 648, de 21 de maio de 2012, resolvem:

Art. 1º. Instituir o valor de US$ 1.300,00 (hum mil e trezentos dólares) para a mensalidade da bolsa de Mestrado Profissional nos Estados Unidos da América no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

Art. 2º Ficam regulamentados os valores de bolsa de estudo e auxílios pagos no exterior para o Mestrado Profissional nos EUA no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, conforme disposto no anexo I desta portaria.

§1º São entendidos como componentes da bolsa, as mensalidades, o auxílio instalação, o auxílio deslocamento, o seguro saúde, o adicional dependente e o adicional localidade, quando couber.

§2º São aplicados os valores em dólares norte-americanos.

§3º Para efeito do cálculo do adicional dependente serão considerados até dois dependentes. Será considerado dependente o cônjuge ou companheiro(a), os filhos com até 21 anos de idade ou até 24 anos, se matriculado em curso superior no país de destino, e que viva sob a dependência econômica do bolsista. Os benefícios aos dependentes são exclusivamente para aqueles que permanecerão na companhia do bolsista, no exterior, por prazo igual ou superior a nove meses.

Art. 3º. É vedado ao beneficiário o acúmulo do auxílio concedido pela CAPES com as bolsas oferecidas por outras Agências de Fomento Públicas Nacionais.

Art. 4º. Aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições legais e regulamentares sobre concessão e pagamento de bolsas e auxílios no exterior contidas nas normas da CAPES.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de maio de 2014.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

ANEXO I

Valores de bolsa de estudo e auxílios pagos no exterior para o Mestrado Profissional nos EUA no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

Benefícios	Valor
Mensalidade	US$ 1.300,00 / mês
Auxílio adicional dependente (no máximo dois dependentes).	US$ 200,00/mês, por dependente, quando for o caso.
Auxílio instalação (parcela única).	US$ 1.300,00 e, quando for o caso, adicional de US$ 200,00 por dependente.
Auxílio seguro saúde (para o bolsista e até dois dependentes, quando for o caso).	US$ 90,00 / mês (bolsista) e US$ 30,00 / mês (por cada dependente) ou valor equivalente ao mandatório da instituição de destino do bolsista nos EUA.
Auxílio adicional de manutenção, apenas para cidades consideradas de alto custo.	US$ 400,00 / mês
Auxílio deslocamento	US$ 1.604,00 (ida), para o bolsista e, igual valor para apenas um dependente, quando for o caso. US$ 1.604,00 (retorno), para o bolsista e, igual valor para apenas um dependente, quando for o caso.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Conjunta nº 73, de 20/11/2013, publicada no DOU de 21/11/2013, Seção 1, página 12, onde se lê: "Art. 1º Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos, a Fundação de Apoio ao Ensino Tecnológico e Profissionalizante de Rio Pomba - FUNDEP-RP... como Fundação de Apoio ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba - CEFET-RP..." leia-se: "Art. 1º Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos, a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão Deputado Último de Carvalho - FADUC... como Fundação de Apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 348, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Institui procedimento especial para o ressarcimento de créditos de Contribuição para o PIS/Pasep, de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o art. 31 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, no § 14 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e nos arts. 31 e 32 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica instituído procedimento especial para ressarcimento de créditos de Contribuição para o PIS/Pasep e de Cofins de que trata o art. 31 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

§ 1º O disposto nesta Portaria aplica-se unicamente aos créditos de que trata o caput que, após o final de cada trimestre do ano-calendário, não tenham sido utilizados para dedução do valor das referidas contribuições a recolher, decorrentes das demais operações no mercado interno, ou não tenham sido compensados com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 2º As disposições desta Portaria não alcançam pedido de ressarcimento efetuado por pessoa jurídica com processo judicial ou com processo administrativo fiscal de determinação e exigência de crédito cuja decisão definitiva, judicial ou administrativa, possa alterar o valor a ser ressarcido.

Art. 2º A RFB deverá, no prazo de até sessenta dias contados da data do pedido de ressarcimento dos créditos de que trata o art. 1º, efetuar o pagamento de 70% (setenta por cento) do valor pleiteado por pessoa jurídica que atenda, cumulativamente, às seguintes condições:

I - cumpra os requisitos de regularidade fiscal para o fornecimento de certidão negativa ou de certidão positiva, com efeitos de negativa, de débitos relativos aos tributos administrados pela RFB e à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

II - não tenha sido submetida ao regime especial de fiscalização de que trata o art. 33 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nos 36 meses anteriores à apresentação do pedido;

III - esteja obrigada a Escrituração Fiscal Digital - Contribuições (EFD - Contribuições) e a Escrituração Contábil Digital (ECD);

IV - esteja inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), em 31 de dezembro do ano anterior ao pedido, há mais de 24 meses;

V - possua patrimônio líquido igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), apurado no balanço patrimonial informado na ECD apresentada à RFB no ano anterior ao do pedido de ressarcimento.

VI - tenha auferido receita igual ou superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), informada na ECD apresentada à RFB no ano anterior ao do pedido de ressarcimento; e

VII - o somatório dos pedidos de ressarcimento dos créditos de que trata o art. 1º, protocolados no ano-calendário, não ultrapasse 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido informado na ECD apresentada à RFB no ano-calendário anterior ao do pedido de ressarcimento.

§ 1º Para efeito de aplicação do procedimento especial de que trata esta Portaria, a RFB deverá observar o cronograma de liberação de recursos definido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

§ 2º A retificação do pedido de ressarcimento apresentada depois do efetivo pagamento do ressarcimento na forma desta portaria, somente produzirá efeitos depois de sua análise pela autoridade competente.

§ 3º Para fins do pagamento de que trata o caput, deve ser descontado do valor a ser ressarcido, o montante utilizado em declarações de compensação apresentadas até a data do efetivo ressarcimento, no que superar 30% (trinta por cento) do valor pedido pela pessoa jurídica.

Art. 3º Para efeito do pagamento do restante do valor solicitado no pedido de ressarcimento, a autoridade competente deverá verificar a procedência da totalidade do crédito solicitado no período.

§ 1º Na homologação das declarações de compensação efetuadas com a utilização dos créditos que não foram objeto de ressarcimento nos termos desta Portaria, atender-se-á ao disposto no caput, observada a legislação de regência.

§ 2º Constatada irregularidade nos créditos solicitados no pedido de ressarcimento, devem ser adotados os seguintes procedimentos:

I - no caso de as irregularidades afetarem menos de 30% (trinta por cento) do valor do ressarcimento solicitado, deverá ser efetuado o pagamento dos créditos reconhecidos, deduzido o valor do pagamento efetuado na forma do art. 2º e das compensações efetuadas, sem prejuízo da aplicação da multa isolada de que tratam os §§ 15 a 17 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, calculada sobre o valor dos créditos objeto de pedido de ressarcimento indeferido ou indevido, e de outras penalidades cabíveis; ou

II - no caso de as irregularidades superarem 30% (trinta por cento) do valor do ressarcimento solicitado, deverá ser exigido o valor indevidamente ressarcido, sem prejuízo da aplicação da multa isolada de que tratam os §§ 15 a 17 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, calculada sobre o valor dos créditos objeto de pedido de ressarcimento indeferido ou indevido, e de outras penalidades cabíveis.

§ 3º Na ocorrência das irregularidades previstas no § 2º, a RFB deverá excluir a pessoa jurídica do procedimento estabelecido nesta Portaria quando o valor das irregularidades ultrapassarem 40% (quarenta por cento) do ressarcimento pleiteado no período.

Art. 4º Na efetivação do ressarcimento, na forma desta Portaria, deverão ser observados os demais dispositivos da legislação tributária que disciplinam a matéria.

Art 5º O disposto nesta Portaria aplica-se aos pedidos relativos aos créditos apurados a partir de 10 de outubro de 2013, ressalvados aqueles cujos períodos de apuração estejam incluídos em procedimento fiscal para identificação e apuração de créditos de ressarcimento.

Parágrafo único. Para os pedidos de ressarcimento de crédito apresentados até 10 de agosto de 2014, o prazo previsto no art. 2º será de sessenta dias contados da publicação desta Portaria.

Art. 6º A RFB editará normas complementares necessárias à implementação do procedimento especial de ressarcimento de que trata esta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

PORTARIA Nº 5, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

O Presidente do COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CONEF), no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Deliberação CONEF nº 13, de 21 de novembro de 2013, decidiu:

Art. 1º A Semana Nacional de Educação Financeira ("Semana ENEF"), em 2015, será realizada no período de 9 a 15 de março.

Art. 2º Caberá à Comissão Permanente, instituída pela Deliberação CONEF nº 4, de 26 de maio de 2011, a coordenação das providências necessárias à operacionalização da Semana ENEF.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO DE PAULA

DIRETORIA COLEGIADA
DIRETORIA DE POLÍTICA MONETÁRIA
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS E DE SISTEMA DE PAGAMENTOS

CARTA-CIRCULAR Nº 3.669, DE 21 DE AGOSTO DE 2014

Altera a Carta Circular nº 3.562, de 7 de agosto de 2012, que divulga procedimentos a respeito da prestação de informações de que trata a Circular nº 3.569, de 22 de dezembro de 2011.

O Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22, inciso I, alínea "a", e o art. 96, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, e o Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22, inciso I, alínea "a", e o art. 71, incisos II e III, do referido Regimento, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Circular nº 3.569, de 22 de dezembro de 2011, com a redação dada pela Circular nº 3.715, de 20 de agosto de 2014, resolvem:

Art. 1º A Carta-Circular nº 3.562, de 7 de agosto de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.2º.....

I-

b).....

4. CodItem 9017 - saldo das operações para financiamento e arrendamento mercantil de automóveis e de veículos comerciais leves, contratadas até 14 de setembro de 2012, nos termos da Circular nº 3.594, de 21 de maio de 2012, e as contratadas no período de 28 de julho a 22 de agosto de 2014, nos termos da Circular nº 3.712, de 24 de julho de 2014;

7. CodItem 9020 - saldo devedor atualizado das concessões de operações de crédito para financiamento e arrendamento mercantil de automóveis e de veículos comerciais leves contratadas a partir de 25 de agosto de 2014;

8. CodItem 9021 - base estática correspondente ao valor nominal da média diária de concessões de operações de crédito para financiamento e arrendamento mercantil de automóveis e de veículos comerciais leves, apurada no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014 e informada no Sistema de Informações de Créditos - SCR, excluídos os refinanciamentos.

II-....."(NR)

"Art.9º.....

§ 7º O valor correspondente ao CodItem 9021, no caso de instituições que optem por utilizar o saldo originado conforme alíneas b e c, inciso I, art. 11-A, da Circular n° 3.569, de 2011, deverá considerar as operações da instituição integrante do conglomerado ou da controlada.

Art. 2º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

DASO MARANHÃO COIMBRA
Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN
Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO 1º SEMESTRE - 2014

SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1S14

O presente documento baseia-se nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da CAIXA em 30 de junho de 2014, e faz referências e declarações sobre expectativas, estimativas de crescimento e projeções de resultado. Tais declarações baseiam-se nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios da Empresa.

Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração e, desta forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles aqui antecipados e discutidos.

A partir de 30 de junho de 2010, as informações apresentadas neste relatório estão consolidadas e abrangem as demonstrações da Instituição Financeira CAIXA e da empresa CaixaPAR, subsidiária integral da CAIXA.

As demonstrações gerenciais relativas aos períodos anteriores podem ter sido reclassificadas para fins de comparabilidade, gerando eventuais diferenças com as publicações contábeis em razão de eventuais realocações ou agrupamento de itens, os quais visam fornecer um melhor entendimento ou visão da evolução de ativos, passivos e resultados, ou ainda preservar a comparabilidade dos dados entre os períodos.

Os números indicados como totais em algumas tabelas podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem devido a ajustes de arredondamento. Todos os índices e variações apresentados foram calculados com base nos números inteiros, podendo haver divergência quando o cálculo for efetuado sobre os valores arredondados.

INTRODUÇÃO

A CAIXA auferiu lucro líquido de R$ 3,4 bilhões no primeiro semestre de 2014, alta de 7,9% em 12 meses. O resultado decorreu, principalmente, do aumento das receitas financeiras de crédito em 46,1%, da ampliação do resultado de títulos e valores mobiliários em 45,5% e do incremento nas receitas de prestação de serviços e tarifas em 12,0%.

A carteira de crédito ampliada atingiu saldo de R$ 552,1 bilhões, crescimento de 28,0% em 12 meses, com destaque para as operações de saneamento e infraestrutura e de crédito comercial, com evolução de 52,4% e 23,6%, respectivamente.

No semestre, a CAIXA injetou R$ 322,9 bilhões na economia brasileira, por meio de contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, destinação social das loterias, entre outros.

As captações totais somaram R$ 751,3 bilhões no primeiro semestre, com a carteira de crédito ampliada correspondendo a 73,5% desse saldo. Essa relação demonstra o equilíbrio financeiro existente entre captações e concessões, além de uma eficiente capacidade de obtenção de recursos junto aos clientes, em virtude da confiança que os poupadores depositam na marca CAIXA, do portfólio de produtos ofertado e da ampla rede de atendimento, com mais de 67 mil pontos distribuídos pelo país.

Além disso, como principal agente financeiro do Governo Federal na aplicação dos programas governamentais, a CAIXA pagou, no primeiro semestre de 2014, R$ 13,1 bilhões em benefícios sociais e R$ 89,6 bilhões em benefícios aos trabalhadores.

Esses foram alguns destaques do primeiro semestre. A seguir, são apresentados os números da CAIXA no período, e os benefícios gerados à sociedade.

CLIENTES E CANAIS DE ATENDIMENTO

A CAIXA busca aperfeiçoar o relacionamento com seus clientes e investe constantemente na melhoria dos seus produtos e serviços, ampliando seus canais em prol da excelência no atendimento.

A rede de atendimento CAIXA conta atualmente com mais de 67,4 mil pontos. São 4,1 mil agências e pontos de atendimento; 32,5 mil correspondentes CAIXA Aqui e lotéricos; 30,8 mil máquinas distribuídas pelo país; 2 agências-barco e 18 caminhões-agência.

A CAIXA participou da assinatura do acordo entre as sete maiores instituições financeiras do país para ampliação do número de terminais de autoatendimento compartilhados – Banco24Horas, a ação visa à racionalização da rede externa de caixas eletrônicos garantindo acesso ampliado aos terminais, com ganhos de capilaridade e eficiência a toda a cadeia que sustenta o autoatendimento. Atualmente, a CAIXA disponibiliza 15 mil terminais da rede Banco24Horas.

Além da rede de atendimento física, a CAIXA disponibiliza aos seus clientes os aplicativos de acesso à conta via smartphones e tablets e o Internet Banking CAIXA, que alcançaram, no primeiro semestre de 2014, uma base com 2,4 milhões e 22,6 milhões de usuários, respectivamente.

A CAIXA disponibiliza, também, versões do aplicativo para Mobile Banking, acessível para os Sistemas Android e iOS. Com visual e navegação mais próximos ao da versão desktop, os clientes, pessoas físicas e jurídicas, passaram a ter acesso a algumas operações que antes eram feitas apenas pelo Internet Banking CAIXA – IBC, incluindo a realização de empréstimos, consulta ao extrato do FGTS, apostas em Loteria e acompanhamento das faturas de cartão de crédito.

Além disso, com o intuito de alinhar às práticas de mercado e considerando as particularidades da CAIXA como banco público, a Empresa atua nas redes sociais, visando ampliar as oportunidades que esse meio oferece.

A base de clientes da Instituição apresentou alta de 10,0% em 12 meses, alcançando 75,8 milhões de correntistas e poupadores, dos quais 73,7 milhões na carteira de pessoas físicas, alta de 9,8% em 12 meses, e 2,1 milhões na de pessoas jurídicas, evolução de 18,8% se comparado ao mesmo período de 2013.

O Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC recebeu cerca de 10,6 milhões de chamadas e o Atendimento CAIXA ao Cidadão, 42,1 milhões de ligações que trataram sobre PIS, Seguro Desemprego, FGTS, Cartão Social e Serviço de Informação ao Cidadão.

Além dos canais tradicionais de atendimento à disposição dos clientes, a CAIXA foi uma das primeiras empresas a aderir ao Portal do Consumidor, criado pelo Governo Federal. Essa ferramenta permite a interlocução direta entre consumidores e empresas, fornece ao Estado informações essenciais à elaboração e implementação de políticas públicas de defesa dos consumidores e incentiva a competitividade no mercado pela melhoria da qualidade e do atendimento ao consumidor.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O lucro líquido da CAIXA totalizou R$ 3,4 bilhões no primeiro semestre de 2014, crescimento de 7,9% em 12 meses e 24,4% no trimestre. Os fatores que mais influenciaram o resultado foram a evolução de 24,8% no resultado da intermediação financeira, com destaque para o crescimento de 46,1% das receitas de operações de crédito, e o aumento de 45,5% no resultado de títulos e valores mobiliários e derivativos, em 12 meses. O resultado operacional foi de R$ 3,7 bilhões, alta de 20,3% em relação ao primeiro semestre de 2013.

No final do período, os ativos da CAIXA totalizaram R$ 963,1 bilhões, aumento de 18,2% em 12 meses. A carteira de crédito ampliada representava 57,3% desse total, com R$ 552,1 bilhões, e os títulos e valores mobiliários e derivativos, com R$ 167,1 bilhões, correspondiam a 17,3%.

Patrimoniais (em R$ bilhões)	1S12	1S13	1S14
Ativos Caixa	596	815	963
Carteira de Crédito Ampliada	303	431	552
Poupança	162	190	221
Recursos Administrados (de terceiros)	517	618	695

Os ativos administrados somaram R$ 1,7 trilhão, crescimento de 15,7% em 12 meses, com destaque para o FGTS, que atingiu saldo de R$ 388,5 bilhões, aumento de 12,8%, e para os Fundos de Investimento, que alcançaram o montante de R$ 233,4 bilhões, evolução de 11,2% em 12 meses.

Do total dos passivos, 40,6% consistiam em depósitos e 26,7% correspondiam a captações no mercado aberto e letras. Os depósitos a prazo apresentaram crescimento de 15,3%, e os à vista totalizaram R$ 24,3 bilhões.

O patrimônio líquido da CAIXA evidenciou saldo de R$ 36,2 bilhões no fim do semestre, incluindo R$ 8,0 bilhões em Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, elegíveis a compor o capital principal em Basileia III, como Patrimônio Líquido. O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 22,1% nos últimos doze meses. O índice de Basileia, no fim do semestre, foi 13,3%, superior em 2,3 p.p ao valor mínimo exigido de 11%.

Indicadores (em %)	1S12	1S13	1S14
Retorno sobre Ativo Médio (acum. 12m)	1,0	0,9	0,8
Retorno sobre o PL Médio (acum. 12m)	28,7	25,3	22,1
Índice de Solvabilidade – Basileia	12,9	14,7	13,3
Endividamento Setor Público	28,6	32,9	28,1
Cobertura de Desp. Administrativas (acum. 12m)	66,6	63,8	63,2
Cobertura de Desp. de Pessoal (acum. 12m)	109,1	103,0	102,0
Índice de Eficiência Operacional (acum. 12m)	57,3	61,1	57,9

Os resultados obtidos refletiram diretamente as metas estabelecidas pela Empresa que objetivaram promover a eficiência na gestão de seus recursos, levando-a a novos patamares de eficiência operacional que garantam a manutenção de resultados sustentáveis.

Em decorrência das ações destinadas a aumentar a eficiência operacional, aliadas ao início da maturação dos investimentos realizados nos últimos anos, a CAIXA melhorou o índice de eficiência operacional em 3,1 p.p., quando comparado ao mesmo período de 2013, alcançando 57,9% no primeiro semestre de 2014.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em junho de 2014, a carteira de títulos e valores mobiliários apresentava saldo de R$ 167,1 bilhões, dos quais R$ 148,1 bilhões representados por títulos públicos federais e R$ 18,9 bilhões correspondentes a títulos privados.

O resultado das operações com TVM e derivativos atingiu R$ 12,4 bilhões, 45,5% superior ao registrado no primeiro semestre de 2013.

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN 3.068/2001, a CAIXA declara ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III, os quais totalizaram R$ 46,7 bilhões, em junho de 2014, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

CARTEIRA DE CRÉDITO AMPLIADA

A carteira de crédito ampliada da CAIXA apresentou expansão de 28,0% se comparado ao primeiro semestre de 2013, alcançando saldo de R$ 552,1 bilhões. As contratações totais demonstraram aumento de 3,1% e atingiram R$ 204,6 bilhões, com destaque para a carteira de crédito comercial, com R$ 186,9 bilhões de saldo, e R$ 127,0 bilhões contratados no período, valores 23,6% e 7,8% superiores ao primeiro semestre de 2013, respectivamente.

As operações com pessoas físicas registraram saldo de R$ 90,9 bilhões, as com pessoas jurídicas, R$ 96,0 bilhões, crescimentos respectivos de 31,3% e 17,0%, em 12 meses.

As contratações de crédito para pessoas físicas totalizaram R$ 70,7 bilhões no semestre, alta de 13,6% em relação ao mesmo período de 2013. O segmento PJ apresentou alta de 1,3%, com R$ 56,3 bilhões contratados.

Das operações de crédito comercial, destacou-se o crescimento do crédito consignado, de 23,5% em 12 meses, atingindo saldo de R$ 50,7 bilhões, com volume contratado de R$ 15,2 bilhões. A participação de mercado do crédito consignado alcançou 21,3% em junho de 2014, uma evolução de 2,2 p.p. em 12 meses.

As operações de saneamento e infraestrutura no final de junho apresentaram saldo de R$ 46,2 bilhões, crescimento de 52,4% em 12 meses. As contratações para esse segmento atingiram a soma de R$ 14,1 bilhões. Desses valores, R$ 2,3 bilhões foram contratados em saneamento básico; R$ 2,9 bilhões em financiamentos de energia e logística; R$ 3,8 bilhões em operações de mobilidade urbana e R$ 5,1 bilhões em infraestrutura urbana.

O saldo da carteira imobiliária alcançou R$ 303,5 bilhões, evolução de 27,3% em 12 meses. A CAIXA continua na liderança desse mercado, com 67,6% de participação, excluídos os certificados de recebíveis imobiliários.

As contratações da carteira de crédito habitacional somaram R$ 61,5 bilhões no semestre, dos quais R$ 18,6 bilhões com recursos do FGTS, R$ 33,8 bilhões com recursos do SBPE e R$ 7,1 bilhões contratados com outros recursos.

A Instituição realizou, no semestre, a 10ª edição do Feirão CAIXA da Casa Própria, que percorreu treze cidades e recebeu 434,4 mil visitantes, 6,8% a mais em relação a 2013. O total contratado foi de R$ 15,6 bilhões, valor 11,7% superior aos negócios fechados em 2013.

Para o Programa Minha Casa, Minha Vida, foram contratados R$ 16,4 bilhões, totalizando 210,4 mil unidades habitacionais no primeiro semestre de 2014. Dessas, 32% foram destinadas aos beneficiários com renda de até R$ 1,6 mil em modalidades integralmente subsidiadas pelo programa.

Nos últimos 12 meses, o saldo do crédito rural avançou de R$ 290 milhões para R$ 3,6 bilhões. As contratações do período atingiram a soma de R$ 2,1 bilhões. Os recursos são destinados ao custeio agrícola e pecuário, às operações de investimentos em máquinas e equipamentos, à aquisição de animais e a projetos de infraestrutura rural.

Ao final do semestre, a carteira de crédito da CAIXA continuou a apresentar alta qualidade, sendo que aproximadamente 92% do seu total estavam classificados nos ratings de AA-C. O índice de inadimplência foi de 2,77%, alta de 0,1 p.p. no trimestre. A oscilação decorre da diminuição da velocidade de expansão da carteira de crédito e do avanço na participação em segmentos com maior rentabilidade e, consequentemente, maior risco, conforme previsto no planejamento da Instituição.

A inadimplência da carteira comercial correspondeu a 4,6% no final do período, alta de 0,6 p.p em relação a março de 2014, sendo 6,1% na carteira Pessoa Física, e 3,1% na carteira Pessoa Jurídica. No crédito imobiliário, esse indicador apresentou o percentual de 1,9%, mantendo-se estável em relação ao trimestre anterior.

DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS

As captações totais apresentaram saldo de R$ 751,2 bilhões no primeiro semestre, evolução de 23,0% em relação ao mesmo período de 2013. A poupança da CAIXA alcançou saldo de R$ 221,0 bilhões, evolução de 16,0% em 12 meses, mantendo-se na liderança do mercado, com 35,2% de participação.

Em 12 meses, foram abertas 8,4 milhões de contas de poupança, totalizando 55,6 milhões ao final de junho, evolução de 13,2%. A captação líquida da poupança somou R$ 4,6 bilhões, o que correspondeu a 47,7% de todo valor captado pelo mercado no semestre.

A base de contas-correntes expressou aumento de 9,9% no período, evoluindo de 24,4 milhões para 26,8 milhões, assim distribuídos: 24,7 milhões de contas Pessoa Física (10,7 milhões de contas simplificadas CAIXA Fácil) e 2,1 milhões de contas Pessoa Jurídica.

Os depósitos à vista totalizaram R$ 24,3 bilhões, redução de 3,8% em relação ao primeiro semestre de 2013. Os depósitos a prazo apresentaram crescimento de 15,3% na mesma comparação, alcançando a marca de R$ 130,7 bilhões. Os recursos em CDB/RDB representavam 63,0% desse total, contabilizando R$ 82,3 bilhões, aumento de 14,3% em relação ao mesmo período de 2013.

Os depósitos judiciais obtiveram acréscimo de 17,1% em 12 meses, apresentando saldo de R$ 48,4 bilhões. Os demais depósitos somaram R$ 15,3 bilhões de saldo.

As Letras Imobiliárias, Financeiras e Agrícolas, no fim do semestre, apresentaram captação líquida de R$ 20,8 bilhões e saldo de R$ 102,1 bilhões, aumento de 65,8%, se comparado a junho de 2013.

Destaque para as Letras Imobiliárias, que evoluíram 67,3%, atingindo saldo de R$ 67,1 bilhões no semestre, correspondendo a 53,2% de participação no mercado. As Letras Financeiras, por sua vez, atingiram o saldo de R$ 32,6 bilhões e as Letras do Crédito Agrícola, R$ 2,3 bilhões, crescimento de 63,4% e 58,6%, respectivamente.

Em relação à captação internacional, a CAIXA totalizou US$ 4,6 bilhões captados no exterior, com vencimentos entre 2017 e 2024, o que permite à Empresa melhor diversificação de funding, e formação de curva de juros em moeda estrangeira.

Os recursos comporão o capital da Instituição, sustentando o processo de crescimento e abrindo alternativas de diversificação das fontes de financiamento.

Os volumes captados incrementam os índices de Basileia da CAIXA, apoiam o seu plano de capital e auxiliam o seu contínuo ganho de participação de mercado. Com essa operação, a CAIXA consolida-se como uma emissora frequente no mercado internacional, ganhando, com isso, maior visibilidade.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O patrimônio administrado dos fundos de investimentos e carteiras alcançou o saldo de R$ 475,6 bilhões no semestre, incluindo FI de FIC e FI FGTS. Os fundos exclusivos, com R$ 104,3 bilhões, apresentaram crescimento de 6,0% em comparação com o mesmo período do ano anterior, e os fundos de rede, R$ 100,4 bilhões, alta de 9,0% em relação ao primeiro semestre de 2013. Os fundos de renda fixa, no final do período, apresentaram saldo de R$ 182,4 bilhões.

No final de junho, a Instituição participava com 8,7% dos fundos do mercado, segundo a ANBIMA, crescimento de 0,4 p.p. em 12 meses.

No semestre, a CAIXA administrava 410 produtos de investimento, sendo 385 Fundos de Investimento (excluindo os FI de FIC) e 25 Carteiras Administradas, dos quais 12 foram lançados no período.

CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO

Os clientes dos cartões CAIXA realizaram, até junho, 610,1 milhões de transações, representando um volume financeiro de R$ 47,1 bilhões. A evolução das transações foi de 26,6%, enquanto o valor movimentado apresentou crescimento de 31,9% em 12 meses.

A base de cartões de débito atingiu 83,8 milhões nas bandeiras MasterCard, Visa Electron e Elo, aumento de 9,7% em relação ao primeiro semestre de 2013. Foram realizadas mais de 456,0 milhões de transações, demonstrando um aumento de 27,7% em 12 meses, com um volume financeiro de R$ 29,3 bilhões.

Os cartões de crédito atingiram a base de 10,3 milhões nas bandeiras MasterCard, Visa e Elo. Foram realizadas mais de 154,1 milhões de transações, crescimento de 23,5% em relação ao mesmo período de 2013, representando um volume de R$ 17,8 bilhões.

Somente a base de cartões da bandeira Elo alcançou a marca de 21,8 milhões, sendo 20,9 milhões de débito e 915,2 mil de crédito, evolução de 133,0% e 343,4%, em 12 meses, respectivamente.

SERVIÇOS BANCÁRIOS

Durante o semestre, foram realizadas 3,6 bilhões de transações bancárias, evolução de 16,3% se comparado ao primeiro semestre de 2013. Somente o Internet Banking CAIXA alcançou 638,0 milhões de transações entre consultas a saldos, extratos, pagamentos e transferências, correspondendo a 18,0% do total de transações.

Com o objetivo de atender à necessidade de seus clientes, a CAIXA, em parceria com o Grupo CAIXA Seguros, disponibiliza produtos, como seguros de vida, residencial e automobilístico, títulos de capitalização, previdência privada e consórcios, que movimentaram recursos de R$ 2,3 bilhões no semestre, valor 13,7% superior ao volume transacionado no mesmo período de 2013.

Esses produtos renderam R$ 120,5 milhões em tarifas de balcão no primeiro semestre de 2014, atingindo um crescimento de 34,1% em 12 meses.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇOS DE GOVERNO

Como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. No primeiro semestre, foram pagos cerca de 87,8 milhões de benefícios sociais, correspondendo a R$ 13,1 bilhões.

O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou cerca de 79,4 milhões de benefícios no período, totalizando R$ 12,1 bilhões, alta de 3,7% em 12 meses.

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, a Instituição foi responsável pelo pagamento de 73,1 milhões de benefícios até junho de 2014, entre eles, o Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS (quotas e rendimentos), correspondendo a R$ 18,5 bilhões.

As aposentadorias e pensões aos beneficiários do INSS totalizaram 32,9 milhões, somando R$ 30,7 bilhões.

A arrecadação do FGTS foi de R$ 51,2 bilhões e os saques, R$ 40,4 bilhões. No final de junho, o Fundo era composto por 128,8 milhões de contas ativas.

A CAIXA firmou parceria com o Ministério das Relações Exteriores – MRE com o propósito de ampliar o serviço de saque do FGTS para os brasileiros residentes na Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia.

A oferta de saque do Fundo para brasileiros residentes no exterior é resultado do Termo de Compromisso assinado em 2010 entre o Ministério das Relações Exteriores e a CAIXA. No período de julho de 2010 a julho de 2014, os brasileiros residentes no exterior foram responsáveis por mais de 5 mil operações de saque do FGTS, totalizando R$ 84,0 milhões pagos a trabalhadores.

LOTERIAS

A arrecadação das Loterias da CAIXA, no primeiro semestre de 2014, foi de R$ 5,8 bilhões, valor superior em 12,3% ao total arrecadado no mesmo período do ano anterior. Destaque aos produtos Timemania, Lotogol e Dupla-Sena, que apresentaram incremento de 35,2%, 33,3% e 32,1%, respectivamente, em relação ao primeiro semestre de 2013.

Também se destacou a Quina de São João, concurso especial realizado no mês de junho, que pagou cerca de R$ 104,6 milhões, o maior valor pago pela modalidade desde a sua criação. Nesse primeiro semestre, R$ 2,1 bilhões dos valores arrecadados foram transferidos aos programas sociais do Governo Federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

Destinação das Loterias (em R$ milhões)	1S12	1S13	1S14
Destinação Social	1.680	1.891	2.123
Prêmios	1.638	1.864	2.064
Tributos	402	434	516
Despesas de Custeio e Manutenção	893	1.000	1.123
Arrecadação Total	4.613	5.189	5.826

PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS

A CAIXA Participações S/A – CAIXAPAR, subsidiária integral da Instituição, é o braço estratégico nos negócios relativos a participações em outras sociedades, atuando em setores da economia e em atividades complementares e similares aos negócios da Instituição.

As principais atividades estão relacionadas à prospecção de novos negócios, à gestão e à governança das participações societárias investidas.

Atualmente, entre as empresas que constam da carteira de participações da CAIXAPAR, destacam-se: CAIXA Seguros, Banco PAN, CPM Braxis, Elo Serviços, Cia Brasileira de Securitização – CIBRASEC, Câmara Interbancária de Pagamento – CIP, BIAPE, CIELO e Tecnologia Bancária – Tecban.

Composição da Carteira de Participações (em R$ milhões)	1S12	1S13	1S14
CAIXA Seguros Holding S.A.	1.619.506	1.923.994	2.096.717
Banco PAN	1.074.552	652.475	441.558
Capgemini	321.670	294.033	249.527
Elo Serviços	12.421	9.814	13.253
Cia. Bras. de Securitização – CIBRASEC	6.805	7.048	6.778
Caixa Seguros Participações – CSP	-	3.158	43.331
Crescer	-	5.163	4.209
Branes	-	2.019	1.860
BIAPE	1.143	1.140	542
FGO – Fdo. Garantia de Operações	-	113.208	104.445
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	-	141.689	186.565
Fundo de Investim. em Participações	-	39.272	39.356
Outros Investimentos	214.428	1.026	6.834
TOTAL	**3.250.525**	**3.194.039**	**3.194.975**

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

A atuação internacional da CAIXA está alinhada à expectativa do Governo Federal de apoiar tanto os brasileiros residentes no exterior quanto as instituições dos diversos países, por meio da oferta de serviços, produtos e do envio de remessas para o Brasil.

Mediante o Programa de Remessas Internacionais, clientes residentes no exterior podem enviar fundos ao Brasil. O Programa captou, no primeiro semestre de 2014, R$ 190,5 milhões por meio dos bancos correspondentes (SWIFT) e dos bancos parceiros, representando um crescimento de 31,0% em relação ao primeiro semestre de 2013.

A Instituição possui escritórios de representação localizados na cidade de Tóquio – Japão, no Estado de Nova Jersey – Estados Unidos, e na cidade de Caracas – Venezuela.

No âmbito do Escritório de Representação no Japão – ERJAP, a CAIXA assinou Memorando de Entendimento com o Consulado-Geral do Brasil em Tóquio renovando a parceria para apoio à realização de eventos esportivos e culturais voltados à comunidade brasileira. Nessa parceria, foram realizadas palestras sobre educação financeira.

Em abril de 2014, foi assinado Memorando de Entendimentos com o banco parceiro Iwata Shinkin Bank – ISB que tem por objeto facilitar a promoção de ações que visem à realização de investimentos no Brasil por empresas e instituições de capital japonês e que resultem no fortalecimento dos vínculos comerciais entre o Brasil e Japão.

Em relação à política de comunicação com investidores internacionais, a CAIXA vem fortalecendo o seu relacionamento por meio de realização trimestral de Conference Calls para atender às necessidades de investidores que adquiriram os papéis da CAIXA e potenciais compradores.

Em maio, a CAIXA participou da Semana Internacional de inclusão Financeira, promovida pelo Banco Central do Brasil. O evento contou com a participação de representantes dos Bancos Centrais de Bangladesh, Índia, México, Moçambique, Nigéria, Senegal e Togo, que puderam conhecer o modelo de correspondentes gerido pela Empresa.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CAIXA atua para se tornar referência em práticas de governança corporativa, seja pelo Modelo de Gestão vigente, que tem a governança corporativa como um de seus componentes, seja pela adoção de práticas de gestão alinhadas a princípios como transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade social empresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade, princípios que se concretizam em instrumentos variados de gestão, como o Código de Ética e as Políticas de Atuação da CAIXA.

A sua governança corporativa está estruturada em um sistema que privilegia a decisão colegiada ágil e descentralizada, mediante a instrumentalização da decisão estratégica, da organização dos níveis decisórios, da agenda de trabalho e da visão dos temas essenciais à gestão.

Como convém à boa prática de governança, a CAIXA dispõe de colegiados e unidade específica que executam as atribuições relativas à supervisão e fiscalização da gestão dos administradores da CAIXA, além dos órgãos de fiscalização e controle externos.

Para conhecer mais sobre a governança corporativa da CAIXA, a Instituição disponibiliza informações que podem ser acessadas no site http://www14.caixa.gov.br/portal/governanca.

CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controles Internos da CAIXA – SCI CAIXA é o conjunto de elementos composto de políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados pela Instituição para que alcance seus objetivos, forneça informações gerenciais e financeiras consistentes, tenha todas as suas atividades realizadas de acordo com as leis, normas internas e externas, e reduza o risco de danos à sua imagem.

A Política de Controles Internos e *Compliance* da Instituição tem o objetivo de estabelecer princípios e diretrizes que promovam condições para assegurar a efetividade do Sistema de Controles Internos da CAIXA, estruturada de acordo com os cinco componentes do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO: ambiente de controle, avaliação de risco, atividades de controle e *compliance,* monitoramento, informação e comunicação.

A verificação do cumprimento da referida política é realizada por intermédio do monitoramento do SCI, que consiste na avaliação de um conjunto de indicadores desenvolvidos a partir dos princípios e diretrizes da política, mensurados e pontuados de forma a evidenciar o grau de maturidade dos controles internos da Instituição.

O processo de registro de informações sobre as atividades de Controles Internos desenvolvidas pelas diversas unidades da Instituição encontra-se automatizado, subsidiando o monitoramento do SCI e a elaboração dos Relatórios de Controles Internos para atendimento à Resolução CMN 2.554/1998, à Circular BACEN 3.467/2009 e ao Comunicado Técnico IBRACON 003/2010, bem como à Instrução CVM 505/2011.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GESTÃO DE RISCOS E CAPITAL

A gestão de riscos e capital da CAIXA está pautada em práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, sendo realizada por meio do gerenciamento de capital, dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez e demais riscos.

As políticas aprovadas pelo Conselho de Administração estabelecem os princípios, os valores e as diretrizes adotadas no gerenciamento dessas categorias de risco e definem os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição em níveis aceitáveis.

As atividades de administração de risco são segregadas das atividades negociais e de auditoria.

Os riscos inerentes a novos produtos e serviços são identificados previamente, com análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA e aos limites de exposição e concentração a riscos.

O controle do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, perda, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos de carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.

Com base no acompanhamento, observa-se que os indicadores de inadimplência, a provisão para devedores duvidosos e a perda da carteira se mantiveram dentro do esperado.

A gestão do risco operacional está integrada à gestão dos demais riscos, com o objetivo de reduzir a exposição e minimizar as perdas financeiras, em especial, a atuação da rede de negócios, da área de cobrança e desenvolvimento de produtos e serviços.

O gerenciamento de capital da CAIXA está alinhado ao Plano de Negócios que considera os objetivos empresariais, cenários macroeconômicos e os riscos a que a Instituição está sujeita, sendo elaborado Plano de Capital para um horizonte mínimo de 3 anos, em cenários de normalidade e estresse.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A CAIXA possui uma política ambiental normatizada e atua como indutora de práticas sustentáveis e de responsabilidade socioambiental. Por meio do Fundo Socioambiental, desde 2010, a Instituição destina recursos correspondentes a até 2% do lucro para apoiar projetos socioambientais.

Esse Fundo busca apoiar financeiramente projetos e investimentos de caráter social e ambiental e tem como objetivo consolidar e ampliar a atuação da CAIXA no incentivo a ações que promovam o desenvolvimento sustentável.

No primeiro semestre de 2014, o Fundo Socioambiental investiu R$ 4,9 milhões em apoio a projetos e investimentos em gestão ambiental, geração de trabalho e renda, cultura, saúde e educação, entre outras áreas vinculadas ao desenvolvimento sustentável, beneficiando, prioritariamente, a população de baixa renda.

Além disso, a CAIXA participa do mercado de crédito de carbono para o financiamento de empreendimentos de aterros sanitários. Essas linhas de crédito da CAIXA são voltadas para empresas públicas e privadas, sob a forma de mecanismo de desenvolvimento limpo, de acordo com o Protocolo de Quioto, criado para auxiliar países na redução de gases do efeito estufa ou de captura de carbono; esse mecanismo possibilita que as Reduções Certificadas de Emissões possam ser comercializadas mundialmente.

A CAIXA já comercializou três milhões de toneladas de Reduções Certificadas de Emissões em projetos de aterro sanitário. A negociação é resultado de acordo firmado entre a Instituição e Banco Mundial.

Destaque à discussão trazida pelo Banco Central, por meio da Resolução 4.327, de 2014, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras.

A Resolução estabelece, por exemplo, que as instituições financeiras tenham uma Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA e facultativamente um Comitê de Responsabilidade Socioambiental. A CAIXA já é detentora de ambos.

Para mais informações sobre o tema, a CAIXA disponibiliza em seu site na internet o Relatório de Sustentabilidade 2013, que apresenta dados com base em indicadores setoriais e de responsabilidade socioambiental.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No primeiro semestre de 2014, a CAIXA continuou investindo na melhoria, inovação e aprimoramento dos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação. Nesse sentido, até o final desse período, foram aplicados R$ 855,9 milhões em novas plataformas, expansão, aumento de capacidade, melhorias no desempenho e disponibilidade, manutenção e atualização do parque tecnológico.

Em maio de 2014, foi concluída uma grande etapa do Projeto Alta Disponibilidade, com a migração do processamento realizado no site Rio de Janeiro para o novo *site* no Centro Tecnológico Datacenter Cidade Digital, em Brasília.

Com a mudança, os sistemas que eram processados pela Centralizadora Nacional de Operações de Tecnologia da Informação Rio de Janeiro – CEPTIRJ, passaram a ser processados no novo ambiente, considerado um dos mais modernos centros de processamento do país.

A CAIXA disponibilizou um novo serviço de geração eletrônica da Guia de Recolhimento do FGTS – o GRF Web Doméstico para os empregadores. A ferramenta irá facilitar os procedimentos para recolhimento das contribuições ao Fundo, oferecer maior comodidade ao empregador, garantindo os direitos do trabalhador doméstico.

GESTÃO DE PESSOAS

Em junho de 2014, a CAIXA possuía em seu quadro de pessoal 99,8 mil empregados concursados e 16,1 mil estagiários e aprendizes. No período, foram contratados 2,3 mil empregados.

A folha de pessoal somou R$ 8,5 bilhões no semestre, contemplando os benefícios proporcionados aos colaboradores e seus dependentes, no valor de R$ 1,1 bilhão, além das remunerações dos empregados somadas aos encargos.

Além disso, a Instituição oferece aos empregados a possibilidade de complementar sua renda, após a aposentadoria, por meio de patrocínio a planos de benefício de previdência complementar, administrados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, que alcançou cerca de 96,7% do quadro de empregados no período. A FUNCEF completou a marca de 135,6 mil associados. Dentro desse número, 99,1 mil são ativos, 29,5 mil aposentados e 6,9 mil pensionistas.

Além dos diversos programas voltados à saúde e à segurança dos empregados, a Instituição busca integrar a educação corporativa à gestão do desempenho e das competências e à gestão do conhecimento, por meio de incentivos à capacitação, da criação e manutenção de sistemas e processos de disseminação do conhecimento e do desenvolvimento de habilidades. Nesse sentido, a CAIXA investiu, no semestre, R$ 33,0 milhões em programas de capacitação e elevação de escolaridade.

No mês de maio de 2014, a CAIXA deu início à Gestão do Desempenho de Pessoas, modelo que se fundamenta nos eixos resultado e estilo para nortear a atuação dos empregados e aferir a medida da contribuição de cada um para o resultado, contribuindo para a transformação cultural em busca da meritocracia e da responsabilização, favorecendo a eficiência dos processos.

APOIO À CULTURA E AO ESPORTE

Sintonizada com as diretrizes do Governo Federal, a CAIXA contempla em seu planejamento estratégico ações de marketing cultural orientadas para os seguintes aspectos: inclusão social, desenvolvimento humano, valores nacionais, democratização, descentralização e transparência.

Durante o primeiro semestre, foram investidos mais de R$ 53,0 milhões em programas culturais, incluindo os programas de ocupação cultural de seus espaços, artesanato, festivais, patrimônio, além de projetos em parceira com órgãos governamentais e eventos ligados à cultura popular, no total de 258 eventos.

Além disso, a CAIXA se destaca como importante patrocinadora do esporte brasileiro, investindo em modalidades de destaque no cenário nacional e internacional, como o patrocínio às Confederações Brasileiras de Atletismo, Ginástica, Lutas Olímpicas, Comitê Paralímpico Brasileiro, os circuitos de corridas e corridas de rua em todo o país, além das Confederações Brasileiras de Ciclismo e Tiro Esportivo. A Instituição também atua no futebol, patrocinando clubes, arenas e campeonatos. No segmento esportivo, foram investidos, aproximadamente, R$ 142,0 milhões no primeiro semestre de 2014.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A CAIXA foi destaque durante a entrega do Prêmio E-Finance 2014, iniciativa da revista Executivos Financeiros que tem o objetivo de reconhecer as mais inovadoras implementações de soluções de infraestrutura e aplicativos da área de Tecnologia da Informação – TI. No evento, a CAIXA foi a segunda Instituição a receber mais prêmios, sendo vencedora em 23 projetos, inseridos em 11 categorias.

Outro destaque ficou para os fundos de investimento da CAIXA, que novamente figuraram no ranking dos Melhores Fundos de Investimento do Mercado Brasileiro, publicado na edição de junho deste ano na Revista Valor Investe.

A CAIXA recebeu ao todo sete premiações especiais, entre quatro e cinco estrelas. Para conquistar as cinco estrelas, pela metodologia do ranking, além de superar o retorno de ativo livre de risco (poupança), o Fundo precisava apresentar rentabilidade superior à média de rentabilidade dos fundos de investimento da mesma categoria. Do total de fundos administrados pela CAIXA, 36 foram premiados.

A CAIXA também foi eleita a marca mais amada do Brasil, na categoria bancos, pela revista Consumidor Moderno, além de ser o banco público que mais agrada os clientes, de acordo com o jornal Folha de São Paulo.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

ATIVO	Individual			Consolidado		
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013 (Nota 3 (t))	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013 (Nota 3 (t))
CIRCULANTE	**484.153.074**	**400.149.115**	**407.623.908**	**485.250.568**	**400.931.075**	**408.234.975**
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	**11.485.920**	**11.480.407**	**6.097.970**	**11.485.921**	**11.480.407**	**6.097.970**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	**85.275.228**	**44.904.342**	**90.986.245**	**85.275.228**	**44.904.342**	**90.986.245**
Aplicações no mercado aberto	78.459.281	37.232.669	86.062.522	78.459.281	37.232.669	86.062.522
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.816.469	7.672.360	4.924.775	6.816.469	7.672.360	4.924.775
Provisões para perdas	(522)	(687)	(1.052)	(522)	(687)	(1.052)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**122.965.609**	**112.639.473**	**110.267.101**	**124.118.864**	**113.261.241**	**110.802.301**
Carteira própria - livre	80.585.560	58.724.773	81.754.248	81.738.815	59.346.541	82.289.448
Vinculados a compromissos de recompra	40.374.894	53.649.345	28.394.616	40.374.894	53.649.345	28.394.616
Instrumentos financeiros derivativos	37.860	260.317	118.040	37.860	260.317	118.040
Vinculados ao Banco Central						
Vinculados a prestação de garantias	1.967.295	5.038	197	1.967.295	5.038	197
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**93.904.977**	**86.740.369**	**82.341.691**	**93.904.977**	**86.740.369**	**82.341.691**
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.983.761	73.327	1.227.157	1.983.761	73.327	1.227.157
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	91.004.376	86.188.520	80.502.457	91.004.376	86.188.520	80.502.457
Correspondentes	916.840	478.522	612.077	916.840	478.522	612.077
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**82.011**	**593.239**	**345.153**	**82.011**	**593.239**	**345.153**
Recursos em trânsito de terceiros	330	220	179	330	220	179
Transferências internas de recursos	81.681	593.019	344.974	81.681	593.019	344.974
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**122.890.627**	**104.418.611**	**86.862.748**	**122.890.627**	**104.418.611**	**86.862.748**
Setor público	5.091.381	3.817.686	3.447.738	5.091.381	3.817.686	3.447.738
Setor privado	130.598.251	109.483.015	93.971.806	130.598.251	109.483.015	93.971.806
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	550.835	585.312	348.185	550.835	585.312	348.185
Provisão para operações de créditos	(13.349.840)	(9.467.402)	(10.904.981)	(13.349.840)	(9.467.402)	(10.904.981)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**46.246.299**	**38.317.229**	**29.661.262**	**46.190.537**	**38.477.421**	**29.737.129**
Créditos por avais e fianças honrados	29.260	26.042	35.156	29.260	26.042	35.156
Carteira de câmbio	1.209.399	686.732	587.146	1.209.399	686.732	587.146
Rendas a receber	2.426.070	2.019.622	1.705.239	2.370.400	2.180.487	1.779.133
Negociação e intermediação de valores	15.662	864	186.379	15.662	864	186.379
Créditos específicos	752.954	716.094	688.410	752.954	716.094	688.410
Diversos	42.085.088	35.143.263	26.546.402	42.084.996	35.142.590	26.548.375
Provisão para outros créditos	(272.134)	(275.388)	(87.470)	(272.134)	(275.388)	(87.470)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	**1.302.403**	**1.055.445**	**1.061.738**	**1.302.403**	**1.055.445**	**1.061.738**
Outros valores e bens	1.237.916	1.020.169	886.267	1.237.916	1.020.169	886.267
Provisões para perdas	(30.371)	(31.614)	(26.291)	(30.371)	(31.614)	(26.291)
Despesas antecipadas	94.858	66.890	201.762	94.858	66.890	201.762
NÃO CIRCULANTE	**479.162.612**	**458.326.241**	**407.175.934**	**477.819.635**	**457.394.261**	**406.381.106**
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTL FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**42.967.084**	**50.026.983**	**45.042.518**	**42.967.084**	**50.026.983**	**45.042.518**
Carteira própria - livre	9.578.204	14.200.836	9.997.342	9.578.204	14.200.836	9.997.342
Vinculados a compromissos de recompra	30.868.426	31.542.429	32.213.714	30.868.426	31.542.429	32.213.714
Vinculados ao Banco Central	993	944	897	993	944	897
Vinculados a prestação de garantias	2.519.461	4.282.774	2.830.565	2.519.461	4.282.774	2.830.565
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**21.443.040**	**20.797.571**	**20.496.183**	**21.443.040**	**20.797.571**	**20.496.183**
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	21.443.040	20.797.571	20.496.183	21.443.040	20.797.571	20.496.183
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**396.189.106**	**357.426.648**	**314.423.388**	**396.189.106**	**357.426.648**	**314.423.388**
Setor público	36.782.388	33.611.053	30.599.705	36.782.388	33.611.053	30.599.705
Setor privado	367.805.114	334.360.959	292.359.455	367.805.114	334.360.959	292.359.455
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	3.356.758	3.629.761	1.889.958	3.356.758	3.629.761	1.889.958
Provisão para operações de créditos	(11.755.154)	(14.175.125)	(10.425.730)	(11.755.154)	(14.175.125)	(10.425.730)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**8.153.860**	**20.241.981**	**18.535.176**	**8.153.860**	**20.241.981**	**18.535.201**
Diversos	8.187.742	20.290.362	18.755.006	8.187.742	20.290.362	18.755.031
Provisão para outros créditos	(33.882)	(48.381)	(219.830)	(33.882)	(48.381)	(219.830)
PERMANENTE	**10.409.522**	**9.833.058**	**8.678.669**	**9.066.545**	**8.901.078**	**7.883.816**
INVESTIMENTOS (Nota 11)	**4.537.952**	**4.272.753**	**3.988.894**	**3.194.975**	**3.340.773**	**3.194.039**
Participações em coligadas e controladas:	4.240.110	3.897.399	3.727.158	2.897.133	2.965.419	2.932.303
- No país	4.239.568	3.896.611	3.726.018	2.896.591	2.964.631	2.931.163
- No exterior	542	788	1.140	542	788	1.140
Outros investimentos	475.327	455.720	280.451	475.327	455.720	280.451
Provisão para perdas	(177.485)	(80.366)	(18.715)	(177.485)	(80.366)	(18.715)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	**3.287.684**	**3.026.322**	**2.580.428**	**3.287.684**	**3.026.322**	**2.580.430**
Imóveis de uso	913.688	770.513	643.171	913.688	770.513	643.171
Reavaliações de imóveis de uso	744.196	743.272	743.718	744.196	743.272	743.718
Outras imobilizações de uso	6.172.759	5.667.682	5.063.196	6.172.760	5.667.682	5.063.198
Depreciações acumuladas	(4.542.959)	(4.155.145)	(3.869.657)	(4.542.960)	(4.155.145)	(3.869.657)
INTANGÍVEL (Nota 13)	**2.583.886**	**2.533.983**	**2.108.562**	**2.583.886**	**2.533.983**	**2.108.562**
Ativos intangíveis	3.865.189	3.617.578	3.044.111	3.865.189	3.617.578	3.044.111
Amortizações acumuladas	(1.281.303)	(1.083.595)	(935.549)	(1.281.303)	(1.083.595)	(935.549)
DIFERIDO (Nota 13)			**785**			**785**
Gastos de organização e expansão			6.741			6.741
Amortizações acumuladas			(5.956)			(5.956)
TOTAL	**963.315.686**	**858.475.356**	**814.799.842**	**963.070.203**	**858.325.336**	**814.616.081**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual			Consolidado		
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013 (Nota 3 (t))	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013 (Nota 3 (t))
CIRCULANTE	**570.234.245**	**526.346.591**	**497.786.395**	**569.988.762**	**526.196.571**	**497.602.634**
DEPÓSITOS (Nota 14)	**320.979.781**	**304.015.240**	**285.345.416**	**320.517.031**	**303.729.806**	**285.071.689**
Depósitos à vista	24.286.581	25.170.971	25.246.143	24.286.581	25.170.971	25.246.140
Depósitos de poupança	220.990.257	209.573.848	190.432.395	220.990.257	209.573.848	190.432.395
Depósitos interfinanceiros	4.092.776	2.226.373	233.631	4.092.776	2.226.373	233.631
Depósitos a prazo	60.820.996	56.888.921	55.818.583	60.358.246	56.603.487	55.544.859
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.789.171	10.155.127	13.614.664	10.789.171	10.155.127	13.614.664
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**141.541.598**	**115.453.523**	**133.088.684**	**141.452.590**	**115.368.762**	**133.002.657**
Carteira própria	67.056.045	82.694.499	59.173.167	66.967.037	82.609.738	59.087.140
Carteira de terceiros	74.485.553	32.759.024	73.915.517	74.485.553	32.759.024	73.915.517
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**43.202.167**	**43.595.248**	**23.314.677**	**43.202.167**	**43.595.248**	**23.314.677**
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	43.202.167	37.263.075	19.976.163	43.202.167	37.263.075	19.976.163
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		6.332.173	3.338.514		6.332.173	3.338.514
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**2.991.812**	**526.624**	**1.639.680**	**2.991.812**	**526.624**	**1.639.680**
Recebimentos e pagamentos a liquidar	2.977.163	507.669	1.626.928	2.977.163	507.669	1.626.928
Correspondentes	14.649	18.955	12.752	14.649	18.955	12.752
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**915.061**	**2.043.376**	**716.526**	**915.061**	**2.043.376**	**716.526**
Recursos em trânsito de terceiros	503.538	1.525.075	422.735	503.538	1.525.075	422.735
Transferências internas de recursos	411.523	518.301	293.791	411.523	518.301	293.791
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**1.715.077**	**893.112**	**841.781**	**1.715.077**	**893.112**	**841.781**
Empréstimos no país - Outras instituições						
Empréstimos no exterior	1.715.077	893.112	841.781	1.715.077	893.112	841.781
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**2.128.805**	**2.124.038**	**832.711**	**2.128.805**	**2.124.038**	**832.711**
TESOURO NACIONAL - PIS	402.671	641.650	453.436	402.671	641.650	453.436
BNDES	897.482	618.401	113.590	897.482	618.401	113.590
FGTS	826.418	861.689	263.326	826.418	861.689	263.326
Outras	2.234	2.298	2.359	2.234	2.298	2.359
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	**295.350**	**89.171**	**524**	**295.350**	**89.171**	**524**
Instrumentos financeiros derivativos	295.350	89.171	524	295.350	89.171	524
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	**56.464.594**	**57.606.259**	**52.006.396**	**56.770.869**	**57.826.434**	**52.182.389**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.148.924	264.352	1.052.618	1.148.924	264.352	1.052.618
Carteira de câmbio	91.940	39.318	164.237	91.940	39.318	164.237
Sociais e estatutárias	1.087.190	4.523.044	1.076.069	1.087.191	4.523.044	1.076.069
Fiscais e previdenciárias	1.601.188	1.993.050	1.775.864	1.906.997	2.212.856	1.951.461
Negociação e intermediação de valores	6.790	44.592	1.095	6.790	44.592	1.095
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	845.954	842.957		845.954	842.957	
Recursos para destinação específica:	8.455.446	8.852.307	7.916.749	8.455.446	8.852.307	7.916.749
- Obrigações de operações com loterias	756.764	1.310.495	665.720	756.764	1.310.495	665.720
- Obrigações por fundos e programas sociais	7.064.038	7.268.366	6.691.093	7.064.038	7.268.366	6.691.093
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	634.644	273.446	559.936	634.644	273.446	559.936
Diversas	43.227.162	41.046.639	40.019.764	43.227.627	41.047.008	40.020.160
NÃO CIRCULANTE	**356.836.922**	**296.755.402**	**291.827.341**	**356.836.922**	**296.755.402**	**291.827.341**
DEPÓSITOS (Nota 14)	**70.788.319**	**57.039.948**	**57.843.011**	**70.788.319**	**57.039.948**	**57.843.011**
Depósitos interfinanceiros	452.765	127.189	44.318	452.765	127.189	44.318
Depósitos a prazo	70.335.554	56.912.759	57.798.693	70.335.554	56.912.759	57.798.693
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**4.381.176**	**1.120.867**	**3.232.779**	**4.381.176**	**1.120.867**	**3.232.779**
Carteira própria	4.381.176	1.120.867	3.232.779	4.381.176	1.120.867	3.232.779
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**67.836.000**	**40.227.746**	**41.605.072**	**67.836.000**	**40.227.746**	**41.605.072**
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	58.919.611	40.227.746	41.605.072	58.919.611	40.227.746	41.605.072
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	8.916.389			8.916.389		
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**1.761.520**	**2.338.821**	**397.340**	**1.761.520**	**2.338.821**	**397.340**
Empréstimos no exterior	1.761.520	2.338.821	397.340	1.761.520	2.338.821	397.340
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**171.988.560**	**156.198.141**	**138.778.044**	**171.988.560**	**156.198.141**	**138.778.044**
TESOURO NACIONAL - PIS	317.018	17.912	298.744	317.018	17.912	298.744
BNDES	26.280.474	23.012.645	19.868.330	26.280.474	23.012.645	19.868.330
FGTS	144.008.039	131.870.736	117.930.235	144.008.039	131.870.736	117.930.235
Outras	1.383.029	1.296.848	680.735	1.383.029	1.296.848	680.735
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	**40.081.347**	**39.829.879**	**49.971.095**	**40.081.347**	**39.829.879**	**49.971.095**
Fiscais e previdenciárias	149.808	154.242	158.088	149.808	154.242	158.088
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	39.931.539	39.675.637	49.813.007	39.931.539	39.675.637	49.813.007
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	**36.244.519**	**35.373.363**	**25.186.106**	**36.244.519**	**35.373.363**	**25.186.106**
Capital social:	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802
- Capital de domiciliados no país	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000
- Capital a realizar	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal	8.000.000	8.000.000		8.000.000	8.000.000	
Reservas de capital	167	167		167	167	
Reserva de reavaliação	388.622	392.929	413.750	388.622	392.929	413.750
Reservas de lucros	3.884.084	4.902.396	3.062.938	3.884.084	4.902.396	3.062.938
Ajuste de avaliação patrimonial	(209.255)	23.069	(1.420.908)	(209.255)	23.069	(1.420.908)
Lucros/Prejuízos acumulados	2.126.099		1.075.524	2.126.099		1.075.524
TOTAL	**963.315.686**	**858.475.356**	**814.799.842**	**963.070.203**	**858.325.336**	**814.616.081**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

	Individual				Consolidado			
	2014		2013		2014		2013	
	2º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	1º trimestre
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	**24.912.633**	**47.695.725**	**17.032.886**	**32.240.074**	**24.916.755**	**47.699.847**	**17.032.886**	**32.240.074**
Operações de crédito (Nota 8 (e))	15.949.635	30.429.462	10.936.237	20.825.234	15.949.635	30.429.462	10.936.237	20.825.234
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	7.199.045	13.292.402	2.982.584	6.565.551	7.203.167	13.296.524	2.982.584	6.565.551
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (h))	(849.949)	(892.471)	1.541.969	1.958.184	(849.949)	(892.471)	1.541.969	1.958.184
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	150.038	299.977	(177.767)	(185.486)	150.038	299.977	(177.767)	(185.486)
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	2.202.394	4.242.683	1.649.728	2.898.931	2.202.394	4.242.683	1.649.728	2.898.931
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	261.470	323.672	100.135	177.660	261.470	323.672	100.135	177.660
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	**(19.282.477)**	**(36.246.467)**	**(12.363.574)**	**(23.052.944)**	**(19.270.790)**	**(36.226.164)**	**(12.356.927)**	**(23.043.169)**
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(12.476.724)	(24.185.304)	(7.876.881)	(14.520.923)	(12.465.037)	(24.165.001)	(7.870.234)	(14.511.148)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(2.765.476)	(5.450.286)	(2.199.990)	(4.117.252)	(2.765.476)	(5.450.286)	(2.199.990)	(4.117.252)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(88.824)	(181.208)	(45.525)	(93.140)	(88.824)	(181.208)	(45.525)	(93.140)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (h))	(3.951.453)	(6.429.669)	(2.241.178)	(4.321.629)	(3.951.453)	(6.429.669)	(2.241.178)	(4.321.629)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**5.630.156**	**11.449.258**	**4.669.312**	**9.187.130**	**5.645.965**	**11.473.683**	**4.675.959**	**9.196.905**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(3.900.074)**	**(7.711.550)**	**(2.964.821)**	**(6.076.316)**	**(3.913.695)**	**(7.731.579)**	**(2.971.067)**	**(6.085.399)**
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	3.721.682	7.223.300	3.425.259	6.574.590	3.721.682	7.223.300	3.425.259	6.574.590
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	792.429	1.544.999	654.948	1.257.222	792.429	1.544.999	654.948	1.257.222
Despesas de pessoal (Nota 24)	(4.245.301)	(8.529.511)	(3.786.247)	(7.513.950)	(4.245.874)	(8.530.607)	(3.786.695)	(7.514.845)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(2.723.539)	(5.307.159)	(2.344.009)	(4.514.690)	(2.723.875)	(5.308.143)	(2.344.781)	(4.516.324)
Despesas tributárias (Nota 29)	(694.778)	(1.451.424)	(597.510)	(1.128.031)	(694.780)	(1.451.480)	(597.524)	(1.128.083)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	133.062	305.222	93.795	153.478	128.798	286.220	93.000	142.913
Outras receitas operacionais (Nota 26)	2.458.376	4.968.832	2.819.060	5.316.337	2.449.930	4.969.946	2.814.843	5.320.400
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(3.342.005)	(6.465.809)	(3.230.117)	(6.221.272)	(3.342.005)	(6.465.814)	(3.230.117)	(6.221.272)
RESULTADO OPERACIONAL	**1.730.082**	**3.737.708**	**1.704.491**	**3.110.814**	**1.732.270**	**3.742.104**	**1.704.892**	**3.111.506**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	**(218.168)**	**(285.890)**	**36.143**	**(14.699)**	**(218.168)**	**(285.890)**	**36.143**	**(14.699)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**1.511.914**	**3.451.818**	**1.740.634**	**3.096.115**	**1.514.102**	**3.456.214**	**1.741.035**	**3.096.807**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))	**476.702**	**289.446**	**280.234**	**424.798**	**474.514**	**285.050**	**279.833**	**424.106**
Tributos correntes	(441.399)	(872.194)	(388.781)	(593.023)	(443.589)	(876.598)	(389.180)	(593.717)
Ativo fiscal diferido	607.764	681.838	1.189.172	1.240.432	607.766	681.846	1.189.170	1.240.434
Passivo fiscal diferido	310.337	479.802	(520.157)	(222.611)	310.337	479.802	(520.157)	(222.611)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	**(109.424)**	**(351.797)**	**(190.377)**	**(380.311)**	**(109.424)**	**(351.797)**	**(190.377)**	**(380.311)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**1.879.192**	**3.389.467**	**1.830.491**	**3.140.602**	**1.879.192**	**3.389.467**	**1.830.491**	**3.140.602**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 3 (t))	**22.054.802**	-	-	**423.165**	**1.669.327**	**1.023.737**	**(698.304)**	**(426.446)**	**24.046.281**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(722.604)		(722.604)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				4.536					4.536
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(5.394)	(5.394)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(13.951)				13.951	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE								(581.157)	(581.157)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.140.602	3.140.602
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					157.030			(157.030)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						212.844		(212.844)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(618.842)	(618.842)
Dividendos propostos								(77.316)	(77.316)
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 (Nota 3(t))	**22.054.802**	-	-	**413.750**	**1.826.357**	**1.236.581**	**(1.420.908)**	**1.075.524**	**25.186.106**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**22.054.802**	**8.000.000**	**167**	**392.929**	**2.005.496**	**2.896.900**	**23.069**	-	**35.373.363**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(232.324)		(232.324)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				4.433					4.433
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(6.422)	(6.422)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(8.740)				8.740	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.389.467	3.389.467
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros) - REVERSÃO						(1.441.901)			(1.441.901)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					169.473			(169.473)	
Reserva de loterias (Reserva de Lucros)						254.116		(254.116)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(654.268)	(654.268)
Dividendos propostos								(89.387)	(89.387)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(98.442)	(98.442)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	**22.054.802**	**8.000.000**	**167**	**388.622**	**2.174.969**	**1.709.115**	**(209.255)**	**2.126.099**	**36.244.519**
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 (Nota 3 (t))	**22.054.802**	-	-	**421.700**	**1.669.327**	**1.023.737**	**(738.965)**	**574.953**	**25.005.554**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(681.943)		(681.943)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				2.219					2.219
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(2.297)	(2.297)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(10.169)				10.169	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE								(581.157)	(581.157)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.830.491	1.830.491
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					157.030			(157.030)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						212.844		(212.844)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(309.445)	(309.445)
Dividendos propostos								(77.316)	(77.316)
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 (Nota 3(t))	**22.054.802**	-	-	**413.750**	**1.826.357**	**1.236.581**	**(1.420.908)**	**1.075.524**	**25.186.106**
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014	**22.054.802**	**8.000.000**	**167**	**383.668**	**2.005.496**	**1.565.605**	**(494.001)**	**1.171.132**	**34.686.869**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							284.746		284.746
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				2.217					2.217
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(4.205)	(4.205)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				2.737				(2.737)	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.879.192	1.879.192
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros) - REVERSÃO						(110.606)			(110.606)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					169.473			(169.473)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						254.116		(254.116)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(305.865)	(305.865)
Dividendos propostos								(89.387)	(89.387)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(98.442)	(98.442)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	**22.054.802**	**8.000.000**	**167**	**388.622**	**2.174.969**	**1.709.115**	**(209.255)**	**2.126.099**	**36.244.519**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	Individual				Consolidado			
	2014		2013		2014		2013	
	2º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	1º trimestre
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**3.877.724**	**11.121.628**	**5.467.338**	**10.773.459**	**4.337.868**	**11.532.617**	**5.525.837**	**10.881.999**
Lucro Líquido	1.879.192	3.389.467	1.830.491	3.140.602	1.879.192	3.389.467	1.830.491	3.140.602
Ajustes ao Lucro Líquido:	1.998.532	7.732.161	3.636.847	7.632.857	2.458.676	8.143.150	3.695.346	7.741.397
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/Passivos)	(740.249)	999.940	1.727.156	1.552.487	(740.249)	999.940	1.727.156	1.552.487
(Ganho)/Perda em Investimentos	(45.803)	40.023	25.575	129.555	410.079	432.018	83.279	227.530
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	828		(2.475)	(2.906)	828		(2.475)	(2.906)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	(801.451)	(801.451)			(801.451)	(801.451)	-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.951.453	6.429.669	2.241.178	4.321.629	3.951.453	6.429.669	2.241.178	4.321.629
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	209.648	419.296	175.996	351.992	209.648	419.296	175.996	351.992
Depreciações e Amortizações	423.412	722.226	309.559	571.776	423.412	722.226	309.559	571.776
Impostos Diferidos	(918.101)	(1.161.640)	(669.015)	(1.017.821)	(918.103)	(1.161.648)	(669.015)	(1.017.821)
Despesas com provisões para causas judiciais	290.357	485.306	180.964	372.807	290.357	485.306	180.964	372.807
Resultado de Participação em Coligadas	(133.062)	(305.222)	(93.795)	(153.478)	(128.798)	(286.220)	(93.000)	(142.913)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	(238.500)	904.014	(258.296)	1.506.816	(238.500)	904.014	(258.296)	1.506.816
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**3.307.098**	**32.654.812**	**(3.999.016)**	**(14.576.258)**	**3.318.694**	**32.775.310**	**(4.000.176)**	**(14.648.042)**
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	948.233	855.726	(15.140.450)	(13.791.350)	948.233	855.726	(15.140.450)	(13.791.350)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	(14.164.682)	(5.271.677)	(23.689.862)	(25.242.173)	(14.164.682)	(5.271.677)	(23.689.862)	(25.242.173)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(169.524)	(4.815.856)	(3.200.043)	(8.302.951)	(169.524)	(4.815.856)	(3.200.043)	(8.302.951)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(222.147)	(529.033)	(638.052)	(1.610.401)	(222.147)	(529.033)	(638.052)	(1.610.401)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/ Passivos)	(156.466)	(617.087)	529.248	(300.348)	(156.466)	(617.087)	529.248	(300.348)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(35.568.151)	(63.664.143)	(41.329.947)	(71.585.465)	(35.568.151)	(63.664.143)	(41.329.947)	(71.585.465)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	525.757	5.320.691	(3.227.259)	(1.214.045)	646.943	5.536.653	(3.089.176)	(1.146.761)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	684.372	554.493	(102.794)	(106.323)	684.372	554.493	(102.794)	(106.323)
(Redução) Aumento em Depósitos	16.910.732	30.712.912	19.146.216	23.408.331	16.733.948	30.535.596	18.882.112	23.134.734
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	9.036.610	29.348.384	33.948.599	42.213.485	9.034.414	29.344.137	34.050.454	42.326.867
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	14.274.907	27.215.173	8.137.297	15.916.555	14.274.907	27.215.173	8.137.297	15.916.555
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	129.406	206.179	(11)	(15)	129.406	206.179	(11)	(15)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.992.667	16.039.850	8.568.088	17.069.137	8.992.667	16.039.850	8.568.088	17.069.137
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	2.771.150	(1.888.368)	13.373.742	9.474.863	2.840.540	(1.802.269)	13.396.748	9.496.010
Imposto de renda e contribuição social pagos	(685.766)	(812.432)	(373.788)	(505.558)	(685.766)	(812.432)	(373.788)	(505.558)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**7.184.822**	**43.776.440**	**1.468.322**	**(3.802.799)**	**7.656.562**	**44.307.927**	**1.525.661**	**(3.766.043)**
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS								
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	614.550	749.205	40.517	265.277	142.810	217.718	(16.822)	228.521
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(691.229)	23.970	5.883.634	5.857.503	(691.229)	23.970	5.883.634	5.857.503
Alienação de Imobilizado de Uso	(3.551)	(924)	6.567	72.486	(3.551)	(924)	6.567	72.486
Aquisição de Imobilizado de Uso	(228.357)	(658.462)	(599.997)	(771.416)	(228.357)	(658.462)	(599.997)	(771.416)
Baixa de Intangível	(35.829)	10.764	161.313	223.197	(35.829)	10.764	161.313	223.197
Aquisição de Intangível	(167.020)	(384.870)	(365.861)	(493.307)	(167.020)	(384.870)	(365.861)	(493.307)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(511.436)**	**(260.317)**	**5.126.173**	**5.153.740**	**(983.176)**	**(791.804)**	**5.068.834**	**5.116.984**
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS								
Dividendos complementares dos exercícios de 2012 e 2013	(1.441.901)	(1.441.901)			(1.441.901)	(1.441.901)		
Dividendos/Juros sobre o capital próprio/ Remuneração IHCD	499.903	(842.097)	(967.918)	(1.277.315)	499.903	(842.097)	(967.918)	(1.277.315)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(941.998)**	**(2.283.998)**	**(967.918)**	**(1.277.315)**	**(941.998)**	**(2.283.998)**	**(967.918)**	**(1.277.315)**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**5.731.388**	**41.232.125**	**5.626.577**	**73.626**	**5.731.388**	**41.232.125**	**5.626.577**	**73.626**
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA								
Caixa e Equivalentes no início do período	84.213.813	48.713.076	73.644.811	79.197.762	84.213.813	48.713.076	73.644.811	79.197.762
Caixa e Equivalentes no fim do período	89.945.201	89.945.201	79.271.388	79.271.388	89.945.201	89.945.201	79.271.388	79.271.388
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**5.731.388**	**41.232.125**	**5.626.577**	**73.626**	**5.731.388**	**41.232.125**	**5.626.577**	**73.626**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Individual								Consolidado							
	2014				2013				2014				2013			
	2º semestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre	
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
1. RECEITAS	**27.715.498**		**54.717.297**		**21.727.118**		**41.051.895**		**27.711.173**		**54.722.532**		**21.722.901**		**41.055.958**	
Intermediação financeira	24.912.633		47.695.725		17.032.886		32.240.074		24.916.755		47.699.847		17.032.886		32.240.074	
Prestação de serviços com tarifas	4.514.110		8.768.299		4.080.207		7.831.812		4.514.110		8.768.299		4.080.207		7.831.812	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(3.951.453)		(6.429.669)		(2.241.178)		(4.321.629)		(3.951.453)		(6.429.669)		(2.241.178)		(4.321.629)	
Outras	2.240.208		4.682.942		2.855.203		5.301.638		2.231.761		4.684.055		2.850.986		5.305.701	
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**15.331.023**		**29.816.798**		**10.122.396**		**18.731.315**		**15.319.336**		**29.796.495**		**10.115.749**		**18.721.540**	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**5.357.162**		**10.399.623**		**4.980.425**		**9.610.223**		**5.357.497**		**10.400.610**		**4.981.197**		**9.611.857**	
Materiais, energia e outros	538.532		1.084.096		497.924		992.923		538.603		1.084.189		498.430		993.551	
Processamento de dados e comunicações	468.989		903.775		438.820		836.646		468.989		903.775		438.820		836.646	
Propaganda, publicidade e promoções	238.987		399.029		163.994		290.303		238.987		399.029		163.994		290.303	
Serviços de terceiros e especializados	541.369		1.100.615		471.392		923.846		541.634		1.101.505		471.658		924.852	
Serviços de vigilância e segurança	227.279		446.298		178.178		345.233		227.279		446.298		178.178		345.233	
Outras	3.342.006		6.465.810		3.230.117		6.221.272		3.342.005		6.465.814		3.230.117		6.221.272	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	619.330		1.158.383		313.193		686.962		619.330		1.158.383		313.193		686.962	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	534.962		1.022.496		568.176		1.002.416		534.962		1.022.496		568.176		1.002.416	
- Descontos de operações de crédito	84.635		140.382		112.120		161.922		84.635		140.382		112.120		161.922	
- Despesas com cartão de crédito/débito	296.817		556.094		243.437		455.716		296.817		556.094		243.437		455.716	
- Benefício pós-emprego	218.340		443.449		175.996		351.992		218.340		443.449		175.996		351.992	
- Provisões operacionais diversas	990.141		1.969.834		1.418.276		2.775.953		990.141		1.969.834		1.418.276		2.775.953	
- Demais	597.781		1.175.172		398.919		786.311		597.780		1.175.176		398.919		786.311	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**7.027.313**		**14.500.876**		**6.624.297**		**12.710.357**		**7.034.340**		**14.525.427**		**6.625.955**		**12.722.561**	
5. RETENÇÕES	**378.199**		**722.226**		**309.559**		**571.776**		**378.199**		**722.226**		**309.559**		**571.776**	
Depreciação, amortização e exaustão	378.199		722.226		309.559		571.776		378.199		722.226		309.559		571.776	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**6.649.114**		**13.778.650**		**6.314.738**		**12.138.581**		**6.656.141**		**13.803.201**		**6.316.396**		**12.150.785**	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**133.062**		**305.222**		**93.795**		**153.478**		**128.798**		**286.220**		**93.000**		**142.913**	
Resultado da equivalência patrimonial	133.062		305.222		93.795		153.478		128.798		286.220		93.000		142.913	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**6.782.176**	**100,00**	**14.083.872**	**100,00**	**6.408.533**	**100,00**	**12.292.059**	**100,00**	**6.784.939**	**100,00**	**14.089.421**	**100,00**	**6.409.396**	**100,00**	**12.293.698**	**100,00**
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**6.782.176**	**100,00**	**14.083.872**	**100,00**	**6.408.533**	**100,00**	**12.292.059**	**100,00**	**6.784.939**	**100,00**	**14.089.421**	**100,00**	**6.409.396**	**100,00**	**12.293.698**	**100,00**
Pessoal	3.765.077	55,51	7.700.907	54,68	3.468.477	54,12	6.879.019	55,96	3.765.650	55,50	7.702.004	54,67	3.468.925	54,12	6.879.914	55,96
- Remuneração direta	2.734.290		5.666.293		2.578.075		5.127.249		2.734.840		5.667.337		2.578.499		5.128.098	
- Benefícios	840.956		1.651.922		726.286		1.423.389		840.956		1.651.922		726.286		1.423.389	
- FGTS	189.831		382.692		164.116		328.381		189.854		382.745		164.140		328.427	
Impostos, taxas e contribuições	807.724	11,91	2.342.379	16,63	825.424	12,88	1.718.476	13,98	809.914	11,94	2.346.831	16,66	825.838	12,88	1.719.219	13,98
- Federais	679.481		2.047.727		695.148		1.439.970		681.671		2.052.179		695.556		1.440.706	
- Estaduais	307		434		421		458		307		434		421		458	
- Municipais	127.936		294.218		129.855		278.048		127.936		294.218		129.861		278.055	
Remuneração de capitais de terceiros	330.183	4,87	651.119	4,62	284.142	4,43	553.963	4,51	330.183	4,87	651.119	4,62	284.142	4,43	553.963	4,51
- Aluguéis	330.183		651.119		284.142		553.963		330.183		651.119		284.142		553.963	
Remuneração de capitais próprios	493.694	7,28	842.097	5,98	386.761	6,04	696.158	5,66	493.694	7,28	842.097	5,98	386.762	6,03	696.159	5,66
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	395.252		743.655		386.761		696.158		395.252		743.655		386.762		696.159	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital	98.442		98.442						98.442		98.442					
Lucros retidos	1.385.498	20,43	2.547.370	18,09	1.443.729	22,53	2.444.443	19,89	1.385.498	20,42	2.547.370	18,08	1.443.729	22,53	2.444.443	19,88

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal – Brasil. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A CAIXA desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários, incluindo a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio da Caixa Seguros Holding S/A, uma investida da subsidiária Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social do país, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação, e sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), entre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Conforme Lei n° 11.908/2009, a fim de cumprir seu objeto social, a CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas para cumprir seu objeto social, por meio de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações contábeis

a) Contexto

As Demonstrações contábeis individuais (INDIVIDUAL) e consolidadas (CONSOLIDADO) da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis de 30 de junho de 2014 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 12 de agosto de 2014 e pelo Conselho de Administração em 13 de agosto de 2014.

A reclassificação entre circulante e não circulante referente aos saldos da emissão externa de títulos de dívida e créditos tributários associados a essas operações nas demonstrações contábeis de 30 de junho de 2014 não apresenta materialidade para reclassificação dos períodos comparativos de 31 de dezembro de 2013 e de 30 de junho de 2013.

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem a CAIXA e sua subsidiária CAIXAPAR, foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que a CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações intermediárias consolidadas são apresentadas na Nota 11.

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 5.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Nas operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição e conforme suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

• **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;

• **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;

• **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria devem ser acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados pro rata dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e futuros de câmbio em moeda estrangeira, detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

• ***Hedge de Risco de Mercado:*** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;

• ***Hedge de Fluxo de Caixa:*** A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos, quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A CAIXA aplica a metodologia de hedge contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria hedge de risco de mercado. As variações no valor justo desses derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto ajusta o valor escriturado do item coberto em contrapartida ao resultado do período. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil, avaliado ao custo, de um item protegido por hedge é amortizado no resultado durante o período até o vencimento do instrumento financeiro. Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (e) e (f).

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Período de atraso	Prazo em dobro(1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60° dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.
A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa, são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN n° 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n° 3.355/2006.
Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.
A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A CSLL é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas
As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.
A composição das despesas antecipadas é apresentada na Nota 10.

(k) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.
A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

(l) Imobilizado de uso
O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear sem valor residual.
A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.
Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.
As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.
Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.
A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível
O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.
Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelece a Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.
Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento.
Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários.
Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.
A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas e possuem as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – *software*	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros *(impairment)*
A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.
A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata dia*.
A composição dos depósitos e das captações no mercado aberto, seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, bem como dos recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses são apresentados nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.
Nas operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, e são detalhadas na Nota 15 (b).

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:
• **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
• **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
• **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança;
• **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independentemente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

(q) Benefícios a empregados
Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.
Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência média são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.
No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício, bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado, é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.
Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.
No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.
Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.
A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo de 11,25% sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.
A Deliberação CVM 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento se iniciou a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta "outros ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.
O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(r) Outros ativos e passivos
Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata dia* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata dia*.

(s) Eventos subsequentes
Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão e são compostos por:
• **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

• **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

(t) Reapresentação de Saldos Comparativos

Mudança de prática contábil – Benefícios a Empregados

O valor de abertura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 31/12/2012 apresentado para fins de comparação foi ajustado e está sendo reapresentado em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios a empregados, nos termos descritos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Até 31 de dezembro de 2012, o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o "método do corredor". A partir de 2013, foi aplicada a norma revisada do CPC 33, na qual os eventuais ganhos/perdas atuariais passaram a ser reconhecidos, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

Mudança de prática contábil – Contas Encerradas por Inconformidades Cadastrais

Em novembro de 2013, a CAIXA recepcionou ofício, emitido pelo Banco Central do Brasil, contendo orientação específica para tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais.

O atendimento ao estipulado implicou a ocorrência de mudança da política contábil adotada pela CAIXA referente ao tratamento conferido ao saldo dessas contas.

Anteriormente ao recebimento do ofício, a CAIXA classificava o saldo oriundo das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais como passivos contingentes devido à remota possibilidade de desembolsos futuros desses valores, que dessa forma eram reconhecidos em resultado em contrapartida à baixa do passivo. Todavia, com o advento da orientação do regulador, os valores em questão passaram a ser reconhecidos em rubricas contábeis representativas de depósitos.

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a nova prática contábil foi aplicada de forma retrospectiva e os efeitos de sua alteração foram reconhecidos em contrapartida ao patrimônio líquido, sendo os saldos comparativos recompostos para fins de apresentação dessas demonstrações contábeis.

Os efeitos nas contas patrimoniais de 31/12/2012 relativos à aplicação do CPC 33 (R1) e da mudança de prática contábil referente ao tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir, destacando-se que os impactos dos ajustes do CPC 33 (R1) na base de créditos tributários são imateriais, considerando a realização em 10 anos.

Descrição	31/12/2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	350.905.556	351.547.176	312.626	312.626	351.218.182	351.859.802
Outros créditos	29.091.187	29.234.363	312.626	312.626	29.403.813	29.546.989
Diversos[1]	26.779.048	26.781.887	312.626	312.626	27.091.674	27.094.513
Não circulante	352.034.110	351.347.795	-	-	352.034.110	351.347.795
Total do Ativo	**702.939.666**	**702.894.971**			**703.252.292**	**703.207.597**
Passivo e Patrimônio Líquido	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	442.342.112	442.297.417	1.323.289	1.323.289	443.665.401	443.620.706
Depósitos	279.990.109	279.989.979	739.072	739.072	280.729.181	280.729.051
Depósitos à vista[2]	27.381.103	27.381.099	4.468	4.468	27.385.571	27.385.567
Depósitos de poupança[2]	175.566.036	175.566.036	732.586	732.586	176.298.622	176.298.622
Depósitos especiais e de fundos e programas[2]	9.265.546	9.265.546	2.018	2.018	9.267.564	9.267.564
Outras obrigações	50.374.218	50.529.062	584.217	584.217	50.958.435	51.113.279
Diversas[3]	34.081.591	34.081.866	584.217	584.217	34.665.808	34.666.083
Não circulante	235.540.610	235.540.610	-	-	235.540.610	235.540.610
Patrimônio líquido	25.056.944	25.056.944	(1.010.663)	(1.010.663)	24.046.281	24.046.281
Ajuste de avaliação patrimonial[3]	(114.087)	(114.087)	(584.217)	(584.217)	(698.304)	(698.304)
Lucros acumulados[4]	-	-	(426.446)	(426.446)	(426.446)	(426.446)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**702.939.666**	**702.894.971**			**703.252.292**	**703.207.597**

[1] Impostos a compensar e créditos tributários relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas.

[2] Reconhecimento de passivos relativo à mudança de prática contábil das contas encerradas.

[3] Ajustes pela mudança de prática de benefícios a empregados.

[4] Impactos relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas, líquidos dos efeitos tributários.

Os efeitos nas contas patrimoniais de 30/06/2013 relativos à mudança de prática contábil referente ao tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir.

Descrição	30/06/2013					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	407.311.282	407.922.349	312.626	312.626	407.623.908	408.234.975
Outros créditos	29.348.636	29.424.503	312.626	312.626	29.661.262	29.737.129
Diversos[1]	26.233.776	26.235.749	312.626	312.626	26.546.402	26.548.375
Não circulante	407.175.934	406.381.106	-	-	407.175.934	406.381.106
Total do Ativo	**814.487.216**	**814.303.455**			**814.799.842**	**814.616.081**
Passivo e Patrimônio Líquido	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	497.047.323	496.863.562	739.072	739.072	497.786.395	497.602.634
Depósitos	284.606.344	284.332.617	739.072	739.072	285.345.416	285.071.689
Depósitos à vista[2]	25.241.675	25.241.672	4.468	4.468	25.246.143	25.246.140
Depósitos de poupança[2]	189.699.809	189.699.809	732.586	732.586	190.432.395	190.432.395
Depósitos especiais e de fundos e programas[2]	13.612.646	13.612.646	2.018	2.018	13.614.664	13.614.664
Não circulante	291.827.341	291.827.341	-	-	291.827.341	291.827.341
Patrimônio líquido	25.612.552	25.612.552	(426.446)	(426.446)	25.186.106	25.186.106
Lucros acumulados[3]	1.501.970	1.501.970	(426.446)	(426.446)	1.075.524	1.075.524
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**814.487.216**	**814.303.455**			**814.799.842**	**814.616.081**

[1] Impostos a compensar e créditos tributários relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas.

[2] Reconhecimento de passivos relativo à mudança de prática contábil das contas encerradas.

[3] Impactos relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas, líquidos dos efeitos tributários.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Total de Disponibilidades (caixa)	11.485.920	11.480.407	6.097.970
Disponibilidade em moeda nacional	7.064.908	8.208.226	5.834.710
Disponibilidade em moeda estrangeira	4.421.012	3.272.181	263.260
Aplicações interfinanceiras de liquidez[1]	78.459.281	37.232.669	73.173.418
Total	**89.945.201**	**48.713.076**	**79.271.388**

[1] Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	3.973.729	-	-	3.973.729	4.473.645	11.585.997
Letras Financeiras do Tesouro	150.617	-	-	150.617	100.997	-
Letras do Tesouro Nacional	2.218.702	-	-	2.218.702	2.637.397	1.943.342
Notas do Tesouro Nacional	1.604.410	-	-	1.604.410	1.735.251	9.642.655
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	74.485.552	-	-	74.485.552	32.759.024	74.476.525
Letras Financeiras do Tesouro	10.404.661	-	-	10.404.661	11.103.849	-
Letras do Tesouro Nacional	38.851.384	-	-	38.851.384	10.315.230	32.974.204
Notas do Tesouro Nacional	25.229.507	-	-	25.229.507	11.339.945	41.502.321
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.103.668	657.613	54.666	6.815.947	7.671.673	4.923.723
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.103.980	657.823	54.666	6.816.469	7.672.360	4.924.775
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	(312)	(210)	-	(522)	(687)	(1.052)
Total - ativo circulante	**84.562.949**	**657.613**	**54.666**	**85.275.228**	**44.904.342**	**90.986.245**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração do Resultado

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Rendas de aplicações no mercado aberto	2.308.524	4.704.922	1.608.761	2.943.086
Posição bancada	312.971	618.521	551.187	992.983
Posição financiada	1.995.553	4.086.401	1.057.574	1.950.103
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	151.273	290.705	57.231	106.463
Total	**2.459.797**	**4.995.627**	**1.665.992**	**3.049.549**

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição

INDIVIDUAL

Descrição	Carteira Própria - Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	77.038.644	66.579.205	4.486.756	993	-	148.105.598
Letras Financeiras do Tesouro	383.569	170.577	5.661	-	-	559.807
Letras do Tesouro Nacional	66.849.887	41.803.006	4.478.583	993	-	113.132.469
Notas do Tesouro Nacional	9.795.236	24.605.622	2.512	-	-	34.403.370
Tesouro Nacional/ Securitização	9.952	-	-	-	-	9.952
Títulos – Empresas	13.125.120	4.664.115	-	-	-	17.789.235
Debêntures	3.508.947	4.396.826	-	-	-	7.905.773
Letras de Crédito Imobiliário	410.430	267.289	-	-	-	677.719
Letras Financeiras	223.181	-	-	-	-	223.181
Cotas de Fundos	105.214	-	-	-	-	105.214
Certificado de Recebíveis Imobiliários	878.944	-	-	-	-	878.944
Ações	7.998.404	-	-	-	-	7.998.404
Outros	-	-	-	-	37.860	37.860
Total em 30/06/2014	**90.163.764**	**71.243.320**	**4.486.756**	**993**	**37.860**	**165.932.693**
Total em 31/12/2013	**72.925.609**	**85.191.774**	**4.287.812**	**944**	**260.317**	**162.666.456**
Total em 30/06/2013	**91.751.590**	**60.608.330**	**2.830.762**	**897**	**118.040**	**155.309.619**

CONSOLIDADO

Descrição	Carteira Própria - Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	77.038.644	66.579.205	4.486.756	993	-	148.105.598
Letras Financeiras do Tesouro	383.569	170.577	5.661	-	-	559.807
Letras do Tesouro Nacional	66.849.887	41.803.006	4.478.583	993	-	113.132.469
Notas do Tesouro Nacional	9.795.236	24.605.622	2.512	-	-	34.403.370
Tesouro Nacional/ Securitização	9.952	-	-	-	-	9.952
Títulos - Empresas	14.278.375	4.664.115	-	-	-	18.942.490
Debêntures	3.508.947	4.396.826	-	-	-	7.905.773
Letras de Crédito Imobiliário	410.430	267.289	-	-	-	677.719
Letras Financeiras	223.181	-	-	-	-	223.181
Cotas de Fundos	409.287	-	-	-	-	409.287
Certificado de Recebíveis Imobiliários	878.944	-	-	-	-	878.944
Ações	8.847.586	-	-	-	-	8.847.586
Outros	-	-	-	-	37.860	37.860
Total em 30/06/2014	**91.317.019**	**71.243.320**	**4.486.756**	**993**	**37.860**	**167.085.948**
Total em 31/12/2013	**73.547.377**	**85.191.774**	**4.287.812**	**944**	**260.317**	**163.288.224**
Total em 30/06/2013	**92.286.790**	**60.608.330**	**2.830.762**	**897**	**118.040**	**155.844.819**

(b) Classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL

Posição em 30/06/2014 Descrição	Custo	Ajuste Resultado[1]	Ajuste Patrimônio líquido[2]	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	1 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos Públicos - Brasil	148.878.130	(771.005)	(1.527)	148.105.598	148.513.614	-	16.841.276	23.034.563	33.360.379	74.869.380
Letras Financeiras do Tesouro	559.805	2	-	559.807	559.833	-	548.384	-	4.767	6.656
Letras do Tesouro Nacional	113.902.582	(770.113)	-	113.132.469	113.140.510	-	15.693.281	23.034.563	29.142.193	45.262.432
Notas do Tesouro Nacional	34.401.907	(894)	2.357	34.403.370	34.803.319	-	599.611	-	4.213.419	29.590.340
Tesouro Nacional/Securitização	13.836	-	(3.884)	9.952	9.952	-	-	-	-	9.952
Títulos - Empresas	19.127.761	(6.478)	(1.332.048)	17.789.235	17.789.235	8.103.618	34.948	255.125	383.758	9.011.786
Debêntures	7.962.796	(6.500)	(50.523)	7.905.773	7.905.773	-	-	-	14.151	7.891.622
Letras de Crédito Imobiliário	677.678	-	41	677.719	677.719	-	34.948	160.886	318.729	163.156
Letras Financeiras	223.164	-	17	223.181	223.181	-	-	94.239	50.878	78.064
Cotas de Fundos	105.214	-	-	105.214	105.214	105.214	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	870.555	22	8.367	878.944	878.944	-	-	-	-	878.944
Ações	9.288.354	-	(1.289.950)	7.998.404	7.998.404	7.998.404	-	-	-	-
Total – TVM	**168.005.891**	**(777.483)**	**(1.333.575)**	**165.894.833**	**166.302.849**	**8.103.618**	**16.876.224**	**23.289.688**	**33.744.137**	**83.881.166**
Para negociação[3]	104.013.467	(777.483)	-	103.235.984	103.235.984	22.779	15.727.120	23.034.563	23.537.440	40.914.082
Disponíveis para Venda	17.291.547	-	(1.333.575)	15.957.972	15.957.972	8.080.839	34.948	255.125	369.607	7.217.453
Mantidos até o Vencimento[4]	46.700.877	-	-	46.700.877	47.108.893	-	1.114.156	-	9.837.090	35.749.631
Instrumentos Financeiros Derivativos	**37.860**	-	-	**37.860**	**37.860**	-	**48**	**1.235**	**12.498**	**24.079**
Total – TVM e Derivativos	**168.043.751**	**(777.483)**	**(1.333.575)**	**165.932.693**	**166.340.709**	**8.103.618**	**16.876.272**	**23.290.923**	**33.756.635**	**83.905.245**

(1) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

(2) Prov. p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrim. Líquido). O efeito da marcação a mercado registrada no Patrim. Líquido é de (762.939); 31/12/2013 – (470.697); 30/06/2013 – (1.111.058), líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

CONSOLIDADO

Posição em 30/06/2014 Descrição	Custo	Ajuste Resultado[1]	Ajuste Patrimônio líquido[2]	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	1 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos Públicos	148.878.130	(771.005)	(1.527)	148.105.598	148.513.614	-	16.841.276	23.034.563	33.360.379	74.869.380
Letras Financeiras do Tesouro	559.805	2	-	559.807	559.833	-	548.384	-	4.767	6.656
Letras do Tesouro Nacional	113.902.582	(770.113)	-	113.132.469	113.140.510	-	15.693.281	23.034.563	29.142.193	45.262.432
Notas do Tesouro Nacional	34.401.907	(894)	2.357	34.403.370	34.803.319	-	599.611	-	4.213.419	29.590.340
Tesouro Nacional/Securitização	13.836	-	(3.884)	9.952	9.952	-	-	-	-	9.952
Títulos - Empresas	19.529.474	(6.478)	(580.506)	18.942.490	18.942.490	9.256.873	34.948	255.125	383.758	9.011.786
Debêntures	7.962.796	(6.500)	(50.523)	7.905.773	7.905.773	-	-	-	14.151	7.891.622
Letras de Crédito Imobiliário	677.678	-	41	677.719	677.719	-	34.948	160.886	318.729	163.156
Letras Financeiras	223.164	-	17	223.181	223.181	-	-	94.239	50.878	78.064
Cotas de Fundos	409.287	-	-	409.287	409.287	409.287	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	870.555	22	8.367	878.944	878.944	-	-	-	-	878.944
Ações	9.385.994	-	(538.408)	8.847.586	8.847.586	8.847.586	-	-	-	-
Total – TVM	**168.407.604**	**(777.483)**	**(582.033)**	**167.048.088**	**167.456.104**	**9.256.873**	**16.876.224**	**23.289.688**	**33.744.137**	**83.881.166**
Para negociação[3]	104.013.467	(777.483)	-	103.235.984	103.235.984	22.779	15.727.120	23.034.563	23.537.440	40.914.082
Disponíveis para Venda	17.693.260	-	(582.033)	17.111.227	17.111.227	9.234.094	34.948	255.125	369.607	7.217.453
Mantidos até o Vencimento[4]	46.700.877	-	-	46.700.877	47.108.893	-	1.114.156	-	9.837.090	35.749.631
Instrumentos Financeiros Derivativos	**37.860**	-	-	**37.860**	**37.860**	-	**48**	**1.235**	**12.498**	**24.079**
Total – TVM e Derivativos	**168.445.464**	**(777.483)**	**(582.033)**	**167.085.948**	**167.493.964**	**9.256.873**	**16.876.272**	**23.290.923**	**33.756.635**	**83.905.245**

(1) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

(2) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido). Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (11.397); 31/12/2013 – (179.176); 30/06/2013 – (673.502), líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.
Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014								31/12/2013			30/06/2013		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	15.727.120	23.034.563	23.523.290	39.381.893	102.437.871	(771.005)	101.666.866	100.473.254	(1.774.312)	98.698.942	100.741.950	(1.588.762)	99.153.188
LFT	-	33.859	-	4.767	6.656	45.260	2	45.262	1.625.709	(9)	1.625.700	1.550.878	149	1.551.027
LTN	-	15.693.281	23.034.563	23.518.523	39.365.354	102.381.834	(770.113)	101.611.721	95.143.030	(1.772.513)	93.370.517	98.386.702	(1.583.277)	96.803.425
NTN	-	-	-	-	9.883	10.777	(884)	9.883	3.704.515	(1.790)	3.702.725	804.370	(5.634)	798.736
Títulos - Empresas	22.779	-	-	14.151	1.532.188	1.575.596	(6.678)	1.569.118	42.591	257	42.848	44.733	363	45.096
Debêntures	-	-	-	14.151	1.529.892	1.550.543	(6.500)	1.544.043	14.361	217	14.578	13.660	275	13.935
Cotas de Fundos	22.779	-	-	-	-	22.779	-	22.779	25.569	-	25.569	27.863	-	27.863
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	2.296	2.274	22	2.296	2.661	40	2.701	3.210	88	3.298
Total	**22.779**	**15.727.120**	**23.034.563**	**23.537.441**	**40.914.081**	**104.013.467**	**(777.483)**	**103.235.984**	**100.515.845**	**(1.774.055)**	**98.741.790**	**100.786.683**	**(1.588.399)**	**99.198.284**

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

INDIVIDUAL

Descrição	30/06/2014								31/12/2013			30/06/2013		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	17.147	18.674	(1.527)	17.147	19.064	(1.822)	17.242	50.736	(1.073)	49.663
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.312	(33)	31.279
NTN	-	-	-	-	7.195	4.838	2.357	7.195	4.728	2.193	6.921	4.567	2.733	7.300
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	9.952	13.836	(3.884)	9.952	14.336	(4.015)	10.321	14.857	(3.773)	11.084
Títulos - Empresas	8.080.839	34.948	255.125	369.607	7.200.366	17.272.873	(1.332.048)	15.940.825	17.743.193	(820.933)	16.922.260	17.501.652	(1.971.136)	15.530.516
Debêntures	-	-	-	-	6.361.730	6.412.253	(50.523)	6.361.730	7.009.647	(68.414)	6.941.233	6.789.746	(27.326)	6.762.420
Letras de Crédito Imobiliário	-	34.948	160.886	318.729	163.156	677.678	41	677.719	582.007	(77)	581.930	626.269	(593)	625.676
Letras Financeiras	-	-	94.239	50.878	78.064	223.164	17	223.181	211.709	(6)	211.703	131.567	(83)	131.484
Cotas de Fundos	82.435	-	-	-	-	82.435	-	82.435	32.960	-	32.960	13.614	-	13.614
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	597.356	588.989	8.367	597.356	618.515	31.545	650.060	652.100	66.551	718.651
Ações	7.998.404	-	-	-	-	9.288.354	(1.289.950)	7.998.404	9.288.355	(783.981)	8.504.374	9.288.356	(2.009.685)	7.278.671
Total	**8.080.839**	**34.948**	**255.125**	**369.607**	**7.217.453**	**17.291.547**	**(1.333.575)**	**15.957.972**	**17.762.257**	**(822.755)**	**16.939.502**	**17.552.388**	**(1.972.209)**	**15.580.179**

[1] Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido). O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (762.939); 31/12/2013 – (470.697); 30/06/2013 – (1.111.058), líquido dos efeitos tributários.

CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014								31/12/2013			30/06/2013		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	17.147	18.674	(1.527)	17.147	19.064	(1.822)	17.242	50.736	(1.073)	49.663
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.312	(33)	31.279
NTN	-	-	-	-	7.195	4.838	2.357	7.195	4.728	2.193	6.921	4.567	2.733	7.300
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	9.952	13.836	(3.884)	9.952	14.336	(4.015)	10.321	14.857	(3.773)	11.084
Títulos - Empresas	9.234.094	34.948	255.125	369.607	7.200.366	17.674.586	(580.506)	17.094.080	17.840.833	(296.805)	17.544.028	17.599.296	(1.533.580)	16.065.716
Debêntures	-	-	-	-	6.361.730	6.412.253	(50.523)	6.361.730	7.009.647	(68.414)	6.941.233	6.789.746	(27.326)	6.762.420
Letras de Crédito Imobiliário	-	34.948	160.886	318.729	163.156	677.678	41	677.719	582.007	(77)	581.930	626.269	(593)	625.676
Letras Financeiras	-	-	94.239	50.878	78.064	223.164	17	223.181	211.709	(6)	211.703	131.567	(83)	131.484
Cotas de Fundos	386.508	-	-	-	-	386.508	-	386.508	32.960	-	32.960	13.614	-	13.614
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	597.356	588.989	8.367	597.356	618.515	31.545	650.060	652.100	66.551	718.651
Ações	8.847.586	-	-	-	-	9.385.994	(538.408)	8.847.586	9.385.995	(259.853)	9.126.142	9.386.000	(1.572.129)	7.813.871
Total	**9.234.094**	**34.948**	**255.125**	**369.607**	**7.217.453**	**17.693.260**	**(582.033)**	**17.111.227**	**17.859.897**	**(298.627)**	**17.561.270**	**17.650.032**	**(1.534.653)**	**16.115.379**

[1] Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido). Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (11.397); 31/12/2013 – (179.176); 30/06/2013 – (673.502), líquido dos efeitos tributários.

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em c onvergência com a intenção da Administração.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014						31/12/2013		30/06/2013	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos Públicos	1.114.156	-	9.837.089	35.470.340	46.421.585	46.829.601	46.328.668	45.740.302	40.212.373	42.533.697
LFT	514.545	-	-	-	514.545	514.571	3.545.568	3.545.716	3.391.610	3.392.386
LTN	-	-	5.623.670	5.897.078	11.520.748	11.528.789	10.051.095	10.015.601	9.526.863	9.624.226
NTN	599.611	-	4.213.419	29.573.262	34.386.292	34.786.241	32.732.005	32.178.985	27.293.900	29.517.085
Títulos - Empresas	-	-	-	279.292	279.292	279.292	396.179	396.179	200.743	200.743
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	279.292	279.292	279.292	396.179	396.179	200.743	200.743
Total	**1.114.156**	**-**	**9.837.089**	**35.749.632**	**46.700.877**	**47.108.893**	**46.724.847**	**46.136.481**	**40.413.116**	**42.734.440**

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2014		2013		2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.838.403	4.637.039	(104.103)	509.877	2.838.403	4.637.039	(104.103)	509.877
Ativos financeiros disponíveis para venda	517.046	805.108	229.903	405.213	521.168	809.230	229.903	405.213
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.385.718	2.859.460	1.185.245	2.698.595	1.385.718	2.859.460	1.185.245	2.698.595
Outros	(1.919)	(4.832)	5.547	(97.683)	(1.919)	(4.832)	5.547	(97.683)
Total	**4.739.248**	**8.296.775**	**1.316.592**	**3.516.002**	**4.743.370**	**8.300.897**	**1.316.592**	**3.516.002**

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.
Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, }destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.
Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&F Bovespa ou na Cetip.
No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.
No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) em que são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso, há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.
As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(f) Hedge Contábil

(f.1) Emissão Externa – Notas Sêniores 1ª, 2ª e 4ª séries

No dia 05/11/2012, a CAIXA realizou a emissão externa de duas séries de títulos com vencimento em 2017 (1ª série – US$ 1 bilhões) e 2022 (2ª série – US$ 500 milhões), em dólares americanos e com pagamento de juros prefixados semestrais de 2,375% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente. Em maio de 2014 foi finalizada a emissão da 4ª série no montante de US$ 1,3 bilhão e juros semestrais de 4,25%.

Adicionalmente, os pagamentos semestrais exigem o pagamento de 15% sobre cada parcela de juros a título de tributo a ser pago no país da emissão.

Das séries emitidas, o saldo integral da 1ª e 2ª série e parte do saldo da 4ª série (US$ 600 milhões) foram internalizados e protegidos com a realização de operações de swap.

Mantido no país da emissão, a operação expõe a CAIXA ao risco de variação da taxa de cupom de dólar, no entanto, a internalização dos recursos captados adiciona ao risco da variação do dólar, o que resultou na realização de operações de swap para a proteção destes riscos, formalizado como hedge de valor justo conforme abaixo:

• Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;

• Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge de valor justo tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar das notas sêniores, objeto do hedge, conforme descrito:

• Variação cambial do cupom:

o 1ª série, 2,375% a.a. sobre US$ 1 bilhão ou US$ 11,9 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2017;

o 2ª série, 3,50% a.a. sobre US$ 500 milhões ou US$ 8,8 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2022;

o 4ª série, 4,25% a.a. sobre US$ 600 milhões ou US$ 12,8 milhões semestrais, com vencimentos ente 2014 e 2019.

• Variação cambial do principal:

o 1ª série, US$ 1 bilhão, com vencimento em 2017;

o 2ª série, US$ 500 milhões, com vencimento em 2022;

o 4ª série, US$ 600 milhões, com vencimento em 2019.

• Variação cambial do imposto devido de 15% sobre o cupom a pagar:

o 1ª série, US$ 2,1 milhões semestrais;

o 2ª série, US$ 1,5 milhões semestrais;

o 4ª série, US$ 2,25 milhões semestrais.

Valor Justo do Objeto do Hedge

Notas Sêniores	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
1ª Série	2.258.555	2.357.153	2.161.654
2ª Série	1.138.697	1.153.619	1.062.844
4ª Série	1.464.566	-	-
Total	**4.861.818**	**3.510.772**	**3.224.498**

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se manteve em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002.

(f.2) Letras Financeiras – Cupom IPCA

Desde agosto de 2013, a CAIXA realiza a captação de recursos por meio da emissão de Letras Financeiras indexadas ao IPCA, protegendo a variação do valor justo do passivo com a contratação de operações de Swap.

As operações foram formalmente classificadas como hedge contábil de valor justo, e tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, conforme descrito:

• Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;

• Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Valor Justo do Objeto do Hedge

Letra Financeira	30/06/2014	31/12/2013
15/08/2023	215.847	195.550
18/09/2023	32.781	29.789
13/11/2023	377.182	345.899
23/12/2020	11.144	10.316
11/01/2021(1)	5.551	-
01/02/2021(1)	5.701	-
11/02/2019(1)	1.092	-
10/02/2020(1)	1.498	-
13/02/2019(1)	5.260	-
07/05/2018(1)	3.674	-
15/05/2017(1)	46.914	-
03/06/2024(1)	219.172	-
Total	**925.816**	**581.554**

(1) Os títulos emitidos a partir de JAN/14 somam R$ 265.660 mil se considerados os valores de emissão (em 30/06/2014 somam R$ 288.862 mil em valor justo).

Por haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade do hedge manteve-se em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002.

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de mercado:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014					31/12/2013	30/06/2013
	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/ Valor Referencial							
Contratos Futuros	15.564.725	16.044.393	20.157.903	40.646.094	92.413.115	93.986.048	80.651.657
Contratos de Swaps	5.468	94.069	656.941	6.757.212	7.513.690	5.737.232	397.547

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014					31/12/2013	30/06/2013
	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas Patrimoniais							
Swap posição comprada - a receber	48	1.235	12.498	24.079	37.860	260.317	118.040
Swap posição vendida - a pagar	551	1.628	20.137	273.034	295.350	89.171	524

(h) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Swap	(218.182)	(428.279)	32.435	32.396
Futuro	(631.767)	(464.192)	1.509.534	1.925.788
Total realizado	(849.949)	(892.471)	1.541.969	1.958.184
Swap - não realizado	-	-	(171.514)	(177.858)

(i) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Títulos públicos	**4.487.749**	**4.288.756**	**2.831.659**
Notas do Tesouro Nacional	2.512	5.039	4.820
Letras do Tesouro Nacional	4.479.576	4.280.627	2.824.576
Letras Financeiras do Tesouro	5.661	3.090	2.263

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	Remuneração	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	3.562.205	5.248.104	5.780.638
Compulsório sobre depósito de poupança(1)	TR + 6,17% a.a.	43.900.489	41.509.247	37.538.014
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	12.870.839	10.127.075	10.513.174
Recursos do crédito rural	Não remunerado	-	1.021.462	-
Compulsório adicional	Taxa SELIC	30.670.843	28.282.632	26.670.631
Total		**91.004.376**	**86.188.520**	**80.502.457**

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
	Total Crédito	Total Crédito	Total Crédito
FGTS a ressarcir	96.976	81.879	70.740
FCVS a receber	24.606.903	23.903.656	23.506.694
Não habilitados(1)	1.237.423	1.359.783	1.620.940
Habilitados e não homologados(2)	7.281.612	7.139.629	6.798.522
Habilitados e homologados(3)	16.087.868	15.404.244	15.087.232
Provisão FCVS a receber	(3.260.839)	(3.187.964)	(3.081.251)
Total (líquido de provisão)	**21.443.040**	**20.797.571**	**20.496.183**

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

A CAIXA possui um estoque de 6.558 contratos de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS já novados, que se encontra com negativa de cobertura pelo Fundo, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários, que totalizam R$ 1.009.288.091,74. Para esses casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça – STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90 para efeitos de cobertura do FCVS definindo, em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo Fundo de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90. Até dezembro de 2012, este montante estava registrado em subconta redutora do ativo FCVS a Receber. Em 2013 este valor foi reclassificado para o passivo em subconta de Outras Obrigações.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Créditos vinculados ao BACEN	1.780.500	3.431.948	1.112.927	2.099.495
Créditos vinculados ao SFH	421.894	810.735	536.801	799.436
Total	**2.202.394**	**4.242.683**	**1.649.728**	**2.898.931**

Nota 8 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Empréstimos e Títulos descontados	24.829.831	70.053.571	20.341.340	20.348.521	5.159.299	3.131.539	1.355.682	1.057.735	5.831.851	152.140.369	141.039.919	125.900.176
Financiamentos	10.049.365	12.668.146	2.126.212	2.206.096	3.432.696	638.996	478.036	385.669	3.016.493	34.992.709	31.005.465	25.662.924
Financiamentos rurais e agroindustriais	492.446	1.114.469	944.672	966.726	79.183	6.217	3.856	2.486	3.493	3.613.548	1.997.399	289.593
Financiamentos Imobiliários	130.358.957	88.104.644	35.018.019	31.907.019	9.112.564	1.066.335	750.917	568.615	6.660.922	303.547.992	270.392.302	238.521.798
Financiamentos de Infraestrutura	23.053.619	20.888.549	765.402	216.559	168.789	712.566	-	37.330	139.610	45.982.514	36.837.628	30.004.213
Cessão de créditos	-	3.799.598	53.189	26.866	10.281	5.896	4.666	3.238	3.861	3.907.595	4.215.073	2.238.143
Outros Créditos (Nota 9 (d))	507.401	4.520.624	1.690.724	699.109	145.015	166.347	18.681	12.325	163.150	7.923.376	8.749.294	8.681.468
Total	**189.282.619**	**201.149.601**	**60.939.648**	**56.370.896**	**18.138.827**	**5.727.896**	**2.611.838**	**2.067.398**	**15.819.380**	**552.108.103**	**494.237.080**	**431.298.315**
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa		(1.005.748)	(609.396)	(1.691.132)	(1.813.883)	(1.718.370)	(1.305.920)	(1.447.181)	(15.819.380)	(25.411.010)	(23.966.296)	(21.638.011)
Total líq. de provisões em 30/06/2014	**189.282.619**	**200.143.853**	**60.330.252**	**54.679.764**	**16.324.944**	**4.009.526**	**1.305.918**	**620.217**	-	**526.697.093**	-	-
Total líq. de provisões em 31/12/2013	**54.675.049**	**209.967.341**	**59.769.058**	**70.125.055**	**10.457.162**	**3.704.357**	**1.042.806**	**529.956**	-	-	**470.270.784**	-
Total líq. de Provisões em 30/06/2013	**46.585.482**	**216.238.458**	**58.960.975**	**73.446.696**	**9.490.996**	**3.375.747**	**1.087.771**	**474.179**	-	-	-	**409.660.304**

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Operações de Crédito	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Empréstimos e títulos descontados	(350.268)	(203.413)	(610.456)	(519.030)	(939.462)	(677.841)	(740.415)	(5.831.851)	(9.872.736)	(7.809.150)	(6.256.581)
Financiamentos	(63.341)	(21.262)	(66.183)	(343.270)	(191.699)	(239.018)	(269.968)	(3.016.493)	(4.211.234)	(3.028.291)	(2.096.032)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(5.572)	(9.447)	(29.002)	(7.918)	(1.865)	(1.928)	(1.740)	(3.493)	(60.965)	(33.107)	(9.885)
Financiamentos imobiliários	(440.523)	(350.180)	(957.211)	(911.256)	(319.901)	(375.459)	(398.031)	(6.660.922)	(10.413.483)	(12.109.996)	(12.492.333)
Financiamentos de infraestrutura	(104.443)	(7.655)	(6.497)	(16.879)	(213.770)	-	(26.131)	(139.610)	(514.985)	(633.356)	(461.629)
Cessão de créditos	(18.998)	(532)	(806)	(1.028)	(1.769)	(2.333)	(2.268)	(3.857)	(31.591)	(28.627)	(14.251)
Outros créditos (Nota 9 (d))	(22.603)	(16.907)	(20.977)	(14.502)	(49.904)	(9.341)	(8.628)	(163.154)	(306.016)	(323.769)	(307.300)
Total	**(1.005.748)**	**(609.396)**	**(1.691.132)**	**(1.813.883)**	**(1.718.370)**	**(1.305.920)**	**(1.447.181)**	**(15.819.380)**	**(25.411.010)**	**(23.966.296)**	**(21.638.011)**

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
01 a 30 dias	4.081.898	9.453.357	2.465.403	2.416.857	732.775	189.284	69.996	48.134	415.544	19.873.248	16.596.864	15.797.690
31 a 60 dias	2.854.647	5.948.353	1.441.328	1.384.108	362.079	107.386	30.190	24.294	216.027	12.368.412	10.662.566	8.959.004
61 a 90 dias	2.576.024	5.390.398	1.354.070	1.301.712	324.459	97.416	27.527	20.387	193.940	11.285.933	9.748.258	8.198.691
91 a 180 dias	7.095.443	14.091.834	3.833.715	3.443.390	874.500	266.282	74.324	61.596	533.176	30.274.260	26.607.940	22.301.192
181 a 360 dias	11.406.318	22.002.850	5.653.672	5.238.230	1.372.883	433.155	89.997	65.382	625.057	46.887.544	42.989.482	36.573.273
Ac. de 360 dias	159.104.145	139.101.115	34.556.379	29.983.496	6.725.025	1.802.137	310.931	228.036	3.796.732	375.607.996	343.330.425	298.186.163
Total	**187.118.475**	**195.987.907**	**49.304.567**	**43.767.793**	**10.391.721**	**2.895.660**	**602.965**	**447.829**	**5.780.476**	**496.297.393**	**449.935.535**	**390.016.613**

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Parcelas Vencidas	**24.757**	**85.977**	**798.419**	**1.241.412**	**2.383.541**	**1.661.914**	**1.317.943**	**1.074.270**	**6.428.913**	**15.017.146**	**6.725.866**	**9.220.685**
01 a 30 dias	24.757	85.977	682.340	408.383	1.058.921	103.184	49.613	34.919	269.289	2.717.383	1.529.006	1.176.739
31 a 60 dias	-	-	113.248	470.189	189.521	63.703	38.845	25.385	149.149	1.050.040	889.890	1.189.165
61 a 90 dias	-	-	2.831	228.204	884.888	434.510	101.986	59.314	340.121	2.051.854	828.776	1.226.951
91 a 180 dias	-	-	-	134.636	249.867	835.498	962.519	830.187	1.279.196	4.291.903	1.726.348	2.741.829
181 a 360 dias	-	-	-	-	344	225.019	164.980	124.331	4.039.069	4.553.743	1.715.073	2.734.065
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	134	352.089	352.223	36.773	151.936
Parcelas Vincendas	**2.139.387**	**5.075.717**	**10.836.662**	**11.361.691**	**5.363.565**	**1.170.322**	**690.930**	**545.299**	**3.609.991**	**40.793.564**	**37.575.679**	**32.061.017**
01 a 30 dias	21.600	69.534	195.585	191.427	96.919	39.037	19.585	12.679	75.982	722.348	752.507	609.279
31 a 60 dias	20.794	66.795	176.989	183.787	84.210	26.265	13.891	11.169	68.565	652.465	691.109	401.066
61 a 90 dias	20.750	66.708	174.646	179.687	83.052	25.716	13.731	10.841	66.643	641.774	675.763	395.911
91 a 180 dias	60.615	196.791	498.905	515.607	240.146	73.466	39.039	31.061	189.677	1.845.307	1.936.228	1.302.685
181 a 360 dias	117.250	385.116	915.966	948.707	445.394	134.374	71.338	57.454	343.839	3.419.438	3.527.509	2.555.658
Acima de 360 dias	1.898.378	4.290.773	8.874.571	9.342.476	4.413.844	871.464	533.346	422.095	2.865.285	33.512.232	29.992.563	26.796.418
Total	**2.164.144**	**5.161.694**	**11.635.081**	**12.603.103**	**7.747.106**	**2.832.236**	**2.008.873**	**1.619.569**	**10.038.904**	**55.810.710**	**44.301.545**	**41.281.702**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
SETOR PÚBLICO	**40.271.101**	**37.076.753**	**33.830.304**
Administração Direta	23.380.634	20.202.347	17.726.840
Administração Indireta – Petroquímico	11.249.216	11.241.113	11.211.569
Administração Indireta – Saneamento e Infraestrutura	3.650.938	3.643.837	3.868.762
Administração Indireta – Outros	1.990.313	1.989.456	1.023.133
SETOR PRIVADO	**511.837.002**	**457.160.327**	**397.468.011**
PESSOA JURÍDICA	117.470.832	104.196.494	92.118.479
Comércio varejista	25.863.980	23.923.477	20.244.259
Construção civil	13.741.772	11.450.176	10.323.624
Siderurgia e Metalurgia	9.619.444	9.520.536	9.283.572
Energia elétrica	10.066.859	7.845.936	6.907.739
Serviços financeiros	5.420.016	5.081.949	6.084.553
Outras indústrias	7.683.115	6.800.733	5.420.944
Transporte	7.720.851	6.729.159	4.981.005
Agronegócio e Extrativismo	3.814.901	4.156.287	4.317.092
Comércio atacadista	5.620.713	4.989.191	3.860.683
Saúde	3.462.087	3.393.988	3.095.429
Saneamento e infraestrutura	3.579.716	2.713.321	2.214.177
Petroquímico	2.219.891	2.190.992	1.943.461
Têxtil	2.126.006	1.979.412	1.732.035
Comunicação	1.656.474	1.672.045	1.550.496
Alimentação	2.023.620	1.808.854	1.543.141
Serviços pessoais	378.977	344.604	279.145
Outros serviços	12.472.410	9.595.834	8.337.124
PESSOA FÍSICA	394.366.170	352.963.833	305.349.532
Total	**552.108.103**	**494.237.080**	**431.298.315**

(e) Receitas de operação de crédito

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	8.899.067	16.704.798	5.903.436	11.124.029
Financiamentos rurais e agroindustriais	28.842	60.312	2.591	4.604
Financiamentos imobiliários	6.198.056	12.086.303	4.530.005	8.739.525
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	821.962	1.574.604	497.215	951.531
Outros créditos	1.708	3.445	2.990	5.545
Total	**15.949.635**	**30.429.462**	**10.936.237**	**20.825.234**

(f) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014	%	31/12/2013	%	30/06/2013	%
Principal devedor	11.249.216	2,04	11.241.112	2,27	11.211.567	2,60
10 maiores devedores	39.735.200	7,20	37.348.218	7,56	35.426.147	8,22
20 maiores devedores	51.680.905	9,36	48.329.868	9,78	45.134.379	10,48
50 maiores devedores	69.183.040	12,53	62.507.566	12,65	58.717.754	13,63
100 maiores devedores	80.085.154	14,51	71.162.847	14,4	66.481.839	15,43

(g) Movimentação da carteira de renegociação

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Operações Renegociadas	2.709.900	5.201.671	1.576.941	2.696.609
Operações Comerciais	2.628.435	4.841.256	1.521.527	2.419.041
Operações Habitacionais	81.465	360.415	55.414	277.568
Operações Recuperadas	440.644	804.313	234.644	357.924
Operações Comerciais	306.751	541.951	232.087	300.368
Operações Habitacionais	133.893	262.362	2.557	57.556

(h) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Saldo inicial	(24.354.042)	(23.966.296)	(20.724.487)	(19.921.098)
Constituição de provisão no período	(6.817.394)	(9.330.386)	(3.886.227)	(5.966.678)
Reversão de provisão no período	2.865.941	2.900.717	1.645.049	1.645.049
Transferência para prejuízo	2.378.133	4.341.082	1.327.654	2.604.716
Reversão de prejuízo(1)	516.352	643.873	-	-
Saldo final	(25.411.010)	(25.411.010)	(21.638.011)	(21.638.011)

(1) Recebimento de créditos baixados em prejuízo, destacando-se créditos com garantia do FGO.

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

INDIVIDUAL

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013 (Nota 3 (t))
Créditos por Avais e Fianças Honrados	29.260	26.042	35.156
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	1.209.399	686.732	587.146
Rendas a Receber	2.426.070	2.019.622	1.705.239
Convênios setor privado	102.597	121.777	96.972
Convênios setor público	324.667	462.927	409.717
Administração de fundos de investimento	89.830	107.829	96.040
Administração de fundos e programas sociais	1.451.160	1.098.764	959.624
Repasses OGU	220.309	178.788	142.886
Dividendos e JCP a receber	146.120	-	-
Outras rendas a receber	91.387	49.537	-
Negociação e Intermediação de valores	15.662	864	186.379
Créditos Específicos	752.954	716.094	688.410
Diversos – Nota 9 (b)	50.272.830	55.433.625	45.301.408
Provisão para Outros Créditos – Nota 9 (d)	(306.016)	(323.769)	(307.300)
Total	**54.400.159**	**58.559.210**	**48.196.438**
Ativo circulante	**46.246.299**	**38.317.229**	**29.661.262**
Ativo não circulante	**8.153.860**	**20.241.981**	**18.535.176**

CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013 (Nota 3 (t))
Créditos por Avais e Fianças Honrados	29.260	26.042	35.156
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	1.209.399	686.732	587.146
Rendas a Receber	2.370.400	2.180.487	1.779.133
Dividendos e JCP a receber	90.451	160.865	73.894
Convênios Setor Privado	102.597	121.777	96.972
Convênios Setor Público	324.667	462.927	409.717
Administração de Fundos de Investimento	89.830	107.829	96.040
Administração de Fundos e Programas Sociais	1.451.160	1.098.764	959.624
Repasses OGU	220.308	178.788	142.886
Outras rendas a receber	91.387	49.537	-
Negociação e Intermediação de valores	15.662	864	186.379
Créditos Específicos	752.954	716.094	688.410
Diversos – Nota 9 (b)	50.272.738	55.432.952	45.303.406
Provisão para Outros Créditos – Nota 9 (d)	(306.016)	(323.769)	(307.300)
Total	**54.344.397**	**58.719.402**	**48.272.330**
Ativo circulante	**46.190.537**	**38.477.421**	**29.737.129**
Ativo não circulante	**8.153.860**	**20.241.981**	**18.535.201**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013 (Nota 3 (t))	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013 (Nota 3 (t))
Créditos tributários – (Nota 20)	21.056.109	20.165.547	18.736.405	21.056.147	20.165.575	18.736.430
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	12.079.589	11.290.593	10.837.495	12.079.589	11.290.593	10.837.495
Adiantamentos e antecipações salariais	472.381	172.667	388.837	472.381	172.667	388.837
Participações pagas antecipadamente[1]	299.269	4.097.762	618.843	296.626	4.097.762	618.843
Impostos e contribuições a compensar	323.437	488.536	221.686	323.437	489.991	226.222
Cartão de crédito[2]	6.244.592	6.353.846	4.980.531	6.246.866	6.353.846	4.980.531
Prêmio em aquisição de carteiras	1.103.902	1.117.851	976.505	1.103.902	1.117.851	976.505
Seguros a receber	108.311	102.601	96.520	108.311	102.601	96.520
Créditos adquiridos	1.763.168	2.422.528	3.716.708	1.763.168	2.422.528	3.716.708
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	3.941.936	3.179.808	158.573	3.941.936	3.179.808	158.573
Valores a receber – royalties[3]	23.304	2.458.311	2.357.896	23.304	2.458.311	2.357.896
Valores a receber – FND	402.473	386.846	379.674	402.473	386.846	379.674
Valores a receber - correspondentes bancários	156.363	196.488	163.432	156.363	196.488	163.432
Valores a receber - resgate de bônus	94.621	91.515	88.648	94.860	91.515	88.648
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	47.075	35.083	5.331	47.075	35.083	5.331
Valores a receber - créditos administrados	26.185	28.246	27.335	26.185	28.246	27.335
Valores a receber - planos de saúde autogestão	45.689	20.220	30.546	45.689	20.220	30.546
Valores a apropriar	1.983.043	2.560.068	1.144.735	1.983.043	2.560.068	1.144.735
Outros devedores	167.624	322.138	427.548	167.624	319.982	424.985
Provisão para perdas - diversos[4]	(66.241)	(57.029)	(55.840)	(66.241)	(57.029)	(55.840)
Total	**50.272.830**	**55.433.625**	**45.301.408**	**50.272.738**	**55.432.952**	**45.303.406**
Ativo circulante	**42.085.088**	**35.143.263**	**26.546.402**	**42.084.996**	**35.142.590**	**26.548.375**
Ativo não circulante	**8.187.742**	**20.290.362**	**18.755.006**	**8.187.742**	**20.290.362**	**18.755.031**

(1) Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio repassados à União.

(2) Inclui créditos com característica de concessão de crédito (Nota 9 (d)) e anuidades de cartões de crédito que não possuem característica de concessão de crédito.

(3) Variação em 2014 refere-se à liquidação do contrato de aquisição de royalties e participações especiais decorrentes da exploração de petróleo e gás natural da RIOPREVIDÊNCIA.

(4) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

(c) Carteira de câmbio

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Ativo - Outros créditos			
Câmbio comprado a liquidar – Moeda Estrangeira	16.752	5.366	8.041
Direitos sobre vendas de câmbio – Moeda Nacional	1.198.172	687.540	586.412
(-) Adiantamentos recebidos – Moeda Nacional	(5.525)	(6.174)	(7.307)
Ativo circulante (Nota 9 (a))	**1.209.399**	**686.732**	**587.146**
Passivo - Outras obrigações			
Câmbio vendido a liquidar – Moeda Estrangeira	56.187	21.402	58.572
Obrigações por compras de câmbio – Moeda Nacional	35.753	17.916	105.665
Passivo circulante (Nota 18 (a))	**91.940**	**39.318**	**164.237**

(c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Receitas	**2.673.809**	**6.282.255**	**880.170**	**1.588.442**
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.673.809	6.282.255	880.170	1.588.442
Despesas	**(2.523.771)**	**(5.982.278)**	**(1.057.937)**	**(1.773.928)**
Despesas de variações e diferenças de taxas	(2.523.771)	(5.982.278)	(1.057.937)	(1.773.928)
Resultado de câmbio	**150.038**	**299.977**	**(177.767)**	**(185.486)**

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Créditos	7.923.376	8.749.294	8.681.468
Cartão de crédito	6.109.045	6.279.297	4.910.499
Créditos por avais e fianças honrados	29.260	26.042	35.156
Devedores por compra de valores e bens	21.903	21.427	19.105
Créditos adquiridos[1]	1.763.168	2.422.528	3.716.708
Provisão[2]	**(306.016)**	**(323.769)**	**(307.300)**
Cartão de crédito	(215.685)	(218.995)	(148.787)
Créditos por avais e fianças honrados	(949)	(1.245)	(1.224)
Devedores por compra de valores e bens	(29.260)	(26.042)	(35.156)
Créditos adquiridos[1]	(60.122)	(77.487)	(122.133)
Créditos - líquidos de provisão	**7.617.360**	**8.425.525**	**8.374.168**

(1) Créditos adquiridos com co-obrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso e BMB.

(2) De acordo com a Carta-Circular do BACEN 3.048/2002, a provisão para os títulos e créditos a receber está classificada como "com característica de concessão de crédito".

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

Também é composto por despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC e pelo estoque de material de consumo.

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Bens não de uso próprio	1.209.274	993.843	860.425
Imóveis patrimoniais não de uso	161.053	146.510	138.747
Imóveis adjudicados/arrematados	1.048.221	847.333	721.678
Despesas antecipadas	94.858	66.890	201.762
Material de consumo	28.642	26.326	25.842
Provisões p/perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(30.371)	(31.614)	(26.291)
Total	**1.302.403**	**1.055.445**	**1.061.738**

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Saldo inicial	(30.425)	(31.614)	(100.567)	(103.028)
Constituição	(3.183)	(25.248)	(5.950)	(10.034)
Baixas	3.237	26.491	80.226	86.771
Saldo final	**(30.371)**	**(30.371)**	**(26.291)**	**(26.291)**

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas na CAIXA – Individual são compostos essencialmente pela Caixa Participações S.A (CAIXAPAR). No período alcançou o montante de R$ 4.537.952 (31/12/2013 – R$ 4.272.753; 30/06/2013 – R$ 3.988.894). O resultado da equivalên-

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

cia patrimonial no período foi de R$ 305.222 (2º trimestre de 2013 – R$ 93.795; 1° semestre de 2013 – R$ 153.478).

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa ou possui controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias CAIXAPAR

Descrição	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	143.307.049	54.802.722	49,00	37,00
Branes	3.400.010	-	2,00	2,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	8.161.452	-	48,21	48,21
Capgemini[1]	63.764.544	-	24,19	22,05
Caixa Seguros Participações – CSP	34.245.712	-	-	48,21
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	17.635.100	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.754	836.698.278	0,01	33,33

CONSOLIDADO

Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial			
				2014		2013	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.096.717	2.082.025	1.923.994	191.328	380.568	169.743	314.000
Banco PAN	441.558	494.554	652.475	(38.585)	(53.724)	(57.045)	(150.016)
Capgemini	249.527	269.345	294.033	(16.713)	(31.951)	(17.234)	(17.507)
Elo Serviços	13.253	13.318	9.814	(1.910)	(65)	195	(974)
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.778	6.832	7.048	16	91	33	209
Caixa Seguros Participações - CSP	43.331	41.138	3.158	270	2.192	-	-
Crescer	4.209	9.323	5.163	(5.327)	(10.402)	(1.548)	(1.548)
Branes	1.860	1.897	2.019	(7)	(37)	(181)	(181)
BIAPE	542	788	1.140	98	98	(46)	(153)
FGO – Fdo. Garantia de Operações	104.445	201.552	113.208	-	-	-	-
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	186.565	166.958	141.689	-	-	-	-
Fundo de Investim. em Participações	39.356	39.029	39.272	(372)	(550)	(917)	(917)
Outros Investimentos[1]	6.834	14.014	1.026	-	-	-	-
Total	**3.194.975**	**3.340.773**	**3.194.039**	**128.798**	**286.220**	**93.000**	**142.913**

[1] Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Ágios na aquisição de investimentos

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Saldo anterior	261.080	272.719	332.934	354.058
Amortizações	(11.641)	(23.280)	(21.127)	(42.251)
Saldo atual	249.439	249.439	311.807	311.807

Nota 12 – Imobilizado de uso

Em junho/2014, a CAIXA alterou o critério de apuração da depreciação dos imóveis de uso, em conformidade com as determinações do COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Esse ajuste não apresenta materialidade para reapresentação dos valores comparativos dos períodos de 31/12/2013 e 30/06/2013.

Informações do imobilizado de uso

Descrição	30/06/2014			31/12/2013			30/06/2013
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	913.688	(264.526)	649.162	770.513	(182.191)	588.322	498.090
Edificações	856.498	(264.526)	591.972	713.871	(182.191)	531.680	445.504
Terrenos	57.190	-	57.190	56.642	-	56.642	52.586
Reaval. de imóveis de uso	744.196	(168.856)	575.340	743.272	(157.772)	585.500	595.223
Edificações	543.817	(168.856)	374.961	543.219	(157.772)	385.447	394.713
Terrenos	200.379	-	200.379	200.053	-	200.053	200.510
Outras imobilizações de uso	6.172.759	(4.109.577)	2.063.182	5.667.682	(3.815.182)	1.852.500	1.487.115
Imobilizações em curso	36.067	-	36.067	41.928	-	41.928	35.239
Inst., móveis e equip. de uso	1.348.307	(714.134)	634.173	1.293.521	(664.611)	628.910	565.847
Sistema de comunicação	91.406	(72.217)	19.189	91.387	(70.177)	21.210	21.669
Sistema de proc. de dados	4.348.334	(3.081.892)	1.266.442	3.919.076	(2.856.838)	1.062.238	801.242
Sistema de transporte e segurança	348.645	(241.334)	107.311	321.770	(223.556)	98.214	63.118
Total	**7.830.643**	**(4.542.959)**	**3.287.684**	**7.181.467**	**(4.155.145)**	**3.026.322**	**2.580.428**

Movimentação do imobilizado de uso

Descrição	31/12/2013	Transferências	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2014
Imóveis de uso	588.322	9.454	143.931	-	(92.545)	649.162
Edificações	531.680	8.906	143.931	-	(92.545)	591.972
Terrenos	56.642	548	-	-	-	57.190
Reaval. de imóveis de uso	585.500	-	-	924	(11.084)	575.340
Edificações	385.447	-	-	598	(11.084)	374.961
Terrenos	200.053	-	-	326	-	200.379
Outras imobilizações de uso	1.852.500	(9.454)	514.531	-	(294.395)	2.063.182
Imobilizações em curso	41.928	(9.454)	3.593	-	-	36.067
Inst., móveis e equip. de uso	628.910	-	54.787	-	(49.524)	634.173
Sistema de comunicação	21.210	-	19	-	(2.040)	19.189
Sistema de proc.de dados	1.062.238	-	429.258	-	(225.054)	1.266.442
Sist. de transp./segurança	98.214	-	26.874	-	(17.777)	107.311
Total	**3.026.322**	-	**658.462**	**924**	**(398.024)**	**3.287.684**

Com o índice de imobilização apurado de 14,41% (31/12/2013 – 12,85%; 30/06/2013 – 13,03%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) a partir de 31/12/2002.

Nota 13 – Intangível e diferido

(a) Intangível

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014				31/12/2013				30/06/2013
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.618.427	(1.054.779)	(6.666)	1.556.982	2.572.857	(909.854)	(6.887)	1.656.116	1.426.710
Outros ativos intangíveis	370.855	(37.762)	-	333.093	324.200	(29.715)	-	294.485	301.641
Projetos logiciais - Software	882.573	(188.762)	-	693.811	727.408	(144.026)	-	583.382	380.211
Total	**3.871.855**	**(1.281.303)**	**(6.666)**	**2.583.886**	**3.624.465**	**(1.083.595)**	**(6.887)**	**2.533.983**	**2.108.562**

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2013	30/06/2014			
	Líquido	Movimentação			Líquido
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.656.116	172.916	(10.764)	(261.286)	1.556.982
Outros ativos intangíveis	294.485	46.655	-	(8.047)	333.093
Projetos logiciais - Software	583.382	165.299	-	(54.870)	693.811
Total	**2.533.983**	**384.870**	**(10.764)**	**(324.203)**	**2.583.886**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(b) Diferido

De acordo com a Resolução CMN nº 3.617/2008, os saldos de ativos diferidos anteriores à sua edição, posicionados em setembro de 2008, foram mantidos até a sua efetiva realização ocorrida em dezembro de 2013. O valor apresentado na Nota 25, item "amortização", está acrescido de R$ 4.546 em 30/06/2013 relativos à despesa com amortização de ativos diferidos no período.

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013 (Nota 3 (t))	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013 (Nota 3 (t))
Depósitos à vista –						
sem remuneração	24.286.581	25.170.971	25.246.143	24.286.581	25.170.971	25.246.140
Pessoas físicas	9.700.972	10.193.256	9.718.119	9.700.972	10.193.256	9.718.119
Pessoas jurídicas	10.907.111	11.822.111	12.527.018	10.907.111	11.822.111	12.527.015
Vinculados	2.168.284	1.791.248	1.359.762	2.168.284	1.791.248	1.359.762
Governo	736.110	1.055.105	1.105.579	736.110	1.055.105	1.105.579
Moedas estrangeiras	65.388	4.980	4.333	65.388	4.980	4.333
Instituições do sistema						
financeiro	36.890	40.902	33.903	36.890	40.902	33.903
Entidades públicas	566.987	152.943	414.536	566.987	152.943	414.536
Outros	104.839	110.426	82.893	104.839	110.426	82.893
Depósitos de poupança						
– remuneração						
pós fixada	220.990.257	209.573.848	190.432.395	220.990.257	209.573.848	190.432.395
Pessoas físicas	218.312.489	205.688.360	187.320.217	218.312.489	205.688.360	187.320.217
Pessoas jurídicas	2.675.350	3.882.990	3.109.476	2.675.350	3.882.990	3.109.476
Vinculados	2.418	2.498	2.702	2.418	2.498	2.702
Depósitos						
interfinanceiros	4.545.541	2.353.562	277.949	4.545.541	2.353.562	277.949
Depósitos a prazo	131.156.550	113.801.680	113.617.276	130.693.800	113.516.246	113.343.552
Remuneração prefixada	64.126.794	50.530.631	55.383.374	63.664.044	50.245.198	55.109.652
Depósitos a prazo						
em moeda nacional	64.126.794	50.530.631	55.383.374	63.664.044	50.245.198	55.109.652
Remuneração						
pós-fixada	67.029.756	63.271.049	58.233.902	67.029.756	63.271.048	58.233.900
Depósitos a prazo						
em moeda nacional	18.654.435	18.942.280	16.910.148	18.654.435	18.942.280	16.910.146
Depósitos judiciais						
com remuneração	48.375.321	44.328.769	41.323.754	48.375.321	44.328.768	41.323.754
Depósitos especiais e						
de fundos e programas	10.789.171	10.155.127	13.614.664	10.789.171	10.155.127	13.614.664
Sem remuneração	267.394	243.494	235.732	267.394	243.494	235.732
Remuneração						
prefixada	477.884	452.372	429.886	477.884	452.372	429.886
Remuneração						
pós-fixada	10.043.893	9.459.261	12.949.046	10.043.893	9.459.261	12.949.046
Total	**391.768.100**	**361.055.188**	**343.188.427**	**391.305.350**	**360.769.754**	**342.914.700**
Passivo circulante	320.979.781	304.015.240	285.345.416	320.517.031	303.729.806	285.071.689
Passivo não circulante	70.788.319	57.039.948	57.843.011	70.788.319	57.039.948	57.843.011

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL							CONSOLIDADO		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013 (Nota 3 (t))	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013 (Nota 3 (t))
Depósitos à Vista	24.286.581	-	-	-	24.286.581	25.170.971	25.246.143	24.286.581	25.170.971	25.246.140
Depósitos de Poupança	220.990.257	-	-	-	220.990.257	209.573.848	190.432.395	220.990.257	209.573.848	190.432.395
Depósitos Interfinanceiros	-	1.099.256	2.993.520	452.765	4.545.541	2.353.562	277.949	4.545.541	2.353.562	277.949
Depósitos a prazo	48.389.701	3.246.514	9.184.781	70.335.554	131.156.550	113.801.680	113.617.276	130.693.800	113.516.246	113.343.552
CDB	-	3.246.514	9.184.781	70.335.554	82.766.849	69.447.549	72.268.563	82.304.099	69.162.115	71.994.839
Depósitos Judiciais	48.375.321	-	-	-	48.375.321	44.328.768	41.323.754	48.375.321	44.328.768	41.323.754
Outros	14.380	-	-	-	14.380	25.363	24.959	14.380	25.363	24.959
Depósitos especiais e										
de fundos e programas	10.789.171	-	-	-	10.789.171	10.155.127	13.614.664	10.789.171	10.155.127	13.614.664
Total	**304.455.710**	**4.345.770**	**12.178.301**	**70.788.319**	**391.768.100**	**361.055.188**	**343.188.427**	**391.305.350**	**360.769.754**	**342.914.700**

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	INDIVIDUAL			
	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Depósitos de Poupança	(3.443.294)	(6.832.380)	(2.470.952)	(4.873.854)
Depósitos Interfinanceiros	(65.994)	(108.879)	(5.406)	(39.898)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(1.912.942)	(3.662.534)	(1.216.854)	(2.213.517)
Depósitos judiciais	(627.252)	(1.243.720)	(450.697)	(877.893)
Depósitos especiais e de				
fundos e programas (d.1)	(269.400)	(521.255)	(399.122)	(592.435)
Outras captações	(141.827)	(277.837)	(116.310)	(225.852)
Total	**(6.460.709)**	**(12.646.605)**	**(4.659.341)**	**(8.823.449)**

Descrição	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Depósitos de Poupança	(3.443.294)	(6.832.380)	(2.470.952)	(4.873.854)
Depósitos Interfinanceiros	(65.994)	(108.879)	(5.406)	(39.898)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(1.903.452)	(3.646.479)	(1.213.375)	(2.210.037)
Depósitos judiciais	(627.252)	(1.243.720)	(450.697)	(877.893)
Depósitos especiais e de				
fundos e programas (d.1)	(269.400)	(521.255)	(399.122)	(592.435)
Outras captações	(141.827)	(277.837)	(116.309)	(225.851)
Total	**(6.451.219)**	**(12.630.550)**	**(4.655.861)**	**(8.819.968)**

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas.

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013 (Nota 3 (t))
Fundo de Garantia por Tempo de			
Serviço – FGTS	5.399.790	4.719.449	6.085.699
Depósitos - Especiais com remuneração	1.796.301	1.729.558	1.611.676
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.637.081	1.794.679	1.961.226
Depósitos – FISANE	8.707	8.428	8.170
Depósitos – PRODEC	50.324	49.682	48.204
Programa de Integração Social – PIS	73.458	122.945	22.365
Fundo Garantia Safra – FGS	35.031	30.527	72.712
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	56.619	76.925	1.934.023
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	361.349	334.259	368.050
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.114	8.114	8.733
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento			
Social – FAS	9.098	4.526	2.261
Depósitos – PREVHAB	551.118	523.094	504.287
Saúde CAIXA	267.394	243.494	233.714
Outros	534.787	509.447	753.544
Total	**10.789.171**	**10.155.127**	**13.614.664**

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
		2014		2013	
		2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Depósitos - FGTS	Selic	(145.030)	(285.547)	(128.496)	(232.518)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(22.869)	(45.830)	(25.230)	(55.780)
Depósitos - FISANE	TR	(139)	(279)	(118)	(235)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	208	(649)	(723)	(1.475)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(13.532)	(23.708)	(7.136)	(12.148)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(703)	(1.024)	(1.109)	(1.677)
Depósitos - FAR	Selic	(9.171)	(15.939)	(8.499)	(16.345)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(9.566)	(18.408)	(7.133)	(14.386)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(7.441)	(14.355)	(4.762)	(8.954)
Depósitos - FAS	TR	(13)	(25)	-	-
Depósitos - PREVHAB	Selic	(14.679)	(28.421)	(9.793)	(18.521)
Depósitos - Caução	TR	(1.412)	(3.093)	(178.943)	(179.364)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(9.962)	(19.308)	(6.813)	(12.832)
Outros		(35.091)	(64.669)	(20.367)	(38.200)
Total		**(269.400)**	**(521.255)**	**(399.122)**	**(592.435)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, pro rata dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n° 439/2005 e n° 489/2006.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			30/06/2014			31/12/2013			30/06/2013		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					251.002	1.311.621	1.562.623	136.093	1.584.128	1.720.221	90.159	1.796.609	1.886.768
Proger urbano					183.988	888.047	1.072.035	67.245	1.116.098	1.183.343	19.910	1.285.082	1.304.992
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	183.987	883.802	1.067.789	67.243	1.111.422	1.178.665	19.904	1.279.936	1.299.840
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	24	24	-	26	26	-	29	29
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	1	4.221	4.222	2	4.650	4.652	6	5.117	5.123
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	804	1.920	2.724	1.120	6.735	7.855	1.198	12.034	13.232
FAT infraestrutura				-	65.735	419.321	485.056	66.779	458.011	524.790	67.611	494.414	562.025
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	65.735	419.321	485.056	66.779	458.011	524.790	67.611	494.414	562.025
FAT – PNMPO				-	475	2.333	2.808	949	3.284	4.233	1.440	5.079	6.519
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	475	2.333	2.808	949	3.284	4.233	1.440	5.079	6.519
Linhas de crédito especiais					309	74.149	74.458	299	74.159	74.458	309	74.149	74.458
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	309	74.149	74.458	299	74.159	74.458	309	74.149	74.458
Total					**251.311**	**1.385.770**	**1.637.081**	**136.392**	**1.658.287**	**1.794.679**	**90.468**	**1.870.758**	**1.961.226**

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Carteira Própria[1]	**71.437.221**	**83.815.366**	**62.405.946**	**71.348.213**	**83.730.605**	**62.319.919**
Letras Financeiras do Tesouro	170.240	4.627.738	4.607.150	170.240	4.627.738	4.607.150
Letras do Tesouro Nacional	41.899.202	49.660.494	29.553.243	41.899.202	49.660.494	29.553.243
Notas do Tesouro Nacional	24.139.107	26.052.299	28.196.834	24.050.099	25.967.539	28.110.807
Debêntures	4.438.361	3.474.835	48.719	4.438.361	3.474.834	48.719
Certificados de Recebíveis Imobiliários	523.106	-	-	523.106	-	-
Letras de Crédito Imobiliário	267.205	-	-	267.205	-	-
Carteira de Terceiros	**74.485.553**	**32.759.024**	**73.915.517**	**74.485.553**	**32.759.024**	**73.915.517**
Letras Financeiras do Tesouro	10.404.661	11.103.849	-	10.404.661	11.103.849	-
Letras do Tesouro Nacional	38.851.383	10.315.230	32.413.204	38.851.383	10.315.230	32.413.204
Notas do Tesouro Nacional	25.229.509	11.339.945	41.502.313	25.229.509	11.339.945	41.502.313
Total	**145.922.774**	**116.574.390**	**136.321.463**	**145.833.766**	**116.489.629**	**136.235.436**
Passivo circulante	141.541.598	115.453.523	133.088.684	141.452.590	115.368.762	133.002.657
Passivo não circulante	4.381.176	1.120.867	3.232.779	4.381.176	1.120.867	3.232.779

[1] Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

INDIVIDUAL

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Carteira própria	(1.718.533)	(3.236.481)	(1.192.177)	(2.196.244)
Carteira de terceiros	(2.010.543)	(4.097.432)	(1.045.547)	(1.754.633)
Total	**(3.729.076)**	**(7.333.913)**	**(2.237.724)**	**(3.950.877)**

CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Carteira própria	(1.716.336)	(3.232.233)	(1.189.010)	(2.189.950)
Carteira de terceiros	(2.010.543)	(4.097.432)	(1.045.547)	(1.754.633)
Total	**(3.726.879)**	**(7.329.665)**	**(2.234.557)**	**(3.944.583)**

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Depósitos	Indexador	Vencimento				30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	583.604	583.604	600.065	548.983
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	12.549	12.549	12.723	11.826
Letra Hipotecária	TR	-	-	5.300	589	5.889	9.913	13.974
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	-	8.911	8.911	8.691	8.380
Letra Imobiliária	CDI	5.793.408	7.745.910	16.063.805	36.925.273	66.528.396	51.031.388	39.545.896
Letra Financeira	CDI	7.416.973	3.380.526	1.739.828	19.398.438	31.935.765	22.816.089	19.971.444
Letra de Crédito do Agronegócio	CDI	52.424	683.370	320.623	1.291.848	2.348.265	2.424.251	1.480.732
Letra Financeira	IPCA	-	-	-	698.399	698.399	587.701	-
Total		**13.262.805**	**11.809.806**	**18.129.556**	**58.919.611**	**102.121.778**	**77.490.821**	**61.581.235**
Passivo circulante						43.202.167	37.263.075	19.976.163
Passivo não circulante						58.919.611	40.227.746	41.605.072

(b) Despesas com recursos de letras

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Letras Imobiliárias	(1.399.256)	(2.572.284)	(19.852)	(39.865)
Letras Hipotecárias	(16.321)	(46.968)	(586.926)	(1.014.649)
Letras Financeiras	(813.726)	(1.469.478)	(373.038)	(692.083)
Letras de Crédito do Agronegócio	(57.636)	(116.056)	-	-
Total	**(2.286.939)**	**(4.204.786)**	**(979.816)**	**(1.746.597)**

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em novembro de 2012, a CAIXA efetuou sua primeira emissão de títulos, visando abrir um canal de financiamento de longo prazo para as suas operações.

Em outubro de 2013 e em maio de 2014, a CAIXA efetuou novas emissões de títulos, visando o financiamento de suas operações ativas.

O quadro a seguir discrimina as características dos títulos emitidos:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Notas Seniores	Moeda	Valor emitido	Remun. a.a.	Data Captação	Vencim.	30/06/2014[1]	31/12/2013[1]	30/06/2013[1]
1ª série	US$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	2.195.882	2.302.609	2.174.240
2ª série	US$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.099.669	1.151.303	1.164.274
3ª série	US$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	2.759.542	2.878.261	-
4ª série	US$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	2.861.296	-	-
Total						**8.916.389**	**6.332.173**	**3.338.514**

[1] Valores em milhares de R$.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(d) Despesa com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A despesa com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior referente ao 2º trimestre de 2014 é de R$ 70.977 (2º trimestre de 2013 – R$ 22.486). Em 30 de junho de 2014, a despesa acumulada foi de R$ 125.532 (30/06/2013 – R$ 42.989).

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Repasses no país	**174.117.365**	**158.322.179**	**139.610.755**
FGTS	144.834.457	132.732.425	118.193.561
BNDES	27.177.956	23.631.046	19.981.920
Tesouro Nacional – PIS	719.689	659.562	752.170
Outras instituições	1.385.263	1.299.146	683.104
Empréstimos no exterior	**3.476.597**	**3.231.933**	**1.239.121**
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	1.069.064	896.512	839.542
Demais linhas de crédito	2.407.533	2.335.421	399.579
Total de obrigações por empréstimos e repasses	**177.593.962**	**161.554.112**	**140.849.876**
Passivo circulante	3.843.882	3.017.150	1.674.492
Passivo não circulante	173.750.080	158.536.962	139.175.384

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente por empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 2,052% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2015. Os demais recursos tomados no exterior estão sujeitos a taxa de juros de até 1,561% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2015.

(c) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses no País – Instituições oficiais

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
FGTS	(2.255.472)	(4.502.801)	(1.819.301)	(3.425.892)
BNDES	(456.470)	(800.653)	(216.803)	(493.333)
Tesouro Nacional – PIS	(12.148)	(22.955)	(10.782)	(20.478)
Empréstimos no exterior	(22.190)	(69.013)	(76.878)	(83.620)
Outras instituições	(19.196)	(54.864)	(76.226)	(93.929)
Total	**(2.765.476)**	**(5.450.286)**	**(2.199.990)**	**(4.117.252)**

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

INDIVIDUAL

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.148.924	264.352	1.052.618
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	91.940	39.318	164.237
Sociais e estatutárias	1.087.190	4.523.044	1.076.069
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.750.996	2.147.292	1.933.952
Negociação e intermediação de valores	6.790	44.592	1.095
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	8.455.446	8.852.307	7.916.749
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	40.777.493	40.518.594	49.813.007
Diversas (Nota 18 (e))	43.227.162	41.046.639	40.019.764
Total	**96.545.941**	**97.436.138**	**101.977.491**
Passivo circulante	56.464.594	57.606.259	52.006.396
Passivo não circulante	40.081.347	39.829.879	49.971.095

CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.148.924	264.352	1.052.618
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	91.940	39.318	164.237
Sociais e estatutárias	1.087.191	4.523.044	1.076.069
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.056.805	2.367.098	2.109.549
Negociação e intermediação de valores	6.790	44.592	1.095
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	8.455.446	8.852.307	7.916.749
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	40.777.493	40.518.594	49.813.007
Diversas (Nota 18 (e))	43.227.627	41.047.008	40.020.160
Total	**96.852.216**	**97.656.313**	**102.153.484**
Passivo circulante	56.770.869	57.826.434	52.182.389
Passivo não circulante	40.081.347	39.829.879	49.971.095

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Tributos sobre salários a recolher	378.243	370.617	331.127
Tributos sobre serviços a recolher	263.522	279.247	202.266
Tributos sobre lucros a recolher	295.221	176.992	203.247
Imposto de renda	62.446	-	40.755
Contribuição social	31.756	-	18.110
COFINS	172.985	152.285	124.324
PASEP	28.034	24.707	20.058
Tributos diferidos	634.165	1.066.177	952.287
Reavaliação – edificações	149.808	154.242	158.089
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	-	-	-
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	-	-	-
Contratos futuros	244.905	734.097	743.141
Benefícios pós-emprego	116.805	116.805	-
Tarifas a receber da União	40.711	61.033	-
Outros	81.936	-	51.057
Prov. riscos fiscais (Nota 30 (a))	179.845	254.259	245.025
Total	**1.750.996**	**2.147.292**	**1.933.952**
Passivo circulante	1.601.188	1.993.050	1.775.864
Passivo não circulante	149.808	154.242	158.088

CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Tributos sobre salários a recolher	378.243	370.617	331.127
Tributos sobre serviços a recolher	263.522	279.247	202.266
Tributos sobre lucros a recolher	299.623	186.598	203.362
Imposto de renda	65.681	2.772	40.755
Contribuição social	32.923	3.308	18.218
COFINS	172.985	155.182	124.330
PASEP	28.034	25.336	20.059
Tributos diferidos	935.572	1.276.377	1.127.769
Reavaliação – edificações	149.808	154.242	158.089
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	-	-	-
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	301.405	210.200	175.482
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	-	-	-
Contratos futuros	244.905	734.097	743.141
Benefícios pós-emprego	116.805	116.805	-
Tarifas a receber da União	40.711	61.033	-
Outros	81.938	-	51.057
Prov. riscos fiscais (Nota 30 (a))	179.845	254.259	245.025
Total	**2.056.805**	**2.367.098**	**2.109.549**
Passivo circulante	1.906.997	2.212.856	1.951.461
Passivo não circulante	149.808	154.242	158.088

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do governo ou entidades públicas administradas pela CAIXA.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Fundos e programas sociais	7.064.038	7.268.366	6.691.093
FGTS	3.289.287	3.664.692	2.937.619
Minha Casa, Minha Vida	2.685.359	2.567.678	2.605.826
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	274.302	269.911	260.635
Programas de transferência de renda	172.568	223.537	295.740
Outros fundos e programas	642.522	542.548	591.273
Fundos financeiros e de desenvolvimento	634.644	273.446	559.936
PIS	633.233	272.032	443.232
FAT	-	8	115.301
FINSOCIAL	1.411	1.406	1.403
Operações com loterias	756.764	1.310.495	665.720
Total	**8.455.446**	**8.852.307**	**7.916.749**

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital

(d.1) Dívidas subordinadas

Parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS foi convertida em dívida subordinada e enquadrada como Instrumento de Dívida Elegível a Capital, conforme Resolução CMN nº 4.192/13.

Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Vencimento	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Saldo devedor 30/06/2014	Saldo devedor 31/12/2013	Saldo devedor 30/06/2013
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS								
20/02/2020	6,300%	out/05	3.439.717	2.209.962	(843.295)	4.806.384	5.212.848	6.023.770
20/04/2026	5,996%	ago/11	3.000.000	583.539	-	3.583.539	3.469.062	3.362.799
20/07/2032	5,082%	jun/12	3.000.000	332.681	-	3.332.681	3.240.169	3.154.597
Letra Financeira elegível – Nível II								
03.06.2020	110%CDI	jun/14	10.000	81	-	10.081	-	-
03.06.2024	100%IIPCA	jun/14	200.000	1.786	-	201.786	-	-
Total						**11.934.471**	**11.922.079**	**12.541.166**

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido, à época, pela Resolução CMN nº 3.444/2007. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada, no montante de até R$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009, a CAIXA celebrou o contrato nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada, no montante de até R$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida. Nesse sentido, a CAIXA celebrou os contratos nº 752 e nº 754 em setembro de 2012, nos valores de R$ 6.800.000 e R$ 6.200.000, respectivamente.

Os contratos nº 348, 504, 752 e 754 formam celebrados em atenção à Resolução CMN nº. 3.444/07, vigente à época, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I do Patrimônio de Referência, observados os limitadores de Nível I e Nível II.

Em acordo à Basileia III, todos os instrumentos híbridos de capital e dívida considerados como Nível I até o limitador da revogada Resolução CMN nº. 3.444/07 e como Nível II a partir do saldo remanescente foram aditivados em 2013 para adequação à nova Resolução. Nesse sentido, os instrumentos híbridos considerados como Nível I e Nível II em SET/13 passaram a ser considerados como Nível I a partir de OUT/13, vigência do novo arcabouço normativo de Basileia III.

Os contratos aditivados com cláusulas aderentes à Basileia III encontram-se adequados e em linha com os contratos já aprovados pelo BACEN, contudo, haja vista o aguardo com relação à aprovação e em aderência ao art. 28 da Resolução CMN nº. 4.192/13, estes estão sendo considerados como Capital Complementar e observam o cronograma de phase-out da norma de 10% a.a. quando autorizadas as deduções não serão aplicáveis e todos os contratos passarão à composição do Capital Principal, haja vista aderência ao art. 16 da referida norma.

Por terem sido aditivados a partir da observação à nova regulamentação, os contratos passaram a observar cláusulas de atualização monetária e juros remuneratórios integralmente variáveis. Considerando o escopo de mudança e as características particulares às atualizações monetárias e juros remuneratórios, ao principal de cada contrato incorporou-se a atualização monetária acumulada até 31/08/2013 e realizou-se o pagamento dos juros remuneratórios às cláusulas vigentes até então, de forma a preservar a nova estrutura de remuneração a partir dos aditivos:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Discriminação	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
IHCD - elegíveis a capital	**28.744.579**	**27.867.701**	**37.271.841**
Contrato 348	7.672.071	7.303.575	7.307.718
Contrato 504	7.800.581	7.453.528	8.108.667
Contrato 752	6.883.676	6.800.000	7.095.567
Contrato 754	6.388.251	6.310.598	6.759.889
Contratos 868 e 869	-	-	8.000.000
IHCD - não elegíveis a capital	**98.443**	**728.814**	**-**
Total	**28.843.022**	**28.596.515**	**37.271.841**

(e) Diversas

INDIVIDUAL

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	7.636.950	7.218.765	7.734.124
Saúde Caixa	6.646.187	6.211.755	6.645.932
Auxílio e cesta alimentação	757.123	751.678	846.319
Planos de benefícios - Previdência privada	233.640	255.332	241.873
Provisões para pagamentos a efetuar	4.320.780	3.857.448	4.059.651
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	13.491.032	12.996.143	12.422.441
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30 (a))	3.211.582	3.086.733	2.927.536
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30 (a))	2.675.840	2.642.634	3.147.953
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30 (a))	1.995	52.599	44.046
Financiamentos imobiliários a liberar	6.939.189	5.830.105	6.139.792
Recursos vinculados a operações de crédito(1)	169.755	301.567	376.689
Recursos vinculados a cessão de crédito(2)	4.016.575	4.323.518	2.299.676
Obrigações por convênios	247.714	296.761	487.338
Obrigações por contribuições ao SFH	71.200	30.442	29.491
Recursos do FGTS para amortizações	381.629	298.937	264.711
Valores a pagar a sociedades ligadas	62.778	110.182	83.707
Credores diversos exterior	143	805	2.609
Total	**43.227.162**	**41.046.639**	**40.019.764**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	7.636.950	7.219.134	7.734.124
Saúde Caixa	6.646.187	6.212.124	6.645.932
Auxílio e cesta alimentação	757.123	751.678	846.319
Planos de benefícios - Previdência privada	233.640	255.332	241.873
Provisões para pagamentos a efetuar	4.321.245	3.857.447	4.060.047
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	13.491.032	12.996.143	12.422.441
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30 (a))	3.211.582	3.086.733	2.927.536
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30 (a))	2.675.840	2.642.634	3.147.953
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30 (a))	1.995	52.599	44.046
Financiamentos imobiliários a liberar	6.939.189	5.830.105	6.139.792
Recursos vinculados a operações de crédito(1)	169.755	301.567	376.689
Recursos vinculados a cessão de crédito(2)	4.016.575	4.323.518	2.299.676
Obrigações por convênios	247.714	296.761	487.338
Obrigações por contribuições ao SFH	71.200	30.442	29.491
Recursos do FGTS para amortizações	381.629	298.937	264.711
Valores a pagar a sociedades ligadas	62.778	110.182	83.707
Credores diversos exterior	143	806	2.609
Total	**43.227.627**	**41.047.008**	**40.020.160**

(1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN 3533/2008.

(f) Credores diversos – País

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Cartões de crédito	6.305.828	6.130.233	4.862.341
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)(1)	60.880	255.135	248.819
Fornecedores	992.934	919.673	895.098
Aquisição de folhas de pagamento – valores a liberar	529.140	499.328	449.983
Crédito comercial – repasses	110.470	118.693	483.437
Crédito imobiliário – repasses	752.921	778.327	708.413
Obrigações com a União – repasses	39.806	37.899	36.632
Outros credores – poupança simplificada	499.799	499.852	499.884
Contas a pagar	1.124.012	1.110.288	1.049.399
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	47.467	43.282	39.351
Valores a pagar – Royalties	-	-	1.300.000
Valores a restituir – penhor	143.315	142.265	150.505
Valores a apropriar	2.521.193	2.071.678	1.435.267
Outros credores diversos	363.267	389.490	263.312
Total	**13.491.032**	**12.996.143**	**12.422.441**

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

Nota 19 – Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013, aprovou o Estatuto da CAIXA.

Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

Em observação às Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, que dispõe sobre nova metodologia de cálculo do Patrimônio de Referência - PR (revogando a Resolução CMN n.º 3.444/2007), em junho de 2013, a CAIXA e a União celebraram dois contratos de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R$ 8.000.000 (Contrato nº 868 de R$ 3.000.000 e nº 869 de R$ 5.000.000).

As alterações realizadas pelo regulador através da Resolução CMN nº 4.192/13 correspondem à implementação de normas conhecidas mundialmente como Basileia III, que visam aumentar a qualidade do capital das instituições financeiras, exigindo melhor qualidade do capital mantido. Em seu art. 16, a Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Capital Principal – Nível I com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados, desde que atendam aos requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).

Assim, os R$ 8.000.000 contratados em junho de 2013 foram celebrados em aderência aos requisitos elencados na Resolução CMN nº. 4.192/13 para integrar o Capital Principal – Nível I do Patrimônio de Referência – PR da CAIXA e, nos termos do art. 33 da referida Resolução, foram autorizados pelo Banco Central do Brasil a compor integralmente o Capital Principal – Nível I do PR.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 13,27% (Nota 33 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Reservas de Reavaliação	388.622	392.929	413.750
Reservas de Lucros	3.884.084	4.902.396	3.062.938
Reserva legal	2.174.969	2.005.496	1.826.357
Reserva estatutária – loterias	1.709.115	1.454.999	1.141.143
Reservas margem operacional	-	1.441.901	95.438

(e) Dividendos

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos, são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período.

Em 2014, foi repassado à União o montante de R$ 95.437 a título de dividendos complementares do exercício de 2012, e de R$ 1.346.464, a título de dividendos complementares do exercício de 2013, perfazendo um montante total de R$ 1.441.901.

O total dos juros sobre o capital próprio proporcionou redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R$ 261.707 para o 1º semestre de 2014 (R$ 247.537 no 1º semestre de 2013).

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**30/06/2014**	**30/06/2013**
Lucro líquido	3.389.467	3.140.602
Reserva legal	(169.473)	(157.030)
Realização de reserva	2.318	9.415
Reserva de loterias	(254.116)	(212.844)
Base para cálculo dos dividendos	2.968.196	2.780.143
Dividendos declarados	743.655	696.158
Juros sobre o capital próprio	654.268	618.842
Dividendos	89.387	77.316

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

• créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;

• créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%; créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e

• créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo, atualizados para 30 de junho de 2014, estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL					
Ano de Realização	**Prejuízo Fiscal**	**Base Negativa - 15%**	**Crédito a 18% - 1998**	**Diferença Temporal**	**TOTAL**
2014	49.816	-	29.889	9.558.286	9.637.991
2015	394.576	-	97.717	6.152.542	6.644.835
2016	734.013	-	-	779.817	1.513.830
2017	385.118	-	-	770.963	1.156.081
2018	-	-	-	435.764	435.764
2019 a 2023	-	-	-	1.667.608	1.667.608
Total	**1.563.523**	**-**	**127.606**	**19.364.980**	**21.056.109**

VALOR PRESENTE					
Ano de Realização	**Prejuízo Fiscal**	**Base Negativa - 15%**	**Crédito a 18% - 1998**	**Diferença Temporal**	**TOTAL**
2014	49.288	-	29.573	9.457.095	9.535.956
2015	358.822	-	88.863	5.595.043	6.042.728
2016	615.777	-	-	654.202	1.269.979
2017	299.428	-	-	599.421	898.849
2018	-	-	-	315.461	315.461
2019 a 2023	-	-	-	1.008.659	1.008.659
Total	**1.323.315**	**-**	**118.436**	**17.629.881**	**19.071.632**

Créditos Tributários

Descrição	30/06/2014			31/12/2013			30/06/2013 (Nota 3 (t))		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão p/ créditos de liq. duvidosa	7.791.631	4.510.826	12.302.457	7.065.635	4.104.778	11.170.413	6.463.902	3.742.449	10.206.351
Provisão SFH	815.210	489.126	1.304.336	796.991	478.195	1.275.186	770.313	462.188	1.232.501
Provisão p/ causas judiciais	1.516.817	910.090	2.426.907	1.505.494	903.296	2.408.790	1.589.555	953.733	2.543.288
Outros[1]	1.341.349	751.674	2.093.023	1.019.124	529.036	1.548.160	1.070.953	571.609	1.642.562
Provisão SAÚDE CAIXA - CPC 33	1.810.503	1.086.303	2.896.806	1.701.895	1.021.137	2.723.032	1.661.483	996.890	2.658.373
Ajuste a mercado – resultado	226.407	135.844	362.251	516.435	309.861	826.296	434.550	260.730	695.280
Ajuste a mercado - PL (disp. p/ venda)	317.890	190.734	508.624	196.125	117.675	313.800	471.911	283.147	755.058
Ajuste Perdas Atuariais CPC 33	-	-	-	-	-	-	144.779	86.867	231.646
Subtotal das diferenças temporárias	**13.819.807**	**8.074.597**	**21.894.404**	**12.801.699**	**7.463.978**	**20.265.677**	**12.607.446**	**7.357.613**	**19.965.059**
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570
Baixas até o período	(1.410.047)	-	(1.410.047)	(1.135.979)	-	(1.135.979)	(1.143.849)	-	(1.143.849)
Base negativa até 2000	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139
Baixas até o período	-	(701.139)	(701.139)	-	(542.793)	(542.793)	-	(547.611)	(547.611)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515
Baixas até o período	-	(496.909)	(496.909)	-	(379.955)	(379.955)	-	(383.328)	(383.328)
Total	**15.383.330**	**8.202.203**	**23.585.533**	**14.639.290**	**7.866.884**	**22.506.174**	**14.437.167**	**7.752.328**	**22.189.495**

Créditos Tributários

Descrição	30/06/2014			31/12/2013			30/06/2013		
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total
Ajuste a mercado – resultado	11.392	70.101	81.493	12.769	78.577	91.346	10.340	63.628	73.968
Ajuste a mercado - PL (disp. p/ venda)	8.668	53.344	62.012	5.348	32.910	38.258	14.830	91.263	106.093
Total	**20.060**	**123.445**	**143.505**	**18.117**	**111.487**	**129.604**	**25.170**	**154.891**	**180.061**

[1] Os créditos tributários possuem informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Outros", que apresenta o montante de R$ 2.093.060 (31/12/2013 – R$ 1.548.179; 30/06/2013 – R$ 1.642.587) na demonstração consolidada.

(b) Movimentação do crédito tributário

Movimentação do Crédito Tributário			
Descrição	**Valor Bruto**	**Provisão**	**Total**
Saldo em 30/06/2013 (Nota 3 (t))	**22.369.556**	**(3.633.151)**	**18.736.405**
Saldo em 31/12/2013	**22.635.778**	**(2.470.231)**	**20.165.547**
Constituição de Diferenças Temporárias de IRPJ e CSLL no Período[1]	1.231.205	-	1.231.205
Constituição de Provisão	202.698	(202.698)	-
Reversão PASEP/COFINS	(9.853)	-	(9.853)
Constituição sobre o ajuste a valor de mercado de Títulos Disponíveis para Venda	218.577	-	218.577
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(274.068)	-	(274.068)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(158.346)	-	(158.346)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(116.953)	-	(116.953)
Saldo em 30/06/2014	**23.729.038**	**(2.672.929)**	**21.056.109**

[1] A demonstração da movimentação do crédito tributário possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Constituição de diferenças temporárias no período", que apresenta o montante de R$ 1.231.242 na demonstração consolidada.

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

INDIVIDUAL

Descrição	2014				2013			
	2º trimestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	**1.511.914**	**1.511.914**	**3.451.818**	**3.451.818**	**1.740.634**	**1.740.634**	**3.096.115**	**3.096.115**
Encargo IRPJ (25%) e CSLL (15%)	(377.972)	(226.787)	(862.942)	(517.773)	(435.153)	(261.095)	(774.017)	(464.417)
Efeitos tributários adições e exclusões	(211.167)	(126.705)	(326.731)	(196.094)	(94.931)	(56.727)	(96.796)	(57.748)
Juros sobre o capital próprio	101.077	60.646	188.177	112.907	77.362	46.416	154.711	92.826
Participação dos empregados nos lucros	27.356	16.414	87.949	52.770	47.595	28.557	95.078	57.047
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	138.214	136.703	274.068	275.300	121.540	123.853	186.311	189.869
Incentivo fiscal	16.619	-	33.755	-	11.548	-	18.763	-
Reserva de reavaliação	2.627	1.576	4.013	2.407	1.409	845	3.344	2.006
Despesa corrente	**(303.246)**	**(138.153)**	**(601.711)**	**(270.483)**	**(270.630)**	**(118.151)**	**(412.606)**	**(180.417)**
Ativo fiscal diferido	**412.469**	**195.295**	**494.443**	**187.395**	**810.960**	**378.212**	**860.188**	**380.244**
Diferenças temporárias	550.683	331.998	768.511	462.694	838.505	502.064	952.503	570.113
Prejuízo Fiscal/Base Negativa de CSLL	(138.214)	(76.819)	(274.068)	(158.346)	(27.545)	(72.855)	(92.315)	(111.688)
CSLL a 18%	-	(59.884)	-	(116.953)	-	(50.997)	-	(78.181)
Passivo Fiscal Diferido	**193.961**	**116.376**	**299.877**	**179.925**	**(325.098)**	**(195.059)**	**(139.132)**	**(83.479)**
Despesa diferida/marcação a mercado	193.961	116.376	299.877	179.925	(325.098)	(195.059)	(139.132)	(83.479)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**303.184**	**173.518**	**192.609**	**96.837**	**215.232**	**65.002**	**308.450**	**116.348**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSOLIDADO

Descrição	2014				2013			
	2º trimestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	**1.514.102**	**1.514.102**	**3.456.214**	**3.456.214**	**1.741.035**	**1.741.035**	**3.096.807**	**3.096.807**
Encargo IRPJ (25%) e CSLL (15%)	(378.520)	(227.115)	(864.042)	(518.432)	(435.398)	(261.243)	(774.190)	(464.521)
Efeitos tributários adições e exclusões	(173.710)	(104.230)	(249.543)	(149.781)	61.625	37.926	22.197	12.990
Juros sobre o capital próprio	101.077	(69.574)	188.178	112.906	85.083	51.050	154.711	92.826
Participação dos empregados nos lucros	27.356	(106.726)	87.949	52.770	49.204	29.522	95.078	57.047
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	138.214	93.621	274.068	275.300	162.562	165.714	186.311	189.869
Incentivo fiscal	16.619	-	33.755	-	14.192	-	18.763	-
Reserva de reavaliação	2.628	(892)	4.013	2.408	1.847	1.108	3.344	2.006
Part. em coligadas e controladas	33.700	18.954	74.662	43.531	41.058	24.635	77.159	46.296
Outros	(44.607)	229.616	(96.914)	(147.426)	(251.094)	(166.971)	(196.486)	(117.117)
Despesa corrente	**(277.243)**	**(166.346)**	**(547.874)**	**(328.724)**	**(270.921)**	**(118.259)**	**(413.113)**	**(180.604)**
Ativo fiscal diferido	**412.471**	**195.295**	**494.449**	**187.397**	**810.958**	**378.212**	**860.189**	**380.245**
Diferenças temporárias	550.685	331.998	768.517	462.696	838.503	502.064	952.504	570.114
Prejuízo Fiscal/Base Negativa de CSLL	(138.214)	(76.819)	(274.068)	(158.346)	(27.545)	(72.855)	(92.315)	(111.688)
CSLL a 18%	-	(59.884)	-	(116.953)	-	(50.997)	-	(78.181)
Passivo Fiscal Diferido	**193.961**	**116.376**	**299.877**	**179.925**	**(325.098)**	**(195.059)**	**(139.132)**	**(83.479)**
Despesa diferida/marcação a mercado	193.961	116.376	299.877	179.925	(325.098)	(195.059)	(139.132)	(83.479)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**329.189**	**145.325**	**246.452**	**38.598**	**214.939**	**64.894**	**307.944**	**116.162**

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

INDIVIDUAL

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Resultado de operação de crédito	15.949.635	30.429.462	10.936.237	20.825.234
Operações compromissadas	2.308.524	4.704.923	1.608.761	2.943.086
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.838.403	4.637.039	(104.103)	509.877
Ativos financeiros disponíveis para venda	517.046	805.108	229.903	405.213
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.385.718	2.859.460	1.185.245	2.698.595
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(849.949)	(892.471)	1.541.969	1.958.184
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	1.780.500	3.431.948	1.112.927	2.099.495
Créditos vinculados ao SFH	421.894	810.735	536.801	799.436
Resultado com câmbio	150.038	299.977	(177.767)	(185.486)
Outras	410.824	609.544	162.913	186.440
Total	**24.912.633**	**47.695.725**	**17.032.886**	**32.240.074**

CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Resultado de operação de crédito	15.949.635	30.429.462	10.936.237	20.825.234
Operações compromissadas	2.308.524	4.704.923	1.608.761	2.943.086
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.838.403	4.637.039	(104.103)	509.877
Ativos financeiros disponíveis para venda	521.168	809.230	229.903	405.213
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.385.718	2.859.460	1.185.245	2.698.595
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(849.949)	(892.471)	1.541.969	1.958.184
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	1.780.500	3.431.948	1.112.927	2.099.495
Créditos vinculados ao SFH	421.894	810.735	536.801	799.436
Resultado com câmbio	150.038	299.977	(177.767)	(185.486)
Outras	410.824	609.544	162.913	186.440
Total	**24.916.755**	**47.699.847**	**17.032.886**	**32.240.074**

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

INDIVIDUAL

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Operações com clientes	(8.412.254)	(16.221.257)	(5.234.629)	(9.937.713)
Operações com instituições financeiras	(65.994)	(108.879)	(5.406)	(39.898)
Operações compromissadas	(3.729.076)	(7.333.913)	(2.237.724)	(3.950.877)
Empréstimos, cessões e repasses	(2.765.476)	(5.450.286)	(2.199.990)	(4.117.252)
Depósitos especiais e fundos e programas	(269.400)	(521.255)	(399.122)	(592.435)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(3.951.453)	(6.429.669)	(2.241.178)	(4.321.629)
Outras	(88.824)	(181.208)	(45.525)	(93.140)
Total	**(19.282.477)**	**(36.246.467)**	**(12.363.574)**	**(23.052.944)**

CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Operações com clientes	(8.402.763)	(16.205.202)	(5.231.150)	(9.934.233)
Operações com instituições financeiras	(65.994)	(108.879)	(5.406)	(39.898)
Operações compromissadas	(3.726.880)	(7.329.665)	(2.234.556)	(3.944.582)
Empréstimos, cessões e repasses	(2.765.476)	(5.450.286)	(2.199.990)	(4.117.252)
Outros dep. especiais e fundos e programas	(269.400)	(521.255)	(399.122)	(592.435)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(3.951.453)	(6.429.669)	(2.241.178)	(4.321.629)
Outras	(88.824)	(181.208)	(45.525)	(93.140)
Total	**(19.270.790)**	**(36.226.164)**	**(12.356.927)**	**(23.043.169)**

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	1.443.424	2.802.659	1.269.190	2.465.441
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	964.411	1.903.467	857.184	1.691.844
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	29.636	57.338	25.958	51.245
Programa de Integração Social (PIS)	11.577	22.243	11.187	22.702
Loterias Federais	287.447	568.964	270.748	502.758
Financiamento Estudantil - (FIES)	67.964	127.950	49.440	95.161
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	18.948	38.504	21.862	43.842
Repasses Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	46.868	51.521	17.186	25.490
Seguro-desemprego	15.900	31.477	14.959	30.971
Outros	673	1.195	666	1.428
Rendas de cartões	382.524	731.030	346.826	595.389
Operações de crédito e garantias prestadas	455.052	839.964	469.036	878.497
Cobrança	157.500	312.785	146.551	281.268
Arrecadações	585.979	1.149.147	541.117	1.058.144
Fundos de investimentos e carteiras administradas	357.962	699.509	322.297	649.120
Conta corrente	30.714	54.616	28.490	58.900
Programa de Transferência de Renda	91.850	183.021	89.695	176.808
Prestados a ligadas	136.378	286.113	137.487	263.467
Outros serviços	80.299	164.456	74.570	147.556
Total	**3.721.682**	**7.223.300**	**3.425.259**	**6.574.590**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) Rendas de Tarifas Bancárias

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Rendas de cartões	113.744	213.265	78.669	149.844
Operações de crédito e cadastro	219.856	415.493	178.626	342.227
Pacote de serviços	332.954	669.294	291.280	562.097
Contas de depósito	83.080	164.629	69.978	134.661
Transferência de recursos	38.696	75.185	33.789	63.557
Outras	4.099	7.133	2.606	4.836
Total	**792.429**	**1.544.999**	**654.948**	**1.257.222**

Nota 24 – Despesas com pessoal

INDIVIDUAL

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Proventos	(2.624.866)	(5.314.496)	(2.387.698)	(4.746.938)
Salários e proventos	(2.452.706)	(4.993.143)	(2.174.461)	(4.389.286)
Indenizações trabalhistas	(172.160)	(321.353)	(213.237)	(357.652)
Benefícios	(541.559)	(1.058.862)	(466.460)	(917.813)
Encargos sociais:	(1.032.847)	(2.065.495)	(878.220)	(1.758.398)
FGTS	(189.830)	(382.692)	(164.116)	(328.381)
Previdência social	(589.649)	(1.180.402)	(508.148)	(1.015.242)
Prev. complementar	(196.845)	(388.944)	(157.194)	(317.246)
Outros encargos	(56.523)	(113.457)	(48.762)	(97.529)
Outros	(46.029)	(90.658)	(53.869)	(90.801)
Total	**(4.245.301)**	**(8.529.511)**	**(3.786.247)**	**(7.513.950)**

CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Proventos	(2.625.270)	(5.315.246)	(2.388.007)	(4.747.543)
Salários e proventos	(2.453.110)	(4.993.893)	(2.174.770)	(4.389.891)
Indenizações trabalhistas	(172.160)	(321.353)	(213.237)	(357.652)
Benefícios	(541.559)	(1.058.862)	(466.460)	(917.813)
Encargos sociais:	(1.032.982)	(2.065.788)	(878.334)	(1.758.624)
FGTS	(189.855)	(382.745)	(164.140)	(328.427)
Previdência social	(589.716)	(1.180.548)	(508.216)	(1.015.378)
Prev. complementar	(196.880)	(389.022)	(157.208)	(317.274)
Outros encargos	(56.531)	(113.473)	(48.770)	(97.545)
Outros	(46.063)	(90.711)	(53.894)	(90.865)
Total	**(4.245.874)**	**(8.530.607)**	**(3.786.695)**	**(7.514.845)**

Nota 25 – Outras despesas administrativas

INDIVIDUAL

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comunicações	(176.508)	(329.930)	(148.168)	(295.857)
Manutenção e conservação de bens	(212.653)	(440.263)	(205.772)	(396.906)
Água e energia	(88.397)	(163.630)	(69.827)	(147.169)
Aluguéis e arrendamento de bens	(330.183)	(651.119)	(284.142)	(553.963)
Despesas de material	(48.969)	(103.252)	(41.595)	(98.147)
Processamento de dados	(292.481)	(573.846)	(290.652)	(540.789)
Promoções e relações públicas	(103.426)	(167.258)	(79.298)	(147.115)
Propaganda e publicidade	(135.561)	(231.771)	(84.696)	(143.188)
Serviços do sistema financeiro	(100.445)	(201.427)	(90.008)	(174.460)
Serviços de terceiros	(383.307)	(782.464)	(330.033)	(655.672)
Serviços especializados	(158.062)	(318.150)	(141.359)	(268.174)
Serviços de vigilância e segurança	(227.279)	(446.298)	(178.178)	(345.233)
Amortização(1)	(170.095)	(324.203)	(144.639)	(288.332)
Depreciação	(208.104)	(398.023)	(164.920)	(283.444)
Outras	(88.069)	(175.525)	(90.722)	(176.241)
Total	**(2.723.539)**	**(5.307.159)**	**(2.344.009)**	**(4.514.690)**

CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comunicações	(176.508)	(329.930)	(148.168)	(295.857)
Manutenção e conservação de bens	(212.653)	(440.263)	(205.772)	(396.906)
Água e energia	(88.397)	(163.630)	(69.827)	(147.169)
Aluguéis e arrendamento de bens	(330.183)	(651.119)	(284.142)	(553.963)
Despesas de material	(48.969)	(103.252)	(41.595)	(98.147)
Processamento de dados	(292.481)	(573.846)	(290.652)	(540.789)
Promoções e relações públicas	(103.426)	(167.258)	(79.298)	(147.115)
Propaganda e publicidade	(135.561)	(231.771)	(84.696)	(143.188)
Serviços do sistema financeiro	(100.445)	(201.427)	(90.008)	(174.460)
Serviços de terceiros	(383.307)	(782.464)	(330.033)	(655.672)
Serviços especializados	(158.328)	(319.041)	(141.625)	(269.180)
Serviços de vigilância e segurança	(227.279)	(446.298)	(178.178)	(345.233)
Amortização(1)	(170.095)	(324.203)	(144.639)	(288.332)
Depreciação	(208.104)	(398.023)	(164.920)	(283.444)
Outras	(88.139)	(175.618)	(91.228)	(176.869)
Total	**(2.723.875)**	**(5.308.143)**	**(2.344.781)**	**(4.516.324)**

(1) Está acrescido de R$ 4.546 em 30/06/2013 relativos à despesa com amortização de ativos diferidos no período.

Nota 26 – Outras receitas operacionais

INDIVIDUAL

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comissões e taxas s/ operações(1)	123.714	608.489	81.991	131.883
Comissões e taxas s/ operações – agente financeiro FGTS	936.287	1.759.488	1.218.798	2.465.864
Recuperação de despesas	305.278	600.424	759.991	1.117.981
Reversão de outras provisões operacionais	434.745	948.135	220.393	847.039
Receitas de dividendos	6.561	6.561	1.968	1.978
Atualização de depósitos em garantia	164.126	329.039	120.699	237.493
Rendas de créditos específicos	15.913	30.994	11.102	21.239
Resultado com marcação a mercado hedge contábil	-	-	330.383	330.383
Receitas de loterias	9.533	13.838	1.598	5.714
Receita de deságio na aquisição de royalties	30.589	76.181	44.770	44.836
Recuperação de despesas – PASEP/COFINS(2)	233.015	233.015	-	-
Outras receitas operacionais	198.615	362.668	27.367	111.927
Total	**2.458.376**	**4.968.832**	**2.819.060**	**5.316.337**

CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comissões e taxas s/ operações(1)	123.714	608.489	81.991	131.883
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	936.287	1.759.488	1.218.798	2.465.864
Recuperação de despesas	303.747	597.380	758.670	1.115.236
Reversão de outras provisões operacionais	434.745	948.135	220.393	847.039
Receitas de dividendos	6.575	17.647	2.049	11.658
Atualização de depósitos em garantia	164.126	329.039	120.699	237.493
Rendas de créditos específicos	15.913	30.994	11.102	21.239
Resultado com marcação a mercado hedge contábil	-	-	330.383	330.383
Receitas de loterias	9.533	13.838	1.598	5.714
Receita de deságio na aquisição de royalties	30.589	76.181	44.770	44.836
Recuperação de despesas – PASEP/COFINS(2)	233.015	233.015	-	-
Outras receitas operacionais	191.686	355.740	24.390	109.055
Total	**2.449.930**	**4.969.946**	**2.814.843**	**5.320.400**

(1) Variação apresentada em 2014 refere-se essencialmente à repactuação de contrato da CAIXA com a EMGEA no primeiro trimestre de 2014.
(2) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nota 27 – Outras despesas operacionais

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
FCVS a receber – provisão/ perdas	(96.512)	(192.804)	(230.679)	(374.569)
Obrigações com fundos e programas	(119.091)	(259.349)	(84.973)	(150.633)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(429.075)	(904.014)	(712.495)	(1.506.816)
Despesas com cartão	(296.817)	(556.094)	(243.437)	(455.716)
Despesas com loterias	(54.731)	(99.287)	(47.857)	(95.736)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(534.961)	(1.022.496)	(521.409)	(1.002.416)
FGTS – Arrecadação/pagamento	(124.371)	(246.505)	(122.891)	(239.826)
Serviços automatizados	(71.609)	(134.404)	(54.435)	(105.789)
Alavancagem de negócios	(96.044)	(174.802)	(79.234)	(145.238)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	(79.085)	(156.820)	(78.038)	(152.217)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(174.526)	(325.618)	(116.527)	(237.263)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(53.865)	(128.180)	(59.201)	(103.552)
Descontos de operações de crédito	(84.635)	(140.382)	(112.120)	(161.922)
Desp. com operações de fomento – atualização monetária	(23.233)	(87.725)	(4.814)	(30.533)
Título no exterior – marcação a mercado	(62.673)	(164.756)	(39.658)	(39.658)
Desp. provisões operacionais	(171.075)	(270.889)	(178.206)	(310.674)
Provisão para causas judiciais	(290.357)	(485.306)	(180.964)	(372.807)
Condenações judiciais	(72.374)	(103.148)	(31.582)	(53.336)
Benefícios sociais	(8.006)	(24.952)	(22.432)	(42.188)
Benefício pós-emprego	(209.648)	(419.296)	(175.996)	(351.992)
Despesas com títulos emitidos no exterior	(70.977)	(125.532)	(22.485)	(42.989)
Outras	(218.340)	(443.450)	(110.684)	(245.402)
Total	**(3.342.005)**	**(6.465.809)**	**(3.230.117)**	**(6.221.272)**

Nota 28 – Resultado não operacional

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Receitas não operacionais	47.372	105.161	128.025	186.445
Lucro na alienação de valores e bens	22.111	43.235	31.223	54.527
Alienação de bens imóveis	2.785	13.547	79.676	85.354
Sobras de caixa não reclamadas	13.370	24.821	10.968	19.331
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	58	59	3.541	4.066
Multas e penalidades	6.874	18.574	7.354	13.639
Reversão perdas investimentos permanentes avaliados pelo custo	-	-	(7.541)	4.359
Outras rendas não operacionais	2.174	4.925	2.804	5.169
Despesas não operacionais	(265.540)	(391.051)	(91.882)	(201.144)
Desvalorização de outros valores e bens	(1.721)	(9.392)	(2.858)	(3.686)
Indenizações por perdas e danos	(66.390)	(109.081)	(32.687)	(73.142)
Perdas em imóveis	(15.296)	(23.774)	(9.715)	(18.075)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(55.585)	(99.321)	(36.385)	(66.077)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(4.128)	(9.883)	(4.604)	(8.904)
Perdas em cartões de crédito	(20.543)	(33.028)	(9.903)	(20.250)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	(97.111)	(97.117)	7.505	(4.393)
Perdas de capital	(57)	(180)	(163)	(1.014)
Outras despesas não operacionais	(4.709)	(9.275)	(3.072)	(5.603)
Total	**(218.168)**	**(285.890)**	**36.143**	**(14.699)**

Nota 29 – Despesas tributárias

INDIVIDUAL

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Contribuição COFINS	(488.240)	(998.243)	(407.992)	(743.898)
PIS/PASEP	(79.339)	(162.215)	(66.299)	(120.883)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	(117.697)	(233.792)	(119.770)	(223.382)
Despesas com IPTU	(7.367)	(53.195)	(7.455)	(48.470)
Outras	(2.135)	(3.979)	4.006	8.602
Total	**(694.778)**	**(1.451.424)**	**(597.510)**	**(1.128.031)**

CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Contribuição COFINS	(488.241)	(998.289)	(407.999)	(743.936)
PIS/PASEP	(79.340)	(162.225)	(66.301)	(120.892)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	(117.697)	(233.792)	(119.770)	(223.382)
Despesas com IPTU	(7.367)	(53.195)	(7.455)	(48.470)
Outras	(2.135)	(3.979)	4.001	8.597
Total	**(694.780)**	**(1.451.480)**	**(597.524)**	**(1.128.083)**

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco Provável:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2013	1º semestre de 2014					30/06/2014	30/06/2013
		Novas provisões	Atualização Monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento		
Fiscais (Nota 18 (b))	254.259	8.042	3.847	17.929	(104.128)	(104)	179.845	245.025
INSS	52.116	-	1.295	6.978	(38.888)	-	21.501	49.781
ISS	152.780	4.344	1.328	1.814	(53.899)	(28)	106.339	132.728
Outros	49.363	3.698	1.224	9.137	(11.341)	(76)	52.005	62.516
Cíveis (Nota 18 (c))	2.642.634	157.796	67.172	257.091	(372.069)	(76.784)	2.675.840	3.147.953
Perdas e danos	889.979	107.832	24.025	109.004	(147.065)	(73.163)	910.612	1.283.601
Poupança	729.129	27.000	3.676	97.328	(78.022)	(3.426)	775.685	1.041.793
Loterias	11.685	3.142	179	3.546	(4.214)	(53)	14.285	11.578
Crédito imobiliário	128.488	6.763	4.199	44.156	(79.638)	(142)	103.826	110.586
Contingenciamento do FGTS	883.353	13.059	35.093	3.057	(63.130)	-	871.432	700.395
Trabalhistas (Nota 18 (e))	3.086.733	339.514	46.469	274.457	(489.099)	(46.492)	3.211.582	2.927.536
Outras (Nota 18 (c))	52.599	16.193	-	-	(66.797)	-	1.995	44.046
Total	**6.036.225**	**521.545**	**117.488**	**549.477**	**(1.032.093)**	**(123.380)**	**6.069.262**	**6.364.560**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 30 de junho de 2014, correspondem ao total de R$ 1.449.624 (30/06/2013 – R$ 1.403.606), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R$ 21.501 (30/06/2013 – R$ 49.780).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados. Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da Federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo cujo valor total, em 30 de junho de 2014, corresponde ao montante de R$ 559.209 (30/06/2013 – R$ 507.980). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se no valor da provisão ora constituída de R$ 106.339 (30/06/2013 – R$ 132.728).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologados no valor de R$ 6.873 (30/06/2013 – R$ 6.338), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros. Em 30 de junho de 2014, constavam 61,5 mil processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 59 mil "não relevantes" e 2,5 mil "relevantes".

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 30 de junho de 2014, constavam 293 mil processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 292 mil "não relevantes" e 1 mil "relevantes".

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança. A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 30 de junho de 2014 foi provisionado R$ 775 milhões para estes processos. Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 30 de junho de 2014 para estes processos foi de R$ 871 milhões.

As ações indenizatórias de perdas e danos referem-se a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Visando reduzir o litígio judicial em 2014, a CAIXA realizou 9,3 mil acordos processuais, diminuindo, consequentemente, os valores que seriam integralmente despendidos se persistisse a condenação judicial, além de oportunizar ao cliente uma rápida solução para o problema enfrentado. Além disso, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disso, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Demandas Fiscais	5.266.426	4.778.552	4.636.979
Demandas Cíveis	1.157.096	1.086.235	2.207.113
Demandas Trabalhistas	-	-	51.154
Total	**6.423.522**	**5.864.787**	**6.895.246**

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R$ 5.266.426, em 30 de Junho de 2014 (30/06/2013 – R$ 4.636.979), entre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) O montante de R$ 72.642, refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R$ 4.429.137, em 30 de junho de 2014 (30/06/2013 – R$ 4.316.196), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R$ 196.373, em 30 de junho de 2014, com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d) CSLL, no valor de R$ 143.392, em 30 de junho de 2014, relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

e) Autuação de ICMS pela Fazenda do Estado de São Paulo, no valor total de R$ 203.906, em 30 de junho de 2014, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de "comu0 nicação" para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remota.

O montante de R$ 1,157 bilhão classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Demandas Fiscais	9.003.715	8.475.837	8.125.338
Demandas Cíveis	679.155	666.706	647.097
Demandas Trabalhistas	2.396.719	2.148.050	2.065.060
Total	**12.079.589**	**11.290.593**	**10.837.495**

Nota 31 – Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta-corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis. Essas transações são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Banco PAN S.A.;
- Caixa Seguros Holding S.A.;
- Secretaria do Tesouro Nacional – STN; e
- Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF.

A CAIXA possui um acordo operacional com o Banco PAN que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicação em depósitos interfinanceiros.

ATIVOS

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.474.370	4.977.657	3.575.919
Banco PAN	5.474.370	4.977.657	3.575.919
Rendas a receber	2.571.188	2.301.599	2.013.626
Caixa Seguros Holding S.A.	478	342	239
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	2.570.710	2.301.257	2.013.387
Créditos adquiridos	8.547.618	7.581.165	5.971.539
Banco PAN	8.547.618	7.581.165	5.971.539
Total	**16.593.176**	**14.860.421**	**11.561.084**

PASSIVOS

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Depósitos	598.990	171.758	444.340
Caixa Seguros Holding S.A.	12.843	11.680	21.248
FUNCEF	1.714	1.453	6.517
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	584.433	158.625	416.575
Repasses do país - instituições oficiais	431	(1.131)	(3.945)
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	431	(1.131)	(3.945)
Obrigações diversas	38.772	36.867	35.598
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	38.772	36.867	35.598
Total	**638.193**	**207.494**	**475.993**

RECEITAS

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Rendas de depósitos interfinanceiros	151.330	290.539	57.997	107.435
Banco PAN	151.330	290.539	57.997	107.435
Rendas de prestação de serviços	183.718	338.488	155.131	289.868
Caixa Seguros Holding S.A.	136.378	286.113	137.487	263.467
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	47.340	52.375	17.644	26.401
Outras receitas operacionais	34.884	70.203	158.683	185.555
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	34.884	70.203	158.683	185.555
Total	**369.932**	**699.230**	**371.811**	**582.858**

DESPESAS

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Despesas administrativas – aluguéis	(14.918)	(29.408)	(21.362)	(40.689)
FUNCEF	(14.918)	(29.408)	(21.362)	(40.689)
Outras despesas operacionais	(910)	(2.088)	(779)	(1.547)
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(910)	(2.088)	(779)	(1.547)
Total	**(15.828)**	**(31.496)**	**(22.141)**	**(42.236)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(b) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2014		2013	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Benefícios de curto prazo	6.100	13.251	3.865	6.489
Proventos	4.534	9.810	2.825	4.745
Encargos Sociais	1.566	3.441	1.040	1.744

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Conforme normas vigentes, a CAIXA não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração.

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da Caixa.

Essas provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Benefícios de curto prazo – natureza salarial", que apresenta o montante de R$ 2.626.721 (31/12/2013 – R$ 2.063.622 e 31/06/2013 – R$ 2.286.829) na demonstração consolidada. A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Provisão para benefícios a empregados – INDIVIDUAL

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Benefícios de curto prazo	2.969.834	2.488.533	2.666.319
Natureza salarial	2.626.298	2.063.252	2.286.433
Participação dos empregados no lucro	343.536	425.281	379.886
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	7.636.950	7.218.765	7.734.124
Saúde CAIXA (cálculo atuarial[1] (c.1))	6.646.187	6.211.755	6.645.932
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial[1] (c.2))	757.123	751.678	846.319
PREVHAB (cálculo atuarial[1] (c.3))	-	44.260	40.691
Planos de benefícios – Previdência Privada (cálculo atuarial[1] (c.4))	233.640	211.072	201.182
Total	**10.606.784**	**9.707.298**	**10.400.443**

Cálculo atuarial[1] - Os cálculos atuariais apresentados nesta Nota Explicativa foram desenvolvidos pela Gama Consultores Associados, empresa contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios a empregados patrocinados pela CAIXA.

(b) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

(c) Benefícios pós-emprego:

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH). A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

(c.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional.

Benefício concedido aos titulares optantes, empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS e respectivos dependentes inscritos. O custeio do plano, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de coparticipação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto, a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas, foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço. Quanto aos empregados ainda em atividade, a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R$ 6.646.187 (31/12/2013 – R$ 6.211.755 e 31/06/2013 – 6.645.932).

O PAMS é custeado com recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(c.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2013 a agosto de 2014, o valor do auxílio alimentação/refeição é de R$ 509,96 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta alimentação referente a setembro de 2013 a agosto de 2014 é de R$ 397,36 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R$ 757.123 (31/12/2013 – R$ 751.678 e 31/06/2013 – R$ 846.319).

(c.3) Plano de benefícios – Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes das relações de trabalho dos empregados do referido banco.

Desta forma, a CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

(c.4) Plano de previdência – Previdência complementar

• REG/REPLAN

O plano, estruturado na modalidade de benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão, no caso do participante, a outro plano de benefícios oferecido pelo patrocinador.

O plano de benefícios REG/REPLAN assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate. Para os participantes e assistidos que optaram pelo saldamento são previstos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual e pecúlio por morte.

• REB

O plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2%. Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD, é registrada a parte correspondente à CD do total das contribuições efetuadas pelo patrocinador.

Com a criação deste plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

O plano de benefícios REB assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, renda antecipada, portabilidade, resgate e outros.

• Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1° de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do Total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de benefícios Novo Plano assegura aos participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, portabilidade, resgate e outros.

(d) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Quantidade de participantes dos planos

Descrição	2013			2012		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde Caixa (Incluindo Dependentes)	227.267	49.015	276.282	216.317	51.485	267.802
Auxílio e cesta alimentação (Aposentados e Pensionistas)	-	12.279	12.279	-	13.288	13.288
EX-PREVHAB (Aposentados e Pensionistas)	-	68	68	-	71	71
REG/REPLAN	28.872	34.775	63.647	30.945	33.099	64.044
REB	11.088	635	11.723	11.000	638	11.638
Novo Plano	83.359	3.634	86.993	76.262	3.093	79.355

(e) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Gama Consultores Associados foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, EX-PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta Alimentação e aos assistidos EX-PREVHAB.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(e.1) Taxas de juros utilizadas

A taxa de juros utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por serem aderentes aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). A taxa de juros definida foi de 5,78%, com base em uma NTN com posição em 31/10/2013 e vencimento em 2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 12,02% e de 5,9% a.a. para a inflação.

(e.2) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em Outros Resultados Abrangentes.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais.

(e.3) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados. Abaixo são apresentadas as principais premissas adotadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA:

Principais premissas adotadas - financeiras e demográficas

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91
Projeção de aumento anual dos salários	9,13	8,55	-	-	-	-	-	-	8,74	8,55	8,74	8,55
Parte não saldada	-	-	-	-	-	-	8,66	8,04	-	-	-	-
Parte Saldada	-	-	-	-	-	-	5,9	5,5	-	-	-	-
Projeção de aumento anual dos benefícios	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91
Taxa de rotatividade	3,02	3,06	-	-	-	-	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F		AT 2000 M e AT 2000 F		AT 2000 M e AT 2000 F		AT 2000 M e AT 2000 F		AT 2000 M e AT 2000 F		AT 2000 M e AT 2000 F	

(e.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
VPOA(1) no início do exercício	(6.317.036)	(4.637.895)	(844.804)	(624.439)	(47.121)	(37.535)	(44.902.581)	(35.033.280)	(596.455)	(412.518)	(487.761)	(254.250)
Custo do serviço corrente	(352.180)	(288.160)	-	-	-	-	(30.577)	(56.245)	(2.186)	(2.850)	(44.032)	(25.060)
Custo de juros	(611.146)	(525.743)	(75.413)	(68.856)	(4.488)	(4.127)	(4.358.610)	(3.967.316)	(58.801)	(47.419)	(47.873)	(28.993)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	784.486	(1.134.176)	82.387	(230.743)	2.435	(9.355)	7.164.152	(7.497.924)	149.530	(140.980)	78.527	(187.989)
Ajuste de experiência	(857.351)	(1.134.176)	(39.953)	(230.743)	(4.820)	(9.355)	(1.150.943)	(7.497.924)	25.011	(140.980)	(86.834)	(187.989)
Alterações premissas bionômicas	1.641.837	-	-	-	-	-	161	-	(22.482)	-	(325)	-
Alterações premissas financeiras	-	-	122.340	-	7.255	-	8.314.934	-	147.001	-	165.684	-
Benefícios pagos pelo plano	284.121	268.938	86.152	79.234	3.655	3.897	1.840.401	1.652.193	6.207	7.312	9.360	8.532
VPOA(1) no final do exercício	**(6.211.755)**	**(6.317.036)**	**(751.678)**	**(844.804)**	**(45.519)**	**(47.120)**	**(40.287.215)**	**(44.902.581)**	**(501.705)**	**(596.455)**	**(491.779)**	**(487.760)**

VPOA(1) - Valor Presente da Obrigação Atuarial.

(e.5) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
VJAP(1) no início do exercício	-	-	-	-	42.019	43.649	45.650.669	41.498.618	426.035	343.455	285.803	277.166
Receitas de juros	-	-	-	-	3.982	4.836	4.434.400	4.719.039	41.947	39.444	28.278	31.975
Ganhos/ (perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	-	-	-	-	3.173	(2.570)	(7.223.118)	1.052.777	(162.582)	69.852	(41.742)	(20.395)
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	-	-	-	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Benefícios pagos pelo plano	-	-	-	-	(3.655)	(3.897)	(1.840.401)	(1.652.193)	(6.207)	(7.312)	(9.360)	(8.532)
VJAP(1) no final do exercício	-	-	-	-	**45.519**	**42.018**	**41.054.966**	**45.650.669**	**299.895**	**426.035**	**271.445**	**285.802**

VJAP(1) - Valor Justo dos Ativos do Plano.

(e.6) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente à obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
VPOA[1] no final do período	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	(45.519)	(47.120)	(40.287.215)	(44.902.581)	(501.705)	(596.455)	(491.779)	(487.760)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial[3]	-	-	-	-	-	-	-	-	100.905	85.210	110.167	100.979
VPOA[1] líquido	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	(45.519)	(47.120)	(40.287.215)	(44.902.581)	(400.800)	(511.245)	(381.612)	(386.781)
VJAP[2] no final do período	-	-	-	-	45.519	42.018	41.054.966	45.650.669	299.895	426.035	271.445	285.802
Superávit/ (déficit) do plano	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	-	(5.102)	767.751	748.088	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)
Efeito do teto do Ativo[4]	-	-	-	-	-	-	(767.751)	(748.088)	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	**(6.211.755)**	**(6.317.036)**	**(751.678)**	**(844.804)**	**-**	**(5.102)**	**-**	**-**	**(100.905)**	**(85.210)**	**(110.167)**	**(100.979)**

VPOA[1] - Valor Presente da Obrigação Atuarial/VJAP[2] - Valor Justo dos Ativos do Plano.

[3] Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pelo Banco.

[4] Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pelo Banco.

(e.7) Conciliação do efeito de teto de ativo:

A conciliação do efeito de teto de ativo demonstra a evolução, de um período para outro, das parcelas de superávit atuarial dos planos não reconhecidas pela entidade patrocinadora, considerando que não se traduzem em benefícios econômicos disponíveis, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

Conciliação do efeito de teto de ativo (asset ceiling)

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Abertura no início do Ano	-	-	-	-	-	-	(748.088)	(6.465.329)	-	-	-	-
Despesa com juros/Rentabilidade	-	-	-	-	-	-	(75.791)	(751.723)	-	-	-	-
Total antes da remensuração	-	-	-	-	-	-	(823.878)	(7.217.052)	-	-	-	-
Remensuração	-	-	-	-	-	-	58.966	6.445.147	-	-	-	-
Custo de Serviço líquido/ Contribuições	-	-	-	-	-	-	(2.840)	23.817	-	-	-	-
Total no final do ano	-	-	-	-	-	-	**(767.752)**	**(748.088)**	-	-	-	-

(e.8) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
(Passivo)/Ativo líquido reconhecido no início do período	(6.317.036)	(5.632.367)	(844.804)	(658.356)	(5.102)	3.684	-	-	(85.210)	-	(100.979)	(7.977)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	284.121	268.938	86.153	79.234	-	-	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(963.326)	(813.903)	(75.413)	(68.856)	(505)	709	(15.288)	(40.031)	(10.613)	(14.656)	(24.022)	(22.266)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	784.486	(139.704)	82.386	(216.826)	5.607	(9.495)	(1.420)	23.817	(5.433)	(70.852)	10.601	(73.530)
(Passivo)/Ativo reconhecido no final do período	**(6.211.755)**	**(6.317.036)**	**(751.678)**	**(844.804)**	**-**	**(5.102)**	**-**	**-**	**(100.905)**	**(85.210)**	**(110.167)**	**(100.979)**

(e.9) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2014:

(Despesa)/Receita esperadas – exercício 2014 – CPC 33 (R1)

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/ REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente líquido	(400.434)	-	(3.648)	(1.303)	(37.648)
Custo de juros líquido	(728.631)	(84.876)	-	(12.105)	(12.974)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	-	-	(3.648)	(13.408)	(50.622)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.129.065)	(84.876)	-	-	-
Administração do plano	-	-	(882)	-	(223)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	**(1.129.065)**	**(84.876)**	**(4.530)**	**(13.408)**	**(50.845)**

Pagamentos esperados – exercício 2014 – CPC 33 (R1)

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/ REPLAN	REB	NOVO PLANO
Normais/Contribuições de Risco (REB)/Benefícios (Saúde CAIXA)	300.885	91.235	17.694	371	4.483
Extraordinários	-	-	-	-	-
Administração	-	-	882	-	223
Total dos pagamentos esperados para o plano	**300.885**	**91.235**	**18.576**	**371**	**4.706**

(e.10) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)

Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Juros		Crescimento Salarial		HCTR		Posição de
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	31/12/2013
Saúde CAIXA									
VPOA[1]	6.054.579	6.368.710	6.005.930	6.429.483	N/A	N/A	6.219.400	6.204.100	6.211.755
VJAP[2]	-	-	-	-	N/A	N/A	-	-	-
Superávit/(Déficit)	(6.054.579)	(6.368.710)	(6.005.930)	(6.429.483)	N/A	N/A	(6.219.400)	(6.204.100)	(6.211.755)
Auxílio e Cesta Alimentação									
VPOA[1]	735.703	767.382	735.362	767.696	N/A	N/A	N/A	N/A	751.678
VJAP[2]	-	-	-	-	N/A	N/A	N/A	N/A	-
Superávit/(Déficit)	(735.703)	(767.382)	(735.362)	(767.696)	N/A	N/A	N/A	N/A	(751.678)
EX-PREVHAB									
VPOA[1]	44.631	46.383	44.547	46.531	N/A	N/A	N/A	N/A	45.519
VJAP[2]	45.519	45.519	45.519	45.519	N/A	N/A	N/A	N/A	45.519
Superávit/(Déficit)	888	(864)	972	(1.012)	N/A	N/A	N/A	N/A	-
REG/REPLAN									
VPOA[1]	39.795.582	40.761.947	39.211.646	41.369.337	40.288.732	40.286.015	N/A	N/A	40.287.215
VJAP[2]	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	N/A	N/A	41.054.966
Superávit/(Déficit)	1.259.384	293.019	1.843.320	(314.371)	766.234	768.951	N/A	N/A	767.751
REB									
VPOA[1]	504.389	498.954	484.500	520.303	506.925	496.609	N/A	N/A	501.705
VJAP[2]	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895	N/A	N/A	299.895
Superávit/(Déficit)	(204.494)	(199.059)	(184.605)	(220.408)	(207.030)	(196.714)	N/A	N/A	(201.810)
NOVO PLANO									
VPOA[1]	496.119	485.115	472.841	509.286	492.430	491.141	N/A	N/A	491.779
VJAP[2]	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445	N/A	N/A	271.445
Superávit/(Déficit)	(224.674)	(213.670)	(201.396)	(237.841)	(220.985)	(219.696)	N/A	N/A	(220.334)

VPOA[1] - Valor Presente da Obrigação Atuarial/VJAP[2] - Valor Justo dos Ativos do Plano/HCTR - Projeção de aumento dos custos médicos.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputacional e socioambiental incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos e de capital é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA.

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) encontram-se implementados na CAIXA em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, com a Circular BACEN nº 3.547/11 e a Carta-Circular BACEN nº 3.565/12.

A CAIXA adota melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de suas estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza de suas operações, a complexidade de produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

• Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;

• Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;

• Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;

• Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

• Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração, se houver; e

• Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Através desse gerenciamento, a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o seu consumo de capital

Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Cálculo da exigência de capital regulamentar

Descrição	30/06/2014(1)	31/12/2013(1)	30/06/2013(2)
Patrimônio de Referência – PR	**68.203.567**	**71.440.993**	**58.173.322**
Nível I	**56.480.962**	**59.518.914**	**29.605.200**
Capital Principal – CP	34.186.596	34.437.984	25.164.420
Patrimônio líquido	28.244.519	27.373.363	25.612.551
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	8.000.000	8.000.000	-
Ajustes prudenciais	(2.057.923)	(935.379)	-
Reservas de reavaliação	-	-	(413.750)
Ativo permanente diferido	-	-	(722)
Ajuste ao valor de mercado	-	-	(33.659)
Capital Complementar – CC	22.294.366	25.080.930	4.440.780
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	22.294.366	25.080.930	4.440.780
Nível II	**11.722.605**	**11.922.079**	**29.605.200**
Instrumentos de dívida subordinada autorizados conforme Resoluções CMN nos 3.444/2007 e 4.192/2013	11.722.605	11.922.079	12.541.167
Reservas de reavaliação	-	-	413.750
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-	16.616.624
Ajuste ao valor de mercado	-	-	33.659
Deduções do PR	**-**	**-**	**(1.037.078)**
Ações emitidas por instituições financeiras	-	-	(1.035.938)
Participação em instituição financeira no exterior	-	-	(1.140)
Ativos ponderados pelo risco – RWA	**514.119.087**	**472.075.444**	**395.721.502**
Risco de crédito – RWACPAD	491.776.859	450.874.561	375.372.472
Risco de mercado – carteira de negociação – RWAMPAD	1.966.187	1.447.893	1.160.167
Taxa de juros – RWAJUR	1.631.057	1.447.893	1.160.167
Commodities – RWACOM	-	-	-
Ações – RWAACS	-	-	-
Câmbio – RWACAM	335.130	-	-
Risco operacional – RWAOPAD	20.376.041	19.752.990	19.188.863
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (RWA*0,11) – PRMR	**56.553.100**	**51.928.299**	**43.529.365**
Risco de mercado – carteira de não negociação – RBAN	**4.176.822**	**3.923.466**	**2.966.163**
Margem de capital (PR – PRMR – RBAN)	**7.473.645**	**15.589.228**	**11.677.794**
Índice de capital principal (CP/RWA)	**6,65%**	**7,30%**	**6,36%**
Índice de capital nível I (Nível I/RWA)	**10,99%**	**12,61%**	**7,48%**
Índice de Basileia (PR/RWA)	**13,27%**	**15,13%**	**14,70%**

(1) Regras de Basileia III, vigentes a partir de out/13. Valores do Patrimônio de Referência e dos requerimentos mínimos de capital apurados conforme as Resoluções CMN nºs 4.192/2013 e 4.193/2013, respectivamente, e demais normas vinculadas.

(2) Regras de Basileia II, vigentes até set/13. Valores do Patrimônio de Referência e dos requerimentos mínimos de capital apurados conforme as Resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 3.490/2007, respectivamente, e demais normas vinculadas

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros, permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais,

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a mensuração, controle, monitoramento e mitigação das exposições ao risco de mercado, visando minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Na CAIXA, essas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no } dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando, dessa maneira, uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

• Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

• Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário básico; e

• Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos. Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade[1]

Fatores de Risco	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
PRE	10.425	12.905	63.865
Cupom IPCA	1	7	87
Cupom SELIC	-	-	8
Cupom TR	1	1	10
VaR com ED	**10.427**	**12.913**	**63.970**

[1] Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II – disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência – PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A estimação do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia EVE – Economic Value of Equity, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.365/07 e os princípios do Acordo de Basileia.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Atualmente, a CAIXA mantém as exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial (PCAM) protegidas por meio de operações de hedge com contratos futuros e operações de swap, o que resulta em uma exposição inferior a 2% do Patrimônio de Referência. Como consequência, a PCAM é igual a zero, nos termos da Circular BACEN nº 3.608/2012.

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

Descrição	Valor Contábil			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber		
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVO									
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.815.947	7.671.673	4.923.723	6.815.587	7.671.035	4.922.701	(360)	(638)	(1.022)
Aplicações em Operações Compromissadas	78.459.281	37.232.669	86.062.522	78.459.281	37.229.588	86.041.611	-	(3.081)	(20.911)
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	165.894.833	162.406.138	155.191.579	166.302.849	161.826.343	157.512.903	408.016	(579.795)	2.321.324
Títulos para negociação	103.235.984	98.741.794	99.198.284	103.235.984	98.741.794	99.198.284	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	15.957.972	16.939.498	15.580.179	15.957.972	16.939.498	15.580.179	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	46.700.877	46.724.846	40.413.116	47.108.893	46.145.051	42.734.440	408.016	(579.795)	2.321.324
Operações de Crédito, Arrendam. Mercantil e Outros Créditos	544.587.248	488.024.608	431.298.315	530.337.613	475.469.738	426.742.686	(14.249.635)	(12.554.870)	(4.555.629)
Comercial	187.133.079	172.045.384	154.090.836	201.274.344	177.940.009	162.184.448	14.141.265	5.894.625	8.093.612
Habitação	303.547.993	270.392.302	238.521.798	285.189.209	259.412.788	230.262.437	(18.358.784)	(10.979.514)	(8.259.361)
Infraestrutura/ Desenvolvimento	45.982.514	36.837.628	30.004.213	35.950.398	29.367.647	25.614.333	(10.032.116)	(7.469.981)	(4.389.880)
Outros Créditos	7.923.662	8.749.294	8.681.468	7.923.662	8.749.294	8.681.468	-	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVO									
Captações de Recursos	193.819.396	153.295.906	137.213.271	199.097.963	155.484.450	135.806.540	5.278.567	2.188.544	(1.406.731)
CDB/RDB	82.781.229	69.472.911	72.293.522	82.980.643	68.403.221	71.418.306	199.414	(1.069.690)	(875.216)
LCI LH	102.121.778	77.490.821	61.581.235	106.454.037	80.521.427	61.163.736	4.332.259	3.030.606	(417.499)
Obrigações por TVM no Exterior	8.916.389	6.332.174	3.338.514	9.663.283	6.559.802	3.224.498	746.894	227.628	(114.016)
Captação em Operações Compromissadas	145.922.774	116.574.390	136.321.463	147.023.300	116.570.767	136.871.746	1.100.526	(3.623)	550.283
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	154.020.030	141.593.461	124.557.991	115.366.304	113.389.821	109.064.425	(38.653.726)	(28.203.640)	(15.493.566)
Exterior	3.476.597	3.231.933	1.239.121	3.472.652	3.227.204	853.027	(3.945)	(4.729)	(386.094)
Tesouro	38.772	36.868	35.598	40.231	38.427	36.840	1.459	1.559	1.242
FGTS	144.834.457	132.732.425	118.193.561	104.075.425	102.947.269	102.075.924	(40.759.032)	(29.785.156)	(16.117.637)
BNDES	4.595.361	4.404.660	3.778.200	6.814.265	6.107.360	4.901.727	2.218.904	1.702.700	1.123.527
Depósitos não remunerados	1.074.843	1.187.575	1.311.511	963.731	1.069.561	1.196.907	(111.112)	(118.014)	(114.604)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	40.777.493	48.518.594	37.271.840	37.274.461	36.496.451	27.487.092	(3.503.032)	(12.022.143)	(9.784.748)

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas, nesta ordem:

a) utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA;

b) construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do spread entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Esses fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Esses estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 28/03/2013, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 30/06/2014 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(187.757)	(4.528.315)	(8.696.598)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(12.160)	(309.869)	(622.183)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(552.785)	(12.618.903)	(23.119.435)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(489)	(12.381)	(25.103)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I – A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II – A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o reputacional.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar e controlar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional e para a Gestão da Informação sobre Riscos Operacionais.

A gestão do Risco Operacional na CAIXA está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

• ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo de auditoria;

• processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e

• divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público alvo.

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3.640/2013, foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

• Abordagem do Indicador Básico – BIA;

• Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e

• Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – ASA2.

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA, metodologia adotada na CAIXA, segue os procedimentos definidos na Circular BACEN acima, para efetivar o cálculo da parcela dos ativos ponderados, relativa ao cálculo do capital requerido para o Risco Operacional.

Modelos Internos

O modelo interno de avaliação e alocação de capital para Risco Operacional é regido pela Resolução BACEN nº 4.193/13, Circular BACEN nº 3.647/13 e Circular BACEN nº 3.676/13. A CAIXA está desenvolvendo o seu modelo interno com base nas premissas previstas na Circular citada e em outros artigos e documentos de conhecimento comum do mercado. O modelo interno busca explicar a alocação de capital como parte de um grande e poderoso processo de gestão baseado em melhores práticas.

O modelo interno requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

• Dados internos de perdas operacionais – A base de dados de ocorrências de perdas operacionais internas deve ser composta com informações oriundas das áreas operacionais em consonância com as informações contábeis.

• Dados externos de perdas operacionais – A base de dados de ocorrências de perdas operacionais externas auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos com baixa frequência.

• Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos – Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta e que servirão como mitigadores da exposição ao risco operacional.

• Análise de cenários – Opiniões de especialistas e gestores que permitem representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

A interligação entre as atividades de identificação e análise e as de mitigação, monitoramento e controle reposicionam de forma proativa e preventiva a Gestão de Risco Operacional na CAIXA, permitindo que as entregas de soluções estejam prontas e sejam tempestivas para a Instituição.

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.
O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, na qual se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.
As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.
Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resulta numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, em que são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.
Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.
Numa situação de crise, os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível para que os impactos negativos sejam minimizados.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.
Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.
Como forma de disseminar internamente a cultura de gerenciamento do Risco Operacional, encontram-se disponíveis dois cursos na Universidade Caixa, na intranet da empresa, sendo um módulo Básico e outro Avançado. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como aos procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.
O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA.

Nota 34 – Outras informações

(a) Convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS

Visando à convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BrGaap) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):
• Resolução CMN 3.566/2008: **CPC 01** Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
• Resolução CMN 3.604/2008: **CPC 03** Demonstração do Fluxo de Caixa;
• Resolução CMN 3.750/2009: **CPC 05** Divulgação sobre Partes Relacionadas;
• Resolução CMN 3.823/2009: **CPC 25** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
• Resolução CMN 3.973/2011: **CPC 24** Evento Subsequente;
• Resolução CMN 3.989/2011: **CPC 10** Pagamento Baseado em Ações;
• Resolução CMN 4.007/2011: **CPC 23** Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retific. de Erro; e
• Resolução CMN 4.144/2012: **CPC 00** Pronunciamento Conceitual Básico.
Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

(b) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:

PL de Fundos/Programas Sociais administrados

Descrição	30/06/2014[1]	31/12/2013[2]	30/06/2013[3]
PIS	28.761.529	28.415.317	29.958.561
FGTS	69.536.089	62.978.979	58.834.266
FAR	24.966.191	18.316.041	15.644.305
FDS	1.124.003	1.190.819	1.155.142
FAS	27.962	24.495	24.514
FGS	128.228	137.246	141.683
FGHAB	1.585.032	1.364.939	1.426.782
CCA	53.821	45.725	38.349
CCAM	24	21	19
FGCN	3.717.930	3.941.813	3.409.844
FCE	7	98	93
Total	**129.900.816**	**116.415.493**	**110.633.558**
FCVS	**(93.193.761)**	**(90.620.246)**	**(88.917.718)**

[1] Posição de maio de 2014.
[2] Posição de novembro de 2013.
[3] Posição de maio 2013.

(c) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R$ 69.554 (31/12/2013 – R$ 69.554 e 30/06/2013 – R$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(d) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Em consonância com o que estabelece a estrutura de gerenciamento de risco da CAIXA, não há necessidade de provisionamento para fazer frente a esse risco de crédito.

(e) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei nº 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas", no montante de R$ 183.973 (31/12/2013 – R$ 167.717 e 30/06/2013 – R$ 163.392).

(f) Lei nº 12.973/14

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, objeto da conversão da Medida Provisória nº 627/13, que, entre outras providências:
• altera a legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS, adaptando-a às normas contábeis pautadas nos padrões internacionais de contabilidade, com estabelecimento de ajustes para apuração dos referidos tributos;

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

• revoga o Regime Tributário de Transição;
• dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.
Considerando os dispositivos atualmente vigentes, entendemos que não há impactos relevantes a serem reportados.

Nota 35 – Eventos Subsequentes

(a) Capitalização no Banco PAN

A CAIXA exerceu, por meio de sua subsidiária integral CAIXAPAR, a subscrição de 118.857.496 ações ordinárias e 45.452.854 ações preferenciais, ambas, ao preço de emissão de R$ 3,38 por ação, durante o prazo de exercício do direito de preferência para subscrição de ações relativas ao aumento de capital aprovado pela Reunião do Conselho de Administração do Banco PAN realizada em 13/06/2014, que se encerrou em 17/07/2014.
Em 07/08/2014, a CAIXAPAR subscreveu mais 12.476.784 ações não subscritas pelos demais acionistas, pelo mesmo preço de exercício da etapa anterior, durante o período de exercício de subscrição das sobras de ações, conforme Aviso aos Acionistas divulgado em 25/07/2014 pelo Banco Pan.
O montante subscrito foi de R$ 597.540.512,92, conferindo à CAIXAPAR a manutenção dos 49% de participação no capital votante da Companhia e atingindo a seguinte composição acionária: 262.164.546 ações ordinárias e 112.732.358 ações preferenciais.
Em função da operação de subscrição do Banco PAN, a administração da CAIXA autorizou o aporte de R$ 600 milhões na subsidiária CAIXAPAR, realizado em 14/07/2014.

(b) Emissão de títulos de dívida subordinada no mercado de capitais internacional

A CAIXA concluiu com sucesso uma captação de US$ 500 milhões no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (call) no 5º ano, e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.
Esta transação foi a primeira emissão de capital nível II de acordo com as regras Basileia III do Brasil, e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. Entre as novas características das Notas destacam-se, o reset de cupom após o 5º ano e a cláusula de "absorção de perdas" com eventual write off de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital nível II nas seguintes hipóteses: (i) capital principal menor do que 4,5%, (ii) execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na emissora, (iii) determinação de não viabilidade do Banco pelo Banco Central.
Após cinco anos, caso não seja realizado o resgate, o cupom dos bônus será revisado (reset) e passará a pagar um spread de 555 pontos-base mais o retorno do Treasury de cinco anos naquele momento. Se os juros do título do Tesouro americano subirem mais que o previsto, a CAIXA terá a opção de resgatar os títulos.
A alocação dos títulos foi diversificada, não só para os EUA (38%) e Europa (32%), mas com uma forte participação da Ásia (19%) e América Latina (11%). Dado o forte reconhecimento do nome da CAIXA com os investidores de bancos de varejo e privates, os investidores de varejo foram alocados em 26%, com investidores institucionais também apresentando uma forte participação: Asset Managers (36%), fundos de hedge (13%). Tesouraria dos Bancos (21%) também foram investidores importantes nessa transação.

(c) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

Em 24/07/2014, a CAIXA foi autorizada pelo BACEN a compor em seu capital principal (Nota 33 – Quadro "Exigência de capital regulamentar") os contratos de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida de nº 348, 504, 752 e 754, aditivados com cláusulas aderentes à Basileia III (Nota 18 (d.2)).
A autorização do BACEN permitirá que a CAIXA reclassifique os contratos do Capital Complementar para o Capital Principal. Como resultado desse movimento, os índices de capital da CAIXA serão afetados positivamente, passando a refletir uma estrutura de capital mais robusta. Além de uma melhora na qualidade do capital, oriunda do aumento da participação do Capital Principal na composição total (que passa a representar aproximadamente 84% do capital total), haverá aumento dos índices de capital, uma vez que a limitação do reconhecimento do saldo destes instrumentos como capital (Artigo 28 da Resolução CMN 4.192) não mais se aplicará.

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Alexsandra Camelo Braga
Vice-presidente

Antonio Carlos Ferreira
Vice-presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Carlos Medaglia Filho
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

José Urbano Duarte
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Roberto Derzie de Santanna
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014

Com fundamento nas disposições da Resolução CMN de 3.198, de 27.05.2004, e orientado pelo Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal – COAUD desincumbiu-se, com independência, das atribuições e responsabilidades que lhe são conferidas.
Ao longo do primeiro semestre de 2014, participou de reuniões com o Banco Central do Brasil, Conselhos Diretor e Fiscal e de todas as promovidas pelo Conselho de Administração. Manteve encontros, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da Empresa, emprestando ênfase, por força da natureza de suas atividades, aos debates e análises com as áreas de controle institucional, de gerenciamento de riscos, de contabilidade e tributos, de controladoria, de ouvidoria e com as equipes da auditoria interna e independente.
Nessas oportunidades, colheu informações, observações e diagnósticos a propósito de aspectos relevantes ou críticos, debateu ações de enfrentamento e oportunidades de aperfeiçoamentos, discutiu relatórios, planos e ações, formulou apontamentos, informou-se sobre o estágio das recomendações/determinações emanadas dos diversos órgãos externos e das várias instâncias de controle, cuidando, nesses ensejos, de conferir a consistência e a efetividade das respectivas atribuições.
Manteve-se em faixa de sintonia com os contextos regulatórios e econômicos e suas implicações para a CAIXA e atentou para os reflexos do novo modelo de gestão na dinâmica de atuação da Empresa, em particular quanto aos aspectos relacionados a controles internos, gestão de riscos e auditoria.
Em razão das atividades desenvolvidas, o Comitê reuniu um acervo de informações que constitui a base de suas avaliações. Assim, sopesados os elementos coligidos, considerados os resultados das análises efetuadas e ponderadas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o COAUD conclui que:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, observada a necessidade de constantes aperfeiçoamentos que se ajustem, em velocidade compatível com as transformações experimentadas, ao atual porte e a maior complexidade operacional da Empresa;
ii) a atuação da auditoria interna mostrou-se efetiva, anotando-se iniciativas de aprimoramentos que visam mantê-la em linha com a crescente necessidade imposta pelo novo patamar alcançado pela CAIXA;
iii) em relação à auditoria externa, não foram identificadas situações que pudessem comprometer a sua efetividade e independência; e
iv) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente indicam terem sido elaboradas em consonância com as normas de regência e as melhores práticas adotadas no país, refletindo, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal em 30.06.2014.

Brasília (DF), 13 de agosto de 2014.

Jose Carlos Monteiro Medeiros
Presidente

Adilson da Conceição Rocha
Membro

Arnaldo Jose Vollet
Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição") e as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da CAIXA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa Econômica Federal – CAIXA e sua controlada em 30 de junho de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 30 de junho de 2014, a CAIXA (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R$ 21.346 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R$ 8.519 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R$ 3.261 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R$ 16.088 milhões, em 30 de junho de 2014, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20 às demonstrações contábeis, que descreve que, em 30 de junho de 2014, a CAIXA (individual e consolidado) possui R$ 23.729 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R$ 2.673 milhões. O valor líquido de R$ 21.056 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 30 de junho de 2014, a controlada, em conjunto Banco Panamericano S.A., possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R$ 2.924 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em 30 de junho de 2014, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidado, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela CAIXA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao 2º trimestre de 2014

Os valores referentes às demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao 2º trimestre de 2014, que estão sendo apresentadas pela Administração da CAIXA como informações suplementares, foram por nós revisadas e sobre as quais emitimos relatório de revisão, sem modificações, contendo as mesmas ênfases acima descritas, datado de 13 de agosto de 2014.

Reapresentação dos valores correspondentes a 30 de junho de 2013

Em 14 de agosto de 2013, emitimos relatório sem modificação, contendo as mesmas ênfases acima descritas, sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2013. Conforme mencionado na Nota 3(t), na apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 30 de junho de 2014, as informações contábeis correspondentes de 30 de junho de 2013 foram alteradas em relação àquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas anteriormente divulgadas, pelas razões mencionadas na referida Nota 3(t).

São Paulo, 13 de agosto de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8

Guilherme Portella Cunha
Contador CRC-1RJ106036/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 18/2014 – ATA Nº 661, DE 13/08/2014

Assunto: **Balancete Mensal de Junho de 2014, Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, Estudo do Crédito Tributário e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal referentes ao 1º Semestre de 2014.**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, consoante o artigo 50 do Estatuto Social da Empresa, combinado com o artigo 163, incisos VI e VII da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, **examinou** o Balancete Mensal de Junho de 2014, as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, o Estudo do Crédito Tributário, e a Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao 1º Semestre de 2014. Os Conselheiros, tendo em vista os documentos apresentados pela Empresa, a análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, com base no Relatório da Auditoria Interna e demais informações prestadas pela área, o Parecer emitido pela Ernst & Young Terco, considerando as observações apresentadas pelos Auditores Independentes, sobretudo as ênfases contidas em seu Relatório, opinam no sentido de que demonstrações contábeis, os atos administrativos e o Relatório da Administração refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, estando de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 13 de agosto de 2014.

LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO
Conselheiro

LUIZ ROBERTO BEGGIORA
Conselheiro

WELLINGTON VITURINO DE OLIVEIRA
Conselheiro

WILLIAM BAGHDASSARIAN
Conselheiro

MANOEL CARLOS DE CASTRO PIRES
Presidente

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso X, alínea "f", do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, tomando por base o Relatório do Comitê de Auditoria da CAIXA e o Parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., e considerando o opinamento do Conselho Fiscal, aprovou as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativas ao semestre findo em 30/06/2014.

Brasília, 13 de agosto de 2014.

FERNANDO FERRAZ RÊGO NEIVA
Conselheiro Representante dos Empregados
Titular

JORGE FONTES HEREDA
Conselheiro

LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO
Conselheira

MARDEN DE MELO BARBOZA
Conselheiro

MARIA FERNANDES CALDAS
Conselheira

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Conselheiro

ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Nº 13.825 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MARCELO TAIAR ARBEX, CPF nº 151.643.338-64, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 13.826 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MARCIO JOSÉ NEUBAUER DA SILVA, CPF nº 125.590.808-42, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
2ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 5º ANDAR, SALA 504, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL.

Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 09 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JACI DE ASSIS JUNIOR

1 - Processo nº: 10980.724411/2011-12 - Recorrente: SK TECNOLOGIA SUBAQUATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 13009.000300/2002-21 - Recorrente: POSTO DE COMBUSTIVEIS JALISCO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo nº: 11080.732752/2011-78 - Recorrente: ALEXANDRE SACOMORI FERRAZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo nº: 11080.723175/2009-17 - Embargante: HELENA MARIA ARENSON PANDIKOW e Embargada: 2ª TE/2ª CÂMARA/2ª SEJUL/CARF - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

5 - Processo nº: 10640.005073/2008-71 - Recorrente: JOSE JACIR SPERANDIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GERMAN ALEJANDRO SAN MARTIN FERNANDEZ

6 - Processo nº: 19515.002935/2007-33 - Recorrente: RICARDO MALANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo nº: 10580.002760/2006-25 - Recorrente: JOAO BATISTA MAGALHAES FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RONNIE SOARES ANDERSON

8 - Processo nº: 10835.000493/95-81 - Recorrente: PEDRO ELIAS - ESPÓLIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 13748.001851/2008-43 - Recorrente: NORMA CORREA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo nº: 13748.001895/2008-73 - Recorrente: NELSON DE MAGALHAES FEITOSA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo nº: 13749.000668/2010-35 - Recorrente: PAULO LUIZ LEITE JESUS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo nº: 10935.721673/2011-71 - Recorrente: MARTA BEATRIZ BREDA DE PARIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JULIANNA BANDEIRA TOSCANO

13 - Processo nº: 10580.722438/2008-88 - Recorrente: HERMENEGILDO VIRGILIO DE QUEIROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

14 - Processo nº: 10580.722475/2008-96 - Recorrente: JAFETH EUSTAQUIO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

15 - Processo nº: 10830.017378/2009-70 - Recorrente: JAIRO AMARAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo nº: 11080.009040/2002-61 - Recorrente: RUBENS GOLDENBERG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

17 - Processo nº: 10730.720184/2008-01 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DO RIO DE JANEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo nº: 10218.000015/2003-37 - Recorrente: JOAO MAURICIO VALONE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo nº: 10930.000393/2005-27 - Recorrente: ADALBERTO LUIZ NIERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 09 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JACI DE ASSIS JUNIOR

20 - Processo nº: 10930.000064/2008-29 - Recorrente: ANOLDO BENEDICTO VIDOLIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo nº: 10980.014615/2007-65 - Recorrente: JOSE MANOEL DE MACEDO CARON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo nº: 11516.001729/2004-41 - Recorrente: WALDEMAR DA SILVA COELHO - ESPÓLIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

23 - Processo nº: 10480.731757/2011-16 - Recorrente: ZULMIRA TORRES XIMENES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo nº: 10580.720306/2009-01 - Recorrente: LICIA MARIA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GERMAN ALEJANDRO SAN MARTIN FERNANDEZ

25 - Processo nº: 10580.720766/2009-21 - Recorrente: ALMIR PEREIRA DE JESUS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo nº: 19515.002067/2004-49 - Recorrente: VICTOR SUCAR FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RONNIE SOARES ANDERSON

27 - Processo nº: 10580.720397/2009-76 - Recorrente: ZUVAL GONCALVES FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo nº: 10580.720940/2009-35 - Recorrente: JOSE EDIVALDO ROCHA ROTONDANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo nº: 10580.722428/2008-42 - Recorrente: NATALINA MARIA SANTANA BAHIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo nº: 10580.721201/2009-61 - Recorrente: JOAO PAULO CARDOSO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo nº: 10580.722173/2008-18 - Recorrente: JOAO PINHEIRO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JULIANNA BANDEIRA TOSCANO

32 - Processo nº: 10840.722686/2011-16 - Recorrente: CLELIA MARIA AGOSTINI GRANZOTTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo nº: 11080.725577/2011-62 - Recorrente: RAFAEL ALENCASTRO BRANDAO OSTERMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

34 - Processo nº: 10803.720044/2011-29 - Recorrente: MARIA IZABEL ROVERE DE SANTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo nº: 13830.722301/2011-28 - Recorrente: ARACY APPARECIDA ZAMBON ELIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

36 - Processo nº: 10880.024029/95-52 - Recorrente: ALFREDO NAGIB RIZKALLAH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo nº: 15563.000638/2008-16 - Recorrente: LUCIANO ARRUDA DE FARIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo nº: 10380.010457/2006-52 - Recorrente: FRANCISCO SAMPAIO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 10 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JACI DE ASSIS JUNIOR

39 - Processo nº: 10580.720628/2009-41 - Recorrente: CLEONICE DE SOUZA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo nº: 10580.720842/2009-06 - Recorrente: CELIA ADELAIDE CUNHA DE SENA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo nº: 10580.722440/2008-57 - Recorrente: ADALBERTO DA COSTA DOREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo nº: 10580.722441/2008-00 - Recorrente: CARLOS FREDERICO BRITO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GERMAN ALEJANDRO SAN MARTIN FERNANDEZ

43 - Processo nº: 18471.000715/2003-32 - Recorrente: THILDA VILLACA FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

44 - Processo nº: 18471.000701/2005-81 - Recorrente: MANUEL ILIDIO CAMPOS BARREIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RONNIE SOARES ANDERSON

45 - Processo nº: 15471.003842/2009-91 - Recorrente: SOLANGE DOS SANTOS DIONISIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

46 - Processo nº: 11610.012254/2009-55 - Recorrente: IVO MANOEL GIANNONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

47 - Processo nº: 10980.017604/2008-18 - Recorrente: LAERCIO CARDOSO DE MORAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo nº: 10435.003376/2008-85 - Recorrente: JOSE NILTON FRANCISCO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo nº: 15504.020592/2010-62 - Recorrente: GLAUCIA RIBEIRO MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JULIANNA BANDEIRA TOSCANO

50 - Processo nº: 13054.720311/2011-76 - Recorrente: TARSO NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

51 - Processo nº: 13749.000283/2011-59 - Recorrente: FRANCISCA DE ARAUJO MIRANDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

52 - Processo nº: 13855.002316/2009-73 - Recorrente: CLEYDE AGNOLETTO VAZ DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

53 - Processo nº: 10680.006236/2007-86 - Recorrente: JOAO EVANGELISTA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo nº: 11080.007896/2007-14 - Recorrente: ADAO DOS SANTOS - ESPÓLIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

55 - Processo nº: 10120.724219/2012-37 - Recorrente: RENATO FURTADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

56 - Processo nº: 15504.720243/2012-14 - Recorrente: HERNANI NUNES GOMES - ESPÓLIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 10 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JACI DE ASSIS JUNIOR

57 - Processo nº: 10580.720845/2009-31 - Recorrente: OLNY SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

58 - Processo nº: 10580.720904/2009-71 - Recorrente: JANETE FADUL DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

59 - Processo nº: 10580.721472/2009-16 - Recorrente: LUIZ FERNANDO LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

60 - Processo nº: 10580.720160/2009-95 - Recorrente: MARIA GERALDINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GERMAN ALEJANDRO SAN MARTIN FERNANDEZ

61 - Processo nº: 16004.000923/2009-16 - Recorrente: LUIZ AUGUSTO DURAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

62 - Processo nº: 13888.000458/2003-23 - Recorrente: PEDRO NATIVIDADE FERREIRA DE CAMARGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RONNIE SOARES ANDERSON

63 - Processo nº: 18471.000920/2007-21 - Recorrente: RICARDO MIGUEL MUSSAUER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

64 - Processo nº: 11610.004848/2010-26 - Recorrente: SERGIO PASCOAL QUERCIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

65 - Processo nº: 13749.000873/2010-09 - Recorrente: SARA NOGUEIRA DE OLIVEIRA PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

66 - Processo nº: 18186.001497/2011-89 - Recorrente: PEDRO CESAR SUMAVIELLE EVANGELISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JULIANNA BANDEIRA TOSCANO

67 - Processo nº: 10510.002536/2008-29 - Recorrente: JOSE MARANHAO SILVA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

68 - Processo nº: 10840.002340/2007-11 - Recorrente: PAULO EDUARDO ISAC BIRER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

69 - Processo nº: 10073.720946/2011-57 - Recorrente: ALICIA RAMON MARTINEZ DE SOBRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

70 - Processo nº: 15215.720029/2011-24 - Recorrente: EDSON PEIXOTO SAMPAIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

71 - Processo nº: 13706.001475/2001-15 - Recorrente: PAULO CESAR ALMEIDA DE MELO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JACI DE ASSIS JUNIOR
72 - Processo nº: 10580.720162/2009-84 - Recorrente: DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: GERMAN ALEJANDRO SAN MARTIN FERNANDEZ
73 - Processo nº: 12448.735838/2011-17 - Recorrente: GUSTAVO DE HUNGRIA MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: RONNIE SOARES ANDERSON
74 - Processo nº: 11080.720874/2012-01 - Recorrente: LUIZ CELESTINO PAULETTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JULIANNA BANDEIRA TOSCANO
75 - Processo nº: 13027.000058/2010-87 - Recorrente: LUIS ALBERTO SASS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO
76 - Processo nº: 13149.001125/2010-02 - Recorrente: MARCELO DE OLIVEIRA MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO
Presidente da Turma

EVELINE COELHO DE MELO HOMAR
Chefe de Secretaria

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 3º ANDAR, SALA 302, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL
Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 09 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH
1 - Processo nº: 19515.006149/2009-77 - Embargante: NEC LATIN AMERICA S.A. e Embargada: 1ª TURMA ORDINÁRIA DA 2ª CÂMARA/2ª SEJUL/CARF - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
2 - Processo nº: 19515.722756/2012-83 - Recorrente: DURVAL SANCHES GALO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
3 - Processo nº: 10680.005472/2008-66 - Recorrente: ORLANDO DE OLIVEIRA VAZ FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: NATHALIA MESQUITA CEIA
4 - Processo nº: 13884.004026/2004-11 - Recorrente: ISMAEL VITORIO PULGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
5 - Processo nº: 10865.002397/2006-51 - Recorrente: FRANCISCO JOSE SOARES JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: FRANCISCO MARCONI DE OLIVEIRA
6 - Processo nº: 10830.009524/2003-06 - Recorrente: ANDRE LUIZ FERREIRA AGUERA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
7 - Processo nº: 19515.000901/2011-91 - Recorrente: ANDRE SANTOS ESTEVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 09 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH
8 - Processo nº: 10218.720213/2011-21 - Recorrente: LUCITELMA FERREIRA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
9 - Processo nº: 17883.000344/2007-16 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RENATO RICARDO BARBOSA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
10 - Processo nº: 10980.015841/2007-63 - Recorrente: ANTONIO CARLOS VIEIRA DE ARAUJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: NATHALIA MESQUITA CEIA
11 - Processo nº: 16004.000866/2007-03 - Recorrente: ALESSANDRO PERES FAVARO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: FRANCISCO MARCONI DE OLIVEIRA
12 - Processo nº: 10980.010319/2009-57 - Recorrente: SOCIEDADE PESQ EM VIDA SELV ED AMBIENTAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
13 - Processo nº: 10980.010321/2009-26 - Recorrente: SOCIEDADE PESQ EM VIDA SELV ED AMBIENTAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
14 - Processo nº: 10980.010322/2009-71 - Recorrente: SOCIEDADE PESQ EM VIDA SELV ED AMBIENTAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 10 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH
15 - Processo nº: 10665.720386/2006-11 - Recorrente: RICARDO SOARES DE LACERDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
16 - Processo nº: 10580.720557/2009-87 - Recorrente: ANGELO JERONIMO E SILVA VITA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
17 - Processo nº: 10580.720412/2009-86 - Recorrente: CAROLINA ALMEIDA DA CUNHA GUEDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: NATHALIA MESQUITA CEIA
18 - Processo nº: 19515.003189/2005-33 - Recorrente: JOAO CARLOS FREITAS DE CAMARGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
19 - Processo nº: 19515.005037/2008-18 - Recorrente: BEREL ZATZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: FRANCISCO MARCONI DE OLIVEIRA
20 - Processo nº: 10218.000352/2007-58 - Recorrente: EULER AIRES MARQUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
21 - Processo nº: 10675.001715/2007-85 - Recorrente: JOSE ANTONIO CAPANEMA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 10 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH
22 - Processo nº: 10580.721196/2009-96 - Recorrente: CLAUDIO AUGUSTO DALTRO DE FREITAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
23 - Processo nº: 10580.721248/2009-24 - Recorrente: ELIENE SIMONE SILVA OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
24 - Processo nº: 10580.725157/2009-68 - Recorrente: JOSE CARLOS RODRIGUES DO NASCIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: NATHALIA MESQUITA CEIA
25 - Processo nº: 19515.003709/2010-75 - Recorrente: EDSON MACEDO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: FRANCISCO MARCONI DE OLIVEIRA
26 - Processo nº: 16682.720343/2013-25 - Recorrente: COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
27 - Processo nº: 11030.000411/2002-34 - Recorrente: ONORIO LUIZ GAZOLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
28 - Processo nº: 10730.006143/2006-38 - Recorrente: OSCAR JOSE DE CASTRO LACERDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: NATHALIA MESQUITA CEIA
29 - Processo nº: 10925.001141/2009-18 - Recorrente: EUCLECIO LUIZ PELIZZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
30 - Processo nº: 10845.000568/2005-65 - Recorrente: EVARISTO LOPES NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
31 - Processo nº: 11020.001078/2008-95 - Recorrente: FLAVIO DIMAS FRANZOI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: FRANCISCO MARCONI DE OLIVEIRA
32 - Processo nº: 10580.732008/2010-99 - Recorrentes: ADILSON SANTANA PASSOS e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO
33 - Processo nº: 10730.012284/2007-71 - Recorrente: UBIRAJARA WENCESLAU DA SILVA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
34 - Processo nº: 13558.001344/2008-47 - Recorrente: VALMIR MACHADO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
35 - Processo nº: 11516.006403/2008-34 - Recorrente: VANDERLIM BRANCO CAMARGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH
36 - Processo nº: 10580.720948/2009-00 - Recorrente: JUVINO HENRIQUE SOUZA BRITO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
37 - Processo nº: 10580.725273/2009-87 - Recorrente: MARIA DAJUDA NASCIMENTO BIRINDIBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
38 - Processo nº: 10580.720946/2009-11 - Recorrente: MANOEL RICARDO CALHEIROS D AVILA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
39 - Processo nº: 10580.721055/2009-73 - Recorrente: MARIA ELEONORA RIBEIRO CAJAHYBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da Turma

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Secretaria

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões
Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 3º ANDAR, SALA 304, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL.
Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 09 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE
1 - Processo nº: 10280.004867/2006-92 - Recorrente: ANTONIO JOSE MARTINS CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: RAFAEL PANDOLFO
2 - Processo nº: 13007.000299/2001-73 - Recorrente: COPESUL-CIA PETROQUIMICA DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
3 - Processo nº: 13855.002324/2005-96 - Recorrente: EURIPEDES SERGIO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: FABIO BRUN GOLDSCHMIDT
4 - Processo nº: 10530.002607/2007-74 - Recorrente: HEDA MARIA MASCARENHAS ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
5 - Processo nº: 19515.004322/2003-15 - Recorrente: JOSE LUIZ CARDOSO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: PEDRO ANAN JUNIOR
6 - Processo nº: 10803.000135/2008-49 - Recorrente: ANTONIO EDUARDO VIEIRA DINIZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ
7 - Processo nº: 13971.722274/2011-89 - Recorrente: EDUARDO FOGACA OLIVIER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
8 - Processo nº: 10120.009494/2009-21 - Recorrente: PAULO CEZAR DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
9 - Processo nº: 10865.002916/2008-43 - Recorrente: LUIS OLIMPIO FRANCISCO DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
10 - Processo nº: 10280.722288/2010-10 - Recorrente: LUCIVALDO NOVAES DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
11 - Processo nº: 10730.007295/2006-58 - Recorrente: ALTINEU PIRES COUTINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
12 - Processo nº: 10860.002117/2003-11 - Recorrente: EDUARDO HANCIAU ORTIZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
13 - Processo nº: 10640.001412/2009-21 - Recorrente: RENATA HARGREAVES VIEIRA GONZALEZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
14 - Processo nº: 11634.000045/2009-91 - Recorrente: ORESTES ALVARES SOLDORIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 09 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE
15 - Processo nº: 10630.720384/2008-83 - Recorrente: GENTIL MATA DA CRUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
16 - Processo nº: 10280.000980/2009-41 - Recorrente: JOAO MARTINS CARDOSO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: RAFAEL PANDOLFO
17 - Processo nº: 13609.001693/2007-35 - Recorrente: GENESCO APARECIDO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
18 - Processo nº: 18471.001181/2007-95 - Recorrente: HERMANN ALDA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: FABIO BRUN GOLDSCHMIDT
19 - Processo nº: 10530.727479/2012-32 - Recorrente: BELMIRO CATELAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
20 - Processo nº: 18471.002485/2004-27 - Recorrente: VIVIANA COMERCIO DE ARTIGOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: PEDRO ANAN JUNIOR
21 - Processo nº: 10865.001698/2006-68 - Recorrente: MAURICEA APARECIDA GACHET ROSSIT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ
22 - Processo nº: 11516.001931/2005-54 - Recorrente: ELZA PAIVA MARCONDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
23 - Processo nº: 15586.000423/2005-86 - Recorrente: EITEL BORCHARDT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

24 - Processo nº: 18471.001346/2007-29 - Recorrente: JACOB EZRA SALEM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo nº: 19515.003390/2005-11 - Recorrente: VANDERLEI D ANGELO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo nº: 10120.009069/2010-76 - Recorrente: PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo nº: 10120.009557/2009-40 - Recorrente: ANDRE LUIZ BAPTISTA LINS ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo nº: 10280.001818/2003-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ORIEL BORGES PAULO - RECURSO DE OFÍCIO

29 - Processo nº: 10945.005626/2004-38 - Recorrente: HERMIRIA LOPES VARGAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 10 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

30 - Processo nº: 13411.001066/2008-92 - Recorrente: KOEN ROBERT HELENE DHUYVETTERS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAFAEL PANDOLFO

31 - Processo nº: 13851.000904/2006-60 - Recorrente: KELLY CRISTINA DINIZ BICALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

32 - Processo nº: 13433.000432/2009-19 - Recorrente: PORCINO FERNANDES DA COSTA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo nº: 15540.720404/2011-44 - Recorrente: FRANCISCO JOSE CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: FABIO BRUN GOLDSCHMIDT

34 - Processo nº: 13678.000006/2002-36 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: PEDRO ANAN JUNIOR

35 - Processo nº: 11080.100944/2007-34 - Recorrente: FERNANDO OBINO MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ

36 - Processo nº: 10980.004695/2009-11 - Recorrente: LUIZ ALBERTO SPITZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo nº: 13816.000745/2001-15 - Recorrente: CALORISOL ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo nº: 10932.720010/2011-69 - Recorrente: MAURICIO PEREIRA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo nº: 13896.002619/2010-43 - Recorrente: JOAQUIM TADEU DE SOUZA CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo nº: 16004.000154/2009-48 - Recorrente: JOAO FRANCISCO NAVES JUNQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo nº: 18471.001950/2007-55 - Recorrente: ELIZETE MORAES RIBEIRO DINIZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo nº: 15504.003375/2010-16 - Recorrente: KARINA RIBEIRO DE FARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo nº: 18471.003855/2008-77 - Recorrente: VENANCIO PEREIRA VELLOSO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 10 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

44 - Processo nº: 13975.001144/2008-73 - Recorrente: CLERIS PABST MOSER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

45 - Processo nº: 15504.018170/2009-93 - Recorrente: HELIO CARNEIRO DE ALVARENGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAFAEL PANDOLFO

46 - Processo nº: 10730.720182/2008-11 - Embargante: COMPANHIA DE BEBIDAS DO RIO DE JANEIRO e Embargada: 2ª TURMA ORDINÁRIA DA 2ª CÂMARA/2ª SEJUL/CARF - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

47 - Processo nº: 10730.720183/2008-58 - Embargante: COMPANHIA DE BEBIDAS DO RIO DE JANEIRO e Embargada: 2ª TURMA ORDINÁRIA DA 2ª CÂMARA/2ª SEJUL/CARF - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: FABIO BRUN GOLDSCHMIDT

48 - Processo nº: 19515.002031/2006-27 - Recorrente: CELSO ROBERTO ARINELLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: PEDRO ANAN JUNIOR

49 - Processo nº: 13855.720011/2010-81 - Recorrente: JAIME HILARIAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ

50 - Processo nº: 19515.000550/2007-31 - Recorrentes: ANTONIO GRISI FILHO e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

51 - Processo nº: 19515.001409/2005-94 - Recorrente: LUIZ CARLOS GRANELLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo nº: 19515.001454/2006-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RONALDO LOMONACO - RECURSO DE OFÍCIO

53 - Processo nº: 19515.001665/2002-39 - Recorrente: RONALDO MARQUES PASSOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo nº: 19515.001723/2006-58 - Recorrente: LUCIANO SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

55 - Processo nº: 19515.002412/2005-25 - Recorrente: MARIA RITA ESPER CURIATI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

56 - Processo nº: 10925.000972/2008-91 - Recorrente: S Z IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

57 - Processo nº: 10730.006972/2005-30 - Recorrente: RAPHAEL CORTES FREITAS COUTINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

58 - Processo nº: 10120.016140/2008-52 - Recorrente: RODRIGO SANTANA FLEURY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAFAEL PANDOLFO

59 - Processo nº: 19515.004923/2003-10 - Recorrente: JOSE EDUARDO GOMES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: FABIO BRUN GOLDSCHMIDT

60 - Processo nº: 13116.721208/2012-52 - Recorrente: MUNICIPIO DE ITAPACI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: PEDRO ANAN JUNIOR

61 - Processo nº: 16095.000141/2005-73 - Recorrente: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO PAULO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ

62 - Processo nº: 10830.005548/2008-92 - Recorrente: MAURO EDUARDO VALVERDE RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

63 - Processo nº: 10882.001475/2004-21 - Recorrente: JOSE ROBERTO LANZONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

64 - Processo nº: 19515.000821/2003-25 - Recorrente: ELENIR DO CARMO MARQUES CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

65 - Processo nº: 19515.000974/2007-04 - Recorrente: JOSE HENRIQUE ANISIO FRAGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

66 - Processo nº: 19515.003240/2005-15 - Recorrente: VICENTE RENATO PAOLILLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ

67 - Processo nº: 19515.002544/2007-19 - Recorrentes: RENE GOMES DE SOUSA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

68 - Processo nº: 19515.003474/2005-54 - Recorrente: ANTONIO CALIL CURY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

69 - Processo nº: 11020.721073/2012-69 - Embargante: DRF/CAXIAS DO SUL/RS e Interessado: THEREZINHA DE JESUS BERGAMASCHI - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

ANTONIO LOPO MARTINEZ
Presidente da Turma

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Secretaria

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 26 de agosto de 2014

Nº 155 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, torna público que na 226ª reunião ordinária do CONFAZ, realizada no dia 26 de agosto de 2014, foram celebrados os seguintes Ajuste SINIEF e Convênios ICMS:

AJUSTE SINIEF 16, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Disciplina procedimentos fiscais para regularização de diferença no preço ou na quantidade de gás natural, em operações internas e interestaduais, transportados via modal dutoviário.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e o Secretário da Receita Federal do Brasil, na 226ª reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária, realizada em Brasília, DF, no dia 26 de agosto de 2014, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira Quando ocorrer a emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e com valor superior ao efetivamente devido nas operações internas e interestaduais com gás natural transportados via modal dutoviário, será permitida a regularização nos termos deste ajuste, desde que as diferenças se refiram às seguintes hipóteses:

I - variação de índices que compõem o preço do produto, inclusive câmbio;

II - quantidade entregue inferior à quantidade faturada, em decorrência de aferição de volumes ou de poder calorífico inferior do gás natural.

Cláusula segunda Nas hipóteses previstas na cláusula primeira, o estabelecimento destinatário emitirá NF-e de devolução simbólica para regularizar a diferença, no período de apuração do imposto em que tenha sido emitida a NF-e originária.

Parágrafo único. A NF-e de que trata o caput deverá, além dos demais requisitos, conter as seguintes indicações:

I - como natureza da operação: "devolução simbólica";

II - o valor correspondente à diferença encontrada;

III - o destaque do valor do ICMS e do ICMS-ST, quando devidos;

IV - a chave de acesso da NF-e originária, referenciada no campo respectivo;

V - no campo Informações Complementares:

a) a descrição da hipótese, dentre as previstas na cláusula primeira, que ensejou a diferença de valores;

b) a seguinte expressão: "NF-e de devolução simbólica emitida nos termos do Ajuste SINIEF 16/14.".

Cláusula terceira Na hipótese do disposto na cláusula primeira, quando o destinatário não efetuar a regularização dentro do período de apuração, ainda poderá emitir a NF-e de devolução simbólica até o último dia do segundo mês subsequente ao da data da emissão da NF-e originária, devendo:

I - nos casos em que tenha se apropriado do crédito relativo ao imposto destacado a maior na NF-e originária:

a) recolher o imposto devido por meio de documento de arrecadação distinto, com os devidos acréscimos, fazendo referência à NF-e de devolução simbólica;

b) informar na NF-e de devolução simbólica, além dos dados previstos no parágrafo único da cláusula segunda, a seguinte expressão no campo de Informações Complementares: "Imposto recolhido por meio de documento de arrecadação distinto, em __ / __ / __";

c) estornar na escrituração fiscal no Livro Registro de Apuração do ICMS, o débito de imposto destacado da NF-e de devolução simbólica referente à parcela do ICMS recolhido no referido documento de arrecadação;

II - nos casos em que não se tenha apropriado do crédito relativo ao imposto destacado a maior na nota fiscal originária:

a) informar na NF-e de devolução simbólica, além dos dados previstos no parágrafo único da cláusula segunda, a seguinte expressão no campo de Informações Complementares: "A NF-e originária n° xx, série xx, foi escriturada sem o crédito a maior do ICMS";

b) estornar na escrituração fiscal no Livro Registro de Apuração do ICMS, o débito de imposto destacado da NF-e de devolução simbólica.

Cláusula quarta A NF-e de devolução simbólica será registrada pelo emitente da NF-e originária, no Livro Registro de Entradas, com utilização das colunas "Operações com Crédito do Imposto".

Cláusula quinta O disposto neste ajuste não se aplica ao Estado do Ceará.

Cláusula sexta Este ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ - Dyogo Henrique de Oliveira p/ Guido Mantega, Secretário da Receita Federal do Brasil - Carlos Alberto de Freitas Barreto, Acre - Flora Valladares Coelho, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia, Distrito Federal - Adonias dos Reis Santiago, Espírito Santo - Gustavo Assis Guerra, Goiás - José Taveira Rocha, Maranhão - Akio Valente Wakiyama, Mato Grosso - Marcel Souza de Cursi, Mato Grosso do Sul - Jáder Rieffe Julianelli Afonso, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Mário José Lacerda de Melo, Rio de Janeiro - Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Gilvan Ramos Almeida, Roraima - Luiz Gonzaga Campos de Sousa, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Marcelo Olimpio Carneiro Tavares.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONVÊNIO ICMS 99, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Altera o Convênio ICMS 89/13, que autoriza o Estado do Ceará a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos mediante parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICMS.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 226ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 26 de agosto de 2014, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS 89/2013, de 26 de julho de 2013, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o caput da cláusula primeira e o seu § 1º:

"Cláusula primeira Fica o Estado do Ceará autorizado a instituir programa destinado a dispensar ou reduzir multas, juros e demais acréscimos legais relacionados com o ICMS, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de julho de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, observadas as condições e limites estabelecidos neste convênio.

§ 1º Poderão ser incluídos na consolidação os valores espontaneamente denunciados pelo contribuinte à repartição fazendária, relacionados a fatos geradores do ICMS ocorridos até 31 de julho de 2014.";

II - o inciso II do caput da cláusula segunda e o seu § 1º:

"II - com acréscimo de 3% (três por cento) sobre o valor do crédito tributário, se pago integralmente até o último dia útil do mês de dezembro de 2014, à vista ou parceladamente;

.

.

.

§ 1º Os créditos tributários de ICMS decorrentes exclusivamente de penalidades pecuniárias por descumprimento de obrigação tributária de natureza acessória e de multa autônoma, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de julho de 2014, poderão ser pagos, nos mesmos prazos e formas estabelecidos nesta cláusula, com redução de 70% (setenta por cento), do seu valor original.";

III - o § 2º da cláusula terceira:

"§ 2º A legislação do Estado do Ceará fixará o prazo máximo de opção do contribuinte, que não poderá exceder a 31 de dezembro de 2014.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Dyogo Henrique de Oliveira p/ Guido Mantega, Acre - Flora Valladares Coelho, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia, Distrito Federal - Adonias dos Reis Santiago, Espírito Santo - Gustavo Assis Guerra, Goiás - José Taveira Rocha, Maranhão - Akio Valente Wakiyama, Mato Grosso - Marcel Souza de Cursi, Mato Grosso do Sul - Jáder Rieffe Julianelli Afonso, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Mário José Lacerda de Melo, Rio de Janeiro - Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Gilvan Ramos Almeida, Roraima - Luiz Gonzaga Campos de Sousa, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Marcelo Olimpio Carneiro Tavares.

CONVÊNIO ICMS 100, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre a adesão do Estado do Amazonas às disposições do Convênio ICMS 18/92, que autoriza os Estados que menciona a reduzir a base de cálculo do ICMS nas saídas de gás natural.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 226ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 26 de agosto de 2014, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24/75, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Fica alterada a cláusula primeira do Convênio ICMS 18/92, de 3 de abril de 1992, com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo autorizados a conceder redução da base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de tal forma que a incidência do imposto resulte no percentual de 12% (doze por cento) nas saídas internas com gás natural.".

Cláusula segunda Fica acrescentado o § 2º à cláusula primeira do Convênio ICMS 18/92, com a seguinte redação, renumerando-se para § 1º o atual parágrafo único:

"§ 2º Fica o Estado do Amazonas autorizado a condicionar a concessão do benefício previsto no caput por meio de sua legislação estadual.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação.

Presidente do CONFAZ - Dyogo Henrique de Oliveira p/ Guido Mantega, Acre - Flora Valladares Coelho, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia, Distrito Federal - Adonias dos Reis Santiago, Espírito Santo - Gustavo Assis Guerra, Goiás - José Taveira Rocha, Maranhão - Akio Valente Wakiyama, Mato Grosso - Marcel Souza de Cursi, Mato Grosso do Sul - Jáder Rieffe Julianelli Afonso, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Mário José Lacerda de Melo, Rio de Janeiro - Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Gilvan Ramos Almeida, Roraima - Luiz Gonzaga Campos de Sousa, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Marcelo Olimpio Carneiro Tavares.

CONVÊNIO ICMS 101, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre a adesão do Estado de Santa Catarina às disposições do Convênio ICMS 5/93, que autoriza os Estados que menciona a conceder isenção do ICMS incidente sobre o fornecimento de alimentação pelo Restaurante/Escola do SENAC.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 226ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 26 de agosto de 2014, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado de Santa Catarina incluído nas disposições contidas no Convênio ICMS 05/93, de 30 de abril de 1993.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês ao da sua publicação.

Presidente do CONFAZ - Dyogo Henrique de Oliveira p/ Guido Mantega, Acre - Flora Valladares Coelho, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia, Distrito Federal - Adonias dos Reis Santiago, Espírito Santo - Gustavo Assis Guerra, Goiás - José Taveira Rocha, Maranhão - Akio Valente Wakiyama, Mato Grosso - Marcel Souza de Cursi, Mato Grosso do Sul - Jáder Rieffe Julianelli Afonso, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Mário José Lacerda de Melo, Rio de Janeiro - Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Gilvan Ramos Almeida, Roraima - Luiz Gonzaga Campos de Sousa, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Marcelo Olimpio Carneiro Tavares.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

ATA DA 198ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2014

Cuja Pauta foi publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2014, Seção 1, páginas 56/57.

1. LOCAL E HORÁRIO - Av. Presidente Vargas, 730 - 13º andar - Centro do Rio de Janeiro, na Sede da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, às 9 horas.

2. TRABALHOS - Foi aberta a Sessão pela Senhora Presidente, Dra. Ana Maria Melo Netto Oliveira, tendo como Secretária-Executiva a Senhora Theresa Christina Cunha Martins. Presentes pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a Dra. Maria Eli Trachtenberg.

2.1.- QUORUM REGIMENTAL - Presentes os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Paulo Antonio Costa de Almeida Penido, Thompson da Gama Moret Santos, Marcelo Augusto Camacho Rocha, Claudio Carvalho Pacheco e André Leal Faoro.

2.2 - RECURSOS A SEREM SORTEADOS PARA RELATOR:

RECURSO Nº 6713 - Processo SUSEP nº 15414.005687/2011-46 - Recorrente: Panamericana de Seguros S.A.; Conselheira Relatora: Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6714 - Processo SUSEP nº 15414.005416/2011-91 - Recorrente: Associação dos Transportadores de Goiás - ATEG; Conselheiro Relator: Claudio Carvalho Pacheco.

RECURSO Nº 6715 - Processo SUSEP nº 15414.001503/2012-50 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Conselheiro Relator: Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6716 - Processo SUSEP nº 15414.200106/2012-25 - Recorrente: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros; Conselheira Relatora: Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6717 - Processo SUSEP nº 15414.000864/2010-17 - Recorrente: Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S.A.; Conselheiro Relator: Paulo Antonio Costa de Almeida Penido

RECURSO Nº 6718 - Processo SUSEP nº 15414.300080/2010-96 - Recorrente: Saga Corretora de Seguros Ltda.; Conselheiro Relator: André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6719 - Processo SUSEP nº 15414.000299/2012-50 - Recorrente: Royal Sunalliance Seguros (Brasil) S.A.; Conselheiro Relator: Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6720 - Processo SUSEP nº 15414.000671/2012-28 - Recorrente: Ace Seguradora S.A.; Conselheira Relatora: Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6721 - Processo SUSEP nº 15414.003022/2012-89 - Recorrente: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros; Conselheiro Relator: André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6722 - Processo SUSEP nº 15414.300058/2011-27 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Conselheiro Relator: Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6723 - Processo SUSEP nº 15414.001198/2012-04 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Conselheira Relatora: Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6724 - Processo SUSEP nº 15414.001828/2012-32 - Recorrente: BMG Seguradora S.A.; Conselheiro Relator: Claudio Carvalho Pacheco.

RECURSO Nº 6726 - Processo SUSEP nº 15414.100603/2010-04 - Recorrente: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A; Conselheira Relatora: Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6727 - Processo SUSEP nº 15414.200194/2012-07 - Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB; Conselheira Relatora: Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6728 - Processo SUSEP nº 15414.005738/2011-30 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Conselheiro Relator: Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6730 - Processo SUSEP nº 15414.100533/2009-42 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S.A.; Conselheiro Relator: Claudio Carvalho Pacheco.

RECURSO Nº 6732 - Processo SUSEP nº 15414.200349/2011-16 - Recorrente: Salvador Lápis Júnior; Conselheiro Relator: André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6735 - Processo SUSEP nº 15414.200216/2012-21 - Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB; Conselheiro Relator: Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6737 - Processo SUSEP nº 15414.100341/2008-55 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Conselheira Relatora: Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6741 - Processo SUSEP nº 15414.000949/2011-86 - Recorrente: Liberty Seguros S/A; Conselheiro Relator: Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

2.3 - RECURSO RESORTEADO POR IMPEDIMENTO DO RELATOR:

RECURSO Nº 5367 - Processo SUSEP nº 15414.002179/2009-91 - Apenso: 15414.002303/2009-19 - Recurso Nº 5975 - Recorrente: Itaú Vida e Previdência S.A.; Conselheiro Relator: Marcelo Augusto Camacho Rocha.

2.4 - JULGAMENTO - Foram realizados os julgamentos dos recursos constante da respectiva Pauta, os quais obtiveram as seguintes decisões:

RECURSO N.º 1582 - Processo Susep nº 15414.100665/2002-06 - Recorrente: Caixa Seguradora S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Alterar de forma unilateral a proposta de contrato de seguro sem autorização do proponente. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 1700 - Processo Susep nº 15414.001526/2002-92 - Recorrente: Unibanco AIG Seguros S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Comercializar seguro sem a prévia aprovação da Susep. Recurso conhecido e provido.

RECURSO N.º 2205 - Processo Susep nº 10.004025/99-77 - Recorrente: Cia. de Seguros Minas-Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Pagar indenização relativa a seguro DPVAT fora do prazo estipulado. Recurso conhecido e provido parcialmente no sentido de limitar a pena ao dobro do seu valor.

RECURSO N.º 2288 - Processo Susep n.º 006-0221/99 - Recorrente: Itaú Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Pagamento a menor de valores em indenização relativa a seguro DPVAT. Recurso conhecido e provido parcialmente no sentido de limitar a pena ao dobro do seu valor e conceder atenuante.

RECURSO N.º 2710 - Processo Susep n.º 15414.006391/98-12 - Recorrente: Rural Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Recusar pagamento de indenização em seguro de vida. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 2715 - Processo Susep n.º 006-00029/99 - Recorrente: União Novo Hamburgo Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Recusar pagamento de indenização em seguro DPVAT. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a pena ao dobro do seu valor.

RECURSO N.º 3191 - Processo Susep n.º 15414.003399/2002-66 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Não atender integralmente à Carta DETEC/GEPEP/DIPLA nº 982/00. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 3242 - Processo Susep n.º 15414.001625/97-55 - Recorrente: Bradesco Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.Assunto: Não pagar indenização em seguro DPVAT. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a pena ao dobro do seu valor.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RECURSO N.º 3366 - Processo Susep n.º 15414.006030/98-86 - Recorrente: BEMGE Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Recusar pagamento de indenização relativa a seguro de automóvel. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 3515 - Processo Susep n.º 10.006846/01-71 - Recorrente: Caixa Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Auto de Infração - Item 1 - irregularidade na entrega do FIP; Item 2- irregularidade na documentação de suporte de lançamentos contábeis; Item 3 - ausência de conciliação contábil; Item 4 - erro de escrituração; Item 5 - irregularidade na constituição de provisões técnicas; Item 6 - possuir bens imóveis sem registro no RGI; Item 7 - ausência de representação em estado da federação no qual mantém negócios; Item 8 - emissão de apólice fora do prazo legal; e Item 9 - irregularidade na constituição de provisões técnicas. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 3566 - Processo Susep n.º 005-00098/01 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Pagamento parcial e intempestivo de indenização em seguro de vida. Recurso conhecido e provido.

RECURSO N.º 3609 - Processo Susep n.º 15414.002480/2002-29 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Demora no pagamento de indenização relativa a seguro de vida em grupo. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a pena ao dobro do seu valor.

RECURSO N.º 3636 - Processo Susep n.º 15414.100262/2002-59 - Recorrente: Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Recusar pagamento de indenização em seguro de fiança locatícia. Recurso conhecido e provido.

RECURSO N.º 3797 - Processo Susep n.º 006-00306/99 - Recorrente: Capemi - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Pagamento a menor de valores a título de resgate. Recurso conhecido e provido.

RECURSO N.º 3822 - Processo Susep n.º 15414.001190/2005-19 - Recorrente: Azul Companhia de Seguros Gerais "em aprovação"; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Inadequação de provisões técnicas relativas ao mês de fevereiro de 2005. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a pena ao dobro do seu valor.

RECURSO N.º 4022 - Processo Susep n.º 15414.003152/2003-21 - Recorrente: Icatu Hartford Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Não formação de junta médica em seguro de vida com cláusula IPD. Recurso conhecido e provido.

RECURSO N.º 4071 - Processo Susep n.º 10.003175/00-60 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Discordância quanto a valores de resgate de planos previdenciários. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a pena ao dobro do seu valor.

RECURSO N.º 4086 - Processo Susep n.º 15414.001796/2006-27 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Pagamento a menor de valores a título de resgate. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 4140 - Processo Susep n.º 15414.002456/2006-13 - Recorrente: RS Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Apresentar insuficiência na cobertura das provisões técnicas referentes ao mês de novembro de 2005. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 4150 - Processo Susep n.º 15414.001009/2006-47 - Recorrente: Rural Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Realizar operações compromissadas com empresa a ela coligada. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 4252 - Processo Susep n.º 15414.001848/2002-31 - Recorrente: APW - Corretora de Seguros. Apenso: Recurso nº 4542 - Processo Susep nº 15414.002863/2002-05; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Cobrança de honorários para intermediar regulação de sinistro no âmbito do convênio DPVAT. Recurso conhecido e provido parcialmente para convolar a pena de cancelamento de registro em multa.

RECURSO N.º 4478 - Processo Susep n.º 15414.002174/2006-16 - Recorrente: RS Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Apresentar insuficiência na cobertura de provisões técnicas referentes ao mês de março de 2006. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 4511 - Processo Susep n.º 10.002415/00-36 - Recorrente: Sul América Cia. Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Negar pagamento de indenização em seguro de automóvel. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 4598 - Processo Susep n.º 15414.003286/2006-94 - Recorrente: Rural Seguradora S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Realizar ato de aprovação de contas do exercício social de 2005 fora do prazo regulamentar. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 4632 - Processo Susep n.º 15414.004007/2006-18 - Recorrente: Aspecir Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Não constituir provisão de oscilação de riscos no mês de maio de 2005. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 4650 - Processo Susep n.º 15414.003748/2004-10 - Recorrente: RS Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Transferência automática para novo plano sem anuência do participante e sem proposta de inscrição. Declarada a prescrição da pretensão punitiva da Administração.

RECURSO N.º 4705 - Processo Susep n.º 15414.001014/2005-79 - Recorrente: Itaú Seguros S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.Assunto: Pagar indenização de seguro DPVAT fora do prazo assinalado pela legislação. Recurso conhecido e provido.

RECURSO N.º 4712 - Processo Susep n.º 15414.004237/2006-79 - Recorrente: Uniprev - União Previdenciária; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Preencher incorretamente ou de forma incompleta diversos quadros do FIP de junho de 2006. Recurso conhecido e provido parcialmente para expurgar as reincidências impostas.

RECURSO N.º 4714 - Processo Susep n.º 15414.100206/2005-67 - Recorrente: Sul América Seguros de Vida e Previdência S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Recusar pagamento de indenização relativa a seguro de vida com cláusula IPD. Recurso conhecido e provido parcialmente para adequar a penalidade à Resolução CNSP nº 14/95 e, por consequência, expurgar as reincidências.

RECURSO N.º 4732 - Processo Susep n.º 15414.100504/2006-38 - Recorrente: Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Não atender dentro do prazo a determinação da Susep. Recurso conhecido e provido.

RECURSO N.º 4735 - Processo Susep n.º 15414.000874/2005-95 - Recorrente: AVS Seguradora S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Não enviar FIP referente ao mês de janeiro de 2005 no prazo assinalado. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 4748 - Processo Susep n.º 15414.100241/2005-86 - Recorrente: COSESP - Cia. de Seguros do Estado de São Paulo; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Recusa e posterior atraso de pagamento de indenização em seguro de vida. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a pena ao dobro do seu valor e conceder atenuante.

RECURSO N.º 4756 - Processo Susep n.º 15414.001650/2007-62 - Recorrente: Rural Seguradora S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Apresentar, no mês de março de 2007, Patrimônio Líquido Ajustado inferior ao Capital Mínimo exigido. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 4769 - Processo Susep n.º 15414.002933/2007-21 - Recorrente: Rural Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Não enviar/enviar fora do prazo as atas de reunião de CD ou das Assembleias. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 4776 - Processo Susep n.º 15414.004213/2007-09 - Recorrente: Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Erro contábil com escrituração em desacordo com o plano de contas aprovado. Recurso conhecido e provido.

RECURSO N.º 4781 - Processo Susep n.º 15414.001994/2007-71 - Recorrente: Investprev Seguros e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Aplicar recursos garantidores de reservas técnicas referentes a abril de 2007 de maneira insuficiente. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 4785 - Processo Susep n.º 15414.003248/2007-12 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Indenizar sinistro em desacordo com as normas vigentes. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 4788 - Processo Susep n.º 15414.001941/2007-51 - Recorrente: RS Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Apresentar, no mês de março de 2007, Patrimônio Líquido Ajustado inferior ao Capital Mínimo exigido. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 4865 - Processo Susep n.º 15414.100627/2004-15 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Recusar pagamento de indenização em seguro de automóvel. Recurso conhecido e provido.

RECURSO N.º 4908 - Processo Susep n.º 15414.100841/2004-63 - Recorrente: Brasilveiculos Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Descumprimento contratual em seguro de automóvel. Recurso conhecido e provido.

RECURSO N.º 4914 - Processo Susep n.º 15414.002912/2004-63 - Recorrente: Caixa Seguradora S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Inadimplemento em indenização relativa a seguro de vida em grupo. Recurso conhecido e provido.

RECURSO N.º 4917 - Processo Susep n.º 15414.100815/2004-35 - Recorrente: Vera Cruz Seguradora S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Recusar pagamento de indenização em seguro empresarial. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 5013 - Processo Susep n.º 15414.002927/2007-74 - Recorrente: Federal de Seguros S/A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Pagamento a menor de valores a título de indenização em seguro de vida. Recurso conhecido e provido.

RECURSO N.º 5018 - Processo Susep n.º 15414.003618/2006-31 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Insuficiência de cobertura das provisões técnicas referente a junho de 2006. Recurso conhecido e indeferido.

RECURSO N.º 5050 - Processo Susep n.º 15414.000002/2007-99 - Recorrente: Companhia de Seguros Previdência do Sul; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Aumento arbitrário da taxa mensal do prêmio do seguro de vida em grupo. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a pena ao dobro do seu valor.

2.5 - ASSUNTOS GERAIS:

2.5.1 - Em vista do impedimento do titular da representação da FENAPREVI o julgamento do recurso nº 3658 - Processo Susep n.º 15414.000542/2004-20 foi adiado para setembro de 2014.

2.5.2 - O recurso nº 4710 - Processo Susep n.º 15414.001570/2007-15 foi retirado de pauta a pedido da recorrente.

2.5.3 - A pedido da recorrente, o recurso nº4863 - Processo Susep n.º 10.005497/01-98 saiu de pauta para ir a julgamento na próxima sessão.

2.5.4 - O julgamento do recurso nº 5025 - Processo Susep n.º 15414.001542/2004-47 foi adiado a pedido do Conselheiro Relator.

2.5.5 - Foi deferido o pedido de adiamento do julgamento do recurso nº 5033 - Processo Susep n.º 15414.004596/2006-26.

2.6 - ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 198ª (centésima nonagésima oitava) Sessão Pública de Julgamento pela Presidente, e eu, Theresa Christina Cunha Martins, Secretária- Executiva do CRSNSP lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, pela Senhora Presidente, Procuradora da Fazenda Nacional e Conselheiros, depois de lida e aprovada pelos membros integrantes deste Órgão Colegiado.

Rio de Janeiro-RJ, 31 de julho de 2014.
ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA
Presidente do Conselho

MARIA ELI TRACHTENBERG
Procuradora

PAULO ANTONIO COSTA DE ALMEIDA PENIDO
Conselheiro

THOMPSON DA GAMA MORET SANTOS
Conselheiro

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA
Conselheiro

CLAUDIO CARVALHO PACHECO
Conselheiro

ANDRÉ LEAL FAORO
Conselheiro

THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS
Secretária Executiva

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Aprovo o Parecer Normativo COSIT/RFB nº 7, de 22 de agosto de 2014, conforme Anexo.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

ANEXO

PARECER NORMATIVO COSIT/RFB Nº 7, DE 22 DE AGOSTO DE 2014.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Ementa: CONCOMITÂNCIA ENTRE PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL E PROCESSO JUDICIAL COM O MESMO OBJETO. PREVALÊNCIA DO PROCESSO JUDICIAL. RENÚNCIA ÀS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS. DESISTÊNCIA DO RECURSO ACASO INTERPOSTO.

A propositura pelo contribuinte de ação judicial de qualquer espécie contra a Fazenda Pública com o mesmo objeto do processo administrativo fiscal implica renúncia às instâncias administrativas, ou desistência de eventual recurso de qualquer espécie interposto.

Quando contenha objeto mais abrangente do que o judicial, o processo administrativo fiscal deve ter seguimento em relação à parte que não esteja sendo discutida judicialmente.

A decisão judicial transitada em julgado, ainda que posterior ao término do contencioso administrativo, prevalece sobre a decisão administrativa, mesmo quando aquela tenha sido desfavorável ao contribuinte e esta lhe tenha sido favorável.

A renúncia tácita às instâncias administrativas não impede que a Fazenda Pública dê prosseguimento normal a seus procedimentos, devendo proferir decisão formal, declaratória da definitividade da exigência discutida ou da decisão recorrida.

É irrelevante que o processo judicial tenha sido extinto sem resolução de mérito, na forma do art. 267 do CPC, pois a renúncia às instâncias administrativas, em decorrência da opção pela via judicial, é insuscetível de retratação.

A definitividade da renúncia às instâncias administrativas independe de o recurso administrativo ter sido interposto antes ou após o ajuizamento da ação.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 145, c/c art. 149, art. 151, incisos II, IV e V; Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, art. 20, § 3º; Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, arts. 16, 28 e 62; Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (CPC), arts. 219, 267, 268, 269 e 301, § 2º; Decreto-lei nº

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.737, de 20 de dezembro de 1979, art. 1º; Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, art. 38; Constituição Federal, art. 5º, inciso XXXV; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 53; Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, art. 22; Portaria CARF nº 52, de 21 de dezembro de 2010; Portaria MF nº 341, de 12 de julho de 2011, art. 26; art. 77 da IN RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012.

e-processo nº 10166.721006/2013-16

Relatório

Dúvidas têm sido suscitadas por unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) acerca da adequação, ao ordenamento jurídico vigente, do Ato Declaratório Normativo (ADN) Cosit nº 3, de 14 de fevereiro de 1996, no Diário Oficial da União (DOU) de 15 de fevereiro de 1996, que tomou por base o Parecer MF/SRF/COSIT/GAB nº 27, de 13 de fevereiro de 1996.

2. Cuidam os referidos atos normativos, na essência, do tratamento a ser dispensado ao processo administrativo fiscal quando o sujeito passivo opta pela discussão concomitante na esfera judicial sobre objeto idêntico.

3. A emissão do presente Parecer Normativo se justifica tanto pela relevância da matéria, com esteio no art. 8º da Ordem de Serviço (OS) Cosit nº 1, de 8 de abril de 2013, quanto pela necessidade de adaptação dos termos utilizados no ADN Cosit nº 3, de 1996, e no Parecer MF/SRF/COSIT/GAB nº 27, de 1996, diante das inovações legislativas, promovendo-lhes a revogação. Esta, portanto, não se deve à alteração do entendimento contido naqueles atos, mas ao seu aprimoramento, evitando-se, ainda, a existência de atos normativos diversos versando sobre a mesma matéria.

Fundamentos

4. Preliminarmente, transcreve-se o inteiro teor do ADN Cosit nº 3, de 1996:

O COORDENADOR-GERAL DO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. l47, item III, do regimento interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda nº 606, de 03 de setembro de 1992, e tendo em vista o Parecer COSIT nº 27/96.

DECLARA, em caráter normativo, às Superintendências Regionais da Receita Federal, às Delegacias da Receita Federal de Julgamento e aos demais interessados, que:

a) a propositura pelo contribuinte, contra a Fazenda, de ação judicial- por qualquer modalidade processual, antes ou posteriormente à autuação, com o mesmo objeto, importa a renúncia às instâncias administrativas, ou desistência de eventual recurso interposto;

b) conseqüentemente, quando diferentes os objetos do processo judicial e do processo administrativo, este terá prosseguimento normal no que se relaciona à matéria diferenciada (p. ex., aspectos formais do lançamento, base de cálculo etc.);

c) no caso da letra "a", a autoridade dirigente do órgão onde se encontra o processo não conhecerá de eventual petição do contribuinte, proferindo decisão formal, declaratória da definitividade da exigência discutida ou da decisão recorrida, se for o caso, encaminhando o processo para a cobrança do débito, ressalvada a eventual aplicação do disposto no art. 149 do CTN;

d) na hipótese da alínea anterior, não se verificando a ressalva ali contida, proceder-se-á a inscrição em dívida ativa, deixando-se de fazê-lo, para aguardar o pronunciamento judicial, somente quando demonstrada a ocorrência do disposto nos incisos II (depósito do montante integral do débito) ou IV (concessão de medida liminar em mandado de segurança), do art. 151, do CTN;

e) é irrelevante, na espécie, que o processo tenha sido extinto, no Judiciário, sem julgamento do mérito (art. 267 do CPC).

5. As conclusões do ADN supratranscrito assentaram-se, basicamente, nas prescrições do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, do Decreto-lei nº 1.737, de 20 de dezembro de 1979, e da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que assim disciplinam:

Decreto nº 70.235, de 1972

Art. 62. Durante a vigência de medida judicial que determinar a suspensão da cobrança do tributo não será instaurado procedimento fiscal contra o sujeito passivo favorecido pela decisão, relativamente, à matéria sobre que versar a ordem de suspensão. (Vide Medida Provisória nº 232, de 2004)

Parágrafo único. Se a medida referir-se a matéria objeto de processo fiscal, o curso deste não será suspenso, exceto quanto aos atos executórios. (Vide Medida Provisória nº 232, de 2004) (grifou-se)

Decreto-lei nº 1.737, de 1979

Art. 1º Serão obrigatoriamente efetuados na Caixa Econômica Federal, em dinheiro ou em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, ao portador, os depósitos:

(...)

II - em garantia de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional;

III - em garantia de crédito da Fazenda Nacional, vinculado à propositura de ação anulatória ou declaratória de nulidade do débito;

(...)

§ 1º O depósito a que se refere o inciso III, do artigo 1º, suspende a exigibilidade do crédito da Fazenda Nacional e elide a respectiva inscrição de Dívida Ativa.

§ 2º A propositura, pelo contribuinte, de ação anulatória ou declaratória da nulidade do crédito da Fazenda Nacional importa em renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso interposto. (grifou-se)

Lei nº 6.830, de 1980

Art. 38. A discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública só é admissível em execução, na forma desta Lei, salvo as hipóteses de mandado de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida, esta precedida do depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos.

Parágrafo único - A propositura, pelo contribuinte, da ação prevista neste artigo importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto. (grifou-se)

5.1. Quanto ao art. 62 do Decreto nº 70.235, de 1972, reporte-se que o art. 10 da Medida Provisória (MP) nº 232, de 30 de dezembro de 2004, que intentava conferir nova redação àquele dispositivo, foi revogado pela MP nº 243, de 31 de março de 2005.

5.2. Além disso, o caput do art. 38 da Lei nº 6.830, de 1980, traz uma enumeração exemplificativa das ações judiciais e a exigência de depósito preparatório que há muito foi afastada pelo STF.

5.3. Depreende-se que a propositura pelo contribuinte de ação judicial de qualquer espécie contra a Fazenda Pública (o que inclui mandado de segurança, ação de repetição de indébito, ação declaratória ou ação anulatória), em qualquer momento, com o mesmo objeto que está sendo discutido na esfera administrativa, implica renúncia às instâncias administrativas, ou desistência de eventual recurso de qualquer espécie interposto. Aponta-se, como ressalva, a adoção da via judicial com o mero fim de correção de procedimentos adjetivos ou processuais da Administração Tributária, tais como questões sobre rito, prazo e competência.

5.4. Neste ponto, vale trazer à baila a Súmula STF nº 429: "A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade".

6. No mesmo sentido reza a Súmula nº 1 do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), aprovada e divulgada pela Portaria CARF nº 52, de 21 de dezembro de 2010 (publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, Seção I, fls. 87 a 90 e retificada no DOU de 12 de janeiro de 2011, Seção I, fl. 44):

Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial. (grifou-se)

6.1. Vê-se que é possível a apreciação do processo na esfera administrativa quando seu objeto seja diferente ou mais amplo que o da ação judicial, como, por exemplo, na concomitância de um processo judicial em que se discute a constitucionalidade da norma impositiva da exação e um processo administrativo fiscal cujo objeto seja alguma questão de fato, tal como a apuração do valor devido ou outra forma de verificação do controle de legalidade do lançamento do crédito tributário porventura existente. Conforme concluiu o STJ no REsp nº 1.279.422-SP, há hipóteses, no entanto, em que a "seleção" da situação de fato atinge uma tal profundidade que, ao final de sua análise, também já se realizou a apreciação jurídica:

Embora tradicionalmente se distinga "questão de fato" da questão de saber "o que aconteceu" (fato) se subsume à norma jurídica (direito), por vezes, uma situação de fato somente pode ser descrita com as expressões da ordem jurídica. Assim, para que se possa perguntar com sentido pela "existência" de um acontecimento, é preciso que esse acontecimento seja apreciado, interpretado e valorado de forma jurídica (cf. Karl Larenz, "Metodologia da Ciência do Direito", 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 295/296).

6.2. Neste caso, de acordo com a súmula do CARF, serão apreciadas na instância administrativa apenas as matérias que não estão sendo discutidas no âmbito judicial.

7. Em reforço à impossibilidade de concomitância entre ação judicial proposta contra a Fazenda Nacional e processo administrativo em que se questiona a mesma matéria, assim estabelece a Portaria MF nº 341, de 12 de julho de 2011, que disciplina a constituição das Turmas e o funcionamento das Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ):

Art. 26. O pedido de parcelamento, a confissão irretratável da dívida, a extinção sem ressalva do débito, por qualquer de suas modalidades, ou a propositura pelo contribuinte contra a Fazenda Nacional de ação judicial com o mesmo objeto, importa a desistência do processo.

8. Frise-se, ainda, que o inciso V do art. 16 do Decreto nº 70.235, de 1972, com a redação dada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, exige que na impugnação administrativa seja informado "se a matéria impugnada foi submetida à apreciação judicial, devendo ser juntada cópia da petição.".

8.1. Do mesmo modo, o art. 77 da IN RFB nº 1.300, de 2012, abaixo transcrito, condiciona a admissibilidade da manifestação de inconformidade ao atendimento dos requisitos do art. 16 do Decreto nº 70.235, de 1972, aí incluída a exigência de se informar se a matéria impugnada foi submetida à apreciação judicial:

Art. 77 . É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência da decisão que indeferiu seu pedido de restituição, ressarcimento ou reembolso ou, ainda, da data da ciência do despacho que não homologou a compensação por ele efetuada, apresentar manifestação de inconformidade contra o indeferimento do pedido ou a não homologação da compensação. (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.425, de 19 de dezembro de 2013)

§ 1º A autoridade administrativa competente para decidir sobre o pedido de restituição, de ressarcimento, de reembolso ou a compensação deverá se pronunciar quanto ao atendimento dos requisitos de admissibilidade da manifestação de inconformidade nos termos do art. 16 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

8.2. Descumpridos pelo contribuinte os comandos supratranscritos, e advinda decisão judicial transitada em julgado desfavorável ao seu pleito, esta prevalecerá, inclusive quando a decisão administrativa lhe tenha sido favorável. Isto porque o escopo da jurisdição, que é uma das funções do Estado, é de tornar efetiva a sanção, mediante a substituição da atividade das partes pela do juiz, buscando a pacificação do conflito que os envolve e dando cumprimento às normas de direito objetivo material. Quando a lide envolve o Estado-administração, por exemplo, o Estado-juiz substitui com atividades suas as atividades das partes, inclusive as do administrador. Nesse sentido:

Outra característica dos atos jurisdicionais é que só eles são suscetíveis de se tornar imutáveis, não podendo ser revistos ou modificados. A Constituição brasileira, como a da generalidade dos países, estabelece que "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada" (art. 5º, inc. XXXVI). Coisa julgada é a imutabilidade dos efeitos de uma sentença, em virtude da qual nem as partes podem repropor a mesma demanda em juízo ou comportar-se de modo diferente daquele preceituado [...]. No Estado-de-Direito só os atos jurisdicionais podem chegar a esse ponto de imutabilidade, não sucedendo o mesmo com os administrativos ou legislativos. Em outras palavras, um conflito interindividual só se considera solucionado para sempre, sem que se possa voltar a discuti-lo, depois que tiver sido apreciado e julgado pelos órgãos jurisdicionais: a última palavra cabe ao Poder Judiciário. (CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 25. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009. p. 147, 149, 150, 152 e 337)

8.3. Esse entendimento de que a decisão judicial transitada em julgado, seja anterior ou posterior ao término do contencioso administrativo, prevalece sobre a decisão administrativa, mesmo quando aquela tenha sido desfavorável ao contribuinte e esta lhe tenha sido favorável, vai ao encontro das conclusões do Parecer PGFN/Cocat nº 2, de 2 de janeiro de 2013, e se assenta na prevalência da coisa julgada e da jurisdição única, conforme segue:

53. Por outro lado, é preciso investigar a finalidade precípua da concomitância para só então decidir se o não reconhecimento desta - como consequência do acolhimento do recurso hierárquico - terá ou não algum efeito prático na regulação da relação jurídico-tributária em discussão.

54. Na verdade, esse instituto foi criado tão-somente para evitar a procrastinação de processos e a discussão da mesma matéria por órgãos diferentes, pois, seja qual for o conteúdo da decisão administrativa, as partes sempre terão que se submeter à decisão final de mérito do Poder Judiciário, que é o único órgão competente para julgar a controvérsia em caráter definitivo devido ao princípio constitucional da jurisdição única (art. 5º, XXXV, da CF). [...]

(...)

55. Desse modo, considerando que os arts. 1º, § 2º, do Decreto nº 1.737/1979, e 38, § único, da Lei nº 6.830/80, tem como - único - objetivo conferir eficácia ao princípio da economia processual, conclui-se que o não reconhecimento da concomitância pelo CARF resultará numa decisão administrativa prejudicada, redundante e inútil, após a prolação da sentença contrária de mérito no processo judicial que trate da mesma relação jurídica.

56. Repetindo: o não reconhecimento da concomitância tornará o julgamento administrativo desnecessário e inútil naquilo que for contrário à decisão de mérito do Poder Judiciário, simplesmente porque a coisa julgada judicial faz lei entre as partes em caráter definitivo e sua eficácia (ex tunc) não está condicionada ao resultado do julgamento do processo administrativo (arts. 467 e 468 do CPC). A decisão judicial de mérito passada em julgado tem como atributos especiais a indiscutibilidade, a imutabilidade e a coercibilidade, o que obriga o seu cumprimento pela autoridade administrativa, ainda que exista acórdão do CARF em sentido contrário.

(...)

58. Todas essas possibilidades podem ser assim resumidas: o acórdão do CARF, prolatado em processo concomitante, será existente, válido e eficaz enquanto não transitada em julgado a decisão judicial de mérito; passada em julgado a decisão judicial de mérito contrária, a decisão administrativa torna-se ineficaz. É claro que a eficácia ou ineficácia da decisão administrativa poderá ser parcial ou total, dependendo de nível da concomitância (é possível que a concomitância diga respeito a apenas uma ou a algumas causas de pedir/pedidos). Mas o certo é sempre que houver concomitância total ou parcial, prevalecerão os limites objetivos da decisão judicial de mérito.

59. Em qualquer situação, a decisão judicial de mérito prevalece, seja esta anterior ou posterior ao término do contencioso administrativo, devido aos princípios constitucionais da coisa julgada e jurisdição única. [...]

(...)

72. Ora, se uma decisão judicial mais nova revoga outra decisão judicial mais antiga, por maior razão ainda um acórdão do STF mais recente revoga (torna ineficaz) uma decisão do CARF mais antiga.

8.4. Cite-se como exemplo a situação em que uma decisão administrativa é proferida por ordem judicial liminar, que tenha por objeto aspectos preliminares como tempestividade (mencionada no item 9.2) ou afastamento da via hierárquica para observância do rito do Decreto nº 70.235, de 1972. Em virtude de não se configurar, no caso, a concomitância, já que a discussão administrativa envolve questão de direito material, o advento de decisão judicial definitiva desfavorável ao sujeito passivo apenas terá o efeito de excluir a competência do órgão julgador e determinar a declaração de nulidade de sua decisão.

8.5. A existência de ação judicial com o mesmo objeto, a despeito de obstar o curso de contencioso administrativo, na linha da Súmula nº 1 do CARF, não tem o mesmo efeito no que toca à revisão de ofício, haja vista que esta, como já apontado, não é processo para solução de litígios, mas o exercício do dever-poder unilateral da Administração de anular seus atos viciados (nesse sentido, cfr. o citado REsp 1.389.892-SP, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 26/09/2013), e deve ser efetuada independentemente de estar em curso ação judicial sobre o mesmo objeto. Feita a revisão de ofício pela autoridade fiscal, esta deve comunicar prontamente tal fato ao órgão de representação judicial competente (unidade da Procuradoria da Fazenda Nacional). Nessa linha, também deverá ser comunicado o

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

órgão do Ministério Público que porventura tenha recebido a representação fiscal para fins penais de que trata o art. 83 da Lei nº 9.430, de 1996, caso seja para revisar integralmente o lançamento antes feito, o que evidentemente ensejaria a perda de objeto da representação.

8.6. A resolução da via administrativa pode, em tese, levar à extinção do processo judicial sem resolução do mérito (caso, p.ex. o autor - o contribuinte - desista da ação). Todavia, caso a ação judicial siga seu curso com resolução do mérito, será a decisão judicial transitada em julgado a prevalecer, mesmo na hipótese de a decisão administrativa da revisão de ofício ter sido mais favorável ao contribuinte. Impõe-se, assim, a força da coisa julgada e da jurisdição única.

Da identidade de objetos dos processos administrativo e judicial

9. Poder-se-ia questionar quanto à definição da expressão "mesmo objeto" a que se reportam o ADN Cosit nº 3, de 1996, a Súmula nº 1 do CARF e a Portaria MF nº 341, de 2011. Aqui, faz-se mister diferenciar o objeto da relação jurídica substancial ou primária do objeto da relação jurídica processual. Aquele consiste no bem da vida sobre o qual recaem os interesses em conflito, in casu, o patrimônio do contribuinte; este, por sua vez, diz respeito ao serviço que o Estado tem o dever de prestar, e nos procedimentos de que este se utiliza para tanto, resultando no proferimento de decisões administrativas ou judiciais em cada processo, guardando relação de instrumentalidade com a real demanda do autor (JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. Constituição Federal Comentada. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 179).

9.1. Assim, só produz o efeito de impedir o curso normal do processo administrativo a existência de processo judicial para o julgamento de demanda idêntica, assim caracterizada aquela em que se verificam as mesmas partes, a mesma causa de pedir (fundamentos de fato - ou causa de pedir remota - e de direito - ou causa de pedir próxima) e o mesmo pedido (postulação incidente sobre o bem da vida) - a chamada teoria dos três eadem, conforme definida no art. 301, § 2º da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil - CPC), o qual ora se aplica por analogia.

9.2. Leva-se em consideração o objeto da relação jurídica substancial; se a discussão judicial se refere a questões instrumentais do processo administrativo, contra as quais se insurge o sujeito passivo da obrigação tributária, não há que se falar em desistência da instância administrativa nem em definitividade da decisão recorrida, quando nesta se discute alguma questão de direito material. Se, no entanto, a discussão administrativa gira em torno de alguma questão processual, como a tempestividade da impugnação, por exemplo, questão esta também levada à apreciação judicial, configura-se a renúncia à esfera administrativa quanto a este ponto específico.

9.3. Seguindo esse raciocínio, encontra-se entendimento na doutrina e na jurisprudência de que só se caracteriza a identidade de ações quando se verificam as mesmas partes, o mesmo pedido e a mesma causa de pedir:

19. Identidade de ações: caracterização. As partes devem ser as mesmas, não importando a ordem delas nos pólos das ações em análise. A causa de pedir, próxima e remota [...], deve ser a mesma nas ações, para que se as tenha como idênticas. O pedido, imediato e mediato, deve ser o mesmo: bem da vida e tipo de sentença judicial. Somente quando os três elementos, com suas seis subdivisões, forem iguais é que as ações serão idênticas. (JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 595)

Litispendência. Identidade de pedidos. A identidade de pedidos não caracteriza a litispendência. Somente se verifica a litispendência com a identidade de ações: as mesmas partes, o mesmo pedido e a mesma causa de pedir. (TRF-5ª, 1ª T., Ap 17299-RN, rel. Juiz Ridalvo Costa, v.u., j. 10.12.1992, JSTJ 47/583)

9.4. Vale reproduzir o seguinte excerto do Parecer PGFN/Cocat nº 2/2013:

49. Dito disso, conferimos ao instituto da concomitância no PAF o mesmo tratamento da litispendência no processo civil, pois a verificação da ausência desses dois pressupostos negativos têm como finalidade precípua evitar o processamento de causas iguais quando houver; (i) identidade das partes, (ii) da causa de pedir e (iii) do pedido (art. 301, §§ 1º e 2º, do CPC; e Súmula nº 1/CARF).

50. Com efeito, na linha do que foi afirmado no item 26, tanto a concomitância quanto a litispendência constituem requisitos de validade objetivos extrínsecos da relação processual. São pressupostos negativos, ou seja, fatos que não podem ocorrer para que o procedimento se instaure validamente. Representam acontecimentos estranhos à relação jurídica processual (daí o adjetivo "extrínseco") que, uma vez existentes, impedem a formação válida do processo (procedimento). (grifos conforme original)

9.5. Feitos esses esclarecimentos, e à vista da terminologia utilizada nos normativos retromencionados, adotar-se-á, neste parecer, o entendimento de que a expressão "mesmo objeto" diz respeito àquilo sobre o qual recairá o mérito da decisão, quando sejam idênticas as demandas. Portanto, tem-se como critérios de aplicação da impossibilidade do prosseguimento do curso normal do processo administrativo, em vista da concomitância com processo judicial, tanto o pedido como a causa de pedir, e não somente o pedido.

9.6. Seguindo essa lógica, caso o processo administrativo fiscal contenha pedido mais abrangente que o do processo judicial, ele deve ter seguimento somente em relação à parte que não esteja sendo discutida judicialmente. Se, por exemplo, a ação judicial requer a anulação de um lançamento em relação a determinada multa, mas nada diz sobre a base de cálculo do tributo, e a impugnação administrativa tratar também da discussão sobre a base de cálculo, esta parte deverá ser objeto de julgamento administrativo.

10.A prevalência, nesses casos, do curso do processo judicial se deve ao princípio constitucional da unicidade de jurisdição, insculpido no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal ("a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;"), segundo o qual o Poder Judiciário detém o monopólio do controle jurisdicional, não sendo necessário que se configure a efetiva lesão a direito, bastando a simples ameaça para que se dê o ingresso em juízo. Ademais, o caráter de não definitividade das decisões administrativas consiste na possibilidade de sua apreciação pelo Judiciário. Registre-se, ainda, a desnecessidade do esgotamento da via administrativa para o acesso ao Poder Judiciário, como ocorria no sistema constitucional revogado (CF/1967, art. 153, § 4º). (CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 312).

10.1. Outra justificativa que se pode invocar para a inadmissibilidade da concomitância entre as discussões sobre a mesma matéria nas instâncias judicial e administrativa, sob pena de se admitir um dispêndio desnecessário de recursos públicos, além do risco de se obterem decisões conflitantes, passa pelo princípio da economia processual, o qual, segundo lecionam Cintra, Grinover e Dinamarco (CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 79), "preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais". Trata-se do mesmo princípio que inspira os efeitos do instituto da litispendência no processo civil (arts. 219, 267 e 301 do CPC).

10.2. Comentando o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 6.830, de 1980, Paulsen, Ávila e Sliwka inferiram com precisão que:

A aplicação do artigo pressupõe identidade de objeto nas discussões administrativa e judicial. O parágrafo em questão tem como pressuposto o princípio da jurisdição una, ou seja, que o ato administrativo pode ser controlado pelo Judiciário e que apenas a decisão deste é que se torna definitiva, com o trânsito em julgado, prevalecendo sobre eventual decisão administrativa que tenha sido tomada ou pudesse vir a ser tomada. Considerando que o contribuinte tem direito a se defender na esfera administrativa mas que a esfera judicial prevalece sobre a administrativa, não faz sentido a sobreposição dos processos administrativo e judicial. A opção pela discussão judicial, antes do exaurimento da esfera administrativa, demonstra que o contribuinte desta abdicou, levando o seu caso diretamente ao Poder ao qual cabe dar a última palavra quanto à interpretação e à aplicação do Direito, o Judiciário. Entretanto, tal pressupõe identidade de objeto nas discussões administrativa e judicial. Caso a ação anulatória fira, e.g., a questão da constitucionalidade da norma tributária impositiva e o recurso administrativo se restrinja a discussões quanto à apuração do valor devido, em razão de questões de fato, não haverá a identidade que tornaria sem sentido a concomitância das duas esferas.

(PAULSEN, Leandro; ÁVILA, René Bergmann; SLIWKA, Ingrid Schroder. Direito Processual Tributário PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL e EXECUÇÃO FISCAL à luz da doutrina e da jurisprudência. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. p. 519) (grifou-se)

Dos efeitos da concomitância entre as instâncias administrativa e judicial

11. O assunto sub examine, qual seja, as consequências do ingresso do sujeito passivo em juízo no curso do processo administrativo fiscal, já foi objeto de minudente estudo pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), evidenciado no Parecer em Processo nº 25.046, de 22 de setembro de 1978, publicado no DOU de 10 de outubro de 1978, cuja ementa abaixo se reproduz:

Ação judicial proposta no curso de processo administrativo-fiscal - A opção pela via judicial, instância superior e autônoma, importa em desistência do recurso voluntário na esfera administrativa, com idêntico objeto. Definitividade da decisão recorrida e perda de objeto do recurso.

11.1. Referido opinativo foi elaborado por solicitação do Secretário-Geral do Ministério da Fazenda em virtude dos seguintes fatos, em síntese:

11.1.1. O então Conselho de Contribuintes (CC), ao julgar recurso interposto pela parte, tendo tomado conhecimento do seu ingresso em juízo com uma ação ordinária anulatória do auto de infração que dera origem ao processo administrativo, decidiu, por maioria de votos de sua 1ª Câmara, por "acolher a preliminar de conhecimento do recurso, mas deixar de apreciar o mérito por perda do objeto", uma vez que o aspecto legal da incidência encontrava-se sob a tutela do Poder Judiciário. Tem a seguinte redação a ementa do Acórdão nº 101-70.492, de 13 de dezembro de 1977, exarado na ocasião:

AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO. A sua propositura pressupõe a definitividade do débito fiscal e implica no abandono da instância administrativa, visto que se, por um lado, é certo que só pode ser anulado o que juridicamente existe, por outro, também é verídico que ao sujeito passivo assiste o direito de recorrer ao Poder Judiciário sem esgotar a Instância Administrativa.

11.1.2. Dessa decisão a PGFN recorreu ao Senhor Ministro da Fazenda, em conformidade com a legislação vigente à época, a saber, o art. 37, § 1º, do Decreto nº 70.235, de 1972, revogado pelo Decreto nº 83.304, de 28 de março de 1979, por entender que "a decisão impugnada contraria o disposto no art. 151, III, do Código Tributário Nacional, bem como os artigos 14 e seguintes do Decreto nº 70.235/72", pelo que deveria o processo retornar à Câmara recorrida, para o necessário julgamento do mérito.

11.2. Transcrevem-se abaixo algumas das considerações e conclusões expendidas no Parecer nº 25.046, de 1978:

30. O Decreto nº 70.235, de 6/3/72, contém as normas processuais da fase contenciosa administrativa. No pressuposto de que ocorra, já aí, a inconformidade do contribuinte.

31. O art. 62, desse Decreto, dispõe apenas sobre a suspensão da execução. E o parágrafo único permite, a par da existência de pretensão formulada em Juízo, que se complete a individualização da obrigação, fazendo nascer o título. Existindo este, materializado e individualizado, estaria finda a fase administrativa. Esta só se prolonga em razão do recurso voluntário facultado ao contribuinte.

32. Todavia, nenhum dispositivo legal ou princípio processual permite a discussão paralela da mesma matéria em instâncias diversas, sejam elas administrativas ou judiciais ou uma de cada natureza.

33. Outrossim, pela sistemática constitucional, o ato administrativo está sujeito ao controle do Poder Judiciário, sendo este último, em relação ao primeiro, instância superior e autônoma. SUPERIOR, porque pode rever, para cassar ou anular, o ato administrativo; AUTÔNOMA, porque a parte não está obrigada a percorrer, antes, as instâncias administrativas, para ingressar em Juízo. Pode fazê-lo diretamente.

34. Assim sendo, a opção pela via judicial, importa, em princípio, em renúncia às instâncias administrativas ou desistência de recurso acaso formulado.

35. Somente quando a pretensão judicial tem por objeto o próprio processo administrativo (v.g. a obrigação de decidir da autoridade administrativa; a inadmissão de recurso administrativo, válido, dado por intempestivo, ou incabível por falta de garantia, ou outra razão análoga) é que não ocorre renúncia à instância administrativa, pois aí o objeto do pedido judicial é o próprio rito do processo administrativo.

36. Inadmissível, porém, por ser ilógica e injurídica, é a existência paralela de duas iniciativas, dois procedimentos, com idêntico objeto e para o mesmo fim.

37. Portanto, desde que a parte ingressa em Juízo contra o mérito da decisão administrativa - contra o título materializado da obrigação - essa opção via superior e autônoma importa em desistência de qualquer eventual recurso porventura interposto na instância inferior.

[...]

40. Portanto, a desistência implícita do recurso torna definitiva a individualização contra a qual se recorrera, independentemente de qualquer outra declaração. E o título executivo é aquele resultante dessa decisão recorrida, que se faz definitiva.

41. A hipótese do parágrafo único do art. 62, do Decreto nº 70.235, objetiva a constituição do título executivo, para os casos previstos no caput do artigo, como v.g. no mandado de segurança preventivo. Nada impede que o fisco constitua e individualize o título, para futura e eventual cobrança, mesmo quando haja medida judicial que suspenda ou impeça essa cobrança. É que a suspensão é da cobrança e não da emissão do título executório.

III

42. Concluindo, quer nos parecer que o ajuizamento, pelo contribuinte, de ação, cujo objeto seja idêntico ou mais amplo que o do recurso administrativo, importa na desistência deste, fazendo definitiva a decisão contra a qual recorrera.

43. Por força dessa desistência ou renúncia, o recurso perde o seu objeto, e, conseqüentemente, não pode ser conhecido.

44. O disposto no parágrafo único, do art. 62, do Decreto nº 70.235, de 1972, tem por finalidade, apenas, a definitiva constituição do título, para futura e eventual cobrança, como se deixou esclarecido nos itens 32 e 42 supra.

45. Se, por uma lado, não deve ser provido o recurso, para ordenar a apreciação do mérito, cabe à autoridade ad quem declarar definitiva a decisão da 1ª instância, em razão da desistência do recurso interposto pela parte.

11.3. O então Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional subscreveu tais considerações e conclusões, aditando outras, que se reproduzem em parte:

11. Nessas condições, havendo fase litigiosa instaurada - inerente à jurisdição administrativa - pela impugnação da exigência (recurso latu sensu) seguida, ou mesmo antecedida, de propositura de ação judicial, pelo contribuinte, contra a Fazenda, objetivando, por qualquer modalidade processual - ordenatória, declaratória, ou de outro rito -, a anulação do crédito tributário, o processo administrativo fiscal deve ter prosseguimento - exceto na hipótese de mandado de segurança, ou medida liminar, específico - até a inscrição de Dívida Ativa, com decisão formal da instância em que se encontre, declaratória da definitividade da decisão recorrida, sem que o recurso (latu sensu) seja conhecido, eis que dele terá desistido o contribuinte, ao optar pela via judicial.

12. Essa, aliás, a linha doutrinária adotada pelo Egrégio Segundo Conselho de Contribuintes, presidido pelo culto Dr. Haroldo Braga Lobo.

13. Conseqüentemente, o recurso do Digno Procurador da Fazenda Nacional deve ser conhecido, para reformar o Acórdão da 1ª Câmara do Egrégio Primeiro Conselho de Contribuintes, não, porém, para ordenar ao colegiado que aprecie o recurso no mérito, mas a fim de declarar definitiva a decisão da primeira instância, pois a opção do contribuinte pela via judicial - no caso, propositura de ação ordinária objetivando a anulação do débito fiscal - importa em renúncia à via administrativa e, portanto, em desistência do recurso interposto no processo administrativo fiscal.

14. Restitua-se o processo ao Senhor Secretário-Geral deste Ministério.

11.4. Em seguida, o Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, por delegação de competência do Senhor Ministro da Fazenda, adotou o Parecer da PGFN, conhecendo do recurso interposto, para reformar o Acórdão da 1ª Câmara do 1º CC em comento, segundo o despacho abaixo:

Pelos fundamentos expostos no Parecer da Douta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que adoto, e no uso da competência que me foi delegada pelo inciso II, nº 5, da Portaria nº 300, de 13/8/75, do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, conheço do recurso

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

interposto pelo Sr. Procurador da Fazenda Nacional, para reformar o Acórdão da 1ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes, não, porém, para que o colegiado aprecie, no mérito, o recurso que lhe foi dirigido, mas a fim de declarar definitiva a decisão de primeira instância, pois a opção do contribuinte pela via judicial importa em renúncia à via administrativa e, portanto, em desistência do recurso interposto no processo administrativo fiscal. Publique-se, juntamente com o referido parecer, e restitua-se o processo ao 1º Conselho de Contribuintes.

12. Poder-se-ia alegar que as conclusões aclaradas no Parecer PGFN nº 25.046, de 1978, teriam sido afetadas pelo advento da Constituição Federal de 1988 ou pela legislação infraconstitucional superveniente.

12. Não se vislumbra, no entanto, qualquer ofensa ao direito de petição, consignado na alínea "a" do inciso XXXIV do art. 5º da CF. Além do mais, a Lei Maior não prevê o direito de utilização simultânea das vias administrativa e judicial, e sim o predomínio desta quando da escolha do administrado.

12.2. Além disso, tem-se que as disposições do Decreto-lei nº 1.737, de 1979, e da Lei nº 6.830, de 1980, parecem configurar uma evolução das ideias contidas no art. 20 do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967 (abaixo transcrito), relativas às consequências da propositura de ação anulatória do débito sem o precedente depósito, quando em trâmite o correspondente processo administrativo fiscal. Isto porque aquelas normas vêm ampliar o efeito suspensivo do depósito do montante integral do crédito tributário a outras ações que não a anulatória, bem como reafirmam a impossibilidade de discussão paralela das esferas administrativa e judicial.

Art. 20. (...)

(...)

§ 3º Sempre que se tratar de ação anulatória de dívida fiscal, e, pelo exame do processo administrativo verificar o Procurador da Fazenda Nacional que a propositura da ação não foi precedida do depósito, na repartição arrecadadora, da totalidade do crédito fiscal, promoverá a imediata inscrição da dívida ativa, preparando e remetendo ao Procurador da República a respectiva certidão para início do executivo fiscal, que prosseguirá até final, independentemente da ação proposta pelo contribuinte, a qual não induzirá litispendência.

13. Na mesma linha de entendimento, foi expedido o Parecer PGFN/CRJN/nº 1.064-93, de 1º de novembro de 1993, em resposta a consulta da RFB sobre a formalização ou não do lançamento em face da prescrição do art. 62 do Decreto nº 70.235, de 1972, o qual foi acolhido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) no Boletim Central SRF nº 165, de 17 de novembro de 1993. Assim inferiu a PGFN na ocasião:

16. Assim, há que interpretar-se (sic) este dispositivo regulamentar em consonância com o disposto no art. 151 do Código Tributário Nacional. Resulta daí, por corolário, que o legislador regulamentar não está ali a impedir que se efetue o lançamento, mesmo porque este, segundo a letra do parágrafo único do art. 142 do CTN, constitui atividade administrativa vinculada e obrigatória. Há, sim, em estrita observância ao mandamento regulamentar, que abster-se a autoridade fiscal de qualquer exigência, com relação ao sujeito passivo, com vistas ao pagamento do débito apurado.

17. Aliás, é expressa, neste sentido, a letra do parágrafo único do artigo 62 do regulamento em questão, ao estipular que, em havendo processo fiscal instaurado, este deverá ter prosseguimento, exceto quanto aos atos executórios. Destarte, se existente processo fiscal, este seguirá o seu curso normal, com a prática de todos os atos administrativos pertinentes, exceto aqueles voltados a constranger o sujeito passivo à liquidação do "quantum debeatur".

(...)

22. [...]

preexistindo processo fiscal à liminar concedida, deve aquele seguir seu curso normal, com a prática dos atos administrativos que lhe são próprios, exceto quanto aos atos executórios, que aguardarão a sentença judicial, ou, se for o caso, a perda da eficácia da medida liminar concedida.

14. A constitucionalidade do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 6.830, de 1980, foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por ocasião do julgamento do RE 233.582-2/RJ, da relatoria do Senhor Ministro Marco Aurélio, cuja ementa abaixo se transcreve:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL TRIBUTÁRIO. RECURSO ADMINISTRATIVO DESTINADO À DISCUSSÃO DA VALIDADE DE DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA. PREJUDICIALIDADE EM RAZÃO DO AJUIZAMENTO DE AÇÃO QUE TAMBÉM TENHA POR OBJETIVO DISCUTIR A VALIDADE DO MESMO CRÉDITO. ART. 38, PAR. ÚN., DA LEI 6.830/1980. O direito constitucional de petição e o princípio da legalidade não implicam a necessidade de esgotamento da via administrativa para discussão judicial da validade de crédito inscrito em Dívida Ativa da Fazenda Pública. É constitucional o art. 38, par. ún., da Lei 6.830/1980 (Lei da Execução Fiscal - LEF), que dispõe que "a propositura, pelo contribuinte, da ação prevista neste artigo [ações destinadas à discussão judicial da validade de crédito inscrito em dívida ativa] importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto". Recurso extraordinário conhecido, mas ao qual se nega provimento. (grifou-se)

14.1. Em seu voto, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa assim decidiu:

Quase sempre procuro me pautar por um certo pragmatismo, de modo que não vejo como, num país em que se clama pela racionalização da burocracia e dos meios de solução de conflito, num país com as características do nosso, se possa oferecer, se possa propugnar uma solução como esta: de deixar ao contribuinte algo parecido com uma loteria; ele tenta na via administrativa, se não funcionar, ele recorre à judicial.

Não obstante reconheça a importância do dispositivo constitucional que assegura o direito de petição, não vejo esse dispositivo como algo gritantemente inconstitucional.

14.2. O Senhor Ministro Cezar Peluso observou que "talvez fosse o caso de se fazer uma distinção; de dar uma interpretação conforme no sentido de que, se a medida judicial tiver o mesmo objeto do recurso administrativo, faz desaparecer o interesse recursal do âmbito administrativo". Segue excerto do seu voto:

É luxo demasiado a um país subdesenvolvido permitir que a mesma lide seja discutida e julgada, ao mesmo tempo, por dois órgãos do Estado, com prevalência final da sentença, em qualquer caso. Parece não haver nada mais que fazer neste país. (grifou-se)

14.3. Em seu voto-vista, concluiu o Senhor Ministro Gilmar Mendes que:

Destarte, a renúncia a essa faculdade de recorrer no âmbito administrativo e a automática desistência de eventual recurso interposto é decorrência lógica da própria opção do contribuinte de exercitar a sua defesa em conformidade com os meios que se afigurem mais favoráveis aos seus interesses.

Tem-se aqui fórmula legislativa que busca afastar a redundância da proteção, uma vez que, escolhida a ação judicial, a Administração estará integralmente submetida ao resultado da prestação jurisdicional que lhe for determinada para a composição da lide.

(...)

Não vislumbro, por isso, qualquer desproporcionalidade na cláusula que declara a prejudicialidade da tutela administrativa se o contribuinte optar por obter, desde logo, a proteção judicial devida.

15. Em suma, os efeitos da concomitância entre as instâncias administrativa e judicial, quando a pretensão na ação judicial tenha objeto idêntico ou mais amplo que o do recurso administrativo, quanto ao objeto colidente, são os seguintes:

i) renúncia às instâncias administrativas, ou desistência de eventual recurso de qualquer espécie interposto, fazendo definitivos o crédito tributário (mesmo quando ainda não impugnado) e a decisão contra a qual recorrera, ressalvada a adoção da via judicial com o mero fim de correção do rito do processo administrativo, a exemplo da obrigação de decidir da autoridade administrativa e da inadmissão de recurso administrativo válido, dado por intempestivo;

ii) por força da renúncia ou desistência, o recurso não pode ser conhecido, cabendo à autoridade ad quem emitir decisão formal declaratória da definitividade da decisão recorrida;

iii) prosseguimento do processo administrativo fiscal - exceto na hipótese de mandado de segurança, ou medida liminar, específico - até a inscrição em Dívida Ativa da União (DAU), se for o caso (ou seja, nada impede que o fisco constitua e individualize o título, para futura e eventual cobrança, mesmo quando haja medida judicial que suspenda ou impeça essa cobrança, uma vez que a suspensão é da cobrança, e não da emissão do título executório).

16. A renúncia tácita à instância administrativa, portanto, não impede que a Fazenda Pública dê prosseguimento normal aos seus procedimentos, a despeito do ingresso do sujeito passivo em juízo. Proferirá, assim, decisão formal, declaratória da definitividade do crédito tributário ainda não impugnado, da exigência discutida ou da decisão recorrida, e deixará de apreciar suas razões e de conhecer de eventual petição por ele apresentada, encaminhando o processo para inscrição em DAU do débito, quando existente, salvo a ocorrência da prescrição do crédito tributário (quando a existência da ação judicial se verifica muito tempo depois do seu ajuizamento) ou de hipótese que suspenda sua exigibilidade, nos termos dos incisos II, IV e V do art. 151 do CTN. Já que se deu o abandono da via administrativa, não faz sentido decidir administrativamente sobre algo que se encontra sob a tutela do Poder Judiciário, seja pela absoluta ineficácia dessa decisão, seja por respeito ao princípio da economia processual.

17. Saliente-se que o mesmo raciocínio aplica-se, no que couber, aos processos administrativos em que não se discuta a exigibilidade do crédito tributário lançado de ofício, mas envolvam quaisquer outras matérias de interesse do sujeito passivo, que ele opte por submeter ao exame do Poder Judiciário. Nestes casos, de igual modo, o curso do processo administrativo não será suspenso, ressalvada decisão judicial incidental determinando sua suspensão.

Da competência para declarar a concomitância

18. A competência para declarar a concomitância de instâncias e seus efeitos é da autoridade competente para decidir sobre a matéria na fase processual em que se encontra o processo administrativo, qualquer que seja o rito a que esteja submetido. Assim, até a admissibilidade da impugnação, da manifestação de inconformidade ou do recurso administrativo (hierárquico), as autoridades competentes para declarar a concomitância são o Delegado ou o Inspetor-Chefe da RFB. Admitido o recurso hierárquico e não reconsiderada a matéria, a competência para declaração da concomitância passa a ser do Superintendente da RFB. Após a admissibilidade da impugnação ou da manifestação de inconformidade, encontrando-se o processo administrativo em fase de julgamento ou diligência, ou, ainda, depois do julgamento e durante a execução do acórdão, a autoridade competente para tanto é o Delegado da DRJ em primeira instância e o Presidente do CARF em segunda instância.

18.1. Se, no ato da impugnação do lançamento, o interessado não informar que a matéria impugnada foi submetida à apreciação judicial, em desobediência ao disposto no inciso V do art. 16 do Decreto nº 70.235, de 1972, e ficar constatada a concomitância total ou parcial com processo judicial, deverá o Delegado ou o Inspetor-Chefe da RFB negar o seguimento da impugnação quanto ao objeto coincidente por não atendimento a requisito legal, nos termos do art. 302, inciso XIII, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012. O mesmo se aplica a manifestação de inconformidade e recurso voluntário.

18.2. Na hipótese do item 18.1, não se constatando a concomitância total ou parcial com processo judicial no ato da impugnação ou da manifestação de inconformidade, e vindo o processo administrativo a ser julgado pela DRJ ou pelo CARF mediante decisão proferida sem conhecimento da concomitância, esta deve ser reportada ao órgão julgador tão logo seja identificada, para que declare a nulidade de sua decisão.

Da extinção do processo judicial sem resolução de mérito

19. Cabe a análise do aspecto concernente à opção do contribuinte pela discussão da matéria controvertida no âmbito judicial, em que se decidiu pela extinção do processo sem resolução do mérito, por uma das hipóteses listadas de forma não taxativa no art. 267 do CPC, o que poderia provocar dúvidas quanto à possibilidade de se retomar o julgamento administrativo da lide quanto ao objeto colidente.

19.1. Entende-se que a renúncia às instâncias administrativas, em decorrência da opção pela via judicial, é definitiva, insuscetível de retratação, mesmo porque, embora se trate de uma forma anormal de extinção do processo (a normal seria com resolução de mérito), é uma das duas formas possíveis, colocadas lado a lado nos arts. 267 e 269 do CPC. Ainda, o art. 268 do CPC faculta ao autor intentar de novo a ação judicial quando foi extinto o processo sem resolução de mérito, salvo as hipóteses ali trazidas. Nessa linha:

O direito atual dá mostras patentes e até desnecessárias de não aceitar esse sistema de extinção do direito. Já no plano infraconstitucional, a permissão de repropor em juízo a mesma pretensão depois de extinto o processo sem julgamento do mérito (CPC, arts. 28 e 268) tem por óbvia premissa a subsistência do direito apesar da experiência processual frustrada. Nem poderia ser de outro modo, porque dar por extinto o direito nessa situação, ou mesmo fechar as portas do Poder Judiciário para sua defesa, seriam efeitos abertamente transgressivos às garantias constitucionais de acesso à justiça e do devido processo legal (supra, nn. 94-95). Essa transgressão ocorreria tanto pela extinção do próprio direito pleiteado, como também, a fortiori, dos direitos concorrentes não pleiteados. No direito moderno a propositura da demanda não tem esse efeito extintivo.

(DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. v. II. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 55-57)

19.2. As hipóteses que ensejam a extinção do processo sem resolução de mérito, previstas no art. 267 do CPC, configuram, na verdade, questões preliminares que, se verificadas, impedem o exame do mérito (à semelhança do que prevê o art. 28 do Decreto nº 70.235, de 1972, abaixo reproduzido), o que pode dar azo a novo pleito na via judicial sobre a questão versada nos autos.

Art. 28. Na decisão em que for julgada questão preliminar será também julgado o mérito, salvo quando incompatíveis, e dela constará o indeferimento fundamentado do pedido de diligência ou perícia, se for o caso. (Redação dada pela Lei nº 8.748, de 1993)

19.3. Tendo propiciado a extinção do processo na forma do art. 267 do CPC, deve o contribuinte arcar com o ônus da irreversibilidade da renúncia à via administrativa, materializada pela escolha da seara judicial.

20. Interessante discorrer, neste ponto, sobre a decisão exarada em Embargos de Declaração interpostos pela Fazenda Nacional no REsp nº 840.556-AM, em face do acórdão prolatado pela Colenda Primeira Turma do STJ. Vide a ementa do acórdão originário antes de sua correção mediante embargos:

TRIBUTÁRIO. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO JUDICIAL. RENÚNCIA DE RECORRER NA ESFERA ADMINISTRATIVA. IDENTIDADE DO OBJETO. ART. 38, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 6.830/80.

1. Incide o parágrafo único do art. 38, da Lei nº 6.830/80, quando a demanda administrativa versar sobre objeto menor ou idêntico ao da ação judicial.

2. A exegese dada ao dispositivo revela que: "O parágrafo em questão tem como pressuposto o princípio da jurisdição una, ou seja, que o ato administrativo pode ser controlado pelo Judiciário e que apenas a decisão deste é que se torna definitiva, com o trânsito em julgado, prevalecendo sobre eventual decisão administrativa que tenha sido tomada ou pudesse vir a ser tomada. (...) Entretanto, tal pressupõe a identidade de objeto nas discussões administrativa e judicial". (Leandro Paulsen e René Bergmann Ávila. Direito Processual Tributário. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 349).

3. In casu, os mandados de segurança preventivos, impetrados com a finalidade de recolher o imposto a menor, e evitar que o fisco efetue o lançamento a maior, comporta o objeto da ação anulatória do lançamento na via administrativa, guardando relação de excludência.

4. Destarte, há nítido reflexo entre o objeto do mandamus - tutelar o direito da contribuinte de recolher o tributo a menor (pedido imediato) e evitar que o fisco efetue o lançamento sem o devido desconto (pedido mediato) - com aquele apresentado na esfera administrativa, qual seja, anular o lançamento efetuado a maior (pedido imediato) e reconhecer o direito da contribuinte em recolher o tributo a menor (pedido mediato).

5. Originárias de uma mesma relação jurídica de direito material, despicienda a defesa na via administrativa quando seu objeto subjuga-se ao versado na via judicial, face a preponderância do mérito pronunciado na instância jurisdicional.

6. Mutatis mutandis, mencionada exclusão não pode ser tomada com foros absolutos, porquanto, a contrario sensu, torna-se possível demandas paralelas quando o objeto da instância administrativa for mais amplo que a judicial.

7. Outrossim, nada impede o reingresso da contribuinte na via administrativa, caso a demanda judicial seja extinto sem julgamento de mérito (CPC, art. 267), pelo que não estará solucionado a relação do direito material.

8. Recurso Especial provido, divergindo do ministro relator. (grifou-se)

20.1. Apontando contradição no julgamento, a Fazenda Nacional interpôs os aludidos embargos, argumentando que o acórdão incorreu em obscuridade ao fazer a afirmação contida no item 7 da ementa acima transcrita, tendo em vista que o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 6.830, de 1980, não exige que a demanda judicial seja

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

apreciada com resolução do mérito, referindo-se apenas à propositura da ação judicial.

20.2. Com isso, a Fazenda faz os seguintes questionamentos:

c) Indaga-se: tendo em vista a natural demora da tramitação de um processo judicial, vindo este a transitar em julgado, com extinção do processo sem julgamento do mérito, a possibilidade de reingresso na esfera administrativa, tal como admitida no v. acórdão embargado, implicaria na anulação de todos os atos ali praticados, vale dizer, reabertura de prazo para impugnação, se for o caso, conhecimento e julgamento do recurso/impugnação interposto, ou apenas este último?

d) Por outro lado, se já ajuizada a execução fiscal - uma vez que definitiva a constituição do crédito tributário na forma dos artigos 42 e 43 do Decreto 70.235/72 - e admitindo como positivo a resposta à indagação anterior igualmente se poderia falar em nulificação até dos atos judiciais praticados no âmbito do processo de execução, considerando-se que, neste caso, poderia o contribuinte deduzir, nos embargos do devedor, toda a matéria útil à defesa, na forma do art. 16, § 2º, da Lei n.º 6.830/80?

e) admitir tal possibilidade coloca em risco os princípios que se pretendeu prestigiar, qual seja, o da economia e da celeridade processual.

20.3. Os Embargos de Declaração foram acolhidos com base nas disposições do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 6.830, de 1980, do qual se extrai que o ingresso do contribuinte na via judicial importa em renúncia ao poder de recorrer na via administrativa, ou desistência do recurso interposto, e não em suspensão. Daí resultou a alteração do item 7 da ementa do acórdão, que passou a ter a redação abaixo, com os grifos originais:

7. Insta observar que o ingresso do contribuinte na via judicial importa em renúncia da via administrativa, ou desistência do recurso interposto, e não em suspensão, nos exatos termos do parágrafo único, do art. 38, da Lei nº 6.830/80, verbis:

Parágrafo único. A propositura, pelo contribuinte, da ação prevista neste artigo importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto.

20.4. Assim sendo, a definitividade da renúncia às instâncias administrativas alcança: (i) os casos em que foi formulada a impugnação do lançamento, apresentada a manifestação de inconformidade ou interposto o recurso administrativo correspondente (inclusive nos processos que não envolvem crédito tributário) antes da opção pela via judicial; e (ii) os casos em que esta opção, na hipótese de propositura de ação preventiva, precedeu a impugnação, a manifestação de inconformidade ou o recurso, mesmo que o prazo para ingressar na via administrativa ainda não tenha sido fulminado pela perempção. Isto porque o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 6.830, de 1980, traz como consequências da propositura de ação judicial: i) a desistência do recurso administrativo acaso interposto e ii) a renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa.

20.5. Por fim, não importa se a ação judicial foi extinta com ou sem resolução do mérito, já que, como argumentou a Fazenda Nacional nos embargos retromencionados, o dispositivo em referência não condiciona a renúncia à via administrativa à apreciação da demanda judicial com resolução do mérito, referindo-se apenas à propositura da ação judicial (aí incluídos os casos de petição inicial inepta - arts. 267, inciso I, e 295 do CPC).

Conclusão

21. Por todo o exposto, conclui-se que:

a) a propositura pelo contribuinte de ação judicial de qualquer espécie contra a Fazenda Pública, em qualquer momento, com o mesmo objeto (mesma causa de pedir e mesmo pedido) ou objeto maior, implica renúncia às instâncias administrativas, ou desistência de eventual recurso de qualquer espécie interposto, exceto quando a adoção da via judicial tenha por escopo a correção de procedimentos adjetivos ou processuais da Administração Tributária, tais como questões sobre rito, prazo e competência;

b) por conseguinte, quando diferentes os objetos do processo judicial e do processo administrativo, este terá prosseguimento normal no que concerne à matéria distinta;

c) a renúncia às instâncias administrativas abrange os processos de constituição de crédito tributário, de reconhecimento de direito creditório do contribuinte (restituição, ressarcimento e compensação), de aplicação de pena de perdimento e qualquer outro processo que envolva a aplicação da legislação tributária ou aduaneira;

d) a decisão judicial transitada em julgado, seja esta anterior ou posterior ao término do contencioso administrativo, prevalece sobre a decisão administrativa, mesmo quando aquela tenha sido desfavorável ao contribuinte e esta lhe tenha sido favorável;

e) a renúncia às instâncias administrativas não impede que a Fazenda Pública dê prosseguimento normal aos seus procedimentos, a despeito do ingresso do sujeito passivo em juízo; proferirá, assim, decisão formal, declaratória da definitividade da exigência discutida ou da decisão recorrida, e deixará de apreciar suas razões e de conhecer de eventual petição por ele apresentada, encaminhando o processo para a inscrição em DAU do débito, quando existente, salvo a ocorrência de hipótese que suspenda a exigibilidade do crédito tributário, nos termos dos incisos II, IV e V do art. 151 do CTN;

f) o mesmo raciocínio se aplica, no que couber, aos processos administrativos em que não se discuta a exigibilidade do crédito tributário lançado de ofício, mas envolvam quaisquer outras matérias de interesse do sujeito passivo, que ele opte por submeter ao exame do Poder Judiciário (nestes casos, de igual modo, o curso do processo administrativo não será suspenso, ressalvada decisão judicial incidental determinando sua suspensão);

g) a competência para declarar a concomitância de instâncias e seus efeitos é da autoridade competente para decidir sobre a matéria na fase processual em que se encontra o processo administrativo, qualquer que seja o rito a que esteja submetido;

h) se, no ato da impugnação do lançamento, da manifestação de inconformidade ou da interposição de qualquer espécie de recurso, o interessado não informar que a matéria impugnada foi submetida à apreciação judicial, em desobediência ao disposto no inciso V do art. 16 do Decreto nº 70.235, de 1972, e ficar constatada a concomitância total ou parcial com processo judicial, deverá o Delegado ou o Inspetor-Chefe da RFB negar o seguimento da impugnação ou da manifestação quanto ao objeto coincidente;

i) é irrelevante, na espécie, que o processo judicial tenha sido extinto sem resolução de mérito, na forma do art. 267 do CPC, pois a renúncia às instâncias administrativas, em decorrência da opção pela via judicial, é definitiva, insuscetível de retratação;

j) a definitividade da renúncia às instâncias administrativas independe de o recurso administrativo ter sido interposto antes ou após o ajuizamento da ação;

k) o disposto neste Parecer aplica-se de igual modo a qualquer modalidade de processo administrativo no âmbito da RFB, ainda que sujeito a rito processual diverso do Decreto nº 70.235, de 1972;

l) a configuração da concomitância entre as esferas administrativa e judicial não impede a aplicação do disposto no art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, c/c a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 12 de fevereiro de 2014;

m) ficam revogados o Parecer MF/SRF/COSIT/GAB nº 27, de 13 de fevereiro de 1996 e o ADN Cosit nº 3, de 14 de fevereiro de 1996.

À consideração superior.

OLÍVIA CARLA CUSTÓDIO DO AMARAL
Auditora-Fiscal da RFB

De acordo. À consideração do Coordenador da Copen.

EDUARDO GABRIEL DE GÓES VIEIRA FERREIRA FOGAÇA
Auditor-Fiscal da RFB
Chefe da Dinog

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral da Cosit.

MIRZA MENDES REIS
Auditora-Fiscal da RFB
Coordenadora da Copen

De acordo. Encaminhe-se ao Subsecretário de Tributação e Contencioso.

FERNANDO MOMBELLI
Auditor-Fiscal da RFB
Coordenador-Geral da Cosit

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário da Receita Federal do Brasil para aprovação.

PAULO RICARDO DE SOUZA CARDOSO
Auditor-Fiscal da RFB
Subsecretário de Tributação e Contencioso

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU em 17 de maio de 2012; nos termos dos artigos: 81, § 5º, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e nos termos dos artigos: 37, inciso II; 39, inciso I, § 3º; 43, § 3º, incisos I, alínea b, da Instrução Normativa RFB nº 1.470/2014, de 30/05/2014, e, ainda, de acordo com o que ficou apurado no processo administrativo nº 12266.723425/2014-62, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica LIFE PAPER COMERCIO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ nº 14.645.100/0001-80, por não ter sido localizada no endereço informado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

LEONARDO BARBOSA FROTA

RETIFICAÇÕES

No Ato Declaratório Executivo DRF/Manaus nº 60, publicado no DOU nº 146 de 01/08/2014, Seção 1, pág. 51, em nome da empresa LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 01.166.372/0008-21.

Onde se lê: O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010; atendidas as exigências do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, alterado pelo Decreto nº 6.810, de 30/03/2009; da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de Agosto de 2001; da IN SRF nº 267/2002; com base no LAUDO CONSTITUTIVO Nº 203/2013 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo nº 18365.720479/2014-34, declara:

Leia-se: O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus/AM, com base na competência delegada pela Portaria DRF/MNS/AM n° 71 de 09 de junho de 2014 (D.O.U. 12/06/2014), e, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto no 4.212, de 26 de abril de 2002; do art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; do art. 69 da Lei no 12.175, de 17 de setembro de 2012; com base no LAUDO CONSTITUTIVO Nº 203/2013 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo nº 18365.720479/2014-34, declara:

No Ato Declaratório Executivo DRF/Manaus nº 61, publicado no DOU nº 146 de 01/08/2014, Seção 1, pág. 51, em nome da empresa LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 01.166.372/0008-21.

Onde se lê: O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010; atendidas as exigências do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, alterado pelo Decreto nº 6.810, de 30/03/2009; da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de Agosto de 2001; da IN SRF nº 267/2002; com base no LAUDO CONSTITUTIVO Nº 202/2013 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo nº 18365.720480/2014-69, declara:

Leia-se: O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus/AM, com base na competência delegada pela Portaria DRF/MNS/AM n° 71 de 09 de junho de 2014 (D.O.U. 12/06/2014), e, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto no 4.212, de 26 de abril de 2002; do art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; do art. 69 da Lei no 12.175, de 17 de setembro de 2012; com base no LAUDO CONSTITUTIVO Nº 202/2013 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo nº 18365.720480/2014-69

No Ato Declaratório Executivo DRF/Manaus nº 63, publicado no DOU nº 146 de 01/08/2014, Seção 1, pág. 51, em nome da empresa LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 01.166.372/0008-21.

Onde se lê: O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010; atendidas as exigências do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, alterado pelo Decreto nº 6.810, de 30/03/2009; da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de Agosto de 2001; da IN SRF nº 267/2002; com base no LAUDO CONSTITUTIVO Nº 196/2013 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo nº 18365.720482/2014-58, declara:

Leia-se: O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus/AM, com base na competência delegada pela Portaria DRF/MNS/AM n° 71 de 09 de junho de 2014 (D.O.U. 12/06/2014), e, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto no 4.212, de 26 de abril de 2002; do art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; do art. 69 da Lei no 12.175, de 17 de setembro de 2012; com base no LAUDO CONSTITUTIVO Nº 196/2013 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo nº 18365.720482/2014-58, declara:

No Ato Declaratório Executivo DRF/Manaus nº 64, publicado no DOU nº 146 de 01/08/2014, Seção 1, pág. 51, em nome da empresa LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 01.166.372/0008-21.

Onde se lê: O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010; atendidas as exigências do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, alterado pelo Decreto nº 6.810, de 30/03/2009; da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de Agosto de 2001; da IN SRF nº 267/2002; com base no LAUDO CONSTITUTIVO Nº 197/2013 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo nº 18365.720483/2014-01, declara:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Leia-se: O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus/AM, com base na competência delegada pela Portaria DRF/MNS/AM n° 71 de 09 de junho de 2014 (D.O.U. 12/06/2014), e, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto no 4.212, de 26 de abril de 2002; do art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; do art. 69 da Lei no 12.175, de 17 de setembro de 2012; com base no LAUDO CONSTITUTIVO Nº 197/2013 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo nº 18365.720483/2014-01, declara:

No Ato Declaratório Executivo DRF/Manaus nº 65, publicado no DOU nº 146 de 01/08/2014, Seção 1, pág. 51, em nome da empresa LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 01.166.372/0008-21.

Onde se lê: O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010; atendidas as exigências do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, alterado pelo Decreto nº 6.810, de 30/03/2009; da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de Agosto de 2001; da IN SRF nº 267/2002; com base no LAUDO CONSTITUTIVO Nº 198/2013 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo nº 18365.720484/2014-47, declara:

Leia-se: O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus/AM, com base na competência delegada pela Portaria DRF/MNS/AM n° 71 de 09 de junho de 2014 (D.O.U. 12/06/2014), e, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto no 4.212, de 26 de abril de 2002; do art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; do art. 69 da Lei no 12.175, de 17 de setembro de 2012; com base no LAUDO CONSTITUTIVO Nº 198/2013 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo nº 18365.720484/2014-47, declara:

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 19 DE AGOSTO DE 2014

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus/AM, com base na competência delegada pela Portaria DRF/MNS/AM no 71, de 09 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 12 de junho de 2014, e, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto no 4.212, de 26 de abril de 2002; do art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; do art. 69 da Lei no 12.175, de 17 de setembro de 2012; com base no LAUDO CONSTITUTIVO No 023/2013, de 2 de julho de 2013, emitido pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, do Ministério da Integração Nacional e conforme consta no processo administrativo no 18365.721140/2014-55, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa ADITEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ADITIVOS QUÍMICOS LTDA., CNPJ no 06.149.282/0001-70, à redução de 75% do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2013.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 68, DE 19 DE AGOSTO DE 2014

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus/AM, com base na competência delegada pela Portaria DRF/MNS/AM no 71, de 09 de junho de 2014 (DOU 12/06/2014), e, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto no 4.212, de 26 de abril de 2002; do art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; do art. 69 da Lei no 12.175, de 17 de setembro de 2012; com base no LAUDO CONSTITUTIVO No 014/2013, de 20 de maio de 2013, emitido pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, do Ministério da Integração Nacional e conforme consta no processo administrativo no 18365.722360/2013-15, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa MAGNUM INDÚSTRIA DA AMAZÔNIA S/A, CNPJ no 63.715.510/0001-65, à redução de 75% do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2013.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO-RO, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo 3.º do art. 810 do Decreto n.º 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto n.º 7.213, de 15 de junho de 2010, e com base no que consta nos autos do processo administrativo em referência, declara:

Art. 1.º Com fundamento nos §§ 4.º e 5.º do art. 810 do Regulamento Aduaneiro, fica inscrito no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o peticionário abaixo identificado:

NOME	CPF	N.º DO PROCESSO
CLEITON RIOS MOREIRA	697.130.732-15	10240.721038/2014-54

Art. 2.º O interessado relacionado no art. 1.º deverá se inscrever no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros e de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, por meio do Sistema CADADUANA, nos termos do art. 9.º da Instrução Normativa RFB n.º 1.273, de 6 de junho de 2012, e dos arts. 1.º e 2.º do Ato Declaratório Executivo Coana n.º 16, de 8 de junho de 2012.

Art. 3.º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLAUDINEY CUBEIRO DOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Declara NULA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de pessoa jurídica, por multiplicidade.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO - RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos §§ 1º e 2º, inciso I do Art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e o que consta do processo administrativo nº 10240.721088/2014-31, declara:

Art.1º Nula a inscrição nº 20.663.251/0001-63, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, de ARAUJO CENTRO AUTOMOTIVO EIRELI - ME, por atribuição de mais de um número de inscrição no CNPJ para o mesmo estabelecimento.

Art.2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDINEY CUBEIRO DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Concede às empresas que menciona o regime especial de substituição tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 2010.

A SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 04 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 10480.724906/2014-25, declara:

Art. 1º. Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 2010, sendo identificado na condição de contribuinte SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa BRASALPLA PERNAMBUCO - INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA., CNPJ nº 09.292.229/0001-11, e na condição de contribuinte SUBSTITUÍDO o estabelecimento da empresa M&G POLÍMEROS BRASIL S/A., CNPJ nº 07.079.511/0001-90.

Art. 2º. Aplica-se o regime aos produtos abaixo relacionados, os quais serão remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código/TIPI	Alíquota
Poli (Tereftalato de Etileno)	3907.60.00	5%

Art. 3º. Os produtos constantes do art. 2º serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização dos seguintes produtos:

Descrição do Produto	Finalidade	Código/TIPI	Alíquota
Esboços de garrafas de plástico - Pré-forma	Produção de garrafas	3923.30.00 Ex. 01	0%

Art. 4º. Este ADE não convalida a classificação fiscal nem a correspondente alíquota dos produtos mencionados nos arts. 2º e 3º.

Art. 5º. O presente regime será válido pelo prazo de 24 (vinte e quatro meses), com início em 01/09/2014 e término em 31/08/2016, enquanto não ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 2010, podendo ser, a qualquer tempo, alterado a pedido ou de ofício ou, ainda, ser cancelado a pedido.

Art. 6º. Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído devera constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE SRRF nº 16/2014, de 25 de agosto de 2014", sendo vedado o destaque do imposto suspenso, bem como sua utilização como crédito.

Art. 7º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA MARIA GASPARINI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMAÇARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMAÇARI - BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento no art. 37, incisos I e II, e no art. 39, incisos I e II, c/c o art. 38, § 2º, e o art. 39, § 3º, ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 03.256.825/0001-60, em nome da pessoa jurídica BAHIA ENGENHARIA LTDA - EPP, em face da ocorrência das situações previstas nos incisos I e II do artigo 37 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, observado o que consta do processo administrativo nº 13502.720973/2014-63.

Art. 2º Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica acima citada, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, em face do disposto no artigo 43 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GLADISTOM MATOS SILVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMAÇARI - BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento no art. 37, incisos I e II, e no art. 39, incisos I e II, c/c o art. 38, § 2º, e o art. 39, § 3º, ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 08.916.933/0001-35, em nome da pessoa jurídica MECFLORA - MECANIZAÇÃO FLORESTAL LTDA - ME, em face da ocorrência das situações previstas nos incisos I e II do artigo 37 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, observado o que consta do processo administrativo nº 13502-720867/2014-80.

Art. 2º Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica acima citada, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, em face do disposto no artigo 43 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GLADISTOM MATOS SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Anula ato praticado perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA - BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento no § 1º do artigo 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º Anulado o ato de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica PONTO DAS MADEIRAS LTDA - ME, CNPJ nº 04.289.961/0001-19, com fundamento no disposto no inciso I do artigo 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, observado ainda o que consta do processo administrativo nº 10530.724005/2013-10.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, conforme o disposto no § 2º do artigo 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

ARISTON MATOS ROCHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 129, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

Declara e Comunica o cancelamento de inscrição no cadastro CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e considerando o disposto nos artigos 30 e 31, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Cancelada de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, a inscrição nº 111.135.626-25 nome da contribuinte DEMILSON CARVALHO DE OLIVEIRA, de acordo com as informações contidas no Processo Administrativo nº 10680.721275/2013-55.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 130, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

Declara e Comunica o cancelamento de inscrição no cadastro CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e considerando o disposto nos artigos 30 e 31, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Canceladas de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, as inscrições nº 108.176.306-00, nº 107.285.096-60 e nº 110.507.406-45 nome do contribuinte PAULO HENRIQUE SANTOS MARQUES, de acordo com as informações contidas no Processo Administrativo nº 10680.721337/2013-29.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 19 DE AGOSTO DE 2014

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O CHEFE-SUBSTITUTO DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS-MG, no uso da competência que lhe foi delegada pelo pelo inciso II do Artigo 1º e incisos VI e VII do art. 5º da Portaria DRF/DIV n° 054, de 14 de novembro de 2013, publicada no DOU de 18.11.2013, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI) - e no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 866/2008, declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

OCIMAR JOSÉ MARTINS

ANEXO ÚNICO

Classificação de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
13.085.837/0001-22	FAMOSINHA DE MINAS	Até 180ml	2208.40.00	C
13.085.837/0001-22	FAMOSINHA DE MINAS	De 181ml até 375ml	2208.40.00	H
13.085.837/0001-22	SANTUARIO DE MINAS	Até 180ml	2208.40.00	C
13.085.837/0001-22	SANTUARIO DE MINAS	De 181ml até 375ml	2208.40.00	H
13.085.837/0001-22	DONA BRANCA	Até 180ml	2208.40.00	C
13.085.837/0001-22	DONA BRANCA	De 181ml até 375ml	2208.40.00	F
13.085.837/0001-22	BURITI OURO	Até 180ml	2208.40.00	C
13.085.837/0001-22	BURITI OURO	De 181ml até 375ml	2208.40.00	H
13.085.837/0001-22	BURITI OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	N
13.085.837/0001-22	O ANDANTE OURO	De 376ml até 670ml	2208.40.00	M
13.085.837/0001-22	O ANDANTE OURO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	N
13.085.837/0001-22	O ANDANTE PRATA	De 376ml até 670ml	2208.40.00	K
13.085.837/0001-22	O ANDANTE AMBURANA	De 181ml até 375ml	2208.40.00	G
13.085.837/0001-22	O ANDANTE AMBURANA	De 376ml até 670ml	2208.40.00	L

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 55, DE 30 DE JULHO DE 2014

Contribuinte: NEWSMETAL COMÉRCIO DE METAIS E RESINAS LTDA. CNPJ: 12.985.232/0001-25. Processo: 15563.720189/2014-66.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 37, inciso II, 39, inciso, II, parágrafo 2º, e 43, parágrafo 3º, inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º - Baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 12.985.232/0001-25 da empresa NEWSMETAL COMÉRCIO DE METAIS E RESINAS LTDA, por ter sido apurada a inexistência de fato da empresa conforme disposto no artigo 27, da IN RFB nº 1.183/2011 e de acordo com o apurado no processo administrativo fiscal nº 15563.720189/2014-66.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º- Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 30 DE JULHO DE 2014

Contribuinte: NEWSMETAL COMÉRCIO DE METAIS E RESINAS LTDA. CNPJ: 12.985.232/0001-25. Processo: 15563.720188/2014-11.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 37, inciso II, 39, inciso, II, parágrafo 2º, e 43, parágrafo 3º, inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º - INIDÔNEAS, para todos os fins tributários, todas as Notas Fiscais emitidas pela empresa NEWSMETAL COMÉRCIO DE METAIS E RESINAS LTDA., CNPJ nº 12.985.232/0001-25, haja vista serem ideologicamente falsas, e, portanto, imprestáveis e ineficazes para a dedução da base de cálculo de Imposto de Renda, Crédito Presumido, ou qualquer outro tipo de benefício fiscal por quaisquer usuários, em razão ao contido na SUMULA ADMINISTRATIVA DE DOCUMENTAÇÃO TRIBUTARIAMENTE INEFICAZES, objeto do Processo Administrativo nº 15563.720188/2014-11.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 141, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e alterações, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, parágrafo 1º, da Lei 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e no artigo 40, § 2o da IN RFB nº 1.470/2014, declara:

Art. 1º - Considerando que a pessoa jurídica abaixo identificada não comprovou a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência de recursos empregados em operações de comércio exterior, nos termos do artigo 37, inciso III da IN RFB nº 1.470/2014, DECLARA INAPTA a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados os documentos por ela emitidos a partir de 17/07/2012.

EMPRESA: 4M CONSULTING CONSULTORIA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS LTDA - ME

CNPJ: 07.232.758/0001-02

PROCESSO: 10074.721250/2014-81

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 142, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.035632/0514-49, com fulcro nos artigos 4º, II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada FRANK'S INTERNATIONAL LTDA, CNPJ nº 03.945.240/0001-57, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é KAROON PETRÓLEO E GAS LTDA, CNPJ nº 09.347.916/0001-97.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art 5º Fica revogado o ADE nº 77 de 14/05/2014, publicado no Diario Oficial da União da data 16/05/2014, no que concerne aos contratos celebrados com a operadora KAROON PETRÓLEO E GAS LTDA, CNPJ nº 09.347.916/0001-97, permanecendo em vigor aqueles celebrados com outras operadoras.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Cancela e inclui inscrições no Registro de Despachantes Aduaneiros e no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 224, 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovada pela Portaria MF 203, de 14/05/2012, publicada no DOU em 17/05/2012, bem como o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759/2009, publicado no DOU em 06/02/2009, com redação dada pelo Decreto nº 7.213/2010, publicado no DOU em 16/06/2010, resolve:

Art. 1º Cancelar, no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

REGISTRO	NOME	CPF	PROCESSO
8A.11.061	ADRIANA CRISTINA GARUTTI	223.720.028-99	10831.721482/2013-39
8A.13.734	ALESSANDRO PAULINO DE OLIVEIRA	371.291.138-63	10831.722050/2013-45
8A.13.661	DIEGO DE ALMEIDA ROSSI	361.059.358-03	10831.723137/2012-59
8A.11.980	DIEGO LOURENÇO DA SILVA	341.626.678-10	10831.723134/2012-15
8A.08.243	FÁBIO DE OLIVEIRA MANZATO	291.077.648-47	10831.721771/2013-38
8A.13.596	LINCOLN FONSECA SILVA	062.219.086-55	10831.720240/2013-28
8A.08.106	MARIA DE FATIMA ALMEIDA ROSSI	025.021.588-85	10831.723147/2012-94
8A.13.267	OMAR DA SILVA GAMA	227.903.568-58	10831.720279/2013-45
8A.13.269	ROBSON MARCIANO BAPTISTA	363.801.268-99	10831.720906/2013-48
8A.06.846	SILVIO ALBERTO BALLERINI FILHO	187.799.688-21	10831.721547/2013-46
8A.11.604	WILLIAM GRACIANO	331.848.708-20	10831.720400/2013-39

Art. 2° Incluir, no Registro de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

NOME	CPF	PROCESSO
ADRIANA CRISTINA GARUTTI	223.720.028-99	10831.721482/2013-39
ALESSANDRO PAULINO DE OLIVEIRA	371.291.138-63	10831.722050/2013-45
DIEGO DE ALMEIDA ROSSI	361.059.358-03	10831.723137/2012-59
DIEGO LOURENÇO DA SILVA	341.626.678-10	10831.723134/2012-15
FABIO DE OLIVEIRA MANZATO	291.077.648-47	10831.721771/2013-38
LINCOLN FONSECA SILVA	062.219.086-55	10831.720240/2013-28
MARIA DE FATIMA ALMEIDA ROSSI	025.021.588-85	10831.723147/2012-94
OMAR DA SILVA GAMA	227.903.568-58	10831.720279/2013-45
ROBSON MARCIANO BAPTISTA	363.801.268-99	10831.720906/2013-48
SILVIO ALBERTO BALLERINI FILHO	187.799.688-21	10831.721547/2013-46
WILLIAM GRACIANO	331.848.708-20	10831.720400/2013-39

Art. 3° Cancelar, em razão do Processo nº 10831.721091/2014-03, com base no Mandado de Segurança nº 0015631-08-1994.403.6100/SP, a seguinte inscrição:

NOME	CPF	PROCESSO
GENIVALDO ULISSES DE OLIVEIRA	154.629.098-29	10831.721091/2014-03

Art. 4° Incluir, no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

NOME	CPF	PROCESSO
CAIO CEZAR OLIVEIRA PEREIRA	373.721.398-48	10831.720380/2013-04
CAMILA BORIN BONFIM	393.191.928-55	10831.720381/2013-41
CAROLINA DOS REIS COUTINHO	430.669.398-80	10831.720307/2013-24
EDVALDO PIACENTE	053.617.388-59	10831.723141/2012-17
ELIAS FREIRE BRITO	483.809.113-34	10831.720241/2013-72
ELIS MARIANY DA CRUZ	365.380.888-05	10831.722316/2013-50
ERICK SOLERA SANTOS	431.656.238-05	10831.724460/2013-21
EVERALDO SILVA	140.908.098-60	10831.720243/2013-61
JAINER DE SOUZA OLIVEIRA	389.285.558-76	10831.724309/2013-92
KELLY KARILA CORDEIRO DOS SANTOS	412.130.108-02	10831.723381/2013-01
LUCAS HENRIQUE DE SOUZA TOPA	366.268.168-45	10831.721770/2013-93
LUIZ HENRIQUE OBERST	404.994.858-31	10831.720999/2013-19
MARCELO LUIS DE JESUS FIGUEIRA	392.993.518-05	10831.721907/2012-29
MARCIO GOMES ISRAEL DA SILVA	215.782.568-10	10831.722602/2013-15
MARCOS ALEXANDRE MACHADO	403.417.198-70	10831.722010/2013-01
PAOLA LUCCHINI JOLY	287.903.668-24	10831.724066/2013-92
RAIZA DE OLIVEIRA ARANTES	414.275.958-28	10831.722760/2013-75
RENATO BASSETTO ZAMBON	411.414.438-21	10831.720785/2013-34
RENATO FERNANDO FRANÇOZO	229.819.078-08	10831.722317/2013-02
RICARDO JOSE RIBEIRO MOREIRA	096.942.878-20	10831.721365/2013-75
SARA DE SOUSA CANDIDO	215.919.748-36	10831.721903/2012-41
THIAGO AUGUSTO UCHOA	324.027.318-77	10831.722704/2013-31
VALÉRIA DE JESUS BERTO	313.571.298-23	10831.723102/2012-10
VANESSA DE FATIMA GUEDES PINTO	362.408.298-11	10831.723100/2013-10
WLADJA APARECIDA VIANA DE SOUZA	364.426.098-20	10831.721841/2013-58

Art. 5° Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União. Os profissionais ora nomeados deverão realizar os procedimentos de inclusão no sistema informatizado de que trata a Instrução Normativa RFB 1.273/2012, publicada no DOU de 08/06/2012.

ANTONIO ANDRADE LEAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 224, VII, combinado com o art. 302, IX, e 303 todos pertencentes ao Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de maio de 2012, e, tendo em vista o art. 51, I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e o que consta no processo administrativo nº 13839.004152/2010-51, resolve:

Artigo 1º - Autorizar o fornecimento de 11.004 (onze mil e quatro) selos de controle "Uísque importação amarelo", para produto estrangeiro a ser selado no exterior, conforme pedido protocolado em 22/07/2014, ao contribuinte PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 33.856.394/0018-81, inscrito no Registro Especial para atividade de Importador de bebidas alcoólicas, sob nº 08124/060 - ADE nº 22, de 14 de abril de 2011, conforme tabela abaixo:

Marca Comercial	Características do produto	Unidades	Caixas
Whiskey Jameson	Caixas com 06 garrafas de 1 litro de uísque, de graduação alcoólica de 40%	11.004	1.834

Artigo 2º - O importador terá o prazo de quinze dias, contados da publicação deste Ato Declaratório Executivo, para efetuar o pagamento dos selos e retirá-los nesta Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Artigo 3º - Ocorrendo o descumprimento do prazo a que se refere o artigo 2º deste Ato Declaratório Executivo, fica sem efeito a autorização para a importação.

Artigo 4º - O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial da União.

CELIA VENDRAMIN MARTINELLI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Concede Habilitação no Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP de que trata o art. 12 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA-SP, conforme Portaria RFB nº 2.211, de 22/09/2009, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 12 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005, e alterações posteriores, disciplinado pela Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006, e considerando o contido no processo administrativo nº 10865. 721 142/2014-00, declara:

Art. 1º Fica a pessoa jurídica SUCORRICO CITRUS INDUSTRIAL E AGRICOLA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.930.087/0001-36, Habilitada no Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP de que trata o art. 12 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Art. 2º Esta autorização implica no cumprimento pela pessoa jurídica das obrigações contidas na I.N. SRF nº 605/2006, podendo ser cancelada, nos termos do seu artigo 12.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ DALLE VÊDOVE BARBOSA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Declara a Concessão de Registro de Pessoa Jurídica Preponderantemente Exportadora - Regime de Suspensão do IPI - nos termos da IN RFB nº 948/2009.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO - SP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17/05/2012, e considerando-se o disposto no artigo 17 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e face ao que consta no processo administrativo nº 10840.720931/2014-01, declara:

Art. 1º Registrada no Registro de Pessoa Jurídica Preponderantemente Exportadora - Regime de Suspensão do IPI - de que trata o artigo 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a pessoa jurídica Usina Bazan S.A., CNPJ nº 55.109.565/0001-01, com sede na Fazenda Dois Córregos S/N, Zona Rural, Município de Pontal-SP.

Art. 2º O Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, na ocorrência de uma das situações previstas no caput do art. 18 da referida Instrução Normativa.

Art. 3º: Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CÉSAR AGOSTINHO COSTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Cancela a inscrição no Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ-SP, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010, pela IN RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010 e pela IN RFB nº 1.153, de 11 de maio de 2011, conforme o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4 de junho de 2009, fundamentados na alínea "d" do inc. VI do art. 150, da Constituição Federal, em face do que consta no processo nº 13804.003189/2006-82, declara:

Art. 1º Cancelado o número do Registro Especial do estabelecimento abaixo indicado, na atividade de Distribuidor - DP 08190/00076 concedido pelo ADE nº 1.084/2010.

INTERESSADO: TEIXEIRA REPRESENTAÇÃO COMERCIAL DE PAPÉIS EIRELI - EPP

CPF/CNPJ: 08.141.136/0001-23

ENDEREÇO: RUA EDUARDO CARLOS PEREIRA, Nº 91 - VILA LILICA

CEP: 09050-140 - SANTO ANDRÉ - SP

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS FERNANDO RIBAS

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Cancelam contribuintes no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 3º da Portaria DEFIS/SPO nº 45, de 06 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2014, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Nº 221 - Cancela o Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL - UP-08190/01626, concedido pelo ADE nº 0178/2014 de 16/06/2014, publicado no DOU em 17/06/2014 - Processo nº 11610.727858/2013-86, para o estabelecimento da empresa EDITORA JF BOOK LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 18.830.393/0001-60 localizado na Rua São Sebastião, 575, Santo Amaro - São Paulo - SP.

Nº 222 - Cancela o Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL - UP-08190/01616, concedido pelo ADE nº 0004/2014 de 03/01/2014, publicado no DOU em 06/01/2014 - Processo nº 11610.729690/2013-43, para o estabelecimento da empresa TYTOM GRÁFICA E EDITORA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o número 04.766.873/0001-60, localizado na Rua Antonio Ayrosa, 101, Vila dos Remédios - São Paulo - SP.

Nº 223 - Cancela o Registro Especial de GRÁFICA DE PAPEL - GP-08190/00591, concedido pelo ADE nº 0005/2014 de 03/01/2014, publicado no DOU em 06/01/2014 - Processo nº 11610.729690/2013-43, para o estabelecimento da empresa TYTOM GRÁFICA E EDITORA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o número 04.766.873/0001-60, localizado na Rua Antonio Ayrosa, 101, Vila dos Remédios - São Paulo - SP.

Os presentes Atos Declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO RODRIGO POLI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 225, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Cancela o contribuinte no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 3º da Portaria DEFIS/SPO nº 45, de 06 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2014, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Cancela, a pedido, o Registro Especial de USUÁRIO- UP-08190/01439, concedido pelo ADE nº 1439/2010 de 22/09/2010, publicado no DOU em 28/09/2010 - Processo Nº 18186.004389/2010-87 para o estabelecimento filial da empresa DINAP - DISTRIBUIDORA NACIONAL DE PUBLICAÇÕES LTDA inscrita no CNPJ sob o número 03.555.225/0003-64 localizado na Av. Naçoes Unidas, 7221 - Pinheiros - São Paulo.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO RODRIGO POLI

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Inscrevem contribuintes no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 3º da Portaria DEFIS/SPO nº 45, de 06 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2014, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Nº 226 - Inscrito no Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL - UP- 08190/01635 destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, o estabelecimento da empresa P T R V FERREIRA - ME, inscrita no CNPJ sob o número 11.860.540/0001-61, localizado na Av. Mutinga, 215, sala 06, Pirituba - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo nº 11610.723597/2014-14.

Nº 227 - Inscrito no Registro Especial de DISTRIBUIDOR DE PAPEL - DP- 08190/00175 destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, o estabelecimento da empresa GLOBO COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o número 05.317.281/0001-24, localizado na Rua José de Oliveira, 1081, 1 A, Imirim - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo nº 18186.727268/2014-31.

Os presente s Atos Declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO RODRIGO POLI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL

PORTARIA Nº 96, DE 19 DE AGOSTO DE 2014

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL/PR, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000, a pessoa jurídica PAN AGROPECUARIA LTDA - ME, CNPJ: 80.041.668/0001-16, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, conforme a proposta de exclusão exarada no processo administrativo nº 10935-722.563/2014-79.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO CORDEIRO BINI

PORTARIA Nº 97, DE 19 DE AGOSTO DE 2014

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL/PR, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, nos incisos I e II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000 e falta do cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS , a pessoa jurídica COMERCIO DE CEREAIS JUPIA LTDA - ME, CNPJ: 77.228.518/0001-01, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, conforme a proposta de exclusão exarada no processo administrativo nº 10935.722580/2014-14.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO CORDEIRO BINI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 100, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Cancela, a pedido, a habilitação da pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.4887, de 15 de junho de 2007.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA-PR, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria DRF/CTA Nº 49 de 15 maio de 2013, publicada no DOU de 17 de maio de 2013, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no artigo 10 do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, e no artigo 12 da Instrução Normativa RFB nº 758/2007 e alterações, e considerando o que consta no processo nº 10980.015515/2008-37, declara:

Art.1°- Cancelada, a pedido, a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, da empresa Lumbrás Energética S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 08.431.936/0001-89, concedida pelo ADE nº 63, de 06 de abril de 2009, publicado no DOU de 08 de abril de 2009, para o projeto PCH Angelina, aprovado para enquadramento no REIDI pela Portaria MME nº 316, de 25 de setembro de 2008, publicada no DOU de 26 de setembro de 2008.

Art.2° Com o cancelamento da habilitação, a pessoa jurídica fica impedida de efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI, de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação cancelada.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo produz efeitos desde 24 de abril de 2014, data do protocolo do pedido de cancelamento da habilitação.

EDERSON DE MELO ROCHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 101, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Cancela, a pedido, a coabilitação da pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.4887, de 15 de junho de 2007.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA-PR, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria DRF/CTA Nº 49 de 15 maio de 2013, publicada no DOU de 17 de maio de 2013, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no artigo 10 do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, e no artigo 12 da Instrução Normativa RFB nº 758/2007 e alterações, e considerando o que consta no processo nº 10980.729059/2012-92, declara:

Art.1°- Cancelada, a pedido, a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, da empresa Geo Energia Soluções de Sistemas de Energia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 09.014.782/0001-92, concedida pelo ADE nº 110, de 07 de março de 2013, publicado no DOU de 11 de março de 2013, para o projeto de transmissão de energia "Subestação Nobres", aprovado para enquadramento no REIDI pela Portaria MME nº 242, de 20 de abril de 2012, publicada no DOU de 23 de abril de 2012.

Art.2° Com o cancelamento da coabilitação, a pessoa jurídica fica impedida de efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI, de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à coabilitação cancelada.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo produz efeitos desde 24 de março de 2014, data do protocolo do pedido de cancelamento da habilitação.

EDERSON DE MELO ROCHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 103, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA-PR, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria DRF/CTA nº 49, de 15.05.13 e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 866 de 06 de agosto de 2008 (DOU de 07/08/2008), declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito do cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º O deferimento do pedido de enquadramento ou reenquadramento não convalida a classificação fiscal informada pelo contribuinte, tampouco produz os efeitos próprios de solução de consulta sobre classificação de mercadorias de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.464, de 08 de maio de 2014, conforme o disposto no Inciso II do §3º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 866, de 06 de agosto de 2008.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDERSON DE MELO ROCHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO ÚNICO

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mili-litros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
14.625.878/0001-27	FRANCO ITALIANO BRANCO SECO DE MESA	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
14.625.878/0001-27	FRANCO ITALIANO TINTO SECO DE MESA	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
75.802.041/0001-09	CAMPO LARGO	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	F
75.802.041/0001-09	CAMPO LARGO (COOLER)	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	G
75.802.041/0001-09	CAMPO LARGO	Acima de 2000ml	2204.29.00	G
75.802.041/0001-09	CAMPO LARGO (QUENTÃO)	De 671ml até 1000ml	2205.10.00	K
75.802.041/0001-09	DO AVO	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
75.802.041/0001-09	PARANÁ	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	F
75.802.041/0001-09	FAMIGLIA ZANLORENZI 70	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
75.802.041/0001-09	MIRACOLO BORDO	Acima de 2000ml	2204.29.00	F
75.802.041/0001-09	MIRACOLO BORDO	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
75.802.041/0001-09	MIRACOLO	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
75.802.041/0001-09	MIRACOLO	De 181ml até 375ml	2204.21.00	D
75.802.041/0001-09	GRAND FESTY	De 376ml até 670ml	2204.21.00	F
75.802.041/0001-09	MIRACOLO	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
75.802.041/0001-09	70 ANOS MERLOT	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
75.802.041/0001-09	FRISANTE LUNAR	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
75.802.041/0001-09	LUNAR PROSECCO	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
75.802.041/0001-09	LUNAR VARIETAL	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
75.802.041/0001-09	LUNAR VARIETAL	De 181ml até 375ml	2204.21.00	E
75.802.041/0001-09	LUNAR ESPUMANTE MEIO DOCE BRUT	De 376ml até 670ml	2204.10.90	I
75.802.041/0001-09	LUNAR ESPUMANTE OURO	De 671ml até 1000ml	2204.10.90	M
75.802.041/0001-09	LUNAR ESPUMANTE MOSCATO	De 671ml até 1000ml	2204.10.90	K
75.802.041/0001-09	RARO MOSCATEL ESPUMANTE	De 671ml até 1000ml	2204.10.90	K
78.410.909/0001-05	COQUETEL ALCOOLICO PROGRESSO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	H

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/FOZ-PR nº 158, de 22 de agosto de 2014, publicado no DOU nº 163, de 26 de agosto de 2014, Seção 1, pág. 25, onde lê-se: "e tendo em vista o que foi apurado no processo administrativo nº 10945.720150/2010-98", leia-se: "e tendo em vista o que foi apurado no processo administrativo nº 10945.720150/2011-98".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 136, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 197, de 19 de setembro de 2011, atualizando a relação de produtos constantes do Registro Especial de Bebidas nº 10106/216.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 197, de 19 de setembro de 2011, referente ao Registro Especial de Bebidas nº 10106/216, de engarrafador, no processo 11020.003392/2010-27, pertencente ao estabelecimento da empresa Vinhos Scopel Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 87.842.514/0001-72, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Casa Lima	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Casa Lima	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Casa Lima	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Casa Lima	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Dalzoto	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Dalzoto	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Dalzoto	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Bordô	Dalzoto	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Don Angelo	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Don Angelo	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Don Angelo	22.04.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Don Angelo	22.04.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Don Angelo	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Don Angelo	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Don Angelo	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Don Angelo	22.04.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Don Angelo	22.04.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Don Angelo	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Don Angelo	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Don Angelo	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Don Angelo	22.04.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Don Angelo	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Don Angelo	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Don Angelo	22.04.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Don Angelo	22.04.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Don Angelo	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Don Angelo	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Don Angelo	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Don Angelo	22.04.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Don Angelo	22.04.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Don Angelo	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Muralha	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Muralha	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Muralha	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de MesaSuave	Muralha	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Coquetel de Vinho com Suco de Limão	Santa Casa	2206.00.90	não retornável	880 ml
Coquetel de Vinho com Suco de Limão	Santa Casa	2206.00.90	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Scopel	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Scopel	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Scopel	22.04.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Scopel	22.04.21.00	não retornável	1.000 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Scopel	22.04.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Lorena	Scopel	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Scopel	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Scopel	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Scopel	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Scopel	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Scopel	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Scopel	22.04.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Scopel	22.04.21.00	não retornável	1.000 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Scopel	22.04.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Scopel	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Scopel	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Scopel	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Scopel	22.04.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Scopel	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Scopel	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Scopel	22.04.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Scopel	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Scopel	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Scopel	22.04.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Scopel	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Scopel	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Scopel	22.04.29.11	não retornável	2.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Scopel	22.04.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Scopel	22.04.21.00	não retornável	1.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Scopel	22.04.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Scopel	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Scopel	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Scopel	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Scopel	22.04.29.11	não retornável	2.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Scopel	22.04.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Scopel	22.04.21.00	não retornável	1.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Scopel	22.04.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Scopel	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda por Vinícola Perini Ltda, CNPJ 91.319.392/0002-92.				
Vinho Moscatel Espumante	Scopel	22.04.10.90	não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Scopel	22.04.10.10	não retornável	750 ml

"

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório DRF/CXL nº 213, de 24 de setembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 186, de 25 de setembro de 2013.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 137, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 40, de 13 de março de 2012, atualizando a relação de produtos constantes do Registro Especial de Bebidas nº 10106/282.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 40, de 13 de março de 2012, referente ao Registro Especial de Bebidas nº 10106/282, de engarrafador, no processo 11020.003497/2010-86, pertencente ao estabelecimento da empresa Vinhos Ulian Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 04.519.576/0001-10, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	1964	22.04.21.00	não retornável	375 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	1964	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Budega's	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Budega's	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Bordô	Budega's	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato Giallo	Cantina Lunelli	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Cantina Lunelli	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Cantina Lunelli	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Casa Schmitt	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Casa Schmitt	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Casa Schmitt	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Casa Schmitt	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	L80	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	L80	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	L80	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Pinot Noir	L80	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Levato	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Bordô	Levato	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Fino Cabernet Sauvignon	Levato	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato Giallo	Lobo Negro	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Lobo Negro	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Lobo Negro	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Macieira	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Macieira	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Nono Lilo	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Nono Lilo	22.04.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Nono Lilo	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Nono Lilo	22.04.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Nono Lilo	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Nono Lilo	22.04.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Nono Lilo	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Nono Lilo	22.04.21.00	não retornável	1.500 ml

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato Alexandria	Ulian	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato Alexandria	Ulian	22.04.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato Alexandria	Ulian	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato Alexandria	Ulian	22.04.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato Giallo	Ulian	22.04.21.00	não retornável	375 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato Giallo	Ulian	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato Giallo	Ulian	22.04.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato Giallo	Ulian	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato Giallo	Ulian	22.04.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Lorena	Ulian	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Lorena	Ulian	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Ulian	22.04.21.00	não retornável	375 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Ulian	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Ulian	22.04.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Ulian	22.04.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Ulian	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Ulian	22.04.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Ulian	22.04.21.00	não retornável	375 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Ulian	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Ulian	22.04.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Ulian	22.04.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Ulian	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Ulian	22.04.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Ulian	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Ulian	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Ulian	22.04.21.00	não retornável	375 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Ulian	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Ulian	22.04.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Ulian	22.04.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Ulian	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Ulian	22.04.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco (Cabernet e Seyve Villard)	Ulian	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco (Cabernet e Seyve Villard)	Ulian	22.04.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco (Cabernet e Seyve Villard)	Ulian	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco (Cabernet e Seyve Villard)	Ulian	22.04.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Ulian	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Ulian	22.04.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Ulian	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Ulian	22.04.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino (Assemblagem)	Ulian	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Ulian	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Ulian	22.04.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Ulian	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Ulian	22.04.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon (Reserva)	Ulian	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Ulian	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Ulian	22.04.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Ulian	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Ulian	22.04.29.11	não retornável	5.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Pinot Noir	Ulian	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Ulian	22.04.21.00	não retornável	375 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Ulian	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Ulian	22.04.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Ulian	22.04.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Ulian	22.04.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Ulian	22.04.29.11	não retornável	5.000 ml

"

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório DRF/CXL nº 194, de 13 de setembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 179, de 16 de setembro de 2013.

LUIZ WESCHENFELDER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 6 DE JUNHO DE 2014

Declara anulado de ofício o ato de concessão de inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE - RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno RFB (Portaria 203/2012), art 224, III.

Declara anulado de ofício o ato de concessão de inscrição no CNPJ por haver sido atribuído mais de um número de inscrição para a empresa:

CNPJ nº 09.165.971/0001-66 - LAR ESPERANÇA ASSISTÊNCIA PSICOSOCIAL LTDA - ME.

A anulação a que se refere este Ato Declaratório Executivo implicará o cancelamento da inscrição no CNPJ e produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato declarado nulo.

ALEXANDRE RAMPELOTTO

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

ATO Nº 25, DE 15 DE AGOSTO DE 2014(*)

O Ministro de Estado da Integração Nacional, Interino, na qualidade de Presidente do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - CONDEL/SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007, e no uso das atribuições conferidas por meio do Art. 7º, do Anexo I, do Decreto nº 6.218, de 04 de outubro de 2007; e do Art. 8º, § 4º, do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM; e ,

Considerando prazo previsto no Art. 7º, XII, alínea "a", do Anexo I, do Decreto nº 6.218, de 4 de outubro de 2007 e no Art. 8º, XII, alínea "a", do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM, resolve:

Aprovar "Ad referendum", nesta data, as Diretrizes e Prioridades para aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO para o exercício de 2015, na forma do anexo, observadas as diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional.

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA

ANEXO

Diretrizes e prioridades para a elaboração da proposta de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) para o exercício de 2015

1. Introdução

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) constitui importante instrumento para operacionalização na Região da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), tanto pelo montante de recursos que lhe são anualmente alocados, quanto pela segurança da disponibilização tempestiva dos mesmos, dada a sua condição de transferência de caráter constitucional. O FNO deve constituir-se no principal mecanismo de alavancagem dos recursos necessários para o alcance dos objetivos e para a implementação dos projetos e ações definidos como prioritários na PNDR, respeitadas as determinações que lhe foram estabelecidas no texto da constituição.

A título de balizamento o presente documento também adota como referencial os segmentos produtivos considerados relevantes no Plano Amazônia Sustentável, da mesma forma que apropria, no item 2, as "Diretrizes e Orientações Gerais" estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da Portaria nº 457, de 07/06/2010, aplicáveis ao FNO. Ainda sob os aspectos legais, foram adotadas as Diretrizes e Prioridades do FNO para o exercício de 2011, definidas pelo Conselho Deliberativo da SUDAM com base nas prerrogativas estabelecidas pelo inciso II, art. 4º da Lei Complementar nº 124, de 03/01/07, com as alterações introduzidas pelo art. 10 do mesmo diploma legal ao art. 14 da Lei nº 7.827, de 27/09/89.

2. Diretrizes e Orientações Gerais do Ministério da Integração Nacional

As diretrizes e prioridades do FNO alinham-se aos Planos "Brasil Maior" e "Brasil sem Miséria", considerando o rebatimento das ações no âmbito do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).

Na formulação dos "Programas de Financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)" deverão ser observadas as seguintes diretrizes e orientações gerais de acordo com a Portaria nº 296, de 14 de agosto de 2014 do Ministério da Integração Nacional, publicada no DOU N° 157, de 18 de agosto de 2014 seção 1 páginas 40 e 41.

3. Diretrizes e Prioridades do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

3.1 Diretrizes

1 Atuar em observância às diretrizes estabelecidas no Artigo 3o. da Lei nº 7.827/89; atualizada pela Lei Complementar nº 129 de 2009.

2 Promover o Desenvolvimento Sustentável e Includente, na área de abrangência do FNO (Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional;

3 Assegurar a geração de emprego e renda com observância aos potenciais e vocações locais;

4 Utilizar os recursos do FNO em sintonia com as Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Norte, evidenciando-se os Planos Safra, Brasil Maior e Brasil Sem Miséria;

5 Elevar a qualificação da mão-de-obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social local;

6 Disseminar a lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda, por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da federação, com destaque para os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO);

7 Promover e difundir a inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação/preservação da biodiversidade;

8 Apoiar as estratégias de produção e de gestão ambiental definidas em Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE);

9 Estimular a competitividade regional em setores e atividades prioritários;

10 Apoiar Arranjos Produtivos Locais (APL's) previamente identificados e selecionados nos estados beneficiários dos recursos do FNO;

11 Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas regionais;

12 Apoiar a nacionalização da produção de bens;

13 Apoiar empreendimentos que priorizem o uso sustentável dos recursos naturais, bem como aqueles voltados para a recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais;

14 Apoiar projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, produtores rurais e empresas de pequeno-médio porte, suas associações e cooperativas, bem como, empreendedores individuais.

3.2 Prioridades Setoriais

1 Projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, sobretudo através da inovação tecnológica;

2 Projetos de logística e infraestrutura de transportes para intensificar as transações econômicas e comerciais em caráter intrarregional;

3 Projetos dos setores de pesca e aquicultura com melhores práticas produtivas, que promovam a abertura de novos canais de comercialização;

4 Projetos de fruticultura, apicultura e de sistemas agroflorestais e agroextrativistas regionais, com ênfase nas organizações produtivas familiares;

5 Projetos relacionados à produção de alimentos básicos para o consumo da população regional;

6 Projetos de infraestrutura econômica com ênfase nos segmentos de energia (principalmente renovável), transporte (em especial ao hidroviário e ligado ao turismo), armazenagem, comunicação, abastecimento e tratamento de água, esgotamento sanitário e obras em Zonas de Processamento de Exportação (ZPE's);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7 Projetos que se beneficiem e potencializem o efeito das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC;

8 Projetos de apoio à cadeia do turismo regional, em bases sustentáveis, especialmente empreendimentos de implantação, expansão e modernização.

9 Projetos de apoio e valorização da cultura regional e de empreendimentos criativos;

10 Projetos de reflorestamento e florestamento para fins de recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais;

11 Projetos de inovação tecnológica com base na tecnologia de informação;

12 Projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional;

13 Projetos de produção agrícola em áreas degradadas/alteradas, contemplando o financiamento de máquinas e insumos;

14 Projetos de reciclagens e resíduos;

15 Projetos de desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, para a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira;

16 Projetos de fomento à atividade de comércio e serviço.

Prioridades Espaciais

1. Os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte;

2. Os municípios integrantes das mesorregiões diferenciadas do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio (excetuando os municípios do Estado do Maranhão, assistidos pelo FNE) e da Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado de Tocantins) e Xingu;

3. Os municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica.

Fundamentado na PNDR a prioridade espacial considera o grau de desenvolvimento econômico e social, principalmente dos estados com menor nível de renda e menor dinamismo econômico. Com base nesses critérios, serão priorizados para o exercício de 2015, prioritariamente os estados com menor dinamismo econômico agrupados de acordo com o quadro a seguir:

Tipologia	Estado
Maior dinamismo	Amazonas e Pará
Intermediários	Rondônia e Tocantins
Menor dinamismo	Acre, Amapá e Roraima.

Os limites de financiamento a serem observados nas operações do FNO obedecerão ao disposto na tabela abaixo:

Limite Financiável no Investimento Fixo (Participação Máxima)			
Porte do Beneficiário	Prioridades/Tipologia da PNDR		
	Faixa de Fronteira Mesorregiões MI Operações Florestais(1) Operações CTI(2)	Baixa Renda Estagnada Dinâmica	Alta Renda
Mini/Micro/Pequeno	100%	100%	100%
Pequeno-Médio	100%	95%	90%
Médio	95%	90%	85%
Grande	90%	80%	70%

(1)Operações florestais destinadas ao financiamento de projetos que visem à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas, à recomposição de áreas de reserva legal e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis;

(2) Operações de financiamento a projetos de ciência, tecnologia e inovação.

4. Observações Gerais

As prioridades definidas pelos estados beneficiários do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) para o exercício de 2015 deverão manter consonância com as Diretrizes e Prioridades aprovadas pelo CONDEL da SUDAM.

(*) Republicado por ter saído no DOU nº 162, de 25-8-2014, Seção 1, pág 56, com incorreção no original.

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA N° 211, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em municípios do Estado da Bahia.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto nº 15.375, de 20 de agosto de 2014, do Estado da Bahia,

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59050.001219/2014-97, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, COBRADE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência por procedimento sumário nos municípios listados na tabela.

Nº	Município
1	Abaíra
2	América Dourada
3	Anagé
4	Aracatu
5	Baixa Grande
6	Barra
7	Barra do Mendes
8	Barro Alto
9	Belo Campo
10	Boa Nova
11	Boa Vista do Tupim
12	Bom Jesus da Serra
13	Bonito
14	Brumado
15	Caculé
16	Cafarnaum
17	Canarana
18	Cândido Sales
19	Canudos
20	Capela do Alto Alegre
21	Capim Grosso
22	Caraíbas
23	Central
24	Conceição do Coité
25	Condeúba
26	Contendas do Sincorá
27	Cordeiros
28	Cravolândia
29	Dom Basílio
30	Encruzilhada
31	Érico Cardoso
32	Feira de Santana
33	Gavião
34	Gentio do Ouro
35	Guajeru
36	Ibiassucê
37	Ibipeba
38	Ibipitanga
39	Ibiquera
40	Ibitiara
41	Ibititá
42	Ibotirama
43	Ichu
44	Igaporã
45	Irecê
46	Itaberaba
47	Itaeté
48	Itaguaçu da Bahia
49	Itiruçu
50	Itiúba
51	Ituaçu
52	Jacaraci
53	Jacobina
54	Jequié
55	João Dourado
56	Juazeiro
57	Jussara
58	Lafaiete Coutinho
59	Lagoa Real
60	Lajedinho
61	Lajedo do Tabocal
62	Lapão
63	Licínio de Almeida
64	Macajuba
65	Macaúbas
66	Macururé
67	Maetinga
68	Malhada de Pedras
69	Maracás
70	Marcionílio Souza
71	Mirangaba
72	Monte Santo
73	Morpará
74	Mortugaba
75	Mulungu do Morro
76	Nordestina
77	Nova Fátima
78	Oliveira dos Brejinhos
79	Palmas de Monte Alto
80	Paramirim
81	Paratinga
82	Pé de Serra
83	Piatã
84	Pindaí
85	Pintadas
86	Piripá
87	Planalto
88	Presidente Jânio Quadros
89	Quijingue
90	Remanso
91	Riachão do Jacuípe
92	Rio de Contas
93	Rio do Pires
94	Ruy Barbosa
95	Santa Inês
96	São Gabriel
97	Seabra
98	Sebastião Laranjeiras
99	Senhor do Bonfim
100	Sobradinho
101	Tanhaçu
102	Tanque Novo
103	Tremedal
104	Uauá
105	Várzea da Roça
106	Várzea Nova

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 213, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Serro - MG.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Município de Serro - MG, no valor de R$ 279.166,18 (duzentos e setenta e nove mil, cento e sessenta e seis reais e dezoito centavos), para a execução de obras de reconstrução de danos causados por chuvas intensas, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000334/2014-44.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.2040.22BO.6501; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação do recurso em parcela única.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 214, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Itambacuri - MG.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Município de Itambacuri - MG, no valor de R$ 276.751,46 (duzentos e setenta e seis mil e setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos), para a execução de obras de reconstrução de danos causados por chuvas intensas, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000295/2014-85.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.2040.22BO.6501; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação do recurso em parcela única.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.410, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a FUNDAÇÃO ABIÓPTICA PELO DIREITO DE ENXERGAR DIREITO, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 03.798.727/0001-54 (Processo MJ nº 08071.015570/2013-03).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.411, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da CASA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE APARECIDA, com sede na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 65.042.814/0001-34 (Processo MJ nº 08071.011851/2014-60).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.412, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO BAIANA DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA CARDIOPATA-ABACC, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, registrada no CNPJ sob o nº 12.165.886/0001-02 (Processo MJ nº 08071.011983/2014-91).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.413, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do Título de Utilidade Pública Federal da FUNDAÇÃO HOSPITALAR ONCOLÓGICA PEDIÁTRICA DE SANTA CATARINA-FHOPSC, com sede na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 10.888.598/0001-50 (Processo MJ nº 08071.015389/2013-99).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.414, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO DE EQUOTERAPIA PARA DEFICIENTES DO LESTE DE MINAS, com sede na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 03.922.037/0001-65 (Processo MJ nº 08071.014631/2014-98).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.415, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO IRMÃS TERZIÁRIAS FRANCESCANAS REGULARES DE TODOS OS SANTOS, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, registrada no CNPJ sob o nº 01.677.055/0001-01 (Processo MJ nº 08071.014637/2014-65).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.416, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ONG FUTEBOL DE RUA, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, registrado no CNPJ sob o nº 08.607.847/0001-40, (Processo MJ nº 08071.012062/2014-46).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.417, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal do CENTRO DE RECUPERAÇÃO MARANATA-CRM, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, registrado no CNPJ sob o nº 02.484.712/0001-59 (Processo MJ nº 08071.011779/2014-71).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.418, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA VIDA E LUZ, com sede na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 15.624.873/0001-42 (Processo MJ nº 08071.011912/2014-99)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.419, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal do INSTITUTO FACULDADE JÁ-IFJ, com sede na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro, registrado no CNPJ sob o nº 05.671.501/0001-13 (Processo MJ nº 08071.012666/2014-92).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.420, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal do CLUBE DO MARTELO DE ALVINÓPOLIS, com sede na cidade de Alvinópolis, Estado de Minas Gerais, registrado no CNPJ sob o nº 14.792.305/0001-98 (Processo MJ nº 08071.012901/2014-26).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 26 de agosto de 2014

Nº 1.019 - Ato de Concentração nº 08700.006068/2014-20. Requerentes: Orbeat Som & Imagem Ltda. E W2W E-Commerce de Vinhos S.A. Advogados: Patrícia Agra Araujo, Paula Baldini Miranda da Cruz, Isadora Postal Telli e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.036 - Ato de Concentração 08700.006613/2014-89. Requerentes: BV Empreendimentos e Participações S.A. e One DI JV Empreendimentos e Participações S.A. Advogados: José Carlos da Matta Berardo, Paulo Leonardo Casagrande e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.039 - Ato de Concentração nº 08700.006609/2014-10. Requerentes: GL Eletro-Eletrônicos Ltda. e Daneva Máquinas e Condutores Elétricos Ltda. Advogados: Bruno De Luca Drago e Fabianna Vieira Barbosa Morselli. Decido pela aprovação sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES
Interino

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 7

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 26 de agosto de 2014

Nº 1.034. Processo Administrativo nº 08012.0011980/2008-12. Representante: SDE ex officio. Representados: Chunghwa Picture Tubes Ltd. e outros. Advogados: Mauro Grinberg, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Carlos Amadeu Bueno Pereira de Barros, Barbara Rosemberg, Gabriela Ribeiro Nolasco, José Inácio F. de Almeida Prado Filho, Bolívar Moura Rocha, Alexandre Ditzel Faraco, José Arnaldo da Fonseca, José Augusto Caleiro Regazzini, Marcelo Procopio Calliari, Daniel Oliveira Andreoli, Cecilia Vidigal Monteiro de Barros, Edson Takeshi Nakamura, Rodrigo César de Menezes Cardoso, Rodrigo Roux Valentini Coelho César, Priscila Brólio Gonçalves, Antônio Celso Fonseca Pugliese, Andrea Fabrino Hoffman, Carlos Francisco de Magalhães, Raquel Bezerra Cândido Amaral Leitão, Francisco Ribeiro Todorov, Túlio do Egito Coelho, Renê Guilherme da Silva Medrado, Rodrigo M. Carneiro de Oliveira e outros. Determino a abertura de prazo de 5 (cinco) dias, contados em dobro, nos termos do art. 63, IV e V, do Regimento Interno do Cade, para os Representados manifestarem-se acerca dos Termos de Compromisso de Cessação de Prática e seus anexos juntados aos autos, oferecidos no âmbito dos Requerimentos nº 08700.007696/2013-42 e nº 08700.003192/2013-53. Ao Setor Processual.

ADEMIR PICANÇO DE FIGUEIREDO
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 19 de agosto de 2014

Nº 4.342 - Auto de Infração nº 237 - SR/DPF/RJ, de 09/07/2014. Protocolo nº 08455.067130/2010-76
ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: BANCO ITAU S/A.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001 UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 20/22, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.343 - Auto de Infração nº 20 - DPF/GOY/RJ, de 25/08/2010. Protocolo nº 08793.001609/2010-17.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: BANCO SANTANDER S/A.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 15.000 UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 41/46, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.344 - Auto de Infração nº 16 - DPF/CZO/SP, de 03/05/2010. Protocolo nº 08083.001566/2010-78.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: BANCO ITAU S/A.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001 UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 25/28, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.345 - Auto de Infração nº 16 - DPF/GOY/RJ, de 04/08/2010. Protocolo nº 08793.001607/2010-10.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: BANCO SANTANDER S/A.
1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 15.000 UFIR, com fulcro na manifestação de fls.38/43, cujas razões de fato e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.346 - Auto de Infração nº 384 - SR/DPF/RJ, de 23/08/2010. Protocolo nº 08455.080147/2010-19.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: BANCO ABN AMRO REAL S/A.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001 UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 34/38, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.347 - Auto de Infração nº 26327 - SR/DPF/MG, de 04/08/2010. Protocolo nº 08350.026327/2010-23.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: HSBC BANK BRASIL S/A.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001 UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 36/39, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.348 - Auto de Infração nº 230 - SR/DPF/RJ, de 08/07/2010. Protocolo nº 08455.067129/2010-41.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: BANCO ITAU S/A.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001 UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 20/22, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.349 - Auto de Infração nº 12 - DPF/NIG/RJ, de 13/04/2010. Protocolo nº 08457.001360/2010-52.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: UNIBANCO S/A.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001 UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 34/37, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.350 - Auto de Infração nº 24 - DPF/DVS/MG, de 22/09/2010. Protocolo nº 08124.002351/2010-41.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO ITAU S/A.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 20.000 UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 21/24, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.351 - Auto de Infração nº 9 - DPF/CZO/SP, de 20/04/2010. Protocolo nº 08083.001138/2010-45.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: BANCO ITAU S/A.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001 UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 24/27, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.352 - Auto de Infração nº 15 - DPF/CZO/SP, de 03/05/2010. Protocolo nº 08083.001565/2010-23.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: BANCO HSBC BRASIL S/A.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001 UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 47/50, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.353 - Auto de Infração nº 382 - SR/DPF/RJ, de 20/08/2010. Protocolo nº 08455.079290/2010-68.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: HSBC BANK BRASIL S/A.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001 UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 39/42, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.354 - Auto de Infração nº 101 - SR/DPF/CE, de 19/08/2010. Protocolo nº 08270.013914/2010-42.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: HSBC BANK BRASIL S/A.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001 UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 36/39, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.355 - Auto de Infração nº 26326 - SR/DPF/MG, de 10/08/2014. Protocolo nº 08350.026326/2010-89.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: HSBC BANK BRASIL S/A.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001 UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 37/40, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.356 - Auto de Infração nº 47 - DPF/RPO/SP, de 22/11/2010. Protocolo nº 08508.003406/2010-25.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: HSBC BANK BRASIL S/A.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 20.000 UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 43/46, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.357 - Auto de Infração nº 8 - DPF/DRS/MS, de 19/08/2010. Protocolo nº 08337.003822/2010-32.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: HSBC BANK BRASIL S/A.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 43/46, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.358 - Auto de Infração nº 7 - DPF/DRS/MS, de 16/08/2010. Protocolo nº 08337.003813/2010-41.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: HSBC BANK BRASIL S/A.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 51/54, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.359 - Auto de Infração nº 87 - SR/DPF/ES, de 27/08/2010. Protocolo nº 08285.023233/2010-23.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 25/27, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.360 - Auto de Infração nº 137 - SR/DPF/RJ, de 10/06/2010. Protocolo nº 08455.057993/2010-35.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 20/22, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.361 - Auto de Infração nº 242 - SR/DPF/RJ, de 12/07/2010. Protocolo nº 08455.067212/2010-11.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 20/22, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.362 - Auto de Infração nº 33 - SR/DPF/ES, de 29/03/2010. Protocolo nº 08285.022126/2009-44.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 24/26, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.363 - Auto de Infração nº 381 - SR/DPF/RJ, de 20/08/2010. Protocolo nº 08455.080691/2010-61.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 21/23, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.364 - Auto de Infração nº 145 - SR/DPF/RJ, de 15/06/2010. Protocolo nº 08455.075816/2010-31.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 19/21, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.365 - Auto de Infração nº 7 - DPF/CCM/SC, de 14/06/2010. Protocolo nº 08107.001504/2010-41.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: UNIBANCO-UNIÃO BRASILEIRA DE BANCOS S/A.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001 UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 33/36, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.366 - Auto de Infração nº 93 - SR/DPF/RJ, de 26/05/2010. Protocolo nº 08455.052364/2010-19.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 21/23, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 4.367 - Auto de Infração nº 41 - DPF/SJK/SP, de 14/06/2010. Protocolo nº 08514.005745/2010-67.ASSUNTO: Recurso Administrativo.
INTERESSADO: BANCO SANTANDER.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001UFIR, com fulcro na manifestação de fls. 38/42, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

LEANDRO DAIELLO COIMBRA

DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 2.558, DE 7 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8041 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER IGUATEMI ALPHAVILLE , CNPJ nº 13.966.712/0001-01, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Revólveres calibre 38
72 (setenta e duas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.627, DE 14 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/6965 - DPF/ANS/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO DOS LOCATÁRIOS DO ANASHOPPING, CNPJ nº 01.600.942/0001-73 para atuar em Goiás.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.873, DE 4 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7730 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa WEG LINHARES EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA., CNPJ nº 10.885.321/0001-74 para atuar no Espírito Santo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.947, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8025 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OSTENSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 13.749.888/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1599/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.999, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/966 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LYNX SUL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.826.851/0001-13, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 752/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.060, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8050 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: CONCEDER autorização à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA , CNPJ nº 16.328.205/0001-30, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
383 (trezentas e oitenta e três) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.092, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8624 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PLURI SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 96.379.870/0002-73, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1712/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.098, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7968 - DELESP/DREX/SR/DPF/AC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRO AVANÇADO DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA, PROTEÇÃO E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 08.262.397/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Acre, com Certificado de Segurança nº 1666/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.136, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/9673 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO SHOT ADVANCED LTDA, CNPJ nº 03.019.433/0001-87, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5000 (cinco mil) Munições calibre 12
40000 (quarenta mil) Espoletas calibre 38
8000 (oito mil) Gramas de pólvora
40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38
4000 (quatro mil) Espoletas calibre .380
4000 (quatro mil) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.138, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/10067 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ADMINISTRADORA OSASCO PLAZA SHOPPING S/C LTDA, CNPJ nº 00.633.053/0001-40 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.146, DE 21 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7901 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TREME TERRA SEGURANÇA PATRIMONIAL E PRIVADA LTDA EPP, CNPJ nº 10.689.401/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1742/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.148, DE 21 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8611 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 87.169.900/0013-89, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1618/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.149, DE 21 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8761 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GUARDIAO SERVIÇOS ESPECIAIS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.797.404/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1751/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.152, DE 21 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/9076 - DPF/LDA/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0084-62, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
31 (trinta e um) Revólveres calibre 38
558 (quinhentas e cinquenta e oito) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.155, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7109 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ATENTO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 06.514.695/0002-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1756/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.159, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/4678 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 87.169.900/0012-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1754/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.160, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8795 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa GOL SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 04.809.629/0001-38, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
17 (dezessete) Revólveres calibre 38
150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.163, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/9913 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa TEKTRON SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 11.258.432/0001-13, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
8 (oito) Revólveres calibre 38
144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.169, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/4627 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa MJR SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 03.434.777/0002-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1616/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.175, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7253 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OBJETIVO CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 24.070.476/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1757/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 3.177, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/9981 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa GTP - TREZE LISTAS SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 62.874.094/0001-85, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3044 (três mil e quarenta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.178, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/10092 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 57.574.154/0001-04, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

797 (setecentos e noventa e sete) Revólveres calibre 38

14346 (quatorze mil e trezentas e quarenta e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.179, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/10187 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

Conceder autorização à empresa RONDAI SEGURANÇA LTDA EPP, CNPJ nº 10.398.803/0001-08, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Da empresa cedente CIFRA VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 37.572.849/0001-40:

127 (cento e vinte e sete) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente CIFRA VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 37.572.849/0001-40:

1524 (uma mil e quinhentas e vinte e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.186, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8540 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

Conceder autorização à empresa MACAPÁ SEGURANÇA LTDA-ME, CNPJ nº 03.350.579/0001-00, sediada no Amapá, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38

54 (cinquenta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.191, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7976 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GALEAM ESCOLA DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 00.922.656/0001-61, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1471/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.192, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8473 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ERS CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.185.093/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1653/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.199, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/10134 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa ONDREPSB RS- SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.853.830/0001-15, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

19 (dezenove) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.200, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/10188 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE TREINAMENTO CENTURIUM LTDA, CNPJ nº 09.504.385/0001-07, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

50000 (cinquenta mil) Espoletas calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.219, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7299 - DPF/SOD/SP, resolve:

a) REVOGAR o Alvará nº 2954, publicado no D.O.U. de 13/08/2014;

b) CONCEDER autorização à empresa ATLANTIS AWP SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - EPP, CNPJ nº 07.460.916/0001-73, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 33.029, DE 19 DE AGOSTO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08492.005759/2014-18 - DPF/IJI/SC, resolve:

Autorizar a empresa MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA ME, CNPJ nº 05.913.862/0001-29, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO
DIVISÃO DE CADASTRO E REGISTRO DE ESTRANGEIROS

DESPACHO DO CHEFE
Em 26 de agosto de 2014

O CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO E REGISTRO DE ESTRANGEIROS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, nos termos da Portaria nº 1.351, de 8 de agosto de 2014, do Ministro de Estado da Justiça, reconhece o direito de permanência com base em prole dos estrangeiros abaixo relacionados:

PROCESSO NOME

08286.002610.2012-42 Abilio Cristovao Dias / 08505.035715.2013-37 Adelia Huarina Quispe / 08260.002721.2013-28 Agnieszka Adela Dorosz Andrade Souza / 08506.014899.2012-19 Agustin Membrive Miguel / 08531.004016.2014-17 Albano Sousa Pereira / 08297.004764.2013-21 Alberto Pedro Mercado / 08702.002926.2013-67 Alberto Zuna Iriarte / 08460.004131.2012-01 Alejandra Myriam Piraino Torres / 08505.035715.2013-37 Alfredo Mendoza Condori / 08706.001254.2013-32 Alice Evete De Sousa Cordeiro / 08297.003382.2014-61 Alvaro Dos Santos Mendes Brochado / 08505.052059.2013-37 Alvaro Una Resa / 08477.000624.2013-65 Ana Lino Montero Mendez / 08460.024825.2013-37 Ana Lucia Anrango Morales / 08707.011161.2012-25 Angela Batista Gonz / 08460.052671.2010-21 Antonio De Matos / 08081.000201.2011-27 Barbara Silverio / 08311.001291.2014-65 Beltina Melville / 08505.036066.2013-91 Benedicto Callisaya Valdez / 08508.009548.2013-49 Benjamin David Padovan / 08451.003095.2012-69 Benshuai Lin / 08495.002590.2012-44 Bernardete Regina Zinga Macaia / 08505.067344.2013-52 Boris Porfirio Choque Calle / 08495.002590.2012-44 Carlos Ruibila Chaves / 08475.021986.2014-91 Carmen Rosa Paco Ballestero / 08295.017532.2013-52 Carolina Isabel Herrera Tapia / 08711.004172.2011-17 Carolina Paz Ramirez Santander / 08505.082651.2013-63 Carolina Yujra Machaca / 08221.003644.2012-17 Cesar Jose Ramirez Montano / 08505.016169.2013-35 Chibuike Jephs Oguike / 08505.010776.2014-72 Cristian Isaias Ruiz Valenzuela / 08460.030359.2013-29 Cristina Del Carmen Bajouth / 08320.019934.2012-56 Cristina Isabel Martins Cardoso / 08702.002926.2013-67 Cristina Lara Veisaga / 08458.003272.2014-17 Daniel Orlando Apdelgani / 08492.002869.2013-39 Daniel Rafael Scatularo / 08495.001531.2014-11 Daniella Andrea Duran Kohl / 08460.028289.2012-68 Daria Sette Camara E Silva / 08295.003757.2014-11 David Rodilla Garcia / 08295.012948.2013-84 Diana Johana Flores Flores / 08320.028258.2013-92 Diego Ariel Ulrich / 08495.001531.2014-11 Djanko Camara / 08495.001531.2014-11 Djanko Camara Duran / 08475.012602.2013-68 Edgar Alex Miranda Lopez / 08506.014899.2012-19 Elena Omezzolli / 08296.003134.2013-49 Emilia Kiesse Casimiro Pedro / 08475.012657.2013-78 Esteban Cabreja Hurtado / 08495.000537.2013-90 Eunice Elizabeth Valle Balbin / 08505.030670.2014-95 Eusebia Achoacalla Chacon / 08260.007303.2012-46 Fenfang Wu / 08457.004824.2013-25 Feng Meichan / 08270.021498.2012-18 Francisco Reales Navarro / 08506.008419.2013-53 Giampaolo Peluso / 08295.003777.2014-83 Giuseppe Privizzini / 08295.017532.2013-52 Gonzalo Ignacio Luengo Orellana / 08386.009635.2013-20 Graciete Maria Boane Mate / 08295.014276.2013-41 Gregoria Vallejos Vallejos / 08444.008304.2013-31 Guohua Zhou / 08260.001162.2012-58 Guolong Lin / 08286.000905.2013-65 Guro Dahl / 08505.066893.2013-18 Haizhu Shu / 08389.017673.2013-26 Hala Abdallah / 08506.010844.2012-21 Helen Cristina Villarroel Boada / 08221.006710.2013-83 Henry Velasco Barbosa / 08505.035966.2013-11 Hsing Lin Hong / 08297.001979.2014-71 Hugo Varela Campo Do Amaral / 08505.066904.2013-51 Hui Lin / 08505.066893.2013-18 Huijie Jin / 08505.129577.2013-56 James Wariso Taribo / 08506.009521.2012-95 Javier Diaz Sanchez / 08506.011093.2012-61 Jean Luc Paul Amalric / 08702.002292.2012-61 Jens Winteher Norgaard / 08221.003614.2012-01 Jhonny Guzman Tupa / 08260.007303.2012-46 Jiecheng Wu / 08514.002370.2013-26 Jiemin Tang / 08505.058849.2013-26 Jihae Kim / 08081.001474.2013-51 Joaquim Rodrigues De Sousa / 08386.009635.2013-20 Joel Bongane Mate / 08460.017318.2012-66 Joel Gerard Marie Maillet / 08389.015901.2013-23 Joel Rodrigo Davalos Almiron / 08492.005185.2013-99 Jorge Antonio Pomar Martinez / 08107.000200.2013-17 Jose Duarte Faria Gomes / 08375.002186.2012-37 Jose Manuel Sao Martinho Lourenco Almeida / 08240.015769.2012-53 Julio Cesar Gomez Gonzalez / 08260.004804.2012-71 Junlong Chen / 08505.010711.2014-27 Kadir Cavdarli / 08286.001174.2012-94 Kevin Groombridge / 08391.004633.2013-75 Leonel Domingo Moiana / 08709.007110.2014-41 Leonide Monteiro Neves Fortes / 08460.001562.2012-15 Liang Jian Bing / 08495.002959.2013-08 Libero Bonaro / 08520.005608.2013-96 Lin Benguin / 08260.003547.2013-3 Lin Xiujuan / 08444.008304.2013-31 Lincong Wang / 08495.002595.2012-77 Liz Adriana Riios Garcia / 08705.004826.2013-45 Luca Forconi / 08505.066689.2013-99 Luigi Massaro / 08320.028200.2012-68 Lurde Francisca Peralta De Oliveira / 08388.013051.2013-39 Mahmoud Hamze / 08477.000623.2013-11 Manuel Rodriguez Guazaze / 08212.005543.2012-81 Marc Adolf Emanuel Josef Laub / 08270.006708.2013-29 Marcel Antonius Martinu Johannes Van Der Does / 08096.003239.2013-54 Marcelo Ramon Rodriguez / 08506.009435.2012-82 Marcia Raquel Rodrigues / 08457.012053.2012-69 Marcus Martin Weymann / 08335.007598.2013-11 Maria Belen Benitez Mbaibe / 08221.003644.2012-17 Maria Del Rosario Torrez / 08260.005781.2012-11 Maria Vanesa Castineiras Bujan / 08495.002315.2012-21 Marianne Lorena Romero Acevedo / 08506.015028.2012-12 Marie Claire Garraud / 08502.004960.2013-22 Marta Beatriz Cabrera Salinas / 08280.001742.2014-79 Martin Anthony Mcguire / 08351.001644.2012-99 Matthew Joseph Goss Jr / 08297.003729.2014-75 Matthew Tyler Ulmer / 08506.012321.2013-09 Matthieu Jacques Adamski / 08221.003638.2012-51 Maximo Aillon Martinez / 08320.028258.2013-92 Melina Brenda Albanese / 08492.007714.2013-99 Michelle Shereen Alves Castanheira / 08352.003868.2012-25 Michihito Deguchi / 08221.003638.2012-51 Milenka Yoselin Aillon Cortez / 08221.003638.2012-51 Milka Adanahi Aillon Cortez / 08505.067344.2013-52 Mirian Gonzales Choque / 08795.001836.2012-86 Mitesh Shere / 08495.004408.2012-90 Mohammed Nazim Manjothi / 08503.000082.2013-66 Monica Sofia Francisco Goncalo De Macedo / 08475.022016.2014-11 Nadacie Iodelli Dos Santos / 08444.009455.2013-14 Natalia Andrea Gomenuka / 08297.003943.2014-21 Nelson Alexandre Da Silva Pereira / 08354.007397.2013-95 Nelson Antonio Varela Neves / 08460.007596.2013-96 Nicholas James Beneke / 08221.003632.2012-84 Nicomedes Cuiro Huallpa / 08505.044180.2012-12 Ning Guan / 08506.008327.2013-73 Noah Isaak Pingist / 08505.036066.2013-91 Nora Wilma Vargas Ramirez /

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

08221.003638.2012-51 Norma Cortez Cardozo / 08389.017673.2013-26 Nour Zaidan / 08362.002977.2013-97 Nury Mosquera / 08505.066414.2013-55 Odango Onya Michel / 08220.015901.2012-65 Oleh Obaranchuk / 08336.016524.2013-65 Patricia Villca Mamani / 08702.005431.2012-17 Pedro Miguel Domingues Dos Santos / 08505.082651.2013-63 Pedro Montoya Tola / 08458.009591.2013-47 Pekka Juhani Andersson / 08506.014711.2013-13 Philip Martin Macnaghten / 08505.066904.2013-51 Pingji Lan / 08505.059063.2013-26 Qiang Lin / 08495.002315.2012-21 Rafael Alberto Lopez Guarnizo / 08460.030359.2013-29 Ramiro Javier Moralejo / 08495.003075.2013-62 Ramon Maria Aller Garcia / 08475.022003.2014-33 Reina Maria Roca / 08221.002847.2012-88 Remigio Mendez Chamarro / 08711.000100.2013-54 Roberto Cerro Revilla / 08491.001036.2014-41 Rogelia Brum / 08506.008327.2013-73 Roland Pingist Brittany Pingst / 08336.016518.2013-16 Rosa Camacho Rodriguez / 08460.004057.2012-14 Rupert Josef Blank / 08270.006708.2013-29 Sandra Brigitte Sminia / 08506.008648.2012-97 Santiago Blanco Sanchez / 08352.003868.2012-25 Sara Johanna Jimenez Abaunza / 08495.000555.2013-71 Sarah Jane Werneck Evangelista / 08460.032678.2013-79 Sebastien Andre Roger Flament / 08460.023168.2011-49 Semblante Guimaraes Vaz Mendes / 08505.066513.2013-37 Shuangshuang Zuo / 08386.009635.2013-20 Simione Mate / 08296.003075.2013-17 Simone Breuer / 08336.017815.2013-71 Sonia Sinani Blanco / 08505.036066.2013-91 Stif Callisaya Vargas / 08795.001077.2013-32 Su Wuyun / 08296.003134.2013-49 Tavares Mpanzu Pedro / 08270.019850.2012-55 Tetiana Duorna / 08505.066513.2013-37 Tiecheng Chen / 08311.001597.2013-31 Ting Wang / 08505.036578.2013-58 Valentina Boni / 08705.000480.2013-14 Valter Pieri / 08707.011161.2012-25 Virginia Gonzalez Caparros / 08386.012611.2013-58 Vitor Manuel Raposo Sanches Augusto / 08711.000126.2013-01 Vitor Paulo Sequeira Da Silva / 08460.030032.2011-95 Wang Xiaojing / 08520.005608.2013-96 Wei Lingdan / 08460.001562.2012-15 Wu Zhiwen / 08451.003095.2012-69 Xi Wang / 08506.014383.2012-66 Xiaoshan Chen / 08508.012324.2013-14 Xinxi Guo / 08505.066795.2013-72 Xiujin Lin / 08260.001162.2012-58 Yan Jing / 08795.001075.2013-43 Yan Wenchao / 08504.011879.2013-89 Yanxue Chen / 08296.003134.2013-49 Yeze De Fatima Catarina Casimiro / 08320.023161.2013-93 Yolanda Roca Rivera / 08260.004804.2012-71 Yuyi Zhu / 08505.010711.2014-27 Zeynep Cavdarli / 08505.044180.2012-12 Zhengrong Zhou / 08505.066795.2013-72 Zongdong Wang

O CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO E REGISTRO DE ESTRANGEIROS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, nos termos da Portaria nº 1.351, de 8 de agosto de 2014, do Ministro de Estado da Justiça, reconhece o direito de permanência com base em cônjuge dos estrangeiros abaixo relacionados:

PROCESSO NOME

08709.010382.2013-47 Abdellah Ismaili / 08458.000566.2014-89 Abdoulaye Mohamed / 08514.006336.2012-40 Abdul Hadi Muharam / 08460.017282.2012-11 Adil Hameed / 08354.003672.2013-00 Adrian Montenegro / 08352.000252.2012-01 Ake Emanuel Dahl / 08514.002646.2013-76 Albert Stangl / 08495.003133.2013-58 Allison Katie Hodges / 08458.001998.2014-15 Alvaro Diaz Riestra / 08340.002578.2012-01 Ana Filipa Barbosa Pereira Oliveira / 08354.007045.2013-30 Anders Carl Johan Bengtsson / 08457.006425.2013-07 Andre Ludgero Soares Raposo Pires Faleiro / 08460.017174.2012-48 Andre Manuel Seixas Silva / 08286.001165.2013-84 Andrew Sebastian Singh Mann / 08212.008166.2013-13 Ani Afyan Semerdjian / 08420.031056.2012-19 Anna Berousek Lima / 08354.003274.2013-85 Antina Cerino / 08495.001782.2013-14 Antonia Karolina Richter Salla / 08387.002577.2013-01 Antonio Jorge Dias De Matos / 08701.008177.2013-91 Antonio Jose Faz Bulha Simoes / 08270.025825.2012-19 Antonio Miguel Moura De Oliveira Parro / 08504.011828.2013-57 Arely Martinez Peixoto / 08386.012227.2014-36 Arlindo Carranso De Moura / 08505.110730.2013-71 Ataliia Gerasymenko / 08240.025503.2012-19 Aurelien Guy Jean Clave / 08124.002342.2013-01 Avni Veseli / 08492.005350.2013-11 Bethany Joy Dos Santos / 08458.000654.2014-81 Bilal Ihaddadene Cravinho / 08495.002007.2013-86 Brooke Erin Retherford / 08260.002150.2012-41 Carla Sofia Goncalves Ferreira Pedrosa / 08335.002912.2014-50 Carlos Alberto Carballo Rodriguez / 08352.003835.2012-85 Carlos Alberto Falcones Coronel / 08296.003132.2013-50 Carlos Alberto Simao Monteiro / 08270.009830.2011-95 Carlos Alexandre Duarte De Almeida / 08107.000162.2013-94 Carlos Andres Espinosa Guzman / 08458.004224.2012-76 Carlos Cardoso Poeta / 08503.000070.2013-31 Catia Alexandra Duarte Loureiro Teixeira / 08458.000354.2014-00 Choki Dema / 08514.001627.2013-22 Christopher Donald Adams / 08420.001299.2013-11 Christopher James Quinn / 08295.007762.2014-94 Claire O Connell / 08505.036541.2013-20 Claudia Eleonora De Rossi / 08351.000927.2013-02 Daniela Mihalca Barbosa / 08505.015331.2014-89 Darren Paul Baria Wharton / 08388.009513.2013-13 David Bautista Gutierrez / 08460.020971.2013-93 Detin Jani / 08460.017283.2012-65 Diana Danielyan / 08504.011103.2013-69 Dina Maria Mota De Carvalho / 08386.005323.2014-28 Diogo Miguel Teixeira Delgado / 08295.025014.2013-11 Donat Christian Mbimbi Nzuzi / 08386.011908.2013-04 Douglas Francis Mcdougall / 08124.004129.2011-63 Eduardo Costa Pereira De Oliveira / 08460.014610.2013-16 Eduardo Nuno Galante Figueiredo Midoes / 08505.067755.2013-48 Eirini Ameli Kyrmizaki / 08354.004449.2013-71 Elena Aleksandrovna Sorokina / 08102.009718.2012-77 Eliseu Manuel Fernandes / 08256.001252.2014-70 Emanuel Joaquim Ferreira Martins / 08508.012373.2013-57 Emily Anne Mckinney Oliveira / 08270.017243.2011-70 Ennio Fellin / 08705.005805.2013-47 Ezzat Moussa Mikhail Moussa / 08354.006228.2011-76 Felipe Duarte Naumann / 08460.028008.2012-77 Fernanda Baptista Coelho / 08260.006966.2012-43 Fernando Jaime Flores Castro / 08494.001191.2013-57 Fernando Luis Barreiros Fidalgo Da Costa / 08386.013003.2014-41 Fernando Manuel Antunes Martins Dias / 08505.066277.2013-59 Filipe Manuel Velez Redondo / 08212.005891.2013-30 Flor Marilyn Dominguez Araya Moser / 08280.020684.2013-00 Florian Alain Boucault / 08260.003462.2012-71 Francesca Romana Mezi Lima Santos / 08505.035566.2013-14 Francis Okechukwu Nweke / 08420.017844.2012-01 Francisco Javier Aguera Herz / 08702.005443.2012-33 Francisco Jose Da Cruz Dos Anjos / 08354.004354.2013-58 Francisco Regis Garcia Calderon / 08335.006941.2014-91 Francisco Ruben Zalazar Santos / 08338.002173.2013-95 Freddy Luis Romero Insfran / 08354.002337.2013-86 Gabriele Johanna Drumond De Guimaraes Souto / 08364.001214.2013-17 Gilbert Vaz / 08532.003323.2014-62 Giulio Elbaggi / 08505.052277.2013-71 Glendail Edward Hester Iii / 08286.000595.2014-60 Gregory David Gerrein / 08460.024874.2013-70 Guillermo Gustavo Valencia Camargo / 08508.012401.2013-36 Hamidreza Aseadi / 08420.029962.2012-53 Helder Manuel Da Cunha Santos Matias / 08460.028717.2012-52 Helene Untereiner Martins Baptista / 08295.017411.2013-19 Hiroshi Ashid / 08107.001592.2012-42 Hugo Emanuel Da Silva Schutz Rocha / 08505.052649.2013-60 Hulusi Arda Arin / 08297.004772.2013-77 Ivan Vieira / 08492.007473.2013-88 Jaime Grau Garcia / 08709.005480.2013-62 Jami Blaine Hanson / 08420.034244.2012-07 Janne Helen Furevikstrand Rodrigues / 08494.009005.2012-47 Jawad Rehman / 08458.012657.2010-33 Jennifer Lynn Simao Poeys De Castro / 08351.004156.2012-33 Jennifer Marie Carvalho / 08460.028008.2012-77 Jesse Dylan Marsden / 08104.008162.2013-62 Joao Carlos Nobre Pires / 08270.007871.2012-28 Joao Luis Guerreiro Duarte / 08460.017250.2012-15 Joel Michel Boudeau / 08420.032156.2013-43 Johannes Mathuws Andreas Franciscus / 08458.000681.2014-53 John Nogara / 08460.017266.2012-28 Jonatan Gil Descalzo / 08386.003661.2014-25 Jorge Alfredo Da Costa Vila Nova / 08460.028004.2013-70 Jorge Fernando Soares Albuquerque Tavares / 08505.015277.2014-71 Jorge Manuel Picado Viegas / 08295.003784.2014-85 Jose Concepcion Robles Claro / 08505.066250.2013-66 Jose Edelberto De La Cruz Guzman / 08494.000369.2013-42 Jose Luis Puebla Perez / 08295.011598.2013-39 Jose Manuel Amorim Pereira / 08505.066230.2013-95 Jose Ramon Argueso Gutierrez / 08335.008807.2013-43 Juan Jose Baeza Ruiz / 08386.014981.2014-19 Juan Maria Eguibar Valdecantos / 08375.001109.2013-41 Juan Pedro Miranda Trivino / 08507.002379.2013-26 Julian Edmund Partridge / 08505.066624.2013-43 Julio Cesar Arango Sanguino / 08492.020329.2013-37 Katie Anne Gilroy Malinverni Pagliosa / 08352.003835.2012-85 Katty Oswalda Coronel Acuna Jacinto / 08505.036380.2013-74 Kevin Patrick Snyder / 08270.012910.2013-90 Kody Christopher Doubrava / 08354.006999.2013-25 Le Xu / 08709.007542.2013-71 Leila Drescig / 08354.003466.2013-91 Leydy Mabel Urbano Villamizar / 08505.010948.2014-16 Line Jade An / 08505.059042.2013-19 Lisa Claire Busby Rodrigues / 08420.001304.2013-88 Luca Vivarini / 08706.003767.2013-88 Lucilla Marascio / 08505.035223.2013-41 Luis Alberto Leon Diaz / 08124.000491.2013-27 Luis Filipe Martins Pedro / 08270.014058.2012-12 Luis Miguel Caeiro Fialho / 08240.005272.2013-16 Luis Miguel Carreira Saraiva / 08354.002101.2013-40 Makrem Baarach / 08458.001372.2014-09 Manuel Alejandro Perez Aburto / 08508.014219.2013-10 Manuel Francisco Ferreira Lopes / 08709.005905.2014-14 Manuel Jose Cartucho Cerqueira / 08458.009761.2013-93 Manuel Luis Da Silva Gomes / 08286.001788.2013-57 Marco Lanza / 08220.001582.2013-91 Margoth Roca Gentili / 08492.005248.2013-15 Maria De Fatima Pereira Batista / 08492.019701.2012-81 Maria Del Rosario Pereira Barrios / 08492.019701.2012-81 Maria Del Rosario Pereira Barrios / 08212.005557.2013-86 Maria Isabel Menendez Leon / 08505.066835.2013-86 Maria Paulina Etchegaray Pozas / 08460.024892.2013-51 Mariana Fernandes Dias De Andrade / 08460.028054.2013-57 Mariela Simona Garcia Flores / 08420.032156.2013-43 Marinus Frequin / 08503.000051.2013-13 Mario Rui Fernandes De Almeida / 08495.002245.2012-19 Marion Anne Lemetayer Packer / 08286.002534.2012-75 Marion Roch Soares / 08707.005633.2013-91 Martin John Orchard Fearn / 08505.052309.2013-39 Mathew Ryan Bauer / 08420.035088.2012-93 Mattia Cutrufelli / 08420.028089.2013-62 Maurizio Aldo Ivan Gramendola / 08124.002022.2012-61 Mauro Filipe Sousa Maria / 08124.002022.2012-61 Mauro Filipe Sousa Maria / 08280.016279.2013-89 Metin Eksi / 08505.066394.2013-12 Michael Joseph Balcaen / 08495.003800.2013-01 Michael Thomas Bain / 08335.014158.2014-09 Miguel Angel Fernandez Ibarra / 08505.052319.2013-74 Miguel Angel Uscanga Dominguez / 08280.027360.2012-11 Muhammad Imran Ul Haq / 08460.028127.2012-20 Murtaza Navsariwala / 08495.004677.2011-75 Natasha Lee Thompson / 08388.013911.2013-34 Nestor Da Conceicao Miranda Pimenta / 08386.013808.2013-12 Nicola Jane Rickett De Carvalho / 08461.009135.2013-48 Nicolas Alexander Moran / 08286.002269.2013-14 Nicolo Rota / 08795.000415.2013-19 Nisar Ullah / 08270.006711.2013-42 Noemi Catala Grau / 08124.001338.2013-17 Norka Annette Garcia Marrou / 08495.004689.2011-08 Nuria Mireia Fernandez Ortiz / 08102.004294.2013-35 Olga Petrovna Menezes / 08505.015103.2014-17 Olof Wilhelm Persson / 08102.003457.2013-62 Omar Arley Pineda Zapata / 08505.035919.2013-78 Onyebuchi Alamba / 08388.013056.2013-61 Pamela Viviana Lemes Da Silva / 08460.017395.2012-16 Paolo Giovanni Carlo De Renzio / 08460.028030.2012-17 Paul Andrew Solomon / 08505.083479.2013-65 Pauline Jean Mc Leod / 08340.002057.2013-27 Paulo Jorge Calcadas Amaral / 08458.000351.2014-68 Paulo Jorge De Sousa Beites / 08375.001184.2014-92 Paulo Renato Monteiro Sousa / 08458.001351.2014-85 Pedro Miguel Azevedo Cuica / 08792.000285.2013-44 Pedro Miguel De Sousa Pereira / 08707.005965.2013-76 Petrus Aloijsius Martinus Aarts / 08375.011930.2012-94 Pieter Klaas Landstra / 08081.000933.2014-60 Pilar Ortiz Parra Hibner De Oliveira / 08505.084270.2013-19 Prince Murphy Ubah / 08460.032916.2013-46 Richard Jean Serre / 08505.052654.2013-72 Rim Abida / 08495.000576.2014-78 Roman Erhard Camillo Helferich / 08311.001038.2014-10 Romy Nilson Ahumada Valdivia / 08460.028302.2012-89 Rudiger Anna Victor De Wolf / 08494.003813.2013-81 Rui Manuel Dos Santos Venancio / 08353.003580.2013-21 Ruth Karim Serrano Espinosa / 08505.129328.2013-61 Ruy Manuel Rufino Caleiro De Oliveira E Silva / 08270.004734.2013-12 Salvatore Enea / 08420.034111.2012-22 Samuel Jose Da Silva Cosme / 08096.005359.2013-96 Sanaa Hijaz / 08508.012402.2013-81 Saurav Sinha / 08492.002914.2013-55 Saverio D Avino / 08492.002914.2013-55 Saverio D Avino / 08260.006712.2012-25 Sergio Jimenez Ruiz / 08709.004216.2013-10 Shuk Fan Fanny Yuen / 08230.004449.2013-78 Stanislav Fabik / 08514.002496.2013-09 Tania Sofia De Medeiros Lobo / 08458.000364.2014-37 Thanitnann Ribeiro / 08388.013056.2013-61 Thiago Lemes Da Silva / 08705.001371.2013-14 Thomas Daniel Conor Hennessy / 08495.003913.2013-06 Thomas Michael Rudenko / 08295.018694.2013-16 Tresor Kisingini Katack / 08505.036596.2013-30 Tsutomu Takahashi / 08230.002060.2012-15 Ulisse Milesi / 08375.013356.2012-17 Uwe Waldemar Klatt / 08504.002243.2013-46 Uzi Meck / 08351.002063.2013-55 Vasco Jose Milheiro Calhandro / 08280.007765.2013-14 Vicente Nava Lopez Pires / 08460.028422.2013-67 Vincent Antoine Noel Carrie / 08375.003755.2014-23 Vitor Emanuel Granito Pontes / 08295.014267.2013-51 Vitor Manuel Vieira Joaquim / 08286.001232.2012-80 Vladmir Agostinho Afonso / 08386.013642.2014-15 Wael Abdelhadi Abbas Omar / 08505.010885.2014-90 Weston Curtis Quivey / 08460.017463.2012-47 William Martin Glick Iii / 08506.014174.2013-01 Xavier Soriano Salvador / 08505.051997.2013-10 Yuji Tomida / 08295.021769.2013-38 Zeyla Barbara Conde Guarachi Guimaraes

O CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO E REGISTRO DE ESTRANGEIROS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, nos termos da Portaria nº 1.351, de 8 de agosto de 2014, do Ministro de Estado da Justiça, reconhece o direito de permanência com base em união estável dos estrangeiros abaixo relacionados:

PROCESSO NOME

08420.023385.2013-77 Bruna Chiari / 08505.073745.2014-22 Bruno Omar El Bennich / 08335.014148.2014-65 Carlos Manuel Justo Saraiva / 08230.007203.2014-39 Christian Bayer / 08230.001704.2013-21 Francesco Henrik Theodoro De Luca / 08458.002909.2014-40 Francisco Manuel Real Fernandes / 08260.007194.2014-29 Giuseppe Luongo / 08458.007602.2013-54 Jason Curtis Weaver / 08338.000500.2012-93 Joel Inocencio Medina Diaz / 08295.021804.2013-19 Luigi Carillo / 08230.000225.2014-78 Mailyn Rosales Nocedo / 08335.017195.2014-61 Manuel Alcino Pereira Dos Santos / 08444.005391.2014-55 Marcia Carolia Gaxiola Camarena / 08083.000433.2014-16 Mariely Adelaida Corporan Espinal / 08477.001586.2013-68 Maura Reluz Portillo / 08386.003722.2014-54 Miguel Angel Ruiz Cantabrana / 08505.073634.2014-16 Oscar Luigi Marzorati / 08295.005688.2013-91 Paul Javier Gomez Rodriguez / 08458.000801.2014-12 Pedro Nelson Fernandes Soares / 08364.001655.2011-49 Piazza Gian Giuseppe / 08260.008350.2012-15 Piero Giuseppe Cannetta / 08260.006034.2012-09 Qingyu Li / 08444.006132.2014-41 Robin Corrie / 08709.005232.2014-01 Rosa Dos Prazeres Sampaio Carvalho / 08338.006484.2013-23 Ruben Lopez Basualdo / 08352.000886.2014-17 Rui Manuel Rocha Da Silva Dias / 08444.005720.2014-68 Wiebke Ahnert

O CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO E REGISTRO DE ESTRANGEIROS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, nos termos da Portaria nº 1.351, de 8 de agosto de 2014, do Ministro de Estado da Justiça, reconhece o direito de permanência com base em reunião familiar dos estrangeiros abaixo relacionados:

PROCESSO NOME

08514.001774.2013-01 Han Yi Chiu / 08495.004545.2013-13 Maria Susete Dos Santos Dias Vieira Da Silva / 08505.066975.2013-54 Wenzhong Weng

O CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO E REGISTRO DE ESTRANGEIROS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, nos termos da Portaria nº 1.351, de 8 de agosto de 2014, do Ministro de Estado da Justiça, reconhece o direito de permanência com base em transformação da Residência Provisória em permanente dos estrangeiros abaixo relacionados.

PROCESSO NOME

08505.067998.2013-86 Adolfo Sacaca Sacaca / 08505.082818.2013-96 Adrian Ramos Flores / 08505.080586.2014-12 Agustin Felipe Cubillos Munoz / 08505.067567.2013-10 Alberto Limachi Mamani / 08505.080686.2014-49 Alcidez Mamani Sarmiento / 08505.080668.2014-67 Alejandra Rolon Otazo / 08492.026363.2013-15 Alejandro Bernadet Behetti / 08505.073437.2014-05 Alejandro Gomez Abente / 08505.080676.2014-11 Alexis Sebastian Arapa Colquehuanca / 08505.080611.2014-68 Alfredo Garcia Duarte / 08503.002977.2014-16 Alfredo Luiz Nunez Cabrera / 08505.080546.2014-71 Alger Santiago Jauregui Pinto / 08389.029357.2013-05 Ana Felte / 08505.083668.2013-38 Ana Gabriela Tito Carrillo / 08505.067278.2013-11 Ana Karen Parra Cespedes / 08505.110579.2013-71 Ana Lucia Bowles Zulmelzu / 08505.129395.2013-85 Ana Luz Mullisaca Enciso / 08505.068489.2013-71 Ana Maria Chara Caballero / 08505.129506.2013-53 Anahi Gabriela Rivero Vaca / 08212.007893.2013-63 Angela Hiraku Osinaga Reyes / 08505.080636.2014-61 Angelino Eucebio Incapoma Esprella / 08505.082639.2013-59 Anibal Salvioni Caballero / 08505.073623.2014-36 Antonia Portilla Ortiz / 08505.068208.2013-80 Ariel Daniel Rodriguez Chico / 08505.080526.2014-08 Ariel Marcos Choque Hilaya / 08212.005770.2013-98 Arminda Flores Guillen / 08505.080499.2014-65 Assuncion Ferreira Britez / 08505.067902.2013-80 Ayde Canagua Chura / 08505.129390.2013-52 Basilia Paco Yahuasi / 08505.080577.2014-21 Benilda Cerezo Quispe / 08505.067564.2013-86 Benita Poma Perca / 08505.129593.2013-49 Bernardina Mamani Choque / 08503.002978.2014-61 Bernardino Romero Galeano / 08505.110873.2013-83 Betty Samira Yujra Aruquipa / 08505.067613.2013-81 Biancy Logia Coarite Ruiz / 08505.084261.2013-28 Brisilia Siles Condori / 08505.068108.2013-53 Carlos Roberto Apaza Choque / 08505.080567.2014-96 Carmen Castillon Alvarado / 08505.129736.2013-12 Carmen Rosa Terceros Lopez / 08389.029328.2013-35 Carolina Beatriz Andrade Godoy / 08505.067972.2013-38 Cayo Arnaldo Mayta Velarde / 08505.110919.2013-64 Cecilia Beatriz Perez Cabanas / 08505.129688.2013-62 Celsa Francisca Humerez Yapita /

IMPRENSA NACIONAL EXEMPLAR DE ASSINANTE DA UNIÃO

08505.129520.2013-57 Cesar Anibal Ucharico Yapuchura / 08505.110382.2013-32 Ceveriano Pena Enciso / 08505.067006.2013-11 Ciriaco Vasquez Revollo / 08505.080527.2014-44 Claudia Huasco Laura / 08505.080657.2014-87 Corina Avila Zambrana / 08505.080589.2014-56 Cristhiam Boris Fernandez Sirpa / 08505.083761.2013-42 Cristhian Pablo Cavero Gutierrea / 08505.110856.2013-46 Cristian David Ruiz Diaz Morales / 08505.129711.2013-19 Cristina Chino Aro / 08505.073570.2014-53 Daniel Francisco Ibanez Pino / 08505.066940.2013-15 Dany Choque Choque / 08505.082636.2013-15 Delia Cari Ninaja / 08505.110369.2013-83 Delia Carvajal Ticonipa / 08505.073643.2014-15 Diana Carolina Arrieta Lopez / 08505.067228.2013-33 Donato Flores Terrazas / 08505.080507.2014-73 Eddy Mamani Copa / 08505.080511.2014-31 Eddy Ronald Calle Frauz / 08505.067861.2013-21 Edgar Catari Mamani / 08505.129324.2013-82 Edgar Flavio Cruz Flores / 08505.068298.2013-17 Edson Mauricio Tintaya Apaza / 08508.008304.2014-20 Eduardo Andres Borie Echevarri / 08505.067603.2013-45 Edwin Flores Ventura / 08505.067209.2013-15 Edwin Sanga Mayta / 08505.067997.2013-31 Efraem Cruz Gomez / 08505.080600.2014-88 Elder Viveros Fretes / 08505.110279.2013-92 Eleuterio Mejia Lopez / 08212.008810.2013-53 Eleuterio Tomas Flores / 08505.082976.2013-46 Elisa Esquivel Palli / 08505.080666.2014-78 Elizabeth Arispe Ricaldez / 08505.080665.2014-23 Elizabeth Quispe Choque / 08505.083673.2013-41 Elizabeth Quispe Mamani / 08505.080574.2014-98 Elizardo Huanca Quispe / 08505.129399.2013-63 Elsa Lidia Nizama Pena De Degollar / 08505.129754.2013-02 Elsa Zuniga Layme / 08492.026267.2013-77 Elvis Rigoberto Soto Henriquez / 08505.129377.2013-01 Elza Espinoza Paredez / 08505.080609.2014-99 Emiliana Choque Chiquipa / 08505.080576.2014-87 Emiliano Tica Ramo / 08505.067883.2013-91 Erasmo Choque Jihuacuti / 08504.020866.2013-09 Erick Nilton Chacon Armas / 08709.009380.2014-96 Ernesto Walter Schonbrod Brauhardt / 08505.109659.2013-84 Erwin Luis Huchani Mamani / 08505.110579.2013-71 Esteban Bowles Gutierrez / 08212.007896.2013-05 Esther Gabriela Reyes Caceres De Osinaga / 08505.109655.2013-04 Eunice Rodas Ortiz / 08505.129314.2013-47 Eustaquio Torres Cristaldo / 08508.012367.2013-08 Ever Renato Canzanella Arguello / 08505.067943.2013-76 Ever Yhonny Moeses Alanoca Flores / 08505.067280.2013-90 Fabiola Huanca / 08505.067205.2013-29 Fabiola Luz Limachi Quispe / 08505.067987.2013-04 Felipe Antonio Brizuela Barreto / 08505.068173.2013-89 Filomena Quintana Quispe / 08505.068091.2013-34 Filomena Sullca Flores / 08505.110604.2013-17 Florencio Quispe Callisaya / 08705.002212.2013-29 Florinda Noguera Veron / 08495.004828.2013-57 Frances Belçen Fuentes Olmos / 08505.082638.2013-12 Francisca Huanca Mamani / 08705.002666.2013-08 Francisco Alfonso Romero Conde / 08505.073623.2014-36 Francisco Javier Portilla Campos / 08505.073822.2014-44 Francisco Machaca Quispe / 08505.129393.2013-96 Francisco Miguel Poma Quispe / 08505.068208.2013-80 Franco Rodriguez Escobar / 08505.067277.2013-76 Franklin Vladimir Calle Tancara / 08505.129630.2013-19 Franz Arratia Luna / 08505.067991.2013-64 Franz Salguiero Yujra / 08505.129350.2013-19 Freddy Marca Choque / 08505.067859.2013-52 Fredy Cossio Mamani / 08505.067568.2013-64 Fredy Lopez Guzman / 08505.110339.2013-77 Gabriel Jhonny Foronda Sirpa / 08505.080606.2014-55 Geny Viviana Moreno Tisco / 08505.067577.2013-55 German Rengel Tarqui / 08505.139259.2013-01 Gimena Encarnacion Yucra Quispe / 08505.067989.2013-95 Gladys Lucero Quispe / 08505.083581.2013-61 Gliset Maricela Rosales Rojas / 08505.073684.2014-01 Gloria Elizabeth Villar Santacruz / 08505.066939.2013-91 Gregoria Mamani Yupanqui / 08505.129398.2013-19 Gregorio Colque Ramos / 08505.080497.2014-76 Gregorio Laura Ovando / 08505.110874.2013-28 Grover Condori Quispe / 08505.129327.2013-16 Guido Mamani Quispe / 08503.002979.2014-13 Gustavo Hermenegildo Nunez Cabrera / 08280.016351.2013-78 Hector Gabriel Rodriguez De Los Santos / 08505.083682.2013-31 Heidi Gonsalez Rodriguez / 08505.110550.2013-90 Heidy Jacqueline Gonzalez Karajallo / 08505.073710.2014-93 Hilda Ramona Benitez / 08505.080515.2014-10 Hilda Vidal Duran / 08505.068287.2013-29 Hilder Flores Quecana / 08505.068232.2013-19 Hugo Mendez Uzeda / 08505.067333.2013-72 Hugo Quispe Layme / 08505.080588.2014-10 Ignacio Del Valle Davila / 08505.110140.2013-49 Isaac Guanca Chuquimia / 08505.110579.2013-71 Isabel Zumelzu Solares / 08505.067310.2013-68 Isidoro Delgadillo Hinojosa / 08502.007066.2013-12 Iver Chura Mamani / 08505.073722.2014-18 Jean Pierre Rodrigo Huerta Zamorano / 08505.083138.2013-90 Jesus Velasquez Moscoso / 08505.110951.2013-40 Jheannette Copa Ochoa / 08505.110380.2013-43 Jheison Americo Rojas Rodriguez / 08505.073683.2014-59 Jhonier Osorio Cardenas / 08505.083642.2013-90 Jhonny Colque Alvis / 08505.067207.2013-18 Jhonny Zacari Chui / 08505.110963.2013-74 Jhosep Luis Huallpa Achata / 08505.067596.2013-81 Joel Maria Britos Farina / 08505.067950.2013-78 Joel Socompi Villalobos / 08505.073656.2014-86 Jorge Fidel Godoy Meza / 08212.005983.2013-10 Jorge Junior Huarachi Ventura / 08505.129332.2013-29 Jorge Leano Mendoza / 08505.083700.2013-85 Jorge Nicolas Salinas Arenas / 08505.110349.2013-11 Jose Antonio Lima Zeballos / 08506.011637.2014-56 Jose Antonio Lujan Minchola / 08460.030412.2013-91 Jose Erwin Aldunate Mejia / 08505.067605.2013-34 Jose Gabriel Quispe Quispe / 08505.080509.2014-62 Jose Luis Acuna Zerna / 08270.015326.2013-96 Jose Luis Castellon Mollo / 08505.109533.2013-18 Jose Luis Choque Choque / 08505.080548.2014-60 Jose Luis Condori Apaza / 08505.073323.2014-57 Jose Luis Davalos Alegre / 08505.068053.2013-81 Jose Luis Mamani Ali / 08505.080487.2014-31 Jose Luis Mamani Apaza / 08337.005380.2013-10 Jose Ramon Santa Cruz Martinez / 08505.129355.2013-33 Jose Roberto Mollo Miranda / 08505.110359.2013-48 Jose Urbina Guzman / 08505.067616.2013-14 Juan Carlos Arriaga Cuenca / 08505.073674.2014-68 Juan Carlos Diaz Segovia / 08505.080587.2014-67 Juan Carlos Flores Alejo / 08505.110142.2013-38 Juan Condori Colquehuanca / 08505.110402.2013-75 Juan Gabriel Arana Ferrufino / 08505.080500.2014-51 Juan Maraz Alvarez / 08354.006089.2014-23 Juan Salvador Andrade Tineo / 08505.067554.2013-41 Juan Yanarico Callata / 08505.080602.2014-77 Juana Cristina Carlo Tinini / 08505.129541.2013-72 Juana Cuico Alarcon / 08505.080578.2014-76 Juaquin Escalante Agua-

do / 08505.080572.2014-07 Julio Quispe Limachi / 08460.017306.2013-12 Julio Ricardo Jemio Sanchez / 08505.067005.2013-76 Julio Villalba Flor / 08505.109776.2013-48 Justino Cadena Choque / 08212.005774.2013-76 Justo Choque Cayo / 08505.067569.2013-17 Juvenal Zurita Crespo / 08505.073711.2014-38 Leon Lalo Natanzon Wyloga / 08505.067410.2013-94 Leonida Sacaca Sanchez / 08505.067305.2013-55 Leonora Mamani Apaza / 08505.080654.2014-43 Leydi Puma Mamani / 08514.005003.2014-65 Lia Ivana Treves / 08505.067188.2013-20 Lidia Aruquipa Condori / 08505.080676.2014-11 Lidia Colquehuanca Aguilar / 08505.110991.2013-91 Lidia Mamani Mamani / 08505.080504.2014-30 Liliana Mariel Sala Gonzalez / 08505.068119.2013-33 Limber Mamani Espinoza / 08505.080534.2014-46 Limbert Yujra Quispe / 08505.110477.2013-56 Lizeth Valdez Villanueva / 08505.080486.2014-96 Lorena Concepcion Benitez Britez / 08505.110140.2013-49 Lucio Guanca Limachi / 08505.080508.2014-18 Ludwin Veimar Frauz Santamaria / 08505.080621.2014-01 Luis Adolfo Mamani Sarmiento / 08505.067563.2013-31 Luis Eudalio Manzaneda Guzman / 08296.005655.2013-31 Luis Fernando Astudillo Nadal / 08505.139597.2013-35 Lupe Sonia Paredes Ojeda / 08505.067930.2013-05 Mahmub Farid Gorayeb Jardua / 08505.110626.2013-87 Manuel Chipana Guzman / 08505.080512.2014-86 Marcelo Apaza Calle / 08505.080559.2014-40 Marco Agustin Loza Quispe / 08514.004289.2013-81 Marco Antonio Aparicio Vargas / 08460.007813.2013-48 Margarita Ramona Ruiz Olazar / 08505.129453.2013-71 Maria Alejandra Atallah Leiva / 08505.080520.2014-22 Maria Elena Romero Avila / 08505.068368.2013-29 Maria Isabel Encinas Vargas / 08505.080510.2014-97 Maria Isabel Rodriguez Del Aguila / 08505.083682.2013-31 Maria Marilin Rodriguez / 08505.129356.2013-88 Mariana Mollo Miranda / 08505.080591.2014-25 Maribel Arminda Apaza Ramirez / 08505.083764.2013-86 Maribel Garcia Olivera / 08709.009402.2014-18 Maricela Elizabeth Coronado Ramos De Reyes / 08706.001074.2014-31 Marisa Isabel Calvo Mindr / 08389.029361.2013-65 Marta Elend Gonzalez Borja Marques / 08505.129739.2013-56 Martha Quispe Quispe / 08505.129397.2013-74 Martha Zambrana Padilla / 08505.129521.2013-00 Mary Leyddy Cota Viraca / 08505.068011.2013-41 Mary Mamani Flores / 08505.067558.2013-29 Mauro Alvarez Quispe / 08505.110140.2013-49 Melany Aydee Guanca Chuquimia / 08505.067307.2013-44 Melvi Perez Fares / 08354.005876.2014-58 Mercedes Mendoza Bedoya / 08506.012218.2013-51 Miguel Alvaro Sanchez Sanchez / 08505.067995.2013-42 Miguel Angel Alejo Mamani / 08505.067205.2013-29 Miguel Angel Pilco Nierva / 08505.067037.2013-71 Miguel Angel Quispe Paredez / 08505.080601.2014-22 Milton Carmelo Cruz Huanca / 08505.110971.2013-11 Miriam Betty Mita Apaza / 08505.080603.2014-11 Miriam Gimena Vila Tinini / 08505.073696.2014-28 Miriam Rocio Choque Ajhuacho / 08505.067265.2013-41 Mirian Zenteno Camacho / 08505.129266.2013-97 Moises Cora Caba / 08505.080605.2014-19 Monica Maria Jimenez Correa / 08505.073513.2014-74 Nahir Chambi Poma / 08505.080513.2014-21 Nancy Diana Tarazona Osorio / 08505.065577.2014-00 Nancy Mamani Mamani / 08460.022968.2014-95 Natalia Telayna / 08505.067238.2013-79 Nataly Belinda Calle Apaza / 08505.129496.2013-56 Nelson Edwin Maquera Magi / 08505.067799.2013-78 Nely Flores Lazaro / 08505.067992.2013-17 Nidia Belmonte Huanca / 08505.080581.2014-90 Nieves Rojas Lopez / 08505.067644.2013-31 Noel Sarzuri Apaza / 08505.083682.2013-31 Norah Rodriguez / 08505.083674.2013-95 Norma Mamani Mamani / 08505.068242.2013-54 Obed Isaac Chancari Ramirez / 08505.067881.2013-01 Olivia Vargas Colque / 08505.067928.2013-28 Omar Guido Lopez Chileno / 08505.068197.2013-38 Oscar Felix Limachi Ramirez / 08505.110396.2013-56 Osnasis Dolores Aguero Rodriguez / 08335.032155.2014-49 Pablo Baez / 08505.068298.2013-17 Pascuala Apaza Limachi / 08505.110952.2013-94 Pastor Condori Roque / 08505.068208.2013-80 Paulina Soledad Rodriguez Chico / 08505.083649.2013-10 Ramon Bruno Ramirez Bautista / 08505.083172.2013-64 Ramon Condori Condori / 08709.011604.2013-49 Ramon Elias Velazquez Ruiz Diaz / 08505.067606.2013-89 Ramon Sanabria Benitez / 08505.073619.2014-78 Ramona Cardozo Fretes / 08505.068118.2013-99 Reina Febrero Fernandez / 08505.068293.2013-86 Reinaldo Zenteno Via / 08505.080516.2014-64 Reyna Rosa Bustillos Challco / 08505.110489.2013-81 Reynaldo Quispe Bravo / 08505.080547.2014-15 Rhut Vaneza Castillo Flores / 08505.110140.2013-49 Ricardo Abraham Guanca Chuquimia / 08507.002415.2013-51 Ricardo Guillermo Schenkel / 08505.129339.2013-41 Ricardo Mamani Larico / 08505.080620.2014-59 Richard Freddy Picha Flores / 08505.110370.2013-16 Richard Julian Garcia Veizaga / 08505.080579.2014-11 Richard Keoma Ortiz Huanca / 08505.067253.2013-17 Rimo Reddin Escobar Ataucuri / 08505.067561.2013-42 Ritha Mamani Quispe / 08354.002456.2013-39 Robert Becerra El Hage / 08505.004133.2012-28 Roberto Lopez Cartagena / 08505.067555.2013-95 Roberto Orellana Marin / 08505.067961.2013-58 Ronal Cordova Espinoza / 08505.073669.2014-55 Ronal Quispe Ticona / 08505.073614.2014-45 Ronald Carlos Vila Quispe / 08505.068266.2013-11 Ronald Flores Charca / 08336.018538.2013-13 Ronald Martin Lakka Saldanha / 08505.109654.2013-51 Rosa Lopez Aguilar / 08505.080636.2014-61 Rosalia Mamani Mamani / 08505.080505.2014-84 Rosmery Cossio Hinojosa / 08505.109660.2013-17 Rosmery Huchani Mamani / 08505.067566.2013-75 Rosmery Ibanez Alvarez / 08505.083666.2013-49 Rosmery Mamani Condori / 08505.110077.2013-41 Rosmery Mamani Mamani / 08505.067205.2013-29 Roy Fabian Pilco Limachi / 08505.129267.2013-31 Ruald Flores Vasquez / 08505.080604.2014-66 Ruben Amaru Quispe / 08505.080535.2014-91 Ruben Mendoza Mamani / 08505.129714.2013-52 Saluca Elia Leon Canaviri / 08505.110579.2013-71 Samuel Bowles Zumelzu / 08505.067203.2013-30 Sandra Quinteros Meneses / 08505.067999.2013-21 Santusa Aguilar Choque / 08460.021015.2013-29 Sergio Andres Munoz Arias / 08505.073618.2014-23 Sergio Tapara Champi / 08212.005747.2013-01 Silvia Liendo De Penaranda / 08505.129391.2013-05 Silvio Huanaco Flores / 08212.005824.2013-15 Simon Jhonny Vidal Flores / 08505.067627.2013-02 Sindia Guzman / 08492.026364.2013-60 Sofia De Ureta Fernandez / 08505.080580.2014-45 Sofia Pachani Cutili / 08505.080599.2014-91 Soledad Jimenez Velasquez / 08505.110692.2013-57 Sulma Vargas Rodriguez / 08492.026367.2013-01 Susana Norey Fernandez Parodi / 08505.080529.2014-33 Teodora Chavez Quispe / 08505.067227.2013-99 Teodora Tudela Lopez / 08505.083682.2013-31 Teovaldo Gonsalez Guillen / 08212.009085.2013-31 Tito Ramiro Choque Flores / 08505.068107.2013-17 Ubaldo Larrea / 08505.067737.2013-66 Valeria Katherine Marquez / 08505.080675.2014-69 Valerio Tarqui Maldonado / 08505.129539.2013-01 Vicente Forcado Gamarra / 08389.029369.2013-21 Victor Cesar Zarate Mencia / 08280.020740.2013-06 Victor Hugo Flores Ortuno / 08505.067979.2013-50 Victor Oscar Hipi Chuviru / 08505.036949.2014-82 Victoriano Alfonso Phocco Diaz / 08505.067281.2013-34 Vilia Carita Chauca / 08505.129326.2013-71 Virgilio Caraballo Rosado / 08505.068121.2013-11 Virginia Huampo Poma / 08212.006002.2013-51 Virginia Lopez Rodriguez / 08505.110392.2013-78 Viviana Calle Mayta / 08505.068394.2013-57 Walter Flores Molle / 08505.073655.2014-31 Wilma Chambi Mamani / 08505.068002.2013-50 Wilma Mayta Chura / 08505.083821.2013-27 Wilson Huanca Tallaca / 08505.067929.2013-72 Wilzon Nilo Huayhua Uruno / 08212.006424.2014-16 Ximena Mamani Bautista / 08505.083640.2013-0 Yolanda Duran Ortiz / 08505.110970.2013-76 Yoselin Perez Aguilar / 08505.080636.2014-61 Yulmar Jhonatan Incapoma Mamani / 08505.068208.2013-80 Zenobia Chico Huallpa / 08505.068285.2013-30 Zenon Ignacio Nina / 08505.067252.2013-72 Zenon Mamani Cruz / 08505.080585.2014-78 Zulma Veronica Cuqueno

ALEXANDRE RABELO PATURY

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o pedido de transformação da Residência Provisória em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente

Processo Nº 08711.000219/2013-27 - MONICA PILAR PARADA SANTANA

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08280.011451/2013-16 - ELIANA GISELA BLANCHET

Processo Nº 08280.011454/2013-41 - VIRGINIA MARIA REIMONDI

Processo Nº 08390.002450/2013-25 - HUGO ARIEL ROMOLI

Processo Nº 08390.001819/2013-82 - JESSICA MELINA SUAREZ

Processo Nº 08354.006408/2013-10 - ALBERTO JESUS CENTURION

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08389.005209/2013-97 - NASER AHMAD HATEM OMAIS e MIRVAT MUSTAPHA

Processo Nº 08260.007031/2011-01 - MARIA MONTSERRAT CUARESMA ESCUDERO

Processo Nº 08420.007904/2012-79 - SHANCANG CHEN

Processo Nº 08505.036358/2013-24 - FRANCISCO JAVIER TROCHE REYES e LOURDES ROCIO DUARTE MORALES

Processo Nº 08435.002594/2013-18 - ESTEBAN FRANCISCO DA ANUNCIAO

Processo Nº 08354.005657/2012-15 - SERGIO FERNANDO CURCIO

Processo Nº 08460.030233/2011-92 - CORNELIS HUIBERT GOUWENS, MIRIAM TABITHA OTTINK e TEUN WILLEM GOUWENS

Processo Nº 08296.001840/2013-56 - NATALIA ANDREA BAEZA PACHECO ARAUJO

Processo Nº 08337.001003/2013-01 - MARTINA FLEITAS ROJAS

Processo Nº 08337.001291/2013-96 - EMILIANA SOSA DIAZ

Processo Nº 08339.000021/2013-48 - NANCY ESTELA PERALTA CASTILLO

Processo Nº 08339.004066/2011-20 - LEOPOLDINA CHAMORRO JARA

Processo Nº 08339.004306/2012-77 - FRANCISCO JAVIER ALEN

Processo Nº 08339.004409/2012-37 - LUCIA GRACIELA OCAMPO FERNANDEZ

Processo Nº 08339.004531/2012-11 - JOSE CARLOS CRISTALDO GARCIA

Processo Nº 08339.004538/2012-25 - DORILA CUBILLA TORRES

Processo Nº 08339.004610/2012-14 - GLORIA ELIZABETH CARBALLO

Processo Nº 08339.004926/2011-25 - JULIA ESPINOZA PEREZ

Processo Nº 08505.035777/2013-49 - ZHENRUI XU e SHISHI CEN

Processo Nº 08505.036528/2013-71 - XIANGRONG YE e QINGQING YE

Processo Nº 08505.051139/2013-75 - DAQI WANG e JUANYING CHEN

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08280.007917/2013-71 - CARLOS ALBERTO RODRIGUES GONÇALVES

Processo Nº 08352.000318/2011-73 - ESTEN WALTER URBANTKE

Processo Nº 08353.000163/2013-27 - HEINZ REINHARD

Processo Nº 08353.002703/2012-26 - JOSE VICENTE GREGORY FERNANDEZ

Processo Nº 08354.002704/2012-61 - GLORIA LEGUIZAMON GONZALEZ

Processo Nº 08354.005708/2012-09 - MANUEL ALEJANDRO ORTIZ CALLEJA

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08390.002232/2013-91 - DIEGO ARIEL KAMADA

DEFIRO o pedido de Reunião Familiar, nos termos do art. 2º inciso IV, da Resolução Normativa nº 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração, com estada legal no País vinculada ao mesmo prazo do chamante, até 18/08/2020.

Processo Nº 08297.000352/2013-11 - TOMAS ALDAZABAL MANZANO

DEFIRO o pedido de permanência formulado pelos nacionais espanhóis EDUARDO FREIJO BARENYS e ANGIE SOLANGE DE MONTREUIL CARMONA , na forma no art.75,II,"b", da Lei 6.815/80, e por economia processual para POL MARC FREIJO DE MONTREUIL com base no art.2º,I, da Resolução Normativa108/14.

Processo Nº 08492.000207/2013-24 - EDUARDO FREIJO BARENYS, ANGIE SOLANGE DE MOUTREUIL CARMONA e POL MARC FREIJO DO MONTREVIL

EFIRO o pedido de permanência formulado pela nacional colombiana CLARA ALEIDA PRADA SANABRIA, na forma no art.75,II,"a", da Lei 6.815/80, e por economia processual para VALERIA ROMERO PRADA com base no art.2°,I, da Resolução Normativa108/14.

Processo Nº 08260.006236/2012-42 - CLARA ALEIDA PRADA SANABRIA e VALERIA ROMERO PRADA

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o(s) pedido(s), tendo em vista, que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08280.007989/2013-18 - MAURICIO ADRIAN REYES CIFUENTES

Processo Nº 08709.002976/2013-84 - SUSANA RAQUEL VIEIRA RODRIGUES

Considerando que o requerente não preenche os requisitos do art. 7º, III, da Lei 11.961/2009, INDEFIRO o pedido de Transformação da Residência provisória em permanente, nos termos da legislação vigente.

Processo Nº 08280.016079/2013-26 - WU HUAYING

INDEFIRO o(s) pedido (s) de permanência, tendo em vista que o(s) estrangeiro(s) encontra(m)-se fora do País, inviabilizando a instrução processual.

Processo Nº 08420.015518/2011-70 - PABITRA PANT

Processo Nº 08420.021986/2011-83 - LUIS DE RIVAS GRAU

DEFIRO o pedido de prorrogação de estada no País, temporário item I, Processo Nº 08280.020052/2013-38 - CIRO MIGUEL LABRADA SILVA, até 31/12/2015

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item IV abaixo relacionados

Processo Nº 08102.013958/2013-57 - DIEGO ALEJANDRO MONROY ALVAREZ, até 07/03/2015

Processo Nº 08102.013999/2013-43 - JOHAN RENE GONZALEZ MOYA, até 11/01/2015

Processo Nº 08102.014187/2013-15 - BRICE WAFFO DSIMO TEYOU, até 18/02/2015

Processo Nº 08505.015513/2014-50 - CHRISTIAN JULIAN VILLABONA ARENAS, até 25/03/2015

Processo Nº 08505.015448/2014-62 - AFONSO MOYO GORGE, até 31/12/2014

Processo Nº 08057.001932/2013-59 - ELSJE D JANDAIA DA COSTA CALDEIRA, até 31/01/2015

Processo Nº 08057.002181/2013-98 - LUIS RUBEN NOVO CUBA, até 18/01/2015

Processo Nº 08057.002187/2013-65 - EDSON HELENO BORGES BARROS SILVA, até 01/02/2015

Processo Nº 08457.016832/2013-14 - ANIZALETE PEREIRA FURTADO, até 02/02/2015

Processo Nº 08506.021765/2013-27 - DAVID APARICIO, até 01/01/2015

Processo Nº 08506.021717/2013-39 - LAURA ELISA GARAY CRISTALDO, até 22/02/2015

Processo Nº 08354.011455/2013-85 - SANDRA HELENA FURTADO MONTEIRO, até 24/02/2015

Processo Nº 08102.014547/2013-89 - LUIS ALFREDO GUZMAN ROCA, até 14/01/2015

Processo Nº 08505.010413/2014-37 - LUIS MARTINS, até 02/02/2015

Processo Nº 08102.014860/2013-17 - CLAUDIO JAVIER TABLADA, até 21/02/2015

Processo Nº 08280.020052/2013-38 - CIRO MIGUEL LABRADA SILVA, até 31/12/2015

Processo Nº 08506.019822/2013-16 - CHARLES OCRAN KOFI THOMPSON JNR, até 20/02/2015

Processo Nº 08495.005307/2013-17 - TAGUS KUMBU UMBA, até 01/03/2015

Processo Nº 08495.005356/2013-50 - ABNER EUTEQUIO BENICIO DA SILVA, até 02/03/2015

Processo Nº 08000.008603/2014-75 - THACKERY BROOKE ARCHULETTA, até 30/04/2015

Processo Nº 08335.000670/2014-60 - YURENA ELISALIDA FERREIRA MENDES DUARTE, até 25/01/2015

Processo Nº 08335.000692/2014-20 - KOSSI EZOU, até 06/02/2015

Processo Nº 08335.003366/2014-74 - ALBERTO CHISSINGUI SARA SILVA, até 30/01/2015

Processo Nº 08702.000469/2014-57 - ANTONIO ALBERTO KIGINGO GOMES, até 09/02/2015

Processo Nº 08702.000473/2014-15 - ELINDO BOAVENTURA CAMUTALI, até 09/02/2015

Processo Nº 08505.139766/2013-37 - CHANBIN KIM, até 20/01/2015

Processo Nº 08505.010732/2014-42 - MAKS WILHEM GUTIERREZ ROCHA, até 26/02/2015

Processo Nº 08505.011025/2014-73 - AURA ESNELIA HURTADO ARIAS, até 10/03/2015

Processo Nº 08505.011165/2014-41 - CLAUDIA FRANGIOIA FIGUEIRA, até 24/03/2015

Processo Nº 08505.011309/2014-60 - CAMILO MIGUEL CORREA ALFONSO, até 28/02/2015

Processo Nº 08505.011003/2014-11 - GENEVALDA MARILIA CABRAL e DELCIO LUKENI CABRAL MANUEL, até 17/03/2015

Processo Nº 08495.000454/2014-81 - PAUL ANDRE, até 28/02/2015

Processo Nº 08495.005396/2013-00 - DAVI SABA NBUNDE, até 08/03/2015

Processo Nº 08495.000193/2014-08 - ARIANNA SALA, até 04/02/2015

Processo Nº 08495.000216/2014-76 - LAURENT FRANCK JUNIOR CHARLES, até 28/02/2015

Processo Nº 08495.000461/2014-83 - CLAUDIO DOMINGOS CAPANELA CALIPI, até 14/03/2015

Processo Nº 08495.000462/2014-28 - VIVIAN KESENIA BOMBA MORENO, até 15/02/2015

Processo Nº 08495.005348/2013-11 - EURIDICE JORDAO DIAS DE SOUSA LOPES, até 02/02/2015

Processo Nº 08270.002253/2014-53 - NOBY ANTONY PANACHIKALAYIL, até 08/01/2015

Processo Nº 08270.002267/2014-77 - EUNICE FATIMA VAZ SEMEDO, até 11/02/2015

Processo Nº 08270.002306/2014-36 - AUREA ANETTE MONTEIRO BRITO, até 27/01/2015

Processo Nº 08270.002311/2014-49 - MIRIAM CIBELE ROCHA DA CRUZ, até 14/02/2015

Processo Nº 08270.002604/2014-26 - LARITSA CARINE MEDINA CARVALHO, até 20/02/2015

Processo Nº 08270.002836/2014-84 - BERTRAND WADI KIASOLWA, até 01/03/2015

Processo Nº 08390.000242/2014-72 - EDSON SAMURY PEREIRA MENDES TAVARES, até 23/02/2015

Processo Nº 08390.000251/2014-63 - DORIS CARMENZA MONROY ALBARRACIN, até 24/02/2015

Processo Nº 08390.000256/2014-96 - EVELYN ESTEFANI CRISTALDO ACOSTA, até 22/02/2015

Processo Nº 08390.000291/2014-13 - YURI SHIN, até 13/02/2015

Processo Nº 08390.000383/2014-95 - DIEUDONNE KABEMBA TSHIBUABUA, até 26/01/2015

Processo Nº 08390.000388/2014-18 - EUCLIDES NENGA MANUEL SACOMBOIO, até 26/02/2015

Processo Nº 08501.000256/2014-91 - RODRICK OSCAR ARTHUR JIMENEZ, até 27/02/2015

Processo Nº 08501.000257/2014-36 - JOSE MIGUEL VENTURA ARIAS, até 12/02/2015

Processo Nº 08501.000300/2014-63 - CHRISTOPHER EDUARDO RAMOS PODESTA, até 23/01/2015

Processo Nº 08501.000308/2014-20 - RICARDO ANTONIO DA SILVA FARIA, até 24/01/2015

Processo Nº 08501.000319/2014-18 - CINTIA DA GRACA GOMES FERNANDES, até 20/01/2015

Processo Nº 08270.002570/2014-70 - ROSELE ANGELA GOMES LOPES DA SILVA, até 21/02/2015

Processo Nº 08270.002586/2014-82 - NIRA DE FATIMA LOPES NUNES, até 31/10/2014

Processo Nº 08270.029212/2013-23 - EDILZO DE ABREU VAZ, até 30/01/2015

Processo Nº 08270.029278/2013-13 - EMANUEL JUARY SILVA SANCHES CORREIA, até 31/01/2015

Processo Nº 08270.030041/2013-85 - MANUEL D ASSUNCAO NASCIMENTO JOSE DA COSTA, até 26/01/2015

Processo Nº 08460.041381/2013-02 - JOSEMAR DA COSTA MAGALHAES, até 24/01/2015

Processo Nº 08460.041388/2013-16 - HIVO EMMANUEL VILLANUEVA AGUERO, até 15/02/2015

Processo Nº 08460.041329/2013-48 - PATRICIA ISABEL PONTON BRAVO, até 03/03/2015

Processo Nº 08460.041356/2013-11 - NELMA ELIETE JOSE FANCONY, até 20/02/2015

Processo Nº 08707.000536/2014-93 - AYAZ HASSAN, até 25/02/2015

Processo Nº 08270.002524/2014-7 - CARLA DA CRUZ BANDEIRA D´ALMEIDA

DEFIRO o pedido de prorrogação de estada no País, temporário item VII; Processo Nº 08280.026655/2013-43 - MELANY GRACE DOLORIEL ILLANA, até 17/01/2015

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s):

Processo Nº 08220.001594/2013-16 - JHON JAIRO LOPEZ ROJAS

Processo Nº 08460.020859/2013-52 - DIEGO DE LARA E ALBUQUERQUE

Processo Nº 08460.021141/2013-83 - LUCAS ANTONIO

Processo Nº 08460.041387/2013-71 - CHRISTINA NICOLE STOLTE

Processo Nº 08270.029258/2013-42 - JANNA KALITA AMARAL

Processo Nº 08270.030061/2013-56 - ANNALISA GIORDANO

Processo Nº 08460.036510/2013-32 - JULIA CHRISTINE HARTJES

Processo Nº 08460.004048/2014-95 - CRISTINA ACOSTA DIAZ GRANADOS

Determino o arquivamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s), diante do término do curso.

Processo Nº 08280.026484/2013-52 - NATHAN JOSIAH WIEMERS

Processo Nº 08102.013004/2013-44 - SALOME LOPEZ VICENTE

Processo Nº 08102.013986/2013-74 - LISSY PINHEIRO SILVA

Processo Nº 08460.030129/2013-60 - KRISTINA HINZ

Processo Nº 08460.041338/2013-39 - IVANO FIORELLA

Processo Nº 08102.013431/2013-22 - ELSA CUEVAS MERA

Processo Nº 08102.008762/2013-41 - DOMINIC GEORGE WILLIAM RIDOUT e HEATHER LOUISE BAILLIE RIDOUT

Processo Nº 08260.001528/2012-99 - NUNO FERNANDO DA LUZ AZEVEDO E CARDOSO

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário Oficial da União de 03/11/2011, Seção 1, pág. 74 e 75, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08286.001581/2011-11 - AUGUSTO MANUEL BRITES COURINHA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 07/03/2014, Seção 1, pág. 47, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08000.005755/2013-35 - JUAN IGNACIO SCHENONE

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação da Residência Provisória em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente

Processo Nº 08212.001822/2013-57 - ELENA ORTEGA CALICHO

Processo Nº 08505.026206/2013-13 - RUBEN HUALLPA CHAUCA

Processo Nº 08505.027231/2013-14 - ROLY OVIDIO VILA TININI

Processo Nº 08505.027232/2013-69 - LUPE ROXANA QUISPE VILLEGAS

Processo Nº 08505.035057/2013-83 - MIGUEL ANGEL FLORES FLORES

Processo Nº 08505.035512/2013-41 - MARIA MERMA QUISPE

Processo Nº 08505.035789/2013-73 - ABRAHAM RODRIGUEZ MAMANI

Processo Nº 08505.035817/2013-52 - AMALIA SANABRIA ALBA

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista, que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08505.124131/2012-54 - YONGTAI LIU e XIZHU CHEN

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista, que o estrangeiro encontra-se fora do País.

Processo Nº 08420.034762/2011-31 - DIONNE VAN DER MEIJ

INDEFIRO o(s) pedido(s), tendo em vista o não cumprimento da (s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão.

Processo Nº 08375.000044/2013-16 - SAMMIE FRANS BALDINI

Processo Nº 08280.031823/2009-36 - YE YILEI

Processo Nº 08505.030496/2012-19 - YANG FENG

Processo Nº 08505.037357/2009-11 - YASSER NAJJAR

Processo Nº 08505.077031/2009-26 - YUEDUO CHEN.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 03/08/2012, Seção 1, pág. 35, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.090232/2011-33 - ARNOLD SERGIO CASTILLO DURAN

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Estabelecer critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP.

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal de 1988, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, na Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011, na Portaria MPA nº 523, de 1º de dezembro de 2010, e o que consta do processo nº 00350.004002/2012-40, resolve:

Art. 1º Estabelecer critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para efeitos desta Instrução Normativa, entende-se por:

I - Formulário de Mapa de Bordo - FMB: Formulário, conforme modelo definido em ato normativo específico, que possibilite a declaração da atividade e a obtenção de dados sobre esforço de pesca e capturas efetuadas em um cruzeiro realizado por uma embarcação;

II - Cruzeiro de Pesca: Deslocamento de uma ou mais embarcações de pesca, caracterizado por uma saída de área portuária, de praia ou de desembarque, para o exercício da atividade de pesca, independente de realização de capturas, e retorno à área portuária, praia ou ponto de desembarque;

III - Responsável Legal: Pessoa física ou jurídica, proprietária ou arrendatária de uma embarcação pesqueira devidamente inscrita no RGP, ou seu preposto legal, responsável pelo preenchimento do FMB e pela veracidade das informações fornecidas pelo mestre da embarcação.

Art. 3º A utilização de Mapa de Bordo é obrigatória para as embarcações registradas e autorizadas no âmbito do RGP, conforme Modalidades de Permissionamento relacionadas no Anexo I desta Instrução Normativa.

§1º É facultativo o preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações de pesca artesanais autorizadas a atuar em frota sem controle de esforço e com Arqueação Bruta igual ou inferior a 10 (dez).

§2º A exigência de entrega de Mapas de Bordo para outras embarcações poderá ser estabelecida em ato normativo específico do MPA.

Art. 4º As informações prestadas nos FMB serão utilizadas para fins exclusivos de monitoramento e pesquisa, como subsídio ao ordenamento pesqueiro, e para renovação da Autorização de Pesca.

Parágrafo único. O MPA, por intermédio da Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura - SEMOC/MPA, disponibilizará o acesso ao Sistema Informatizado de Mapas de Bordo ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e suas autarquias vinculadas, resguardadas as informações de identificação dos proprietários e de suas respectivas embarcações.

CAPÍTULO II

DO PREENCHIMENTO

Art. 5º Cada modalidade de permissionamento de que trata o Art. 3º adotará modelo específico de FMB definido nos Anexos II a XV desta Instrução Normativa, publicados no sítio eletrônico do MPA (www.mpa.gov.br).

Parágrafo único. A SEMOC/MPA, respeitados os requisitos e especificações técnicas definidos no âmbito do sistema de gestão compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros, emitirá ato normativo específico para adequar os FMB ao permissionamento instituído pela Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011.

Art. 6º O MPA disponibilizará Sistema de Informação de Mapas de Bordo para preenchimento e entrega dos FMB's por meio da internet.

Art. 7º O FMB deverá ser preenchido em língua portuguesa, de forma legível e precisa, por todas as embarcações de que trata o Art. 3º desta Instrução Normativa a cada cruzeiro de pesca realizado, inclusive os que ocorrerem em águas internacionais.

CAPÍTULO III

DA ENTREGA E AVALIAÇÃO

Art. 8º O FMB poderá ser entregue nas seguintes formas:

I - em meio físico, nas Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura - SFPA's ou em seus Escritórios Regionais - ER's, cujos endereços estão disponíveis no sítio eletrônico do MPA; ou

II - via internet, com preenchimento on-line das informações, por meio de acesso restrito ao Sistema de Informação de Mapas de Bordo a ser disponibilizado pelo MPA.

Parágrafo único. As Unidades Descentralizadas do MPA deverão encaminhar à SEMOC, até o quinto dia útil do mês subsequente, todos os FMB's recebidos relativos ao mês corrente.

Art. 9º A entrega do FMB é de responsabilidade do Responsável Legal da embarcação, não cabendo o repasse a terceiros.

Art. 10. O prazo de entrega do FMB é de 15 (quinze) dias corridos contados do término do cruzeiro de pesca.

Art. 11. No ato de entrega do FMB, em meio físico, nas SFPA's ou nos ER's, deverá ser apresentada cópia de todas as folhas do formulário a ser autenticada pelo servidor do MPA.

§1º No ato de entrega de que trata o caput, será emitido um número de protocolo a ser etiquetado na cópia do formulário e devolvido ao interessado na forma de comprovante de entrega.

§2º Constatada a inconsistência e/ou insuficiência das informações apresentadas nos FMB's, o MPA notificará o responsável para fins de prestar os esclarecimentos devidos, devendo aplicar a sanção de advertência caso os esclarecimentos sejam considerados insuficientes, garantindo-se, de toda maneira, a ampla defesa e o contraditório.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A não entrega de FMB, conforme critérios e procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa, ensejará a aplicação da sanção de suspensão por sessenta dias corridos da Autorização de Pesca da embarcação, além de outras medidas previstas na legislação vigente.

§1º Caso a embarcação não se encontre com a Autorização de Pesca vigente no momento da verificação de não entrega de FMB, a suspensão se dará logo após a concessão da renovação.

§2º Não serão aceitas entregas de FMB's fora do prazo estabelecido no artigo 10 desta normativa.

§3º A quantidade de FMB's a serem entregues e os períodos de cruzeiro indicados nesses formulários deverão estar coincidentes com as informações e datas registradas pelo Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), para aquelas embarcações que se encontram aderidas ao programa.

Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO LOPES

ANEXO I

PESCARIAS E CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE MAPAS DE BORDO

Modalidade	Espécies Alvo	Critérios para Aplicação dos Mapas de Bordo	Formulário de Mapa de Bordo
ESPINHEL DE SUPERFÍCIE	atuns, espadarte	Em toda a frota	Anexo II
ESPINHEL DE FUNDO	peixes diversos	Em toda a frota	Anexo III
REDE DE CERCO	bonito listrado	Em toda a frota	Anexo IV
REDE DE CERCO	sardinha	Em toda a frota	Anexo V
REDE DE CERCO	anchoíta	Em toda a frota	Anexo V
REDE DE CERCO	outros	Em toda a frota	Anexo V
REDE DE EMALHAR DE FUNDO	peixe sapo	Em toda a frota	Anexo VI
REDE DE EMALHAR SUPERFÍCIE	cações	Em toda a frota	Anexo VII
ARMADILHAS	pargo	Toda a frota industrial e demais embarcações acima de 10 t(AB)	Anexo VIII
ARMADILHAS	lagosta	Acima de 10 t(AB)	Anexo VIII
ARMADILHAS	polvo	Em toda a frota	Anexo VIII
ARMADILHAS	caranguejo	Em toda a frota	Anexo VIII
ESPINHEL VERTICAL N/NE	pargo	Toda a frota industrial e demais embarcações acima de 10 t(AB)	Anexo IX
ESPINHEL VERTICAL SE/SUL	cherne, batata	Em toda a frota	Anexo X
ARRASTO	piramutaba	Em toda a frota	Anexo XI
ARRASTO PARA CAPTURA DE PEIXES DEMERSAIS DIVERSOS	peixes de profundidade	Em toda a frota	Anexo XII
ARRASTO PARA CAPTURA DE CAMARÕES	camarões profundidade	Em toda a frota	Anexo XIII
ARRASTO PARA CAPTURA DE CAMARÕES	camarão Norte	Em toda a frota	Anexo XIII
ARRASTO PARA CAPTURA DE CAMARÕES	camarão Nordeste	Acima de 10 t(AB)	Anexo XIII
ARRASTO PARA CAPTURA DE CAMARÕES	camarão Sudeste/ Sul	Em toda a frota	Anexo XIII
ISCADOR AUTOMÁTICO	lula	Em toda a frota	Anexo XIV
VARA E ISCA VIVA	bonito-listrado	Em toda a frota	Anexo XV

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "d", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000327/2014-31, comando nº 383119345 e juntada nº 385428740, resolve:

N° 450 - Art. 1º Aprovar a Transferência de Gerenciamento do Plano de Benefício Avaya, CNPB nº 2007.0022-56, da Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 2º Aprovar as alterações propostas no Regulamento do Plano de Benefício Avaya, CNPB nº 2007.0022-56, a ser administrado pela Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 3º Aprovar o "Termo de Rescisão de Convênio de Adesão com Transferência de Gerenciamento do Plano de Benefícios Avaya", celebrado em 08 de maio de 2014.

Art. 4º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre o Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão e a Avaya Brasil Ltda., na condição de patrocinadora Plano de Benefício Avaya, CNPB nº 2007.0022-56.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 e o inciso II do art. 33, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "b", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e tendo em vista a Resolução CGPC nº 14 de 1º de outubro de 2004, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000746/2013-92, comando nº 375222337 e juntada nº 385209784, resolve:

N° 451 - Art. 1º Aprovar a Cisão do Plano de Aposentadoria Valeo Prev, CNPB nº 2007.0032-11, referente à patrocinadora U-Shin do Brasil Automotivos Ltda., e a implantação do Plano de Aposentadoria U-Shin Prev, ambos administrados pelo Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 2º Aprovar a aplicação do Regulamento do Plano de Aposentadoria U-Shin Prev, CNPB nº 2014.0015-29, a ser administrado pelo Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 3º Inscrever no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB, o Plano de Aposentadoria U-Shin Prev, sob o nº 2014.0015-29.

Art. 4º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre o Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão e a U-Shin do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. na condição de Patrocinadora do Plano de Aposentadoria U-Shin Prev.

Art. 5º Aprovar o "Termo de Cisão do Plano de Aposentadoria Valeo Prev, Rescisão do Convênio de Adesão e Transferência da Parcela Cindida para o Plano de Aposentadoria U-Shin Prev, administrados pelo MULTIPREV", firmado em 30 de agosto de 2013.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.795, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Amazonas e Município de Manaus.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 2.351/GM/MS, de 5 de outubro de 2011, que altera a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011;

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define as diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.300/SAS/MS, de 23 de novembro de 2012, que inclui habilitações na Tabela de Habilitações do Sistema de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), inclui procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS e altera atributos referentes a nome, descrição e habilitação dos procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.924/GM/MS, de 5 de setembro de 2012, que aprova Etapa I do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado do Amazonas e aloca recursos financeiros para sua implementação;

Considerando a Portaria nº 1.448/SAS/MS, de 27 de dezembro de 2013, que habilita a Maternidade de Referência Zona Leste Ana Braga, no Município de Manaus (AM), para atendimento à Gestação de Alto Risco sem CGBP vinculada;

Considerando a Portaria nº 1.449/SAS/MS, de 27 de dezembro de 2013, que habilita o Instituto Dona Lindu, no Município de Manaus (AM), para atendimento à Gestação de Alto Risco sem CGBP vinculada; e

Considerando a Portaria nº 1.456/SAS/MS, de 27 de dezembro de 2013, que habilita a Maternidade Balbina Mestrinho, no Município de Manaus (AM), para atendimento à Gestação de Alto Risco sem CGBP vinculada, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante de R$ 8.041.680,00 (oito milhões, quarenta e um mil e seiscentos e oitenta reais) a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado do Amazonas e Município de Manaus.

Art. 2º O recurso financeiro descrito no art. 1º desta Portaria se refere ao custeio de leitos de Gestante de Alto Risco (GAR), previstos no Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado do Amazonas, conforme Portaria nº 1.924/GM/MS, de 5 de setembro de 2012.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Estadual de Saúde do Estado do Amazonas.

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0013 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Rede Cegonha - Plano Orçamentário 0004).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.796, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza o repasse financeiro ao Estado do Amazonas para implementação de ações contingenciais de vigilância, prevenção e controle da epidemia de HIV/AIDS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde;

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 15/SVS/MS, de 22 de agosto de 2013 que define que os recursos financeiros da Reserva Estratégica Federal do Componente de Vigilância em Saúde, previstos no art. 22, da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 2013, destinam-se a implementação de Ações Contingenciais em Vigilância em Saúde (ACVS) a serem realizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando que o Estado do Amazonas identificou (de 1983 a junho de 2012) 10.773 casos de AIDS, representando 30,7% dos casos acumulados na Região Norte e 1,6% dos casos identificados no Brasil e que em 2012, a população do Estado representava cerca de 1,8% da população do Brasil e seu número de casos para o mesmo ano representava 2,8% do total de casos do país;

Considerando que às taxas de detecção de AIDS no Estado do Amazonas aumentaram consideravelmente quando comparadas às taxas observadas nos demais Estados e às taxas do Brasil e da região norte. No ano de 2002 o Estado era o 12 no ranking nacional passando para a 3º no ano de 2012. Neste último ano, a taxa de detecção do Estado foi de 29,2/100.000 habitantes, sendo 44,7% maior que à taxa do país;

Considerando que a análise do Estado por categoria de exposição demonstra que entre adultos do sexo masculino entre 2002 e 2012 houve um aumento na proporção de casos de aids entre homens que fazem sexo com homens (HSH) e que o percentual de casos em HSH passou de 41,9% em 2002, para 47,2%, em 2012. A análise por faixas etárias demonstrou que entre os homens com idade de (20 a 29 anos) ocorreu um aumento proporcional de casos em HSH de 2002 a 2012, enquanto que entre os mais jovens (13 a 19 anos) houve queda;

Considerando que foram registrados no Estado 2.554 óbitos por AIDS até dezembro de 2012, o que representa 25,6% e 1,0% dos óbitos da região Norte e Brasil, respectivamente e que o coeficiente de mortalidade padronizado por idade do Brasil, em 2012, foi de 5,5 óbitos para cada 100.000 habitantes, o coeficiente de mortalidade do Amazonas foi de 6,4 óbitos para cada 100.000 habitantes, 16,5% maior do que o do país. Assim, tanto o Estado como a região Norte apresentam o coeficiente de mortalidade superior à média nacional;

Considerando que na análise da série histórica de 2002 a 2012, o Amazonas apresentou importante variação no coeficiente de mortalidade (padronizados) por AIDS. Em 2002, o Estado ocupava a 13ª posição e passou a ocupar a 5ª posição em 2012; e

Considerando o Acordo de Cooperação nº 4, assinado no dia 18 de junho de 2014, que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Saúde, e o Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas, visando o controle da epidemia de HIV/AIDS no Estado, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União nº 117 de 23 de junho de 2014, Seção 3, página 71, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o repasse financeiro ao Estado do Amazonas para implementação de ações contingenciais de vigilância, prevenção e controle da epidemia de HIV/AIDS.

Art. 2º O recurso de que trata o artigo anterior é no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) e deverá ser aplicado na execução de ações contingenciais de vigilância, prevenção e controle da epidemia de HIV/AIDS a serem realizadas pelas Secretarias de Saúde do Estado e dos Municípios prioritários.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência automática ao Fundo Estadual de Saúde do Amazonas.

Art. 4º Na hipótese de execução integral do objeto originalmente pactuado e verificada sobra de recursos financeiros, o ente federativo poderá efetuar o remanejamento dos recursos e a sua aplicação nos termos da Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007 e nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 5º Nos casos em que for verificada a não execução integral do objeto originalmente pactuado e a existência de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Distrital e Municipais não executados, seja parcial ou totalmente, o ente federativo estará sujeito à devolução dos recursos financeiros transferidos e não executados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Art. 6º Nos casos em que for verificado que os recursos financeiros transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde foram executados, total ou parcialmente, em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

Art. 7º Os recursos objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de trabalho 10.305.2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.797, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Amazonas e Município de Manaus - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 636/GM/MS, de 23 de abril de 2014, que aprova o Componente Hospitalar da Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Amazonas e Municípios e aloca recursos financeiros para sua implantação; e

Considerando a Portaria nº 601/SAS/MS, de 18 de julho de 2014, que habilita, no âmbito das Redes de Atenção às Urgências, leitos da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 4.467.600,00 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil e seiscentos reais), a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Amazonas e Município de Manaus.

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1º desta Portaria referem-se à habilitação de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) Adulto Tipo II.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Estadual de Saúde do Amazonas.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 0013 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - SOS Emergências (Plano Orçamentário 0003).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.798, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Amazonas e Município de Manaus.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 636/GM/MS, de 23 de abril de 2014, que aprova o Componente Hospitalar da Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Amazonas e Municípios e aloca recursos financeiros para sua implantação; e

Considerando a Portaria nº 670/SAS/MS, de 4 de agosto de 2014, que altera, no âmbito das Redes de Atenção às Urgências, o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Adulto e da Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos, no montante anual de R$ 9.723.600,00 (nove milhões, setecentos e vinte e três mil seiscentos reais), a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Amazonas e Município de Manaus.

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1º desta Portaria referem-se ao custeio de leitos de Unidade Terapia Intensiva (UTI) adulto tipo II e de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) pediátrica tipo II.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Estadual de Saúde do Amazonas.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0013 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (Plano Orçamentário 0007).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.799, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece recursos para custeio de Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Infantil Walter Garcia, Porte III), localizada no Município de Duque de Caxias (RJ), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.314/GM/MS, de 13 de agosto de 2010, que habilita a Unidade de Pronto Atendimento 24h, Porte III com sede no Município de Duque de Caxias (RJ);

Considerando a Portaria nº 342/GM/MS, de 4 de março de 2013, que redefine as diretrizes para implantação do Componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e do conjunto de serviços de urgência 24 (vinte e quatro) horas não hospitalares da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências, e dispõe sobre incentivo financeiro de investimento para novas UPA 24h (UPA Nova) e UPA 24h ampliadas (UPA Ampliada) e respectivo incentivo financeiro de custeio mensal;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 461/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que altera os códigos de incentivos de custeio de UPA 24h, na Tabela de Incentivos do SCNES; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.124259/2014-80, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos para custeio de Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Infantil Walter Garcia, Porte III) no montante anual R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Duque de Caxias (RJ), transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde em parcelas mensais de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

UF	Município	Código IBGE	CNES	INCENTIVO	DESCRIÇÃO
RJ	Duque de Caxias	3301702	7427549	82.43	UPA III nova

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no artigo 1º desta Portaria, para o Fundo Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (RJ).

Art. 3º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0033 (RJ) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário 0009 - UPA 24h).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.800, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Santa Catarina e do Município de Joinville, Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.809/GM/MS, de 7 de dezembro de 2012, que estabelece a organização dos Cuidados Prolongados para retaguarda à Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) e às demais Redes Temáticas de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.042/GM/MS, de 18 de setembro de 2013, que altera e acresce dispositivos na Portaria nº 2.809/GM/MS, de 7 de dezembro de 2012;

Considerando a Portaria nº 2.541/GM/MS, de 8 de novembro de 2012, que aprova a Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; e

Considerando a Portaria nº 621/SAS/MS, de 22 de julho de 2014, que habilita leitos de Unidade de Internação em Cuidados Prolongados (UCP) no Estado de Santa Catarina, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 1.427.150,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e sete mil cento e cinquenta reais), a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina e do Município de Joinville.

Art. 2º O recurso financeiro descrito no art. 1º desta Portaria se refere ao custeio de leitos de Unidade de Internação em Cuidados Prolongados, previstos na Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Municípios, conforme Portaria nº 2.541/GM/MS, de 8 de novembro de 2012.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde de Joinville.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0042 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Rede de Atenção às Urgências e Emergências - Plano Orçamentário 0007).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.801, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Santa Catarina e do Município de Jaraguá do Sul, Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.541/GM/MS, de 8 de novembro de 2012, que aprova a Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação; e

Considerando a inserção de leitos de enfermaria clínica de retaguarda no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), previstos na Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Municípios, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 775.625,00 (setecentos e setenta e cinco mil e seiscentos e vinte e cinco reais), a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina e do Município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º O recurso financeiro descrito no art. 1º desta Portaria se refere ao custeio de leitos de enfermaria clínica de retaguarda, previstos na Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Municípios, conforme Portaria nº 2.541/GM/MS, de 8 de novembro de 2012.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0042 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (Plano Orçamentário 0007).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.802, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Santa Catarina e do Município de Balneário Camboriú.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 2.351/GM/MS, de 5 de outubro de 2011, que altera a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011;

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2013, que define as diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.781/GM/MS, de 26 de agosto de 2013, que aprova a Etapa II do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado de Santa Catarina e aloca recursos financeiros para sua implementação; e

Considerando a Portaria nº 658/SAS/MS, de 31 de julho de 2014, que habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) tipo II no Estado de Santa Catarina, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 1.576.800,00 (um milhão, quinhentos e setenta e seis mil e oitocentos reais), a serem disponibilizados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Santa Catarina e do Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1º desta Portaria referem-se ao custeio de leitos de UTIN tipo II.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde de Balneário Camboriú.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0042 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário 0004 - Rede Cegonha).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.803, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Define os recursos financeiros destinados à implantação e ao custeio dos serviços especializados de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de Tijucas (SC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação;

Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 outubro de 2009, que altera o art. 4º da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dá outras providências; e

Considerando a Portaria nº 671/SAS/MS, de 4 de agosto de 2014, que habilita o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) a receber os incentivos financeiros destinados à implantação e ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, resolve:

Art.1º Ficam definidos, na forma do anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados à implantação e ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas nas Portarias nº 283 de 2005, nº 599/2006, nº 600 de 2006 e nº 1.464 de 2011, pelo Município pleiteante, implica, a qualquer tempo, no descredenciamento da Unidade de Saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores mensais para o Fundo Municipal de Saúde, correspondente.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 - Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada (PO 0002).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência maio de 2014.

ARTHUR CHIORO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	NOME FANTASIA	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO	INCENTIVOS (R$)	
						CEO TIPO	IMPLANTA-ÇÃO	CUSTEIO MENSAL
SC	421800	Tijucas	7270143	CEO Maria Silvia da Silva Longen	Municipal	I	R$ 60.000,00	R$ 8.250,00

PORTARIA Nº 1.804, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece recursos para custeio de Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Porte I), localizada no Município de Venâncio Aires (RS), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.718/GM/MS, de 28 de julho de 2011, que habilita a Unidade de Pronto Atendimento 24h, Porte I, com sede no Município de Venâncio Aires (RS);

Considerando a Portaria nº 342/GM/MS, de 4 de março de 2013, que redefine as diretrizes para implantação do Componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e do conjunto de serviços de urgência 24 horas não hospitalares da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências, e dispõe sobre incentivo financeiro de investimento para novas UPA 24h (UPA Nova) e UPA 24h ampliadas (UPA Ampliada) e respectivo incentivo financeiro de custeio mensal;

Considerando o § 1º do art. 35 da Portaria nº 104/GM/MS, de 15 de janeiro de 2014, no qual a portaria específica da habilitação de que trata o inciso IV do "caput" será publicada independentemente da realização prévia da visita técnica na unidade pelo Ministério da Saúde e emissão de parecer técnico conclusivo de que trata o inciso II do "caput", observando-se o cumprimento prévio dos demais requisitos previstos nos arts. 34 e 35;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 461/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que altera os códigos de incentivos de custeio de UPA 24h, na Tabela de Incentivos do SCNES; e

Considerando o Parecer Técnico, constante no Processo nº 25000.112208/2014-13, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos para custeio de Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Porte I) no montante anual R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Venâncio Aires (RS), transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde em parcelas mensais de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

UF	Município	Código IBGE	CNES	INCENTIVO	DESCRIÇÃO
RS	Venâncio Aires	4322608	7499914	82.41	UPA I nova

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Venâncio Aires (RS).

Art. 3º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0043 (RS) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário 0009 - UPA 24h).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.805, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Paraná e do Município de Londrina.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.661 /GM/MS, de 5 de novembro de 2013, que aprova a Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Paraná e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; e

Considerando a Portaria nº 674/SAS/MS, de 5 de agosto de 2014, que altera, no âmbito das Redes de Atenção às Urgências, o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo UTI no Estado do Paraná, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos, no montante anual de R$ 788.400,00 (setecentos e oitenta e oito mil quatrocentos reais), a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Paraná e do Município de Londrina.

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1º desta Portaria referem-se ao custeio de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto Tipo II.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde de Londrina (PR).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0041 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (Plano Orçamentário 0007).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.806, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Aprova o Componente Hospitalar da Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Espírito Santo e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.994/GM/MS, de 13 de dezembro de 2011, que aprova a Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio e o Protocolo de Síndromes Coronarianas Agudas, cria e altera procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria n° 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde, institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC;

Considerando a Portaria nº 3.162/GM/MS, de 28 de dezembro de 2012, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Espírito Santo e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação; e

Considerando a Resolução nº 196/CIB/ES, de 30 de agosto de 2013, que aprova o Plano de Ação da Rede de Urgência e Emergência das Regiões Norte, Central e Sul do Estado do Espírito Santo, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Componente Hospitalar da Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências das Regiões Norte, Central e Sul do Estado do Espírito Santo.

Paragrafo único. O Plano de Ação de que trata o "caput" deste artigo estará disponível no site http://sismac.saude.gov.br/ em até 15 (quinze) dias após a publicação desta Portaria.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos financeiros no montante anual de R$ 18.821.076,48 (dezoito milhões, oitocentos e vinte e um mil setenta e seis reais e quarenta e oito centavos) a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Estado e Municípios do Espírito Santo, destinados à implementação do previsto no Plano de Ação de que trata o art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos referentes à habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Unidade de Terapia Intensiva Coronariana (UCO), qualificação de UPA, habilitação e qualificação de centrais de regulação e unidades do SAMU e custeio de salas de estabilização, serão disponibilizados ao limite do Estado do Espírito Santo mediante visitas técnicas e/ou habilitações, de acordo com o previsto nas portarias específicas de cada componente.

Art. 4º O cadastramento no SCNES de novos leitos de UTI habilitados e/ou qualificados, novas UPA habilitadas e/ou qualificadas, novas centrais de regulação do SAMU e unidades do SAMU habilitadas e/ou qualificadas e o cadastramento das equipes de atenção domiciliar deverão ocorrer de acordo com as portarias específicas.

Art. 5º Os leitos novos e já existentes qualificados, quando couber, deverão ser cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), nos quantitativos previstos nos planos de ação, no prazo de 30 (trinta) dias após o início de vigência desta Portaria.

Art. 6º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, aos Fundos de Saúde, conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 7º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0032 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (Plano Orçamentário 0007).

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL
320060	Aracruz	Municipal	1.833.242,88
320090	Barra de São Francisco	Municipal	1.200.000,00
320120	Cachoeiro do Itapemirim	Estadual	5.355.133,44
320150	Colatina	Municipal	3.099.728,64
320320	Linhares	Municipal	2.255.404,80
320470	São Gabriel da Palha	Municipal	1.200.000,00
320480	São José do Calçado	Municipal	1.833.242,88
320490	São Mateus	Estadual	2.044.323,84
TOTAL			18.821.076,48

PORTARIA Nº 1.807, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Habilita o Município de Vilhena (RO) a receber incentivo financeiro de custeio destinado à Central de Regulação organizada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.559/GM/MS, de 1º de agosto de 2008, que institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.792/GM/MS, de 22 de agosto de 2012, que institui incentivo financeiro de custeio destinado às Centrais de Regulação organizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 2.655/GM/MS, de 21 de novembro de 2012, que altera a Portaria nº 1.792/GM/MS, de 22 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Vilhena (RO) a receber recurso financeiro para custeio da Central de Regulação Ambulatorial organizada no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência, regular e automática, ao Fundo do Município de Vilhena (RO) do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual estabelecido no anexo a esta Portaria.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do Programa de Trabalho 10.302.2015.8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2014.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	IBGE	Entidade	Estados/Municípios	Central de Regulação	Tipo de Central de Regulação	Porte	Valor (R$) Ano
RO	110030	SMS	Vilhena	III Região	Ambulatorial	I	194.400,00
TOTAL							194.400,00

PORTARIA Nº 1.808, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Aprova o Componente Hospitalar da Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Goiás e aloca recursos financeiros para sua implementação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.098/GM/MS, de 28 de dezembro de 2012, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Goiás e aloca recursos financeiros para sua implantação;

Considerando a Deliberação nº 289/CIB/GO, de 3 de outubro de 2013, que aprova "ad referendum" o Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências da Macrorregião Centro Norte do Estado de Goiás; e

Considerando a Deliberação nº 149/CIB/GO, de 5 de maio de 2014, que aprova "ad referendum" a repactuação do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências da Macrorregião Centro Norte do Estado de Goiás, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Componente Hospitalar da Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências da Macrorregião Centro Norte do Estado de Goiás.

§ 1º O Plano de Ação de que trata o "caput" deste artigo estará disponível no site http://sismac.saude.gov.br/ em até 15 (quinze) dias após a publicação desta Portaria.

§ 2º Os recursos referentes a este plano encontram-se no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos financeiros no montante anual de R$ 10.538.240,64 (dez milhões, quinhentos e trinta e oito mil duzentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos) a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Estado de Goiás e Municípios, destinados à implementação do previsto no Plano de Ação de que trata o art. 1º desta Portaria.

§ 1º Os recursos serão incorporados de acordo com o tipo de gestão dos estabelecimentos contemplados no Plano de Ação, de acordo com informação constante na ficha cadastral desses no Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

§ 2º No caso dos estabelecimentos que possuem dupla gestão, o recurso será incorporado ao Limite Financeiro Média e Alta Complexidade do ente responsável pelo faturamento dos recursos referentes à última produção verificada no Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH-SUS).

Art. 3º Os recursos referentes à habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Unidade de Terapia Intensiva Coronariana (UCO), qualificação de UPA, habilitação e qualificação de centrais de regulação e unidades do SAMU e custeio de salas de estabilização, serão disponibilizados ao limite do Estado de Goiás mediante visitas técnicas e/ou habilitações, de acordo com o previsto nas portarias específicas de cada componente.

Art. 4º O cadastramento no SCNES de novos leitos de UTI habilitados e/ou qualificados, novas UPA habilitadas e/ou qualificadas, de novas centrais de regulação do SAMU e unidades do SAMU habilitadas e/ou qualificadas das equipes de atenção domiciliar deverão ocorrer de acordo com as portarias específicas.

Art. 5º Os leitos novos e já existentes qualificados, quando couber, deverão ser cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), nos quantitativos previstos nos planos de ação, no prazo de 30 (trinta) dias após o início de vigência desta Portaria.

Art. 6º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, aos Fundos Municipais de Saúde de Anápolis, Ceres e Porangatu, conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 7º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0052 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Urgência e Emergência (Plano Orçamentário 0007).

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

RECURSOS DO PLANO DE AÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS DA MACRORREGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE GOIÁS, PARA REPASSE IMEDIATO

IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL
520110	ANÁPOLIS	MUNICIPAL	8.138.240,64
520540	CERES		1.200.000,00
521800	PORANGATU		1.200.000,00
TOTAL			10.538.240,64

PORTARIA Nº 1.809, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Pará e do Município de Belém - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.994/GM/MS, de 13 de dezembro de 2011, que aprova a Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio e Protocolo de Síndromes Coronarianas;

Considerando a Portaria nº 1.649/GM/MS, de 2 de agosto de 2012, que aprova o Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Pará e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação; e

Considerando a Portaria nº 1.450/SAS/MS, de 27 de dezembro de 2013, que habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva Coronariana (UCO) no Hospital de Clínicas Gaspar Viana - Fundação Pública Estadual de Clinicas Gaspar Viana - Belém (PA), resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante de R$ 2.628.000,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil reais), a serem disponibilizados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Pará e do Município de Belém (PA).

Art. 2º O recurso financeiro descrito no art. 1º desta Portaria refere-se ao custeio de habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Coronariana (UCO) no âmbito da Rede de Atenção às Urgências e Emergências a ser incorporado ao Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Estado do Pará e do Município de Belém.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Estadual de Saúde do Pará.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0015 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (Plano Orçamentário 0007).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.810, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Habilita o Município de Baião (PA) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (UBS) destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Belém (PA) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.657/GM/MS, de 13 de agosto de 2008, que habilita a Central de Regulação das Urgências (SAMU 192) de Belém (PA);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências;

Considerando que o Município está inserido na Amazônia Legal; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.023311/2014-81, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Baião (PA) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Belém (PA)

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para o Município de Baião (PA), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de Baião (PA).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir da competência abril de 2014.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

Município de Repasse	USB	CHASSI	PLACA	Valor mensal a ser pago + 30% Amazônia Legal	Valor do repasse anual + 30% Amazônia Legal
Baião/PA	1	93W245G34A2052780	NSL 3285	R$ 17.062,50	R$ 204.750,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.811, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Aprova o Componente Hospitalar da Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Tocantins e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.994/GM/MS, de 13 de dezembro de 2011, que aprova a Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio e o Protocolo de Síndromes Coronarianas Agudas, cria e altera procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria nº 3.016/GM/MS, de 20 de dezembro de 2011, que estabelece recurso a ser disponibilizado aos Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando a Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde, institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC;

Considerando a Portaria nº 1.095/GM/MS, de 5 de junho de 2013, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Tocantins e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Deliberação nº 111/CIB, de 22 de agosto de 2013, que aprova o Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) da Região de Saúde Ilha do Bananal no Estado do Tocantins; e

Considerando a Deliberação nº 067/CIB, de 30 de abril de 2014, que dispõe sobre a alteração dos projetos da Rede de Atenção às Urgências das Regiões de Saúde: Ilha do Bananal, Sudeste, Amor Perfeito, Cantão, Cerrado Tocantins Araguaia e Médio Norte Araguaia, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Componente Hospitalar da Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Região de Saúde Ilha do Bananal do Estado do Tocantins.

§ 1º O Plano de Ação de que trata o "caput" deste artigo estará disponível no site http://sismac.saude.gov.br/ em até 15 (quinze) dias após a publicação desta Portaria.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos financeiros no montante anual de R$ 4.088.647,68 (quatro milhões, oitenta e oito mil seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos) a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Estado do Tocantins e Municípios, destinados à implementação do previsto no Plano de Ação de que trata o art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos referentes à habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Unidade de Terapia Intensiva Coronariana (UCO), qualificação de UPA, habilitação e qualificação de centrais de regulação e unidades do SAMU e custeio de salas de estabilização, serão disponibilizados ao limite do Estado do Tocantins mediante visitas técnicas e/ou habilitações, de acordo com o previsto nas portarias específicas de cada componente.

Art. 4º O cadastramento no SCNES de novos leitos de UTI habilitados e/ou qualificados, de novas UPA habilitadas e/ou qualificadas, das novas centrais de regulação do SAMU e unidades do SAMU habilitadas e/ou qualificadas das equipes de atenção domiciliar deverão ocorrer de acordo com as portarias específicas.

Art. 5º Os leitos novos e já existentes qualificados, quando couber, deverão ser cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), nos quantitativos previstos nos planos de ação, no prazo de 30 (trinta) dias após o início de vigência desta Portaria.

Art. 6º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Estadual de Saúde de Tocantins, conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 7º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0017 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário 0007).

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL
170950	GURUPI	ESTADUAL	4.088.647,68
TOTAL			4.088.647,68

PORTARIA Nº 1.812, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Aprova o Componente Hospitalar da Etapa III do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Tocantins e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.994/GM/MS, de 13 de dezembro de 2011, que aprova a Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio e o Protocolo de Síndromes Coronarianas Agudas, cria e altera procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria nº 3.016/GM/MS, de 20 de dezembro de 2011, que estabelece recurso a ser disponibilizado aos Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando a Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde, institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC;

Considerando a Portaria nº 1.095/GM/MS, de 5 de junho de 2013, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Tocantins e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Portaria nº 1.811/GM/MS, de 26, de agosto de 2014, que aprova a Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Tocantins e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Deliberação nº 309/CIB, de 5 de dezembro de 2013, que aprova o Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) da Região de Saúde Cerrado Tocantins Araguaia no Estado do Tocantins;

Considerando a Deliberação nº 067/CIB, de 30 de abril de 2014, que dispõe sobre a alteração dos projetos da Rede de Atenção às Urgências das Regiões de Saúde: Ilha do Bananal, Sudeste, Amor Perfeito, Cantão, Cerrado Tocantins Araguaia e Médio Norte Araguaia, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Componente Hospitalar da Etapa III do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Região de Saúde Ilha do Bananal do Estado do Tocantins.

§ 1º O Plano de Ação de que trata o "caput" deste artigo estará disponível no site http://sismac.saude.gov.br/ em até 15 (quinze) dias após a publicação desta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recursos financeiros no montante anual de R$ 1.200.000,00 (um milhão, duzentos mil reais) a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Estado do Tocantins e Municípios, destinados à implementação do previsto no Plano de Ação de que trata o art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos referentes à habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Unidade de Terapia Intensiva Coronariana (UCO), qualificação de UPA, habilitação e qualificação de centrais de regulação e unidades do SAMU e custeio de salas de estabilização, serão disponibilizados ao limite do Estado do Tocantins mediante visitas técnicas e/ou habilitações, de acordo com o previsto nas portarias específicas de cada componente.

Art. 4º O cadastramento no SCNES de novos leitos de UTI habilitados e/ou qualificados, novas UPA habilitadas e/ou qualificadas, novas centrais de regulação do SAMU e unidades do SAMU habilitadas e/ou qualificadas e o cadastramento das equipes de atenção domiciliar deverão ocorrer de acordo com as portarias específicas.

Art. 5º Os leitos novos e já existentes qualificados, quando couber, deverão ser cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), nos quantitativos previstos nos planos de ação, no prazo de 30 (trinta) dias após o início de vigência desta Portaria.

Art. 6º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Estadual de Saúde do Tocantins, conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 7º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0017 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário 0007).

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL
170930	GUARAÍ	ESTADUAL	1.200.000,00
TOTAL			1.200.000,00

PORTARIA Nº 1.813, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Aprova o Componente Hospitalar da Etapa IV do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Tocantins e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.994/GM/MS, de 13 de dezembro de 2011, que aprova a Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio e o Protocolo de Síndromes Coronarianas Agudas, cria e altera procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria nº 3.016/GM/MS, de 20 de dezembro de 2011, que estabelece recurso a ser disponibilizado aos Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando a Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde, institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC;

Considerando a Portaria nº 1.095/GM/MS, de 5 de junho de 2013, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Tocantins e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Portaria nº 1.811/GM/MS, de 26 de agosto de 2014, que aprova a Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Tocantins e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Portaria nº 1.812/GM/MS, de 26 de agosto de 2014, que aprova a Etapa III do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Tocantins e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Deliberação nº 308/CIB, de 5 de dezembro de 2013, que aprova o Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) da Região de Saúde Amor Perfeito no Estado do Tocantins; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a Deliberação nº 067/CIB, de 30 de abril de 2014, que dispõe sobre a alteração dos projetos da Rede de Atenção às Urgências das Regiões de Saúde: Ilha do Bananal, Sudeste, Amor Perfeito, Cantão, Cerrado Tocantins Araguaia e Médio Norte Araguaia, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Componente Hospitalar da Etapa IV do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Região de Saúde Amor Perfeito do Estado do Tocantins.

§ 1º O Plano de Ação de que trata o "caput" deste artigo estará disponível no site http://sismac.saude.gov.br/ em até 15 (quinze) dias após a publicação desta Portaria.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos financeiros no montante anual de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade, ambulatorial e hospitalar, do Estado do Tocantins e Municípios, destinados à implementação do previsto no Plano de Ação de que trata o art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos referentes à habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Unidade de Terapia Intensiva Coronariana (UCO), qualificação de UPA, habilitação e qualificação de centrais de regulação e unidades do SAMU e custeio de salas de estabilização, serão disponibilizados ao limite do Estado do Tocantins mediante visitas técnicas e/ou habilitações, de acordo com o previsto nas portarias específicas de cada componente.

Art. 4º O cadastramento no SCNES de novos leitos de UTI habilitados e/ou qualificados, novas UPA habilitadas e/ou qualificadas, novas centrais de regulação do SAMU e unidades do SAMU habilitadas e/ou qualificadas das equipes de atenção domiciliar deverão ocorrer de acordo com as portarias específicas.

Art. 5º Os leitos novos e os já existentes qualificados, quando couber, deverão ser cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), nos quantitativos previstos nos planos de ação, no prazo de 30 (trinta) dias após o início de vigência desta Portaria.

Art. 6º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Estadual de Saúde do Tocantins, conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 7º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0017 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário 0007).

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL
171820	PORTO NACIONAL	ESTADUAL	1.200.000,00
	TOTAL		1.200.000,00

PORTARIA Nº 1.814, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Aprova o Componente Hospitalar da Etapa V do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Tocantins e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.994/GM/MS, de 13 de dezembro de 2011, que Aprova a Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio e o Protocolo de Síndromes Coronarianas Agudas, cria e altera procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria nº 3.016/GM/MS, de 20 de dezembro de 2011, que estabelece recurso a ser disponibilizado aos Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando a Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde, institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC;

Considerando a Portaria nº 1.095/GM/MS, de 5 de junho de 2013, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Tocantins e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Portaria nº 1.811/GM/MS, de 26 de agosto de de 2014, que aprova a Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Tocantins e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Portaria nº 1.812/GM/MS, de 26 de agosto de de 2014, que aprova a Etapa III do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Tocantins e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Portaria nº 1.813/GM/MS, de 26 de agosto de de 2014, que aprova a Etapa IV do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Tocantins e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Deliberação nº 306/CIB, de 5 de dezembro de 2013, que aprova o Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) da Região de Saúde Cantão no Estado do Tocantins; e

Considerando a Deliberação nº 067/CIB, de 30 de abril de 2014, que dispõe sobre a alteração dos projetos da Rede de Atenção às Urgências das Regiões de Saúde: Ilha do Bananal, Sudeste, Amor Perfeito, Cantão, Cerrado Tocantins Araguaia e Médio Norte Araguaia, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Componente Hospitalar da Etapa V do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Região de Saúde Cantão do Estado do Tocantins.

§ 1º O Plano de Ação de que trata o "caput" deste artigo estará disponível no site http://sismac.saude.gov.br/ em até 15 (quinze) dias após a publicação desta Portaria.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos financeiros no montante anual de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade, Ambulatorial e Hospitalar, do Estado do Tocantins e Municípios, destinados à implementação do previsto no Plano de Ação de que trata o art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os recursos referentes à habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Unidade de Terapia Intensiva Coronariana (UCO), qualificação de UPA, habilitação e qualificação de centrais de regulação e unidades do SAMU e custeio de salas de estabilização, serão disponibilizados ao limite do Estado do Tocantins mediante visitas técnicas e/ou habilitações, de acordo com o previsto nas portarias específicas de cada componente.

Art. 4º O cadastramento no SCNES de novos leitos de UTI habilitados e/ou qualificados, novas UPA habilitadas e/ou qualificadas, novas centrais de regulação do SAMU e unidades do SAMU habilitadas e/ou qualificadas e o cadastramento das equipes de atenção domiciliar deverão ocorrer de acordo com as portarias específicas.

Art. 5º Os leitos novos e já existentes qualificados, quando couber, deverão ser cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), nos quantitativos previstos nos planos de ação, no prazo de 30 (trinta) dias após o início de vigência desta Portaria.

Art. 6º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Estadual de Saúde do Tocantins, conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 7º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0017 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário 0007).

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL
171610	PARAÍSO DO TOCANTINS	ESTADUAL	1.200.000,00
	TOTAL		1.200.000,00

PORTARIA Nº 1.815, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar (Média e Alta Complexidade) do Estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 929/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que institui o Incentivo Financeiro 100% SUS destinado às unidades hospitalares que se caracterizem como pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e que destinem 100% (cem por cento) de seus serviços de saúde, ambulatoriais e hospitalares, exclusivamente ao Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a adesão ao recebimento do Incentivo 100% SUS do estabelecimento de saúde Associação Feminina de Marília Maternidade Gota de Leite, no Município de Marília (SP), de Código IBGE nº 29005, CNES 2086050, sob Gestão Municipal, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 214.611,98 (duzentos e catorze mil seiscentos e onze reais e noventa e oito centavos), a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo.

Art. 2º O não cumprimento das obrigações previstas pela Portaria nº 929/GM/MS, de 10 de maio de 2012, implicará na suspensão das transferências financeiras.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde, em parcelas mensais.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-007 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.816, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar (Média e Alta Complexidade) do Estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 929/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que institui o Incentivo Financeiro 100% SUS destinado às unidades hospitalares que se caracterizem como pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e que destinem 100% (cem por cento) de seus serviços de saúde, ambulatoriais e hospitalares, exclusivamente ao Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a adesão ao recebimento do Incentivo 100% SUS do estabelecimento de saúde Associação Beneficente Nossa Senhora do Pari de São Paulo, no Município de São Paulo (SP), de Código IBGE nº 355030, CNES: 2091399, sob Gestão Municipal, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 2.118.427,82 (dois milhões, cento e dezoito mil quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos) a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo.

Art. 2º O não cumprimento das obrigações previstas pela Portaria nº 929/GM/MS, de 10 de maio de 2012, implicará na suspensão das transferências financeiras.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde, em parcelas mensais.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-007 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.817, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e Município de Osasco.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a Rede Cegonha;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a Portaria nº 2.351/GM/MS, de 5 de outubro de 2011, que altera a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011;

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2013, que define as diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.594/GM/MS, de 2 de agosto de 2012, que aprova a Etapa V do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado de São Paulo e aloca recursos financeiros para sua implementação; e

Considerando a Portaria nº 657/SAS/MS, de 31 de julho de 2014, que habilita leitos para Gestação de Alto Risco (GAR) no Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 1.787.040,00 (um milhão, setecentos e oitenta e sete mil e quarenta reais), a serem disponibilizados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e do Município de Osasco.

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1º desta Portaria referem-se ao custeio de leitos para GAR.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º desta portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde de Osasco (SP).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário 0004 - Rede Cegonha).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.818, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Estabelece recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado e Municípios de Alagoas, e remaneja recursos disponibilizados pela Portaria nº 1.106/GM/MS, de 28 de maio de 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de bloco de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 2.351/GM/MS, de 5 de outubro de 2011, que altera a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011;

Considerando a Portaria nº 1.106/GM/MS, de 28 de maio de 2012, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado de Alagoas e aloca recursos financeiros para sua implementação;

Considerando a Portaria nº 3.141/GM/MS, de 28 de dezembro de 2012, que aprova a Etapa II do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado de Alagoas e aloca recursos financeiros para sua implementação;

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2013, que define as diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 698/SAS/MS, de 11 de agosto de 2014, que habilita, no âmbito da Rede Cegonha, leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) no Estado de Alagoas;

Considerando a Portaria nº 699/SAS/MS, de 11 de agosto de 2014, que habilita, no âmbito da Rede Cegonha, leitos de Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional (UCInCo) e de Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru (UCInCa) no Estado de Alagoas, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 4.302.509,04 (quatro milhões, trezentos e dois mil quinhentos e nove reais e quatro centavos) a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado e Municípios de Alagoas.

Art. 2º Ficam remanejados recursos no montante anual de R$ 1.669.620,96 (um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil seiscentos e vinte reais e noventa e seis centavos), provenientes da Portaria nº 1.106/GM/MS, de 28 de maio de 2012, entre Municípios do Estado de Alagoas.

Parágrafo Único. Os recursos, objeto deste remanejamento, referem-se à suspensão de repasse financeiro devido a monitoramento do cumprimento de requisitos e critérios estabelecidos pela Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, conforme anexo I a esta Portaria.

Art. 3º Os valores estabelecidos nos arts 1º e 2º desta Portaria, que totalizam o montante anual de R$ 5.972.130,00 (cinco milhões, novecentos e setenta e dois mil e cento e trinta reais), serão destinados ao custeio dos serviços previstos em Portarias de Planos de Ação Regionais da Rede Cegonha, conforme anexo II a esta portaria.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto do anexo II a esta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0027 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário 0004) Rede Cegonha.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos no art. 3º desta Portaria, em parcelas mensais, aos Fundos de Saúde estabelecidos no anexo II a esta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I

IBGE	Município	Gestão	Portaria GM/MS	Valor anual
270430	Maceió	Estadual	1.106/2012	1.669.620,96

ANEXO II

IBGE	Município	Gestão	Valor Anual
270430	Maceió	Estadual	3.166.740,00
270860	São Miguel dos Campos	Municipal	1.314.000,00
270030	Arapiraca	Municipal	607.725,00
270670	Penedo	Municipal	883.665,00
Total			5.972.130,00

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÃO DE 18 DE AGOSTO DE 2014

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 140, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.072918/2012-11	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, II, "c", "d" e "e" Lei 9.656/98. Deixar de garantir internação domiciliar em substituição à internação hospitalar para E. A.S., a partir de 07/2011.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.075995/2012-15	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 35-C, I, Lei nº 9.656/98. Deixar de garantir cirurgia de emergência para L.S., em 06/2011.	110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS)
25789.019669/2013-17	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 12, II, "a", Lei nº. 9.656/98. Deixar de garantir cobertura para miomectomia uterina e histeroscopia com ressectoscopia para miomectomia, polipectomia, metroplastia, endometrectomia e ressecção de sinéquia, para E.M.S., em 17/11/2011 e 27/1/2012.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.060948/2013-58	NACIONAL SAUDE ASSISTENCIA MÉDICA LTDA	414719.	04.439.845/0001-39	Art. 11, § Único, c/c Art. 12, I, "b", Lei 9.656/98, c/c Art. 2º, II e Art. 6º, § 3º da RN nº 162/08. Deixar de garantir cintilografia miocárdica para T.J.S., em 15/06/2013.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.004567/2013-99	PLANO HOSPITAL SAMARITANO LTDA	411256.	03.011.072/0001-22	Art. 12, II, "a", Lei 9656/98, c/c Art. 11, da RN nº. 48/2003, alterado pela RN nº. 142/2006 e pela RN nº. 226/2010. Deixar de garantir cirurgia intracraniana por via endoscópica, em 12/2011, para M. L. M. S.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

DANIELE FERREIRA PAMPLONA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

DESPACHOS DA COORDENADORA
Em 26 de agosto de 2014

Nº 255 - A Coordenação de Análise e Julgamento de Processo Administrativo Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 124, incisos I e II, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicado na seção 1, do DOU n. 103, de 02 de junho 2014, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: ALAN LEANDRO MORENO
25351.080270/2011-41 - AIS: 110822/11-1 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: ANDRE MACHADO DA SILVA
25351.080273/2011-29 - AIS: 110825/11-5 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: HYPERMARCAS S/A
25351.515237/2009-92 - AIS: 668276/09-6 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
25351.011807/2010-69 - AIS: 015602/10-7 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: TATERKA COMUNICAÇÕES S.A.
25351.000581/2010-28 - AIS: 000746/10-3 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: UNITED MAGAZINES EDITORA LTDA
25351.002056/2010-60 - AIS: 002801/10-1 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA

Nº 256 - A Coordenação de Análise e Julgamento de Processo Administrativo Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 124, incisos I e II, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicado na seção 1, do DOU n. 103, de 02 de junho 2014, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: DARLENE A. DE O. REIS ME
25351.103710/2008-05 - AIS: 134448/08-0 - GGPRO/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: EDITORA SUPER GIRO LTDA
25351.005234/2010-99 - AIS: 006814/10-4 - GGPRO/ANVISA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: IPE - INFORPRINT PRICE EDITORA LTDA
25351.517042/2008-91 - AIS: 675174/08-1 - GGPRO/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: RADIO NOVO MUNDO LTDA
25351.042538/2007-17 - AIS: 054745/07-0 - GGPRO/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: RADIO PAIQUERE LTDA EPP
25351.563697/2008-31 - AIS: 733115/08-1 - GGPRO/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: WD RAMOS SOLUÇÕES INTERNET - ME
25351.689542/2008-24 - AIS: 887200/08-7 - GGPRO/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.

MARY LUCE BARBOSA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de agosto de 2014

Nº 257 - A Superintendência de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 136, inciso XV, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicado na seção 1, do DOU n. 103, de 02 de junho 2014, e pelo art. 1º, inciso IV, alínea b, da Portaria n. 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada na seção 1, do DOU n. 116, de 20 de junho de 2014,vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIF MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
25761.000058/2006-76 - AIS: 615006/06-3 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: BRAZSHIPPING MARITIMA LTDA
25752.184500/2010-20 - AIS: 243741/10-4 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: BRAZSHIPPING MARITIMA LTDA
25748.562574/2008-20 - AIS: 731757/08-3 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: BRAZSHIPPING MARITIMA LTDA
25758.146343/2009-81 - AIS: 190087/09-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: CHÃO VERDE LTDA
25762.423724/2007-11 - AIS: 546799/07-3 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: MINERACAO MERCANTIL MARACAJU LTDA
25743.490074/2007-48 - AIS: 622250/07-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: MUNDIAL SERVIÇOS MARITIMOS LTDA.
25751.469894/2007-71 - AIS: 599335/07-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.

PAULO BIANCARDI COURY

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 2.815, de 25 de julho de 2014, publicada no DOU nº 142, de 28 de julho de 2014, Seção 1, página 65, e Suplemento a presente edição página 251,
onde se lê:
MATRIZ
EMPRESA: LIBRAPORT CAMPINAS S/A.
AUTORIZ/MS: 9.00206-7
PERÍODO: 02/07/2014 a 02/04/2015
Leia-se:
MATRIZ
EMPRESA: LIBRAPORT CAMPINAS S/A.
AUTORIZ/MS: 9.00206-7
PERÍODO: 02/07/2014 a 02/07/2015

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.261, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O Superintendente Substituto de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº. 1.018, de 16 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 17 de junho de 2014, aliada à Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando o artigo 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando os Laudos de Análises Fiscais n° 3977.1P.0/2013, 3979.1P.0/2013, 3981.1P.0/2013 e 3982.1P.0/2013 emitidos pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS/FIOCRUZ), que apresentaram resultados insatisfatórios nos ensaios de análise de determinação de pH para os Shampoos da marca Beauty Hair de titularidade da empresa Luso I Comércio e Indústria Ltda., resolve:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, a interdição cautelar, em todo o território nacional, do lote 1100514 (validade: 09/2015) do SHAMPOO EQUILIBRANTE TMN TURMALINA PLÁSTICA DOS FIOS, MARCA BEAUTY HAIR e do lote 1300514 (validade: 10/2015) do SHAMPOO MARROQUINA STEP 1, MARCA BEAUTY HAIR, produzidos pela empresa Luso I Comércio e Indústria Ltda. (CNPJ 73.639.163/0001-92), localizada na Rua dos Rubis n° 1516 - Rocha Miranda, Rio de Janeiro/RJ.

Art. 2º. Determinar, como medida de interesse sanitário, a interdição cautelar, em todo o território nacional, do lote 1300515 (validade: 10/2015) do SHAMPOO BIO THERMIC ANTI RESÍDUOS, MARCA BEAUTY HAIR e do lote 1400415 (validade: 10/2015) do SHAMPOO BIO THERMIC REPOSITOR HÍDRICO, MARCA BEAUTY HAIR, produzidos pela empresa Luso I Comércio e Indústria Ltda. (CNPJ 73.639.163/0001-92), localizada na Rua dos Rubis n° 1516 - Rocha Miranda, Rio de Janeiro/RJ.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias.

DANIEL ROBERTO CORADI DE FREITAS

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL EM SERGIPE

PORTARIA Nº 147, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

O Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado de Sergipe, nomeado pela Portaria n° 635, de 24 de outubro de 2011, publicada no DOU nº 204, de 24 de outubro de 2011, no uso das suas atribuições que lhe confere a Portaria nº 930, de 10 de julho de 2013, publicada no DOU nº 134, de 15 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º Prorrogar até o dia 30 de agosto de 2014 (considerando a data de postagem), o prazo estabelecido no Artigo 3º, da Portaria nº 130, de 23/07/2014, publicada no DOU nº 144, de 30/07/2014, Seção 1, que trata do Programa de Cooperação Técnica com vistas à seleção de Municípios do Estado de Sergipe para capacitação e elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

LOURIVAL JÚNIOR ALVES DE HOLANDA

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 743, DE 21 DE AGOSTO DE 2014

Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC) e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo SUS, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 2.848/GM/MS, de 06 de novembro de 2007, que publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 494, de 18 de junho de 2014, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Tumor do Estroma Gastrointestinal (GIST); e

Considerando a avaliação técnica da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do SUS (CONITEC), do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAS/MS), do Departamento de Regulação, Controle e Avaliação (DRAC/SAS/MS) e da Assessoria Técnica da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde - SAS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam incluído na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS o procedimento a seguir especificado:

Procedimento:	03.04.05.033-4 - QUIMIOTERAPIA DE TUMOR DO ESTROMA GASTROINTESTINAL
Descrição:	Quimioterapia adjuvante, pós-operatória, de tumor do estroma gastrointestinal (GIST) de alto risco de recidiva, classificado conforme os critérios estabelecidos no protocolo do Ministério da Saúde.
Complexidade:	AC - Alta Complexidade
Modalidade:	01 - Ambulatorial
Instrumento de Registro:	06 - APAC (Proc. Principal)
Tipo de Financiamento:	06 - Média e Alta Complexidade (MAC)
Valor Ambulatorial SA:	R$ 17,00
Valor Ambulatorial Total:	R$ 17,00
Valor Hospitalar SP:	0,00
Valor Hospitalar SH:	0,00
Valor Hospitalar Total:	0,00
Atributo Complementar:	009 - Exige CNS, 014 - Admite APAC de Continuidade, 022 - Exige registro na APAC de dados complementares
Sexo:	Ambos
Idade Mínima	19 Ano(s)
Idade Máxima:	110 Ano(s)
Quantidade Máxima:	1
CBO:	2251-21
CID:	C150, C151, C152, C153, C154, C155, C158, C159, C160, C161, C162, C163, C164, C165, C166, C168, C169, C170, C171, C172, C173, C178, C179, C180, C181, C182, C183, C184, C185, C186, C187, C188, C189, C19, C20, C268, C474, C481, C493.
Habilitação:	17.06 - UNACON, 17.7 - UNACON com serviço de radioterapia, 17.08 - UNACON com serviço de hematologia, 17.09 - UNACON com serviço de oncologia pediátrica, 17.12 - CACON, 17.13 - CACON com serviço de oncologia pediátrica, 17.16 - Serviço de Oncologia Clínica de Complexo Hospitalar.
Serviço / Classificação:	132 - Serviço de Oncologia - 003 - Oncologia Clínica

Parágrafo único. A utilização do procedimento incluído por esta Portaria dar-se-á conforme o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do GIST estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 2º Os recursos orçamentários necessários à implementação do procedimento incluído por esta Portaria correm por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.12.20.8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

§ 1º O fornecimento aos hospitais credenciados no SUS e habilitados em oncologia do antineoplásico compatível com esse procedimento é feito pelas Secretarias de Estado da Saúde.

§ 2º Para crianças e adolescentes, não pode ser autorizada APAC com procedimento de quimioterapia para tumores na infância e adolescência para a quimioterapia paliativa ou adjuvante de GIST com o fornecimento do antineoplásico por Secretaria de Estado da Saúde. Neste caso, o atendimento ambulatorial pode ser ressarcido como consulta especializada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais a partir da competência seguinte à sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 758, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Inclui subtipo na Tabela de Tipos de Estabelecimentos de Saúde do SCNES.

O Secretário de Atenção Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.138/GM/MS, de 23 de maio de 2014, que define as ações e os serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública;

Considerando o conceito ampliado de saúde e a necessidade transversal de qualificação e identificação de Estabelecimento de Saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); e

Considerando a necessidade de identificar no Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (SCNES) as Unidades de Vigilância de Zoonoses, decorrente de solicitação por parte da Secretaria de Vigilância em Saúde, resolve:

Art. 1º Fica incluído na Tabela de Tipos de Estabelecimentos de Saúde do SCNES, o Subtipo 01 - UNIDADE DE VIGILÂNCIA DE ZOONOSES do Tipo 50 - UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE.

§1º Unidade de Vigilância de Zoonoses (UVZ) é a estrutura física e técnica, vinculada ao Sistema Único de Saúde, responsável pela execução de parte ou da totalidade das atividades referentes à vigilância, prevenção e controle de zoonoses, previstas nos Planos de Saúde e Programações Anuais de Saúde, podendo estar organizada de forma municipal, regional e/ou estadual.

§2º Fica definido que as UVZs são estabelecimentos de saúde exclusivos da esfera pública.

Art. 2º Os serviços referentes à vigilância, prevenção e controle de Zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, a serem cadastrados no CNES, será matéria futura a ser tratada em Portaria específica.

Art. 3º O monitoramento dos cadastros das UVZs é de competência da Secretaria de Vigilância em Saúde, por meio da Coordenação Geral de Doenças Transmissíveis, do Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis.

Art. 4º Caberá à Coordenação-Geral dos Sistemas de Informação do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas adotar as providências necessárias junto ao Departamento de Informática do SUS, da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, para o cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais no SCNES na competência imediatamente posterior à data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 759, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à Fundação para o Estudo e Tratamento das Deformidades Craniofaciais, com sede em Bauru (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011; e

Considerando o Parecer Técnico nº 219/2014-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.073017/2011-78/MS, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101/2009, do Decreto nº 8.242/2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação para o Estudo e Tratamento das Deformidades Craniofaciais, inscrita no CNPJ nº 50.844.794/0001-48, com sede em Bauru (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 27 de abril de 2011 a 26 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 760, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Defere, sob condição resolutiva, o pedido de Adesão ao PROSUS, à Fundação Médica Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Descanso, com sede em Descanso (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS; de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando o Parecer Técnico nº 12/2014-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.097428/2014-00/MS, que concluiu terem sido atendidos os requisitos da Lei nº 12.873/2013 e Portaria GM/MS nº 535/2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido, sob condição resolutiva, o pedido de Adesão ao PROSUS, da Fundação Médica Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Descanso, CNPJ nº 83.520.122/0001-36, com sede em Descanso (SC).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 314, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do médico intercambista desligado do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

ANEXO

Nome	RNE/RG	RMS	Processo/SIPAR
YORLENSYS LAZO AQUINO	G010254K	3500818	25000.068807/2014-84

PORTARIA Nº 315, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, decide:

Art. 1º Conceder, com base nos respectivos processos administrativos, registro único para o exercício da medicina, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos médicos intercambistas indicados na lista constante do Anexo desta Portaria, bem como determinar a expedição das respectivas carteiras de identificação, posto terem atendido a todos os requisitos legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.0669928/2014-91	ABEL ALFONSO CASTRO SORIA	3502160	SP	SOROCABA
25000.075520/2014-19	ABEL RAMIREZ FALCON	2901167	BA	DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA BAHIA
25000.075839/2014-36	AYMEE MARIA DIAZ ESQUIVEL	3101125	MG	SANTA VITORIA
25000.079071/2014-70	KENIA TELLEZ FRANDIN	3101124	MG	FORMOSO
25000.076507/2014-79	LIBAN MAXY QUESADA MEDERO	3101123	MG	MONTES CLAROS
25000.077086/2014-01	OSNEY BENITEZ KESSEL	1500575	PA	SENADOR JOSE PORFÍRIO
25000.077155/2014-79	RAFAEL URQUIZA ALVAREZ	3200314	ES	BARRA DE SÃO FRANCISCO
25000.078696/2014-14	YUSNIEL MARTINEZ PEREZ	2100627	MA	LAGO DA PEDRA

PORTARIA Nº 316, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Altera o Anexo da Portaria nº 32, de 01 de novembro de 2013, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 32, de 01 de novembro de 2013, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

ANEXO

PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.199231/2013-15	YASSER ARAFAT SALINAS CURY	2400223	RN	TOUROS

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 925, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.820, de 26 de junho de 2006, alterado pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º Para os fins desta Portaria são adotados os termos específicos e os símbolos listados no Anexo I.

Parágrafo único. Quando não definidos nesta Portaria, serão adotados os termos e símbolos estabelecidos no Regulamento de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações.

CAPÍTULO I

DOS ASPECTOS TÉCNICOS DOS SERVIÇOS

Seção I

Canalização

Art. 2º Os Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com tecnologia digital utilizarão os canais estabelecidos no Plano Básico de Televisão Digital - PBTVD pela Anatel.

Seção II

Padrões de Transmissão

Art. 3º Os sinais emitidos pelas estações de que trata esta Portaria devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT referentes ao padrão do SBTVD-T adotado no Brasil.

Seção III

Das Classes das Estações

Art. 4º As estações digitais são classificadas em Especial, A, B e C, conforme regulamentação específica da Anatel.

Seção IV

Sistema de Transmissão

Subseção I

Sistema Irradiante

Art. 5º Os sistemas irradiantes podem ser classificados em dois tipos, de acordo com seu diagrama de irradiação:

I - onidirecional - quando as características do diagrama de irradiação horizontal são predominantemente uniformes em todas as direções, admitindo-se como circularidade máxima o desvio de ± 2dB; e

II - diretivo - quando o diagrama de irradiação horizontal apresenta intencionalmente valores predominantes em certas direções. Os nulos teóricos do diagrama de irradiação serão considerados com atenuação não superior a 20dB com relação ao ganho máximo do diagrama de irradiação.

Art. 6º A polarização do sinal irradiado pela antena poderá ser horizontal, circular ou elíptica.

Art. 7º Ao se propor o emprego de técnica elétrica ou mecânica para a inclinação do lóbulo principal ou de preenchimento de nulos do diagrama de irradiação vertical, deve-se indicar os valores adotados, respectivamente, em graus e em percentagem de potência.

Parágrafo único. Para sistemas propostos com inclinação elétrica de lóbulo principal superior a 5º, antes do início da operação da estação, a entidade deverá apresentar ao Ministério das Comunicações declaração do fabricante ou laudo de ensaio da antena, executado pelo fabricante ou por pessoa física ou jurídica por ele credenciada, atestando a conformidade do equipamento com as características apresentadas no projeto.

Art. 8º A concessionária ou autorizada poderá solicitar à Anatel autorização para a instalação de sistema irradiante auxiliar, para casos emergenciais em que ocorram problemas no sistema irradiante principal.

§ 1º A cobertura do sistema irradiante auxiliar não poderá exceder a obtida com o sistema irradiante principal.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 2º No sistema irradiante auxiliar, a Potência Efetiva Irradiada-ERP máxima do PBTVD não poderá ser ultrapassada em nenhuma radial.

Art. 9º As modificações que alterem as características do sistema irradiante dependerão de prévia autorização.

Subseção II

Equipamentos Transmissores

Art. 10. Os equipamentos transmissores a serem utilizados nas estações de televisão, de retransmissão ou de retransmissoras auxiliares, deverão operar em conformidade com os requisitos mínimos estabelecidos por regulamentação específica da Anatel.

Subseção III

Sistema de Transmissão Auxiliar

Art. 11. A outorgada poderá requerer à Anatel autorização para instalar sistema de transmissão auxiliar em situações emergenciais que impliquem o impedimento de operação do sistema de transmissão principal.

Parágrafo único. O sistema de transmissão auxiliar poderá entrar em operação em situações de caso fortuito, de força maior, ou por outro motivo de impedimento de uso do sistema de transmissão principal, e o contorno de serviço da estação auxiliar deve estar contido no contorno de serviço da estação principal.

Subseção IV

Linhas de Transmissão

Art. 12. A linha de transmissão utilizada e suas características técnicas deverão ser indicadas no projeto de instalação da estação.

Seção V

Potência Efetiva Irradiada

Art. 13. A ERP deverá ser aquela necessária para assegurar a prestação adequada do serviço ao público atendido pela estação.

§ 1º Os valores mínimos da ERP serão determinados de forma a atender à área de outorga, de acordo com o especificado no artigo 35 desta Portaria.

§ 2º A ERPmáx proposta para a instalação da estação, corrigida para 150 metros de HNMT, deverá superar 80% da ERPmáx estabelecida no PBTVD em, pelo menos, uma das radiais.

§ 3º A ERP não poderá ultrapassar, em nenhuma das radiais, a máxima estabelecida no PBTVD, bem como deverá atender a todas as limitações nele impostas.

Seção VI

Área de Prestação de Serviço

Art. 14. A área de prestação do serviço de uma estação geradora ou retransmissora de televisão digital terrestre corresponde à área delimitada pelo contorno de serviço, caracterizado pelos valores de intensidade de campo elétrico indicados na Tabela 1 a seguir:

TABELA 1 - Intensidade de Campo para Determinação do Contorno de Serviço

FAIXA DE FREQUÊNCIA	CAMPO EM DBµ
VHF	43
UHF	51

§ 1º A área de prestação do serviço de uma estação geradora ou retransmissora de televisão deve ser atendida de forma adequada, e sua cobertura pode ser assegurada mediante a utilização de um único sistema de transmissão ou de um conjunto de estação principal com estações retransmissoras auxiliares, operando em rede de frequência única, para atendimento à necessidade de cobertura em áreas de sombra.

§ 2º Caso não seja possível cobrir áreas de sombra, dentro da área de prestação do serviço de uma estação geradora ou retransmissora de televisão, por meio de estação retransmissora auxiliar operando em rede de frequência única por comprovada impossibilidade técnica de instalação no mesmo canal da estação principal, a entidade poderá apresentar requerimento de outorga de retransmissora em outro canal, nos termos do art. 17 desta Portaria.

§ 3º A área de prestação de serviço da estação principal não poderá ser ampliada em função da instalação de estações retransmissoras auxiliares.

§ 4º O contorno de serviço corresponde ao lugar geométrico dos pontos onde a intensidade de campo é excedida em 50% dos locais e em 90% do tempo, segundo o método de predição de propagação ponto-área estabelecido no Regulamento Técnico para Prestação dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão, editado pela Anatel, considerando uma altura de antena receptora de 10 metros.

§ 5º Para a determinação do contorno mencionado no caput, devem ser consideradas a altura do centro de irradiação, constante do projeto de instalação, em relação ao nível médio do terreno de cada radial, e a potência efetiva irradiada no plano horizontal, determinada com base nas características do sistema de transmissão e do sistema irradiante, constantes do projeto de instalação da estação.

Seção VII

Cobertura

Art. 15. Os critérios de cobertura estabelecidos nesta Portaria consideram uma configuração de referência com FEC de ¾, devendo ser utilizados nos estudos de viabilidade técnica e nos projetos de instalação submetidos ao Ministério das Comunicações.

Parágrafo único. Caso seja adotado um FEC diferente, a emissora deverá ajustar as previsões da cobertura de sua estação principal para preservar sua área de prestação de serviço.

Art. 16. A cobertura deve atender necessariamente a, no mínimo, 90% da área urbana do município objeto do ato de outorga, conforme a base de dados dos setores censitários mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, obedecendo as características previstas para o canal no PBTVD.

Parágrafo único. Nos municípios integrantes da Região Metropolitana - RM ou Região Integrada de Desenvolvimento Econômico - Ride, legalmente definidas, a cobertura a ser considerada deve ser a da respectiva região.

Art. 17. Para alcançar os objetivos de cobertura previstos nesta Portaria, observado o disposto no § 1º do art. 14, os projetos de instalação deverão considerar:

I - que a ERP deverá ser adequada à área de prestação do serviço, respeitadas as relações de proteção, conforme regulamentação específica estabelecida pela Anatel;

II - a possibilidade de instalação de estações retransmissoras auxiliares, na impossibilidade técnica da adoção da medida prevista no inciso I; e

III - a possibilidade de instalação de estações retransmissoras em outro canal, na impossibilidade técnica da adoção das medidas previstas nos incisos I e II.

Seção VIII

Determinação da Intensidade de Campo do Sinal e do Contorno do Serviço da Estação

Art. 18. A intensidade de campo elétrico das estações de televisão e de retransmissão com utilização de tecnologia digital serão determinados com base nas Tabelas E(50,90) constantes do Anexo II desta Portaria, utilizando os métodos de interpolação em função da distância, da frequência e da altura do centro de irradiação da antena transmissora em relação ao nível médio do terreno, descritos no Anexo 5 da Recomendação UIT-R P.1546-1, até que sobrevenha regulamentação específica da Anatel.

§ 1º As Tabelas E(50,90) do Anexo II correspondem aos valores da intensidade de campo excedidos em 50% dos locais, durante 90% do tempo, a distâncias de 1km a 1.000km do centro de irradiação de uma antena dipolo alimentada por 1kW de potência efetiva.

§ 2º Os valores de intensidade de campo obtidos das tabelas do Anexo II devem ser acrescidos de $10\log_{10}$(ERP), considerando que ERP é a potência efetiva irradiada pela antena transmissora na radial de interesse, medida em kW.

§ 3º A altura do centro de irradiação da antena sobre o nível médio do terreno na radial de interesse deverá ser calculada conforme os procedimentos estabelecidos a partir do art. 24 desta Portaria.

§ 4º A intensidade de campo elétrico das estações retransmissoras auxiliares com utilização de tecnologia digital será determinada com base no método ponto a ponto, no SIGAnatel, ou em outro sistema que o substitua, disponibilizado pela Anatel.

Art. 19. A intensidade de campo calculada não deve, em qualquer circunstância, superar o valor correspondente à propagação em espaço livre, determinada pela expressão:

E = 106,9 + 10log10(ERP) - 20log10(d),

onde d corresponde à distância entre o local de interesse e o centro de irradiação da antena transmissora

Art. 20. Com base nas tabelas do Anexo II, a intensidade de campo em função da distância será calculada a partir da expressão:

$E = E_{inf} + (E_{sup} - E_{inf})\log(d/d_{inf})/\log(d_{sup}/d_{inf})$ dB(µV/m), sendo:

d: distância para a qual se deseja calcular a intensidade de campo

dinf : valor tabulado de distância mais próximo e inferior a d

dsup : valor tabulado de distância mais próximo e superior a d

Einf : valor de intensidade de campo correspondente a dinf

Esup : valor de intensidade de campo correspondente a dsup

Art. 21. A altura do centro de irradiação da antena em relação ao nível médio do terreno na radial de interesse é identificada a seguir pelo símbolo h1:

I - se h1 for inferior a 10 metros, deverá ser considerado, para fins de determinação da intensidade de campo, h1 igual a 10 metros;

II - se h1 estiver entre 10m e 3.000m, a intensidade de campo correspondente será determinada pela fórmula:

$E = E_{inf} + (E_{sup} - E_{inf})\log(h1/h_{inf})/\log(h_{sup}/h_{inf})$ dB(µV/m), sendo

hinf : igual a 600m, se h1 > 1.200m; caso contrário igual ao valor tabulado mais próximo inferior a h1

hsup : igual a 1.200m, se h1 > 1.200m; caso contrário igual ao valor tabulado mais próximo superior a h1

Einf : valor da intensidade de campo para hinf na distância em questão

Esup : valor da intensidade de campo para hsup na distância em questão

III - para valores de h1 superiores a 3.000m, deverá ser considerado o valor à propagação em espaço livre.

Art. 22. Os valores de intensidade de campo em função da frequência serão determinados de acordo com a expressão:

$E = E_{inf} + (E_{sup} - E_{inf})\log(f/f_{inf})/\log(f_{sup}/f_{inf})$ dB(µV/m), sendo:

f : frequência central do canal em questão (em MHz)

finf : frequência nominal inferior (100MHz para f < 600MHz; e 600MHz para f ³ 600MHz)

fsup : frequência nominal superior (600MHz, se f < 600MHz; e 2.000MHz, para f ³ 600MHz)

Einf : intensidade de campo para finf

Art. 23. Em radiais em que a HNMT for superior a 400m, a correção da ERP relativa à HNMT de 150m deverá, para estas radiais, ser determinada considerando-se HNMT igual a 400m.

§ 1º Na hipótese descrita no caput deste artigo, a viabilidade técnica das condições de instalação propostas deverá ser comprovada por meio de projeto, que deverá ser apresentado com a indicação do método ponto a ponto utilizado.

§ 2º A análise do projeto de viabilidade técnica será realizada pela Anatel.

§ 3º O PBTVD deverá ser alterado para atender às características técnicas de instalação aprovadas.

Seção IX

Levantamento do Nível Médio do Terreno

Art. 24. Deverá ser levantado o nível médio do terreno para cada radial, em pelo menos 24 direções, a partir do local da antena, considerando-se os trechos compreendidos entre 3 e 15 km. As radiais devem ser traçadas com espaçamento angular máximo de 15º entre si, incluindo a direção do ganho máximo.

Art. 25. No cálculo do nível médio do terreno, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

I - quando todo o trecho de 3 a 15 km da radial se estender sobre um trajeto de água (oceanos, golfos, baías, grandes lagos, etc.) ou sobre território estrangeiro e o contorno de serviço não incluir, na radial considerada, área de território brasileiro, tal radial poderá ser completamente omitida, não devendo ser considerada em qualquer cálculo;

II - quando o trecho de 3 a 15 km da radial se estender em parte sobre trajeto de água ou sobre território estrangeiro e o contorno de serviço não incluir, na radial considerada, área de território brasileiro, apenas aquela parte da radial que se estende de 3km até o limite da extensão terrestre brasileira deverá ser considerada; e

III - quando o trecho de 3 a 15 km de uma radial se estender totalmente ou em parte sobre trajeto de água ou sobre território estrangeiro e o contorno de serviço incluir área de território brasileiro, todo o trecho de 3 a 15 km deverá ser considerado.

Art. 26. Para cada radial, deverão ser tomadas as cotas de, pelo menos, 50 pontos, igualmente espaçados. Os dados devem ser obtidos de banco de dados digitalizados de relevo.

Art. 27. O nível médio de uma radial é a média aritmética das altitudes do terreno com relação ao nível do mar, tomadas no trecho compreendido entre 3 e 15 km, a partir do local da antena, conforme indicado no artigo 26 desta Portaria.

Art. 28. Radiais extras devem ser levantadas nos seguintes casos:

I - quando, na direção da localidade a ser atendida, nenhuma das 24 ou mais radiais a tenha incluído; e

II - quando o PBTVD estabelecer restrição de ERP em uma ou mais direções, de forma a comprovar o correto atendimento à restrição.

Art. 29. As estações retransmissoras auxiliares, localizadas em ambientes confinados, estão dispensadas da apresentação do levantamento do nível médio do terreno.

CAPÍTULO II

DO PROJETO DE INSTALAÇÃO OU DE ALTERAÇÃO TÉCNICA DAS ESTAÇÕES

Art. 30. Para instalação ou alteração de característica técnica de qualquer das estações a que se refere esta Portaria, a entidade deverá apresentar requerimento padronizado, solicitando a análise do projeto, firmado pelo responsável legal da entidade ou por procurador legal, que deverá ser composto da seguinte documentação, elaborada e assinada por profissional habilitado que possua competência para se responsabilizar por atividades técnicas na área de comunicações, telecomunicações e afins:

I - formulário de Informações Técnicas constante do Anexo III, aplicável ao serviço;

II - estudo Técnico da Estação, com os dados e os cálculos da ERP por radial, com indicação das distâncias ao contorno de serviço obtida do SIGAnatel, ou outro sistema que o substitua, disponibilizado pela Anatel;

II - diagramas de irradiação horizontal e vertical da antena proposta, acompanhado da informação do ganho máximo da antena, fornecidos pelo fabricante. O diagrama horizontal deverá indicar a orientação do 0º do diagrama em relação ao norte verdadeiro e o vertical deverá indicar a inclinação, se for o caso;

a) no caso de utilização de antena com inclinação elétrica do lóbulo principal superior a 5º, declaração do fabricante atestando a conformidade do equipamento com as características apresentadas no projeto;

b) no caso de utilização de polarização circular ou elíptica deverão ser apresentados os diagramas horizontais nas polarizações vertical e horizontal, ou diagrama resultante, acompanhados do ganho máximo da antena para cada polaridade, fornecido pelo fabricante;

IV - mapas digitalizados, onde deverá estar traçada a figura geométrica que limita a área abrangida pelo contorno de serviço (contorno de 43dBm para canais de VHF e de 51dBm para canais de UHF), com indicação da escala adotada e da procedência dos mapas e do relevo digitalizado;

V - declaração do Profissional Habilitado responsável pelo Projeto de Instalação, certificando que as instalações propostas atendem às normas técnicas vigentes, inclusive quanto à proteção dos aeródromos; e

VI - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, devidamente quitada.

§ 1º O requerimento de aprovação do projeto de instalação e uso de equipamentos de estação de televisão ou de retransmissão, inclusive quando se tratar de caso de dispensa de processo seletivo para execução do serviço de retransmissão de televisão, será dirigido ao Ministério das Comunicações.

§ 2º O requerimento de aprovação do projeto de instalação e uso de equipamentos que dispuser sobre a autorização de retransmissora auxiliar ou de alteração de características técnicas será dirigido à Anatel.

Art. 31. O sistema SIGAnatel, ou outro sistema de informação que o substitua, disponível no portal da Anatel, deverá ser utilizado como forma de padronização dos cálculos necessários para aprovação dos projetos de instalação ou alteração de características técnicas, aos quais se refere esta Portaria.

Art. 32. Na ocorrência de falhas ou incorreções na documentação de que trata o art. 30 desta Portaria, o Ministério das Comunicações formulará exigência concedendo prazo de, no máximo, noventa dias para a sua correção.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 33. Encontrando-se correta a documentação indicada no art. 30 desta Portaria, será expedido ato de aprovação de locais e uso de equipamentos.

Art. 34. A cópia do projeto de instalação e uso de equipamentos deverá ser mantido pela entidade.

CAPÍTULO III

DA INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO

Art. 35. Quando houver viabilidade técnica, a estação principal deve ser instalada de forma a atender, no mínimo, 90% da área urbana do município objeto do ato de outorga, ou 90% da área urbana dos municípios integrantes da Região Metropolitana - RM ou Região Integrada de Desenvolvimento Econômico - Ride, legalmente definidas, conforme a base de dados dos setores censitários mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, obedecendo as características previstas para o canal no PBTVD.

Parágrafo único. Não se aplicam as disposições do caput:

I - quando estação secundária ocasionar interferência em estação primária; e

II - a pedido do interessado, mediante justificativa.

Art. 36. A instalação deve observar as normas de engenharia, em particular quanto a não causar interferência em sistemas de radiodifusão e telecomunicações regularmente instalados.

Art. 37. As estações devem atender aos limites de exposição humana aos campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos estabelecidos em regulamentação específica.

Art. 38. A outorgada deverá manter sob sua responsabilidade e apresentar ao Ministério das Comunicações ou à Anatel quando solicitado:

I - cópia da documentação indicada no art. 30 desta Portaria; e

II - Termo de Responsabilidade de Instalação, certificando que as instalações correspondem às características técnicas constantes do Projeto de Instalação ou de alteração de características técnicas da estação, aprovado pelo Ministério das Comunicações ou pela Anatel, assinado por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e que possua competências para se responsabilizar pelas correspondentes atividades técnicas.

Art. 39. A outorgada, quando da instalação da estação, deve observar a legislação municipal, estadual ou distrital e outras exigências legais pertinentes, quanto a edificações, instalação e manutenção de linhas físicas em logradouros públicos.

Seção I

Utilização de Transmissores

Art. 40. A instalação e a utilização de transmissores poderão ocorrer em caráter provisório, nos termos da regulamentação específica.

Art. 41. Somente poderão ser utilizados transmissores homologados pela Anatel.

Art. 42. O transmissor deverá estar protegido contra choques elétricos. O gabinete do transmissor ou retransmissor deve estar convenientemente aterrado e ligado ao condutor externo da linha de transmissão de RF.

Art. 43. A entidade poderá efetuar alterações nos transmissores desde que eles continuem satisfazendo às exigências contidas na correspondente norma de certificação do equipamento e mantendo a potência de operação autorizada.

Art. 44. A entidade poderá alterar fabricante e modelo de transmissor, desde que não implique alteração de potência e frequência.

Seção II

Localização das Estações Transmissoras

Art. 45. As estações transmissoras devem estar localizadas de forma a assegurar a cobertura da área de prestação do serviço, mesmo quando situadas fora do município da outorga, observadas as características técnicas a elas atribuídas.

§ 1º As entidades que detiverem outorgas em municípios integrantes da Região Metropolitana - RM ou Região Integrada de Desenvolvimento Econômico - Ride, legalmente definidas, poderão ter as estações principais instaladas fora do município da outorga, de maneira a garantir a cobertura da respectiva região da forma mais adequada.

§ 2º O projeto de instalação da estação fora do município da outorga deverá demonstrar que tecnicamente a cobertura se fará de forma mais adequada, bem como deverá garantir que o município da outorga terá, no mínimo, 90% da área urbana coberta, ainda que seja necessário instalar uma estação ou um conjunto de estações retransmissoras auxiliares para esta finalidade.

Art. 46. As estações transmissoras devem ser instaladas em local distante, no máximo, de 2km das coordenadas geográficas do(s) sítio(s), especificadas no PBTVD.

§ 1º Poderá ser autorizada a instalação de estações transmissoras em distância superior à indicada, mediante requerimento do interessado à Anatel, que analisará a viabilidade técnica da proposta e submeterá à Consulta Pública.

§ 2º Após a apresentação do projeto, a entidade poderá provisoriamente realizar as instalações e transmissões, desde que obtenha a autorização do uso da radiofrequência.

Art. 47. O sistema irradiante deve ser instalado em local onde não cause interferência prejudicial em outras estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente instaladas.

Parágrafo único. Na ocorrência de interferência, a estação deverá ser imediatamente desligada e só poderá ser religada após a solução do problema.

Art. 48. Na instalação do sistema irradiante, deverão ser observadas as seguintes condições:

I - caso a instalação do sistema irradiante implique a implantação de nova estrutura de sustentação, a distância entre o sistema irradiante da estação transmissora ou retransmissora de televisão digital e o monopolo vertical de uma emissora de radiodifusão sonora deve ser de, pelo menos, três vezes o comprimento de onda (ë) da emissora de radiodifusão sonora, quando a altura física da estrutura metálica que sustenta o sistema irradiante da estação transmissora de televisão digital for superior a 0,125ë ou superior à metade da altura do monopolo vertical;

II - caso a condição descrita no inciso I não seja satisfeita, deverá ser apresentado estudo técnico comprovando que a deformação total do diagrama horizontal de irradiação da estação de radiodifusão sonora que utiliza monopolo vertical não é superior a 2dB;

III - o sistema irradiante da estação de televisão digital não deve obstruir o cone de proteção das antenas transmissoras ou receptoras de micro-ondas. O cone de proteção é definido como um cone circular reto com vértice no foco da parábola do enlace, com altura de 1.000 metros e base de 175 metros de diâmetro, cujo eixo é uma linha que une os centros dessas antenas; e

IV - devem ser respeitados os critérios estabelecidos pelo Comando da Aeronáutica - Ministério da Defesa, com relação aos procedimentos de proteção ao voo, considerando os aeródromos da região.

Art. 49. De modo a prevenir interferência das estações digitais na recepção das estações analógicas e digitais que operam em canais adjacentes, as emissões das estações digitais devem atender à máscara do espectro de transmissão adequada a cada situação, conforme estabelecido em regulamentação específica pela Anatel.

Art. 50. Os critérios para emprego das máscaras não crítica, subcrítica e crítica são aqueles especificados na Tabela 2 a seguir:

CLASSE DA ESTAÇÃO DIGITAL	A, B e C				ESPECIAL
Tipo de modulação do canal adjacente previsto ou instalado na mesma localidade	Digital		Analógica	Na ausência de canal adjacente na mesma localidade	Na presença ou na ausência de canal adjacente na mesma localidade
Distância em relação à estação de canal adjacente na mesma localidade	< 400m	> 400m	-		
$P_{digital}$ £ $P_{adjacente}$ + 3dB	SUB CRÍTICA	CRÍTICA	CRÍTICA	NÃO-CRÍTICA	CRÍTICA
$P_{digital}$ > $P_{adjacente}$ + 3dB	CRÍTICA				
$P_{digital}$ = Potência ERP da estação Digital $P_{adjacente}$ = Potência ERP da estação Adjacente					

TABELA 2 - Critérios para Emprego das Máscaras do Espectro de Transmissão

Art. 51. As estações digitais que estiverem operando com máscara não-crítica, em localidade onde não exista canal adjacente, deverão ter seus filtros reajustados para atenderem à máscara crítica do espectro de transmissão, obedecendo aos parâmetros da Tabela 2, objetivando proteger o canal adjacente que tiver suas instalações autorizadas e aprovadas na mesma localidade ou em local que possa implicar interferência.

§1º A nova concessionária ou autorizada deverá comunicar, com antecedência mínima de sessenta dias, a concessionária ou autorizada que tiver suas instalações autorizadas e aprovadas na mesma localidade, ou em local que possa implicar interferência, para que esta proceda ao ajuste dos filtros.

§ 2º O prazo máximo para adequação dos filtros vencerá na data de entrada em operação da estação do canal adjacente envolvido.

Seção III

Ensaios Prévios

Art. 52. Será permitida a instalação provisória de equipamentos, a fim de possibilitar a realização de ensaios prévios destinados a comprovar as condições técnicas do local para a instalação definitiva da estação, obedecidas as coordenadas geográficas estabelecidas para o sítio.

Parágrafo único. A autorização para ensaios prévios não constitui qualquer direito à instalação definitiva da estação.

Art. 53. A autorização para os ensaios prévios será emitida pelo Ministério das Comunicações mediante requerimento da interessada, observadas as seguintes condições:

I - a potência de operação do equipamento utilizado deverá ser a mínima necessária para a realização satisfatória dos testes sem causar interferências; e

II - deve ser utilizada a mesma frequência consignada à estação de televisão ou de retransmissão.

Art. 54. O prazo máximo de duração dos ensaios será de trinta dias, prorrogável por igual período.

Art. 55. Caso os equipamentos utilizados provoquem interferências prejudiciais sobre serviços de radiodifusão ou telecomunicações já autorizados, os ensaios prévios deverão ser suspensos imediatamente.

Art. 56. Após a finalização dos ensaios prévios, a entidade deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações o relatório final dos testes realizados, elaborados por profissional habilitado, e acompanhado de ART.

CAPÍTULO IV

DA OPERAÇÃO DAS ESTAÇÕES

Seção I

Funcionamento em Caráter Definitivo

Art. 57. Dentro do prazo fixado para iniciar a execução do serviço ou efetivar a alteração de características técnicas, a entidade deverá apresentar requerimento instruído com o laudo de vistoria de suas instalações para fins de expedição de Licença para Funcionamento de Estação.

Art. 58. O requerimento deve ser instruído com a declaração do representante legal da entidade, resultante da avaliação das características da estação por profissional habilitado, de que o funcionamento da estação transmissora, no local e nas condições indicadas, não submeterá trabalhadores e população em geral a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, na faixa de radiofrequências entre 9kHz e 300GHz (CEMRF), a valores superiores aos limites estabelecidos na Resolução Anatel nº 303, de 2 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 10 de julho de 2002.

Art. 59. O Laudo de Vistoria deverá ser apresentado no modelo que se encontra disponível no sítio eletrônico http://www.comunicacoes.gov.br.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Seção II

Do Laudo de Ensaio do Transmissor

Art. 60. O Laudo de Ensaio do Transmissor, fornecido pelo fabricante, deverá ser mantido pela concessionária ou autorizada, para ser apresentado quando solicitado, dentro do prazo estabelecido.

Art. 61. O roteiro para elaboração do Laudo de Ensaio deverá ser o constante da Norma para Certificação e Homologação de Transmissores e Retransmissores Digitais expedida pela Anatel.

Parágrafo único. O ensaio a que se refere este artigo poderá ser realizado no local de instalação do transmissor, dispensadas as condições especiais de medição indicadas.

CAPÍTULO V

DO PEDIDO DE VIABILIDADE TÉCNICA

Art. 62. Compete à Anatel a elaboração de estudos de viabilidade técnica para inclusão de canal, mediante solicitação do Ministério das Comunicações.

Parágrafo único. A competência prevista no caput abrange a elaboração de estudos de viabilidade técnica para alteração das características dos canais e de suas respectivas estações.

Art. 63. É facultado ao interessado solicitar alteração das características de canal previsto no PBTVD, mediante apresentação de estudo de viabilidade técnica, com o objetivo de verificar as condições de proteção e interferência do canal, em relação aos canais relevantes, constantes dos respectivos planos básicos de distribuição de canais.

§1º A solicitação a que se refere o caput deverá ser apresentada diretamente à Anatel.

§2º Aplica-se a regulamentação específica na hipótese em que a alteração das características de canal resulte em modificação do enquadramento.

CAPÍTULO VI

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 64. As penalidades por infrações às disposições desta Portaria são as previstas na regulamentação específica aplicável sobre a matéria.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 65. As entidades geradoras cedentes da programação terão prioridade sobre a utilização dos canais que operem em reuso e retransmitam os respectivos sinais.

Art. 66. A entidade que obtiver consignação para utilização do canal digital, no âmbito do SBTVD-T, sob a forma de pareamento com o seu canal analógico, seja para o Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens ou para o Serviço de Retransmissão de Televisão, deverá transmitir a mesma programação veiculada no canal analógico, simultaneamente, no respectivo canal digital.

§ 1º Quando da transformação das tecnologias, será tolerado somente o atraso temporal inerente ao sistema na simultaneidade da programação.

§ 2º As entidades que receberem a consignação de canal digital no mesmo canal analógico ficam dispensadas da obrigação contida no caput.

Art. 67. Os documentos padronizados de que trata esta Portaria estarão à disposição dos interessados na sede do Ministério das Comunicações ou no endereço eletrônico http://www.comunicacoes.gov.br.

Art. 68. A Anatel deverá designar um canal digital no PBTVD para cada entidade outorgada, inclusive em se tratando de outorga de serviço de retransmissão em caráter secundário, independentemente de manifestação do interessado.

§ 1º Na impossibilidade técnica de designação de um par digital, poderá ser designado o mesmo canal utilizado para as transmissões analógicas, caso a frequência esteja contida entre os canais 7 e 51, condicionado à operação após o desligamento do sinal analógico, conforme cronograma definido em regulamentação específica.

§ 2º A entidade poderá efetuar o desligamento do sinal analógico antes da data prevista, nos termos do art. 2º da Portaria nº 477, de 20 de junho de 2014.

Art. 69. Fica revogada a Portaria MC nº 276, de 29 de março de 2010.

Art. 70. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO I

DAS DEFINIÇÕES E DOS SÍMBOLOS

Para os fins desta Norma, são adotados os termos específicos e os símbolos listados seguir:

Altura do Sistema Irradiante em Relação ao Nível Médio do Terreno na Radial (HNMT) - é a altura do sistema irradiante referida ao nível médio do terreno na radial considerada.

Altura do Centro de Fase do Sistema Irradiante (HCI) - é a altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação à cota da base do terreno.

Área de outorga - é a área correspondente à área geográfica do município, objeto do ato de outorga da concessão ou da autorização.

Área de Prestação do Serviço - é a área delimitada pelo contorno de serviço de uma estação geradora ou retransmissora de televisão digital.

Área de Sombra - é a área que, apesar de contida no interior do contorno de serviço, apresenta um valor de intensidade de campo insuficiente para o processamento do sinal recebido.Ambiente confinado - é o local considerado como área de sombra para o serviço de televisão digital, em ambientes fechados ou no interior de edificações, onde o sinal está ausente ou possui intensidade de campo insuficiente para o processamento das informações digitais nele contidas e a partir de onde o nível do sinal transmitido não cause interferências prejudiciais em outros serviços.

Canal de Televisão - é a faixa de frequência de 6MHz de largura, destinada à transmissão de sinais de televisão, que é designada por um número ou pelas frequências limites inferior e superior.

Canal Adjacente Inferior - é o canal (n-1) adjacente inferior ao canal de interesse (n).

Canal Adjacente Superior - é o canal (n+1) adjacente superior ao canal de interesse (n).

Contorno de Serviço - é a linha formada pelos pontos onde o valor de intensidade de campo E(50/90) é o estabelecido pela Tabela I.

Curvas E (L,T) - são famílias de curvas que estabelecem os valores esperados de intensidade de campo a distâncias determinadas do ponto de transmissão em função da altura do sistema irradiante e para uma antena receptora a 10 metros de altura do solo.

Diagrama de Irradiação da Antena (Espaço Livre) - é o diagrama de intensidade de campo da irradiação em espaço livre a uma distância fixa tomada em um plano que passe pelo centro de irradiação da antena.

Estação Transmissora de Televisão - é o conjunto de equipamentos, dispositivos e instalações acessórias, destinado a gerar, processar, transmitir sinais modulados de sons e imagens.

Estação Retransmissora - é o conjunto de equipamentos transmissores e receptores, além de dispositivos, incluindo as instalações acessórias, capaz de captar sinais de sons e imagens e retransmiti-los para recepção, pelo público em geral, em locais não atingidos diretamente pelos sinais da estação de televisão ou atingidos em condições técnicas inadequadas.

Estação Retransmissora Auxiliar - é a estação que possibilita a recepção, pelo público em geral, dos sinais emitidos por estação geradora ou retransmissora de televisão digital outorgada, em área/zona de sombra totalmente contida em seu contorno de serviço.

E (L,T) - é o valor estimado da intensidade de campo excedida em L% dos locais, durante pelo menos T% do tempo (antena receptora a 10m de altura sobre o solo).

Frequência de Portadora - é o valor nominal de frequência, decorrente da localização da portadora no espectro de frequências.

Ganho de Intensidade de Campo de um Sistema Irradiante - é a relação entre a intensidade de campo eficaz, em mV/m, livre de interferências, produzida a 1km, no plano horizontal, e a intensidade de 221,4 mV/m, tomada como referência para uma potência de 1kW de entrada na antena.

Ganho de Potência de um Sistema Irradiante - é o quadrado do ganho de intensidade de campo do sistema irradiante.

Inclinação de Feixe (Tilt) - é a inclinação mecânica ou elétrica do feixe de irradiação da antena no plano vertical.

Intensidade de Campo no Espaço Livre - é a intensidade de campo que existiria em um ponto, na ausência de ondas refletidas na superfície da terra e de outros objetos refletores ou absorventes.

Laudo de Vistoria da Estação - é o documento técnico elaborado por profissional habilitado que atesta a conformidade da instalação com o respectivo projeto e com o ato de aprovação de instalação.

Método de Predição de Propagação Ponto-a-Ponto - é o método a ser adotado para predição da intensidade do campo utilizando o perfil de elevação do terreno a partir de um determinado ponto até outro. O método considera a atenuação relativa ao espaço livre e leva em consideração os três mecanismos de propagação: propagação em linha de visada com reflexão no solo, difração, espalhamento troposférico, dutos e outros fenômenos que eventualmente ocorrem.

Método de Predição de Propagação Ponto-Área - é o método adotado para predição da intensidade do campo em serviços de radiodifusão, serviços móvel terrestre, móvel marítimo, e certos serviços fixos ou ainda aqueles que utilizam sistemas ponto-multiponto, operando na faixa de frequência compreendida 30MHz e 3000MHz e com distância na faixa de 1km até 1000km.

Nível Médio de uma radial - é a média aritmética das altitudes do terreno com relação ao nível do mar, tomadas no trecho compreendido entre 3 e 15 km, a partir do local da antena.

Orthogonal Frequency-Division Multiplexing (OFDM) - multiplexação ortogonal por divisão de frequência - essencialmente identificada por Coded OFDM (COFDM) - é um esquema de modulação digital com múltiplas portadoras que utiliza um grande número de sub-portadoras em formato ortogonal.

Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital (PBTVD) - relação de canais digitais atribuídos para estações do serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV) e ancilar de retransmissão de televisão (RTV), no âmbito do SBTVD-T, publicado pela Anatel.

Polarização - é a direção do vetor correspondente ao campo elétrico irradiado da antena transmissora.

Potência Efetiva Irradiada (ERP) - é o produto da potência de entrada na antena pelo seu ganho de potência, relativo a um dipolo de meia onda.

Potência Efetiva Irradiada em uma Direção - é o produto da potência de entrada na antena pelo seu ganho de potência naquela direção.

Potência Nominal - é a máxima potência de saída, especificada pelo fabricante, para funcionamento regular e contínuo do equipamento transmissor.

Potência de Operação - é a potência de saída do transmissor autorizada para o funcionamento da estação.

Potência de Saída - é a potência média do sinal digital na saída do transmissor, que é definida como o somatório das potências individuais das subportadoras pela quantidade de subportadoras presentes na formação do espectro.

Profissional Habilitado - é o profissional que está habilitado conforme definido por legislação específica vigente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea).

Rede de Frequência Única - é um conjunto formado pela estação geradora e retransmissoras auxiliares ou retransmissoras que operam no mesmo canal e transmitem exatamente o mesmo conteúdo, simultaneamente. O canal viabilizado para as estações retransmissoras deve ser identificado no PBTVD como de reuso e suas características técnicas nele informadas.

Reuso de Canal - é a reutilização do mesmo canal utilizado para a prestação do serviço outorgado.

SIGAnatel - Sistema de Informações Geográficas, utilizado para visualização das áreas de atendimento das entidades executantes dos serviços de radiodifusão e das prestadoras de telecomunicações, de suas respectivas estações, histogramas e mapas de análise geoestatística e cálculo de viabilidade de implantação de transmissoras de TV, TVD e FM - acessível na página da Anatel na Internet.

Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) - conjunto de padrões tecnológicos a serem adotados para transmissão e recepção de sinais digitais terrestres de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, tendo como base, o padrão de sinais do ISDB-T, na forma da regulamentação.

Sistema Irradiante - conjunto de antena, sua estrutura de sustentação e os dispositivos destinados a transferir a energia de radiofrequência do transmissor para a antena.

Sistema Irradiante Auxiliar - é o sistema irradiante destinado a ser utilizado em condições emergenciais em que ocorram problemas no Sistema Irradiante Principal.

Sistema Irradiante Principal - é o sistema irradiante destinado a ser utilizado em condições normais de operação de estação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens ou do Serviço de Retransmissão de Televisão.

Transmissor Auxiliar - é o equipamento utilizado eventualmente nas estações retransmissoras auxiliares, retransmissoras e transmissoras de televisão, cuja potência de operação deverá ser, no mínimo, 10% e, no máximo, igual à potência de operação do transmissor principal.

Transmissor Principal - é o equipamento de uso compulsório utilizado pelas estações de televisão, de retransmissão e por retransmissoras auxiliares que deverá operar em conformidade com a potência de operação constante no ato de aprovação de instalação.

1.1GLOSSÁRIO DE SÍMBOLOS

dBk - unidade que exprime valor de potência em dB, referida a 1kW.

dBm - unidade que exprime valor de potência em dB referida a 1mW.

dBµ - unidade que exprime o valor de intensidade de campo, em dB, referida a 1µV/m.

ERP - Potência Efetiva Irradiada.

FEC - Código de Correção de Erro.

ISDB-T - Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial - serviços integrados de radiodifusão digital terrestre.

RF - Radiofrequência.

UHF - faixa de frequências ultra-altas.

UIT - União Internacional de Telecomunicações.

VHF - faixa de frequências muito altas.

2.Quando não definidos nesta Norma, serão adotados os termos e símbolos estabelecidos no Regulamento de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações ou da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

ANEXO II

TABELAS E CURVAS PARA DETERMINAÇÃO DA INTENSIDADE DE CAMPO

VALORES DE INTENSIDADE DE CAMPO (EM dBµv/m) OBTIDOS PELO MÉTODO DESCRITO NA RECOMENDAÇÃO ITU-R P 1546-1

TABELA 1

Frequência: 100 MHz

Porcentagem Tempo: 50

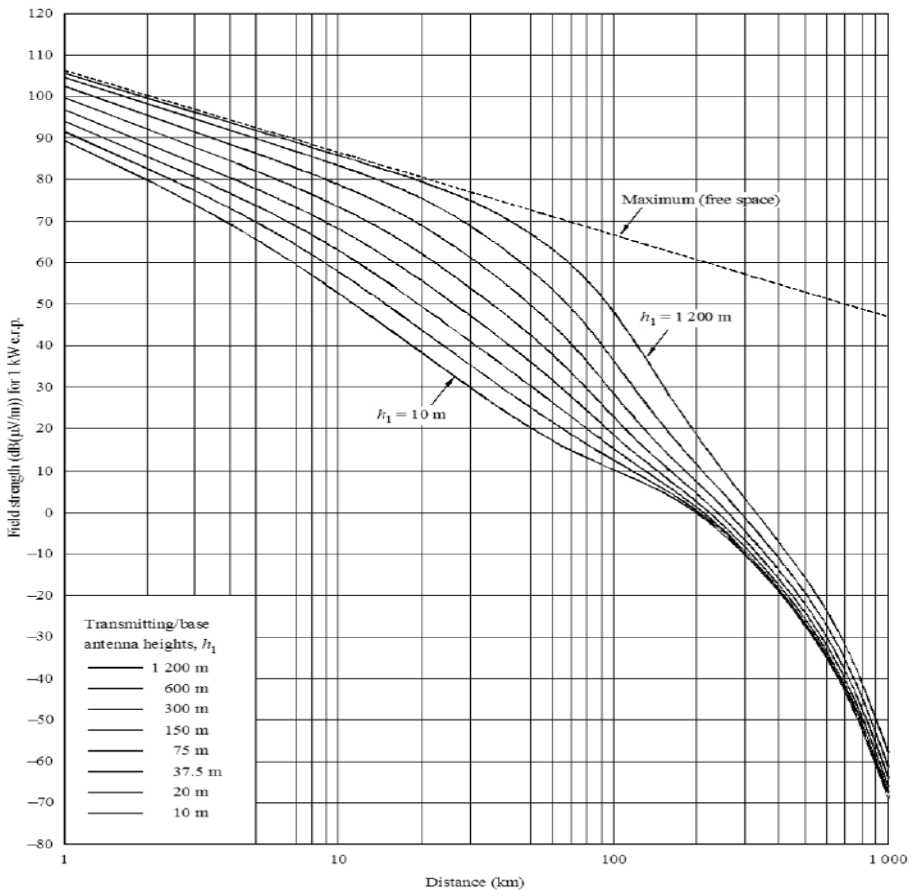
Trajeto: Terra

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Distância em km	HNMT em metros								Campo Max. (Espaço Livre)
	10	20	37.5	75	150	300	600	1200	
1	89.976	92.181	94.636	97.385	100.318	103.121	105.243	106.357	106.900
2	80.275	83.091	86.001	89.208	92.674	96.120	98.858	100.285	100.879
3	74.166	77.530	80.823	84.350	88.143	91.969	95.096	96.731	97.358
4	69.518	73.355	77.015	80.831	84.885	88.993	92.412	94.208	94.859
5	65.699	69.921	73.925	78.021	82.314	86.660	90.320	92.250	92.921
6	62.436	66.958	71.272	75.641	80.164	84.727	88.600	90.649	91.337
7	59.580	64.332	68.916	73.542	78.292	83.063	87.135	89.294	89.998
8	57.041	61.967	66.778	71.642	76.613	81.589	85.853	88.119	88.838
9	54.756	59.814	64.813	69.890	75.073	80.252	84.707	87.080	87.815
10	52.680	57.838	62.990	68.255	73.638	79.018	83.666	86.148	86.900
11	50.778	56.013	61.289	66.716	72.284	77.859	82.704	85.301	86.072
12	49.026	54.318	59.694	65.259	70.996	76.760	81.805	84.525	85.316
13	47.401	52.739	58.195	63.876	69.763	75.706	80.954	83.807	84.621
14	45.887	51.260	56.782	62.559	68.578	74.690	80.141	83.136	83.977
15	44.472	49.870	55.445	61.303	67.437	73.703	79.358	82.506	83.378
16	43.142	48.561	54.178	60.104	66.336	72.744	78.597	81.910	82.818
17	41.890	47.324	52.975	58.956	65.273	71.808	77.855	81.343	82.291
18	40.707	46.152	51.829	57.856	64.245	70.894	77.126	80.801	81.795
19	39.587	45.039	50.738	56.801	63.252	70.001	76.410	80.279	81.325
20	38.524	43.981	49.695	55.789	62.291	69.129	75.703	79.774	80.879
25	33.907	39.353	45.097	51.268	57.923	65.057	72.290	77.430	78.941
30	30.181	35.575	41.290	47.459	54.161	61.436	69.082	75.247	77.358
35	27.102	32.409	38.053	44.171	50.859	58.194	66.099	73.138	76.019
40	24.518	29.704	35.239	41.268	47.902	55.251	63.332	71.082	74.859
45	22.324	27.356	32.748	38.653	45.199	52.533	60.747	69.083	73.836
50	20.446	25.292	30.508	36.256	42.685	49.978	58.301	67.139	72.921
55	18.824	23.456	28.468	34.030	40.314	47.543	55.958	65.243	72.093
60	17.414	21.808	26.591	31.942	38.055	45.196	53.684	63.382	71.337
65	16.178	20.316	24.851	29.972	35.891	42.920	51.458	61.540	70.642
70	15.085	18.958	23.232	28.106	33.813	40.704	49.267	59.705	69.998
75	14.110	17.713	21.721	26.340	31.820	38.550	47.106	57.866	69.399
80	13.233	16.567	20.309	24.670	29.913	36.461	44.974	56.017	68.838
85	12.436	15.509	18.990	23.095	28.095	34.444	42.877	54.155	68.312

Distância em km	HNMT em metros								Campo Max. (Espaço Livre)
	10	20	37.5	75	150	300	600	1200	
90	11.704	14.527	17.757	21.612	26.370	32.504	40.823	52.283	67.815
95	11.025	13.612	16.604	20.219	24.739	30.650	38.820	50.403	67.346
100	10.389	12.755	15.524	18.913	23.201	28.884	36.877	48.523	66.900
110	9.211	11.189	13.560	16.539	20.397	25.625	33.195	44.791	66.072
120	8.121	9.775	11.814	14.444	17.923	22.720	29.817	41.153	65.316
130	7.082	8.472	10.237	12.578	15.733	20.139	26.751	37.666	64.621
140	6.070	7.246	8.790	10.892	13.775	17.837	23.982	34.370	63.977
150	5.072	6.075	7.438	9.346	12.002	15.769	21.481	31.288	63.378
160	4.076	4.939	6.157	7.907	10.376	13.890	19.214	28.427	62.818
170	3.079	3.828	4.927	6.548	8.862	12.164	17.146	25.779	62.291
180	2.077	2.732	3.736	5.251	7.437	10.561	15.244	23.330	61.795
190	1.070	1.648	2.572	4.001	6.082	9.055	13.482	21.064	61.325
200	0.058	0.572	1.431	2.788	4.781	7.629	11.834	18.959	60.879
225	-2.486	-2.089	-1.349	-0.123	1.709	4.322	8.101	14.287	59.856
250	-5.026	-4.708	-4.045	-2.904	-1.177	1.279	4.767	10.263	58.941
275	-7.539	-7.273	-6.662	-5.578	-3.922	-1.572	1.713	6.706	58.113
300	-10.003	-9.775	-9.199	-8.154	-6.548	-4.273	-1.130	3.496	57.358
325	-12.407	-12.205	-11.654	-10.638	-9.066	-6.844	-3.805	0.549	56.662
350	-14.743	-14.561	-14.029	-13.032	-11.486	-9.303	-6.340	-2.189	56.019
375	-17.013	-16.844	-16.326	-15.344	-13.817	-11.663	-8.757	-4.759	55.419
400	-19.217	-19.060	-18.552	-17.582	-16.069	-13.937	-11.075	-7.195	54.859
425	-21.365	-21.215	-20.715	-19.754	-18.252	-16.137	-13.308	-9.521	54.332
450	-23.462	-23.319	-22.825	-21.871	-20.378	-18.276	-15.474	-11.758	53.836
475	-25.520	-25.382	-24.893	-23.944	-22.458	-20.366	-17.585	-13.927	53.366
500	-27.547	-27.413	-26.928	-25.983	-24.503	-22.420	-19.655	-16.044	52.921
525	-29.554	-29.424	-28.942	-28.000	-26.524	-24.448	-21.697	-18.124	52.497
550	-31.551	-31.423	-30.944	-30.005	-28.533	-26.462	-23.722	-20.180	52.093
575	-33.546	-33.420	-32.943	-32.007	-30.538	-28.471	-25.741	-22.224	51.707
600	-35.548	-35.424	-34.948	-34.014	-32.547	-30.485	-27.762	-24.267	51.337
625	-37.564	-37.441	-36.967	-36.034	-34.569	-32.510	-29.794	-26.317	50.982
650	-39.598	-39.477	-39.004	-38.072	-36.610	-34.553	-31.842	-28.380	50.642
675	-41.655	-41.535	-41.063	-40.133	-38.672	-36.618	-33.911	-30.463	50.314
700	-43.738	-43.618	-43.147	-42.218	-40.758	-38.706	-36.004	-32.566	49.998
725	-45.846	-45.727	-45.257	-44.329	-42.870	-40.819	-38.120	-34.692	49.693
750	-47.977	-47.859	-47.390	-46.462	-45.004	-42.955	-40.259	-36.839	49.399
775	-50.129	-50.011	-49.542	-48.615	-47.158	-45.111	-42.417	-39.004	49.114
800	-52.294	-52.177	-51.709	-50.782	-49.326	-47.279	-44.588	-41.182	48.838
825	-54.466	-54.349	-53.881	-52.956	-51.500	-49.454	-46.765	-43.364	48.571
850	-56.634	-56.518	-56.050	-55.125	-53.670	-51.625	-48.937	-45.541	48.312
875	-58.789	-58.672	-58.205	-57.280	-55.825	-53.782	-51.095	-47.704	48.060
900	-60.916	-60.800	-60.333	-59.409	-57.954	-55.911	-53.226	-49.838	47.815
925	-63.004	-62.888	-62.421	-61.497	-60.043	-58.000	-55.317	-51.932	47.577
950	-65.038	-64.922	-64.456	-63.532	-62.078	-60.036	-57.354	-53.972	47.346
975	-67.005	-66.890	-66.424	-65.500	-64.047	-62.005	-59.323	-55.945	47.120
1000	-68.893	-68.778	-68.312	-67.389	-65.936	-63.895	-61.214	-57.837	46.900

FIGURE 1
100 MHz, land path, 50% time



50% of locations
h_2: representative clutter height

1546-01

TABELA 2
Frequência: 100 MHz
Porcentagem Tempo: 10
Trajeto: Terra

Distância em km	HNMT em metros								Campo Max. (Espaço Livre)
	10	20	37.5	75	150	300	600	1200	
1	89.801	92.062	94.586	97.365	100.311	103.118	105.242	106.357	106.900
2	79.706	82.747	85.849	89.140	92.645	96.109	98.855	100.284	100.879
3	73.282	76.974	80.558	84.224	88.083	91.944	95.088	96.729	97.358
4	68.488	72.657	76.656	80.649	84.792	88.950	92.398	94.205	94.859
5	64.662	69.165	73.508	77.796	82.190	86.597	90.298	92.246	92.921
6	61.483	66.218	70.839	75.392	80.016	84.646	88.569	90.643	91.337
7	58.767	63.664	68.506	73.293	78.132	82.966	87.093	89.286	89.998
8	56.401	61.408	66.423	71.415	76.454	81.481	85.802	88.108	88.838
9	54.306	59.390	64.538	69.705	74.929	80.141	84.649	87.066	87.815
10	52.428	57.563	62.814	68.129	73.521	78.910	83.601	86.132	86.900
11	50.730	55.896	61.223	66.662	72.206	77.764	82.637	85.284	86.072
12	49.180	54.364	59.746	65.286	70.967	76.685	81.739	84.506	85.316
13	47.759	52.947	58.367	63.988	69.789	75.659	80.894	83.787	84.621
14	46.447	51.630	57.074	62.759	68.664	74.675	80.091	83.117	83.977
15	45.231	50.401	55.857	61.591	67.584	73.727	79.323	82.490	83.378
16	44.100	49.251	54.708	60.477	66.544	72.807	78.581	81.897	82.818
17	43.044	48.170	53.621	59.412	65.541	71.912	77.861	81.336	82.291
18	42.057	47.152	52.589	58.393	64.569	71.038	77.159	80.801	81.795
19	41.130	46.191	51.608	57.415	63.628	70.183	76.469	80.289	81.325
20	40.259	45.283	50.673	56.475	62.715	69.345	75.791	79.796	80.879
25	36.594	41.383	46.584	52.272	58.520	65.373	72.496	77.546	78.941
30	33.803	38.310	43.255	48.733	54.852	61.735	69.304	75.494	77.358
35	31.635	35.836	40.493	45.712	51.624	58.418	66.224	73.502	76.019
40	29.923	33.812	38.169	43.107	48.774	55.405	63.296	71.501	74.859
45	28.551	32.133	36.192	40.844	46.248	52.676	60.546	69.469	73.836
50	27.432	30.721	34.494	38.865	44.002	50.206	57.982	67.414	72.921
55	26.500	29.516	33.018	37.122	41.999	47.967	55.600	65.360	72.093
60	25.707	28.470	31.722	35.575	40.203	45.934	53.392	63.330	71.337
65	25.015	27.547	30.570	34.191	38.584	44.083	51.343	61.344	70.642
70	24.394	26.718	29.533	32.941	37.115	42.390	49.441	59.417	69.998
75	23.823	25.960	28.587	31.800	35.773	40.835	47.670	57.556	69.399
80	23.285	25.255	27.712	30.749	34.537	39.398	46.017	55.764	68.838
85	22.768	24.588	26.892	29.771	33.389	38.062	44.469	54.043	68.312
90	22.263	23.949	26.116	28.851	32.314	36.812	43.014	52.391	67.815
95	21.762	23.329	25.373	27.978	31.300	35.637	41.641	50.805	67.346
100	21.262	22.721	24.655	27.142	30.337	34.524	40.340	49.282	66.900
110	20.249	21.527	23.270	25.555	28.527	32.450	37.919	46.410	66.072
120	19.211	20.340	21.927	24.046	26.834	30.533	35.696	43.745	65.316

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Distância em km	HNMT em metros								Campo Max. (Espaço Livre)
	10	20	37.5	75	150	300	600	1200	
130	18.142	19.149	20.605	22.587	25.222	28.732	33.627	41.260	64.621
140	17.044	17.947	19.295	21.162	23.668	27.019	31.680	38.929	63.977
150	15.919	16.734	17.991	19.762	22.160	25.375	29.834	36.732	63.378
160	14.773	15.513	16.691	18.381	20.689	23.788	28.070	34.653	62.818
170	13.611	14.286	15.398	17.019	19.249	22.249	26.378	32.677	62.291
180	12.437	13.057	14.112	15.674	17.838	20.752	24.748	30.792	61.795
190	11.259	11.831	12.836	14.347	16.455	19.295	23.174	28.991	61.325
200	10.079	10.609	11.572	13.040	15.098	17.874	21.651	27.264	60.879
225	7.150	7.599	8.478	9.861	11.822	14.470	18.041	23.232	59.856
250	4.285	4.676	5.496	6.817	8.708	11.263	14.680	19.550	58.941
275	1.511	1.861	2.637	3.912	5.751	8.236	11.537	16.156	58.113
300	-1.162	-0.844	-0.101	1.140	2.939	5.370	8.581	13.004	57.358
325	-3.736	-3.442	-2.724	-1.510	0.258	2.647	5.787	10.054	56.662
350	-6.218	-5.944	-5.246	-4.053	-2.310	0.046	3.130	7.271	56.019
375	-8.622	-8.363	-7.681	-6.505	-4.782	-2.452	0.586	4.624	55.419
400	-10.961	-10.714	-10.045	-8.882	-7.175	-4.868	-1.867	2.086	54.859
425	-13.249	-13.012	-12.353	-11.202	-9.509	-7.220	-4.250	-0.367	54.332
450	-15.500	-15.271	-14.622	-13.480	-11.798	-9.524	-6.580	-2.757	53.836
475	-17.726	-17.505	-16.863	-15.729	-14.056	-11.795	-8.873	-5.101	53.366
500	-19.941	-19.726	-19.090	-17.963	-16.298	-14.048	-11.144	-7.415	52.921
525	-22.152	-21.942	-21.312	-20.191	-18.533	-16.292	-13.404	-9.712	52.497
550	-24.369	-24.164	-23.538	-22.422	-20.769	-18.537	-15.663	-12.003	52.093
575	-26.597	-26.396	-25.774	-24.662	-23.015	-20.789	-17.927	-14.295	51.707
600	-28.840	-28.642	-28.024	-26.916	-25.273	-23.053	-20.202	-16.595	51.337
625	-31.100	-30.905	-30.290	-29.185	-27.546	-25.332	-22.490	-18.904	50.982
650	-33.377	-33.185	-32.572	-31.471	-29.835	-27.626	-24.792	-21.225	50.642
675	-35.669	-35.479	-34.869	-33.770	-32.137	-29.932	-27.106	-23.555	50.314
700	-37.971	-37.783	-37.175	-36.078	-34.448	-32.247	-29.427	-25.892	49.998
725	-40.277	-40.091	-39.485	-38.390	-36.763	-34.565	-31.751	-28.229	49.693
750	-42.580	-42.395	-41.791	-40.698	-39.073	-36.878	-34.069	-30.560	49.399
775	-44.870	-44.687	-44.084	-42.993	-41.370	-39.178	-36.374	-32.875	49.114
800	-47.137	-46.956	-46.355	-45.265	-43.644	-41.454	-38.654	-35.166	48.838
825	-49.371	-49.191	-48.591	-47.503	-45.883	-43.695	-40.899	-37.420	48.571
850	-51.560	-51.380	-50.782	-49.695	-48.077	-45.891	-43.098	-39.628	48.312
875	-53.691	-53.513	-52.915	-51.829	-50.212	-48.029	-45.239	-41.776	48.060
900	-55.754	-55.577	-54.980	-53.895	-52.280	-50.097	-47.311	-43.855	47.815
925	-57.738	-57.561	-56.965	-55.882	-54.267	-52.087	-49.303	-45.853	47.577
950	-59.632	-59.457	-58.862	-57.779	-56.165	-53.986	-51.205	-47.761	47.346
975	-61.430	-61.255	-60.660	-59.578	-57.966	-55.788	-53.009	-49.570	47.120
1000	-63.123	-62.948	-62.355	-61.274	-59.662	-57.485	-54.709	-51.275	46.900

FIGURE 2
100 MHz, land path, 10% time

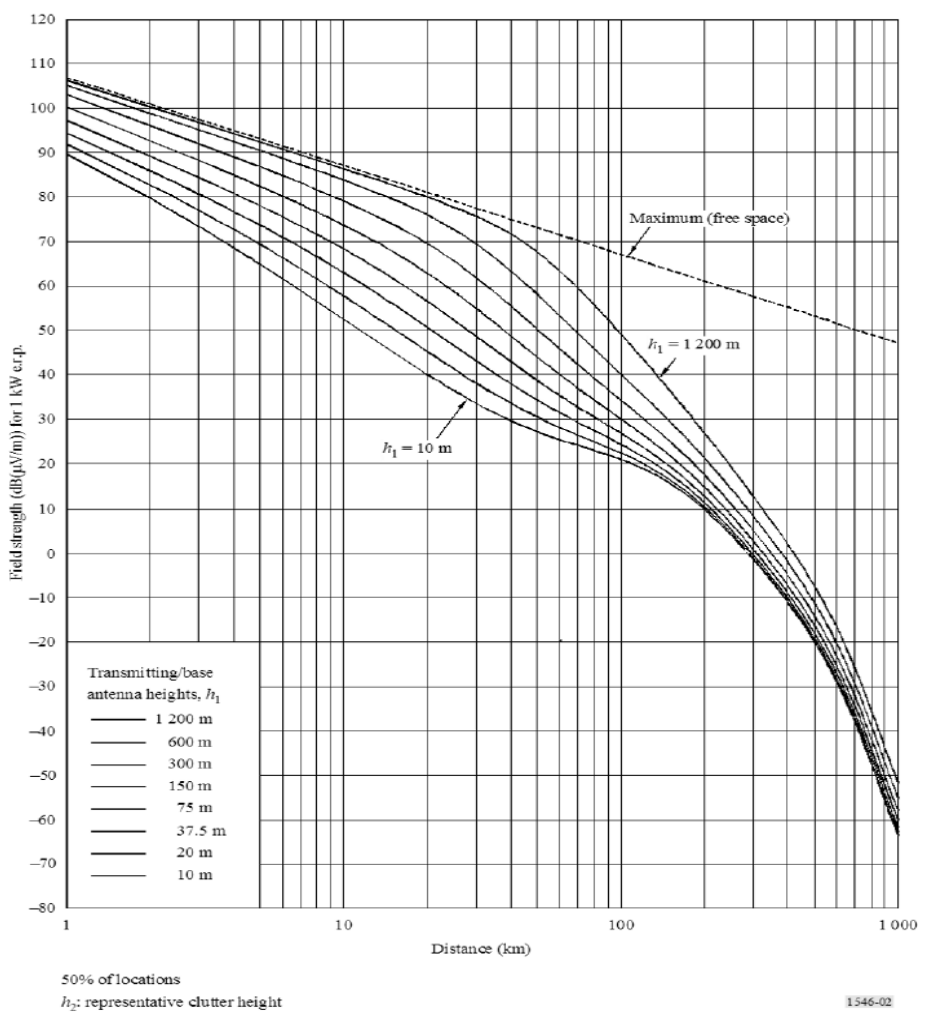


TABELA 3
Frequência: 600 MHz
Porcentagem Tempo: 50
Trajeto: Terra

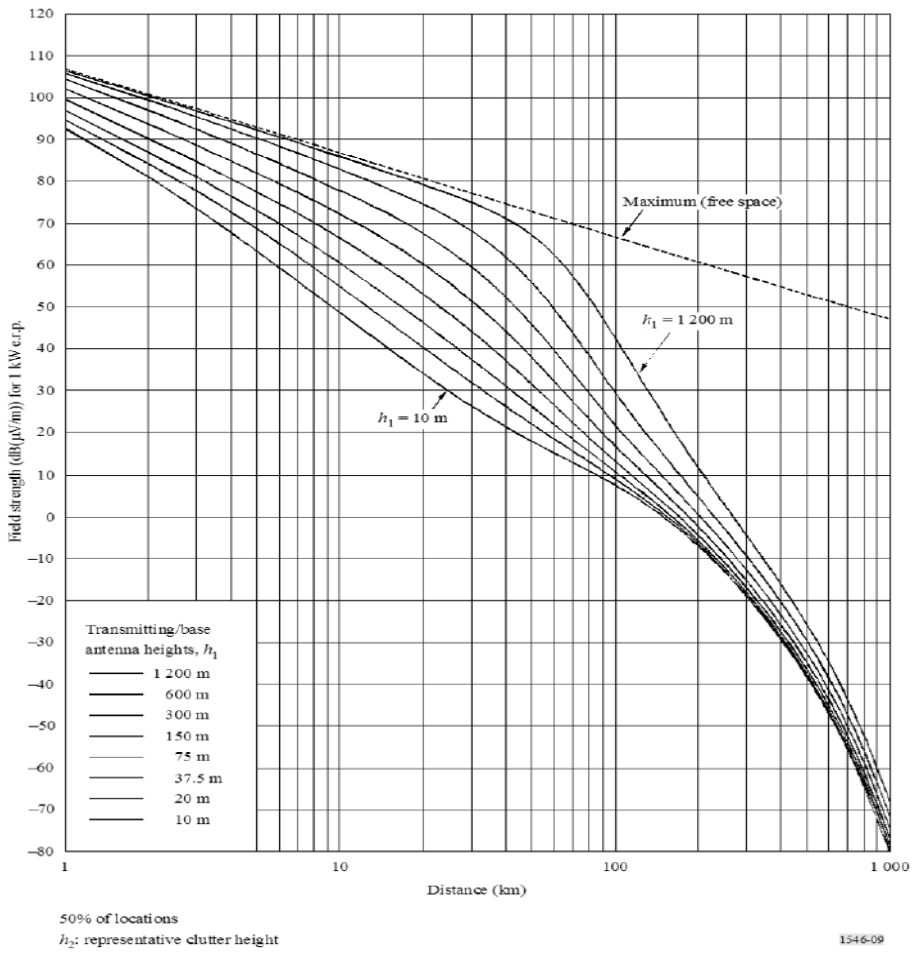
Distância em km	HNMT em metros								Campo Max. (Espaço Livre)
	10	20	37.5	75	150	300	600	1200	
1	92.681	94.868	97.072	99.699	102.345	104.591	106.007	106.629	106.900
2	81.108	84.291	87.092	90.356	93.803	97.071	99.417	100.484	100.879
3	73.480	77.690	81.046	84.741	88.624	92.462	95.443	96.866	97.358
4	67.693	72.675	76.575	80.667	84.877	89.107	92.562	94.285	94.859
5	63.064	68.556	72.942	77.421	81.920	86.457	90.290	92.275	92.921
6	59.229	65.047	69.834	74.687	79.459	84.256	88.406	90.626	91.337
7	55.965	61.992	67.096	72.296	77.333	82.365	86.792	89.227	89.998
8	53.130	59.293	64.640	70.152	75.447	80.700	85.376	88.010	88.838
9	50.628	56.879	62.410	68.195	73.739	79.204	84.110	86.933	87.815
10	48.393	54.701	60.370	66.387	72.167	77.839	82.961	85.965	86.900
11	46.377	52.719	58.489	64.702	70.703	76.576	81.907	85.085	86.072
12	44.542	50.904	56.748	63.122	69.327	75.396	80.928	84.279	85.316
13	42.862	49.230	55.127	61.633	68.022	74.282	80.013	83.533	84.621
14	41.315	47.680	53.613	60.224	66.780	73.223	79.148	82.838	83.977
15	39.883	46.237	52.192	58.888	65.590	72.209	78.327	82.187	83.378
16	38.553	44.890	50.856	57.617	64.447	71.233	77.541	81.574	82.818
17	37.312	43.626	49.594	56.404	63.345	70.289	76.786	80.993	82.291
18	36.151	42.437	48.399	55.244	62.280	69.373	76.056	80.441	81.795
19	35.062	41.315	47.265	54.133	61.250	68.480	75.346	79.914	81.325
20	34.038	40.254	46.185	53.066	60.250	67.607	74.655	79.408	80.879
25	29.704	35.679	41.448	48.276	55.634	63.479	71.375	77.129	78.941
30	26.339	31.999	37.521	44.162	51.501	59.617	68.237	75.108	77.358
35	23.638	28.930	34.148	40.517	47.713	55.935	65.125	73.200	76.019
40	21.411	26.304	31.182	37.224	44.194	52.395	61.999	71.296	74.859
45	19.531	24.013	28.535	34.219	40.906	48.992	58.862	69.318	73.836
50	17.910	21.986	26.151	31.464	37.834	45.734	55.739	67.213	72.921
55	16.485	20.173	23.991	28.936	34.972	42.632	52.661	64.966	72.093
60	15.211	18.536	22.027	26.616	32.314	39.698	49.656	62.591	71.337
65	14.051	17.044	20.233	24.486	29.852	36.938	46.748	60.122	70.642
70	12.982	15.675	18.588	22.530	27.578	34.354	43.955	57.601	69.998
75	11.982	14.407	17.071	20.730	25.477	31.941	41.287	55.065	69.399
80	11.037	13.223	15.666	19.068	23.536	29.694	38.752	52.542	68.838
85	10.136	12.111	14.357	17.527	21.739	27.602	36.351	50.056	68.312
90	9.269	11.059	13.129	16.093	20.070	25.654	34.083	47.624	67.815
95	8.429	10.056	11.972	14.751	18.515	23.837	31.944	45.257	67.346
100	7.612	9.095	10.874	13.489	17.061	22.138	29.928	42.964	66.900
110	6.030	7.273	8.825	11.164	14.407	19.050	26.235	38.617	66.072
120	4.498	5.556	6.929	9.049	12.026	16.304	22.941	34.601	65.316

Distância em km	HNMT em metros								Campo Max. (Espaço Livre)
	10	20	37.5	75	150	300	600	1200	
130	3.004	3.915	5.147	7.093	9.855	13.830	19.982	30.910	64.621
140	1.541	2.336	3.455	5.261	7.848	11.571	17.302	27.523	63.977
150	0.103	0.805	1.834	3.528	5.972	9.484	14.854	24.413	63.378
160	-1.311	-0.684	0.272	1.873	4.200	7.538	12.597	21.550	62.818
170	-2.702	-2.137	-1.241	0.285	2.516	5.707	10.500	18.905	62.291
180	-4.070	-3.557	-2.710	-1.246	0.904	3.972	8.537	16.452	61.795
190	-5.417	-4.945	-4.140	-2.728	-0.646	2.319	6.689	14.166	61.325
200	-6.741	-6.305	-5.534	-4.166	-2.141	0.736	4.938	12.027	60.879
225	-9.955	-9.585	-8.880	-7.594	-5.677	-2.969	0.905	7.208	59.856
250	-13.033	-12.709	-12.047	-10.819	-8.976	-6.385	-2.743	2.977	58.941
275	-15.981	-15.689	-15.059	-13.871	-12.081	-9.573	-6.099	-0.816	58.113
300	-18.809	-18.541	-17.934	-16.774	-15.023	-12.577	-9.227	-4.275	57.358
325	-21.529	-21.277	-20.688	-19.550	-17.827	-15.427	-12.172	-7.473	56.662
350	-24.151	-23.913	-23.336	-22.214	-20.514	-18.150	-14.966	-10.466	56.019
375	-26.687	-26.459	-25.893	-24.784	-23.101	-20.764	-17.637	-13.294	55.419
400	-29.150	-28.930	-28.371	-27.273	-25.603	-23.288	-20.207	-15.988	54.859
425	-31.550	-31.336	-30.784	-29.694	-28.035	-25.737	-22.692	-18.575	54.332
450	-33.896	-33.688	-33.141	-32.057	-30.407	-28.124	-25.108	-21.074	53.836
475	-36.198	-35.995	-35.452	-34.374	-32.730	-30.459	-27.467	-23.501	53.366
500	-38.464	-38.264	-37.724	-36.651	-35.013	-32.752	-29.780	-25.872	52.921
525	-40.700	-40.503	-39.966	-38.896	-37.264	-35.010	-32.055	-28.195	52.497
550	-42.911	-42.717	-42.183	-41.116	-39.488	-37.241	-34.301	-30.481	52.093
575	-45.104	-44.912	-44.379	-43.315	-41.691	-39.450	-36.522	-32.737	51.707
600	-47.281	-47.090	-46.560	-45.498	-43.877	-41.641	-38.723	-34.968	51.337
625	-49.445	-49.256	-48.727	-47.667	-46.049	-43.817	-40.908	-37.178	50.982
650	-51.598	-51.411	-50.883	-49.825	-48.209	-45.981	-43.080	-39.373	50.642
675	-53.743	-53.556	-53.030	-51.974	-50.359	-48.135	-45.240	-41.552	50.314
700	-55.878	-55.693	-55.168	-54.113	-52.500	-50.278	-47.390	-43.719	49.998
725	-58.005	-57.821	-57.297	-56.243	-54.632	-52.412	-49.529	-45.873	49.693
750	-60.123	-59.939	-59.416	-58.363	-56.753	-54.536	-51.657	-48.015	49.399
775	-62.230	-62.047	-61.524	-60.472	-58.864	-56.649	-53.774	-50.144	49.114
800	-64.325	-64.143	-63.620	-62.569	-60.962	-58.748	-55.877	-52.258	48.838
825	-66.405	-66.224	-65.702	-64.652	-63.045	-60.834	-57.966	-54.355	48.571
850	-68.469	-68.288	-67.767	-66.717	-65.112	-62.901	-60.037	-56.435	48.312
875	-70.514	-70.334	-69.813	-68.764	-67.159	-64.950	-62.088	-58.493	48.060
900	-72.537	-72.356	-71.836	-70.787	-69.183	-66.975	-64.116	-60.528	47.815
925	-74.534	-74.354	-73.834	-72.786	-71.182	-68.975	-66.118	-62.537	47.577
950	-76.502	-76.323	-75.803	-74.755	-73.152	-70.946	-68.091	-64.515	47.346
975	-78.439	-78.259	-77.740	-76.693	-75.090	-72.885	-70.031	-66.461	47.120
1000	-80.340	-80.161	-79.642	-78.595	-76.993	-74.789	-71.937	-68.371	46.900

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FIGURE 9
600 MHz, land path, 50% time

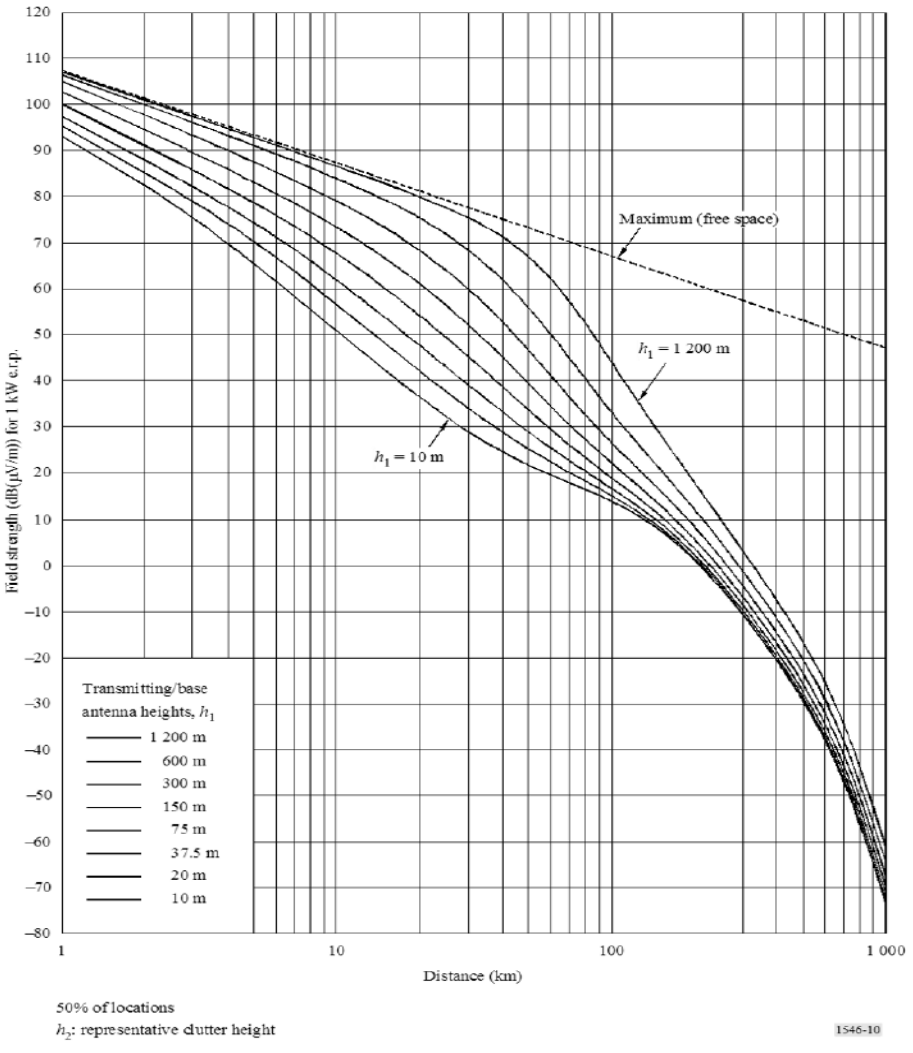


Distância em km	HNMT em metros								Campo Max. (Espaço Livre)
	10	20	37.5	75	150	300	600	1200	
130	10.300	11.070	12.194	13.997	16.535	20.088	25.326	34.123	64.621
140	9.039	9.719	10.754	12.448	14.851	18.210	23.122	31.320	63.977
150	7.768	8.374	9.339	10.945	13.239	16.440	21.077	28.741	63.378
160	6.488	7.036	7.943	9.478	11.683	14.753	19.161	26.352	62.818
170	5.204	5.704	6.564	8.041	10.173	13.136	17.349	24.127	62.291
180	3.919	4.380	5.201	6.631	8.703	11.575	15.624	22.042	61.795
190	2.638	3.066	3.855	5.246	7.267	10.064	13.974	20.078	61.325
200	1.364	1.764	2.527	3.884	5.863	8.597	12.388	18.218	60.879
225	-1.774	-1.424	-0.712	0.583	2.483	5.096	8.660	13.949	59.856
250	-4.816	-4.500	-3.822	-2.569	-0.723	1.806	5.211	10.111	58.941
275	-7.743	-7.452	-6.797	-5.575	-3.767	-1.296	1.995	6.610	58.113
300	-10.550	-10.276	-9.638	-8.437	-6.657	-4.230	-1.021	3.380	57.358
325	-13.237	-12.976	-12.351	-11.166	-9.407	-7.011	-3.865	0.375	56.662
350	-15.812	-15.561	-14.945	-13.772	-12.029	-9.657	-6.560	-2.444	56.019
375	-18.284	-18.041	-17.433	-16.269	-14.538	-12.186	-9.125	-5.108	55.419
400	-20.668	-20.431	-19.828	-18.672	-16.950	-14.613	-11.582	-7.642	54.859
425	-22.976	-22.743	-22.146	-20.995	-19.281	-16.956	-13.949	-10.072	54.332
450	-25.222	-24.993	-24.400	-23.254	-21.546	-19.231	-16.243	-12.416	53.836
475	-27.420	-27.194	-26.604	-25.462	-23.759	-21.452	-18.479	-14.695	53.366
500	-29.583	-29.360	-28.772	-27.633	-25.935	-23.634	-20.675	-16.925	52.921
525	-31.723	-31.502	-30.916	-29.780	-28.085	-25.790	-22.841	-19.121	52.497
550	-33.851	-33.632	-33.048	-31.914	-30.222	-27.931	-24.992	-21.296	52.093
575	-35.977	-35.760	-35.177	-34.045	-32.356	-30.069	-27.138	-23.463	51.707
600	-38.110	-37.894	-37.313	-36.183	-34.495	-32.212	-29.287	-25.630	51.337
625	-40.256	-40.041	-39.461	-38.333	-36.647	-34.367	-31.448	-27.806	50.982
650	-42.421	-42.207	-41.628	-40.501	-38.817	-36.539	-33.625	-29.997	50.642
675	-44.608	-44.395	-43.817	-42.691	-41.008	-38.733	-35.823	-32.207	50.314
700	-46.819	-46.607	-46.029	-44.904	-43.223	-40.949	-38.043	-34.437	49.998
725	-49.052	-48.840	-48.263	-47.139	-45.459	-43.186	-40.284	-36.687	49.693
750	-51.305	-51.094	-50.517	-49.394	-47.714	-45.444	-42.544	-38.955	49.399
775	-53.572	-53.362	-52.786	-51.663	-49.985	-47.715	-44.818	-41.236	49.114
800	-55.848	-55.638	-55.063	-53.940	-52.262	-49.994	-47.100	-43.524	48.838
825	-58.123	-57.913	-57.338	-56.216	-54.539	-52.272	-49.380	-45.810	48.571
850	-60.386	-60.177	-59.603	-58.481	-56.805	-54.538	-51.648	-48.083	48.312
875	-62.627	-62.418	-61.844	-60.723	-59.047	-56.781	-53.893	-50.332	48.060
900	-64.832	-64.623	-64.049	-62.928	-61.253	-58.988	-56.101	-52.545	47.815
925	-66.987	-66.779	-66.205	-65.085	-63.410	-61.146	-58.260	-54.707	47.577
950	-69.080	-68.872	-68.298	-67.178	-65.504	-63.240	-60.356	-56.806	47.346
975	-71.097	-70.889	-70.316	-69.196	-67.522	-65.259	-62.375	-58.829	47.120
1000	-73.026	-72.818	-72.245	-71.125	-69.452	-67.189	-64.307	-60.763	46.900

TABELA 4
Frequência: 600 MHz
Porcentagem Tempo: 10
Trajeto: Terra

Distância em km	HNMT em metros								Campo Max. (Espaço Livre)
	10	20	37.5	75	150	300	600	1200	
1	92.788	94.892	97.076	99.699	102.345	104.591	106.007	106.629	106.900
2	81.956	84.747	87.449	90.672	94.076	97.267	99.511	100.511	100.879
3	74.848	78.446	81.617	85.246	89.076	92.812	95.623	96.917	97.358
4	69.340	73.650	77.292	81.294	85.451	89.574	92.819	94.359	94.859
5	64.860	69.686	73.762	78.128	82.577	87.011	90.613	92.369	92.921
6	61.111	66.285	70.727	75.443	80.171	84.877	88.786	90.738	91.337
7	57.905	63.306	68.041	73.080	78.076	83.033	87.219	89.356	89.998
8	55.112	60.663	65.622	70.947	76.202	81.398	85.842	88.154	88.838
9	52.644	58.294	63.421	68.991	74.491	79.917	84.607	87.090	87.815
10	50.438	56.151	61.403	67.177	72.904	78.553	83.481	86.134	86.900
11	48.448	54.200	59.543	65.484	71.416	77.279	82.440	85.265	86.072
12	46.638	52.411	57.819	63.895	70.010	76.077	81.467	84.466	85.316
13	44.982	50.764	56.216	62.397	68.673	74.932	80.549	83.727	84.621
14	43.459	49.238	54.719	60.982	67.395	73.835	79.675	83.037	83.977
15	42.051	47.820	53.316	59.642	66.172	72.778	78.835	82.388	83.378
16	40.746	46.497	51.998	58.369	64.997	71.755	78.025	81.775	82.818
17	39.531	45.259	50.757	57.158	63.866	70.762	77.239	81.193	82.291
18	38.398	44.096	49.583	56.003	62.777	69.796	76.473	80.637	81.795
19	37.338	43.002	48.472	54.899	61.725	68.854	75.723	80.104	81.325
20	36.344	41.970	47.417	53.843	60.708	67.934	74.987	79.591	80.879
25	32.186	37.563	42.829	49.148	56.071	63.622	71.455	77.239	78.941
30	29.036	34.091	39.096	45.192	52.015	59.690	68.090	75.099	77.358
35	26.584	31.269	35.962	41.762	48.386	56.051	64.836	73.038	76.019
40	24.632	28.922	33.274	38.735	45.095	52.651	61.675	70.969	74.859
45	23.045	26.935	30.938	36.040	42.094	49.468	58.605	68.840	73.836
50	21.725	25.230	28.891	33.629	39.356	46.495	55.636	66.626	72.921
55	20.605	23.747	27.083	31.469	36.864	43.729	52.782	64.333	72.093
60	19.631	22.442	25.478	29.532	34.600	41.168	50.059	61.983	71.337
65	18.766	21.279	24.043	27.791	32.545	38.808	47.476	59.606	70.642
70	17.980	20.228	22.749	26.219	30.680	36.638	45.042	57.236	69.998
75	17.252	19.267	21.572	24.792	28.984	34.645	42.757	54.897	69.399
80	16.564	18.376	20.490	23.489	27.434	32.814	40.618	52.611	68.838
85	15.905	17.539	19.487	22.288	26.012	31.127	38.619	50.394	68.312
90	15.265	16.745	18.546	21.174	24.698	29.567	36.751	48.253	67.815
95	14.638	15.982	17.656	20.130	23.476	28.120	35.005	46.196	67.346
100	14.017	15.244	16.806	19.145	22.332	26.771	33.370	44.226	66.900
110	12.784	13.818	15.196	17.311	20.231	24.313	30.390	40.542	66.072
120	11.547	12.434	13.669	15.609	18.317	22.107	27.731	37.185	65.316

FIGURE 10
600 MHz, land path, 10% time



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700099

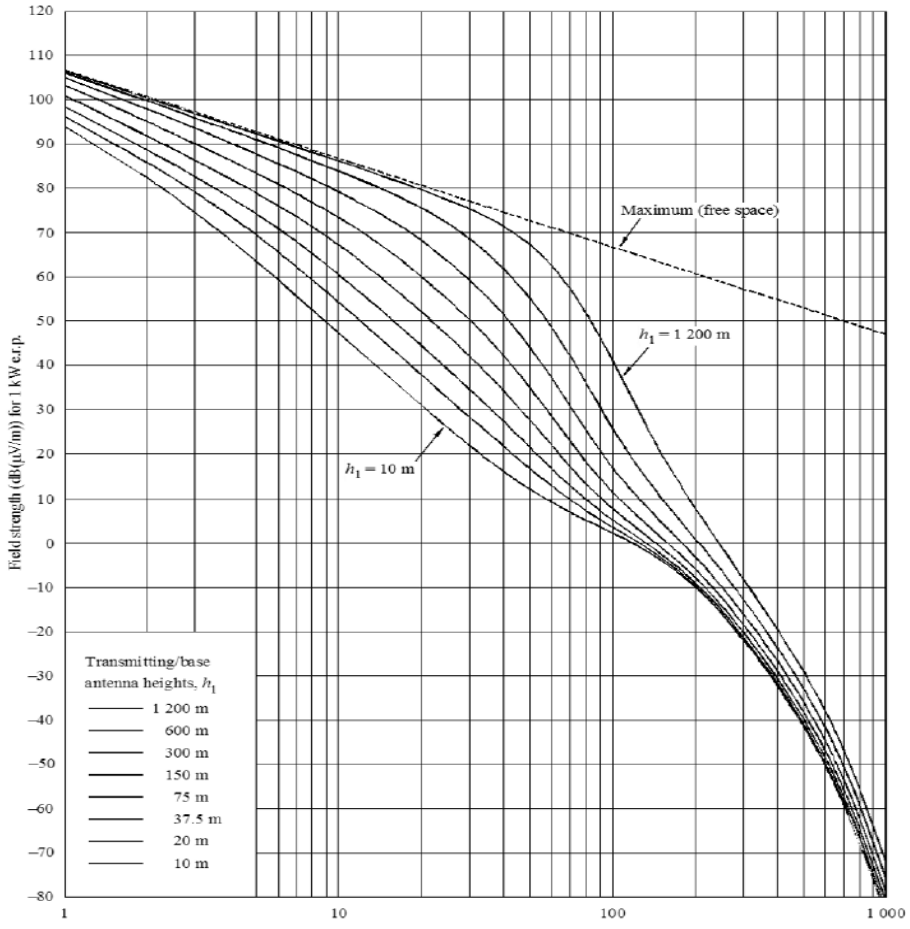
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TABELA 5
Frequência: 2 GHz
Porcentagem Tempo: 50
Trajeto: Terra

Distância em km	HNMT em metros								Campo Max. (Espaço Livre)
	10	20	37.5	75	150	300	600	1200	
1	94.233	96.509	98.662	101.148	103.509	105.319	106.328	106.732	106.900
2	82.427	85.910	88.758	91.971	95.244	98.116	99.916	100.632	100.879
3	74.501	79.135	82.671	86.395	90.171	93.677	96.070	97.049	97.358
4	68.368	73.847	78.078	82.308	86.474	90.429	93.289	94.498	94.859
5	63.385	69.412	74.253	79.006	83.536	87.851	91.099	92.513	92.921
6	59.209	65.580	70.908	76.172	81.068	85.701	89.284	90.887	91.337
7	55.628	62.216	67.909	73.643	78.912	83.845	87.729	89.509	89.998
8	52.499	59.227	65.186	71.329	76.970	82.198	86.365	88.312	88.838
9	49.725	56.544	62.696	69.181	75.181	80.707	85.144	87.253	87.815
10	47.236	54.116	60.406	67.169	73.507	79.331	84.035	86.304	86.900
11	44.981	51.901	58.291	65.277	71.922	78.043	83.013	85.442	86.072
12	42.922	49.867	56.329	63.490	70.408	76.822	82.061	84.652	85.316
13	41.029	47.989	54.502	61.800	68.956	75.653	81.165	83.922	84.621
14	39.279	46.245	52.794	60.198	67.558	74.524	80.313	83.243	83.977
15	37.653	44.619	51.191	58.677	66.210	73.429	79.497	82.608	83.378
16	36.137	43.096	49.682	57.231	64.909	72.361	78.708	82.009	82.818
17	34.717	41.665	48.257	55.853	63.652	71.316	77.942	81.442	82.291
18	33.384	40.316	46.908	54.537	62.437	70.293	77.192	80.903	81.795
19	32.129	39.041	45.627	53.278	61.260	69.289	76.455	80.387	81.325
20	30.945	37.832	44.407	52.072	60.121	68.303	75.728	79.893	80.879
25	25.889	32.596	39.051	46.684	54.906	63.628	72.179	77.642	78.941
30	21.921	28.355	34.599	42.081	50.306	59.317	68.706	75.604	77.358
35	18.729	24.802	30.756	37.994	46.119	55.280	65.291	73.633	76.019
40	16.114	21.754	27.352	34.269	42.210	51.427	61.921	71.641	74.859
45	13.939	19.099	24.292	30.826	38.510	47.703	58.580	69.571	73.836
50	12.108	16.766	21.526	27.634	34.999	44.085	55.252	67.388	72.921
55	10.548	14.707	19.028	24.685	31.681	40.581	51.937	65.076	72.093
60	9.201	12.884	16.779	21.982	28.576	37.214	48.650	62.636	71.337
65	8.025	11.268	14.761	19.525	25.699	34.012	45.413	60.085	70.642
70	6.984	9.831	12.957	17.305	23.060	31.001	42.256	57.448	69.998
75	6.050	8.546	11.343	15.308	20.658	28.196	39.207	54.753	69.399
80	5.200	7.390	9.896	13.516	18.482	25.607	36.292	52.029	68.838
85	4.416	6.342	8.594	11.905	16.516	23.230	33.529	49.305	68.312
90	3.683	5.381	7.413	10.452	14.740	21.057	30.929	46.606	67.815
95	2.990	4.493	6.334	9.135	13.131	19.074	28.496	43.955	67.346
100	2.327	3.662	5.339	7.933	11.669	17.262	26.230	41.369	66.900
110	1.061	2.131	3.544	5.800	9.102	14.082	22.170	36.454	66.072
120	-0.158	0.716	1.934	3.934	6.899	11.377	18.668	31.936	65.316

Distância em km	HNMT em metros								Campo Max. (Espaço Livre)
	10	20	37.5	75	150	300	600	1200	
130	-1.356	-0.628	0.443	2.249	4.953	9.027	15.628	27.838	64.621
140	-2.550	-1.932	-0.972	0.686	3.187	6.939	12.958	24.145	63.977
150	-3.746	-3.213	-2.338	-0.794	1.548	5.042	10.577	20.821	63.378
160	-4.950	-4.482	-3.674	-2.219	-0.002	3.287	8.421	17.823	62.818
170	-6.161	-5.745	-4.989	-3.604	-1.486	1.637	6.440	15.102	62.291
180	-7.380	-7.004	-6.290	-4.962	-2.923	0.066	4.597	12.617	61.795
190	-8.604	-8.261	-7.581	-6.297	-4.322	-1.442	2.863	10.329	61.325
200	-9.831	-9.515	-8.861	-7.614	-5.692	-2.901	1.216	8.208	60.879
225	-12.895	-12.626	-12.020	-10.839	-9.011	-6.382	-2.610	3.469	59.856
250	-15.923	-15.685	-15.110	-13.970	-12.202	-9.678	-6.132	-0.679	58.941
275	-18.888	-18.670	-18.115	-17.003	-15.275	-12.821	-9.429	-4.412	58.113
300	-21.771	-21.567	-21.026	-19.933	-18.232	-15.826	-12.542	-7.834	57.358
325	-24.562	-24.368	-23.837	-22.758	-21.077	-18.705	-15.497	-11.013	56.662
350	-27.260	-27.073	-26.549	-25.479	-23.813	-21.466	-18.314	-13.996	56.019
375	-29.866	-29.684	-29.166	-28.103	-26.447	-24.120	-21.009	-16.816	55.419
400	-32.387	-32.209	-31.695	-30.638	-28.989	-26.676	-23.597	-19.500	54.859
425	-34.830	-34.656	-34.144	-33.092	-31.450	-29.147	-26.093	-22.070	54.332
450	-37.206	-37.034	-36.525	-35.476	-33.839	-31.545	-28.510	-24.545	53.836
475	-39.525	-39.355	-38.848	-37.801	-36.168	-33.881	-30.861	-26.943	53.366
500	-41.798	-41.629	-41.123	-40.079	-38.449	-36.167	-33.160	-29.279	52.921
525	-44.034	-43.866	-43.362	-42.319	-40.691	-38.414	-35.417	-31.566	52.497
550	-46.243	-46.077	-45.574	-44.532	-42.906	-40.633	-37.644	-33.818	52.093
575	-48.435	-48.269	-47.767	-46.727	-45.103	-42.832	-39.850	-36.045	51.707
600	-50.617	-50.452	-49.951	-48.911	-47.289	-45.021	-42.044	-38.257	51.337
625	-52.796	-52.631	-52.131	-51.092	-49.471	-47.205	-44.233	-40.460	50.982
650	-54.976	-54.812	-54.312	-53.274	-51.654	-49.389	-46.422	-42.661	50.642
675	-57.162	-56.998	-56.498	-55.461	-53.841	-51.579	-48.614	-44.864	50.314
700	-59.354	-59.190	-58.691	-57.654	-56.035	-53.774	-50.812	-47.072	49.998
725	-61.552	-61.389	-60.890	-59.854	-58.236	-55.975	-53.016	-49.284	49.693
750	-63.756	-63.593	-63.094	-62.058	-60.440	-58.181	-55.224	-51.498	49.399
775	-65.960	-65.797	-65.298	-64.263	-62.646	-60.387	-57.433	-53.712	49.114
800	-68.159	-67.997	-67.498	-66.463	-64.846	-62.589	-59.636	-55.920	48.838
825	-70.347	-70.184	-69.686	-68.651	-67.035	-64.778	-61.826	-58.115	48.571
850	-72.513	-72.351	-71.853	-70.818	-69.202	-66.946	-63.995	-60.289	48.312
875	-74.649	-74.487	-73.989	-72.954	-71.339	-69.083	-66.134	-62.431	48.060
900	-76.744	-76.582	-76.084	-75.049	-73.434	-71.179	-68.230	-64.530	47.815
925	-78.785	-78.624	-78.126	-77.092	-75.476	-73.221	-70.274	-66.577	47.577
950	-80.763	-80.602	-80.104	-79.070	-77.455	-75.200	-72.254	-68.559	47.346
975	-82.667	-82.505	-82.008	-80.973	-79.359	-77.104	-74.159	-70.466	47.120
1000	-84.485	-84.324	-83.826	-82.792	-81.178	-78.924	-75.979	-72.288	46.900

FIGURE 17
2 000 MHz, land path, 50% time



50% of locations
h_2: representative clutter height
1546-17

TABELA 6
Frequência: 2 GHz
Porcentagem Tempo: 10
Trajeto: Terra

Distância em km	HNMT em metros								Campo Max. (Espaço Livre)
	10	20	37.5	75	150	300	600	1200	
1	94.181	96.487	98.654	101.146	103.509	105.319	106.328	106.732	106.900
2	82.351	85.866	88.762	92.000	95.276	98.138	99.926	100.635	100.879
3	74.443	79.037	82.641	86.423	90.219	93.718	96.089	97.054	97.358
4	68.362	73.712	77.992	82.310	86.522	90.481	93.317	94.505	94.859
5	63.440	69.268	74.113	78.964	83.569	87.906	91.132	92.522	92.921
6	59.326	65.450	70.726	76.076	81.072	85.751	89.321	90.898	91.337
7	55.804	62.114	67.705	73.492	78.875	83.880	87.767	89.521	89.998
8	52.734	59.163	64.979	71.131	76.886	82.211	86.400	88.324	88.838
9	50.019	56.526	62.502	68.948	75.047	80.689	85.173	87.266	87.815
10	47.590	54.149	60.238	66.917	73.325	79.276	84.052	86.316	86.900
11	45.398	51.989	58.159	65.019	71.697	77.947	83.015	85.452	86.072
12	43.403	50.015	56.241	63.241	70.150	76.682	82.043	84.660	85.316
13	41.577	48.200	54.466	61.572	68.676	75.470	81.123	83.927	84.621
14	39.897	46.523	52.816	60.003	67.269	74.302	80.244	83.244	83.977
15	38.345	44.967	51.276	58.524	65.923	73.172	79.397	82.603	83.378
16	36.904	43.519	49.836	57.129	64.637	72.077	78.577	81.998	82.818
17	35.564	42.166	48.484	55.808	63.404	71.014	77.779	81.423	82.291
18	34.312	40.898	47.212	54.557	62.223	69.982	76.998	80.875	81.795
19	33.142	39.706	46.011	53.367	61.090	68.978	76.233	80.350	81.325
20	32.044	38.584	44.874	52.235	60.002	68.003	75.481	79.845	80.879
25	27.448	33.810	39.972	47.266	55.121	63.494	71.882	77.540	78.941
30	23.966	30.064	36.014	43.134	50.933	59.475	68.499	75.463	77.358
35	21.259	27.018	32.683	39.544	47.191	55.784	65.268	73.491	76.019
40	19.114	24.470	29.794	36.325	43.743	52.298	62.125	71.540	74.859
45	17.385	22.298	27.238	33.389	40.514	48.952	59.021	69.542	73.836
50	15.967	20.421	24.957	30.694	37.476	45.725	55.936	67.447	72.921
55	14.787	18.784	22.916	28.226	34.630	42.624	52.874	65.223	72.093
60	13.788	17.350	21.090	25.978	31.988	39.673	49.858	62.869	71.337
65	12.927	16.087	19.461	23.944	29.558	36.896	46.919	60.403	70.642
70	12.171	14.968	18.007	22.113	27.343	34.310	44.088	57.862	69.998
75	11.495	13.969	16.708	20.471	25.337	31.926	41.391	55.285	69.399
80	10.878	13.069	15.543	18.997	23.527	29.743	38.847	52.709	68.838
85	10.305	12.251	14.493	17.673	21.895	27.753	36.467	50.169	68.312
90	9.764	11.497	13.537	16.476	20.422	25.942	34.254	47.690	67.815
95	9.245	10.796	12.661	15.389	19.087	24.294	32.204	45.293	67.346
100	8.741	10.134	11.848	14.392	17.871	22.792	30.310	42.991	66.900
110	7.755	8.897	10.367	12.611	15.726	20.153	26.943	38.707	66.072
120	6.775	7.731	9.018	11.035	13.867	17.896	24.054	34.861	65.316

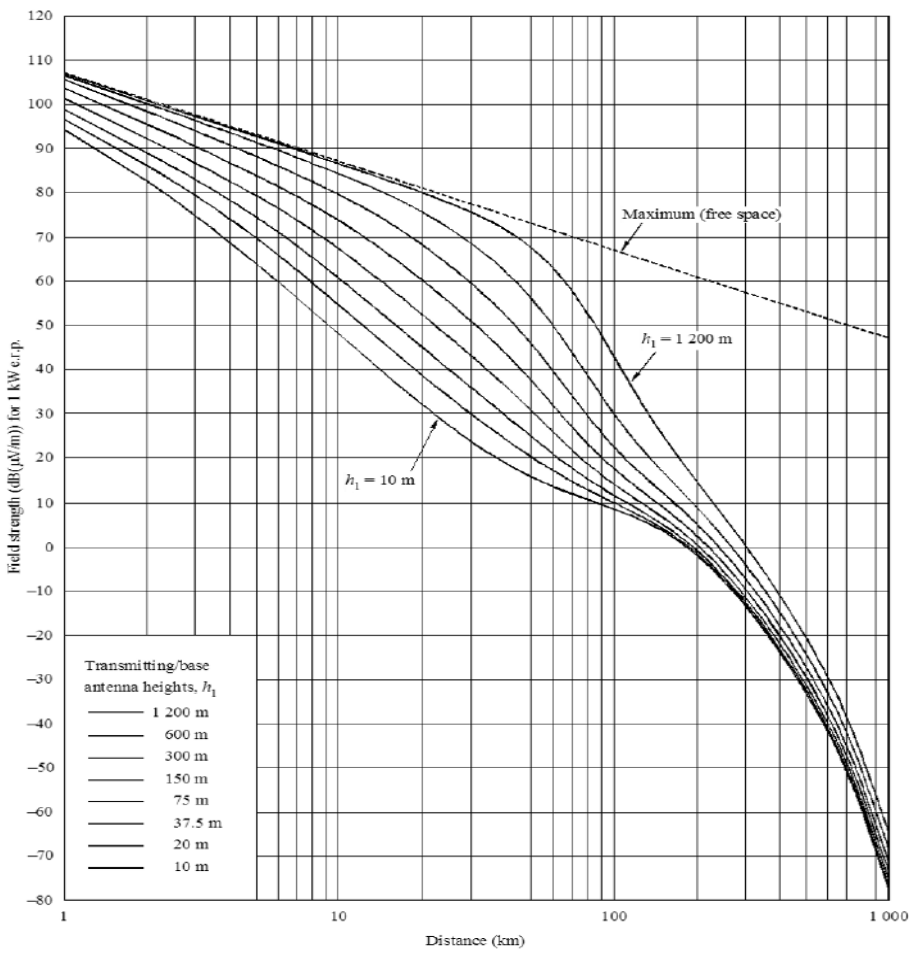
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Distância em km	HNMT em metros								Campo Max. (Espaço Livre)
	10	20	37.5	75	150	300	600	1200	
130	5.784	6.599	7.748	9.591	12.205	15.917	21.542	31.431	64.621
140	4.772	5.480	6.524	8.234	10.677	14.137	19.320	28.371	63.977
150	3.738	4.362	5.323	6.930	9.240	12.499	17.319	25.629	63.378
160	2.679	3.238	4.135	5.660	7.865	10.963	15.485	23.151	62.818
170	1.599	2.104	2.950	4.410	6.532	9.500	13.778	20.890	62.291
180	0.499	0.961	1.765	3.174	5.228	8.092	12.168	18.808	61.795
190	-0.618	-0.191	0.580	1.946	3.946	6.724	10.634	16.872	61.325
200	-1.747	-1.350	-0.607	0.726	2.680	5.388	9.160	15.056	60.879
225	-4.605	-4.264	-3.571	-2.301	-0.427	2.152	5.669	10.915	59.856
250	-7.477	-7.174	-6.513	-5.283	-3.462	-0.966	2.383	7.187	58.941
275	-10.327	-10.049	-9.410	-8.207	-6.421	-3.982	-0.747	3.749	58.113
300	-13.128	-12.868	-12.245	-11.060	-9.299	-6.899	-3.744	0.533	57.358
325	-15.865	-15.617	-15.005	-13.834	-12.090	-9.718	-6.621	-2.503	56.662
350	-18.529	-18.290	-17.686	-16.524	-14.793	-12.442	-9.387	-5.387	56.019
375	-21.116	-20.884	-20.286	-19.131	-17.410	-15.074	-12.051	-8.140	55.419
400	-23.629	-23.402	-22.808	-21.659	-19.945	-17.621	-14.622	-10.779	54.859
425	-26.072	-25.848	-25.257	-24.113	-22.405	-20.090	-17.110	-13.321	54.332
450	-28.451	-28.230	-27.642	-26.501	-24.797	-22.490	-19.525	-15.778	53.836
475	-30.775	-30.557	-29.971	-28.832	-27.132	-24.830	-21.878	-18.164	53.366
500	-33.054	-32.837	-32.253	-31.116	-29.419	-27.122	-24.179	-20.493	52.921
525	-35.296	-35.081	-34.498	-33.364	-31.669	-29.375	-26.440	-22.776	52.497
550	-37.513	-37.299	-36.718	-35.584	-33.891	-31.601	-28.673	-25.027	52.093
575	-39.714	-39.501	-38.920	-37.788	-36.097	-33.809	-30.886	-27.256	51.707
600	-41.907	-41.695	-41.115	-39.984	-38.294	-36.009	-33.090	-29.473	51.337
625	-44.102	-43.891	-43.312	-42.181	-40.492	-38.209	-35.294	-31.688	50.982
650	-46.305	-46.095	-45.516	-44.386	-42.698	-40.416	-37.505	-33.907	50.642
675	-48.522	-48.312	-47.733	-46.604	-44.917	-42.636	-39.728	-36.138	50.314
700	-50.755	-50.546	-49.968	-48.839	-47.153	-44.873	-41.967	-38.384	49.998
725	-53.007	-52.798	-52.220	-51.092	-49.406	-47.128	-44.223	-40.647	49.693
750	-55.275	-55.066	-54.489	-53.361	-51.676	-49.399	-46.496	-42.924	49.399
775	-57.557	-57.348	-56.771	-55.644	-53.959	-51.682	-48.781	-45.214	49.114
800	-59.844	-59.636	-59.059	-57.932	-56.248	-53.971	-51.072	-47.508	48.838
825	-62.128	-61.920	-61.343	-60.217	-58.532	-56.257	-53.358	-49.799	48.571
850	-64.396	-64.188	-63.612	-62.485	-60.802	-58.527	-55.629	-52.073	48.312
875	-66.635	-66.427	-65.851	-64.725	-63.041	-60.766	-57.870	-54.316	48.060
900	-68.828	-68.620	-68.044	-66.918	-65.235	-62.960	-60.065	-56.513	47.815
925	-70.958	-70.750	-70.174	-69.048	-67.365	-65.091	-62.197	-58.647	47.577
950	-73.008	-72.801	-72.225	-71.099	-69.417	-67.143	-64.249	-60.701	47.346
975	-74.964	-74.756	-74.180	-73.055	-71.372	-69.099	-66.205	-62.660	47.120
1000	-76.809	-76.602	-76.026	-74.901	-73.218	-70.945	-68.052	-64.508	46.900

FIGURE 18

2 000 MHz, land path, 10% time



ANEXO III

FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO III

FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS - TVD **FMC 15**

SERVIÇO PRINCIPAL

Código: 247 **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS (Televisão Digital - TVD)**

Solicitação relativa ao projeto de instalação da estação e utilização de equipamentos da TVD (Televisão Digital), para fins de aprovação.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – RAZÃO SOCIAL 1.2 – CNPJ

1.3 – REDE (Indicar a Razão Social, o canal e a cidade da geradora cedente da programação básica)
☐Própria ☐Afiliada
1.4 – REGISTRO FISTEL(USO INTERNO)

2 – ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

2.1 – LOGRADOURO 2.2 – BAIRRO

2.3 – CIDADE 2.4 – UF

2.5 – CEP 2.6 – FONE 2.7 – FAX

2.8 – E MAIL

3 – LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA DIGITAL

3.1 – LOGRADOURO 3.2 – BAIRRO

3.3 – CIDADE 3.4 – UF

3.5 – CEP 3.6 – COORDENADAS GEOGRÁFICAS

4 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL

4.1 – LOGRADOURO 4.2 – BAIRRO

4.3 – CIDADE 4.4 – UF

4.5 – CEP

5 – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

5.1 – CANAL 5.2 – C/E 5.3 – CLASSE

5.4 – FREQUÊNCIAS EXT. (MHz) 5.5 – ERP(máx)/150 m (kW) (PBTVD)

6 – TRANSMISSOR PRINCIPAL

6.1 – POTÊNCIA NOMINAL (kW) 6.2 – POTÊNCIA DE OPERAÇÃO (kW)

7 – TRANSMISSOR AUXILIAR

7.1 – POTÊNCIA NOMINAL (kW) 7.2 – POTÊNCIA DE OPERAÇÃO (kW)

8 – SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL

8.1 – FABRICANTE 8.2 – MODELO (NO CASO DE COMPOSIÇÃO, DESCREVER NAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS)

8.3 – BEAM-TILT (°) 8.4 – EV/Emáx (no caso de uso de beam-tilt) 8.5 – $G_{TMAX\ (dBd)}$ 8.6 – AZIMUTE DO 0° DO DIAGRAMA (NV)

8.7 – $C_{BT\ (metros)}$ 8.8 – $H_{C(metros)}$ 8.9 – $H_{T\ (metros)}$ 8.10 – POLARIZAÇÃO
☐H ☐C ☐ E

9 – SISTEMA IRRADIANTE AUXILIAR

9.1 – FABRICANTE 9.2 – MODELO (NO CASO DE COMPOSIÇÃO, DESCREVER NAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS)

9.3 – BEAM-TILT (°) 9.4 – EV/Emáx (no caso de uso de beam-tilt 9.5 – $G_{TMAX\ (dBd)}$ 9.6 – AZIMUTE DO 0° DO DIAGRAMA (NV)

9.7 – $C_{BT\ (metros)}$ 9.8 – $H_{C(metros)}$ 9.9 – $H_{T\ (metros)}$ 9.10 – POLARIZAÇÃO
☐H ☐C ☐ E

10 – LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL

10.1 – FABRICANTE 10.2 – MODELO

10.3 – COMPRIMENTO (L) (metros) 10.4 – IMPED CARAC (OHMS) 10.5 – ATENUAÇÃO (A_L) (dB/100m)

11 – LINHA DE TRANSMISSÃO AUXILIAR

11.1 – FABRICANTE 11.2 – MODELO

11.3 – COMPRIMENTO (L) (metros) 11.4 – IMPED CARAC (OHMS) 11.5 – ATENUAÇÃO (A_L) (dB/100m)

ESTUDO TÉCNICO

12 – PERDAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO (P_D)

12.1 – Comprimento da linha (L): _____ metros
12.2 – Atenuação em 100 metros (A_L): _____ dB
12.3 – Perdas na linha ($P_L = \frac{L \cdot A_L}{100}$): _____ dB
12.4 – Perdas acessórias (conectores e divisores) (P_C): _____ dB
12.5 – Perdas totais na linha ($P_D = P_L + P_C$): _____ dB
12.6 – Perdas na linha ($P_V = 10^{(0,1x\ PD)}$): _____ vezes
12.7 – Eficiência na linha ($E_F = 1 / P_V$): _____

13 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA MÁXIMA (ERP_{MAX})

$ERP_{MAX} = P_T \times G_{TMAX} \times E_F =$ _____ x _____ x _____ = _____ kW

Onde: P_T: Potência de saída do transmissor, em kW.
$G_{T(MAX)}$: Ganho máximo do sistema irradiante, em vezes ($G_{T(MAX)(vezes)} = 10^{(0,1xGT(max)dBd)}$)
E_F: Eficiência da linha de transmissão

14 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTE (ERP_{AZ})

AZIMUTES (radiais) (em graus)	NMT (m)	HSNMT (m)	$\left(\frac{Elf}{Emaz}\right)^2$	$\left(\frac{EV}{Emax}\right)^2$	$\left(\frac{E}{Emax}\right)^2$	ERP_{AZ} (kW)	ERP_{AZ} REFERIDA A 150 m (kW)	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 43 dBμ (km)[1]	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 51 dBμ (km)[2]
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
0									
15									
30									
45									
60									
75									
90									
105									
120									
135									
150									
165									
180									
195									
210									
225									
240									
255									
270									
285									
300									
315									
330									
345									
VALORES MÉDIOS									

OBS.: Identificar com asterisco (*) as radiais de interferência, que não deverão ser consideradas no cálculo dos valores médios.
As colunas (4) e (5) só deverão ser utilizadas no caso de existência de beam-tilt.

[1] – distância ao contorno protegido para canais de VHF (em conformidade com as curvas da Recomendação UIT-R P. 1546-1 e Resolução n.º 398/2005)
[2] – distância ao contorno protegido para canais de UHF (em conformidade com as curvas da Recomendação UIT-R P. 1546-1 e Resolução n.º 398/2005)

15 – DECLARAÇÃO E DADOS DO PROFISSIONAL HABILITADO

Declaro conhecer a legislação vigente aplicável ao serviço em questão, sujeitando-me às condições nela fixadas, responsabilizando-me pela veracidade das informações prestadas.

15.1 – NOME COMPLETO

15.2 – REG. CREA

15.3 – ENDEREÇO

15.4 – BAIRRO

15.5 – CIDADE

15.6 – UF

15.7 – CEP

15.8 – FONE

15.9 – FAX

15.10 – E-MAIL

15.11 – LOCAL

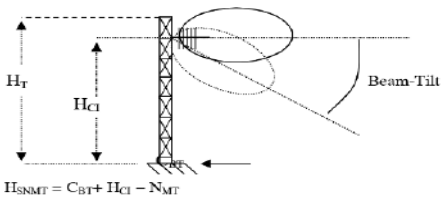
15.12 – DATA

15.13 – ASSINATURA DO PROFISSIONAL HABILITADO

16 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

(INFORMAR AQUI QUALQUER OBSERVAÇÃO ADICIONAL QUE O PROJETISTA CONSIDERE RELEVANTE)

17 – LEGENDA / DEFINIÇÕES



- $H_{SNMT} = C_{BT} + H_{CI} - N_{MT}$
- H_{SNMT}: Altura do centro de irradiação do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno, no azimute considerado.
- C_{BT}: Cota da base da torre em relação ao nível do mar.
- H_{CI}: Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação à base da torre.
- N_{MT}: Nível médio do terreno no azimute considerado
- $(\frac{E}{Emax})^2$: Ganho do sistema irradiante no azimute considerado.

OBS.:
- $(\frac{E}{Emax})^2 = (\frac{EH}{Emax})^2 \times (\frac{EV}{Emax})^2$
- $(\frac{EV}{Emax})^2 = 1$, para inclinação do feixe principal (beam-tilt) = 0°

- ERP_{AZ} (potência proposta por azimute) = $ERP_{MAX} \times (\frac{E}{Emax})^2$

C/E	Comercial/Educativo.
G_{TMAX}	Ganho máximo do sistema irradiante.
C_{BT}	Cota da base da torre em relação ao nível do mar.
H_{CI}	Altura do centro de irradiação do sistema irradiante em relação à base da torre.
H_T	Altura física da estrutura de sustentação dos sistemas irradiantes com relação à sua base.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS- RTVD **FMC 16**

SERVIÇO PRINCIPAL

Código: 801 **SERVIÇO DE RETRANSMISÃO DE TELEVISÃO (Retransmissão de TV Digital - RTVD)**

Solicitação relativa ao projeto de instalação da estação e utilização de equipamentos da RTVD para fins de aprovação.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – RAZÃO SOCIAL

1.2 – CNPJ

1.3 – REGISTRO FISTEL (USO INTERNO)

2 – ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

2.1 – LOGRADOURO

2.2 – BAIRRO

2.3 – CIDADE

2.4 – UF

2.5 – CEP

2.6 – FONE

2.7 – FAX

2.8 – E-MAIL

3 – LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO RETRANSMISSORA DIGITAL

3.1 – LOGRADOURO

3.2 – BAIRRO

3.3 – CIDADE

3.4 – UF

3.5 – CEP

3.6 – COORDENADAS GEOGRÁFICAS

4 – GERADORA DA PROGRAMAÇÃO

4.1 – NOME

4.2 – CANAL

4.3 – CIDADE

4.4 – UF

4.5 – REDE (Se afiliada, indicar o nome da Rede)
☐Própria ☐Afiliada

5 – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

5.1 – CANAL

5.2 – C/E

5.3 – CLASSE

5.4 – FREQUÊNCIAS EXT. (MHz)

5.5 – ERP(máx)/150 m (kW)(PBTVD)

6 – TRANSMISSOR PRINCIPAL

6.1 – POTÊNCIA NOMINAL (kW)

6.2 – POTÊNCIA DE OPERAÇÃO (kW)

7 – TRANSMISSOR AUXILIAR

7.1 – POTÊNCIA NOMINAL (kW)

7.2 – POTÊNCIA DE OPERAÇÃO (kW)

8 – SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL

8.1 – FABRICANTE

8.2 – MODELO (NO CASO DE COMPOSIÇÃO, DESCREVER NAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS)

8.3 – BEAM-TILT (°)

8.4 – EV/Emáx (no case de uso de beam tilt)

8.5 – G_{TMAX} (dBd)

8.6 – AZIMUTE DO 0° DO DIAGRAMA (NV)

8.7 – C_{BT} (metros)

8.8 – H_{CI} (metros)

8.9 – H_T (metros)

8.10 – POLARIZAÇÃO
☐H ☐C ☐ E

9 – SISTEMA IRRADIANTE AUXILIAR

9.1 – FABRICANTE

9.2 – MODELO (NO CASO DE COMPOSIÇÃO, DESCREVER NAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS)

9.3 – BEAM-TILT (°)

9.4 – EV/Emáx (no case de uso de beam tilt)

9.5 – G_{TMAX} (dBd)

9.6 – AZIMUTE DO 0° DO DIAGRAMA (NV)

9.7 – C_{BT} (metros)

9.8 – H_{CI} (metros)

9.9 – H_T (metros)

9.10 – POLARIZAÇÃO
☐H ☐C ☐ E

10 – LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL

10.1 – FABRICANTE

10.2 – MODELO

10.3 – COMPRIMENTO (L) (metros)

10.4 – IMPED.CARAC (OHMS)

10.5 – ATENUAÇÃO (A_L) (dB/100m)

11 – LINHA DE TRANSMISSÃO AUXILIAR

11.1 – FABRICANTE

11.2 – MODELO

11.3 – COMPRIMENTO (L) (metros)

11.4 – IMPED.CARAC (OHMS)

11.5 – ATENUAÇÃO (A_L) (dB/100m)

ESTUDO TÉCNICO

12 – PERDAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO (P_D)

12.1 – Comprimento da linha (L): _____ metros
12.2 – Atenuação em 100 metros (A_L): _____ dB
12.3 – Perdas na linha ($P_L = \frac{L \cdot A_L}{100}$): _____ dB
12.4 – Perdas acessórias (conectores e divisores) (P_C): _____ dB
12.5 – Perdas totais na linha ($P_D = P_L + P_C$): _____ dB
12.6 – Perdas na linha ($P_V = 10^{(0,1x\ PD)}$): _____ vezes
12.7 – Eficiência na linha ($E_F = 1 / P_V$): _____

13 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA MÁXIMA (ERP_{MAX})

$ERP_{MAX} = P_T \times G_{TMAX} \times E_F =$ _____ x _____ x _____ = _____ kW

Onde: P_T: Potência de saída do transmissor, em kW.
$G_{T(MAX)}$: Ganho máximo do sistema irradiante, em vezes ($G_{T(MAX)(vezes)} = 10^{(0,1xGT(max)dBd)}$)
E_F: Eficiência da linha de transmissão

14 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTE (ERP_{AZ})

AZIMUTES (radiais) (em graus)	NMT (m)	HSNMT (m)	$\left(\frac{EH}{Emax}\right)^2$	$\left(\frac{EV}{Emax}\right)^2$	$\left(\frac{E}{Emax}\right)^2$	ERP_{AZ} (kW)	ERP_{AZ} REFERIDA A 150 m (kW)	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 43 $dB\mu$ (km)[1]	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 51 $dB\mu$ (km)[2]
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
0									
15									
30									
45									
60									
75									
90									
105									
120									
135									
150									
165									
180									
195									
210									
225									
240									
255									
270									
285									
300									
315									
330									
345									
VALORES MÉDIOS									

OBS.: Identificar com asterisco (*) as radiais de interferência, que não deverão ser consideradas no cálculo dos valores médios.
As colunas (4) e (5) só deverão ser utilizadas no caso de existência de beam tilt.

[1] – distância ao contorno protegido para canais de VHF (em conformidade com as curvas da Recomendação UIT-R P. 1546-1 e Resolução n.º 398/2005)
[2] – distância ao contorno protegido para canais de UHF (em conformidade com as curvas da Recomendação UIT-R P. 1546-1 e Resolução n.º 398/2005)

15 – DECLARAÇÃO E DADOS DO PROFISSIONAL HABILITADO

Declaro conhecer a legislação vigente aplicável ao serviço em questão, sujeitando-me às condições nela fixadas, responsabilizando-me pela veracidade das informações prestadas.

15.1 – NOME COMPLETO 15.2 – REG. CREA

15.3 – ENDEREÇO 15.4 – BAIRRO

15.5 – CIDADE 15.6 – UF

15.7 – CEP 15.8 – FONE 15.9 – FAX

15.10 – E-MAIL

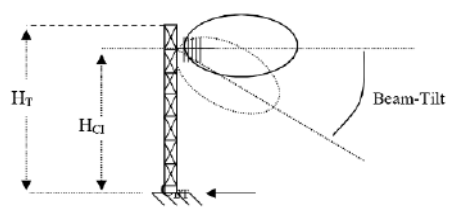
15.11 – LOCAL 15.12 – DATA

15.13 – ASSINATURA DO PROFISSIONAL HABILITADO

16 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

(INFORMAR AQUI QUALQUER OBSERVAÇÃO ADICIONAL QUE O PROJETISTA CONSIDERE RELEVANTE)

17 – LEGENDA / DEFINIÇÕES



- $H_{SNMT} = C_{BT} + H_{CI} - N_{MT}$
- H_{SNMT}: Altura do centro de irradiação do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno, no azimute considerado.
- C_{BT}: Cota da base da torre em relação ao nível do mar.
- H_{CI}: Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação à base da torre.
- N_{MT}: Nível médio do terreno no azimute considerado
- $(\frac{E}{Emax})^2$: Ganho do sistema irradiante no azimute considerado.

OBS.: $(\frac{E}{Emax})^2 = (\frac{EH}{Emax})^2 \times (\frac{EV}{Emax})^2$

$(\frac{EV}{Emax})^2 = 1$, para inclinação do feixe principal (beam-tilt) = 0°

- ERP_{AZ} (potência proposta por azimute) = $ERP_{MAX} \times (\frac{E}{Emax})^2$

C/E	Comercial/Educativo.
G_{TMAX}	Ganho máximo do sistema irradiante.
C_{BT}	Cota da base da torre em relação ao nível do mar.
H_{CI}	Altura do centro de irradiação do sistema irradiante em relação à base da torre.
H_T	Altura física da estrutura de sustentação dos sistemas irradiantes com relação à sua base.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS- RTVD **FMC 16A**

SERVIÇO PRINCIPAL

Código: 801 SERVIÇO DE RETRANSMISÃO DE TELEVISÃO(RetransmissoraAuxiliar TV de Digital - RTVD)

Solicitação relativa ao projeto de instalação da estação e utilização de equipamentos da RTVD auxiliar para fins de aprovação.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – RAZÃO SOCIAL 1.2 – CNPJ

1.3 – REDE (Indicar a Razão Social, o canal e a cidade da geradora cedente da programação básica)
☐Própria ☐Afiliada

1.4 – REGISTRO FISTEL(USO INTERNO)

2 – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO VINCULADA (TVD / RTVD)

2.1 – CANAL 2.2 – C/E 2.3 – CLASSE

2.4 – FREQUÊNCIAS EXT. (MHz) 2.5 – ERP(máx)/150 m (kW)(PBTVD)

3 – ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

3.1 – LOGRADOURO 3.2 – BAIRRO

3.3 – CIDADE 3.4 – UF

3.5 – CEP 3.6 – FONE 3.7 – FAX

3.8 – E-MAIL

4 – LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO RETRANSMISSORA AUXILIAR

4.1 – LOGRADOURO 4.2 – BAIRRO

4.3 – CIDADE 4.4 – UF

4.5 – CEP 4.6 – COORDENADAS GEOGRÁFICAS

5 – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO RETRANSMISSORA AUXILIAR

5.1 – CANAL 5.2 – C/E 5.3 – CLASSE

5.4 – FREQUÊNCIAS EXT. (MHz)

6 – TRANSMISSOR PRINCIPAL

6.1 – POTÊNCIA NOMINAL (kW) 6.2 – POTÊNCIA DE OPERAÇÃO (kW)

7 – TRANSMISSOR AUXILIAR

7.1 – POTÊNCIA NOMINAL (kW) 7.2 – POTÊNCIA DE OPERAÇÃO (kW)

8 – SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL

8.1 – FABRICANTE 8.2 – MODELO (NO CASO DE COMPOSIÇÃO, DESCREVER NAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS)

8.3 – BEAM-TILT (°) 8.4 – EV/Emáx (no caso de uso de beam-tilt) 8.5 – G_{TMAX} (dBd) 8.6 – AZIMUTE DO 0° DO DIAGRAMA (NV)

8.7 – C_{BT} (metros) 8.8 – H_{CI}(metros) 8.9 – H_T(metros) 8.10 – POLARIZAÇÃO ☐H ☐C ☐ E

9 – SISTEMA IRRADIANTE AUXILIAR

9.1 – FABRICANTE 9.2 – MODELO (NO CASO DE COMPOSIÇÃO, DESCREVER NAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS)

9.3 – BEAM-TILT (°) 9.4 – EV/Emáx (no caso de uso de beam-tilt) 9.5 – G_{TMAX} (dBd) 9.6 – AZIMUTE DO 0° DO DIAGRAMA (NV)

9.7 – C_{BT} (metros) 9.8 – H_{CI}(metros) 9.9 – H_T(metros) 9.10 – POLARIZAÇÃO ☐H ☐C ☐ E

10 – LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL

10.1 – FABRICANTE 10.2 – MODELO

10.3 – COMPRIMENTO (L) (metros) 10.4 – IMPED.CARAC (OHMS) 10.5 – ATENUAÇÃO (A_L) (dB/100m)

11 – LINHA DE TRANSMISSÃO AUXILIAR

11.1 – FABRICANTE 11.2 – MODELO

11.3 – COMPRIMENTO (L) (metros) 11.4 – IMPED.CARAC (OHMS) 11.5 – ATENUAÇÃO (A_L) (dB/100m)

ESTUDO TÉCNICO

12 – PERDAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO (P_D)

12.1 – Comprimento da linha (L): _____ metros
12.2 – Atenuação em 100 metros (A_L): _____ dB
12.3 – Perdas na linha ($P_L = \frac{L \cdot A_L}{100}$): _____ dB
12.4 – Perdas acessórias (conectores e divisores) (P_C): _____ dB
12.5 – Perdas totais na linha ($P_D = P_L + P_C$): _____ dB
12.6 – Perdas na linha ($P_V = 10^{(0.1 \times PD)}$): _____ vezes
12.7 – Eficiência na linha ($E_F = 1 / P_V$): _____

13 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA MÁXIMA (ERP_{MAX})

$ERP_{MAX} = P_T \times G_{TMAX} \times E_F$ = _____ x _____ x _____ = _____ kW

Onde: P_T: Potência de saída do transmissor, em kW.
$G_{T(MAX)}$: Ganho máximo do sistema irradiante, em vezes ($G_{T(MAX)(vezes)} = 10^{(0.1 \times GT(max)(dBd))}$)
E_F: Eficiência da linha de transmissão

14 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTE (ERP_{AZ})

AZIMUTES (radianis) (em graus)	NMT (m)	HSNMT (m)	$\left(\frac{EH}{Emax}\right)^2$	$\left(\frac{EV}{Emax}\right)^2$	$\left(\frac{E}{Emax}\right)^2$	ERP_{AZ} (kW)	ERP_{AZ} REFERIDA A 150 m (kW)	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 43 $dB\mu$ (km)[1]	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 51 $dB\mu$ (km)[2]
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
0									
15									
30									
45									
60									
75									
90									
105									
120									
135									
150									
165									
180									
195									
210									
225									
240									
255									
270									
285									
300									
315									
330									
345									
VALORES MÉDIOS									

OBS.: Identificar com asterisco (*) as radiais de interferência, que não deverão ser consideradas no cálculo dos valores médios.
As colunas (4) e (5) só deverão ser utilizadas no caso de existência de beam-tilt.

[1] – distância ao contorno protegido para canais de VHF (em conformidade com as curvas da Recomendação UIT-R P. 1546-1 e Resolução n.º 398/2005)
[2] – distância ao contorno protegido para canais de UHF (em conformidade com as curvas da Recomendação UIT-R P. 1546-1 e Resolução n.º 398/2005)

15 – DECLARAÇÃO E DADOS DO PROFISSIONAL HABILITADO

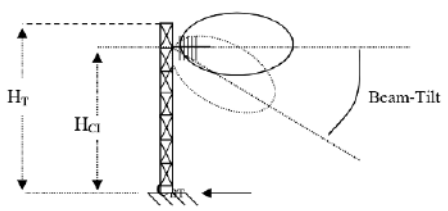
Declaro conhecer a legislação vigente aplicável ao serviço em questão, sujeitando-me às condições nela fixadas, responsabilizando-me pela veracidade das informações prestadas.

15.1 – NOME COMPLETO
15.2 – REG.CREA
15.3 – ENDEREÇO
15.4 – BAIRRO
15.5 – CIDADE
15.6 – UF
15.7 – CEP
15.8 – FONE
15.9 – FAX
15.10 – E-MAIL
15.11 – LOCAL
15.12 – DATA
15.13 – ASSINATURA DO PROFISSIONAL HABILITADO

16 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

(INFORMAR AQUI QUALQUER OBSERVAÇÃO ADICIONAL QUE O PROJETISTA CONSIDERE RELEVANTE)

17 – LEGENDA / DEFINIÇÕES



- $H_{SNMT} = C_{BT} + H_{CI} - N_{MT}$
- H_{SNMT}: Altura do centro de irradiação do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno, no azimute considerado.
- C_{BT}: Cota da base da torre em relação ao nível do mar.
- H_{CI}: Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação à base da torre.
- N_{MT}: Nível médio do terreno no azimute considerado
- $(\frac{E}{Emax})^2$: Ganho do sistema irradiante no azimute considerado.

OBS.: $(\frac{E}{Emax})^2 = (\frac{EH}{Emax})^2 \times (\frac{EV}{Emax})^2$

$(\frac{EV}{Emax})^2 = 1$, para inclinação do feixe principal (beam-tilt) = 0°

- ERP_{AZ} (potência proposta por azimute) = $ERP_{MAX} \times (\frac{E}{Emax})^2$

C/E	Comercial/Educativo.
G_{TMAX}	Ganho máximo do sistema irradiante.
C_{BT}	Cota da base da torre em relação ao nível do mar.
H_{CI}	Altura do centro de irradiação do sistema irradiante em relação à base da torre.
H_T	Altura física da estrutura de sustentação dos sistemas irradiantes com relação à sua base.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Estação Retransmissora Auxiliar em Ambiente Confinado **FMC 18**

SERVIÇO PRINCIPAL

☐	Código:	247	SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS (Televisão Digital - TVD)
☐	Código:	801	SERVIÇO DE RETRANSMISÃO DE TELEVISÃO (Retransmissão de TV Digital - RTVD)

Informações relativas à instalação da estação e utilização de equipamentos da Estação Retransmissora Auxiliar em Ambiente Confinado, para fins de cadastramento e controle.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE PRINCIPAL (TVD / RTVD)

1.1 – RAZÃO SOCIAL
1.2 – CNPJ
1.3 – REDE (Indicar a Razão Social, o canal e a cidade da geradora cedente da programação básica)
☐Própria ☐Afiliada
1.4 – REGISTRO FISTEL(USO INTERNO)

2 – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO VINCULADA (TVD / RTVD)

2.1 – CANAL
2.2 – C/E
2.3 – CLASSE
2.4 – FREQUÊNCIAS EXT. (MHz)
2.5 – ERP(máx)/150 m (kW)(PBTVD)

3 – ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

3.1 – LOGRADOURO
3.2 – BAIRRO
3.3 – CIDADE
3.4 – UF
3.5 – CEP
3.6 – FONE
3.7 – FAX
3.8 – E-MAIL

4 – LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO RETRANSMISSORA AUXILIAR CONFINADA

4.1 – LOGRADOURO
4.2 – BAIRRO
4.3 – CIDADE
4.4 – UF
4.5 – CEP
4.6 – COORDENADAS GEOGRÁFICAS

5 – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO RETRANSMISSORA AUXILIAR CONFINADA

5.1 – CANAL
5.2 – C/E
5.3 – FREQUÊNCIAS EXT. (MHz)

6 – TRANSMISSOR PRINCIPAL

6.1 – POTÊNCIA NOMINAL (kW)
6.2 – POTÊNCIA DE OPERAÇÃO (kW)

7 – TRANSMISSOR AUXILIAR

7.1 – POTÊNCIA NOMINAL (kW)
7.2 – POTÊNCIA DE OPERAÇÃO (kW)

8 – SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL

8.1 – FABRICANTE
8.2 – MODELO
8.3 – G_{TMAX} (dB4)
8.4 – POLARIZAÇÃO
☐H ☐C ☐ E

9 – LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL

9.1 – FABRICANTE
9.2 – MODELO
9.3 – COMPRIMENTO (L) (metros)
9.4 – IMPED.CARAC (OHMS)
9.5 – ATENUAÇÃO (A_L) (dB/100m)

10 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

(INFORMAR AQUI QUALQUER OBSERVAÇÃO ADICIONAL QUE O PROJETISTA CONSIDERE RELEVANTE)

11 – DECLARAÇÃO E DADOS DO PROFISSIONAL HABILITADO

Declaro conhecer a legislação vigente aplicável ao serviço em questão, sujeitando-me às condições nela fixadas, responsabilizando-me pela veracidade das informações prestadas.

11.1 – NOME COMPLETO
11.2 – REG.CREA
11.3 – ENDEREÇO
11.4 – BAIRRO
11.5 – CIDADE
11.6 – UF
11.7 – CEP
11.8 – FONE
11.9 – FAX
11.10 – E-MAIL
11.11 – LOCAL
11.12 – DATA
11.13 – ASSINATURA DO PROFISSIONAL HABILITADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 7.098, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO que compete à Agência controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las, bem como homologar reajustes, em conformidade com o inciso VII do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997;

CONSIDERANDO a fixação dos valores tarifários máximos dos Planos Básicos de Serviço das Concessionárias do STFC, modalidade de Serviço Local e Longa Distância Nacional, para as chamadas destinadas aos acessos do Serviço Móvel Especializado (VC-1, VC-2 e VC-3), decorrente de reajuste tarifário, por meio do Ato nº 1.521, de 4 de março de 2013;

CONSIDERANDO que o art. 25 do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefónico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral (STFC), aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, permite às prestadoras de STFC a cobrança de valores de comunicação VC-1 diferentes para chamadas envolvendo usuários do Serviço Móvel Especializado (SME) de prestadoras distintas, em função dos VU-T por elas aplicados;

CONSIDERANDO que o art. 7º do Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao Uso do Público em Geral (STFC) envolvendo acessos do SME, aprovado pela Resolução nº 576, de 31 de outubro de 2011, determina a aplicação de Redutor de 10% (dez por cento) nos reajustes das tarifas objeto deste Regulamento;

CONSIDERANDO o que dispõe o Processo n° 53500.006734/2014;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 754, realizada em 14 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Homologar, na forma do Anexo I a este Ato, os valores tarifários máximos dos Planos Básicos das Concessionárias do STFC, modalidade de Serviço Local, para chamadas destinadas aos acessos do Serviço Móvel Especializado (VC-1), líquidos de impostos e contribuições sociais.

Art. 2º Homologar, na forma do Anexo II a este Ato, os valores tarifários máximos dos Planos Básicos das Concessionárias do STFC, modalidade de Serviço Longa Distância Nacional, para chamadas que envolvam acessos do Serviço Móvel Especializado (VC-2 e VC-3), líquidos de impostos e contribuições sociais.

Art. 3º Estabelecer que a data-base para futuros reajustes tarifários será a data de vigência dos valores homologados por este Ato, tomando-se o índice de Serviços de Telecomunicações (IST) relativo ao mês de junho de 2013 como básico para o cálculo do reajuste.

Art. 4º Os novos valores vigerão 30 (trinta) dias após a publicação deste Ato, nos termos dispostos no § 5º do art. 7º do Anexo à Resolução nº 576, de 31 de outubro de 2011.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ANEXO I

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DOS PLANOS BÁSICOS DO STFC
MODALIDADE DE SERVIÇO LONGA DISTÂNCIA NACIONAL - CHAMADAS SME
(Valor do minuto em reais, líquido de impostos e contribuições sociais)
VALOR DE COMUNICAÇÃO 1 (VC-1)

Área de Concessão	Setores de Atuação	VC-1	
		Tarifa Normal	Tarifa Reduzida
Telemar Norte Leste S/A	1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17	0,36472	0,25530
Oi S/A	18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 28 e 29	0,36472	0,25530
Telefónica Brasil S/A	31	0,36472	0,25530
CTBC Telecom	3, 22, 25 e 33	0,36472	0,25530
Sercomtel S/A Telecomunicações	20	0,39479	0,27635

ANEXO II

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DOS PLANOS BÁSICOS DO STFC
MODALIDADE DE SERVIÇO LONGA DISTÂNCIA NACIONAL - CHAMADAS SME
(Valor do minuto em reais, líquido de impostos e contribuições sociais)
VALOR DE COMUNICAÇÃO 2 e 3 (VC-2 e VC-3)

Área de Concessão	Setores de Atuação	VC-2		VC-3	
		Tarifa Normal	Tarifa Reduzida	Tarifa Normal	Tarifa Reduzida
Telemar Norte Leste S/A	1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17	0,69753	0,48827	0,79365	0,55555
Oi S/A	18, 19,21,23,24,26,27, 28e29	0,69753	0,48827	0,79365	0,55555
Telefónica Brasil S/A	31	0,69753	0,48827	0,79365	0,55555
CTBC Telecom	3, 22, 25 e 33	0,69753	0,48827	0,79365	0,55555
Sercomtel S/A Telecomunicações	20	0,85664	0,59964	0,97469	0,68228
Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A -Embratel	1 a 33	0,64592	0,45214	0,73493	0,51445

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 2.557, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Processo n.º 53504.011954/2012- Rejeitar a preliminar de ofensa ao princípio do ne bis in idem, vez que o presente processo tem objeto diverso do PADO nº 53504.002995/2012. Rejeitar a aplicação do princípio da insignificância, pela ocorrência se tratar de infrações de natureza média e grave, nos termos do art. 9º, §2º, inc. I, §3º, inc. V, do RASA. Reconhecer a atipicidade das condutas narradas no art. 6º, incs. II, V, e XII, no art. 62, §§ 2º e 3º e no art. 63, §4º, todos do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (RSMP), aprovado pela Resolução nº 477, de 07/08/2007. Aplicar à CLARO S/A a sanção de MULTA, com fundamento nos artigos 173 e 176 da LGT e nos artigos 3º, II; 9º, II e § 2º, I; 10; 17 a 21; e 41, caput, todos do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 589, de 7/5/2012, e também com fulcro na tabela anexa a esse Regulamento, com indicações de valores mínimo e máximo para a sanção, a totalizar R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), pelo descumprimento dos seguintes dispositivos: incs. III e VII do art. 6º, e art. 61, caput, do RSMP.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 7.118, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Processo n.º 53500.023936/2011. Aprova a posteriori as modificações no Contrato Social realizadas por meio da 2.ª Alteração Contratual, bem como da transferência de controle da empresa UNIVERSO SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CPF/MF n.º 13.049.421/0001-59, efetuada por meio da 3.ª Alteração Contratual. A presente aprovação não exime a empresa do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontre submetida perante outros órgãos.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

ATO Nº 7.268, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Processo n.º 53500.019589/2009. Art. 1.º Aprovar a posteriori a transferência de controle da MINAS WORLD TELECOMUNICAÇÕES LTDA. ME, CNPJ/MF n.º 07.520.589/0001-06, realizada por meio de sua 4.ª Alteração Contratual.

Art. 2.º A aprovação de que trata o artigo anterior não exime a requerente do cumprimento de obrigações junto a outras entidades.

Art. 3.º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

ATO Nº 7.269, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53500.001287/1998. Anui previamente com a transferência do controle da TV CABO CENTRO-MINAS LTDA., CNPJ/MF nº 02.205.613/0001-90, conforme a operação descrita na minuta da sua 15.ª Alteração Contratual, o qual passará a ser exercido pelo sócio RICARDO HENRIQUE CROSARA SANTOS. A aprovação não exime a empresa do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontre submetida perante outros órgãos.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em de 26 de agosto de 2014

Nº 4.444 - 53500.018060/2014 - Homologa os Contratos de Interconexão Classe I entre a rede de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC da EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL, nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional e a rede de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC da CITTÁ TELECOM LTDA - CITTÁ TELECOM, na modalidade Local.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 7.259, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53000.007844/2011 - RADIO FM LIDER LTDA - FM - Barreiras/BA - 97,7 MHz - Autoriza novas características técnicas.

JOSÉ MAURO CASTRO RODRIGUES
Gerente
Substituto

ATO Nº 7.260, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53000.034768/2005 - RADIO CARIOCA LTDA - OM - Feira de Santana/BA - 1.210 kHz - Autoriza novas características técnicas.

JOSÉ MAURO CASTRO RODRIGUES
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL
NO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 7.247, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 530000094892011 - RADIO SERTÃO CENTRAL LTDA - OM - Senador Pompeu-CE

Autoriza alteração de Estação Transmissora.

TALES ANTONIO CATUNDA ESMERALDO
Gerente
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 7.250, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 25/08/2014 a 01/09/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 7.263, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Autorizar a(o) Embaixada Real da Noruega a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Petrópolis/RJ e Rio de Janeiro/RJ, no período de 23/08/2014 a 24/08/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 7.265, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Florianópolis/SC, , no período de 30/08/2014 a 31/08/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 7.266, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53000.065478/09-RÁDIO CRUZEIRO FM LTDA -FM-Casca/RS-Autoriza a utilização de equipamento transmissor principal.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 7.270, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Autorizar ELETRO MECÂNICA BOETTGER COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 75.403.501/0001-18 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, , no período de 29/08/2014 a 31/08/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 7.283, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Processo no 53508.006807/2007. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à PREDLINK REDE DE TELECOMUNICACOES LTDA. - EPP, CNPJ no 05.980.171/0001-48, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 7 de Novembro de 2017, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 7.284, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Processo no 53500.008726/2014. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à SOARES & AGUIAR ELETRONICA LTDA. , CNPJ no 09.376.370/0001-00, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 7.304, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53500.015041/13-TV STUDIOS DE BRASILIA S/C LTDA -TV - Canal 12 -Brasilia/DF - Autoriza novas características tecnicas.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 1.028, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte, pela Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013, publicada do D.O.U. de 11 seguinte, alterada pela Portaria MC nº 222, de 25 de julho de 2013, publicada do D.O.U. de 26 seguinte e na Portaria STE nº 2, de 26 de agosto de 2013, publicada do D.O.U. de 28 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta da pessoa jurídica APPLE COMPUTER BRASIL LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob nº 00.623.904/0001-73, de atendimento ao pacote mínimo de aplicativos desenvolvidos no Brasil no âmbito do Programa de Inclusão Digital para telefones portáteis do tipo "smartphone", de que trata a Portaria nº 87, de 10 de abril de 2013 e alterações, e a Portaria STE nº 2, de 26 de agosto de 2013, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º A fruição da desoneração fiscal está condicionada ao cumprimento do disposto no art. 2º da Portaria nº 87, de 10 de abril de 2013 e alterações.

Art. 3º Os autos eletrônicos dessa proposta ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

ANEXO

Pessoa Jurídica: APPLE COMPUTER BRASIL LTDA
CNPJ: 00.623.904/0001-73
Quantidade de aplicativos aprovados: 24- vinte e quatro

	#Aplicativo	Categoria	Desenvolvedor
1	MyPets Pets Manager	Saúde	Henrique Guttler Morbin
2	Mãe Coruja	Saúde	Fernanda de Paiva Rio Camargo
3	WakeApp Weather	Saúde	SMART SOLUTIONS DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA. - EPP
4	CNPJ	Serviços públicos	Servico Federal de Processamento de Dados (SERPRO)
5	Equipamentos públicos	Serviços públicos	Jeferson de Assis Oliveira
6	Recomind	Utilitário	Resolvame Solucoes Interativas S.A.
7	Locamob	Utilitário	MOB VENTURES LTDA - EPP
8	Meu Carrinho	Utilitário	Meucarrinho Prestacao de Servicos de Informatica S.A.
9	Prêt Apporter	Esportes	RPM Tecnologia da Informacao LTDA. - ME
10	Tysdo	Esportes	TYSDO Desenvolvimento de softwares S/A
11	Thinkr	Esportes	THINKR Servicos de Tecnologia LTDA - ME
12	Lumiè	Esportes	Nostalgika LTDA - ME
13	Grubster	Alimentação	GRUBSTER Servicos de Informacao na Internet e Participacoes SA
14	Lance a lance	Esportes	Paulo Martini Bridi
15	99 Taxis	Transportes	99Taxis Desenvolvimento de Softwares LTDA.- EPP
16	Onde parar?	Transporte	LEFT Inovacoes Tecnologicas LTDA - ME
17	Curso de bolso	Educação	IT Games Comercio e Servicos de Informatica LTDA - EPP
18	Playkids	Educação	MOVILE Servicos em Tecnologia LTDA - ME
19	MPBaby	Educação	Zero um Digital Servicos e Participacao LTDA.
20	Receitas GNT	Gastronomia	Horizonte Conteudos LTDA
21	Lista de viagem	Viagens	Leonardo Campopiano Nakashima
22	Combustível	Utilitário	Vladimir Machado Malaquias
23	Beekme	Viagens	Memora Processos Inovadores LTDA
24	Apontador	Viagens	Apontador Busca Local LTDA.

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.784, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2014 e fixa as Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs referentes à Companhia Energética do Maranhão - Cemar e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, na cláusula sétima do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 060/2000, com a redação dada pelos seus Termos Aditivos, e com base nos autos do Processo nº 48500.002184/2014-41, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2014 da Companhia Energética do Maranhão - Cemar, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas da base econômica da Cemar, constantes da Resolução Homologatória nº 1.595, de 27 de agosto de 2013, ficam, em média, reajustadas em 26,16% (vinte e seis vírgula dezesseis por cento), sendo 19,02% (dezenove vírgula zero dois por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 7,14% (seis vírgula catorze por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Art. 3º As tarifas de aplicação constantes das Tabelas 1, Grupo A, e 2, Grupo B, que contemplam o reajuste tarifário anual econômico e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 28 de agosto de 2014 a 27 de agosto de 2015.

§1º No período de vigência do Ano-Teste das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Submódulo 7.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, a TE de aplicação corresponde à da Bandeira Verde.

§2º Findo o período do Ano-Teste das Bandeiras Tarifárias, a TE de aplicação corresponderá à da Bandeira indicada em Despacho publicado mensalmente pela ANEEL.

Art. 4º As tarifas da base econômica constantes das Tabelas 1, Grupo A, e 2, Grupo B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 5º Definir, na Tabela 3, os percentuais de descontos relativos aos benefícios tarifários incidentes sobre as tarifas de aplicação.

Art. 6º Estabelecer as receitas anuais constantes da Tabela 4, referentes às instalações de conexão das concessionárias de transmissão Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf, Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte e Encruzo Novo Transmissora de Energia Ltda. - Encruzo, relativas às Demais Instalações de Transmissão - DIT de uso exclusivo dedicadas à Cemar, que estarão em vigor no período de 28 de agosto de 2014 a 27 de agosto de 2015.

Parágrafo único. Fica autorizada, quando cabível, a inclusão dos valores referentes às alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins, necessários à cobertura dos dispêndios destes tributos, nas faturas relativas à receita anual de que trata o caput.

Art. 7º Estabelecer a receita anual constante da Tabela 5, referentes às instalações de conexão à rede básica e instalações próprias da Cemar, dedicadas a consumidores do Subgrupo A1, que estará em vigor no período de 28 de agosto de 2014 a 27 de agosto de 2015.

Art. 8º Aprovar, para fins de cálculo do atual reajuste tarifário, a previsão anual dos Encargos de Serviço do Sistema - ESS e de Energia de Reserva - EER da Cemar, no valor de R$ 34.929.041,43 (trinta e quatro milhões, novecentos e vinte e nove mil, quarenta e um reais e quarenta e três centavos).

Art. 9º Aprovar os novos valores integrantes das Tabelas 6, 7 e 8, com vigência no período de 28 de agosto de 2014 a 27 de agosto de 2015, relativos aos Serviços Cobráveis e aos parâmetros de cálculo do Encargo de Responsabilidade da Distribuidora - ERD e do Ressarcimento à distribuidora pela migração de unidades consumidores para o sistema de transmissão.

Art. 10. Homologar o valor mensal constante da Tabela 9, a ser repassado pela Eletrobras à Cemar, no período de competência de agosto de 2014 a julho de 2015, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. O valor mensal de que trata o caput contempla o ajuste referente à diferença entre os valores previstos e os realizados no período de fevereiro de 2013 a julho de 2014, bem como a previsão para o período de agosto de 2014 a julho de 2015.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 11. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor/usuário, das despesas do PIS/Pasep e da Cofins efetivamente incorridas pela Cemar, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/Pasep e da Cofins, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor/usuário, a Concessionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 12. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.780, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Aprova o Edital do Leilão nº 06/2014-ANEEL e seus Anexos, referente à compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fontes hidrelétrica, solar, eólica e termelétrica - a biomassa, a carvão ou a gás natural em ciclo combinado -, destinada ao Sistema Interligado Nacional - SIN, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, e estabelece as TUST e as TUSDg de referência para as centrais geradoras que participarem do aludido certame.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nas Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nº 10.848, de 15 de março de 2004, nos Decretos nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nº 5.271, de 16 de novembro de 2004, e nº 5.499, de 25 de julho de 2005, o que consta do Processo nº 48500.002119/2014-16, e considerando:

as diretrizes para realização do Leilão aprovadas por meio da Portaria MME nº 169, de 15 de abril de 2014, e a sistemática estabelecida pela Portaria MME nº 203, de 15 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Aprovar o Edital do Leilão nº 06/2014-ANEEL e seus Anexos (Leilão A-5/2014), referente à compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fontes hidrelétrica, solar, eólica e termelétrica - a biomassa, a carvão ou a gás natural em ciclo combinado -, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2019.

§ 1º A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE deverá divulgar o detalhamento da sistemática do Leilão nº 06/2014-ANEEL.

§ 2º A Superintendência de Estudos do Mercado - SEM da ANEEL poderá propor alteração no detalhamento da sistemática divulgado pela CCEE.

Art. 2º Estabelecer, na forma do Anexo I desta Resolução e de acordo com a Resolução Normativa nº 559, de 27 de junho de 2013, as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST, fixadas a preços de 1º de junho de 2014, para as centrais geradoras especificadas e que participarem do Leilão nº 06/2014-ANEEL.

§ 1º A validade das TUST de que trata o caput condiciona-se à habilitação técnica do empreendimento, realizada pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, e ao respectivo aporte de garantia de participação.

§ 2° As TUST de que trata o caput aplicam-se exclusivamente às centrais geradoras listadas no Anexo I que se sagrarem vencedoras do Leilão nº 06/2014-ANEEL e que não tenham TUST pré-estabelecidas.

§ 3° A TUST de cada central geradora listada no Anexo I terá vigência a partir da publicação desta Resolução até o fim da sua outorga.

§ 4º As TUST estabelecidas para as centrais de geração vencedoras do Leilão nº 06/2014-ANEEL não serão alteradas.

Art. 3º As TUST de que trata o art. 2º serão monetariamente atualizadas, a cada ciclo tarifário, por meio do Índice de Atualização da Transmissão - IAT, composto pelos índices utilizados no reajuste das Receitas Anuais Permitidas das concessionárias de transmissão, na proporção das receitas das instalações em operação a cada ciclo tarifário.

Parágrafo único. As tarifas resultantes da atualização monetária prevista no caput serão publicadas até o início de cada ciclo tarifário, a partir daquele previsto para a entrada em operação comercial do empreendimento.

Art. 4º Estabelecer, na forma do Anexo II e de acordo com a Resolução Normativa nº 349, de 13 de janeiro de 2009, as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg de referência, a preços de 1º de junho de 2014, para as centrais geradoras especificadas e que participarem do Leilão nº 06/2014-ANEEL.

§ 1º A aplicação das TUSDg de que trata o caput condiciona-se à habilitação técnica do empreendimento, realizada pela EPE, e ao respectivo aporte de garantia de participação.

§ 2º As TUSDg de que trata o caput aplicam-se exclusivamente às centrais geradoras que se sagrarem vencedoras do Leilão nº 06/2014-ANEEL e se conectarem em tensão de 88 kV ou 138 kV.

§ 3º As TUSDg de referência, atualizadas pelo IGP-M, serão aplicadas por 10 (dez) ciclos tarifários da respectiva distribuidora acessada pela central geradora, considerando como primeiro ciclo aquele que contempla a data prevista de início da operação comercial da usina.

§ 4º A alteração do ponto de acesso ao sistema de distribuição em 88 kV ou 138 kV para acesso à Rede Básica, diretamente ou por meio de ICG, implica a manutenção do valor de TUSDg, observando sua aplicação como TUST, de acordo com as regras de contratação do uso dos sistemas de transmissão e observado o disposto nos artigos 2º e 4º desta Resolução.

Art. 5º Os anexos desta Resolução encontram-se disponíveis no Processo nº 48500.002119/2014-16 e no endereço eletrônico www.aneel.gov.br.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.785, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2014 e fixa as Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs referentes à Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. - EPB e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, na cláusula sétima do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 019/2001, com a redação dada pelos seus Termos Aditivos, e com base nos autos do Processo nº 48500.002179/2014-39, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2014 da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. - EPB, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas da base econômica da EPB, constantes da Resolução Homologatória nº 1.592, de 20 de agosto de 2013, ficam, em média, reajustadas em 23,10% (vinte e três vírgula dez por cento), sendo 15,52% (quinze vírgula cinquenta e dois por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 7,57% (sete vírgula cinquenta e sete por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Art. 3º As tarifas de aplicação constantes das Tabelas 1, Grupo A, e 2, Grupo B, que contemplam o reajuste tarifário anual econômico e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 28 de agosto de 2014 a 27 de agosto de 2015.

§1º No período de vigência do Ano-Teste das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Submódulo 7.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, a TE de aplicação corresponde à da Bandeira Verde.

§2º Findo o período do Ano-Teste das Bandeiras Tarifárias, a TE de aplicação corresponderá à da Bandeira indicada em Despacho publicado mensalmente pela ANEEL.

Art. 4º As tarifas da base econômica constantes das Tabelas 1, Grupo A, e 2, Grupo B, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 5º Definir, na Tabela 3, os percentuais de descontos relativos aos benefícios tarifários incidentes sobre as tarifas de aplicação.

Art. 6º Estabelecer as receitas anuais constantes da Tabela 4, referentes às instalações de conexão da concessionária de transmissão Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, relativas às Demais Instalações de Transmissão - DIT de uso exclusivo dedicadas à EPB, que estarão em vigor no período de 28 de agosto de 2014 a 27 de agosto de 2015.

Parágrafo único. Fica autorizada, quando cabível, a inclusão dos valores referentes às alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins, necessários à cobertura dos dispêndios destes tributos, nas faturas relativas à receita anual de que trata o caput.

Art. 7º Aprovar, para fins de cálculo do atual reajuste tarifário, a previsão anual dos Encargos de Serviço do Sistema - ESS e de Energia de Reserva - EER da EPB, no valor de R$ 24.337.085,84 (vinte e quatro milhões, trezentos e trinta e sete mil, oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

Art. 8º Aprovar os novos valores integrantes das Tabelas 5, 6 e 7, com vigência no período de 28 de agosto de 2014 a 27 de agosto de 2015, relativos aos Serviços Cobráveis e aos parâmetros de cálculo do Encargo de Responsabilidade da Distribuidora - ERD e do Ressarcimento à distribuidora pela migração de unidades consumidoras para o sistema de transmissão.

Art. 9º Homologar o valor mensal constante da Tabela 8, a ser repassado pela Eletrobras à EPB, no período de competência de agosto de 2014 a julho de 2015, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. O valor mensal de que trata o caput contempla o ajuste referente à diferença entre os valores previstos e os realizados no período de fevereiro de 2013 a julho de 2014, bem como a previsão para o período de agosto de 2014 a julho de 2015.

Art. 10. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor/usuário, das despesas do PIS/Pasep e da Cofins efetivamente incorridas pela EPB, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/Pasep e da Cofins, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor/usuário, a Concessionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 11. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 26 de agosto de 2014

Nº 3.352 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003138/2013-89, resolve homologar o resultado e adjudicar o objeto do Leilão nº 2/2014-ANEEL ao Consórcio Novo Oriente.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de agosto de 2014

Nº 3.362 - Processo nº 48500.004441/2014-80. Interessado: Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda. Decisão: Indeferir a solicitação do Despacho de Registro de Requerimento de Outorga da EOL Fazenda Vigia para fins de participação do LER/2014.

Nº 3.363 - Processo nº 48500.004443/2014-79. Interessado: Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda. Decisão: Indeferir a solicitação do Despacho de Registro de Requerimento de Outorga da EOL Fazenda Vigia 2 para fins de participação do LER/2014.

Nº 3.364 - Processo nº 48500.004442/2014-24. Interessado: Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda. Decisão: Indeferir a solicitação do Despacho de Registro de Requerimento de Outorga da EOL Fazenda Vigia 3 para fins de participação do LER/2014.

Nº 3.365 - Processo nº 48500.004440/2014-35. Interessado: Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda. Decisão: Indeferir a solicitação do Despacho de Registro de Requerimento de Outorga da EOL Fazenda Vigia 4 para fins de participação do LER/2014.

Nº 3.366 - Processo nº 48500.003174/2011-81. Interessado: Parque Eólico Sobradinho Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 2.905, de 14 de julho de 2011, referente à EOL Boa Esperança, localizada no município de Sobradinho, estado da Bahia.

Nº 3.367 - Processo nº 48500.003895/2013-52. Interessado: Parque Eólico Sobradinho Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 2.451, de 19 de julho de 2013, referente à EOL Mandacaru, localizada no município de Sobradinho, estado da Bahia.

Nº 3.368 - Processo nº 48500.003249/2011-23. Interessado: Parque Eólico Sobradinho Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 3.415, de 22 de agosto de 2011, referente à EOL Alecrim, localizada no município de Sobradinho, estado da Bahia.

Nº 3.369 - Processo nº 48500.003176/2011-70. Interessado: Parque Eólico Sobradinho Ltda. Decisão: Prorrogar o prazo de vigência, até a realização do Leilão de Energia de Reserva LER/2014, do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 2.904, de 14 de julho de 2011, referente à EOL Umbuzeiro Muquim, localizada no município de Sobradinho, estado da Bahia.

Nº 3.370 - Processo nº 48500.004243/2014-16. Interessado: Eólica Picuí 1 - Geradora de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga da UFV Picuí 1, com 28.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Picuí, no estado da Paraíba.

Nº 3.371 - Processo nº 48500.004241/2014-27. Interessado: Eólica Picuí 6 - Geradora de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga da UFV Picuí 6, com 10.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Picuí, no estado da Paraíba

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 3.372 - Processo nº 48500.004242/2014-71. Interessado: Eólica Picuí 8 - Geradora de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga da UFV Picuí 8, com 20.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Picuí, no estado da Paraíba

Nº 3.373. - Processo nº 48500.006002/2012-40. Interessado: Moinhos de Vento Energia S.A.. Decisão: Alterar o Despacho nº 4.016/2013, a fim de registrar a alteração do posicionamento georreferenciado de um aerogerador da EOL Sento Sé 49, localizada no município de Sento Sé, no estado da Bahia.

Nº 3.374 - Processo nº 48500.002304/2014-19. Interessado: Energisa Geração Central Solar Coremas S.A. Decisão: Alterar o Despacho nº 1.655/2014, referente à UFV Energisa Geração Central Solar Coremas, localizada no município de Coremas, estado da Paraíba, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 30.000 kW para 31.500 kW.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de agosto de 2014

Nº 3.304 - Processo nº: 48500.002285/2012-51. Interessada: Eagle Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: conhecer o Recurso Administrativo interposto pela Eagle Comercializadora de Energia Ltda. e negar provimento mantendo a decisão exarada pelo Despacho nº 2.923, de 30 de julho de 2014. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.356 - Processo nº: 48500.001082/2014-17. Interessadas: Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. e Rapchan & Rapchan Ltda. Decisão: homologar, nos termos do art. 16 do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, aprovado pela Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o contrato de compartilhamento de infraestrutura que, entre si, celebram Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. e Rapchan & Rapchan Ltda., n° 007/2013, de 18 de dezembro de 2013. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de agosto de 2014

Nº 3.359 Processo nº: 48500.002159/2014-68. Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A - Furnas. Decisão: suspender o Pagamento Base de Funções de Transmissão de Transmissão de Furnas Centrais Elétricas S.A - Furnas. O recurso deverá ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, no prazo de 10 (dez) dias. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.361 - Processo nº: 48500.002157/2014-79. Interessado: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletrobras Eletronorte. Decisão: suspender o Pagamento Base de Funções de Transmissão das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletrobras Eletronorte. O recurso deverá ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, no prazo de 10 (dez) dias. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO BRAGA DE LIMA GUEDES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de agosto de 2014

Nº 3.357 - Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás. Decisão: Liberar 1.100 kW de potência instalada para início de operação comercial a partir de 27 de agosto de 2014. Usina: UFV Solar Alto do Rodrigues. Localização: Município de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.360 - Processo nº 48500.001342/2006-10 Decisão: RESTAURAR a operação comercial de unidade geradora da usina. Usina: PCH Salto Curuá. Unidade Geradora: UG2, com 7.500 kW. Localização: Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/atosdodia.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de agosto de 2014

Nº 3.375 - Processo nº: 48500.000205/2014-94. Interessada: Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. Decisão: anuir à prorrogação do prazo, em até 120 (cento e vinte) dias, para a redução do capital social da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. em até R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), a contar da publicação deste Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

RETIFICAÇÕES

No Despacho nº 565, de 11 de março de 2014, publicado no DOU de 12 de março de 2014, Seção 1, página 72, na tabela que lista as características do Projeto Básico da UHE Baixo Iguaçu, onde se lê:

Regularização mensal	Sim

Leia-se

Regularização mensal	Não

No Despacho nº 565, de 11 de março de 2014, publicado no DOU de 12 de março de 2014, Seção 1, página 72, foi retificado o anexo "Características do Reservatório".

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de agosto de 2014

Nº 1.244 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 41, de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº PR0202816 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao GRENAL COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA., com inscrição no CNPJ sob o nº 08.331.554/0001-83, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.009195/2013-24.

Nº 1.245 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no inciso III, do art. 10 da Lei 9.847/99, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso XI do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº RJ0066463 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao CENTRO AUTOMOTIVO QUATRO VENTOS DE ICARAÍ LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 10.589.169/0001-82, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.014785/2012-98.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 338, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 359, de 10 de dezembro de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.005632/2013-31, nos termos da Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol de segunda geração da empresa Bioflex Agroindustrial S/A, CNPJ nº 13.808.130/0002-88, com capacidade de produção de 228 m³/d de etanol anidro, localizada na Fazenda São João, s/nº, Zona Rural, no Município de São Miguel dos Campos, no Estado de Alagoas.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para a atividade de operação da planta industrial de produção de etanol supracitada, previstas e comprovadas para a presente Autorização.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE CARLOS CAMACHO RODRIGUES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 122/2014-MS

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(321)

7598/2014-868.034/2014-FERNANDO CREMONESI FERREIRA-

7599/2014-868.035/2014-CÍCERO FERMINO DA SILVA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO ME-

7600/2014-868.042/2014-MARCELO GASPERIN ANDRIGHETTI-

7601/2014-868.043/2014-MARCELO GASPERIN ANDRIGHETTI-

7602/2014-868.044/2014-MARCELO GASPERIN ANDRIGHETTI-

7603/2014-868.045/2014-MARCELO GASPERIN ANDRIGHETTI-

7604/2014-868.046/2014-MARCELO GASPERIN ANDRIGHETTI-

7605/2014-868.047/2014-RODRIGO PINTO DE SOUSA-

7606/2014-868.133/2014-SANTA CRUZ CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA-

RELAÇÃO Nº 183/2014-PA

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(323)

(323)

7564/2014-850.670/2012-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-Decisão Judicial nos autos Nº.004780 - 55.2014.4.01.3400, 22ª Vara Federal do Distrito Federal

RELAÇÃO Nº 166/2014-RN

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(321)

7788/2014-848.008/2013-MINERAÇÃO LIMEIRA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA-Termo Assinado

7789/2014-848.058/2013-MINERAÇÃO LIMEIRA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA-Termo Assinado

7790/2014-848.110/2013-MINERAÇÃO LIMEIRA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA-Termo Assinado

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(322)

7791/2014-848.342/2012-EDUARDO PIMENTA MOREIRA-Termo Assinado

7792/2014-848.461/2012-EDUARDO PIMENTA MOREIRA-Termo Assinado

7793/2014-848.462/2012-EDUARDO PIMENTA MOREIRA-Termo Assinado

7794/2014-848.487/2012-EDUARDO PIMENTA MOREIRA-Termo Assinado

7795/2014-848.488/2012-EDUARDO PIMENTA MOREIRA-Termo Assinado

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(323)

7796/2014-848.587/2011-MINERAÇÃO LIMEIRA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA-Termo Assinado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RELAÇÃO Nº 27/2014-RR

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(322)
7607/2014-884.013/2014-ZANLORENZI E CAMARGO LTDA ME-
7608/2014-884.028/2014-MJM DA SILVA ME-
7609/2014-884.039/2014-BOA VISTA MINERAÇÃO LTDA.-
7610/2014-884.053/2014-BOA VISTA MINERAÇÃO LTDA.-
7611/2014-884.054/2014-BOA VISTA MINERAÇÃO LTDA.-

SERGIO AUGUSTO DAMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 29/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
844.109/2008-FREDERICO GONDIM CARNEIRO DE ALBUQUERQUE - AI N°20/2013
844.033/2009-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A - AI N°19/2013
844.034/2009-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A - AI N°18/2013
844.035/2009-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A - AI N°17/2013
844.076/2009-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A - AI N°12/2013
844.077/2009-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A - AI N°13/2013
844.079/2009-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A - AI N°15/2013
844.078/2013-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA - AI N°14/2013
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
844.160/2013-ESSE ENGENHARIA SINALIZAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA-Registro de Licença N°30/2014 de 26/08/2014-Vencimento em 25/11/2017
844.058/2014-SERGIO INACIO DE SOUZA JUNIOR ME-Registro de Licença N°33/2014 de 26/08/2014-Vencimento em 19/03/2016
844.060/2014-CLAUDINEL LIRA PINTO-Registro de Licença N°31/2014 de 26/08/2014-Vencimento em 01/03/2016
844.061/2014-CONY ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N°34/2014 de 26/08/2014-Vencimento em 19/02/2016
844.088/2014-M.M MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-Registro de Licença N°35/2014 de 26/08/2014-Vencimento em 21/10/2015
844.089/2014-EDVALDO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-Registro de Licença N°32/2014 de 26/08/2014-Vencimento em 18/06/2018
Fase de Licenciamento
Determina arquivamento processo adm. cancelamento Registro de Licença(1178)
844.156/2010-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.-9441562010
Fase de Disponibilidade
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)
844.058/2009-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA -AI N°33/2013
844.059/2009-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA -AI N°32/2013
844.060/2009-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA -AI N°31/2013
844.061/2009-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA -AI N°30/2013

JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 59/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
880.426/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.659/2011
880.427/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.660/2011
880.429/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.662/2011
880.430/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.663/2011
880.431/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.664/2011
880.433/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.666/2011
880.434/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.667/2011
880.435/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.668/2011
880.436/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.669/2011
880.439/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.672/2011
880.440/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.673/2011
880.441/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.674/2011
880.442/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.675/2011
880.443/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.676/2011
880.444/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.677/2011
880.448/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.836/2011
880.449/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.837/2011
880.450/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.838/2011
880.478/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.857/2011
880.482/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.861/2011
880.486/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°13.907/2011
880.018/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°13.749/2011
880.022/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°13.752/2011
880.023/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°13.753/2011
880.025/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°13.754/2011
880.026/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°13.755/2011
880.028/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°13.757/2011
880.032/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°13.760/2011
880.033/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°13.761/2011
880.045/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°13.770/2011
880.046/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°13.771/2011
880.047/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°13.772/2011
880.048/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°13.773/2011
880.049/2010-POTÁSSIO OCIDENTAL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°13.941/2011
880.147/2012-ERIDAN DA SILVA DAMASCENO -Alvará N°6.545/2012

RELAÇÃO Nº 62/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
880.114/2002-OMNIA MINERIOS S.A.- DOU de 24/12/2003

FERNANDO BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 135/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
870.601/2014-RAIMUNDO BARRETO SOUZA
870.792/2014-JACIONE SANTOS DE CARVALHO
870.793/2014-JACIONE SANTOS DE CARVALHO
870.794/2014-JACIONE SANTOS DE CARVALHO
870.822/2014-TRAPICHE MINERAÇÃO LTDA
870.825/2014-AAC CONSTRUTORA LTDA
870.843/2014-MARLA REGINA FRANTZ VECCHI
870.849/2014-RUBENS MONTEIRO DE BARROS NETO
870.852/2014-WENDER BRAMBILA PETERLI
870.903/2014-PAULO KUROSAKI
870.923/2014-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.
870.925/2014-PEDREIRAS IRMÃOS TEIXEIRA INDÚTRIA E COMÉRCIO LTDA.
870.928/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA
870.930/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA
870.931/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA
870.936/2014-UNI GEOLOGIA MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME
870.954/2014-JOSÉ LOURIVAL BARBOSA DA SILVA
870.957/2014-RV INVESTIMENTOS LTDA ME
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
873.952/2007-MARINGÁ-S/A- CIMENTO E FERRO- LIGA
871.109/2013-JOSE ANTONIO GOMES DOS SANTOS ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
874.612/2011-SUPREMA ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°326/2014
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
870.253/2014-ANTONIO SILVA FRANÇA
870.271/2014-EGAMARMORE LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
870.552/2009-MAURICIO SILVA PALACIOS
870.310/2014-PARINGA MINERAÇÃO LTDA.
870.322/2014-MARCO ANTÔNIO DIAS SANTOS
870.344/2014-PARINGA MINERAÇÃO LTDA.
870.436/2014-ERNO MARCOS SCHERER
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
802.704/1976-RONALDO CAMARGO VEIRANO
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
873.563/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°4384/2012
873.604/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°4394/2012
872.157/2012-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°748/2013
872.162/2012-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°2179/2013
872.163/2012-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°2180/2013
872.541/2012-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°4812/2013
870.273/2013-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°6934/2013
870.274/2013-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°6935/2013
870.276/2013-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°6937/2013
870.277/2013-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°6938/2013
871.513/2013-DANILO F MARTINS ME -Alvará N°/
870.033/2014-IWA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA -Alvará N°3227/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
871.321/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°325/2014
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
806.750/1975-DIAMANTES DO PARAGUAÇU S A EMPRESA EM LIQUIDAÇÃO-OF. N°318/2014-60 dias dias
871.226/2004-MOLIZA REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA..-OF. N°35/2014-180 dias dias
Determina arquivamento definitivo do processo(1039)
872.610/2013-SELECTA MINERAÇÃO LTDA EPP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
871.321/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°324/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
872.625/2009-EMERSON DO VALE DOURADO-Registro de Licença N°46/2014 de 16/007/2014-Vencimento em indeterminado
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
870.082/2014-EVANIA OLIVEIRA LIMA SILVA-OF. N°319/2014
870.090/2014-DHERIC ARUJO DE SOUSA-OF. N°322/2014
870.091/2014-JOSÉ OSMAR FERNANDES MAIA-OF. N°317/2014
871.100/2014-ANTONIO CARLOS CHAVES-OF. N°320/2014
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
871.798/2013-BRASIL EMPREENDIMENTOS PESQUISAS E MINERACAO LTDA EPP
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
870.124/2007-BRITAGEM UNIVERSO LTDA ME- Registro de Licença N°:020/2007 - Vencimento em Indeterminado
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
872.287/2009-COOPERATIVA MINEIRA DE PEDRAS DE S. FÉLIX

RELAÇÃO Nº 136/2014

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
870.434/1984-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.- AI N° 969/2014
871.010/2000-PEDREIRA RIO BRANCO LTDA- AI N° 979,980,981,982,983 e 984/2014
870.030/2002-PEDREIRAS SANTA ISABEL LTDA- AI N° 975 e 976/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

872.483/2007-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA-AI N° 985,986,987,988,989 e 991/2014
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento: 30 dias.(1713)
802.782/1976-ITACOMIL ITAMBE COMERCIO E MINERAÇÃO LTDA- AI N°5.077/2012
807.738/1976-CARBONAL CARBONATO DE CALCIO NATURAL LTD- AI N°999,1.539,1.540,1.541,1.542,1.543,1.544,1.545 e 1.546/2014
871.944/1994-MINERAÇÃO MULTIROCHA LTDA ME-AI N°5.084/2012,017,018,019,020, e 021/2014
Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
872.500/2007-PIETRINE SERVICOS EM PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA - AI N°4206/2012
875.108/2007-VTECH EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA - AI N°4388/2012
Fase de Requerimento de Lavra
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
871.190/2007-AMBIENTAR MINERAÇÃO LTDA- AI N°970/2014
Fase de Licenciamento
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1694)
870.214/2011-ELDER DE JESUS ALMEIDA- AI N°1.002/2014
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento: 30 dias.(1714)
870.728/2011-CONCRENOR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- AI N°34/2014

RELAÇÃO Nº 137/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
873.215/2011-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°165/2014
873.216/2011-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°165/2014
873.217/2011-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°165/2014
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
873.759/2008-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°136/2013
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
000.619/1964-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-OF. N°221.44.029/2014
000.648/1967-DOW QUIMICA DO NORDESTE LTDA-OF. N°194/2014

RELAÇÃO Nº 138/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
870.477/2011-JOSEMARIO SANTOS DA SILVA ME
870.774/2012-CERÂMICA REAL LTDA EPP
870.807/2012-MINERAÇÃO VERDE VALE LTDA EPP
871.053/2012-K2 MINERACAO E EXPORTACAO EIRELI EPP
870.540/2013-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA
871.529/2013-RENATO DE ARAUJO DORIA
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
870.104/2010-MAVIAEL CAVALCANTI DE MEDEIROS-LAMARÃO/BA, SERRINHA/BA - Guia n° 080/2014-6.000t-Minério de Manganês- Validade:15/07/2015
870.795/2010-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-VITÓRIA DA CONQUISTA/BA - Guia n° 088/2014-6.000t-Xisto- Validade:23/07/2015
870.441/2011-MINERAÇÃO SÃO VICENTE LTDA-NAZARÉ/BA - Guia n° 083/2014-50.000t-Granito/Gnaisse(Brita)- Validade:24/04/2015
871.990/2011-PORTAL DO OESTE AGRÍCOLA LTDA.-IBOTIRAMA/BA, MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO/BA - Guia n° 096/2014-20.000t-Areia- Validade:27/07/2016
872.702/2011-FAZENDA ÁGUA BOA LTDA. ME-ENTRE RIOS/BA - Guia n° 082/2014-40.000t-Areia- Validade:27/12/2016
874.914/2011-BRITAKI BRITA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-EUNÁPOLIS/BA - Guia n° 033/2014-50.000t-Areia- Validade:17/12/2014
871.286/2012-CRUZ SANTOS MINERAÇÃO LTDA-CASTRO ALVES/BA - Guia n° 093 e 094/2014-4.000t-Quartzo e Feldspato- Validade:04/12/2015
870.010/2013-STUFFBROWN MINERAÇÃO LTDA ME-BRUMADO/BA - Guia n° 089/2014-16.000t-Quartzito- Validade:30/07/2015
871.227/2013-STUFFBROWN MINERAÇÃO LTDA ME-BRUMADO/BA - Guia n° 078/2014-16.000t-Quartzito- Validade:11/07/2015
871.296/2013-IRMÃOS PELEGRINE CONSTRUTORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ MOLDADOS LTDA.-SENHOR DO BONFIM/BA - Guia n° 086/2014-50.000t-Granito- Validade:19/09/2015
871.300/2013-AMORIM BARRETO ENGENHARIA LTDA-PALMAS DE MONTE ALTO/BA, RIACHO DE SANTANA/BA - Guia n° 076/2014-50.000t-Areia- Validade:12/11/2015
872.522/2013-BRITASERVICE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA-JUAZEIRO/BA - Guia n° 087/2014-50.000t-Granito (Brita)-Validade:31/12/2015
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1777)
872.151/2004-GESIEL RIBEIRO DE OLIVEIRA- Guia de Utilização N°064/2012
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
872.846/2005-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-CASTRO ALVES/BA - Guia n° 084 e 085/2014-4.000t-Quartzo e Feldspato- Validade:03/08/2016
870.367/2006-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-SALVADOR/BA, LAURO DE FREITAS/BA - Guia n° 081/2014-16.500t-Saibro- Validade:16/07/2015
871.223/2006-PEDREIRAS IRMÃOS TEIXEIRA INDÚTRIA E COMÉRCIO LTDA.-SÃO FÉLIX DO CORIBE/BA, SANTA MARIA DA VITÓRIA/BA - Guia n° 079/2014-50.000t-Calcário (Brita)- Validade:28/08/2015
872.445/2006-PORTO DE AREIA PAULISTA LTDA ME-JEQUIÉ/BA - Guia n° 092/2014-50.000t-Areia- Validade:31/12/2015
873.308/2006-CCB CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL S. A.-BRUMADO/BA - Guia n° 077/2014-15.000t-Argila- Validade:28/09/2015
875.336/2008-NASCIMENTO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA-NAZARÉ/BA - Guia n° 073/2014-50.000t-Granulito (Brita)- Validade:09/01/2016
870.030/2009-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-CAETANOS/BA - Guia n° 072/2014-16.000t-GranitoOrnamental- Validade:24/01/2017

RELAÇÃO Nº 143/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
871.002/2007-BAHIA MINERAÇÃO S.A.
873.623/2007-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
873.624/2007-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
870.005/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.008/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.010/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.011/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.012/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.194/2008-MANGANÊS CONGONHAL LTDA
870.218/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.219/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.224/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.257/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.258/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.265/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.275/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.400/2008-MINERAÇÃO VALE DO JACURICI S/A
872.417/2008-MINERAÇÃO VALE DO JACURICI S/A
872.420/2008-MINERAÇÃO VALE DO JACURICI S/A
872.444/2008-GUILHERME MORETTI
870.677/2009-RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
872.301/2010-ANSYSE CYNARA TEIXEIRA LADEIA
872.422/2010-CLEVER PORFIRIO GARCIA-FI
872.517/2010-MINERAÇÃO GRAJUMAR LTDA.
872.806/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.819/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.823/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.824/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.825/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.827/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.829/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.830/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
873.041/2010-BNM-BAHIA NIGRANITO MINERAÇÃO LTDA
870.700/2011-MINERADORA MINERVA LTDA.
870.862/2011-LUIZ HENRIQUE FELIZARDO MELO
871.015/2011-SIMAS & MIRANDA LTDA
871.142/2011-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
871.144/2011-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
871.145/2011-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
871.150/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.158/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.669/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
872.670/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
872.671/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
872.672/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
872.673/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
872.674/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
872.676/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
872.677/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
872.678/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
872.824/2011-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
872.893/2011-PEDRA CINZA MINERAÇÃO LTDA.
872.931/2011-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA
872.934/2011-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA
873.400/2011-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA
873.625/2011-MARGRAMAR MINERAÇÃO LTDA.
870.716/2012-MINERAÇÃO MONTE SANTO
870.751/2012-NILO PESTANA QUADROS
870.804/2012-VITÓRIA MINING MINERAÇÃO, IMP. E EXP. LTDA
872.042/2013-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.

RELAÇÃO Nº 145/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Fica sobrestada a decisão sobre o relatório de pesquisa(320)
870.188/2003-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-Ouro- Prazo de 01(hum) ano

RELAÇÃO Nº 146/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
870.034/2005-BAHIA MINERAÇÃO S.A.
873.321/2006-ANTONIO GIL LOPES LEAL
873.618/2007-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
873.626/2007-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
873.627/2007-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
874.032/2007-RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
874.725/2007-MANGANÊS CONGONHAL LTDA
874.726/2007-MANGANÊS CONGONHAL LTDA
870.006/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.007/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.009/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.162/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.260/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.262/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.267/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.274/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.446/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.447/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.448/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
873.651/2008-CARLOS FREDERICO DE ALMEIDA BORGES
870.942/2010-HÉLIO FERRAZ PEREIRA
871.707/2010-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
872.242/2010-GRAVITAL PEDRAS LTDA.
872.352/2010-ANSYSE CYNARA TEIXEIRA LADEIA
872.358/2010-BNM-BAHIA NIGRANITO MINERAÇÃO LTDA
872.359/2010-BNM-BAHIA NIGRANITO MINERAÇÃO LTDA
872.479/2010-CLEVER PORFIRIO GARCIA-FI
872.612/2010-ANSYSE CYNARA TEIXEIRA LADEIA
872.671/2010-RICARDO DE OLIVEIRA BARRETO
872.785/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.786/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.796/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.808/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.809/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.810/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.811/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.813/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.814/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.815/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.818/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.822/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.826/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.831/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
872.920/2010-QUIUQUI COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA EPP
870.264/2011-ANSYSE CYNARA TEIXEIRA LADEIA
870.265/2011-ANSYSE CYNARA TEIXEIRA LADEIA
870.430/2011-RODRIGO ANDRIOTTI GAMA
870.540/2011-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

870.713/2011-MINERAÇÃO GRAJUMAR LTDA.
871.218/2011-CMM COMÉRCIO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
871.257/2011-ERICK DA SILVA CERQUEIRA
872.504/2011-DISTRIBUIDORA DE AREIA MUCURI ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA
872.918/2011-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA
873.399/2011-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA
873.402/2011-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA
874.166/2011-MINERAÇÃO CASTELO LTDA
874.218/2011-JAUA MINERAÇÃO LTDA
870.488/2012-VÉRITAS MINERAÇÃO LTDA ME
870.489/2012-VÉRITAS MINERAÇÃO LTDA ME
871.834/2012-BENEDITO RIBEIRO CALDAS NETO

RELAÇÃO Nº 149/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
871.422/2011-RONILDO COUTO SOUZA-ALVARÁ N°14.565/2011
872.329/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°14.773/2011
872.332/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°14.776/2011
872.334/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°14.778/2011
872.830/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°14.684/2011
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
871.241/2008-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°11.696/2011
872.024/2010-SANTA FÉ EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS S A-ALVARÁ N°15.424/2010
872.332/2010-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.-ALVARÁ N°14.561/2011
872.333/2010-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.-ALVARÁ N°10.777/2011
872.334/2010-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.-ALVARÁ N°10.778/2011
872.363/2010-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA-ALVARÁ N°4.909/2011
872.430/2010-RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA-ALVARÁ N°3.358/2011
872.620/2010-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.-ALVARÁ N°4.977/2011
872.900/2010-RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA-ALVARÁ N°3.888/2011
872.901/2010-RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA-ALVARÁ N°3.889/2011
872.947/2010-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°11.820/2011
870.003/2011-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.-ALVARÁ N°16.595/2011
870.209/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-ALVARÁ N°7.026/2011
870.213/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-ALVARÁ N°11.667/2011
870.711/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-ALVARÁ N°7.245/2011
870.839/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-ALVARÁ N°6.148/2011
870.840/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-ALVARÁ N°10.055/2011
870.841/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-ALVARÁ N°6.149/2011
870.842/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-ALVARÁ N°6.150/2011
870.864/2011-G 4 ESMERALDA-ALVARÁ N°10.056/2011
870.865/2011-G 4 ESMERALDA-ALVARÁ N°9.385/2011
870.866/2011-G 4 ESMERALDA-ALVARÁ N°9.386/2011
870.867/2011-G 4 ESMERALDA-ALVARÁ N°9.387/2011
870.868/2011-G 4 ESMERALDA-ALVARÁ N°9.388/2011
870.872/2011-G 4 ESMERALDA-ALVARÁ N°8.943/2011
870.873/2011-G 4 ESMERALDA-ALVARÁ N°9.390/2011
870.874/2011-G 4 ESMERALDA-ALVARÁ N°9.391/2011
871.014/2011-ALLAN DELON SA ALVES-ALVARÁ N°10.795/2011
871.052/2011-BRASIL GRAFITE S.A.-ALVARÁ N°9.449/2011
871.074/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-ALVARÁ N°9.453/2011
871.162/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°17.768/2011
871.164/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°15.926/2011
871.167/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-ALVARÁ N°10.821/2011
871.168/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-ALVARÁ N°10.822/2011
871.169/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-ALVARÁ N°10.823/2011
871.258/2011-MUMBAI ORE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°6.934/2011
871.261/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-ALVARÁ N°6.935/2011
871.313/2011-OAKMONT MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°11.674/2011
872.008/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-ALVARÁ N°11.847/2011
872.009/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-ALVARÁ N°11.803/2011
872.010/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-ALVARÁ N°11.804/2011
872.015/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-ALVARÁ N°11.851/2011
872.017/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-ALVARÁ N°11.853/2011
872.018/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-ALVARÁ N°11.854/2011
872.019/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-ALVARÁ N°11.855/2011
872.041/2011-CARLOS CÉSAR BARBOSA-ALVARÁ N°11.812/2011
872.342/2011-MINERADORA UBAX LTDA-ALVARÁ N°14.461/2011
873.060/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°15.952/2011
873.219/2011-CPX BAIANA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.-ALVARÁ N°14.484/2011
873.220/2011-CPX BAIANA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.-ALVARÁ N°14.485/2011
873.221/2011-CPX BAIANA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.-ALVARÁ N°14.486/2011
873.223/2011-CPX BAIANA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.-ALVARÁ N°14.488/2011
873.224/2011-CPX BAIANA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.-ALVARÁ N°14.489/2011
873.225/2011-CPX BAIANA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.-ALVARÁ N°14.490/2011
873.230/2011-CPX BAIANA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.-ALVARÁ N°14.495/2011

DANILO MÁRIO BEHRENS CORREIA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 105/2014

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1670)
800.238/2014-HERMOGENYS CONSTRUÇOES E SERVIÇOS LTDA- DOU de 13/06/2014

RELAÇÃO Nº 108/2014

Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
800.087/2009-EMPRESA DE MINERAÇÃO GRANITOS DE ITAITINGA LTDA- Substância Aprovada:CALCÁRIO
800.088/2009-ALEXANDRE ESTRELA- Substância Aprovada:CALCÁRIO
800.089/2009-EMPRESA DE MINERAÇÃO GRANITOS DE ITAITINGA LTDA- Substância Aprovada:CALCÁRIO
800.090/2009-EMPRESA DE MINERAÇÃO GRANITOS DE ITAITINGA LTDA- Substância Aprovada:CALCÁRIO
800.095/2009-EMPRESA DE MINERAÇÃO GRANITOS DE ITAITINGA LTDA- Substância Aprovada:CALCÁRIO
800.096/2009-EMPRESA DE MINERAÇÃO GRANITOS DE ITAITINGA LTDA- Substância Aprovada:CALCÁRIO
800.097/2009-EMPRESA DE MINERAÇÃO GRANITOS DE ITAITINGA LTDA- Substância Aprovada:CALCÁRIO
800.098/2009-ALEXANDRE ESTRELA- Substância Aprovada:CALCÁRIO
800.304/2009-VOTORANTIM CIMENTOS N E NE S/A- Substância Aprovada:CALCÁRIO
800.305/2009-VOTORANTIM CIMENTOS N E NE S/A- Substância Aprovada:CALCÁRIO
800.306/2009-VOTORANTIM CIMENTOS N E NE S/A- Substância Aprovada:CALCÁRIO
801.137/2010-CONGONHAS MINÉRIOS S/A- Substância Aprovada:CALCÁRIO CALCÍTICO E FOSFATO
Indefere requerimento de habilitação a área disponibilidade -Edital/Lavra(308)
800.711/1996-COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
800.352/2006-GRANITOS S/A e PADRECO GRANITOS LTDA
Declara Prioritário, pretendente a área em disponibilidade pelo Edital/Lavra(309)
800.711/1996-CALCÁRIO DO BRASILS/A-CALCÁRIO
800.352/2006-COREAÚ MINERAÇÃO LTDA ME-QUARTZITO
Indefere proposta de habilitação à área colocada em disponibilidade(359)
800.088/2009-EMPRESA DE MINERAÇÃO GRANITOS DE ITAITINGA LTDA
800.098/2009-EMPRESA DE MINERAÇÃO GRANITOS DE ITAITINGA LTDA
800.304/2009-CONGONHAS MINÉRIOS S/A
800.305/2009-CONGONHAS MINÉRIOS S/A
800.306/2009-CONGONHAS MINÉRIOS S/A
801.137/2010-C & M CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)
800.087/2009-NRM - NORDESTE RECURSOS MINERAIS LTDA - EDITAL N° 046/2012 - Publicado DOU de 28/11/2012
800.088/2009-NRM - NORDESTE RECURSOS MINERAIS LTDA - EDITAL N° 046/2012 - Publicado DOU de 28/11/2012
800.089/2009-NRM - NORDESTE RECURSOS MINERAIS LTDA - EDITAL N° 046/2012 - Publicado DOU de 28/11/2012
800.090/2009-NRM - NORDESTE RECURSOS MINERAIS LTDA - EDITAL N° 046/2012 - Publicado DOU de 28/11/2012
800.095/2009-NRM - NORDESTE RECURSOS MINERAIS LTDA - EDITAL N° 046/2012 - Publicado DOU de 28/11/2012
800.096/2009-NRM - NORDESTE RECURSOS MINERAIS LTDA - EDITAL N° 046/2012 - Publicado DOU de 28/11/2012
800.097/2009-NRM - NORDESTE RECURSOS MINERAIS LTDA - EDITAL N° 046/2012 - Publicado DOU de 28/11/2012
800.098/2009-NRM - NORDESTE RECURSOS MINERAIS LTDA - EDITAL N° 046/2012 - Publicado DOU de 28/11/2012
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
800.329/2014-CENTRO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE PADRE JOÃO PIAMARTA-Registro de Licença N°1468/2014 de 18/08/2014-Vencimento em 13/06/2018

FRANCISCO FEITOSA DE CARVALHO FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 94/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
806.534/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.473/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.477/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.478/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.479/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.480/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.482/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.483/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.485/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
806.471/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A. -Alvará N°162/2013
806.472/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A. -Alvará N°163/2013

RELAÇÃO Nº 95/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
806.487/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.489/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.490/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.491/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.493/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.494/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.495/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.497/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.498/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.499/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.501/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.502/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.503/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

806.507/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.508/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.509/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.510/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.511/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.512/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.514/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.516/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.518/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.519/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.523/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.524/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.526/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.532/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.543/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.544/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.546/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.547/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.548/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.549/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.550/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.551/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.552/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.555/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.556/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.557/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.558/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.559/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.560/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.561/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.562/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.563/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.565/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.566/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.647/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.649/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.652/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.653/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.

RELAÇÃO Nº 96/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito o arquivamento do processo(1675)
806.101/2008-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.- DOU de 01/11/2012

RELAÇÃO Nº 101/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
806.095/2014-GESSOMAR INDUSTRIA DE GESSO DO MARANHÃO LTDA-CODÓ/MA - Guia n° 003-2014600 TONELADAS-GIPSITA- Validade:15/07/2015

CLAUDINEI OLIVEIRA CRUZ
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 510/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
831.306/2011-HELIO PEREIRA ME- AI N°859/2014-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.306/2011-HELIO PEREIRA ME-OF. N°1495/2014-FISC
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
830.323/2003-LAGAMAR MINING S A-AI N°1100/14-FISC
832.110/2005-RST RECURSOS MINERAIS LTDA.-AI N°1098/14-FISC
832.111/2005-RST RECURSOS MINERAIS LTDA.-AI N°1099/14-FISC
830.737/2006-AMÉRICO ALVES DE OLIVEIRA MELO-AI N°1108/2014-FISC
830.983/2006-ELIZABETH PRUDÊNCIO DE FREITAS-AI N°1124/2014-FISC
831.370/2006-SAMI BARAKAT-AI N°1104/14-FISC
831.628/2006-GEMCO MINERAIS EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA-AI N°1082/14-FISC
833.258/2006-GRANICATU'S GRANITOS DO BRASIL LTDA-AI N°1111/2014-FISC
833.500/2006-MINERAÇÃO IRMÃOS CASTELARI LTDA.-AI N°1083/14-FISC
830.780/2007-CERAMICA REAL GV LTDA-AI N°1102/2014-FISC
830.888/2007-EXTRAÇÃO DE AREIA 3 IRMÃOS LTDA ME-AI N°1087/14-FISC
831.379/2007-VILENE OLIVEIRA CAMPOS GONÇALVES-AI N°1123/2014-FISC
832.339/2007-EGESA ENGENHARIA S.A.-AI N°1061/14-FISC
832.683/2007-RHF CONSULTORIA E COMÉRCIO DE SUBSTÂNCIAS MINERAIS LTDA-AI N°1103/2014-FISC
833.084/2007-ORENBRAS COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA-AI N°1112/2014-FISC
833.143/2007-MÁRIO LÚCIO BARROS BORGES-AI N°1105/2014-FISC
833.612/2007-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.-AI N°1113/2014-FISC
833.832/2007-DALILA TAVARES GUIMARÃES MIGLIO-AI N°1107/2014-FISC
833.968/2007-J. SIMONASSI S.A-AI N°1106/2014-FISC
834.718/2007-CARLOS SÉRGIO LAGES-AI N°1122/2014-FISC
834.940/2007-CLÁUDIA MÁRCIA LOPES-AI N°1109/2014-FISC
830.457/2008-MINERAÇÃO SALINAS IMPORT. E EXPORTAÇÃO LTDA ME-AI N°1095/14-FISC
830.957/2008-ANTONIO CEZAR LIMA ME-AI N°1110/2014-FISC
831.302/2008-COMERCIAL DE QUARTZ CAVALCANTI E SANTOS LTDA-AI N°1085/14-FISC
831.525/2008-ANTÔNIO C. DA SILVA MÁRMORES E GRANITOS ME-AI N°1115/2014-FISC
832.787/2008-SERGIO BRAGA COSTA-AI N°1118/2014-FISC
832.861/2008-SAMA SANTA MARTA SIDERURGIA LTDA-AI N°1116/2014-FISC
833.352/2008-EXTRAÇÃO DE AREIA 3 IRMÃOS LTDA ME-AI N°1088/14-FISC
834.110/2008-COMPANHIA GERAL DE MINAS-AI N°1125/2014-FISC
834.111/2008-COMPANHIA GERAL DE MINAS-AI N°1126/2014-FISC
834.240/2008-K2 MINERACAO E EXPORTACAO EIRELI EPP-AI N°1089/14-FISC
834.778/2008-K2 MINERACAO E EXPORTACAO EIRELI EPP-AI N°1090/14-FISC
831.302/2009-SANDRO APARECIDO DA SILVA-AI N°1114/2014-FISC
831.587/2009-COMERCIAL DE QUARTZ CAVALCANTI E SANTOS LTDA-AI N°1086/14-FISC
831.005/2010-LAGAMAR MINING S A-AI N°1101/14-FISC
831.279/2010-RUBENS PINTO ROSA-AI N°1121/2014-FISC
832.495/2010-ALFIÉ MINÉRIOS LTDA-AI N°1084/14-FISC
832.536/2010-MINERAÇÃO SALINAS IMPORT. E EXPORTAÇÃO LTDA ME-AI N°1096/14-FISC
833.541/2010-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA - ME.-AI N°1093/14-FISC
833.577/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-AI N°1097/14-FISC
834.148/2010-EXTRA PEDRAS PEREIRA LTDA-AI N°1119/2014-FISC
834.190/2010-VMM GRAN INDUSTRIA DE ROCHAS LTDA-AI N°1092/14-FISC
834.191/2010-VMM GRAN INDUSTRIA DE ROCHAS LTDA-AI N°1091/14-FISC
834.241/2010-RAUL LIBANIO CORREA-AI N°1117/2014-FISC
830.980/2011-EXTRA PEDRAS PEREIRA LTDA-AI N°1120/2014-FISC
832.153/2011-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA - ME.-AI N°1094/14-FISC
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.380/1976-MINERADORA ALMEIDA E FILHOS LTDA-OF. N°1499/2014-FISC
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
800.380/1976-Mineradora Almeida e Filhos Ltda- AI N°860/2014-MG
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento: 30 dias.(1713)
002.733/1935-DIAMANTE ROSA MINERAÇÃO LTDA-AI N°1693,1694,1695,1696 e 1697/2013-FISC
008.562/1967-MINERAÇÃO JOTAVE LTDA- AI N°1747,1748 e 1749/2013-FISC
816.532/1969-EMPRESA DE CAOLIM LTDA.- AI N°2241,2242,2243,2244 e 2245/2013-FISC
831.561/1983-APARECIDA GRANITOS LTDA- AI N°1610 e 1611/2013-FISC
832.499/1984-SOMIBRÁS SOCIEDADE DE MINERAÇÃO BRASILEIA LTDA.- AI N°2246,2247,2248,2249 e 2250/2013-FISC
832.006/1988-CONCRETO MOLDADO PARA USO RURAL MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- AI N°1753,1754 e 1755/2013-FISC
831.013/1991-BRITAGEM SÃO SALVADOR LTDA- AI N°1640 e 1641/2013-FISC
830.070/1993-JOSÉ MARIA LOPES SILVEIRA- AI N°1643 e 1644/2013-FISC
835.954/1994-USIBRITA LTDA- AI N°2440/2013-FISC
830.345/1995-MINERAÇÃO LAVRAS DOS VERDES LTDA- AI N°1916,1917 e 1918/2013-FISC

RELAÇÃO Nº 519/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração(109)
832.898/1992-PEDREIRA SÃO JOÃO LTDA- AI N°1618/2012-FISC-MG
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
832.153/2002-MARCIO ANDRÉ TUPY DA FONSECA-Publicado DOU de 29/07/2013
Torna sem efeito despacho publicado(192)
831.988/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.- DOU de 09/04/2014
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
831.815/2002-Antônio Luiz Rodrigues Pereira- NOT. N°1007/2008-MG
834.171/2006-Transital Transporte Itabirito Ltda- NOT. N°889/2012-MG
Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
830.053/2014-MANABI S A- DOU de 01/04/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
830.979/1979-STEIN MINERAÇÃO E COMÉRCIO-OF. N°553/2014-DGTM-DOU de 01/04/2014
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
833.713/2013-MINERAÇÃO ENTRE FOLHAS LTDA-Registro de Licença N°4245/2014-Onde se lê:"..propriedade de Samara Freitas dos Santos, no lugar denominado Sítio São José, distrito(s) e Município(s) de Cássia..."Leia-se:... propriedade de Maria do Carmo Freitas da Costa, no lugar denominado Fazenda Assobio, distrito(s) e Município(s) de Maravilhas/MG e Fortuna de Minas/MG ..."

RELAÇÃO Nº 534/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
834.038/2013-CERÂMICA CRUZADO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
833.970/2007-VICENTE BRETZ DA SILVA- Alvará n°4739/2009 - Cessionario:833.816/2013-MINERAÇÃO URUCUIA- CPF ou CNPJ 18.183.424/0001-02
830.973/2009-ROGÉRIO DE DEUS FERREIARA- Alvará n°11651/2010 - Cessionario:832.928/2013;832.929/2013 e 832.930/2013-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA- CPF ou CNPJ 02.176.213/0001-02
834.554/2010-ERCAL - EMPRESAS REUNIDAS DE CALCÁRIO LTDA.- Alvará n°4632/2013 - Cessionario:832.418/2013-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- CPF ou CNPJ 18.572.206/0001-51
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
830.657/2008-MINERAÇÃO ARAÇUAI LTDA
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
834.121/2011-EDUARDO FELIPE DA SILVA- Cessionário:834.038/2013-Cerâmica Cruzado Ltda

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.260/1991-ASSIS ENGENHARIA LTDA-OF. N°77/2014-CESD e Quality Granitos e Mármores Ltda
831.235/2003-ASSIS ENGENHARIA LTDA-OF. N°77/2014-CESD e Quality Granitos e Mármores Ltda
832.000/2005-EVERALDO CHAVES RÊGO-OF. N°80/2014-CESD e Mineração Expresso Ltda
830.657/2008-MINERAÇÃO ARAÇUAI LTDA-OF. N°79/2014-CESD e Empresa Brasileira do Quartzo Ltda
833.663/2011-MINERAÇÃO RIO CLARO SP LTDA ME-OF. N°76/2014-CESD e Paulo Silva Freire
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
831.495/1998-WELLINGTON REIS FILGUEIRAS- Cessionário:EROS MAGNO DOS SANTOS VIEIRA- CPF ou CNPJ 299.345.166-91- Alvará n°4708/2002
832.446/2001-LONDON MINING BRASIL MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:AGROPECUÁRIA TAPIRAÍ LTDA- CPF ou CNPJ 19.240.506/0001-04- Alvará n°2194/2002
832.448/2001-LONDON MINING BRASIL MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:AGROPECUÁRIA TAPIRAÍ LTDA- CPF ou CNPJ 19.240.506/0001-04- Alvará n°2196/2002
833.744/2006-ELIAS JERONIMO FERREIRA- Cessionário:G.S EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP- CPF ou CNPJ 82.096.314/0001-02- Alvará n°13607/2008
834.850/2007-ANTÔNIO VIANA JARDIM- Cessionário:ACJ MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 07.376.952/0001-53- Alvará n°6622/2009
831.478/2008-INGO GUSTAV WENDER- Cessionário:TERRATIVA MINERAIS S.A- CPF ou CNPJ 08.959.093/0001-98- Alvará n°2824/2014
830.405/2009-BENEDITO GUIMARÃES- Cessionário:ECMG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME- CPF ou CNPJ 12.925.569/0001-47- Alvará n°14127/2009
831.777/2009-GEPI EMPREENDIMENTOS LTDA- Cessionário:ANVIGEPI PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA- CPF ou CNPJ 18.865.116/0001-59- Alvará n°12152/2011
830.325/2010-JERRY OLACIR SOUZA DURÃES- Cessionário:MINAS FORTE INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA- CPF ou CNPJ 11.874.618/0001-05- Alvará n°8439/2010
830.927/2010-THORGRAN GRANITOS LTDA- Cessionário:STONEQUARRIES DO BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 04.001.077/0001-37- Alvará n°8802/2010
832.900/2010-JOÃO CARLOS CHAVES MIRANDA- Cessionário:EVIDENCIA MINERAÇÃO MARMORES E GRANITOS LTDA ME- CPF ou CNPJ 19.304.687/0001-87- Alvará n°1459/2011
833.657/2010-UNIMAGRAL UNIAO MARMORES E GRANITOS LTDA. EPP- Cessionário:VILARINHO COMÉRCIO DE GRANITOS E MÁRMORES LTDA- CPF ou CNPJ 07.429.969/0001-21- Alvará n°1468/2011
833.270/2011-METACAULIM DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Cessionário:CAULIM TOTAL PREMIUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- CPF ou CNPJ 17.422.629/0001-22- Alvará n°2248/2014
834.800/2011-LEOVAZ DA ROCHA COUTINHO- Cessionário:GRANVAZ MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 15.584.622/0001-81- Alvará n°828/2013
831.106/2013-CARLOS TADEU CHAVES REGO- Cessionário:EVIDENCIA MINERAÇÃO MARMORES E GRANITOS LTDA ME- CPF ou CNPJ 19.304.687/0001-87- Alvará n°4704/2013
831.395/2013-PAULO SERGIO ALMEIDA DIAS- Cessionário:PA MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 20.231.345/0001-63- Alvará n°13170/2013
832.036/2013-RONALDO CARLOS FARIA- Cessionário:ÁGUA MINERAL FORMIGA LTDA- CPF ou CNPJ 11.045.451/0001-61- Alvará n°7547/2013
832.586/2013-MARLY MARLEY SOARES DE SOUZA- Cessionário:LENICE LOPES FREIRE VILELA E CIA LTDA- CPF ou CNPJ 86.624.582/0001-00- Alvará n°11894/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.296/2002-ASSIS ENGENHARIA LTDA-OF. N°77/2014-CESD e Quality Granitos e Mármores Ltda
830.144/2010-HEVERY LOPES DE MOURA-OF. N°78/2014-CESD e HLM Empreendimentos Const. e Participações Ltda.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
835.311/1993-IRINEU PERTELI- n° 1107/1995 - Cessionário: VALIGRAN MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 10.690.537/0001-84
830.185/2002-GRANITOS E MARMORES MACHADO LTDA.- n° 2346/2002 - Cessionário: DELMAR GRANITOS LTDA ME- CNPJ 04.635.949/0001-19
830.041/2003-COOPERATIVA REGIONAL GARIMPEIRA DE MARIANA- n° 8342/2003 - Cessionário: FENIX MINERAÇÃO OURO PRETO LTDA ME- CNPJ 13.808.638/0001-03

RELAÇÃO Nº 535/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
833.985/1995-VIBRO TECH DESMONTE E ENGENHARIA LTDA.
832.808/2003-BENEDITO MARCOS CASELI

RELAÇÃO Nº 537/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.521/2009-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°228/2014-ERPM
831.461/2010-DAILANCE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°243/2014-ERPM
832.139/2011-VENDOME MINE MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E PESQUISA LTDA-OF. N°236/2014-ERPM
830.002/2012-DIOVANI NORONHA DE FARIA ME-OF. N°225/2014-ERPM
833.717/2013-VENDOME MINE MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E PESQUISA LTDA-OF. N°242/2014-ERPM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
837.062/1993-MINAS GEMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°232 e 233/2014-ERPM
832.275/1999-MINERAÇÃO AREIA BRANCA LTDA-OF. N°1944/2014-FISC
830.849/2000-PEDRO FELICIO DE SOUZA ME-OF. N°230 e 231/2014-ERPM
830.111/2004-MINAS GEMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°208 e 209/2014-ERPM
830.866/2008-MINERAÇÃO RIO DA PRATA LTDA.-OF. N°204/2014-ERPM

RELAÇÃO Nº 539/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
831.281/2003-MINERAÇÃO MAROTO LTDA ME-CONSELHEIRO PENA/MG - Guia n° 164/2014-3.200 toneladas/ano-Granito- Validade:11/12/2017
832.296/2009-PEDREIRA SHEKINAH LTDA-BURITIZEIRO/MG - Guia n° 187/2014-3.180 toneladas/ano-Quartzito- Validade:11/09/2016
833.373/2010-POLIMAK MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME-CHIADOR/MG, MAR DE ESPANHA/MG, SANTANA DO DESERTO/MG - Guia n° 168/2014 e 169/2014-20.000 toneladas/ano e 29.720 toneladas/ano-Ouro (Minério de) e Areia- Validade:13/05/2018
832.405/2011-LIDER MINAS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-SÃO THOMÉ DAS LETRAS/MG - Guia n° 189/2014-16.000 toneladas/ano-Quartzito- Validade:Vencimento da AAF 22/04/2018 ou emissão da Portaria de Lavra
834.225/2011-JOSE HIGINO ALVES DE SIQUEIRA-PARÁ DE MINAS/MG, SÃO JOSÉ DA VARGINHA/MG - Guia n° 175/2014 e 176/2014-12.000 toneladas/ano e 50.000 toneladas/ano-Argila e Areia- Validade:13/11/2015
834.426/2011-MINERAÇÃO ITACI LTDA-ALTEROSA/MG, AREADO/MG - Guia n° 188/2014-50.000 toneladas/ano-Areia- Validade:24/04/2015 (validade do Alvará)
834.779/2011-GRANULITO MINERADORA DE MARMS. E GRANS. LTDA. ME-FRANCISCÓPOLIS/MG - Guia n° 186/2014-3.180 toneladas/ano-Granito- Validade:24/02/2018 (validade da AFF)
832.266/2012-RUI MEDEIROS CAMPOS DE ABREU-BRASILÂNDIA DE MINAS/MG - Guia n° 158/2014-15.600 toneladas/ano-Quartzito- Validade:07/03/2016
833.825/2012-ROLLANDER JOSÉ CAMARGOS ME-ITUIUTABA/MG - Guia n° 185/2014-50.000 toneladas/ano-Areia (agregado)- Validade:20/05/2015 (validade do Alvará de Pesquisa)
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.499/2001-MINERAÇÃO NEW STONE LTDA ME-OLIVEIRA FORTES/MG - Guia n° 156/2014-15.660 toneladas/ano-Granito- Validade:10/04/2018 ou PL
832.003/2004-LIDER MINAS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-CONCEIÇÃO DO RIO VERDE/MG - Guia n° 193/2014-3.500 toneladas/ano-Quartzito- Validade:04/04/2018
831.363/2006-GRANWOLD GRANITOS MUNDIAL MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-UBÁ/MG - Guia n° 180/2014-3.204 toneladas/ano-Granito- Validade:29/01/2018

RELAÇÃO Nº 541/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
832.969/2006-TERRATIVA MINERAIS S.A.
833.478/2006-MINERAÇÃO RIACHO DOS MACHADOS LTDA.
833.861/2006-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.
834.014/2006-MINERAÇÃO RIACHO DOS MACHADOS LTDA.
834.099/2006-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.
831.136/2007-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.
830.627/2008-MINERAÇÃO POR DO SOLL EIRELI EPP
831.098/2008-LIGAS DE ALUMÍNIO S.A.
831.644/2010-INFRAMINAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
831.988/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
833.301/2010-INFRAMINAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
834.150/2010-CERÂMICA BURITIS LTDA.
830.266/2011-VALE S A
830.268/2011-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
830.291/2011-VALE S A
830.411/2011-VALE S A
830.927/2011-GRAVITAL PEDRAS LTDA.
832.639/2011-EBERTON DECOTHE THOMPSON
832.864/2011-JOSE FIDELIS BRAGA
833.124/2011-FLAVIA PEREIRA
833.367/2011-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.
833.368/2011-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.
833.458/2011-CESAR RODRIGUES DE ARAUJO
833.497/2011-JOSÉ BRAZ BOTELHO
834.185/2011-CESAR RODRIGUES DE ARAUJO
834.301/2011-SILVIO DA SILVEIRA
834.568/2011-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE

RELAÇÃO Nº 542/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.535/1996-REYNALDO GUAZZELLI FILHO-OF. N°173/2014-ERPC
830.280/1998-CLEVER PORFIRIO GARCIA-FI-OF. N°152/2014-ERPC
832.397/2000-REYNALDO GUAZZELLI FILHO-OF. N°144/2014-ERPC
830.238/2001-VICTOR CORTELETTI CARVALHO FISCHER M.E.-OF. N°94/2014-ESCGV
830.243/2003-GRANITOS LINDEMBERG LTDA .-OF. N°89/2014-ESCGV
830.244/2003-GRANITOS LINDEMBERG LTDA .-OF. N°90/2014-ESCGV
830.245/2003-GRANITOS LINDEMBERG LTDA .-OF. N°91/2014-ESCGV
830.246/2003-GRANITOS LINDEMBERG LTDA .-OF. N°92/2014-ESCGV
830.872/2003-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.-OF. N°95/2014-ESCGV
831.002/2003-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.-OF. N°93/2014-ESCGV
831.947/2003-ANTONIO CEZAR LIMA ME-OF. N°84/2014-ESCGV
832.711/2003-CERÂMICA MARACÁ LTDA.-OF. N°235/2014-ERPM
832.712/2003-CERÂMICA SANTORINI LTDA-OF. N°237/2014-ERPM
832.713/2003-CERÂMICA ITUIUTABA LTDA.-OF. N°238/2014-ERPM
832.714/2003-CERÂMICA PLATINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°239/2014-ERPM
833.354/2004-VIVER MINAS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°171/2014-ERPC
831.576/2005-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°149/2014-ERPC
831.969/2005-MINERAÇÃO BARUEL LTDA.-OF. N°147/2014-ERPC
834.189/2006-MORRO DO PILAR MINERAIS S.A.-OF. N°1651/2014-FISCAM
830.579/2007-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°172/2014-ERPC
830.418/2008-GILSON BARBOSA FERREIRA-OF. N°187/2014-ERPM
830.419/2008-GILSON BARBOSA FERREIRA-OF. N°188/2014-ERPM
830.421/2008-GILSON BARBOSA FERREIRA-OF. N°189/2014-ERPM
830.959/2008-MORRO DO PILAR MINERAIS S.A.-OF. N°1692/2014-FISCAM
832.373/2008-GILSON BARBOSA FERREIRA-OF. N°186/2014-ERPM
834.914/2008-NILSON OLIVEIRA-OF. N°1693/2014-FISC
830.891/2009-WN ARGILAS E CERAMICAS LTDA.-OF. N°210/2014-ERPM

RELAÇÃO Nº 543/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
830.738/2004-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.- Área de 1.419,87 ha para 843,35 ha-Minério de Ferro
831.696/2008-MORRO DO PILAR MINERAIS S.A.- Área de 859,39 ha para 739,11 ha-Areia, Cascalho,Gnaisse (Brita),Granito (Ornamental)
831.158/2009-TRA MINERAÇÃO LTDA- Área de 998,71 ha para 613,55 ha-Granito (revestimento)
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
833.043/2004-LEANDRO DOS SANTOS SOUZA-Água Mineral
834.043/2006-MINERAÇÃO VALE DO RIO PRETO LTDA-Areia e Ouro (Minério de)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELAÇÃO Nº 544/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
832.574/2008-GERALDO ANTÔNIO ALKMIN
834.156/2011-IVANIR ANTÔNIO ROCHA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
832.828/2008-PUMA METALS MINERAÇÃO LTDA
833.190/2008-LOS ANDES MINERAÇÃO LTDA
831.691/2009-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
834.544/2011-ANDERSON ASSIS CARVALHO
830.099/2012-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.
830.696/2012-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
831.523/2013-MARIELA ALVES LOPES
831.524/2013-MARIELA ALVES LOPES
831.525/2013-MARIELA ALVES LOPES
831.538/2013-ITAPORÉ MINERAÇÃO LTDA
831.563/2013-MARIELA ALVES LOPES
832.026/2013-ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
832.078/2013-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA
832.079/2013-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA
832.080/2013-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA
832.086/2013-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA
832.088/2013-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA
832.089/2013-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA
832.660/2013-CARLOS TADEU CHAVES REGO
830.528/2014-CAIRES E DIAS EXPLORAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
834.149/2011-RUY MESQUITA
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
831.258/1991-MINERAÇÃO WESMINAS LTDA -Alvará N°211/1994
831.259/1991-MINERAÇÃO WESMINAS LTDA -Alvará N°212/1994
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Homologa desistência do requerimento de PLG(613)
831.103/2013-MIDAS MINERAIS LTDA ME
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
831.957/2002-VALADARES E AFONSO LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
830.712/2002-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA CAMPOS DE BARROSO LTDA.
831.892/2007-R.FIGUEIREDO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
832.031/2007-TRAINING ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA.
832.351/2007-JOAQUIM DONIZETTI TORRES
832.806/2007-AREAL MELO LTDA
832.920/2007-FABIO ADRINE GEROMIN ME
833.632/2007-MINERAÇÃO NEW STONE LTDA ME
834.891/2007-NILO SÉRGIO ROSA- ME
834.967/2007-CERÂMICA CONSTRULAR LTDA ME
830.476/2010-MARIA APARECIDA NEVES BICALHO
834.241/2011-ADALBERTO ANTÔNIO BARBOSA
831.300/2012-CICERO ALESSANDRO RODRIGUES FRANCA CPF 08700102717 ME
831.823/2013-PEDREIRA MARQUES LTDA ME

RELAÇÃO Nº 545/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
832.646/2008-NILTON ANTONIO BORGES
831.169/2010-BRAZMINCO LTDA
832.691/2010-AMANDA DE LIBERO BARRETO MACEDO
833.156/2012-ESPIRITO SANTO MINERACAO E EXPORTACAO LTDA
831.565/2013-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.
831.602/2013-BASILIO ANTÔNIO DA SILVEIRA JUNIOR
831.831/2013-PEDRO LUIZ DE SOUZA PINTO
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
831.199/1988-NIUTON ALBERTO TERGILENE
832.231/2005-KMM MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
833.875/2011-SÃO GREGÓRIO AGROPECUÁRIA S.A
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(166)
834.720/2011-ANDREIA DURSO DE OLIVEIRA
831.651/2012-TRADEX COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
Indefere pedido de reconsideração(181)
830.886/2012-CARLOS ROBERTO DE ARAUJO RAMOS
833.862/2012-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME
830.657/2013-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.158/2009-TRA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°214/2014-ERPM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
833.999/1993-HELIO PEREIRA ME-OF. N°1642/2014-FISC
831.958/2004-MARCELO SILVA DOS REIS-OF. N°1970/2014-FISCAM
831.057/2010-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE LTDA-OF. N°1638/2014-FISC
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
830.868/1992-MASTER NIQUEL EXPLORAÇÃO E LAVRA DE JAZIDAS MINERAIS LTDA-OF. N°4384/2006-FISC
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
830.979/1979-STEIN MINERAÇÃO E COMÉRCIO-OF. N°88/2014-ESCGV
831.947/1998-ERCAL - EMPRESAS REUNIDAS DE CALCÁRIO LTDA.-OF. N°227/2014-ERPM
830.849/2000-PEDRO FELICIO DE SOUZA ME-OF. N°217/2014-ERPM
831.396/2001-JOSÉ BERNARDES VIDAL FI-OF. N°202/2014-ERPM
833.041/2002-VIAMAR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2231/2014-DGTM
831.442/2005-AGROINDUSTRIAL DELTA DE MINAS S/A-OF. N°2171/2014-DGTM e Mineração Bacupari (cessionária)
833.519/2007-JESU LUIZ AFONSO FIRMA MERCANTIL INDIVIDUAL-OF. N°198/2014-ERPM
830.866/2008-MINERAÇÃO RIO DA PRATA LTDA.-OF. N°205/2014-ERPM
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
043.306/1956-COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL-OF. N°1982/2014-FISCAM
010.423/1967-MINERAÇÃO FELDSPATO OUROFINENSE LTDA-OF. N°1195/2014-FISC
830.136/1986-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS-OF. N°169/2014-ERPM
930.925/2005-VALE S A-OF. N°1852/2014-FISC
930.181/2008-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°537/2014-FISC
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
930.181/2008-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°536/2014-FISC
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1799)
933.382/2010-SAMARCO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°2288/2014-DGTM
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.831/1998-JOÃO CARLOS CLEMENTE CPF 543.934.936 72 ME-OF. N°1786/2014-FISC
833.132/2003-PEDREIRA UM VALEMIX LTDA.-OF. N°1788/2014-FISC
830.907/2005-JAIR DUTRA DO NASCIMENTO-OF. N°1718/2014-FISC
832.984/2005-FRANCISCO SALES DE BARROS-OF. N°1719/2014-FISC
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(773)
833.416/2003-AREEIRA AGROCAMPO LTDA -AI N°307/2014-MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
832.984/2005-FRANCISCO SALES DE BARROS-OF. N°1720/2014-FISC
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração por interferência total(822)
831.745/2014-PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
832.983/2012-CLEITON FERNANDES BERNARDES ARGILA E AREIA-OF. N°192/2014-ERPM
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
831.127/2013-COOPERATIVA REGIONAL GARIMPEIRA DE CORINTO LTDA

RELAÇÃO Nº 546/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
832.153/2002-MARCIO ANDRÉ TUPY DA FONSECA-OF. N°87/2014-ESCGV

RELAÇÃO Nº 547/2014

Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
833.519/1996-BERGAMO EXTRACAO DE AREIA E PRESTACAO DE SERVIÇOS LTDA-OF. N°215/2014-ERPM-60 dias

RELAÇÃO Nº 548/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
831.329/2009-MARCELO DE AMORIM PENIDO

RELAÇÃO Nº 553/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
834.683/2008-PLANALTO PEDRAS LTDA-ALPINÓPOLIS/MG - Guia n° 155/2014-2.600 toneladas/ano-Quartzito- Validade:17/03/2018
832.060/2009-MINERAÇÃO ENGENHO LTDA-TAQUARAÇU DE MINAS/MG - Guia n° 151/2014-4.000 toneladas/ano-Quartzo- Validade:11/03/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
831.854/2003-OURO MINAS GRANITOS LTDA.-ITINGA/MG - Guia n° 181/2014-3.170 toneladas/ano-Granito- Validade:07/04/2018
830.758/2007-MINAS GEMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-ÁBADIA DOS DOURADOS/MG - Guia n° 170/2014 e 171/2014-576 ct/ano e 7.080 toneladas/ano-Diamante (Cascalho de) e Areia- Validade:11/06/2017

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 168/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
850.631/2011-JOSÉ ALÍRIO LENZI
851.309/2011-AMAZONAS EXPLORAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
850.036/2009-GLOBO VERDE MINERAÇÃO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
850.172/2010-CMG MINERAÇÃO LTDA.
850.636/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS
850.637/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS
Nega provimento a defesa apresentada(242)
850.477/2001-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
850.869/2007-B&A FOSFATO PESQUISA MINERAL LTDA -Alvará N°5.110/2008
850.486/2011-H. M. Q. DE ALMEIDA CONSTRUÇÕES ME -Alvará N°16.521/2011
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
853.248/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-AI N°635/2014
850.192/2002-SERABI MINERAÇÃO S.A.-AI N°640/2014
850.927/2006-RIO GRANDE MINERAÇÃO S A-AI N°641/2014
850.419/2009-PÉROLLA MELO BENOLIEL-AI N°636/2014
850.279/2010-ANGELIN ORIO-AI N°637/2014
850.317/2010-MARCUS AQUINO DE AZEVEDO-AI N°629/2014
850.616/2010-NIPPON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CERÂMICA LTDA-AI N°627/2014
850.101/2011-INTERCEMENT BRASIL S A-AI N°624/2014
850.123/2011-AGROPALMA S A-AI N°620/2014
850.124/2011-AGROPALMA S A-AI N°621/2014
850.125/2011-AGROPALMA S A-AI N°619/2014
850.126/2011-AGROPALMA S A-AI N°622/2014
850.127/2011-AGROPALMA S A-AI N°623/2014
850.365/2011-MORINAKA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-AI N°638/2014
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
850.484/2009-FLAVIO FROSSARD - AI N°549/2014
850.489/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA - AI N°550/2014
850.345/2010-RODRIGO MILANI - AI N°574/2014
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
850.176/2012-JANES VIEIRA GOMES
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
(513)
851.114/1995-ARAGUARI AUGUSTO FAGUNDES FILADELPHO - PLG N°024/2014 de 30/07/2014 - Prazo 05 (cinco) anos
851.115/1995-ARAGUARI AUGUSTO FAGUNDES FILADELPHO - PLG N°025/2014 de 30/07/2014 - Prazo 05(cinco) anos
851.116/1995-ARAGUARI AUGUSTO FAGUNDES FILADELPHO - PLG N°026/2014 de 30/07/2014 - Prazo 05(cinco) anos
851.117/1995-ARAGUARI AUGUSTO FAGUNDES FILADELPHO - PLG N°027/2014 de 30/07/2014 - Prazo 05(cinco) anos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

851.118/1995-ARAGUARI AUGUSTO FAGUNDES FILADELPHO - PLG N°028/2014 de 30/07/2014 - Prazo 05(cinco) anos
851.119/1995-ARAGUARI AUGUSTO FAGUNDES FILADELPHO - PLG N°029/2014 de 30/07/2014 - Prazo 05(cinco) anos
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
850.903/2010-ANTÔNIO IOLANDO ALVES DE SÁ-OF. N°899/2014
851.327/2013-CARLOS REINALDO BARRROS BEGOT-OF. N°898/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
850.603/2012-RM BORTOLOTTO LTDA EPP- Cessionário:RN DAMASCENO TRANSPORTES- CNPJ 02.055.129/0001-22- Registro de Licença n°075/2012- Vencimento da Licença: 07/05/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
851.961/2013-G BRITO OLIVEIRA EXTRAÇÃO ME-Registro de Licença N°08/2014 de 06/03/2014-Vencimento em 04/08/2018
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
850.003/2014-ANATECIO DOS SANTOS FERNANDES
850.074/2014-TEREZINHA DA SILVA DUARTE
850.110/2014-SILVIO LUIZ MANFROI
850.138/2014-ALOISIO MARIO DA SILVA
850.156/2014-IVANILDO CARVALHO DE AZEVEDO
850.189/2014-J M F ARRUDA ME
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
851.672/2011-FLAVIANO TONTINI
851.792/2013-JOÉLCIO CAMILO DA SILVA
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto de infração.(1844)
850.969/2006-WILSON PEREIRA FIRMO-AI N°888/2012

RELAÇÃO Nº 172/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
851.252/2008-ANTONIO DE BRITO FILHO
850.570/2011-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A
850.433/2014-REALLIZA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
850.558/2010-ROSIANNY FLORISBELA DA SILVA ALVES
851.222/2011-MICHIGAN TRADE LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
850.543/2005-BRAZMIN LTDA
850.015/2011-JONAS FERREIRA DA SILVA
850.016/2011-JONAS FERREIRA DA SILVA
850.920/2011-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
850.924/2011-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
851.109/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
851.551/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Defere pedido de reconsideração(182)
850.825/2011-VALE S A
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
850.284/2003-MINERAÇÃO ITAMARACÁ LTDA
850.560/2003-MINERAÇÃO ITAMARACÁ LTDA
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
850.487/2009-MINERAÇÃO BRASIL NORTE LTDA.- AI N°634/2014
Aceita defesa apresentada(241)
850.288/2004-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
850.799/2004-CALBRAX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.736/2014
Defere pedido de reconsideração(262)
850.118/2004-AIRTON GARCIA FERREIRA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.264/2010-DANIEL PEREIRA DA SILVA- Cessionário:RIO VERMELHO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE DIAMANTE LTDA.- CPF ou CNPJ 26.559.484/0001-05- Alvará n°5.524/2014
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
850.288/2004-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°3.104/2005
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
850.591/2009-COAL & COOPER MINERAÇÃO LTDA.
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
850.784/2009-MINERAÇÃO CASTELO DOS SONHOS LTDA.-ALVARÁ N°2.033/2010
850.309/2011-MINERAÇÃO CASTELO DOS SONHOS LTDA.-ALVARÁ N°7.448/2011
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
850.112/2011-NADIR TEREZINHA LEISING-AI N°633/2014
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
850.288/2004-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-AI N°588/2011
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
850.046/2006-RIBEIRO, CORDEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A-OF. N°900/2014
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
850.423/2006-COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE GEMAS DO SUL DO PARÁ - PLG Nº 23/2009 de 18/05/2009-Vencimento em 12/06/2019
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.364/2012-CERÂMICA W. L. LTDA-Registro de Licença N°16/2014 de 11/08/2014-Vencimento em 07/03/2015
851.945/2013-SANMINERAL RECURSOS NATURAIS LTDA.-Registro de Licença N°27/2014 de 14/08/2014-Vencimento em 25/11/2015
851.962/2013-CERÂMICA W. L. LTDA-Registro de Licença N°39/2014/11/08/2014 de 14/10/2015-Vencimento em
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
850.764/2013-ITAPUÁ MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA. EPP- Registro de Licença N°:041/2013 - Vencimento em 30/04/2015

RELAÇÃO Nº 182/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
851.174/2012-FULLPAR PARTICIPAÇÕES LTDA
851.180/2012-FULLPAR PARTICIPAÇÕES LTDA
851.185/2012-FULLPAR PARTICIPAÇÕES LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
850.553/2011-PEDRO MARCOS DE CARVALHO- Alvará n°15.251/2011 - Cessionario:851.534/2013-KATIA MARINA DE CARVALHO- CPF ou CNPJ 028.740.651-29
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
850.526/2004-VALE DOURADO MINERAÇÃO LTDA.-AI N°642/2014
Indefere pedido de reconsideração(263)
850.747/1996-VALE S A
853.004/1996-CARLOS ROBERTO ORTIZ NASCIMENTO
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.555/2011-JOÃO ANGELO FONTANA- Cessionário:DUBAI MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 19.523.595/0001-98- Alvará n°15.252/2011
850.556/2011-JOÃO ANGELO FONTANA- Cessionário:DUBAI MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 19.523.595/0001-98- Alvará n°15.253/2011
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
859.547/1995-VALE S A
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
850.617/2003-MINERAÇÃO IRAJA S A.-ALVARÁ N°1.181/2005
850.928/2007-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.-ALVARÁ N°9.423/2008
850.310/2011-MINERAÇÃO CASTELO DOS SONHOS LTDA.-ALVARÁ N°7.449/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial do requerimento de lavra(566)
850.780/2005-DOW CORNING SILÍCIO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Alvará n°1.491/2006 - Cessionario;850.754/2013-PALMIRA CORNING SILÍCIO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- CNPJ 08.419.273/0001-87
850.780/2005-DOW CORNING SILÍCIO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Alvará n°1.491/2006 - Cessionario:850.746/2013-LEOCÁDIO DOS SANTOS- CNPJ 07.706.283/0001-30
Fase de Licenciamento
Aprova Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(707)
850.610/2004-ETEC EMPRESA TÉCNICA LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
850.918/2012-IVONEI ROGERIO OHSE- Cessionário:AIRTO MEURER- CNPJ 535.855.181-68- Registro de Licença n°053/2013- Vencimento da Licença: 31/07/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
851.010/2012-CERÂMICA MIRANDA LIMA LTDA ME-Registro de Licença N°55/2014 de 18/08/2014-Vencimento em 09/07/2016
850.157/2014-BENEDITO RUY ASSUNÇÃO DA COSTA-Registro de Licença N°38/2014 de 14/08/2014-Vencimento em 13/03/2016
850.513/2014-CONSTRUTORA PONTES LTDA EPP-Registro de Licença N°53/2014 de 14/08/2014-Vencimento em 09/07/2016

RELAÇÃO Nº 191/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
850.007/2001-MINERAÇÃO ITAMARACÁ LTDA-Alvará N°9.989/2006
850.287/2006-VALE S A-Alvará N°7.361/2008
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.224/2009-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.- Cessionário:ALTA FLORESTA GOLD MINERAÇÃO S/A.- CPF ou CNPJ 17.580.707/0001-17-Alvará n°2.558/2010
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
851.074/2011-FREDERICO ROCHA PEREIRA-ALVARÁ N°1.416/2012
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
810.354/1976-REINARDA MINERAÇÃO LTDA- AI N° 613/2014, 614/2014, 615/2014,616/2014 e 617/2014.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
810.354/1976-REINARDA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.762/2014 - SUP/DNPM/PA.

RELAÇÃO Nº 192/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito a caducidade do alvará de pesquisa-TAH(651)
851.074/2011-FREDERICO ROCHA PEREIRA- Publicado DOU de 22/08/2013.

RELAÇÃO Nº 193/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
851.336/2013-ARAGUAIA E TOCANTINS MINERAÇÃO LTDA
851.611/2013-ARAGUAIA E TOCANTINS MINERAÇÃO LTDA
851.612/2013-ARAGUAIA E TOCANTINS MINERAÇÃO LTDA
851.630/2013-ARAGUAIA E TOCANTINS MINERAÇÃO LTDA
851.635/2013-ARAGUAIA E TOCANTINS MINERAÇÃO LTDA
851.636/2013-ARAGUAIA E TOCANTINS MINERAÇÃO LTDA
851.637/2013-ARAGUAIA E TOCANTINS MINERAÇÃO LTDA
851.661/2013-ARAGUAIA E TOCANTINS MINERAÇÃO LTDA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
851.936/2013-LIZEU VILLALVA VELASQUES
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
851.437/2013-GANTUSS MULTINEGÓCIOS LTDA- Registro de Licença N°:084/2013 - Vencimento em 05/06/2015

THIAGO MARQUES DE ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 160/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
846.141/2014-EMPRESA DE EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
846.388/2012-FELIPE MARSICANO FRANCA-OF. N°683/2014
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.192/2003-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°674/2014
846.216/2008-CALVALE CALCINAÇÃO VALE DO SOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°677/2014
846.272/2008-MINERAÇÃO FLORENTINO LTDA-OF. N°669/2014
846.174/2010-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°678/2014
846.352/2010-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°679/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
846.320/2012-FRANCISCO ALENCAR DE MEDEIROS NETO- Cessionário:Mineração Florentino Ltda.- CPF ou CNPJ 09.257.477/0001-21- Alvará n°5665/2014
846.380/2012-FRANCISCO ALENCAR DE MEDEIROS NETO- Cessionário:Mineração Florentino Ltda.- CPF ou CNPJ 09.257.477/0001-21- Alvará n°5666/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
846.189/2007-MITRA MINERAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
846.423/2008-JMR CERÂMICA PARAIBANA LTDA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
846.040/2014-JOÃO JERÔNIMO DA COSTA-OF. N°681/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
846.145/2013-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-Indefiro o pedido de vista e cópias formulado por FRANCISCO OLEGÁRIO DE MEDEIROS, juntada nº 48415-000920/2014-96.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
846.198/2011-BENTONIT UNIAO NORDESTE IND.E COM.LTDA-OF. N°685/2014
Fase de Concessão de Lavra
Despacho publicado(508)
840.180/1993-PEDREIRAS DO BRASIL S A-Indefiro o pedido de vista e cópias formulado por RUBNES BENTO DE MORAIS, juntada nº 48415-000919/2014-61.
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
846.232/2011-JOSE CARROMBERTO DE LIMA-OF. N°682/2014
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
846.211/2009-FLORIVALDO GOMES CABRAL- Registro de Licença N°:265/2010 - Vencimento em 01/08/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
846.156/2014-PSO ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA LTDA-OF. N°680/2014

RELAÇÃO Nº 162/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
846.122/2014-TRANSLIPE MINERAÇAO, TRANSPORTE E LOCAÇAO DE MAQUINAS LTDA- OF. N° 682/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.339/2010-ARNÓBIO FIRMINO DA SILVA-OF. N°726/2014
846.176/2011-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°725/2014
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
846.123/1999-JOSÉ MARQUES PEREIRA-Areia
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
846.124/1999-FFB LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-OF. N°727/2014
846.198/2011-BENTONIT UNIAO NORDESTE IND.E COM.LTDA-OF. N°728/2014

RELAÇÃO Nº 178/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Andrey Victor de Moraes Melo - 846422/12 - A.I. 126/14
Brasil Nordeste Negocios e Participações ss Ltda - 846234/11 - A.I. 153/14, 846295/11 - A.I. 151/14, 846291/11 - A.I. 150/14, 846293/11 - A.I. 152/14, 846320/11 - A.I. 148/14, 846296/11 - A.I. 149/14
c & n Minerios do Nordeste Ltda - 846339/13 - A.I. 145/14
Cearagran Mineração Export LTDA. - 846018/14 - A.I. 125/14
Douglas Domingos Pedrosa de Mendonça - 846089/12 - A.I. 143/14, 846171/13 - A.I. 136/14
Empresa de Extração Mineral Ltda me - 846216/13 - A.I. 118/14
Evandro da Silva Ribeiro - 846385/12 - A.I. 120/14
Francisco Ferreira de Souza - 846533/12 - A.I. 124/14
Giafranco Everton Pereira de Queiroga - 846227/13 - A.I. 135/14, 846228/13 - A.I. 134/14, 846229/13 - A.I. 133/14
Helio Sobral de Queiroz - 846252/13 - A.I. 146/14
Interblock Artefato de Cimento s a - 846354/12 - A.I. 128/14
Jailton Brito de Lima - 846113/12 - A.I. 138/14
José de Sousa sá Júnior - 846193/13 - A.I. 142/14
Jose Ronaldo Dos Santos - 846007/12 - A.I. 139/14, 846010/12 - A.I. 140/14
m & v Construtora Ltda - 846248/12 - A.I. 129/14
m m s Extração e Beneficiamento de Minérios Ltda - 846245/13 - A.I. 131/14, 846246/13 - A.I. 130/14, 846263/13 - A.I. 147/14
Marcus Vinícius Fernandes de Melo - 846140/13 - A.I. 144/14
Mineração Loghi LTDA. - 846465/07 - A.I. 123/14
Mineração Santa Luzia do Brasil Ltda - 846533/08 - A.I. 122/14
Prime Mineração LTDA. - 846357/12 - A.I. 127/14
Rawlinson Bezerra de Lima - 846389/12 - A.I. 119/14
Romildo Azevedo Dos Santos - 846550/11 - A.I. 121/14
Rubem Pereira de Lucena - 846213/13 - A.I. 141/14
Scx Mineração, Transportes, Indústria Comércio de Minérios Ltda me - 846165/13 - A.I. 137/14
Temilda de Fátima Gambarra Nóbrega - 846242/13 - A.I. 132/14

GUILHERME HENRIQUE SILVEIRA E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 7/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
803.209/2007-FRANCISCO ALVES MENDES- DOU de 15/10/2010
803.210/2007-FRANCISCO ALVES MENDES- DOU de 15/10/2010
803.211/2007-FRANCISCO ALVES MENDES- DOU de 15/10/2010
803.212/2007-FRANCISCO ALVES MENDES- DOU de 15/10/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
803.057/2003-DM MINERAÇÃO LTDA. - Publicado DOU de 03/06/2011, Relação n° 24/2011, Seção 1, pág. 86- Onde se lê: Área de 2000ha para 961,19ha, leia-se: Área de 2000ha para 741,48ha

RELAÇÃO Nº 28/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere pedido de reconsideração(181)
803.305/2013-ZONA SUL SP IMOVEIS LTDA
Não conhece requerimento protocolizado(1004)
803.514/2007-VTECH EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA
803.515/2007-VTECH EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA
803.516/2007-VTECH EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA
803.517/2007-VTECH EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
803.966/2008-FARTURA E SÃO LOURENÇO GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°338/2014
803.967/2008-FARTURA E SÃO LOURENÇO GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°339/2014
804.451/2008-FARTURA E SÃO LOURENÇO GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°337/2014
804.484/2008-FARTURA E SÃO LOURENÇO GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°337/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
803.053/2011-CORISCO GEOLOGIA E CONSULTORIA LTDA- Cessionário:A.NETO ALMEIDA DE ANDRADE- CPF ou CNPJ 10.461.289/0001-08- Alvará n°1797/2014
Fica sobrestada a decisão sobre o relatório de pesquisa(320)
803.961/2008-GCTZ GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-Minério de ferro- Prazo de 3 anos
803.963/2008-GCTZ GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-Minério de ferro- Prazo de 3 anos
803.964/2008-GCTZ GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-Minério de ferro- Prazo de 3 anos

EVALDO FREITAS LIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 154/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
848.174/2014-FRANCISCO ALENCAR DE MEDEIROS NETO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
848.314/2013-CARAMURU MINERAÇÃO EIRELI ME-OF. N°989/2014
848.104/2014-ENGEOMINAS SERVIÇOS DE ENGENHARIA, GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1.131/2014
848.171/2014-ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOARES-OF. N°1007/2014
848.189/2014-EDSON FERNANDES DA CUNHA-OF. N°1009/2014
848.192/2014-JOSÉ FRANCELINO JUNIOR-OF. N°1008/2014
848.203/2014-ENGEOMINAS SERVIÇOS DE ENGENHARIA, GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1.131/2014
848.204/2014-ENGEOMINAS SERVIÇOS DE ENGENHARIA, GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1.139/2014
848.210/2014-ZURENILDO ROSENO DA SILVA-OF. N°1011/2014
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
848.549/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
848.550/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
848.554/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
848.555/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
848.556/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
848.557/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
848.558/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
848.569/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.196/2006-DELAMARE BEZERRA GURGEL-OF. N°872/2014
848.098/2008-CALVALE CALCINAÇÃO VALE DO SOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°1089/2014
848.634/2010-MINERADORA MINERVA LTDA.-OF. N°992/2014
848.635/2010-MINERADORA MINERVA LTDA.-OF. N°992/2014
848.393/2012-EDILZA SOLINO DE SOUZA-OF. N°893/2014
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
848.433/2011-PEDREIRA JP LTDA EPP-OF. N°898/2014
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.672/2007-VITOR SAD CADAR- Área de 1.000,00 para 621,95-Calcário
848.242/2009-MINERAÇÃO VITÓRIA LTDA- Área de 798,42 ha para 508,70 ha-Xisto
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.351/2008-VOTORANTIM METAIS S.A
848.352/2008-VOTORANTIM METAIS S.A
848.061/2009-VOTORANTIM METAIS S.A
848.062/2009-VOTORANTIM METAIS S.A
848.063/2009-VOTORANTIM METAIS S.A
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
848.034/2010-MANOEL MARQUES DE FIGUEIREDO-AI N°223/2014
848.039/2010-SEBASTIÃO EDUARDO DE MOURA GALVÃO-AI N°224/2014
848.329/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°230/2014
848.332/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°231/2014
848.448/2010-TÂNIA MARIA DE LARA ANDRADE-AI N°295/2014
848.460/2010-SANDRA MINERAÇÃO LTDA.-AI N°225/2014
848.630/2010-DINARTE MEDEIROS DE LIMA-AI N°298/2014
848.632/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°343/2014
848.636/2010-TÂNIA MARIA DE LARA ANDRADE-AI N°296/2014
848.637/2010-TÂNIA MARIA DE LARA ANDRADE-AI N°232/2014
848.283/2011-MB MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-AI N°233/2014
848.352/2011-M L DA C FERNANDES ME-AI N°305/2014
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
848.371/2008-ZURENILDO ROSENO DA SILVA - AI N°183/2014
848.132/2010-P J DE CARVALHO POLI - AI N°187/2014
848.133/2010-P J DE CARVALHO POLI - AI N°188/2014
848.540/2010-BP BRAZIL PROJECTS EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA EPP - AI N°191/2014
848.354/2011-CAULIM CAIÇARA LTDA - AI N°139/2014
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
848.125/2000-Mineração Coto Com. Imp. Exp. Ltda- Substância Aprovada:Granito, Xisto,Feldspato, Minério de Berílio, Minério de Lítio, Minério de Tântalo, Muscovita e Quartzo.
848.489/2007-L. BENGHI CARAMURU MINERAÇÃO-Substância Aprovada:Minério de Ouro, Calcário Dolomítico, Areia, Argila e Migmatito.
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)
848.408/2007- HABILITADOS os proponentes: CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA. e INABILITADOS os proponentes: SUSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
848.409/2007- HABILITADOS os proponentes: CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA. e INABILITADOS os proponentes: SUSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.676/2007-IMETAME GRANITOS LTDA-OF. N°1.036/2014
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
848.599/2007-MINERAÇÃO APODI LTDA.-OF. N°1088/2014-180 dias
848.129/2009-APOENA MINERACAO E COMERCIO LTDA-OF. N°1037/2014-180 dias

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
848.099/2001-TASSO DANTAS ME-OF. N°930/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
848.141/2014-FREITAS E CHAVES LTDA-OF. N°1013/2014
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
848.097/2014-LIDICE OLIVEIRA DE ARAUJO LIMA
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
848.236/2012-JOÃO WALACE DA SILVA ME
848.264/2013-MAZIEL MISSIAS DA SILVA MEDEIROS

RELAÇÃO Nº 168/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
848.396/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°477/2014
848.397/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°476/2014
848.398/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°475/2014
848.399/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°474/2014
848.400/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°473/2014
848.401/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°472/2014
848.402/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°471/2014
848.403/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°470/2014
848.404/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°469/2014
848.406/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°442/2014
848.407/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°443/2014
848.408/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°444/2014
848.409/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°445/2014
848.410/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°446/2014
848.411/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°447/2014
848.413/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°448/2014
848.414/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°449/2014
848.415/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°450/2014
848.416/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°451/2014
848.417/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°452/2014
848.418/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°453/2014
848.419/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°454/2014
848.420/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°455/2014
848.421/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°456/2014
848.422/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°457/2014
848.424/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°458/2014

RELAÇÃO Nº 172/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Aquonsult Consultoria e Planejamento Hidrogeológico LTDA. - 848246/11 - Not.142/2014 - R$ 270,99, 848248/11 - Not.143/2014 - R$ 270,99
Francisco de Assis Oliveira - 848036/07 - Not.137/2014 - R$ 2.941,32
Marconi Antônio Praxedes Barretto - 848606/11 - Not.141/2014 - R$ 270,99, 848088/11 - Not.138/2014 - R$ 270,99, 848249/11 - Not.139/2014 - R$ 270,99, 848270/11 - Not.140/2014 - R$ 270,99
Mineração Ats Ltda - 848182/10 - Not.135/2014 - R$ 268,39
Ronaldo Diniz de Almeida - 848295/10 - Not.136/2014 - R$ 269,26

RELAÇÃO Nº 173/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Eurico Pereira - 848110/06 - Not.145/2014 - R$ 1.203,99
Marconi Antônio Praxedes Barretto - 848225/11 - Not.144/2014 - R$ 276,20

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 150/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Defere pedido de reconsideração(182)
890.818/2012-JUMACOL JUPARANÃ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
890.258/2010-MINERADORA DOIS IRMÃOS LTDA
890.507/2010-SAMUEL E BALBINO TERAAPLENAGEM E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
890.088/1998-EMPRESA DE MINERAÇÃO DE ÁGUAS SANT´ANNA LTDA-OF. N°1.689/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.047/2013-ANDRESI EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA-Registro de Licença N°2.819/2014 de 15/08/2014-Vencimento em 31/12/2016
890.958/2013-EMPRENTEIRA JACUNDA LTDA ME-Registro de Licença N°2.818/2014 de 13/08/2014-Vencimento em 27/09/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.579/2014-AREAL SERRANO LIMITADA-OF. N°1.693/2014
890.615/2014-AGRO INDUSTRIAL MUSSUREPE LTDA.-OF. N°1.696/2014
890.618/2014-MENDONÇA E CHAGAS INDUSTRIA DE CERÂMICA LTDA.-OF. N°1695/2014
890.631/2014-NOVA ERA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1714/2014
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
890.432/2012-CERAMICA COLONIAL LTDA
890.049/2014-A A XAVIER DA SILVA CERÂMICA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.066/2000-M. LILIA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-Registro de Licença N°:1.820/2003 - Vencimento em 21/07/2016
890.394/2010-VILAR REAL CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA- Registro de Licença N°:2.613/2010 - Vencimento em 20/03/2016
890.599/2010-CERÂMICA PORTO VELHO LTDA.- Registro de Licença N°:2.625/2010 - Vencimento em 27/06/2018
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
890.423/2007-A. S. RODRIGUES CERAMICA ME
Nega provimento ao pedido de reconsideração(747)
890.194/2007-AREAL ESPELHO D'ÁGUA LTDA. ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
890.163/2008-PAULO ROBERTO DA SILVA JUNIOR-Cessionário:Nova Gemco Mineração LTDA - ME- CNPJ 13.647.248/0001-90- Registro de Licença n°2.808/2014- Vencimento da Licença: 25/10/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
890.365/2007-CONSTRUTORA E MINERADORA COPENHAGUE LTDA- Alvará n° 8.561/2007 - Cessionário: Empresa de Mineração Triângulo de Xerém LTDA- CNPJ 08.964.349/0001-55
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.047/2002-IPEPAM INDUSTRIA DE PEDRAS PADUA MIRACEMA LTDA-OF. N°1710/2014
890.123/2012-BLACK MUD FOUR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-OF. N°1658/2014

RELAÇÃO Nº 158/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
890.559/2012-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA
890.562/2012-ALEXANDRE WHATELY PAIVA
890.039/2013-CELSO FRAGA DE MATTOS JUNIOR
890.544/2013-ANÍBAL DE SOUZA SIMÃO
890.566/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.
890.683/2013-AREAL SANTA RITA LTDA. ME
890.698/2013-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
890.725/2013-AREAL BATATAL LTDA
890.737/2013-RENATO RIBEIRO ABREU
890.862/2013-ADEMAR VILELA PEREIRA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.459/2012-GRAAP GRANITOS APIACÁ LTDA EPP-OF. N°1.740/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
890.479/2008-TWG CONSULTORIA E PROJETOS GEOLÓGICOS LTDA- Cessionário:TWG e Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA- CPF ou CNPJ 12.284.009/0001-50- Alvará n°11.485/2009
890.460/2011-JULIO CEZAR PORTUGAL VALENTE-Cessionário:Minerações Arsa LTDA- CPF ou CNPJ 19.674.490/0001-30- Alvará n°12.520/2013
890.688/2012-WHENDEL FERREIRA PENA- Cessionário:Alfa Noroeste LTDA - ME- CPF ou CNPJ 18.225.617/0001-70- Alvará n°6.716/2012
Fase de Licenciamento
Determina o cancelamento do Registro de Licença(704)
890.456/2006-J. A. FAGUNDES ME- Registro de Licença N°2.263/2006- Publicado no DOU de 29/11/2006
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.605/2010-SEROPAREAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA EPP-Registro de Licença N°2.821/2014 de 19/08/2014-Vencimento em 12/11/2014
890.247/2011-SEROPAREAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA EPP-Registro de Licença N°2.823/2014 de 19/08/2014-Vencimento em 12/11/2014
890.796/2012-VILAR REAL CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-Registro de Licença N°2.824/2014 de 19/08/2014-Vencimento em 27/06/2016
890.764/2013-J.P.CONQUISTA MINERADORA LTDA ME-Registro de Licença N°2.820/2014 de 19/08/2014-Vencimento em 09/09/18
890.970/2013-ILHA DOS MINEIROS EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-Registro de Licença N°2.822/2014 de 19/08/2014-Vencimento em 03/07/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.403/2014-SAIBREIRA IRMÃOS OLIVEIRA E TADEU EIRELI EPP-OF. N°1732/2014
890.410/2014-PEDREIRA RIO CLARO LTDA-OF. N°1719/2014
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
890.050/2014-A A XAVIER DA SILVA CERÂMICA-OF. N°1.767/2014
890.051/2014-CERÂMICA IRMÃOS GORDINHOS LTDA.-OF. N°1.758/2014
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
890.132/2014-MINERAÇÃO LEGNAR LTDA. ME

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 130/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
815.750/2007-BOM JESUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA. - AI N°617/2013
815.823/2007-NATURASUL CONSTRUTORA LTDA - AI N°620/2013
815.846/2007-JOEL MORAES BORGES - AI N°581/2013
815.868/2007-MINERADORA DRIMEYER LTDA - AI N°621/2013
815.125/2008-LUIZA DUARTE MEDEIROS - AI N°673/2013
815.128/2008-JAN ENVASADORA DE ÁGUAS MINERAIS LTDA EPP - AI N°702/2013
815.155/2008-J M COMÉRCIO E MINERAÇÃO DE PEDRAS LTDA. - AI N°704/2013
815.188/2008-MARISTELA NASPOLINI MARAGNO - AI N°675/2013
815.233/2008-REINALDO MEDEIROS DUARTE - AI N°688/2013
815.285/2008-EDES MARCONDES DO NASCIMENTO - AI N°645/2013
815.286/2008-EDES MARCONDES DO NASCIMENTO - AI N°646/2013
815.302/2008-ANDRÉ LUCIANO ZANETTE - AI N°638/2013
815.455/2008-J M COMÉRCIO E MINERAÇÃO DE PEDRAS LTDA. - AI N°705/2013
815.578/2008-JAN ENVASADORA DE ÁGUAS MINERAIS LTDA EPP - AI N°701/2013
815.663/2008-CESAR PEREIRA - AI N°642/2013
815.664/2008-CESAR PEREIRA - AI N°643/2013
815.697/2008-HÉLIO JOÃO MACHADO - AI N°855/2013
815.698/2008-EDER LINDOMAR HERSING - AI N°837/2013
815.699/2008-EDER LINDOMAR HERSING - AI N°838/2013
815.700/2008-EDER LINDOMAR HERSING - AI N°839/2013
815.712/2008-EDSON LUIZ ÁVILA - AI N°844/2013
815.386/2009-LOTHAR GODE - AI N°33/2014
815.129/2010-HELDER CASAGRANDE - AI N°593/2013

RELAÇÃO Nº 131/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.252/2013-CERÂMICA RIO CANOA LTDA ME.- Alvará n°4918/2014 - Cessionario:815.042/2014-MIGUEL SELAU ALVES- CPF ou CNPJ 005895419-86

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.208/2011-LUIZ JOSE DA SILVA-OF. N°3412/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.167/2014-MINERAÇÃO RIO DO MOURA LTDA-Cessionário:ASL AMÉRICA DO SUL LOGÍSTICA LTDA- CPF ou CNPJ 08229447/0001-49- Alvará n°5144/2014
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
815.154/2012-IBERICA CONSTRUÇÕES CIVIS E VIÁRIAS LTDA ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
815.291/1985-CARLOS ROBERTO AMANTE- Alvará n°840/1987 - Cessionário: GEOSUL - GEOLOGIA DO SUL LTDA- CNPJ 00946934/0001-10
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
815.037/1996-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME- Substância Aprovada:Areia
Indefere requerimento de habilitação a área disponibilidade -Edital/Lavra(308)
815.488/1996-TECNARGILAS MINERAÇÃO E BENEFICIAMENTO LTDA - CNPJ Nº 00131723/0001-20
Declara Prioritário, pretendente a área em disponibilidade pelo Edital/Lavra(309)
815.488/1996-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S/A-Argila
Indefere requerimento de habilitação a área disponibilidade -Edital/Pesquisa(313)
815.037/1996-MINERAÇÃO DE AREIA VALE DO RIO GRANDE LTDA - CNPJ Nº 03473471/0001-05
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
815.702/2004-CLAUDIO ALTAIR KUHS
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.190/2004-CUBATÃO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-OF. N°3400/2014
815.446/2009-TERRA BRANCA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°3399/2014
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.531/2009-CEDRO ENGENHARIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA-MARACAJÁ/SC - Guia n° 73/2014-50.000toneladas/ano-Diabásio-Brita- Validade:15/08/2015
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.726/2006-MAURICIO KLETTENBERG- Alvará nº n° 188/2007 - Cessionário: KLETTENBERG SERVIÇOS DE TERRAPLENAGENS LTDA- CNPJ 86993490/0004-90
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)
815.410/2007-EXTRAÇÃO DE AREIA MINAZEM LTDA- Guia de Utilização N°23/2014
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.575/2001-BRITADOR BALDISSERA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°3411/2014
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.212/2000-FABRICIO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME- Registro de Licença N°:827/2001 - Vencimento em 12/02/2015
815.222/2000-FIRMA INDIVIDUAL MOACIR JOSÉ DA SILVA ME- Registro de Licença N°:843/2001 - Vencimento em 19/07/2016

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 96/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
820.062/2009-JB EXTRAÇÃO E COMERCIO DE ARGILA LTDA ME
820.712/2010-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DE AGUAÍ LTDA
820.910/2010-CERÂMICA ELIFER LTDA ME
820.588/2012-PINHEIRINHO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA EIRELI
820.589/2012-PINHEIRINHO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA EIRELI
820.591/2012-PINHEIRINHO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA EIRELI
820.592/2012-PINHEIRINHO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA EIRELI
821.289/2012-CASCALHEIRA SANTA HELENA LTDA.
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
820.773/2011-INDUSTRIA CERÂMICA FRAGNANI LTDA-Alvará N°2.785/2014.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
820.239/1993-FRANCISCO MARCO ANTONIO ROVITO- Cessionário:MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ 251.839.868-60- Alvará n°868/2003.
821.305/2011-NILTON CARDOSO- Cessionário:PIOVEZAN E SILVA PRÉ MOLDADOS LTDA. ME- CPF ou CNPJ 19.088.280/0001-60- Alvará n°5.130/2012.
820.280/2013-BRUNO ZOLDAN MATT- Cessionário:SANTA LUZIA DAS PALMEIRAS COMÉRCIO DE ARGILA E AREIA LTDA. EPP- CPF ou CNPJ 17.329.197/0001-00- Alvará n°1.256/2014.

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
820.128/1995-SALIONI ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°298/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.131/1995-SALIONI ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°295/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.132/1995-SALIONI ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°297/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.133/1995-SALIONI ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°300/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.315/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°302/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.317/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°304/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.347/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°306/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.348/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°308/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.352/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°309/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.353/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°310/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.354/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°312/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.355/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°313/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.462/2004-ILHA DE CAPRI AGUA MINERAL LTDA-OF. N°586/2014/DTM/DNPM/SP.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
820.337/2007-ANDRÉ ALVES BARBOSA- ALVARÁ n° 7.112/2007 - Cessionário: ANDRÉ ALVES BARBOSA & CIA. LTDA. ME- CNPJ 10.505.945/0001-19.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
820.128/1995-SALIONI ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°293/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.129/1995-SALIONI ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°292/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.131/1995-SALIONI ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°294/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.132/1995-SALIONI ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°296/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.133/1995-SALIONI ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°299/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.315/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°301/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.317/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°303/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.347/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°305/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.348/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°307/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.352/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°311/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.353/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°311/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.354/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°311/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.355/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°311/14-SAP/DTM/DNPM/SP
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
820.351/1997-BARRA VERDE LTDA-OF. N°570/2014/DTM/DNPM/SP.

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito anuência da Cessão Parcial de Direitos(533)
820.473/2006-ABILIO PEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- DOU de 24/08/2009

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
820.208/2010-CARDIL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-Registro de Licença N°3.361/2014 de 07/08/2014-Vencimento em 05/05/2019.
820.209/2010-CARDIL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-Registro de Licença N°3.362/2014 de 07/08/2014-Vencimento em 05/05/2019.
820.416/2011-LAUZINHO DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO LTDA-Registro de Licença N°3.364/2014 de 11/08/2014-Vencimento em 13/07/2015.
820.148/2014-CERÂMICA MODELO IV LTDA-Registro de Licença N°3.363/2014 de 08/08/2014-Vencimento em 23/01/2016.
820.161/2014-MINERAÇÃO SANTO EXPEDITO LTDA-Registro de Licença N°3.360/2014 de 07/08/2014-Vencimento em 15/05/2018.
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
820.149/2014-MAURICIO BRAMBILLA FILHO ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
820.439/2009-CERÂMICA CIRINEU LTDA EPP-OF. N°575/2014/DTM/DNPM/SP.
820.936/2013-CERÂMICA BLOCO FORTE LTDA EPP-OF. N°583/2014/DTM/DNPM/SP.
820.068/2014-JOSÉ CARLOS LAZARI ME-OF. N°582/2014/DTM/DNPM/SP.
820.173/2014-CERÂMICA BARROBELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP-OF. N°574/2014/DTM/DNPM/SP.
820.359/2014-BENEDITO PETRANSKI ME-OF. N°584/DTM/DNPM/SP.
820.506/2014-EDNÉIA A. PALERMO DAS CHAGAS & CIA. LTDA.-OF. N°585/2014/DTM/DNPM/SP.
820.522/2014-CERÂMICA SÃO JOSÉ DE CAMPINAS LTDA.-OF. N°589/2014/DTM/DNPM/SP.
820.539/2014-SOL MAIOR SP PROSPECCAO E MINIRACAO LTDA EPP-OF. N°594/2014/DTM/DNPM/SP.

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
820.354/1979-MINERAÇÃO IPEUNA LTDA ME- Registro de Licença N°:220/1980 - Vencimento em 02/07/2019.
820.814/1985-ARCOBRÁS COMERCIAL E INCORPORADORA LTDA- Registro de Licença N°:885/1985 - Vencimento em 03/08/2022.
820.148/1999-CATÃO & CIA LTDA- Registro de Licença N°:2.830/2004 - Vencimento em 14/07/2017.
820.200/2001-PORTO DE AREIA LARGO DA PRAIA LTDA-ME- Registro de Licença N°:2.994/2006 - Vencimento em 13/05/2021.
Autorizo o aditamento de substância mineral(770)
820.559/1994-CASCALHO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA, CASCALHO E ARGILA LTDA EPP-GRANITO-Registro de Licença N°2.038, DOU de 10/12/1998.

RELAÇÃO Nº 98/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
820.985/2002-RUY CASSAVIA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
821.164/2010-ELYANE LUZ DE SOUZA LIMA ALONSO-OF. N°1.228/14-DFISC/DNPM/SP, de 21.08.14
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
821.246/2010-TRANSBAM TRANSPORTES LTDA-Areia(contrução civil) e Cascalho(construção civil)
821.247/2010-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA SÃO PEDRO LTDA-Areia(construção civil) e Cascalho(construção civil)
821.048/2011-VECTOR MINERAÇÃO LTDA-areia industrial
821.049/2011-VECTOR MINERAÇÃO LTDA-areia industrial
821.050/2011-VECTOR MINERAÇÃO LTDA-areia industrial
821.051/2011-VECTOR MINERAÇÃO LTDA-areia industrial
821.052/2011-VECTOR MINERAÇÃO LTDA-areia industrial
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
821.143/2012-PEDREIRA MARIA TERESA LTDA.-ALVARÁ N°7.479/2013
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
820.729/2007-VALE DO PAITITI LTDA ME-ALVARÁ N°8.212/2010
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
820.592/1987-MINERAÇÃO ALTO PARAÍBA LTDA.-ALVARÁ N°2.300/1994
820.593/1987-MINERAÇÃO ALTO PARAÍBA LTDA.-ALVARÁ N°2.301/1994
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
821.070/2001-ISABEL CRISTINA AURELIETE - AI N°794/12-DFISC/DNPM/SP
820.034/2005-COMINGE PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. ME - AI N°080/10-DFISC/DNPM/SP - 30.12.10
820.084/2005-SEBASTIANO MOLINA NETO - AI N°801/12-DFISC/DNPM/SP
820.138/2005-AGNALDO CESAR VIVALDINI DE OLIVEIRA - AI N°589/10-DFISC/DNPM/SP - 03.12.10
820.181/2005-NILCEIA DE JESUS LEITE GARCIA - AI N°072/10-DFISC/DNPM/SP - 30.12.10
820.228/2005-PATRÍCIA BAPTISTA DA SILVEIRA - AI N°591/10-DFISC/DNPM/SP - 03.12.2010
820.307/2005-GERALDO MAGELA GONTIJO - AI N°067/10-DFISC/DNPM/SP - 30.12.2010
820.385/2005-AGROPECUARIA MK LTDA - AI N°224/11-DOU.06/04/11
820.430/2005-MANOEL INACIO PINTO - AI N°226/11-DFISC/DNPM/SP - 06.04.2011
820.436/2005-ADELE ZARZUR CURIATI - AI N°595/10-DFISC/DNPM/SP - 03.12.2010
820.599/2005-ADILSON MARTINS SANTOS - AI N°697/11-DOU 28.09.11
820.711/2005-ISIDORO RAYS - AI N°702/11-DOU. 28/09/11
820.006/2008-MANOEL MOREIRA FARRAPO - AI N°680/12-DFISC/DNPM/SP
820.166/2008-HÉLIO DE FREITAS CANDELARIA JR EPP - AI N°706/12-DFISC/DNPM/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

820.234/2008-MINERAÇÃO BARUEL LTDA. - AI N°735/12-DFISC/DNPM/SP
820.346/2008-JOSÉ AUGUSTO CARMONA RODRIGUES - AI N°752/12-DFISC/DNPM/SP
820.626/2008-RICARDO DA SILVA ALTGAUZEN - AI N°851/12-DFISC/DNPM/SP
820.643/2008-NELSON VAZ DE LIMA - AI N°873/12-DFISC/DNPM/SP
820.705/2008-DALMO JOSÉ ROSALEN - AI N°082/13-DFISC/DNPM/SP
820.726/2008-AREBRÁS AREIAS BRASILEIRAS LTDA ME - AI N°080/13-DFISC/DNPM/SP

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
810.314/1974-MINERAÇÃO FONTANA DE SERRA NEGRA LTDA. EPP.- Fonte São Francisco - Marca: Fontana de Serra Negra - Recipientes de 10L e 20L sem gás.- SERRA NEGRA/SP
820.017/1989-MINERADORA E DISTRIBUIDORA DE ÁGUA JÓIA DE LINDÓIA LTDA- Fonte Jóia - Marca: Lindoya Jóia - Recipientes de 10L e 20L sem gás.- LINDÓIA/SP
820.576/1995-EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS IGARATÁ LTDA- Fonte Leila Salomão Delallo (Poço) - Marca: Nova Crystal - Recipientes de 10L e 20L sem gás.- MAIRIPORÃ/SP
821.098/1997-MINERADORA VASSOURAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- Fonte Marcela (Poço) - Marca: Raiz da Serra - Recipientes de 200mL, 300mL, 10L e 20L sem gás.- LOUVEIRA/SP
820.743/1998-MINERADORA E DISTRIBUIDORA DE ÁGUA JÓIA DE LINDÓIA LTDA- Fonte Diamante e Fonte Topázio - Marca: Lindoya Jóia - Recipientes de 10L e 20L sem gás e Recipientes de 10L e 20L sem gás, respectivamente.- LINDÓIA/SP
821.915/1998-EMPRESA DE MINERAÇÃO ÁGUAS DO SUL LTDA.- Fonte Paraíso - Marca: Nova Vida - Recipientes (copos) de 200mL sem gás.- PIEDADE/SP, PILAR DO SUL/SP
821.276/2000-FONTE PEDRA BRANCA ÁGUA MINERAL LTDA- Fonte Boa Esperança (Poço) e Fonte Pedra Branca - Marcas: Villa Fonte e Bonafont - Recipientes de 10L e 20L sem gás e Recipientes de 10L e 20L sem gás, respectivamente.- BOA ESPERANÇA DO SUL/SP
821.056/2002-CERVEJARIA PETROPOLIS S A- Fonte Ametista - Marca: Petra - Recipientes de 350mL, 510mL e 1,5L sem gás e Recipientes de 350mL, 510mL e 1,5L gaseificada artificialmente.- BRAGANÇA PAULISTA/SP
820.192/2005-MINERADORA CANÇÃO NOVA LTDA.- Fonte São Bento (Poço) - Marca: Canção Nova - Recipientes de 310mL (2ª. versão), 510mL e 1,5L sem gás.- CACHOEIRA PAULISTA/SP
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
820.435/1994-MINERAÇÃO ÀGUAS DE IBIÚNA LTDA-AI Nº 005/14-DFISC/DNPM/SP, DOU de 14.05.14
821.915/1998-EMPRESA DE MINERAÇÃO ÁGUAS DO SUL LTDA.- AI Nº 001/14, 002/14-DFISC/DNPM/SP - DOU 14.05.14 e 134/14-DFISC/DNPM/SP - DOU 04.07.14
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
820.111/1996-Empresa Mineradora Santa Rita de Serra Negra Ltda. - EPP- AI N° 057/14-DFISC/DNPM/SP, DOU 14.05.14
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
006.527/1953-HYDRA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.235/14-DFISC/DNPM/SP, de 22.08.14
007.691/1954-ÁGUA MOGIANA LTDA-OF. N°1.201/14-DFISC/DNPM/SP, de 19.08.14
820.435/1994-MINERAÇÃO ÀGUAS DE IBIÚNA LTDA-OF. N°1.189/14, 1.190/14 e 1.191/14-DFISC/DNPM/SP, de 18.08.14
820.111/1996-EMPRESA MINERADORA SANTA RITA DE SERRA NEGRA LTDA EPP-OF. N°1.209/14 e 1.211/14-DFISC/DNPM/SP, de 20.08.14
821.009/1997-FONTE PEDRA NEGRA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE AGUAS LTDA EPP-OF. N°1130/14-DFISC/DNPM/SP - 12.08.14
821.915/1998-EMPRESA DE MINERAÇÃO ÁGUAS DO SUL LTDA.-OF. N°1.217/14 e 1.221/14-DFISC/DNPM/SP, de 20.08.14
820.894/2000-MINERADORA TERRA DE SANTA CRUZ LTDA-OF. N°1.159/14-DFISC/DNPM/SP, de 13.08.14
820.907/2000-VITALACQUA FONTE SAN GENARO ENVASADORA LTDA.-OF. N°1.200/14-DFISC/DNPM/SP, de 19.08.14
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
820.111/1996-EMPRESA MINERADORA SANTA RITA DE SERRA NEGRA LTDA EPP-OF. N°1.210/14-DFISC/DNPM/SP, de 20.08.14
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(1104)
820.423/1996-PORTO DE AREIA TAIJA LTDA.-OF. N°1.156/14-DFISC/DNPM/SP, de 13.08.14

RICARDO DE OLIVEIRA MORAES

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 66/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
878.013/2014-DANIELA MONTEIRO SANTOS
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
878.127/2009-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°457/2014
878.128/2009-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°457/2014
878.174/2011-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°458/2014
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
878.189/2009-CERÂMICA BATULA LTDA -Alvará N°1562/2010
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
878.044/2011-CERÂMICA CAMPO GRANDE ME-AI N°101/2014
878.040/2012-AGRO INDUSTRIAL CAMPO LINDO LTDA-AI N°102/2014
878.041/2012-AGRO INDUSTRIAL CAMPO LINDO LTDA-AI N°104/2014
878.042/2012-AGRO INDUSTRIAL CAMPO LINDO LTDA-AI N°103/2014
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
878.015/2010-TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA - AI N°70/2014
878.135/2010-TEREZA CRISTINA OLIVEIRA CARDOSO - AI N°58/2014
878.185/2010-CERAMICA SANTA LUZIA LTDA - AI N°62/2014
878.005/2011-ASF MINERAÇÃO & TRANSPORTE LTDA-ME - AI N°65/2014

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
878.072/2014-VALMI BARBOSA DOS SANTOS ME-Registro de Licença N°45/2014 de 15/08/2014-Vencimento em 19/05/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
878.123/2013-CERÂMICA SANTA MÔNICA LTDA-OF. N°503/2014
878.047/2014-ALMEIDA & GERALCINO SERVIÇOS EM GERAL LTDA ME-OF. N°448/2014
878.097/2014-VM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP-OF. N°396/2014

Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
806.220/1976-LIZ COMÉRCIO E BENEFICIAMENTO DE CALCÁRIO LTDA
878.001/2004-ESCURIAL EMPREENDIMENTOS LTDA
878.032/2009-CERÂMICA JACARÉ LTDA ME
878.065/2009-MIRO TRANSPORTES E CONSTRUÇÕES LTDA ME
878.140/2010-GENIVALDO CIRILO BARRETO ME
878.126/2012-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA
878.128/2012-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA
878.024/2013-PEDREIRA E TRANSPORTE BELA SERRA LTDA

JOSÉ ANDRADE DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 121/2014

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
864.070/2008-Francisco Alves Mendes- NOT. N°732/2013

RELAÇÃO Nº 122/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
864.420/1996-MINERAÇÃO IMPERTINENTE LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.191/2011-MINERAÇÃO SANTA LUZIA LIMITADA-OF. N°2002/2014 - DNPM/TO
Indefere pedido de reconsideração(263)
864.426/2008-OSCAR NETO DE GOUVEIA CARVALHO
864.871/2008-JOSÉ CRISTINO AMORIM
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
864.020/2008-AILTON LOPES DA CONCEIÇÃO CERÂMICA SANTA CATARINA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
864.217/2004-MINERAÇÃO E EXPLORAÇÃO GAMMA LTDA.

RÔMULO SOARES MARQUES

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO

RETIFICAÇÕES

Na PORTARIA INCRA/SR-20/Nº 003 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2011, Seção 1, edição nº 38, pág. 57, que criou o PA CARLOS LAMARCA, ONDE SE LÊ prevê a criação de 26 (vinte e seis) unidades agrícolas familiares LEIA-SE 28 (vinte e oito) unidades agrícolas familiares.

Na PORTARIA INCRA/SR-20/Nº 022 DE 24 DE JUNHO DE 1998, publicada no DOU de 02 de julho de 1998, Seção 1, edição nº 124, pág. 18, que criou o P. A. ITA, ONDE SE LÊ prevê a criação de 55 (cinquenta e cinco) unidades agrícolas familiares LEIA-SE 54 (cinquenta e quatro) unidades agrícolas familiares.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

RETIFICAÇÕES

Na Portaria INCRA/SR-04 Nº 26, de 05 de dezembro de 2013, publicada no D.O.U. nº 241, Seção 1, pág. 113, de 12/12/2013 que criou o Projeto de Assentamento MORRINHOS, no município de CAIAPÔNIA/GO, onde se lê: "...área de 312,8555 ha (trezentos e doze hectares, oitenta e cinco ares e cinquenta e cinco centiares)..."; leia-se: "...área de 321,3154 ha (Trezentos e vinte e um hectares, trinta e um ares e cinquenta e quatro centiares)...", e onde se lê: "...criação de 07 (sete) unidades agrícolas familiares..."; leia-se: "...criação de 10 (dez) unidades agrícolas familiares...".

Na Portaria INCRA/SR-04 Nº 45, de 18 de agosto de 2008, publicada no D.O.U. nº 161, Seção 1, pág. 58, de 21/08/2008 que criou o Projeto de Assentamento RAPOSA SERRA DO SOL, no município de CAÇU/GO, onde se lê: "...área de 681,7431 ha (Seiscentos e oitenta e um hectares, setenta e quatro ares e trinta e um centiares)..."; leia-se: "...área de 710,9235 ha (setecentos e dez hectares, noventa e dois ares e trinta e cinco centiares)...", e onde se lê: "...criação de 15 (Quinze) unidades agrícolas familiares..."; leia-se: "...criação de 13 (treze) unidades agrícolas familiares...".

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 389, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, em exercício, designado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por Portaria publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2011, e em atendimento ao artigo 20 do Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275/2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a importância de as Lâmpadas LED com dispositivo de controle integrado à base comercializadas no país apresentarem requisitos mínimos de eficiência, segurança e compatibilidade eletromagnética, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico da Qualidade para Lâmpadas LED com Dispositivo de Controle Integrado à Base, disponibilizado no sitio www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
Divisão de Regulamentação Técnica e Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac
Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido
CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Cientificar que a Consulta Pública, que colheu contribuições da sociedade em geral para a elaboração do Regulamento ora aprovado, foi divulgada pela Portaria Inmetro n.º 477, de 24 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 2013, seção 01, página 78 a 79.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º Cientificar que a obrigatoriedade de observância dos critérios estabelecidos neste Regulamento Técnico da Qualidade será divulgada por Portaria específica que definirá os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Lâmpadas LED com Dispositivo de Controle Integrado à Base.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSCAR ACSELRAD

PORTARIA Nº 390, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, em exercício, designado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por Portaria publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2011, e em atendimento ao artigo 20 do Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea i do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para compor comissões técnicas para o desenvolvimento de instrumentos efetivos de operacionalização de Programas de Avaliação da Conformidade;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 76, de 28 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 01 de fevereiro de 2011, seção 1, páginas 172 e 173, que aprova a primeira revisão do Regimento Interno das Comissões Técnicas para assessorar o Inmetro no desenvolvimento destes Programas;

Considerando a necessidade de atualização da Comissão Técnica para "Equipamentos de Proteção Individual" criada pela Portaria Inmetro n.º 377 de 16 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 18 de outubro de 2007, seção 01, página 52, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Revisar a composição da Comissão Técnica "Equipamentos de Proteção Individual", conforme abaixo:

I Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro;

a) Coordenação Geral de Acreditação - Cgcre;

b) Diretoria da Avaliação da Conformidade - Dconf;

c) Diretoria de Metrologia Científica e Industrial - Dimci;

d) Diretoria de Metrologia Legal - Dimel;

e) Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ-I;

II Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

III Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos e Equipamentos de Segurança e Proteção ao Trabalho - Abraseg;

IV Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT CB - 32;

V Associação Brasileira dos Organismos de Certificação - ABROC;

VI Associação Nacional da Indústria de Material de Segurança e Proteção ao Trabalho - Animaseg;

VII Associação Paulista de Supermercados - APAS;

VIII Concremat Inspeções & Laboratórios;

IX Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo - Fecomércio SP

X Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro;

XI Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo - Fundação Procon SP;

XII Laboratório de Equipamentos de Proteção Individual - LAEPI;

XIII Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais - MDC;

XIV Sindicato da Indústria de Material de Segurança - Sindiseg; e

XV Universidade Federal de Santa Catarina / Depto. de Engenharia Mecânica - UFSC/EMC.

Parágrafo Único - Cada uma das instituições supramencionadas deverá ser representada por um titular e um suplente, conforme estabelecido no Regimento Interno das Comissões Técnicas.

Art. 2º Estabelecer que a Comissão Técnica ora revisada tem como objetivo propor instrumentos efetivos de operacionalização, implementação e melhoria das atividades relativas ao Programa de Avaliação da Conformidade para Equipamentos de Proteção Individual.

Art. 3º Revogar a Portaria Inmetro n.º 377/2007.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSCAR ACSELRAD

PORTARIA Nº 391, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, em exercício, designado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por Portaria publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2011, e em atendimento ao artigo 20 do Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a necessidade de o Inmetro consolidar a experiência adquirida no programa de certificação de Instalações e Equipamentos na Produção de Cestas de Alimentos e Similares, criado em 2002, através da Portaria INMETRO n.º 186 de 30 de setembro de 2002;

Considerando a necessidade de estabelecer um ambiente favorável à concorrência justa e à proteção do consumidor;

Considerando a necessidade de estabelecer requisitos mínimos para o processo de produção de cestas de alimentos, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar a Instrução Normativa para as Instalações e Equipamentos na Produção de Cestas de Alimentos, disponibilizado no sítio www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Divisão de Regulamentação Técnica e Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Cientificar que a Consulta Pública que originou a instrução ora aprovada foi divulgada pela Portaria Inmetro n.º 27, de 22 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 23 de janeiro de 2014, seção 01, página 46.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSCAR ACSELRAD

PORTARIA Nº 392, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

CONSULTA PÚBLICA. OBJETO: Alteração dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Fios, Cabos e Cordões Flexíveis Elétricos.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, em exercício, designado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por Portaria publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2011, e em atendimento ao artigo 20 do Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275/2007, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sitio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva e a de alteração dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Fios, Cabos e Cordões Flexíveis Elétricos.

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 15 (quinze) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art 3º Informar que as críticas e sugestões deverão ser encaminhadas no formato da planilha modelo, contida na página http://www.inmetro.gov.br/legislacao/, preferencialmente em meio eletrônico, e para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf

Divisão de Regulamentação Técnica e Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ, ou

- E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

§ 1º As críticas e sugestões que não forem encaminhadas de acordo com o modelo citado no caput não serão consideradas como válidas para efeito da consulta pública e serão devolvidas ao demandante.

§ 2º O demandante que tiver dificuldade em obter a planilha no endereço eletrônico mencionado acima, poderá solicitá-la no endereço físico ou e-mail elencados no caput.

Art. 4º Estabelecer que, findo o prazo fixado no artigo 2º desta Portaria, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Publicar esta Portaria de Consulta Pública no Diário Oficial da União, quando iniciará a sua vigência.

OSCAR ACSELRAD

PORTARIA Nº 393, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

CONSULTA PÚBLICA. OBJETO: Portaria Complementar para Capacetes para Condutores e Passageiros de Motocicletas e Similares.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE TECNOLOGIA - INMETRO, em exercício, designado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por Portaria publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2011, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275/2007, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sitio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Complementar dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Capacetes para Condutores e Passageiros de Motocicletas e Similares, aprovados pela Portaria Inmetro n.º 456, de 01 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 03 de dezembro de 2010, seção 1, página 136;

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art 3º Informar que as críticas e sugestões deverão ser encaminhadas, preferencialmente em meio eletrônico, e no formato da planilha modelo contida na página http://www.inmetro.gov.br/legislacao/, para os seguintes endereços:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf

Divisão de Regulamentação Técnica e Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ, ou

E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

§ 1º - As críticas e sugestões que não forem encaminhadas de acordo com o modelo citado no caput não serão consideradas como válidas para efeito da consulta pública e serão devolvidas ao demandante.

§ 2º - O demandante que tiver dificuldade em obter a planilha no endereço eletrônico mencionado acima, poderá solicitá-la no endereço físico ou e-mail elencados no caput.

Art. 4º Estabelecer que, findo o prazo fixado no artigo 2º desta Portaria, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

OSCAR ACSELRAD

PORTARIA Nº 394, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, em exercício, designado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por Portaria publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2011, e em atendimento ao artigo 20 do Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275/2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a importância dos Equipamentos para Consumo de Água comercializados no país apresentarem requisitos mínimos de segurança, desempenho e eficiência energética, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico da Qualidade para Equipamentos para Consumo de Água, disponibilizado no sítio www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Divisão de Regulamentação Técnica e Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Cientificar que a Consulta Pública que originou o regulamento ora aprovado foi divulgada pela Portaria Inmetro n.º 293, de 11 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2013, seção 01, página 90.

Art. 3º Cientificar que a obrigatoriedade de observância dos requisitos técnicos especificados no Regulamento Técnico da Qualidade ora aprovado será estabelecida através de Portaria específica de aprovação dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos para Consumo de Água.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSCAR ACSELRAD

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

PORTARIA Nº 110, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.003696/2014-46, de 11 de agosto de 2014, e no processo MDIC nº 52001.001055/2014-34, de 11 de agosto de 2014, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa MAX-TRACK INDUSTRIAL LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n° 04.188.944/0001-95, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivo modelo:

PRODUTO	MODELO
Aparelho digital de processamento de dados de baixa capacidade	G-100

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 332, de 30 de maio de 2007.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

PORTARIA Nº 111, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.002284/2014-99, de 30 de maio de 2014, e no processo MDIC nº 52001.000969/2014-88, de 28 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa Cliptech Indúsria e Comércio Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 02.248.426/0002-75, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivo modelo:

PRODUTO	MODELO
Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, para impressora.	Placa WiFi De Impressora

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

PORTARIA Nº 112, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.003694/2014-57, de 11 de agosto de 2014, e no processo MDIC nº 52001.001054/2014-90, de 11 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa WS-EQUIPAMENTOS ELTRÔNICOS LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 15.246.133/0001-10, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Equipamento eletrônico digital, microprocessado, para controle e análise de tráfego automotivo.	WR20-SACT/4FX0PZ;WR20-SACT/8FX0PZ;WR20-SACT/4FX4PZ;WR20-SACT/8FX8PZ
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENTO COM RECURSOS MULTIMIDIA PARA USO NÃO BANCÁRIO	WR10-SAW17;WR26-SAW21-PD;WR27-SAW21-PR
Equipamento de comunicação com centros de Controle de Trafego Rodoviário , do tipo terminal IP de Tansmissão e recepção de voz/dados(telefone IP)	WR18-CALLBOX_MESTRE
Equipamento de comunicação com centros de Controle de Trafego Rodoviário , através de terminal IP de Tansmissão e recepção de voz/dados(telefone IP)	WR17-CALLBOX_ESCRAVO

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

PORTARIA Nº 113, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.003722/2014-36, de 11 de agosto de 2014, e no processo MDIC nº 52001.001056/2014-89, de 11 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa OKI BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS E TECNOLOGIA EM AUTOMACAO S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n° 16.564.682/0001-03, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivo modelo:

PRODUTO	MODELO
Dispensador de cartão	UNID AUTOSERV PAYSERV

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 840, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 599, DE 24 DE JUNHO DE 2014

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 30 de 20 de fevereiro de 2009, Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar sem efeito a publicação do projeto desportivo no processo 58701.009633/2013-99, divulgado na Deliberação nº 599, de 25 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 96, Seção 1, página 119 de 25 de junho de 2014.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão

DELIBERAÇÃO Nº 619, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/05/2013, 11/03/2014, 06/05/2014, 02/07/2014 e 05/08/2014.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 24 de outubro de 2013, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/05/2013, 11/03/2014, 06/05/2014, 02/07/2014 e 05/08/2014.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007, decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

1 - Processo: 58701.005442/2012-77
Proponente: Associação Desportiva de Criciúma
Título: Voleibol A.D Criciúma/FME
Registro: 02SC011922007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 05.554.507/0001-00
Cidade: Criciúma UF: SC
Valor aprovado para captação: R$ 565.996,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0407 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 79452-X
Período de Captação até: 31/12/2015
2 - Processo: 58701.000998/2014-39
Proponente: Confederação Brasileira Macabi
Título: Macabíada Panamericana - Chile 2015 (Aéreo)
Registro: 02SP028462008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 45.870.227/0001-26
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.029.000,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2962 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 21261-X
Período de Captação até: 21/12/2015
3 - Processo: 58701.000996/2014-40
Proponente: Confederação Brasileira Macabi
Título: Macabíada Panamericana - Chile 2015 (Transporte)
Registro: 02SP028462008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 45.870.227/0001-26
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 457.500,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2962 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 21262-8
Período de Captação até: 21/12/2015
4 - Processo: 58701.009937/2013-56
Proponente: CMTC Clube
Título: Pista de Cooper CMTC Clube
Registro: 01SP046162009
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 62.282.900/0001-26
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 476.610,02
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1200 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25392-8
Período de Captação até: 11/03/2015
5 - Processo: 58701.005418/2012-38
Proponente: Federação Paranaense de Judô
Título: Judô do Paraná Revelando Talentos
Registro: 02PR065382010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 73.256.570/0001-10
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 909.355,47
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0756 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 72873-X
Período de Captação até: 31/12/2015
6 - Processo: 58701.002054/2013-15
Proponente: GADECAMP: Grupo de Amigos Deficientes e Esportistas de Campinas
Título: Gadecamp, Basquetebol em Cadeiras de Rodas
Registro: 02SP004752007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 03.172.114/0001-07
Cidade: Campinas UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 456.695,51
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1849 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 51032-7
Período de Captação até: 01/11/2014
7 - Processo: 58701.007508/2013-44
Proponente: GADECAMP: Grupo de Amigos Deficientes e Esportistas de Campinas
Título: Escola Infantil Paralímpica da GADECAMP
Registro: 02SP004752007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 03.172.114/0001-07
Cidade: Campinas UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 564.840,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1849 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 50895-0
Período de Captação até: 31/12/2015
8 - Processo: 58701.009642/2013-80
Proponente: Instituto Evolução do Esporte
Título: Bochecha Rumo a Sua IV Olimpíada - Rio 2016 - Ano II
Registro: 02RJ086812011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 12.450.858/0001-37
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 304.430,49
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3086 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25287-5
Período de Captação até: 06/05/2015
9 - Processo: 58701.001661/2014-49
Proponente: Instituto Brasileiro de Excelência no Esporte & Cultura
Título: Centro de Excelência do Voleibol IV
Registro: 02MG120642013
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 15.399.863/0001-50
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 1.978.128,10
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1632 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 54604-6
Período de Captação até: 31/12/2015
10 - Processo: 58701.001680/2013-94
Proponente: Liga de Judô de Praia Grande
Título: Judô Praia Grande Campeão na Vida e nos Tatames
Registro: 02SP123042013
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 15.549.376/0001-27
Cidade: Praia Grande: SP
Valor aprovado para captação: R$ 613.675,59
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6961 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 09927-9
Período de Captação até: 06/05/2015
11 - Processo: 58701.009522/2013-82
Proponente: Sociedade Hípica de Campinas
Título: Projeto Basquetebol Masculino do Clube Sociedade Hípica de Campinas - Categorias de Base
Registro: 02SP012422007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 46.017.558/0001-97
Cidade: Campinas UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.003.594,70
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0052 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 91244-1
Período de Captação até: 06/05/2015

ANEXO II

1 - Processo: 58701.005176/2012-82
Proponente: Associação Atlética Acadêmica Visconde de Cairu
Título: Plano de Aperfeiçoamento das Atividades Esportivas da Atlética FEA USP
Valor aprovado para captação: R$ 829.861,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 7009 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 28253-7
Período de Captação até: 07/05/2015
2 - Processo: 58701.001024/2012-19
Proponente: Associação Escola Paranaense de Handebol
Título: Handebol - Excelência na Formação de Atletas para as Olimpíadas de 2016
Valor aprovado para captação: R$ 1.025.961,57
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1519 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 56521-0
Período de Captação até: 05/06/2015
3 - Processo: 58701.001777/2012-16
Proponente: Associação de Cultura e Esporte Social - Rede Acesso
Título: Correr e Caminhar para Viver Bem V - Circuito Energia
Valor aprovado para captação: R$ 2.135.747,68
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1890 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 61427-0
Período de Captação até: 01/02/2015
4 - Processo: 58701.001934/2012-93
Proponente: ONG Futebol de Rua
Título: I Circuito Brasileiro de Futebol de Rua e Freestyle
Valor aprovado para captação: R$ 512.630,94
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1518 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25861-X
Período de Captação até: 16/03/2015

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MACHADO DE ASSIS

MACHADO DE ASSIS

Patrono da Imprensa Nacional



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808

MACHADO DE ASSIS

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 100, de 23/05/2013, e em conformidade com a Resolução nº 193, de 05/05/2003, torna público que no dia 11 de abril, foram requeridas e encontram-se em análise na Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA, as seguintes solicitações de outorga de direito de uso de recursos hídricos, nos termos constantes da Resolução nº 077, de 22/03/2010, Processo nº 02501.001674/2009-52, que delega competência para emissão de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências na implementação da Agenda Operativa:

Pablo Meotti Cerezer, rio Preto, Núcleo Rural Riacho das Pedras, Lote 15, Planaltina/DF, irrigação.

Roberto Carlos Meotti, rio Preto, Núcleo Rural Riacho das Pedras, Lote 21, Planaltina/DF, irrigação.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 193, de 05/05/2003, torna público as outorgas concedidas pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA, no dia 04/06/2013, assinada pelo Superintendente de Recursos Hídricos, Rafael Machado Mello, e nos termos constantes da Resolução nº 077, de 22/03/2010, que delega competência para emissão de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União no âmbito do Distrito Federal, conforme Despacho/ADASA, no âmbito do Processo nº 02501.001674/2009 a seguir relacionados:

Nº 215 - Fiorentino Cappellesso, rio Preto, Fazenda Bentevi Jardim 2, Lotes C 15 e 122, DF-285, Km 22, Núcleo Rural Jardim, Paranoá/DF. Irrigação (Processo nº 197.001.160/2011).

Nº 268 - José Carlos Wagner, rio Preto, Fazenda Candelária, N.R. Riacho das Pedras, Lotes 05 a 08, Planaltina/DF. Irrigação (Processo nº 2501.001.317/2003).

Nº 296 - Sandro Quatrin Piasentin, rio Preto, DF 100, Km 01, Fazenda Indaiá/Santa Rita, Planaltina/DF. Irrigação (Processo nº 197.000.422/2013).

Nº 297 - Ayrton Klier Peres, ribeirão Ponte Alta, Núcleo Rural Ponte Alta, Chácara 88 - 91, Gama/DF. Irrigação (Processo nº 197.000.466/2014).

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA e o PROCURADOR-CHEFE NACIONAL DA PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem, respectivamente, os artigos 111, IV e VI, e 14, ambos da Portaria MMA n. 341, de 31 de agosto de 2011;

Considerando o disposto no art. 2º, § 1º, III, da Portaria PGF n. 530, de 13 de julho de 2007, que atribui ao Procurador-Chefe Nacional da PFE-IBAMA a decisão acerca do ajuizamento de ações civis públicas;

Considerando o disposto na Ordem de Serviço PGF n. 02, de 23 de fevereiro de 2007, que determina que a decisão quanto ao ajuizamento de ações civis públicas deve ser motivada e precedida de apreciação técnica, fundamentada e conclusiva e manifestação do dirigente da entidade representada;

Considerando a necessidade de planejamento da propositura de ações civis públicas pelo IBAMA de modo a conformar sua atuação institucional com os comandos normativos contidos na Lei Complementar n. 140/2011 e na Lei n. 12.651/2012, buscando uma priorização na propositura de ações relacionadas às competências administrativas prevalentes da Autarquia, sem prejuízo da atuação supletiva dirigida a questões julgadas mais relevantes segundo planejamentos nacional e local da Autarquia;

Considerando o disposto na Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA n. 49/2013, aprovada pelo Sr. Presidente do IBAMA;

Considerando a necessidade de apoiar planejamentos locais para autorização para propositura e acompanhamento de ações civis públicas pelos representantes das diversas unidades da PFE-IBAMA junto a Superintendências e Gerências Regionais, com vistas a uma maior eficiência e uniformização das demandas;

Considerando, por fim, o disposto no Processo n. 02001.000832/2012-93, resolvem:

Art. 1º O planejamento da atuação conjunta entre as Divisões Técnicas e Procuradorias Federais Especializadas junto às Superintendências Estaduais e Gerências Executivas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para instrução, propositura e acompanhamento de ações civis públicas para reparação de danos ambientais deverá atender ao disposto nesta Ordem de Serviço.

Art. 2º A autorização para propositura de ações civis públicas relacionadas à atuação finalística do IBAMA, a cargo da PFE-IBAMA, nos termos da Portaria PGF n. 530/2007 e da Ordem de Serviço PGF n. 02/2007, deverá observar as seguintes diretrizes:

I - atuação prioritária nas medidas de reparação de danos decorrentes da competência administrativa prevalente da Autarquia de que trata o art. 7º da Lei Complementar n. 140/2011;

II - medidas de reparação de danos decorrentes da competência administrativa supletiva de que trata o art. 17, §§ 2º e 3º, da Lei Complementar n. 140/2011, conforme planejamento conjunto firmado entre PFE-IBAMA-UF e Divisão Técnica - DITEC.

Parágrafo único. Não serão incluídas no planejamento conjunto de que trata o inciso II as medidas reparatórias decorrentes de supressões de vegetação ocorridas até 22/07/2008 na posse ou propriedade rural enquanto não escoado os prazos de que tratam o art. 59, §§ 4º e 5º, da Lei n. 12.651/2012 e a Instrução Normativa IBAMA n. 12/2014.

Art. 3º A autorização quanto à propositura de ação civil pública deverá ser precedida de manifestação técnica fundamentada e conclusiva da DITEC acerca do status de recuperação do dano e da quantificação e qualificação do pedido judicial a ser formulado.

§ 1º No caso de reparação indireta, a quantificação e qualificação de que trata o caput deverá indicar, se for o caso, a área onde se realizará a reparação substitutiva, priorizando-se aquelas sob a competência ambiental prevalente da União, nos termos do art. 7º da Lei Complementar n. 140/2011.

§ 2º Caso a reparação indireta de que trata o parágrafo anterior incida sobre áreas protegidas sob a competência ambiental prevalente da União, o respectivo órgão gestor deverá ser previamente consultado para anuência e ingresso no polo ativo da ação.

§ 3º A Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas - DBFLO e a Diretoria de Proteção Ambiental - DIPRO apresentarão proposta à Presidência, no prazo de 30 (trinta) dias, contendo critérios e padrões mínimos para a manifestação de que trata o caput.

§ 4º O planejamento das ações civis públicas de que trata esta Ordem de Serviço deverá ocorrer em consonância com Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental - PNAPA.

Art. 4º O planejamento para a propositura de ações civis públicas deverá atender a critérios estabelecidos de relevância do dano ambiental, total do passivo ambiental do administrado, valor da multa, entre outros.

§ 1º O planejamento de que trata o caput deve ocorrer semestralmente, sendo formalizado por ordem de serviço conjunta entre o Superintendente ou Gerente Executivo e o Coordenador Estadual da PFE-IBAMA-UF até os dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, sendo encaminhado em até 5 (cinco) dias úteis à COJUD para controle, por meio do endereço eletrônico cojud.sede@ibama.gov.br.

§ 2º A PFE-IBAMA-UF deverá manter mecanismo permanente de acompanhamento das ações propostas com base no planejamento de que trata esta Ordem de Serviço, atualizando-o semestralmente em relatório a ser encaminhado, para controle, ao endereço eletrônico cojud.sede@ibama.gov.br.

§ 3º A Coordenação Nacional de Contencioso Judicial - COJUD poderá aprovar modelos e teses mínimas para a padronização das ações civis públicas a serem propostas pelo IBAMA com base no planejamento de que trata esta Ordem de Serviço.

Art. 5º Especificamente em relação às Superintendências e Gerencias Executivas localizadas na Amazônia Legal, o planejamento de que trata o artigo anterior deverá priorizar a propositura de ações civis públicas relacionadas ao desmatamento e à exploração florestal ilícitos, observando as seguintes diretrizes:

I - identificação dos maiores infratores de cada estado, conforme critérios de relevância do dano ambiental, total do passivo ambiental, valor consolidado de multas, dentre outros;

II - dissuasão estratégica de infratores preponderantes em determinas regiões críticas ou sensíveis, apontadas pelo PNAPA;

III - formulação de pedido liminar para que o infrator deposite em juízo o valor dos bens apreendidos em decorrência do descumprimento de embargo e desocupe imediatamente a área embargada;

IV - formulação, em casos de risco de insuficiência patrimonial do infrator, de pedido cautelar incidental de indisponibilidade patrimonial para assegurar meios de reparação dos danos.

Art. 6º Permanecem de competência da COJUD as análises relacionadas ao ingresso do IBAMA em ações civis públicas relacionadas à atividade licenciatória ou ao cometimento de improbidade administrativa, nos termos do Memorando Circular COJUD n. 10/2010.

Art. 7º A COJUD deverá propor ao Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal - PGF a revisão da Orientação Judicial Conjunta n. 01/2013, relacionada à viabilidade de propor reconvenção nas ações anulatórias de autos de infração ajuizadas em face do IBAMA, para harmonizá-la com o disposto nesta Ordem de Serviço.

Art. 8º Eventuais dúvidas e controvérsias relacionadas a este programa deverão ser dirigidas à COJUD, à DBFLO ou à DIPRO, observadas as respectivas esferas de competência.

Art. 9º Excepcionalmente para o segundo semestre de 2014, o planejamento de que trata o art. 4º deverá ser elaborado até o dia 15 de setembro e relacionar-se às medidas a serem adotadas até o dia 31 de dezembro de 2014.

Art. 10 Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura e será publicada em Boletim de Serviço.

VOLNEY ZANARDI JUNIOR
Presidente do IBAMA

HENRIQUE VAREJÃO DE ANDRADE
Procurador-Chefe Nacional
da Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 275, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria MP nº 257, de 15 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2014, passa a vigorar na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO

Cargos	Quantidade
Delegado de Polícia Federal	127
Perito Criminal Federal	88
Escrivão de Polícia Federal	326
Total	541

PORTARIA Nº 278, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, para compor quadro especial em extinção da INFRAERO, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à INFRAERO notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à INFRAERO no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na INFRAERO.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
552.967.181-00	ADELIMAR FONSECA DOS SANTOS	04599.000274/2008-32
609.919.507-63	ALTAIR SIMOES BARRETO	04599.506604/2004-75
754.467.747-87	RAUPH LEMOS DE OLIVEIRA	04500.010332/2011-83

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 279, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à ECT notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à ECT no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na ECT.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
557.710.507-25	ASTARUTE CARVALHO	05200.003751/2012-97
063.748.898-94	JOSE EDUARDO CASSIANO	04599.000472/2012-82
266.991.681-34	PAULO DE TARSO MONTURIL MATOS	05200.001082/2013-08
745.958.068-68	VILSON ROBERTO HEGUEDUSCH	04500.009252/2009-61

PORTARIA Nº 280, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Casa da Moeda do Brasil - CMB, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à Casa da Moeda do Brasil notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º O empregado deverá se apresentar à Casa da Moeda do Brasil no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na Casa da Moeda do Brasil.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
807.613.807-87	ALTAIR DE CARVALHO	04500.004566/2008-96
000.001.007-30	ESTRELA MARIA GONCALVES OLIVEIRA	04599.500591/2004-21
371.946.407-59	JOSE ALMEONI MENDES DE SILVA PINHO	04599.500608/2004-40

PORTARIA Nº 281, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Nuclebrás Engenharia S.A. - NUCLEN, para compor quadro especial em extinção da Eletrobrás Nuclear S.A. - Eletronuclear, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à Eletronuclear notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à Eletronuclear no prazo de trinta dias, contado da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na Eletronuclear.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
193.022.317-04	DARLI ROCHA DO PRADO FERREIRA	04599.510039/2004-41
740.209.947-49	ELENITA RODRIGUES DO NASCIMENTO FERREIRA	04599.510036/2004-15 04599.510010/2004-69

PORTARIA Nº 282, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos do extinto Serviço Nacional de Informações - SNI, para compor quadro especial em extinção da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à ABIN notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à ABIN no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na ABIN.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
029.399.161-87	ANTONIO BARBOSA DE ARAUJO	04500.004209/2010-42
270.781.241-20	ARISTIDES GARCIA DA SILVA	04599.001158/2009-11
042.236.321-91	ARY DA SILVA IACK	04599.500333/2004-44
372.043.601-25	OTAVIO DE SIQUEIRA SILVA	04500.014727/2008-50

PORTARIA Nº 283, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes do processo relacionado no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras - CAEEB, para compor quadro especial em extinção do Ministério de Minas e Energia - MME, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MME notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao MME no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MME.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
468.936.527-04	JOSE MIRANDA DOS SANTOS	04500.008224/2011-41
245.266.221-68	LUIS CARLOS ALBERNAS CARVALHEIRO	04500.009930/2011-18

PORTARIA Nº 284, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, em razão de decisão judicial transitada em julgado proferida na Ação Trabalhista nº 02240-29.2010.5.12.0041 - 2ª Vara do Trabalho de Tubarão/SC, e considerando o Parecer CGU/AGU nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 2004:

Art. 1º Defere o retorno ao serviço do empregado PEDRO FELISBERTO DE SOUZA, inscrito no CPF nº 856.048.108-78, oriundo da extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, para compor quadro especial em extinção do Ministério dos Transportes - MT, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MT notificar, no prazo de trinta dias, o empregado para se apresentar ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º O empregado deverá se apresentar ao MT no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MT.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

PORTARIA Nº 285, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Petrobras Mineração S/A - PETROMISA, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à PETROBRAS notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à PETROBRAS no prazo de trinta dias, contado da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na PETROBRAS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
173.226.853-34	ANTÔNIO SAUL BENICIO DE MORAIS	05200.000600/2012-87
507.638.906-00	GILBERTO BONES DE ALMEIDA	04500.003492/2009-51
236.004.705-15	ISAIAS BISPO DOS SANTOS	05200.003555/2012-12
170.663.105-78	JOAO CHRYSOSTOMO DE FREITAS JUNIOR	04500.016332/2009-72
098.362.333-34	JOSÉ MÁRIO CAMPOS PEREIRA	05200.000055/2012-29
741.426.157-34	ROBERTO FERNANDES CUNHA	04599.992355/2009-58

PORTARIA Nº 286, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, bem como considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301 e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Petrobrás Comércio Internacional - INTERBRAS, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à PETROBRAS notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à PETROBRAS no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na PETROBRAS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
195.577.280-00	JOSE EDUARDO SANTOS DA SILVA	03000.004422/2009-99
266.458.407-30	OTAKAR ORLANDO SVACINA	46040.034403/1993-96

PORTARIA Nº 287, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos do Ministério da Educação - MEC, para compor quadro especial em extinção do Ministério da Educação, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MEC notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao MEC no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MEC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
410.685.641-72	ELIANE COSTA E SILVA	04599.000875/2012-21
244.602.221-91	JOSE HUMBERTO DE MORAIS	05200.001709/2013-12

PORTARIA Nº 288, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao SERPRO notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º O empregado deverá se apresentar ao SERPRO no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no SERPRO.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
086.500.978-39	FRANCISCO MARQUES DA SILVA	04500.010245/2009-10
279.407.481-49	GILBERTO SOUTO MAIOR DE MEDEIROS	05200.001089/2012-31
006.301.308-84	IVETE AKIKO DE MORAES GOES	04500.002256/2006-75

PORTARIA Nº 289, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço das empregadas constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundas do Ministério de Minas e Energia - MME, para compor quadro especial em extinção do Ministério de Minas e Energia, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MME notificar, no prazo de trinta dias, as empregadas para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º As empregadas deverão se apresentar ao MME no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação da empregada no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício da empregada no MME.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
042.703.203-20	ANA PRATA GIRAO	04500.006997/2004-63
098.145.661-87	VERA LUCIA XAVIER GOMES	04500.006734/2004-54

PORTARIA Nº 290, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à CODESP notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à CODESP no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na CODESP.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
003.375.628-73	ADALBERTO PEDROSO	04599.506086/2004-90
018.253.738-25	ANTONIO FERNANDO DA SILVA	04599.506127/2004-48
545.619.658-15	CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA	04599.506165/2004-09
730.871.148-04	CICERO DE OLIVEIRA BARBOSA	04599.506084/2004-09
018.220.678-55	REINALDO FREIRE DOS SANTOS	04599.506030/2004-35

PORTARIA Nº 291, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 no Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da ELETROSUL - Centrais Elétricas S/A, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à ELETROSUL notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art.4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à ELETROSUL no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na ELETROSUL.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
607.785.129-91	CARLOS BITENCOURT	04500.013100/2011-87
249.407.719-20	DANIEL COSTA ALVES	05200.003705/2012-98
157.256.269-20	ELIAS PEREIRA DE ANDRADE	04599.000244/2013-93
291.334.839-49	LIGIA HARTMANN	05200.001507/2013-71
157.573.900-34	MARIO ILDEFONSO RIBEIRO BIER	05200.001501/2013-01
127.170.530-34	RUY DEMETRIO VARGAS	04500.015351/2011-04
192.566.630-15	VIRGILIO SEBOLD	04500.013108/2011-43

PORTARIA Nº 292, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à ELETROBRAS notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à ELETROBRAS no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na ELETROBRAS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
934.311.807-44	MARCIO MOREIRA	04599.000246/2013-82
373.480.197-49	MARCO ANTONIO DE CASTRO	04500.006322/2011-43
662.485.237-20	TANIA SOBREIRA DA SILVA	04500.009111/2010-81

PORTARIA Nº 293, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 no Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, para compor quadro especial em extinção do Ministério de Minas e Energia - MME, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MME notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao MME no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MME.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
096.276.189-34	LUIZ CARLOS BRUNEL ALVES	04599.000764/2009-10
288.484.389-20	VALMIRO MIRANDA DA ROSA	05200.003307/2012-71

PORTARIA Nº 294, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e do item 5 no Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à CONAB notificar no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à CONAB no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na CONAB.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
168.473.693-53	AURISTELA FREIRE MAIA	46040.036074/93-27
256.405.189-87	AVELINO FERNANDES MARICATO	04500.000008/2009-32
098.128.462-72	JOÃO DINIZ PEREIRA	04500.013506/2008-64
117.924.182-72	JOSÉ RIBAMAR MARQUES FURTADO	04500.013522/2008-57
526.101.287-20	LUIZ DOS SANTOS MACHADO	04500.008489/2010-68
155.183.112-68	MARIO PEREIRA SOUSA	04599.000206/2010-98
057.656.252-15	MARIO TAVARES DE CASTRO	05200.003656/2012-93
185.140.902-59	RAIMUNDO NONATO DE AMORIM	04599.000210/2010-56
095.668.294-68	ROBERTO IVENS MARTINHO BARBOSA	04500.001236/2009-20
188.264.154-04	SEBASTIAO HERCULANO DA SILVA	04599.508300/2004-42
186.931.722-04	ZAIRO GONÇALVES DA LUZ	04599.000205/2010-43

Ministério do Trabalho e Emprego

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 22 de agosto de 2014

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pelas entidades abaixo mencionadas, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria n.° 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria n.° 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013.

Processo	46201.000877/2011-04
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São José da Tapera/AL
CNPJ	12.437.596/0001-70
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Município de São José da Tapera/AL

Categoria Profissional: Trabalhadores e trabalhadoras rurais: Os assalariados e assalariadas rurais, ativos e inativos, permanentes, safristas e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e os agricultores e agricultoras, ativos e inativos, que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas

Processo	46245.000367/2012-01
CNPJ	02.636.354/0001-52
Abrangência	Intermunicipal
Categoria Profissional	Oficiais Alfaiates Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confecções de Roupas, Cama, Mesa e Banho

Entidade: SINDICATO DOS OFICIAIS ALFAIATES COSTUREIRAS E TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÕES DE ROUPAS, CAMA, MESA E BANHO DE LEOPOLDINA E REGIÃO

Base Territorial: Minas Gerais: Além Paraíba, Alto Jequitibá, Antônio Prado de Minas, Araponga, Argirita, Barão de Monte Alto, Cajuri, Canaã, Caparaó, Carangola, Cataguases, Coimbra, Divinésia, Divino, Dona Eusébia, Espera Feliz, Estrela Dalva, Eugenópolis, Guarani, Guidoval, Guiricema, Itamarati de Minas, Jequeri, Laranjal, Leopoldina, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Mercês, Miradouro, Miraí, Muriaé, Palma, Patrocínio do Muriaé, Paula Cândido, Pedra do Anta, Pedra Dourada, Pirapetinga, Recreio, Rio Pomba, Rosário da Limeira, Santa Margarida, Santana de Cataguases, Santo Antônio do Aventureiro, São Geraldo, Senador Cortes, Silveirânia, Tocantins, Tombos, Ubá, Vieiras, Visconde do Rio Branco e Volta Grande

Processo	46214.004705/2011-52
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Água Branca - PI
CNPJ	06.503.056/0001-45
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Piauí: Água Branca

Categoria Profissional: Trabalhadores e trabalhadoras rurais: assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e os agricultores e agricultoras que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas

Processo	46224.001117/2011-48
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Intermunicipal nas Indústrias da Construção Pesada, Montagem e da Construção Civil e do Imobiliário de Patos e Região
CNPJ	04.125.817/0001-47
Abrangência	Intermunicipal

Base Territorial: Paraíba: Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Condado, Emas, Imaculada, Junco do Seridó, Malta, Matureia, Olho D'água, Passagem, Patos, Quixaba, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Terezinha, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São Mamede, Teixeira, Várzea, Vista Serrana

Categoria Profissional: Trabalhadores: na indústria da construção de estradas, pavimentação, obras de terraplenagem em geral (barragens, pontes, portos, aeroportos, canais, hidrelétricas e engenharia consultiva); na indústria da construção civil (pedreiros, carpinteiros, pintores e estucadores, bombeiros hidráulicos e trabalhadores em geral, de estradas, pontes, portos e canais); na indústria de ladrilhos hidráulicos e outros, produtos de cimento; na indústria de mármores e granitos; na indústria de pintura e decorações, estuques e ornatos; na indústria de serrarias e de móveis de madeira, carpintarias, tanoarias, madeiras compensadas e laminadas, aglomerados e chapas de fibras de madeira; na indústria de móveis de junco e vime e de vassouras, na indústria de cortinados e estofos; na indústria de escovas e pincéis; na indústria de artefatos de cimento armado; na indústria de instalações elétricas, gás, hidráulicas e sanitárias

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1090/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro de alteração estatutária ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Sinop-MT, Processo 46210.001333/2011-42, CNPJ 32.945.032/0001-56, para representar a Categoria Profissional dos Servidores públicos, ativos e inativos, da câmara de vereadores, fundações, autarquias e prefeitura municipal, com abrangência municipal e base territorial no município de Sinop, no Estado de Mato Grosso.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1091/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro de alteração estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Pesada, Montagem e do Mobiliário de João Pessoa e Região - SINTRICOM, Processo 46224.002803/2011-36, CNPJ 09.249.236/0001-30, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Construção

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Civil (pedreiros, carpinteiros, pintores, estucadores, bombeiros, hidráulicos e outros, montagens industriais e engenharia consultiva); Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplenagem em Geral (pontes, portos, canais, barragens, aeroportos, hidrelétricas e engenharia consultiva); Trabalhadores na Indústria de Mármores e Granitos; Trabalhadores na Indústria de Pintura, Decorações, Estuques e Ornatos, de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira; Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e de Móveis de Madeira, de Móveis de Junco e Vime e de Vassouras, de Cortinados e Estofos, de Escovas e Pinceis, de Artefatos de Cimento Armado; Trabalhadores na Indústria de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias; e Trabalhadores na Indústria de Refratários, nos municípios de Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Guarabira, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Mari, Rio Tinto, Santa Rita, Sapé e Cruz do Espírito, no Estado da Paraíba.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1092/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro de alteração estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral e Auxiliares na Administração de Armazéns Gerais de Criciúma, Processo 46000.009263/97-54, CNPJ 01.456.006/0001-30, para representar a Categoria de trabalhadores ativos, inativos, aposentados de carga e descarga em mercadorias em geral, carregador de mercadorias em geral, auxiliares de administração gerais, operador de empilhadeiras, mecânicos nos serviços de carga e descarga em mercadorias e materiais em geral, embaladores à mão, embaladores à máquina, operador de máquina de etiquetar, operador de prensa de enfardamento, operador de máquinas de envasar líquidos, outros trabalhadores da movimentação de mercadorias e materiais, manipulação, carga e descarga, estivagem de mercadorias em geral registradas nas empresas conforme CLT ou trabalhadores temporários ou avulsos de acordo com a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego, categoria diferenciada e Lei em vigor: os que executam atividades de carga e descarga de mercadorias em geral (movimentação e manipulação de mercadorias e materiais em geral) nas instalações de uso público e privado em empresas, firmas sociedades ou companhias particulares, manuseio de mercadorias que dependam de movimentação, tais como: despejo, ensacamento, costura, amarração, pesagem, reembarque, remoção, arrumação, empilhamento, desempilhamento e em trânsito, os ajudantes de carga e descarga de mercadorias nos veículos rodoviários de fins de coletas, entregas, distribuição de mercadorias em geral, armazéns, trapiches, frigoríficos, depósitos de container, de estocagens e manuseio de mercadorias em geral, tele portos, aeroportos, setores de carga e descarga de mercadorias em geral, boxes, plataformas, pátios e inclusive todos os trabalhadores, auxiliares na administração nos locais de carga e descarga de mercadorias em geral e auxiliares na administração de armazéns geral, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Araranguá, Cocal do Sul, Criciúma, Içara, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Praia Grande, Santa Rosa de Lima, Siderópolis, Sombrio e Urussanga, no estado de Santa Catarina. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve excluir o município de Santa Rosa de Lima da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral e Auxiliares de Administração de Armazéns de Tubarão - SC, Processo 46000.004660/97-67, CNPJ 01.950.412/0001-55, conforme determina o art. 30 da Portaria 326/2013, tendo a Entidade Anotada o prazo de 60 dias para apresentar seu Estatuto Social contendo a exclusão acima, sob pena de suspensão do seu Registro Sindical, conforme disposto no art. 33 da Portaria em vigor.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria nº. 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1093/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro de alteração estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Varejista e Atacadista de Tubarão e Região, CNPJ 86.448.032/0001-70, Processo 46000.003292/2002-11, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores no Comércio Varejista e Atacadista; E Agentes Autônomos do Comércio; os Empregados em Empresas de Garagens, Estacionamento e Limpeza e Conservação de Veículos; os Empregados de Corretores de Mercadorias, Corretores de Navios, Despachantes Aduaneiros, Despachantes, Leiloeiros, Representantes Comerciais, Comissários e Consignatários, Agentes da Propriedade Industrial, Corretores de Jóias e Pedras Preciosas, Corretores de Café, Administradores de Consórcios, Empresas de Arrendamento Mercantil (Leasing), Fotógrafos Profissionais Autônomos, Auto e Moto-Escolas (inclusive Condutores e Instrutores), de Empresas Locadoras de Fitas Gravadas em Vídeo Cassete e os Empregados de Empresas de Serviços Contábeis, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Jaguaruna, Lauro Muller, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão, no Estado de Santa Catarina/SC.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1088/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINPRF/PB - Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado da Paraíba, Processo 46224.001160/2011-11, CNPJ 40.975.872/0001-90, para representar a Categoria Profissional dos Servidores da Polícia Rodoviária Federal no Estado da Paraíba, com abrangência Estadual e base territorial no Estado da Paraíba. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ainda DETERMINAR a exclusão do Estado da Paraíba da representação do Sindicato Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - DF, Processo 24190.001391/89-17, CNPJ não informado; a exclusão do Estado da Paraíba da representação do SINIPRF-BRASIL - Sindicato Nacional dos Inspetores da Polícia Rodoviária Federal do Brasil, Processo 46206.016117/2009-46, CNPJ 10.334.412/0001-11; a exclusão da Categoria Profissional dos Servidores da Polícia Rodoviária do Estado da Paraíba da representação do SINTSERF-PB - Sindicato dos Trabalhadores em Serviço Público Federal no Estado da Paraíba, Processo 24280.003156/90-22, CNPJ 24.489.205/0001-40, conforme determina o art. 30 da Portaria 326/2013, tendo as Entidades Anotadas o prazo de 60 dias para apresentar seus respectivos Estatutos Sociais contendo as exclusões acima, sob pena de suspensão do seu Registro Sindical, conforme disposto no art. 33 da Portaria em vigor.

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1089/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR a Impugnação n.º 46000.000911/2014-41, interposta pelo Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas e de Assistência Social, de Orientação Profissional no Estado de Goiás - SENALBA, - CNPJ 02.898.179/0001-71, com respaldo no artigo 18, incisos II e VIII, da Portaria 326/2013; e, por conseguinte, DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Rio Verde - SINTEERV/GO, CNPJ 07.460.685/0001-06, Processo 46000.007871/2005-78, para a representação da Categoria Profissional dos Professores e dos Auxiliares de Administração Escolar, Empregados em Estabelecimentos Particulares de Ensino e em Fundações Educacionais de Direito Público e Privado: de Educação Infantil, de Ensino Fundamental, de Ensino Médio, de Educação Superior, de Cursos Livres, Pré-Vestibulares e Preparatórios, com abrangência Municipal e base territorial no município de Rio Verde, Estado do Goiás/GO, nos termos do artigo 25 da Portaria 326/2013. Para fins de ANOTAÇÃO no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve EXCLUIR da representação dos sindicatos abaixo: A) EXCLUIR da representação do Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas e de Assistência Social, de Orientação Profissional no Estado de Goiás - SENALBA, CNPJ 02.898.179/0001-71, Carta Sindical L089 P021 A1980, a Categoria Profissional dos Empregados em Estabelecimentos de Cursos Livres, Pré-Vestibulares e Preparatórios, no município de Rio Verde, Estado do Goiás/GO, com respaldo no artigo 30 da Portaria 326/2013; B) EXCLUIR da representação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Rio Verde - Goiás - SINTRAERV, CNPJ 09.363.626/0001-37, Processo 46208.001534/2008-93, a Categoria Profissional dos Empregados em Fundações Educacionais de Direito Público: de Educação Infantil, de Ensino Fundamental, de Ensino Médio, de Educação Superior, de Cursos Livres, Pré-Vestibulares e Preparatórios, com respaldo no artigo 30 da Portaria 326/2013. Ressalta-se que os sindicatos anotados no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES deverão encaminhar, dentro do prazo de 60 dias, novo Estatuto Social Retificado, contendo a representação devidamente atualizada, sob pena de suspensão do seu registro sindical conforme o disposto no artigo 33 da Portaria 326/2013.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 21 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Nº 438 - Conceder autorização à empresa GREC CONFECÇÕES LTDA. EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.071.214/0001-00, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Dom Pedro II, 1220, bairro Divineia, na cidade de Rio dos Cedros (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo Nº 46305.001074/2014-43, protocolado no dia 30/06/2014.

Nº 439 - Conceder autorização à empresa LUNDENDER INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 08.471.698/0001-35, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rodovia BR 280, km 55, s/nº, bairro Avaí, na cidade de Guaramirim (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.003023/2014-96, protocolado no dia 06/06/2014.

Nº 440 - Conceder autorização à empresa MICRO JUNTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 80.976.483/0001-01, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Avenida Santos Dumont, 7255, Zona Industrial, na cidade de Joinville (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46304.002198/2014-56, protocolado no dia 25/07/2014.

Nº 441 - Conceder autorização à empresa NEIKI CONFECÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 77.892.289/0001-25, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Germano Muller, 215, bairro centro, na cidade de Schroeder (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002763/2014-13, protocolado no dia 27/05/2014.

Nº 442 - Conceder autorização à empresa PORTOBELLO S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 83.475.913/0001-91, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, para os seguintes turnos: a) 1º turno (das 05:00 às 12:50 horas ou das 05:40 às 13:30 horas); e, b) 2º Turno (das 13:30 às 21:20 horas). Autorizar ainda, a redução de intervalo destina ao repouso e à alimentação para 35 (trinta e cinco minutos) no 3º Turno (das 22:00 às 05:00 horas). A redução resta autorizada para os empregados que prestam serviços nas Fabricas de Produção de Pisos e Revestimentos Cerâmicos, de Pecas Especiais, de Porcelanato Polido e Esmaltado, de Polimento, e, no Galpão de Expedição, todos no estabelecimento situado às margens da Rodovia BR 101, km 163, na cidade de Tijucas (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.004043/2014-84, protocolado no dia 22/07/2014.

Nº 443 - Conceder autorização à empresa PRIME ELETRODOMÉSTICOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 81.073.892/0001-52, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Virgilio Prochnow, s/nº, bairro Pirabeiraba, na cidade de Joinville (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46304.001083/2014-44, protocolado no dia 10/04/2014.

Nº 444 - Conceder autorização à empresa LMG ROUPAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 83.108.712/0001-56, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua João Wiest Júnior, 477, bairro Água Verde, na cidade de Jaraguá do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002505/2014-29, protocolado no dia 16/05/2014.

Nº 445 - Conceder autorização à empresa MALWEE MALHAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 84.429.737/0002-03, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Bertha Weege, nº 200, bairro Barra do Rio Cerro, na cidade de Jaraguá do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002506/2014-73, protocolado no dia 16/05/2014.

Nº 446 - Conceder autorização à empresa MALWEE MALHAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 84.429.737/0001-14, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Bertha Weege, nº 200, bairro Barra do Rio Cerro, na cidade de Jaraguá do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002507/2014-18, protocolado no dia 16/05/2014.

Nº 447 - Conceder autorização à empresa D´LAYONS CONFECÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 81.000.564/0001-26, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua 720, Júlio Tissi, bairro Nereu Ramos, na cidade de Jaraguá do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.003028/2014-19, protocolado no dia 06/06/2014.

LUIS MIGUEL VAZ VIEGAS

PORTARIAS DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Nº 448 - Conceder autorização à empresa KRONA TUBOS E CONEXÕES S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 00.145.602/0001-37, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Suíços, 715, bairro Vila Nova, na cidade de Joinville (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46304.000806/2014-98, protocolado no dia 20/03/2014.

Nº 449 - Conceder autorização à empresa CIPLA INDÚSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 84.683.515/0041-10, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Avenida Getúlio Vargas, 1619, bairro Bucarein, na cidade de Joinville (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46304.000673/2014-50, protocolado no dia 05/02/2014.

Nº 450 - Conceder autorização à empresa S.M.M. DE BARROS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO EIRELI - EPP., inscrita no CNPJ sob o nº 05.504.520/0001-55, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua João Bianchini, 200, bairro Rio Branco, na cidade de Brusque (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002393/2014-14, protocolado no dia 30/04/2014.

LUIS MIGUEL VAZ VIEGAS

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 318, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Aprova o enquadramento, como prioritário, do Projeto de Investimento em Infraestrutura na área de Transporte e Logística no Setor Rodoviário, proposto pela Empresa Autopista Planalto Sul S.A., para fins de emissão de debêntures incentivadas.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, e na Portaria nº 09, de 27 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, como prioritário, do projeto de investimento em infraestrutura na área de transporte e logística no setor rodoviário, proposto pela Autopista Planalto Sul S.A., contemplando o reembolso de despesas e pagamento de despesas futuras relativas a obras na BR-116/PR/SC, no trecho entre Curitiba/PR e Divisa PR/SC, no Estado do Paraná, para fins de emissão de debêntures incentivadas, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Os autos do Processo nº 50000.031665/2014-47 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS

ANEXO	
Projeto	Projeto de investimento para exploração da concessão da BR 116/PR/SC, Trecho entre Curitiba/PR e Divisa SC/PR, contemplando o reembolso de despesas e pagamento de gastos e despesas futuras relativas à reserva de espaço para implantação da linha verde (obras complementares para implantação da Linha Verde), readequação de pista central e construção de pistas auxiliares na BR-116/PR, construção de quatro trevos em desnível, construção de dois trevos em nível, construção de uma passarela, construção de rua lateral, construção de terceiras faixas e recuperação da rodovia.
Denominação Comercial	Autopista Planalto Sul S.A.
Razão Social	Autopista Planalto Sul S.A.
CNPJ	09.325.109/0001-73
R elação das pessoas jurídicas que integram a Sociedade de Propósito Específico	ARTERIS S.A.
Relação dos Documentos Apresentados - Formulário de Cadastro do Projeto da Autopista Planalto Sul S.A.. (Anexo I). - Formulário de Demonstração dos Fluxos de Caixa. (Anexo II). - Quadro Anual de Usos e Fontes do Investimento. (Anexo III).	- Ata da Assembleia Geral de Constituição da Empresa Autopista Planalto Sul S.A., realizada em 19.12.2007. - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral. - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
Local de Implantação do Projeto: BR 116/PR/SC Trecho entre Curitiba/PR e Divisa SC/PR , Estado do Paraná.	

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 1559 Data da Sessão: 19/08/2014
Processo: 0.00.000.001186/2014-28
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001187/2014-72
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001188/2014-17
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001189/2014-61
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria

Sessão: 1560 Data da Sessão: 20/08/2014
Processo: 0.00.000.001191/2014-31
Classe: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
DistribuiçãoLeonardo de Farias Duarte
Processo: 0.00.000.001192/2014-85
Classe: Pedido de Providências
DistribuiçãoFábio George Cruz da Nóbrega

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Sessão: 1561 Data da Sessão: 21/08/2014
Processo: 0.00.000.000397/2014-43
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoAlexandre Berzosa Saliba
Processo: 0.00.000.001193/2014-20
Classe: Processo Administrativo Disciplinar
DistribuiçãoJarbas Soares Júnior

Sessão: 1562 Data da Sessão: 22/08/2014
Processo: 0.00.000.001190/2014-96
Classe: Pedido de Providências
DistribuiçãoAntônio Pereira Duarte
Processo: 0.00.000.001195/2014-19
Classe: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
DistribuiçãoAlexandre Berzosa Saliba

Sessão: 1563 Data da Sessão: 25/08/2014
Processo: 0.00.000.001196/2014-63
Classe: Reclamação para preservação da competência e da autoridade das decisões do Conselho
DistribuiçãoJeferson Luiz Pereira Coelho
Processo: 0.00.000.001197/2014-16
Classe: Procedimento de Controle Administrativo
DistribuiçãoMarcelo Ferra de Carvalho
Processo: 0.00.000.001198/2014-52
Classe: Pedido de Providências
DistribuiçãoLeonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição

RETIFICAÇÃO

Na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2014 do CNMP, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 22/08/2014, págs. 138/141, onde se lê:

63) Processo: 0.00.000.000129/2014-21 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)

Requerente: Clayton José Franco Brandão

Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul

Assunto: Alegação de Inércia por parte do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, em apurar supostas irregularidades na efetivação de servidores comissionados sem o devido concurso público, no âmbito da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre.

Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Rio Grande do Sul

Leia-se:

63) Processo: 0.00.000.000129/2014-21 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)

Requerente: Clayton José Franco Brandão

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Assunto: Alegação de Inércia por parte do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, em apurar supostas irregularidades na efetivação de servidores comissionados sem o devido concurso público, no âmbito da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre.

Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Rio Grande do Sul

PLENÁRIO

ACÓRDÃO DE 18 DE AGOSTO DE 2014

PD N° 0.00.000.001166/2013-76
REQUERIDO: MEMBRO DO MINISTÉRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
ADVOGADA: LUCILA GABRIELLA MACIEL CARNEIRO VILHENA
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATOR: CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
EMENTA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA. SUPOSTA DESATENÇÃO A DEVERES FUNCIONAIS. AVALIAÇÃO DO CONTEXTO FÁTICO, DA REDUZIDA PENALIZAÇÃO EM ABSTRATO, DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO LOCAL. ABSOLVIÇÃO. RECOMENDAÇÃO.

1. Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba que respondeu a consulta informal de 3 (três) senhoras pela possibilidade de elas levarem consigo seus filhos adolescentes ao local de trabalho, um lixão nos arredores de Patos/PB, para ficarem sob seus olhares disciplinadores e longe das drogas.

2. O quadro fático trazido aos autos demonstra contexto de pobreza extrema, susceptibilidade ao mercado de drogas e falhas na implantação da Política de Resíduos Sólidos na região de Patos/PB. O aconselhamento informal do Promotor de Justiça deu-se nesse contexto de difícil trato.

3. O Ministério Público do Estado da Paraíba, como Instituição, assumiu sua responsabilidade em orientar os membros e estruturar as Promotorias, recomendando o inventário dos programas sociais e a análise da viabilidade de medidas judiciais.

4. A reduzida pena em abstrato - advertência -, o contexto fático e as providências tomadas pelo MPE/PB desincentivam a apenação no caso concreto.

4. Absolvição do Promotor de Justiça e recomendação para a Chefia do MPE/PB iniciar via de comunicação com o Poder Executivo para a cooperação técnica na implementação da Política de Resíduos Sólidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, em absolver o requerido e recomendar à Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Paraíba a abertura de uma via de comunicação com representantes do Poder Executivo para cooperação técnica na implementação das políticas de resíduos sólidos, nos termos do voto do Relator, vencidos os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Alexandre Berzosa Saliba, que entendem pela aplicação de pena de advertência, e Marcelo Ferra de Carvalho e Leonardo de Farias Diarte, que votam pela configuração da prescrição.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Conselheiro-Relator

DECISÕES DE 25 DE AGOSTO DE 2014

VISÃO D DECISÃO DO CONSELHO Nº 0.00.000.000723/2014-12
RELATOR: CONSELHEIRO LEONARDO DE FARIAS DUARTE
REQUERENTE: LAURO PINTO CARDOSO NETO, SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Decisão

(...) O próprio STF já se manifestou no mesmo sentido, por ocasião do julgamento do agravo regimental no mandado de segurança 28.174 (rel. min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, julgado em 14.10.2010), referente à atuação do Conselho Nacional de Justiça. Daí por que extingo, sem resolução do mérito, a presente revisão de decisão do Conselho, e determino o arquivamento dos autos.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE
Conselheiro-Relator

PROCESSO: PP Nº 0.00.000.001036/2014-14
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
REQUERENTE: VALCIR QUINTILHO DA SILVA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão

(...)Ante o exposto, constato a regularidade da atuação ministerial, evidenciando-se a manifesta improcedência da pretensão da requerente, bem como sua incompatibilidade com enunciado deste Conselho Nacional, de modo que determino o arquivamento do presente Pedido de Providências nº 0.00.000.001036/2014-14, com fundamento no art. 43, inciso IX, alíneas "b" e "d", do RICNMP.Intimem-se.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro-Relator

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÕES DE 21 DE AGOSTO DE 2014

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001058/2013-01
RECLAMANTE: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: (...)

Ante o exposto, sugere-se, com fundamento no artigo 77, I, da Resolução nº 92/2013, o arquivamento da reclamação disciplinar.

É o pronunciamento que se submete a Vossa Excelência.

Brasília, 13 de agosto de 2014
ANA CAROLINA SCULTORI TELES LEIRO
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação do membro auxiliar desta Corregedoria Nacional, nos temos propostos, cujos fundamentos, aliados às ponderações da Corregedoria-Geral do Ministério Público de São Paulo no procedimento da Reclamação Disciplinar nº 163/13-CGMP, adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria Geral de origem e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 21 de agosto de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000015/2014-81 e 0.00.000.000672/2014-29
RECLAMANTE: MARIA DAS GRAÇAS PATRIOTA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Decisão: (...)

Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 77, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que os fatos apurados não constituíram infração disciplinar ou ilícito penal.

Brasília, 19 de agosto de 2014
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 75/77, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, à reclamante e à reclamada, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 21 de agosto de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001350/2013-16
RECLAMANTE: WILSON DE SOUZA CORRÊA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão: (...)

Ante o exposto, não havendo indícios de prática de falta funcional por integrante do Ministério Público do Estado do Pará, sugere-se, com fundamento no artigo 77, inciso I, da Resolução nº 92/2013 (RICNMP), o arquivamento da presente reclamação disciplinar.

É o pronunciamento que se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Brasília, 8 de agosto de 2014
ANA CAROLINA SCULTORI TELES LEIRO
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação do membro auxiliar da Corregedoria Nacional, nos temos propostos, cujos fundamentos, aliados às ponderações da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará no Procedimento Disciplinar Preliminar nº 051/2013-MP/CGMP, adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria Geral de origem, ao reclamante e aos reclamados, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 21 de agosto de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000311/2014-82
RECLAMANTE: VALDECI FRANCISCO HAMMES
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: (...)

Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 77, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que os fatos apurados não configuram infração disciplinar ou ilícito penal.

Brasília, 14 de agosto de 2014
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 106/109, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 21 de agosto de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000249/2012-67
RECLAMANTE: HOMERO SILVA SCHEIDT
RECLAMADO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Decisão: (...)

Ante o exposto, sugere-se, com fundamento no artigo 77, I, da Resolução nº 92/2013 (RICNMP), o arquivamento da reclamação disciplinar.

É o pronunciamento que se submete a Vossa Excelência.

Brasília, 14 de agosto de 2014
ANA CAROLINA SCULTORI TELES LEIRO
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação do membro auxiliar desta Corregedoria Nacional, nos temos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria Geral de origem, ao reclamante e aos reclamados, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 21 de agosto de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000685/2012-36
RECLAMANTE: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: (...)

Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 80, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que foi suficiente a atuação da origem.

Brasília, 20 de agosto de 2014
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 601/604, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Consituição Federal c/c o artigo 80, parágrafo único, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, à reclamada, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 21 de agosto de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000052/2014-90
RECLAMANTE: CARLOS WAGNER GOBATI DE MATOS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO

Decisão: (...)

Ante o exposto, considero suficiente a atuação do órgão disciplinar de origem, que apresentou justificativa para o arquivamento das peças encaminhadas, razão pela qual proponho, com fundamento no art. 80, § único, Regimento Interno do CNMP, o arquivamento da presente reclamação disciplinar, cientificando-o, bem como ao reclamante e a reclamada.

Brasília, 19 de agosto de 2014
RICARDO RANGEL DE ANDRADE
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir.

Cumpra-se.

Brasília, 21 de agosto de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000749/2014-61
RECLAMANTE: PRISCILA MARIA PEREIRA CORREA DA FONSECA E OUTROS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: (...)

Pelo exposto, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do artigo 77, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que os fatos apurados não configuram infração disciplinar ou ilícito penal.

Brasília, 20 de agosto de 2014
CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 324/327, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 77, I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, aos reclamantes e ao reclamado, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 21 de agosto de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 181, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 000134.2014.01.006/9-603, instaurado com a finalidade de apurar: a) contratação de empregados sem registro; b) atraso de salários; c) não concessão do descanso semanal remunerado; d) não concessão do intervalo intrajornada; e) irregularidades atinentes à anotação e controle da jornada de trabalho (ponto britânico);

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000134.2014.01.006/9-603, em face de BELLES LANCHES COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME, CNPJ n.º 13.431.096/0001-94, com endereço na Avenida Francisco Portela, nº 2609, Loja, Camarão, São Gonçalo/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO, que poderá ser secretariado pela servidora GABRIELA QUINN LOPES FERRO, Analista Processual.

SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO

PORTARIA Nº 182, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Noticia de Fato nº 000543.2014.01.006/2-601, instaurada em face potencialidade em abstrato da lesão que envolve o descumprimento de normas de duração do trabalho, conforme laudos de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego juntados nestes autos.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000543.2014.01.006/2-601 em face de:

SANTO ANTONIO TRANSPORTES LTDA, com sede na Estrada Washington Luis, nº89 - Pendotiba - Niterói - RJ - CEP 24.315-370, inscrito sob o número do CNPJ 30.075.428/0001-64.

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 183, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Noticia de Fato nº 000544.2014.01.006/9-601, instaurada em face potencialidade em abstrato da lesão que envolve o descumprimento de diversos direitos ambientais trabalhistas (empregados expostos a condições gravosas à saúde e segurança, sem proteção do empregador e sem treinamento) e extinção do contrato do trabalho (os empregados foram, no mínimo, induzidos a se demitirem)

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000544.2014.01.006/9-601 em face de:

ARKITEC BRASIL SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL LTDA, com sede na Rua General Bocaiuva, nº880 Sl. 304 - Centro - Itaguai - RJ - CEP 23.815-310, inscrito sob o número do CNPJ 02.906.213/0001-02.

TRANSLAR CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, com sede na Rua da Conceição, nº105 Sl. 206 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.051-011, inscrito sob o número do CNPJ 36.103.414/0001-93.

MUNICIPIO DE NITERÓI-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na Rua Coronel Gomes Machado, 281 - Centro - Niteroi - RJ - CEP 24.020-060, inscrito sob o número do CNPJ 28.521.748/0001-59.

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 184, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Noticia de Fato nº 000537.2014.01.006/0-601, instaurada em face da potencialidade em abstrato da lesão que envolve o descumprimento de diversos direitos ambientais trabalhistas, relacionados a possibilidade de exposição a agente insalubre.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000537.2014.01.006/0-601 em face de:

PROL SOLUÇÕES LTDA, com sede na Rua Barão de Itapagipe, nº61 PARTE - Rio Comprido - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.261-005, inscrito sob o número do CNPJ 04.704.424/0001-98.

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.085, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas considerando

que, a partir de ação fiscal levada a efeito pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, surgiram indícios de que a pessoa jurídica de direito privado DREBES & CIA LTDA., com inscrição no CNPJ sob o nº 96.662.168/0001-31, e sede na Av. das Indústrias, nº 1700, Bairro Industrial, Eldorado do Sul/RS, CEP 92.990-000, emprega trabalhadores em desvio de função;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, viola as disposições contidas no art. 468 da Consolidação das Leis do Trabalho;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de DREBES & CIA LTDA., a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos do Procedimento Preparatório nº 001975.2014.04.000/8;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.086, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas considerando,

com base em denúncia apresentada, que poderia a pessoa jurídica de direito privado MELNICK EVEN DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.181.987/0001-77, com sede na Rua Carlos Trein Filho, 551, Bairro Auxiliadora, Porto Alegre/RS, CEP 90.450-120, estar submetendo estagiários ao desempenho de jornada superior aos limites fixados em lei;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, viola o teor do art. 10 da Lei nº 11.788/2008;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de MELNICK EVEN DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A., a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 002039.2014.04.000/7-000;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 500, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais e ao amparo dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, artigos 6º, inciso VII, "d", e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

Considerando o procedimento 000005.2014.20.001/9 instaurado a partir de notícia de fato apresentada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tendo como Tema: Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente;

Considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

Considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93);

Considerando a necessidade de apurar os fatos noticiados e a eventual ocorrência de lesão a direitos metaindividuais, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de José Francisco de Mecena, tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL com a juntada desta Portaria e das peças que compõe o Procedimento em epígrafe;

III - Determinar a publicação desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria Regional do Trabalho e na imprensa oficial;

IV - Determinar o cumprimento das demais diligências contidas no despacho de fls. 24/25.

ADSON SOUZA DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 502, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

INQUÉRITO CIVIL n.° 001114.2014.20.000/5. REPRESENTADO: ESQUINA GRILL. TEMA(s): 01.01.09. EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva, 06.01.01. Assédio Moral, 06.03.01. Assédio sexual, 09.04. CTPS E REGISTRO DE EMPREGADOS, 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei, 09.06.03.01. Intervalo Intrajornada, 09.06.03.02. Intervalo Interjornada, 09.14.06. Salário Mínimo Nacional, Normativo ou Profissional.

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 01.01.09. EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva, 06.01.01. Assédio Moral, 06.03.01. Assédio sexual, 09.04. CTPS E REGISTRO DE EMPREGADOS, 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei, 09.06.03.01. Intervalo Intrajornada, 09.06.03.02. Intervalo Interjornada, 09.14.06. Salário Mínimo Nacional, Normativo ou Profissional, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor Diego Silva Nunes para atuar como secretário;

LUIS FABIANO PEREIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 77, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.064528/14-15, que tem como interessado: FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA, devido ao excesso de comissionados na Fundação Zoológica de Brasília.

ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES

PORTARIA Nº 78, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.064503/14-86, que tem como interessado: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANFERÊNCIA DE RENDA DO DF - SEDEST, haja vista denúncia de irregularidades nas contratações de temporários no âmbito da SEDEST.

ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 32, DE 20 DE AGOSTO DE 2014
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

À hora regimental, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas e dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes), André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz) e Weder de Oliveira e do Representante do Ministério Público, Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes, em missão oficial, o Ministro Aroldo Cedraz e, em licença em função do falecimento do filho (art. 72, inc. II da LOMAN), a Ministra Ana Arraes.

HOMOLOGAÇÃO DE ATAS

O Tribunal Pleno homologou as Atas nºs 30 e 31, referente às sessões extraordinária e ordinária realizadas em 13 de agosto corrente (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

- Homenagem póstuma em nome do Tribunal ao candidato à Presidência da República e filho da Ministra Ana Arraes, Eduardo Campos, seguida de minuto de silêncio. Logo após, o Presidente leu a nota de agradecimento enviada pela Ministra Ana Arraes; Na oportunidade, o Advogado-Geral da União, Dr. Luís Inácio Lucena Adams, registrou pesar pelo falecimento e solidariedade com a Ministra Ana Arraes.

- Realização, no período de 25 a 27 deste mês, de evento que é parte do processo de elaboração do planejamento estratégico TCU/2015-2021 e será composto de duas etapas: no dia 25 (segunda-feira), *Curso Pensamento Estratégico*; nos dias 26 e 27, *Evento de Lideranças com o Workshop Levantamento de Direcionadores Estratégicos; e*

- Apresentação de Projeto de Resolução que altera a Resolução-TCU nº 202/2007, que dispõe sobre o concurso público para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, cuja relatoria do respectivo processo (TC-018.556/2014-0) foi sorteada para o Ministro Benjamin Zymler.

Do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa:

Participação, nos dias 4 e 6 deste mês, do "IV Encontro Nacional dos Tribunais de Contas" e do "XII Encontro do Colégio de Corregedores e Ouvidores", realizados em Fortaleza/CE.

Do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho:

Realização, no dia 26/8/2014, no Tribunal de Contas da União, em sua sede em Brasília, da Audiência Pública "Direito à memória", conduzida no âmbito do TC-018.752/2014-4.

Do Ministro-Substituto Weder de Oliveira:

Participação, entre os dias 4 e 6 deste mês, na VII Reunião Ordinária do Conselho de Diretores de Polícias da América (Ameripol) realizada em Quito, Equador, como representante deste Tribunal e da Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades de Fiscalização Superiores (Olacefs).

MEDIDAS CAUTELARES CONCEDIDAS (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão de medida cautelar exarada nos autos dos processos nºs:

TC-012.194/2002-1 pelo Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa (em substituição à Ministra Ana Arraes), para não conceder efeito suspensivo ao recurso interposto pela Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp em relação aos subitens 9.6, 9.6.1 e 9.6.2 do acórdão 1.972/2012 - Plenário, na redação dada pelo acórdão 1.727/2014 - Plenário;

TC-018.940/2014-5 pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira, para que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, suspenda os procedimentos licitatórios referentes à Concorrência 1/2014 e manifeste-se, em sede de oitiva, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da comunicação desta medida acautelatória, sobre os fatos apontados na representação formulada pela empresa WDF Serviços Ltda.;

TC-010.013/2014-8 pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira, para que o Departamento de Estradas e Rodagem do Espírito Santos, suspenda a continuidade do processo licitatório RDC Presencial 1/2013, e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes suspenda a execução do termo de compromisso 891/2013-00, até a manifestação deste Tribunal quanto ao mérito.

MEDIDAS CAUTELARES REVOGADAS (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a revogação de medida cautelar exarada nos autos dos processos nºs:

- TC-016.257/2014-6, pelo Ministro Benjamin Zymler, no sentido de liberar a publicação do edital para outorga de autorização objeto de autorização de uso de radiofrequências na faixa de 700MHz; e

- TC-001.615/2014-9, pelo Ministro José Jorge, no sentido de liberar a celebração do contrato de concessão decorrente do procedimentos licitatório da UHE Três Irmãos.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, entre os dias 07 de agosto a 20 de agosto, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Recurso: 005.737/2002-8/R003
Recorrente: José Machado Villar
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ JORGE
Recurso: 012.194/2002-1/R002
Recorrente: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 012.194/2002-1/R003
Recorrente: Paulo Fernandes do Carmo
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 012.194/2002-1/R004
Recorrente: Arnaldo de Oliveira Barreto
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 004.379/2004-8/R001
Recorrente: Solange Maria Santiago Morais
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS
Recurso: 005.448/2006-8/R001
Recorrente: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ
Recurso: 015.663/2007-7/R001
Recorrente: Tomas Antonio Albuquerque de Paula Pessoa
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ JORGE
Recurso: 000.933/2008-6/R001
Recorrente: Silvio Nazareno Leal Costa
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 013.181/2009-5/R002
Recorrente: INSTITUTO GENTE
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 016.998/2009-0/R002
Recorrente: WAUCILON CARVALHO SOUSA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ JORGE
Recurso: 017.637/2009-2/R001
Recorrente: EDGARD FERREIRA DA COSTA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 017.637/2009-2/R002
Recorrente: FRANCISCO TEIXEIRA ANDRADE
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 019.316/2009-5/R001
Recorrente: Antonio Paulo Fernandes
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 005.052/2010-6/R001
Recorrente: Universidade Federal da Bahia
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 005.866/2010-3/R001
Recorrente: PAULO SOARES BUGARIN - Procurador-Geral
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 016.714/2010-5/R001
Recorrente: Aniceto Weber
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 021.581/2010-0/R001
Recorrente: Severino Bezerra e Silva
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS
Recurso: 023.384/2010-7/R002
Recorrente: JOSE DA SILVA TIAGO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ
Recurso: 025.528/2010-6/R001
Recorrente: Emilson Otavio Fianco Júnior
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 025.528/2010-6/R002
Recorrente: Elias Dal Col
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 031.720/2010-2/R002
Recorrente: REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 032.944/2010-1/R001
Recorrente: Francisco Leite Guimarães Nunes
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 027.878/2011-2/R001
Recorrente: JOAO BATISTA DE ALMEIDA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 034.474/2011-0/R001
Recorrente: Mario Maurici de Lima Morais
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 034.474/2011-0/R002
Recorrente: Jamil Yatim
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 002.909/2012-0/R001
Recorrente: ARAUJO CONSTRUCOES LTDA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 006.805/2012-4/R001
Recorrente: Suleima Fraiha Pegado
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 006.805/2012-4/R002
Recorrente: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES, Miguel Benedito Costa dos Santos
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 007.509/2012-0/R001
Recorrente: Instituto Confiancce
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 007.509/2012-0/R002
Recorrente: Isolda de Barros Maciel e José Baka Filho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 007.553/2012-9/R001
Recorrente: TELMA MARIA DE ASSIS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 012.741/2012-4/R001
Recorrente: Florêncio Mendes da Silva
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 015.391/2012-4/R001
Recorrente: Marco Tulio Pinto Bernardo
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE
Recurso: 015.391/2012-4/R002
Recorrente: Marco Aurelio Beck
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE
Recurso: 015.391/2012-4/R003
Recorrente: ALEXANDRE MATUZALEM SPARNS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE
Recurso: 015.391/2012-4/R004
Recorrente: Luis Adriano Alves Pinto
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE
Recurso: 017.474/2012-4/R001
Recorrente: Rosário Conte Galate Neto
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 018.762/2012-3/R001
Recorrente: Amiakare Apalai e Tadeu Wayana Apalay
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 022.850/2012-0/R001
Recorrente: ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CIGANA - APRECI e CARLOS EDUARDO YOVANOVICH JÚNIOR
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ JORGE
Recurso: 028.439/2012-0/R001
Recorrente: JOSE MANOEL MEDEIROS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 041.905/2012-1/R001
Recorrente: Jose Antunes de França
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 004.013/2013-1/R001
Recorrente: Joel Moreira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 005.299/2013-6/R001
Recorrente: Ricardo de Santana Araújo
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 006.109/2013-6/R001
Recorrente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL OS NEGÕES e Paulo Roberto Pereira do Nascimento
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 007.057/2013-0/R001
Recorrente: Gilca Ribeira Starling Diniz
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES
Recurso: 017.256/2013-5/R001
Recorrente: Adelmo Queiroz de Aquino
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 018.901/2013-1/R002
Recorrente: TELC. TELECOM EMPREENDIMENTOS LTDA-ME
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 021.944/2013-0/R001
Recorrente: Maria Ednólia Câmara de Melo
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ JORGE
Recurso: 001.178/2014-8/R001
Recorrente: TPA CONSULTORIA E TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO
Recurso: 001.218/2014-0/R001
Recorrente: Lúcio Esmeraldo Honório de Melo
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ JORGE
Recurso: 006.177/2014-0/R001
Recorrente: VICENTE DE PAULO LIMA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 006.178/2014-6/R001
Recorrente: Wilton Mendes da Silva
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 006.520/2014-6/R001
Recorrente: REGINA DE FATIMA SOUZA BARROS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 006.644/2014-7/R001
Recorrente: DIVA ZANDOMENEGO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 006.648/2014-2/R001
Recorrente: LENISE GRANDO GOLDNER
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER
Recurso: 006.649/2014-9/R001
Recorrente: LIANA GREENHALGH THYS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 006.651/2014-3/R001
Recorrente: NELSON BLANK
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 006.652/2014-0/R001
Recorrente: ORLANDO TOMBOSI
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 006.655/2014-9/R001
Recorrente: Paulo Roberto Petersen Hofmann
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 006.660/2014-2/R001
Recorrente: ROSELANE LAUDARES SILVA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 006.661/2014-9/R001
Recorrente: SERGIO CASTELLO BRANCO NAPPI
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Recurso: 013.173/2014-6/R001
Recorrente: ANA CREUSA MARTINS DOS SANTOS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS
Processo: 002.917/2012-2
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 135, parágrafo único, do CPC, c/c o Art. 151, parágrafo único do RI.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ
Processo: 018.556/2014-0
Interessado: INSTITUTO SERZEDELLO CORREA - TCU
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
Processo: 018.556/2014-0
Interessado: INSTITUTO SERZEDELLO CORREA - TCU
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro BENJAMIN ZYMLER
Processo: 001.160/2010-9
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro BRUNO DANTAS
Processo: 018.363/2014-8
Interessado: SEGECEX/SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE
Processo: 019.876/2014-9
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU/SEGEDAM
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Processo: 026.130/2013-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ
Processo: 033.801/2013-4
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
Processo: 036.854/2011-5
Interessado: ADELAIDE SOARES SETTE, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU/SEGEDAM
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES
Processo: 007.420/2014-5
Interessado: JOEL BRUSCH IZQUIERDO
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-004.055/2011-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior - OAB/DF nº 29.760, não compareceu para produziu sustentação oral em nome da CONSULPLAN - Consultoria Ltda.

Na apreciação do processo nº TC-029.269/2010-5, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, produziu sustentação oral o Dr. Gentil Ferreira de Souza Neto - OAB/DF nº 40.008, em nome da Comtérmica Comercial Térmica Ltda.

Na apreciação do processo nº TC-026.768/2012-7, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, produziu sustentação oral o Dr. Fernando dos Santos Carneiro, Procurador do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo nº TC-000.068/2011-0 (Ata nº 19/2014), apresentados os votos o Tribunal aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 2143/2014.

REABERTURAS DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-004.055/2011-0 (Ata nº 26/2014) e o Tribunal aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 2139/2014.

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-026.768/2012-7 (Ata nº 43/2013) e o Tribunal aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 2142/2014.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-012.107/2008-5, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-005.430/2001-2, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-023.274/2009-0, cujo relator é o Ministro José Jorge, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta os processos de nºs:

TC-022.090/2010-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-006.503/2013-6 e TC-015.134/2001-9, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-005.406/2013-7, cujo relator é o Ministro José Jorge;

TC-012.197/1999-8, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

TC-019.759/2014-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

TC-018.498/2013-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa;

TC-034.062/2011-4, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e

TC-019.676/2013-1, TC-019.677/2013-8 e TC-034.321/2013-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 2100 a 2138.

RELAÇÃO Nº 38/2014 - Plenário

Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 2100/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, inciso I, "d" e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 15 (quinze) dias, a contar do dia seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, para que a sociedade Empresária Uni Engenharia e Comércio Ltda. cumpra a determinação constante do subitem 9.10 do Acórdão 1.067/2014 - Plenário, de acordo com o parecer emitido nos autos:

1. Processo TC-011.613/2014-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Duciomar Gomes da Costa (248.654.272-87); Uni Engenharia e Comercio Ltda (47.860.317/0001-61)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Belém - PA

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos (SecobEnerg).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2101/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, e na forma do art. 218 do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação ao responsável Sr. Geovani de Moura, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão 1.553/2011-TCU-Plenário (retificado pelo Acórdão 1.867/201-TCU-Plenário), de acordo com os pareceres emitidos nos autos,

Valor original da multa: R$ 4.000,00Data de origem da multa: 20/7/2011

Valor recolhido: R$ 4.400,24Data do recolhimento: em 29 parcelas.

1. Processo TC-012.708/2004-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 013.769/2013-8 (ACOMPANHAMENTO); 010.273/2004-4 (REPRESENTAÇÃO); 001.481/2013-4 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Alceu Rodrigues da Silva (300.513.639-68); Aldízio Paiva da Silva (619.853.332-87); Andrea Cristina Batista Andrade Silva (542.138.944-87); Antonio Pereira de Souza (447.129.792-91); Art-tec Tecnologia Em Construção, Terraplanagem e Comércio Ltda. (03.088.682/0001-24); Carlos Henrique Almeida Custodio (285.560.896-15); Elizeu Alves (084.790.622-15); Emanuel Andrade Silva (373.255.404-00); Geovani de Moura (446.756.662-72); Geraldo Campos do Nascimento (368.659.909-00); Geraldo Francisco da Costa (113.829.452-72); Haroldo Carvalho Lima (056.262.342-68); Joceyr Rodrigues Dias (382.236.782-68); Jose Wagner Arruda de Souza (01.781.679/0001-66); Jose Wagner Arruda de Souza (01.781.679/0001-66); José Antonio Lima Filho (323.319.832-91); José Luiz de Matos Elias (241.590.002-82); João Monteiro Barbosa Filho (047.586.332-15); Pedro Arthur Ferreira Rodrigues (861.140.001-10); Robert Sallinger Nóbrega Lima (339.296.375-53); Thiago Henrique Ferreira Rodrigues (002.524.971-12)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Luiz - RR

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (SECEX-RR).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2102/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, e considerando a nulidade da citação feita ao Sr. Wagner Pereira da Silva, assim como dos atos subsequentes, com fulcro nos arts. 174 e 175, do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em considerar prejudicado o exame do recurso de revisão para tornar nulo o Acórdão 571/2011 - TCU - 2ª Câmara, em relação ao Sr. Wagner Pereira da Silva, e em adotar a seguinte medida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.638/2009-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 013.980/2012-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 013.981/2012-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 013.983/2012-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 013.984/2012-8 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Abril Construcoes e Servicos Ltda (42.875.401/0001-35); Antonio Carvelli Filho (047.646.502-82); Wagner Pereira da Silva (316.658.617-20)

1.3. Recorrente: Wagner Pereira da Silva (316.658.617-20)

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia - PA

1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.7. Relator da deliberacao recorrida: Ministro José Jorge

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.9. Advogado constituído nos autos: não há.

1.10. Medida: autorizar, com fundamento no princípio da celeridade processual, que a notificação do requerente sobre esta deliberação seja considerada também como citação inicial da presente tomada de contas especial, nos termos do artigo 214, § 2º, do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente a este Tribunal, conforme disposto no artigo 298 do RI/TCU.

Ata nº 32/2014 - Plenário

Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 38/2014 - Plenário

Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 2103/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 218 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em dar quitação ao Sr. Augusto Jorge Ferreira Lima (153.954.722-15), ante o recolhimento da multa que lhe foi imputada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, observando-se as orientações abaixo:

Quitação relativa ao subitem 9.2 do Acórdão 1.496/2009-Plenário, Sessão de 8/7/2009, retificado pelo Acórdão 376/2011-Plenário, Sessão de 16/2/2011.

Valor original da multa: R$ 3.000,00 Data de origem da multa: 16/2/2011

Valor recolhido: R$ 3.795,90Data do último recolhimento: 3/7/2014

Data do recolhimento	Valor recolhido (R$)1.
19/9/2011	126,532.
10/10/2011	126,533.
1/11/2011	126,534.
6/12/2011	126,535.
3/1/2012	126,536.
5/4/2012	126,537.
10/5/2012	126,538.
6/7/2012	126,539.
10/8/2012	126,5310.
10/9/2012	126,5311.
9/10/2012	126,5312.
7/12/2012	126,5313.
7/12/2012	126,5314.
4/1/2013	126,5315.
4/1/2013	126,5316.
8/3/2013	126,5317.
5/4/2013	126,5318.
19/7/2013	126,5319.
19/7/2013	126,5320.
8/8/2013	126,5321.
8/8/2013	126,5322.
10/9/2013	126,5323.
5/11/2013	126,5324.
11/11/2013	126,5325.
2/12/2013	126,5326.
2/12/2013	126,5327.
5/2/2014	126,5328.
4/4/2014	126,5329.
6/5/2014	126,5330.
3/7/2014	126,5331.

1. Processo TC-019.799/2007-3 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2006)

1.1. Apensos: 015.897/2011-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 001.537/2004-5 (REPRESENTAÇÃO); 013.763/2013-0 (ACOMPANHAMENTO); 013.668/2006-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Ângela Solange Barreto Brasil (225.190.922-20); Antonio Ribeiro da Silveira (352.681.072-91); Augusto Jorge Ferreira Lima (153.954.722-15); Gesse Santana Borges (310.151.741-91); Gilmar Horta Thome (074.656.532-15); Izete Nascimento Viana (112.357.132-53); Jose Ferreira de Alencar (149.802.232-49); Maria Caetano da Mota (465.749.136-91); Maria Cirlana da Silva Nascimento (193.355.982-91); Nara Dieny Rodrigues de Lira Costa (241.721.972-72); Paulo Roberto Campos Moreira (410.383.551-68); Rosilda Leandro da Silva (074.721.962-15); Ternilson de Souza Santos (287.403.002-34)

1.3. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado de Roraima

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (SECEX-RR).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2104/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c art. 169, inciso V, art. 143, inciso V, alínea "a" e 243 do Regimento Interno, em considerar cumpridas as determinações constantes dos itens 9.3 e 9.4 do Acórdão 122/2014-TCU-Plenário, apensar em definitivo estes autos ao TC 031.937/2013-6 e dar ciência desta deliberação ao Hospital Federal dos Servidores do Estado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.896/2014-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2105/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 235, 237, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da representação, ante o não preenchimento dos requisitos de admissibilidade exigidos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, arquivando-se o feito após comunicação ao representante:

1. Processo TC-003.682/2014-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Guilherme Fraccari Nogueira (416.629.358-38)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos (SecobEnerg).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 enviar cópia da presente decisão e da instrução inserta à peça 16, juntamente com cópia da representação em exame (peça 1), ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a quem compete a fiscalização das obras executadas pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e custeadas com recursos oriundos de financiamento do FGTS.

ACÓRDÃO Nº 2106/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência ao(s) representante(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.937/2014-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Ana Maria Almeida Nogueira (062.558.413-91); Carlos Alberto Pinheiro (016.879.723-20)

1.2. Interessado: Fonseca & Bosco Ltda. (14.302.290/0001-32)

1.3. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2107/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 237, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente e determinar o arquivamento do feito, conforme pareceres emitidos nos autos, dando ciência à Diretoria Regional dos Correios no Piauí (DR/PI) e ao representante, nos termos abaixo:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-033.566/2013-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT No Piauí - DR/PI

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 32/2014 - Plenário

Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 34/2014 - Plenário

Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 2108/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto o processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, considerando a comprovação do pagamento integral da multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) pelo Sr. Luís Carlos Wanderley Lima (CPF 545.176.487-53), consoante comprovante de pagamento, ratificado pela pesquisa no sistema Siafi, e demonstrativo de débito, todos de peça 240, que lhe foi imputada pelo Acórdão 2946/2011-TCU-Plenário, em seu item 9.7, peça 14, p. 5/10, o qual foi reformado pelos Acórdãos 2080/2013-TCU-Plenário, peça 173, (retificado por erro material pelo Acórdão 3163/2013-TCU-Plenário, peça 207), 1460/2014-TCU-Plenário, peça 227, ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação ao responsável, ante o recolhimento integral da multa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.222/2004-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2003)

1.1. Responsáveis: Ailton de Lima Ribeiro (487.119.008-06); Ary Leite de Jesus (342.777.571-20); Avelino Sardagna (083.116.419-00); Carlos Roberto Martins (316.475.701-82); Claudio Maierovitch Pessanha Henriques (059.514.278-86); Franklin Rubinstein (083.596.877-49); Gonzalo Vecina Neto (889.528.198-53); Jose Carlos Magalhaes da Silva Moutinho (398.005.047-53); Josefa Jeane Gomes (333.978.721-20); Luis Carlos Wanderley Lima (545.176.487-53); Luiz Milton Veloso Costa (124.552.536-00); Marcelo Azalim (177.349.246-20); Ricardo Oliva (669.453.568-68); Silas Paulo Resende Gouveia (311.988.216-04); Victor Hugo Costa Travassos da Rosa (008.165.822-20); Walmir Gomes de Sousa (334.034.061-72)

1.2. Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Júlio César Soares de Souza (OAB/MG 107.255) e outros

ACÓRDÃO Nº 2109/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Edital 187/2013-PROAF/DM (peça 2), Pregão Presencial realizado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), destinado ao registro de preços visando à contratação de empresa para serviço especializado em implantação de redes de fibra óptica e redes de cabeamento estruturado no Campus da universidade (p. 1/5, peça 1); com fundamento no art., 143, III, do RI/TCU, ACORDAM em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993;

b) indeferir a proposta de medida cautelar, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida de urgência;

c) considerar improcedente a representação formulada pela empresa DV Tecnologia Ltda.;

d) dar ciência à Universidade Estadual de Londrina que exigir produtos fornecidos por um mesmo fabricante, mesmo que não se defina marca específica, sem que ocorra previamente uma decisão administrativa circunstanciadamente motivada que demonstre ser essa a opção, em termos técnicos e econômicos, a mais vantajosa para a administração, contraria o art. 7°, § 5°, da Lei 8.666/93 e a Súmula 270/2012 do TCU;

e) comunicar a representante o teor deste Acórdão; e

f) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-000.719/2014-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: DV Tecnologia Ltda. (CNPJ 07.415.795/0001-48)

1.2. Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); Universidade Estadual de Londrina (UEL)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2110/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de representação formulada pelo Procurador da República Sr. Alexandre Ribeiro Chaves, por intermédio do Ofício PR/RJ/MPF/ARC n. 10.449/2013, de 1/7/2013, reiterado pelo Ofício PR/RJ/MPF/ARC n. 17.633, de 11/11/2013, com o intuito de instruir o Procedimento Administrativo MPF/PR/RJ n. 1.30.001.007176/2012-3, nos termos do que dispõem o art. 6º, inciso XVIII, alínea "c", da Lei Complementar 75/93 e os arts. 143, III e 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU, ACORDAM em:

a) conhecer da presente representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 6º, inciso XVIII, alínea "c", da Lei Complementar 75/93 c/c o art. 237, inciso I, do RI/TCU, e nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência ao Parque Material Aeronáutico dos Afonsos de que é irregular cláusula de edital de licitação que não defina de maneira clara e suficiente as especificações do objeto licitado, deixando dúvidas quanto à forma de atendimento das exigências requeridas pela Administração, por violar o postulado da igualdade entre os licitantes e comprometer a competitividade do certame (arts. 3º, inciso II, e 4º, inciso III, da Lei n. 10520/2002);

c) encaminhar cópia deste Acórdão, ao representante, ao Parque Material Aeronáutico dos Afonsos e ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica; e

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-007.567/2014-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro

1.2. Unidade: Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos (PAMAAF)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2111/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de autos de representação consignada pela empresa Teracom Telemática S/A - Datacom a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), relacionadas ao Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços nº 14/2013; com fundamento no art. 143, III, do RI/TCU, ACORDAM em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993.

b) indeferir o requerimento de medida cautelar, *inaudita altera pars*, formulado pela empresa Teracom Telemática S/A - Datacom, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida;

c) considerar improcedente a representação formulada pela empresa Teracom Telemática S/A - Datacom;

d) dar ciência deste Acórdão, ao representante e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

e) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-018.514/2014-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Teracom Telemática S/A - Datacom - (CNPJ 02.820.966/0001-09)

1.2. Unidade: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Karina Amorim Sampaio Costa (OAB/DF 23.803), Francisco de Assis Lima Filho (OAB/DF 25.521) e Vinicio Rossetto (OAB/RS 47.372)

Ata n° 32/2014 - Plenário

Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 36/2014 - Plenário

Relator - Ministro JOSÉ JORGE

ACÓRDÃO Nº 2112/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, incisos II, IV, 41 e 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 250, incisos II, III, do Regimento Interno, e na Instrução Normativa-TCU nº 27/1998, em considerar regulares os procedimentos relativos ao primeiro estágio de acompanhamento do Leilão A-5/2014, atinentes aos empreendimentos Ercilândia e Apertados, fazer a comunicação e a determinação abaixo transcritas, dando-se ciência desta deliberação ao Ministério de Minas e Energia, à Empresa de Pesquisa Energética e à Agência Nacional de Energia Elétrica, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.288/2014-5 (DESESTATIZAÇÃO) - Apensos: 016.903/2014-5 (Desestatização); 016.910/2014-1 (Desestatização)

1.1. Interessado: Ministério de Minas e Energia.

1.2. Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

1.3. Relator: Ministro José Jorge.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnergia).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Dar ciência à Aneel de que, com fundamento no § 3º do art. 3º da Portaria MME 169, de 15/4/2014, com redação dada pela Portaria MME 319, de 9/7/2014, não podem ser considerados aptos para ir a leilão os empreendimentos que não tiverem a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) e a Licença Prévia (LP) protocoladas junto à EPE até as 12 horas do dia 15/9/2014.

1.8. Determinar à SefidEnergia que acompanhe os demais estágios do Leilão A-5/2014.

ACÓRDÃO Nº 2113/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, 250, inciso I, do Regimento Interno, em considerar parcialmente cumprido o subitem 9.1 do Acórdão nº 1240/2013-TCU-Plenário, fazer a comunicação abaixo transcrita, e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.321/2013-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgãos/Entidades: Governo do Estado do Ceará e Ministério do Turismo.

1.3. Relator: Ministro José Jorge.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana e Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará.

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Dar ciência à Secretaria do Turismo do Estado do Ceará de que ainda existem falhas construtivas pendentes de correção pelo construtor, encaminhando-lhe cópia do relatório de inspeção e registro fotográfico (peças 17, 11 a 14).

ACÓRDÃO Nº 2114/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, §1º, da Lei nº 8.666/1993, c/c os arts. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e arts. 1º, inciso XXVI, 17, inciso IV, 143, inciso III, 237, parágrafo único e inciso VII, 250, inciso I, do Regimento Interno, em considerar improcedente a representação adiante relacionada, já conhecida por despacho do Relator de 5/5/2014, peça 11, indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Cennatech Indústria e Comércio de Tecnologia Ltda., tendo em vista a ausência dos pressupostos necessários à sua concessão, encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica à Furnas-Centrais Elétricas S.A., à empresa Nansen S.A. Instrumentos de Precisão, e à representante, e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.797/2014-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Empresa Cennatech Indústria e Comércio de Tecnologia Ltda. (CNPJ 53.115.366/0001-72)

1.2. Entidade: Furnas - Centrais Elétricas S.A.

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Leandro Parizotto (OAB/SC 14.408) e Ricardo Antonio Parizotto (OAB/SC 34.217).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2115/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, §1º, da Lei nº 8.666/1993, c/c os arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, e os arts. 1º, inciso XXVI, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII, 250, inciso I, do Regimento Interno, em conhecer da representação a seguir relacionada, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Inbraterrestre Indústria e Comércio de Materiais de Segurança Ltda. ante a inexistência dos pressupostos necessários a sua concessão, arquivar o processo, e dar ciência desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica à representante e ao órgão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.759/2014-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Empresa Inbraterrestre Indústria e Comércio de Materiais de Segurança Ltda. (12.887.936/0001-65).

1.2. Órgão: Departamento de Polícia Federal (DPF/MJ).

1.3. Relator: Ministro José Jorge.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Advogado constituído nos autos: Raphael Rodrigues da Silva (OAB/SP 279773) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2116/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, §1º, da Lei nº 8.666/1993, c/c os arts. 1º, inciso II, 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, e os arts. 1º, inciso XXVI, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em conhecer da representação a seguir relacionada, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela Associação das Empresas de Transportes Leves e Pesados e Locadora de Veículos do Brasil ante a inexistência dos pressupostos necessários a sua concessão, fazer a comunicação abaixo transcrita, arquivar o processo, e dar ciência desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica à representante e ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.833/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Associação das Empresas de Transportes Leves e Pesados e Locadora de Veículos do Brasil (CNPJ 19.586.368/0001-01).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

1.3. Relator: Ministro José Jorge.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Dar ciência ao TRE-SP que o subitem 1.1 da cláusula IX do edital do Pregão 69/2014 contraria a decisão do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário - RE 595.838, que declarou a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei nº 8.212/1991 (artigo 22, inciso IV), encaminhando ao TCU, no caso de continuidade do procedimento, cópia do edital republicado com a devida alteração.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2117/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea *e*, do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para a finalização do relatório de auditoria de que trata o subitem 9.2 do Acórdão nº 1208/2014-TCU-Plenário e dar ciência deste Acórdão ao Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, Deputado Paulo Feijó, de acordo com a proposta da Unidade Técnica:

1. Processo TC-006.049/2014-1 (SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL)

1.1. Interessado: Congresso Nacional.

1.2. Entidade: Petrobras Biocombustível S.A.

1.3. Relator: Ministro José Jorge.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 32/2014 - Plenário

Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 31/2014 - Plenário

Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2118/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos I, II e III, e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação à responsável, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi cominada, conforme os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao item 9.1 do Acórdão 1.536/2014 - Plenário, prolatado em Sessão de 11/06/2014, Ata 21/2014.

Valor original da multa: R$ 15.000,00 Data de origem: 11/06/2014

Valor recolhido:R$ 15.060,00 Data do recolhimento: 01/08/2014

1. Processo TC-012.113/2005-8 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2004)

1.1. Responsável: Maria Luiza Jaeger (CPF: 124.310.100-82), ex-Secretária

1.2. Unidade: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: SecexSaúde

1.6. Advogado constituído nos autos: Jorge Jaeger Amarante (OAB/DF 21.321)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 2119/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-019.431/2010-4 (Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial)

1.1. Apensos: TC-012.904/2012-0 (Cobrança Executiva); TC-012.767/2009-4 (Representação) e TC-012.905/2012-7 (Cobrança Executiva)

1.2. Recorrente: José Altamir Taumaturgo Sá (372.795.802-20)

1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Purus/AC

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex/AC)

1.7. Advogados constituídos nos autos: Alessandro Callil de Castro (OAB/AC 3.131) e Lucas Vieira Carvalho (OAB/AC 3.456)

1.8. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de recurso de revisão interposto por José Altamir Taumaturgo Sá, ex-Prefeito de Santa Rosa do Purus/AC, contra o Acórdão 8.124/2011 - 1ª Câmara, proferido no âmbito desta tomada de contas especial, instaurada a partir de conversão de processo de representação (TC-012.767-2009-4), em virtude de irregularidades na aplicação de recursos oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) repassados ao município nos exercícios de 2005 e 2006, conforme determinação proferida no Acórdão 3.579/2010 - 2ª Câmara.

Considerando que, por meio do Acórdão 8.124/2011 - 1ª Câmara, o Tribunal considerou revel o ora recorrente e julgou irregulares suas contas, com condenação em débito e aplicação de multa, ante a ausência de documentação fiscal que comprovasse a destinação das verbas e à existência de indícios relevantes de uso irregular dos recursos em questão;

Considerando que, neste momento, o responsável interpõe o presente recurso de revisão alegando insuficiência de provas na fundamentação do acórdão recorrido (art. 35, inciso II, da Lei 8.443/1992);

Considerando que a insuficiência documental suscitada pelo recorrente diz respeito, em verdade, a uma suposta invalidade das notificações que lhe foram endereçadas no curso do processo, que, se confirmada, poderia ensejar a nulidade absoluta, inclusive de ofício, da decisão recorrida;

Considerando que, no exame de admissibilidade (peça 29), a Serur conclui que esta Corte de Contas observou fielmente, na condução da presente tomada de contas especial, as normas que resguardam as garantias do contraditório e da ampla defesa, reconhecendo a legitimidade das comunicações questionadas;

Considerando que, diante disso, e uma vez que o recorrente limitou-se a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente, a Serur manifesta-se pelo não conhecimento do recurso, por não atendimento aos requisitos específicos de admissibilidade;

Considerando que o MP/TCU, no parecer à peça 34, à vista dos elementos contidos nos autos, manifesta-se de acordo com a proposta alvitrada pela unidade técnica;

Considerando que, de fato, o exame efetuado pela Serur demonstra cabalmente a regularidade e a legitimidade das comunicações processuais realizadas nos autos e que os elementos trazidos na peça recursal não preenchem os requisitos específicos para o seu conhecimento como recurso de revisão;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", e 288 do RI/TCU, em não conhecer do recurso de revisão, por não preenchimento dos requisitos específicos de admissibilidade, dando-se ciência desta deliberação às partes e aos órgãos e entidades interessados, encaminhando-lhes cópia desta decisão, bem como da instrução da Serur que a fundamentou (peça 29).

ACÓRDÃO Nº 2120/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 932/2014 - TCU - Plenário, prolatado na Sessão de 9/4/2014, Ata nº 11/2014, relativamente ao subitem 9.1, para que, onde se lê "julgar irregulares as contas de João Paulo Barcellos Esteves, Sandro Ricardo Barbara, Evandro Silva Rosa, Antônio Manoel Moraes e Thiago Freitas Brugnerotto, bem como da empresa Cristo Rei Construtora e Incorporadora Ltda., condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias registradas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas indicadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Municipal de Saúde de Dourados - MS", leia-se "julgar irregulares as contas de João Paulo Barcellos Esteves, Sandro Ricardo Barbara, Mário Eduardo Rocha Silva, Evandro Silva Rosa, Antônio Manoel Moraes e Thiago Freitas Brugnerotto, bem como da empresa Cristo Rei Construtora e Incorporadora Ltda., condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias registradas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas indicadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Municipal de Saúde de Dourados - MS", mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.264/2010-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: João Paulo Barcellos Esteves (ex-secretário municipal de saúde, CPF 037.673.928-28), Sandro Ricardo Barbara (ex-secretário municipal de saúde, CPF 086.581.848-70), Mário Eduardo Rocha Silva (ex-secretário municipal de saúde, CPF 180.795.958-95), Evandro Silva Rosa (ex-superintendente de gestão operacional da secretaria municipal de saúde, CPF 404.920.951-91), Antônio Manoel Moraes (ex-coordenador administrativo operacional, CPF 608.650.758-91), Thiago Freitas Brugnerotto (ex-coordenador de serviços do setor de compras, CPF 922.583.871-91), e Cristo Rei Construtora e Incorporadora Ltda. (CNPJ 08.433.744/0001-01)

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Dourados/MS

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Andréa de Liz Santana - OAB/MS 13.159, Jucilene Rodrigues de Lima - OAB/MS 6.493-E, Lauro Shibuya - OAB/SP 68.167, Marcos Alcará - OAB/MS 9.113, Munder Hassan Gebara - OAB/MS 5.485 e Rogério Castro Santana - OAB/MS 15.751

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2121/2014 - TCU - Plenário

Processo TC-033.123/2010-1 (Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial)

1. Embargante: Eudoro Walter de Santana (001.522.423-68)

2. Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)

3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

4. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

5. Representante do Ministério Público: não atuou

6. Unidade Técnica: não atuou

7. Advogados constituídos nos autos: André Luiz de Souza Costa (OAB/CE 10.550), Marla Monise Campos de Castro Veras (OAB/CE 27.769), Fernando Antônio Macambira Viana Brasileiro (OAB/CE 10.743) e Francisco Hermínio Neto (OAB/CE 23.066)

8. Acórdão:

Considerando que o responsável Eudoro Walter de Santana foi devidamente notificado do acórdão embargado, em 21/7/2014, tendo esse fato sido reconhecido pelo embargante (peça 97, p. 2);

Considerando que o prazo para interposição de embargos de declaração é de dez dias, conforme o art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992;

Considerando que o termo para a apresentação de embargos de declaração contra o Acórdão 1.674/2014 - Plenário ocorreu em 31/7/2014, como também admite o próprio embargante (peça 97, p. 2);

Considerando que o recurso em questão foi protocolizado em 4/8/2014, catorze dias após a cientificação do embargante;

Considerando que não há previsão, na legislação, para o procedimento adotado pelo responsável, que, no dia 31/7/2014, enviou seu recurso a este Tribunal de Contas, por meio eletrônico, para que a peça original fosse enviada posteriormente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

8.1 não conhecer do presente recurso, em razão de intempestividade;

8.2 dar ciência desta deliberação ao embargante.

ACÓRDÃO Nº 2122/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 143, inciso V; alínea "e", do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em autorizar a prorrogação, por mais 60 (sessenta) dias, do prazo estipulado no subitem 9.1 do Acórdão nº 1168/2014 - TCU - Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, dando-se ciência à requerente.

1. Processo TC-013.031/2014-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2123/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conceder a prorrogação, por mais 60 (sessenta) dias, do prazo estipulado para atendimento aos itens 9.4 a 9.7 do Acórdão 453/2014 - Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, dando-se ciência à requerente.

1. Processo TC-039.811/2012-3 (AUDITORIA)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Unidade: Secretaria de Política Agrícola - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPA/MAPA)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 2124/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso II, e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência à representante com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.675/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Avangard Tecnologia Ltda. (CNPJ 01.191.930/0001-32)

1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 32/2014 - Plenário

Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 39/2014 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2125/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", e 237, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em considerar a presente representação procedente, ante os motivos expostos pela Secex/RO (peças 3-4), dar ciência desta deliberação ao interessado, encaminhar à Prefeitura Municipal de Presidente Médici - RO cópia da instrução de peça 3, e arquivar os presentes autos, sem prejuízo das determinações propostas abaixo e de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto caso presentes elementos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-001.131/2014-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (04.801.221/0001-10)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Presidente Médici - RO

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à:

1.7.1. Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que adote as medidas necessárias para adequar a composição de cargos do quadro de pessoal do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF aos termos da Portaria GM/MS 154/2008, informando ao Tribunal as medidas adotadas no prazo de 90 (noventa) dias; e

1.7.2. à Secretaria de Controle Externo em Rondônia que monitore a medida determinada à Prefeitura Municipal de Presidente Médici, nos termos do artigo 237, parágrafo único, c/c o artigo 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 2126/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fulcro nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", e 237 do Regimento Interno do TCU, em:

a) conhecer da presente representação, ante os motivos expostos pela Secex/TO e promover seu arquivamento, nos termos do art. 106, §3º da Resolução TCU 259/2014;

b) dar ciência desta deliberação à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, encaminhando cópia da instrução de peças 30 a 32.

1. Processo TC-001.496/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Secretaria Federal de Controle Interno - CGU/PR

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Tocantins

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (SECEX-TO).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2127/2014 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Trivale Administração Ltda., dando conta de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 22/2014, promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Administração Regional no Estado do Rio Grande do Sul - Senac/RS, tendo por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de cartão eletrônico de vale alimentação com tecnologia de chip,

Considerando o aspecto de a documentação em tela preencher os requisitos legais e regulamentares, em especial o disposto no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/93 e no inc. VII do art. 237 do Regimento Interno, para ser conhecida como Representação, passando-se ao exame de seu mérito;

Considerando que a representante aponta como possível irregularidade a exigência constante do edital do certame relativa à tecnologia do objeto licitado (cartões magnéticos com chip), por entender que a exigência é excessiva e restritiva ao caráter competitivo do certame, macula a isonomia entre os licitantes, fere a lisura do procedimento licitatório e prejudica o interesse público;

Considerando que o Tribunal, por meio dos Acórdãos 112/2013 - TCU - Plenário e 1228/2014 - TCU - Plenário, já deliberou acerca dessa questão, havendo considerado que a referida exigência não se afigura restritiva ao caráter competitivo do certame e visa a dotar de maior segurança o benefício concedido;

Considerando as conclusões da unidade técnica e o encaminhamento por ela proposto, em uníssono (peças nºs 7 e 8);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) com fundamento no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/93 e no inc. VII do art. 237 do Regimento Interno/TCU, conhecer da presente Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) considerar prejudicado o requerimento de medida cautelar pleiteada pela Representante, tendo em vista o disposto no item precedente;

c) determinar o encaminhamento de cópia desta deliberação, bem como da instrução constante da peça nº 7, à Representante e ao Senac/RS; e

d) autorizar o arquivamento destes autos, nos termos do inc. V do art. 169 do Regimento Interno.

1. Processo TC-018.314/2014-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Trivale Administração Ltda. CNPJ 00.604.122/0001-97.

1.2. Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Administração Regional no Estado do Rio Grande do Sul - Senac/RS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secex/SC.

1.6. Advogados constituídos nos autos: Wanderley Romano Donadel, OAB/MG 78.870; e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2128/2014 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados estes autos de solicitação oriunda da Procuradoria do Trabalho da 21ª Região, materializada mediante a remessa a este Tribunal do Ofício CODIN 10704.2014, por meio do qual o Ministério Público do Trabalho vem requisitar a realização de "ação fiscal no Conselho Regional de Corretores de Imóveis - Creci/RN", com apresentação de relatório no prazo de sessenta dias, em face de suposta contratação de servidores sem concurso público,

Considerando que nos termos da Lei Orgânica/TCU, do Regimento Interno/TCU e da Resolução TCU 259/2014 (art. 59), o solicitante não detém competência para solicitar a realização de fiscalizações por esta Corte de Contas, conforme análise consignada na instrução de peça 2,

Considerando que, examinada a solicitação com vistas à verificação do preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do RI/TCU, para o conhecimento da matéria como denúncia ou representação, concluiu a Secex/RN pelo não preenchimento dos requisitos necessários, haja vista a ausência de informações sobre os indícios de irregularidades a serem apurados,

Considerando assim as propostas formuladas pela secretaria, no sentido do não conhecimento da solicitação, informando-se ao solicitante as razões para tanto,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) não conhecer da solicitação em face da ausência de competência do solicitante para demandar ações fiscalizatórias por parte deste Tribunal, com fundamento no art. 232, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

b) arquivar o presente processo, ante o cumprimento do objetivo do feito, consoante o art. 169, inciso V, do RI/TCU, sem prejuízo das medidas indicadas no subitem 9.7 deste acórdão.

1. Processo TC-018.507/2014-0 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho - 21ª Região/RN - MPT/MPU (26.989.715/0061-43)

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis-RN/17ª Região

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. informar ao solicitante, em atenção ao Ofício CODIN nº 10704.2014, de 17/72014, que:

1.7.1.1. o pedido objeto do referido ofício não pode ser atendido por esta Corte como solicitação de fiscalização, vez que, nos termos dos art. 1º, inciso II, e 232 do Regimento Interno/TCU, o Tribunal só atende solicitações de fiscalização originárias do Congresso Nacional, de suas Casas ou das respectivas Comissões;

1.7.1.2. o conteúdo do referido ofício também não pode ser recepcionado como representação, por não atender todos os requisitos indicados no art. 235 do RI/TCU, vez que não foi demostrada a existência de suficientes indícios de irregularidades ou ilegalidades;

1.7.1.3. cópia do mencionado expediente será encaminhado para a Diretoria Técnica competente da Secex/RN para subsidiar o planejamento das fiscalizações no CRECI/RN;

1.7.2. determinar à Secex/RN que proceda à juntada de cópia do Ofício CODIN nº 10704.2014, de 17/72014 ao TC 003.080/2014-5 (processo administrativo de produção de conhecimento no âmbito da Secex-RN), a fim de servir de subsídio para o planejamento de ações fiscalizatórias por parte dessa Secretaria.

Ata n° 32/2014 - Plenário

Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 28/2014 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 2129/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40 da Resolução TCU n. 259/2014, em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC-009.494/2012-0 (Relatório de Auditoria), de acordo com o parecer emitido pela Secex/GO:

1. Processo TC-015.865/2013-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rio Verde/GO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2130/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40 da Resolução TCU n. 259/2014, e considerando o cumprimento das determinações constantes do Acórdão n. 1.907/2006 - Plenário, alterado pelos Acórdãos ns. 1.796/2009, 124/2011 e 2.727/2012 todos do Plenário, em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC-019.619/2003-4 (Representação), de acordo com o parecer emitido pela Secex/RR:

1. Processo TC-035.916/2011-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - FNS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex/RR).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2131/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 15 (quinze) dias, a contar da notificação desta deliberação, para que a Diretoria-Geral do Senado Federal cumpra a determinação constante do subitem 9.2.1 do Acórdão n. 3.023/2013 - Plenário, com a redação dada pelo Acórdão n. 644/2014 - Plenário:

1. Processo TC-022.577/2012-2 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: 330 unidades jurisdicionadas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2132/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40 da Resolução TCU n. 259/2014, em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC-017.093/2014-7 (Representação), de acordo com o parecer emitido pela SefidTransporte:

1. Processo TC-013.759/2012-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes (SefidTransporte).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 32/2014 - Plenário

Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 26/2014 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 2133/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em dar quitação aos Srs. Joel Buna Rocha Pinto e Odival Monterozzo Leite, ante o recolhimento integral das multas que lhes foram imputadas por meio do Acórdão 403/2011-TCU-Plenário, Sessão Ordinária de 16/2/2011 (Ata nº 5/2011, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Responsável: Joel Buna Rocha Pinto

Valor original da multa: R$ 3.000,00 / Data de origem da multa: 16/2/2011

Valores recolhidos	Datas dos recolhimentos32.
R$ 200,00	05/05/201133.
R$ 200,00	08/06/201134.
R$ 300,00	04/07/201135.
R$ 200,00	02/08/201136.
R$ 200,00	02/09/201137.
R$ 200,00	05/10/201138.
R$ 200,00	03/11/201139.
R$ 200,00	05/12/201140.
R$ 200,00	03/01/201241.
R$ 200,00	06/02/201242.
R$ 200,00	05/03/201243.
R$ 200,00	02/04/201244.
R$ 250,00	02/05/201245.
R$ 250,00	05/06/201246.
R$ 145,21	14/07/201447.

Responsável: Odival Monterozzo Leite

Valor original da multa: R$ 3.000,00 / Data de origem da multa: 16/2/2011

Valores recolhidos	Datas dos recolhimentos48.
R$ 129,46	15/03/201249.
R$ 129,74	13/04/201250.
R$ 130,56	15/05/201251.
R$ 131,03	14/06/201252.
R$ 131,14	17/07/201253.
R$ 132,25	19/09/201254.
R$ 133,01	16/10/201255.
R$ 133,79	19/11/201256.
R$ 134,59	13/12/201257.
R$ 131,71	17/12/201258.
R$ 135,66	15/01/201359.
R$ 136,82	18/02/201360.
R$ 137,64	21/03/201361.
R$ 138,29	15/04/201362.
R$ 139,05	20/05/201363.
R$ 139,56	17/06/201364.
R$ 139,93	13/08/201365.
R$ 139,98	19/08/201366.
R$ 140,30	16/09/201367.
R$ 140,80	17/10/201368.
R$ 141,60	14/11/201369.
R$ 142,37	18/12/201370.
R$ 142,37	10/01/201471.
R$ 143,67	10/02/201472.
R$ 144,47	11/03/201473.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-005.764/2004-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC-016.924/2013-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-016.200/2012-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-016.201/2012-4 (COBRANÇA EXECUTIVA) e TC-003.673/2004-6 (DENÚNCIA).

1.2. Responsáveis: Adauto Vieira dos Santos (CPF 037.276.962-49); Annibal Barcellos (CPF 001.288.647-53); Antônio Waldez Góes da Silva (CPF 126.175.552-91); Claudio Pinho Santana (CPF 061.605.062-34); Eduardo da Silva Moura (CPF 261.485.792-00); Fernando Antonio Van Erven Santos (CPF 005.928.397-10); Francisco Gomes Martins (CPF 171.859.802-59); Glauco Mauro Cei (CPF 099.144.552-04); Jaezer de Lima Dantas (CPF 215.821.652-20); Joel Buna Rocha Pinto (CPF 054.589.863-34); Joucier Chaves Pinto (CPF 523.666.183-87); Luiz Alcântara da Silva (CPF 066.810.422-87); Maciel Rodrigues de Oliveira (CPF 095.421.831-00); Maria Cristina do Rosário Almeida Mendes (CPF 251.416.192-49); Odival Monterozzo Leite (CPF 072.960.532-91); Rodolfo Fernandes da Silva Torres (CPF 086.236.878-25) e Ruy Guilherme Smith Neves (CPF 089.852.192-00).

1.3. Órgão/Entidade: Estado do Amapá.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (Secex-AP).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinar à Secex/AP que informe ao Sr. Odival Monterozzo Leite (CPF 072.960.532-91) que, em razão do recolhimento da dívida a maior, relativa à multa que lhe foi aplicada por meio do Acórdão 403/2011-TCU-Plenário, no valor original de R$ 3.000,00 (três mil reais), há crédito em seu favor perante a Fazenda Pública Federal, no valor de R$ 142,28 (cento e quarenta e dois reais e vinte e oito centavos), que pode ser requerido ao TCU por meio de petição administrativa.

ACÓRDÃO Nº 2134/2014 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de auditoria realizada pela então SecobEdificação, no período de 27/5 a 28/6/2013, nas obras de construção da Vila Olímpica de Parnaíba/PI, por força de determinação contida no Acórdão 448/2013-TCU-Plenário;

Considerando que a referida fiscalização foi apreciada em 5/8/2013, tendo sido prolatado o Acórdão 2.394/2013-Plenário, por meio do qual o TCU, entre outras medidas, determinou cautelarmente ao Ministério do Esporte e à Caixa Econômica Federal, com fulcro no art. 276 do RITCU, que promovessem a suspensão das transferências financeiras atinentes aos contratos de repasse fiscalizados, em face da aprovação de projeto sem os adequados estudos de viabilidade do empreendimento e da evidente incompatibilidade do porte do empreendimento com a conjuntura socioeconômica do município de Parnaíba/PI, autorizando, desde logo, a realização de oitiva posterior e até mesmo as audiências dos gestores da Fundação dos Esportes do Piauí - Fundespi, do Ministério do Esporte e do município do Piauí envolvidos na aprovação do projeto da Vila Olímpica de Parnaíba;

Considerando que o item 9.3.4 do citado Acórdão 2.394/2013-TCU-Plenário assinou prazo para a Caixa e o Ministério dos Esportes encaminharem ao Tribunal cópia de documentação que atestasse a adequabilidade dos estudos de viabilidade do empreendimento e a compatibilidade do porte do empreendimento com a conjuntura socioeconômica do referido município;

Considerando que o Acórdão 2.762/2013-TCU-Plenário, prolatado em 9/10/2013, ao apreciar embargos de declaração opostos pela Construtora Getel Ltda. em face do Acórdão 2.394/2013-TCU-Plenário, deferiu as prorrogações de prazo solicitadas pelo Estado do Piauí e pelo Ministério do Esporte, concedendo-lhes uma dilação temporal de 90 dias para atenderem às notificações constantes do aresto embargado;

Considerando que, em 3 de fevereiro de 2014, a Sra. Luiza Rangel, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte, solicitou à Peça nº 187 nova prorrogação de prazo para atendimento às determinações contidas no Acórdão 2.394/2013-TCU-Plenário, com as alterações promovidas pelo Acórdão 2.762/2013-TCU-Plenário;

Considerando que, à vista do longo prazo transcorrido desde o encaminhamento das determinações ao Ministério do Esporte, o qual já fora postergado, inclusive, por 90 dias, este Tribunal de Contas negou o requerimento de prorrogação de prazo, mediante o Acórdão nº 334/2014-TCU-Plenário (Relação nº 6/2014), por entender como evidente a inexistência de projeto adequado para o empreendimento;

Considerando que os gestores responsáveis no âmbito do Ministério dos Esportes e da Fundespi não trouxeram aos autos elementos capazes de modificar o cenário fático-jurídico observado quando da prolação do Acórdão 2.394/2013-TCU-Plenário, mantendo-se inalteradas as razões que levaram à suspensão cautelar do empreendimento em tela, nos termos do item 9.1 do aludido aresto;

Considerando que houve descumprimento sem causa justificada à diligência realizada pela SecobInfraurbana, no âmbito da secretaria executiva do Ministério dos Esportes;

Considerando que os elementos constantes dos autos não se mostram robustos o suficiente para a análise de mérito do feito no presente momento, pairando a necessidade de novo saneamento dos autos;

Considerando o lapso temporal decorrido desde a última vistoria in loco no empreendimento em tela, bem assim as notícias de que os serviços já executados encontram-se em processo de deterioração;

Considerando que o saneamento destes autos depende da obtenção de informações atualizadas acerca da situação das obras, principalmente em relação à execução físico-financeira e às condições de conservação da parcela já executada, visto que a constatação de possíveis prejuízos aos cofres públicos federais pode vir a ensejar a instauração de Tomada de Contas Especial;

Considerando que a Caixa Econômica Federal poderá dirimir as dúvidas suscitadas quanto à situação das obras mediante inspeção in loco, lançando mão das prerrogativas de fiscalização inerentes ao contrato de repasse objeto destes autos;

Considerando, enfim, os princípios da celeridade processual, da racionalidade administrativa, da razoabilidade e da supremacia do interesse público;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, § 3º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em manter a suspensão cautelar dos repasses e a classificação de irregularidade como IGP, nos termos do Acórdão 2.394/2013-TCU-Plenário e fazer as seguintes determinações:

1. Processo TC-013.638/2013-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apenso: TC-021.409/2013-7 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Interessado: Congresso Nacional.

1.3. Órgãos/Entidades: Ministério do Esporte, Fundação dos Esportes do Piauí - Fundespi e Caixa Econômica Federal.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana (SecobInfraurbana).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinar:

1.8.1. ao Ministério do Esporte e à Caixa Econômica Federal que se manifestem conclusivamente, no prazo de 60 (sessenta) dias, sobre a continuidade, ou não, dos empreendimentos, bem assim que apresentem um plano de ação com vistas a monitorar o andamento dos contratos de repasse e a garantir a efetividade das medidas adotadas em cumprimento às determinações expedidas pelo Tribunal;

1.8.2. à Caixa Econômica Federal que realize inspeção in loco no empreendimento da Vila Olímpica de Parnaíba/PI, a fim de verificar a situação atual da parcela executada das obras em apreço, especialmente no que se refere à execução físico-financeira e às condições de conservação dos serviços realizados, instaurando a competente tomada de contas especial, caso reste evidenciada a existência de prejuízo aos cofres públicos federais em função da obra inacabada, dada a possível deterioração dos serviços já realizados;

1.8.3. à SecobInfraurbana que:

1.8.3.1. promova, com fundamento no art. 58, inciso IV e § 1º, da Lei nº 8.443/1992, combinado com o art. 268, incisos IV e VII do Regimento Interno do TCU, a audiência do Sr. Luis Manuel Rebelo Fernandes (CPF 797.578.477-04), Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, para que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação, as suas razões de justificativa para a ocorrência das seguintes irregularidades:

1.8.3.1.1. descumprimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência determinada pelo Relator;

1.8.3.1.2. descumprimento da determinação expedida no item 9.3.4 do Acórdão 2.394/2013-TCU-Plenário;

1.8.3.2. encaminhe cópia do inteiro teor desta deliberação, acompanhada de cópia dos pareceres da unidade técnica, ao Ministério do Esporte, à Caixa Econômica Federal e à Fundespi; e

1.8.3.3. restitua os autos à SecobInfraurbana para que dê prosseguimento ao feito, com a urgência que o caso requer.

ACÓRDÃO Nº 2135/2014 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de auditoria realizada nas obras de conservação/manutenção da rodovia BR-466, Ponte Manoel Ribas, trecho São Mateus do Sul - União da Vitória (Estado do Paraná), incluída no PETSE - Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas, no período de 18/4 a 14/5/2007;

Considerando que o Acórdão 1.013/2014-TCU-Plenário (Peça nº 26), ao apreciar esta fiscalização, converteu os autos em tomada de contas especial e determinou que fosse promovida a citação dos Srs. David José de Castro Gouvêa, ex-Superintendente Regional do Dnit no Estado do Paraná, e Gilberto Massucheto, Engenheiro Supervisor da Unidade Local/Dnit de São José dos Pinhais/PR, bem como da Construtora Roca Ltda., para que apresentassem alegações de defesa em relação ao sobrepreço no valor de R$ 458.273,12, apurado no Contrato nº 9/2006;

Considerando que a unidade técnica, mediante os Ofícios nºs 427, 428, 429 e 430/2014-Secex-PR, notificou os Srs. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral do Dnit, Eduardo Iwanoto, Procurador da Empresa Roca Ltda., David José de Castro Gouvêa, ex-Superintendente Regional do Dnit no Estado do Paraná, e Gilberto Massucheto, Engenheiro Supervisor da Unidade Local/Dnit de São José dos Pinhais/PR, respectivamente, a respeito da apreciação desta auditoria por meio do Acórdão 1.013/2014-TCU-Plenário, Sessão de 16/4/2014, informando sobre a determinação de conversão dos autos em tomada de contas especial, com a autuação de novo processo e o encerramento destes autos, por apensamento à TCE;

Considerando que o Sr. David José de Castro Gouvêa, tendo ciência dos termos do Ofício nº 429/2014-Secex-PR, apresentou suas alegações de defesa em 27/6/2014, que foram acostadas à Peça nº 37, sem que tivesse sido devidamente citado;

Considerando que a Secex/PR autuou a peça apresentada como recurso, encaminhando-a à Serur;

Considerando que a Serur consignou seu parecer à Peça nº 41 dos presentes autos, pugnando que a peça apresentada seja recebida como alegações de defesa;

Considerando que, como ainda não houve a citação, mostra-se conveniente determinar que, tão logo seja autuada a devida tomada de contas especial, desentranhe-se a Peça nº 37 dos presentes autos, inserindo-a nos autos da tomada de contas especial;

Considerando, por derradeiro, que, no ofício de citação a ser enviado ao Sr. David José de Castro Gouvêa nos autos da tomada de contas especial a ser instaurada em cumprimento ao Acórdão 1.013/2014-TCU-Plenário, deve constar a informação de que a peça por ele apresentada em 27/6/2014, no âmbito deste TC 009.764/2007-4, foi recebida como alegações de defesa, sendo-lhe facultado, ainda, aditar o documento apresentado ou substituí-lo no mesmo prazo a ser concedido na citação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em determinar que as alegações de defesa apresentadas à Peça nº 37, pelo Sr. David José de Castro Gouvêa, sejam desentranhadas dos presentes autos e inseridas na tomada de contas especial a ser instaurada em cumprimento ao Acórdão 1.013/2014-TCU-Plenário, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.764/2007-4 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Responsáveis: Construtora Roca Ltda. (CNPJ 76.033.653/0001-39); David José de Castro Gouvêa (CPF 232.236.859-87) e Gilberto Massucheto (CPF 161.036.619-00).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Pedro Peres da Silva (OAB/PR 15.613); Luiz Alberto Blanchet (OAB/PR 6.761) e outros.

1.7. Determinar à Secex/PR que, no ofício de citação a ser enviado ao Sr. David José de Castro Gouvêa nos autos da tomada de contas especial a ser instaurada em cumprimento ao Acórdão 1.013/2014-TCU-Plenário, informe o responsável de que a peça por ele apresentada em 27/6/2014, no âmbito deste TC 009.764/2007-4, foi recebida como alegações de defesa, sendo-lhe facultado, ainda, aditar o documento apresentado ou substituí-lo no mesmo prazo a ser concedido na citação.

ACÓRDÃO Nº 2136/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da solicitação apresentada pela Exma. Sra. Marta Suplicy, Ministra de Estado da Cultura, e conceder a prorrogação do prazo para apresentação das tomadas de contas especiais referenciadas no Aviso 058/MG/MinC, de acordo com os períodos solicitados, conforme proposto pela unidade técnica:

1. Processo TC-018.317/2014-6 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessada: Exma. Sra. Marta Suplicy, Ministra de Estado da Cultura.

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (vinculador).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2137/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e no art. 11, § 2, da IN TCU nº 71/2012, em conhecer da presente Solicitação e conceder, em caráter excepcional, prorrogação por mais 60 (sessenta) dias do prazo para o encaminhamento do processo de TCE 01300.000058/2013-64, instaurado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.343/2014-7 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessado: Exmo. Sr. Clélio Campolina Diniz, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (vinculador).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à SecexDesenvolvimento que arquive os presentes autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ata n° 32/2014 - Plenário
Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 16/2014 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 2138/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, de acordo com os pareceres emitidos nos autos ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação aos responsáveis abaixo identificados, ante o recolhimento integral da multa que lhes foi imputada por meio do acórdão 3478/2012 - TCU - Plenário, fazendo-se as determinações sugeridas.

Cezar Nobre Braga (031.885.403-10):
Valor original da multa: R$3.000,00Data de origem da multa: 10/12/2012.
Valor recolhido: R$ 3.127,50Data do recolhimento: 4/10/2013.

Luiz Rei de Franca Marques (064.171.083-68):
Valor original da multa: R$3.000,00Data de origem da multa: 10/12/2012.
Valor recolhido: R$ 3.127,50Data do recolhimento: 4/10/2013.

Shirley Silva Saraiva Saldanha (640.569.293-00):
Valor original da multa: R$3.000,00Data de origem da multa: 10/12/2012.
Valor recolhido: R$ 3.127,50Data do recolhimento: 1/10/2013.

1. Processo TC-010.884/2007-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Secretaria de Controle Externo no Maranhão (Secex-MA)
1.2. Responsáveis: Cezar Nobre Braga (031.885.403-10); Luiz Rei de Franca Marques (064.171.083-68); Shirley Silva Saraiva Saldanha (640.569.293-00).
1.3. Interessados: Ministério da Educação; Thiago Ferreira de Oliveira - procurador da república no Maranhão (640.460.013-72).
1.4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA (MEC).
1.5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Maranhão (Secex-MA).
1.8. Advogados constituídos nos autos: José Henrique Cabral Coaracy (OAB/MA 912), Gustavo Brandão de Lima (OAB/MA 8.421).
1.9. Determinar à Secex-MA que encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada das peças 311 e 322, à Promotoria de Justiça Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social do Ministério Público Estadual do Maranhão, para a adoção das medidas que julgar cabíveis;
1.10. Encerrar o presente processo, nos termos do inciso III, art. 169 do regimento Interno/TCU.

Ata n° 32/2014 - Plenário
Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2139, 2140 e 2142 a 2177, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação, votos revisores e votos complementares em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 2139/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.055/2011-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em Representação.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessada: Consulplan Consultoria e Planejamento em Administração Pública Ltda. (CNPJ nº 01.185.758/0001-04)
3.2. Responsável: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (CNPJ nº 01.678.363/0001-43)
3.3. Recorrente: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (CNPJ nº 01.678.363/0001-43).
4. Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
8. Advogados constituídos nos autos: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF nº 6.546), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF n° 22.885) e Sheila Mildes Lopes (OAB/DF nº 23.917).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedidos de Reexame interpostos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP contra o Acórdão nº 3.019/2012 - Plenário, com a redação que lhe foi conferida pelo Acórdão nº 105/2013 - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 48; 32, parágrafo único, e 33 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame formulados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, para, no mérito, julga-los parcialmente procedentes;
9.2. alterar a redação dos itens 9.3 e 9.4 do Acórdão nº 3.019/2012 - Plenário, com as modificações anteriormente promovidas pelo Acórdão nº 105/2013 - Plenário, que passa ser a seguinte:
"9.3. recomendar ao INEP que, ao realizar o Enem, pondere, em face dos valores envolvidos e do interesse de outras instituições, a possibilidade de realizar certame licitatório para a contratação dos serviços, avaliando, no caso de contratação direta, a conveniência de alternância entre as empresas contratadas;
9.4. dar ciência ao INEP de que as contratações de entidades para a realização do Enade, da Prova Brasil e do Encceja não se enquadram no disposto no artigo 24, XIII, da Lei nº 8.666/1993, devendo, como regra, ser precedidas de licitação, ressalvado o enquadramento em outras hipóteses de contratação direta, mediante decisão devidamente fundamentada."

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2139-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge (Revisor), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2140/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.269/2010-5.
1.1. Apenso: 000.347/2010-8
2. Grupo I, Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (em processo de Representação)
3. Interessada: Comtérmica Comercial Térmica Ltda. (CNPJ 08.560.898/0001-64)
4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS em João Pessoa/PB
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidades Técnicas: Secex-PB e Serur
8. Advogados constituídos nos autos: Gentil Ferreira de Souza Neto (OAB/DF 40.008)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pela empresa Comtérmica Comercial Térmica Ltda. contra o disposto no Acórdão nº 1.840/2013-TCU-Plenário, proferido em processo de Representação constituída para apurar fraude praticada na Concorrência Pública 001/2009, no âmbito da Gerência Executiva do INSS em João Pessoa/PB.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do Pedido de Reexame interposto pela empresa Comtérmica Comercial Térmica Ltda., para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;
9.2. alterar o subitem 9.2. do Acórdão nº 1.840/2013-TCU-Plenário, de forma a declarar a Comtérmica Comercial Térmica Ltda. (CNPJ 08.560.898/0001-64) inidônea para licitar com a Administração Pública Federal por 1 (um) ano;
9.3. dar ciência desta deliberação à interessada e à Gerência Executiva do INSS em João Pessoa/PB.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2140-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 2142/2014 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC-026.768/2012-7.
2. Grupo I; Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessado: Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
4. Entidade: Governo do Estado de Goiás.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
5.1. Revisor: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.
8. Advogado constituído nos autos: Fernando dos Santos Carneiro.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás - MPC/TCE/GO, por meio do qual noticia possíveis irregularidades relacionadas com leis do Estado de Goiás que concederam ao setor automotivo benefícios fiscais do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da Representação, nos termos do art. 237, inciso III, parágrafo único, c/c o art. 235, caput e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU;
9.2. informar ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a matéria representada, enviando-lhes cópia integral destes autos, devendo tais órgãos encaminharem ao TCU manifestaçao, no prazo de 90 (noventa dias), a contar da ciência deste Acórdão, sobre os fatos noticiados pelo Representante ;
9.3. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do respectivo Voto, ao Representante, ao Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE/GO e à Secretaria de Estado da Fazenda em Goiás - Sefaz/GO;
9.4. determinar à Semag que monitore o cumprimento do subitem 9.2. deste Acórdão.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2142-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho (Revisor).
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 2143/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-000.068/2011-0
2. Grupo II - Classe VII - Representação
3. Representante/Responsáveis/Interessado:
3.1. Representante: Tribunal de Contas da União
3.2. Responsáveis: Alexandre Henrique Pereira da Silva (CPF 530.620.353-15), Arnaldo Benvindo Macedo Lima (CPF 282.935.843-00) e Neuzelina Compasso da Silva (CPF 127.993.003-91), presidente e membros da CPL, respectivamente; M.F.T. de Jesus Assunção (CNPJ 00.903.323/0001-95), Marilene de França Mascena (CPF 004.637.223-70) e Marinalva Silva (CPF 743.476.833-91), licitantes
3.3. Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Caxias/MA
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Revisor: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex/MA
8. Advogados constituídos nos autos: James Lobo de Oliveira Lima (OAB/MA 6679), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6546) e outros

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação apartada do processo de Solicitação do Congresso Nacional (TC 013.939/2009-5), oriunda da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, relativamente aos recursos do Convênio 811160/2005 (Siafi 535896), a fim de promoção da audiência dos responsáveis arrolados, com base em irregularidades constatadas em inspeção no Município de Caxias/MA, para saneamento daqueles autos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, e diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 28, inciso II, 58, inciso II, e 60 da Lei 8.443/1992 e art. 237, inciso II, e 270 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer da representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. excluir as responsabilidades de M.F.T. de Jesus Assunção, Marilene de França Mascena e Marinalva Silva nos presentes autos;
9.3. rejeitar parcialmente as razões de justificativa de Alexandre Henrique Pereira da Silva, Arnaldo Benvindo Macedo Lima e Neuzelina Compasso da Silva para aplicar-lhes, individualmente, multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o TCU o recolhimento das quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente se pagas após o vencimento;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais previstas; e

9.6. dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e à Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, via Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2143-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro que não participou da votação: Benjamin Zymler.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Revisor).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2144/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.546/2014-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (em Representação)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (04.892.707/0001-00).
4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Mato Grosso - DNIT/MT.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso (SECEX-MT).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit contra o Acórdão 487/2014-Plenário, que julgou representação formulada por pessoa jurídica a respeito de possíveis irregularidades no edital do RDC Presencial 556/2013; conhecida, porém, no mérito, considerada prejudicada; dando ciência ao Dnit, à Superintendência Regional do Dnit no Estado do Mato Grosso (SR/Dnit/MT) e à Prefeitura do Município de Rondonópolis/MT, acerca de diversas irregularidades verificadas no edital do RDC Presencial 556/2013, no Convênio TT 289/2007 (Siafi 635873) e no contrato de supervisão do aludido convênio (SR/MT-415/2010), firmado entre a SR/Dnit/MT e a Empresa Maia Melo Engenharia Ltda..

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento art. 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos embargos, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial;

9.2. reformar o item 1.6.1 do acórdão embargado para conferir-lhe a seguinte redação:

"1.6.1. com fundamento no art. 4º da Portaria Segecex 13/2011, dar ciência à Presidência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), por ser o órgão concedente e em razão de seu poder hierárquico, e à Superintendência Regional do Dnit em Mato Grosso (SR/Dnit/MT), por ser órgão responsável por fiscalizar as obras delegadas em Mato Grosso, e à Prefeitura do Município de Rondonópolis/MT, na qualidade de convenente, de que ocorreram as seguintes irregularidades na condução do Convênio TC 289/2007 (Siafi 635873), firmado entre essa Autarquia e o Município de Rondonópolis/MT, cujo não saneamento poderá ensejar aplicação de sanção aos responsáveis e/ou torná-los solidários aos danos ao erário:"

9.3. determinar à Secex-MT que diligencie o Dnit, no prazo de 30 dias a contar da ciência desta deliberação, com vistas a verificar quais providências foram tomadas em relação às irregularidades verificadas na execução do Convênio TC 289/2007 (Siafi 635873) e no contrato de supervisão do aludido convênio (SR/MT-415/2010), firmado entre a SR/Dnit/MT e a empresa Maia Melo Engenharia Ltda., elencadas nos subitens 1.6.1.1 a 1.6.1.3 do Acórdão 487/2014-Plenário;

9.4. encaminhar cópia do acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, ao embargante, à Superintendência Regional do Dnit em Mato Grosso (SR/Dnit/MT) e à Prefeitura do Município de Rondonópolis/MT.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2144-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2145/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.742/2011-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria (Fiscobras 2011).
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador)
3.2. Responsáveis: Antonia Helena Rodrigues de Souza (269.947.712-53); Elisangela Oliveira Alves (793.003.912-91); Milton Ferreira da Silva (430.671.152-87); Olávio Silva Rocha (090.345.106-97); Oliver Comercio e Serviços de Obras Ltda. (63.816.185/0001-27); Ricardo Gomes Rosa (668.899.792-49); Ricce Construções Ltda. (08.251.647/0001-06); Shirley Cristina de Barros Malcher (144.809.482-87); Walber de Castro Risuenho (107.918.762-68); Walclides Oliveira Melo (091.676.763-91).
4. Órgãos/Entidades: Prefeitura Municipal de Rondon do Pará - PA; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
8. Advogados constituídos nos autos: Ronald Valentim Gomes Sampaio (OAB/PA 5936) e Sebastiana Aparecida Serpa Souza (OAB/PA 7035).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria realizada, no âmbito do Fiscobras 2011, Prefeitura Municipal de Rondon do Pará - PA e na Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará-Funasa/PA, com vistas a verificar a regularidade da aplicação dos recursos transferidos pela Fundação Nacional de Saúde,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443/92, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará que, no prazo de 120 dias, se manifeste acerca da aprovação da prestação de contas do Termo de Compromisso 1161/2008, especialmente no que se refere à existência de nexo de causalidade entre a obra executada e os recursos repassados por conta da avenca e à necessidade de instauração de tomada de contas especial para apuração dos seguintes indícios de irregularidade:

9.1.1. alteração do projeto previamente aprovado pela Funasa, sem a devida autorização do órgão repassador e sem a formalização de termo aditivo ao contrato firmado com a empresa RICCE Construções Ltda.;

9.1.2. inobservância dos padrões de turbidez estabelecidos na Portaria MS 518/2004, na água do sistema de abastecimento da Vila Progresso, o que poderá ensejar a responsabilização dos agentes públicos da empresa Ricce Construções Ltda., em razão da falta efetividade da obra realizada;

9.1.3. indícios de operação irregular do sistema de abastecimento de água da Vila Gavião, que poderá resultar em débito aos responsáveis e à empresa Oliver Comércio e Serviços de Obras Ltda., em decorrência da não efetividade da obra.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2145-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2146/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.797/2013-1.
1.1. Apenso: 012.118/2010-9
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)
3.2. Responsáveis: DJ Construções Ltda. (03.592.746/0001-20); Fabiano Ribeiro dos Santos (012.726.174-59); José Antônio Vasconcelos da Costa (436.941.444-04); João Freitas de Souza (376.955.174-53); Robério Saraiva Grangeiro (040.131.404-97).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada - PB.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
8. Advogado constituído nos autos: Rodrigo dos Santos Lima, OAB-PB 10.478.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por força do Acórdão 3721/2013-1ª Câmara, em razão de irregularidades na aplicação de recursos repassados ao Município de Pedra Lavada/PB pela Fundação Nacional de Saúde, mediante o Convênio EP 026/07,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário e ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "d", 19, caput, e 23 da Lei 8.443/92 e nos artigos 1º, I, 209, II e III, 210 do Regimento Interno do TCU em:

9.1. considerar revéis a Empresa DJ Construções Ltda. e o Sr. João Freitas de Souza;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos demais responsáveis;

9.3. julgar irregulares as contas de Sr. José Antonio Vasconcelos da Costa e condená-lo, em solidariedade com DJ Construções Ltda., Robério Saraiva Grangeiro, João Freitas de Souza e Fabiano Ribeiro dos Santos, ao pagamento das importâncias abaixo relacionadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas de ocorrência, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundo Nacional de Saúde, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

Data de Ocorrência	Valor (R$) 74.
18/9/2008	152.799,0675.
18/9/2008	5.279,9676.
17/9/2008	1.919,9877.
2/2/2009	310.418,9578.
4/2/2009	7.040,4279.
2/2/2009	2.510,1580.
3/2/2011	25.000,0081.
3/2/2011	175.000,0082.
3/3/2011	123.738,1483.

9.4. aplicar a José Antonio Vasconcelos da Costa, DJ Construções Ltda., Robério Saraiva Grangeiro, João Freitas de Souza e Fabiano Ribeiro dos Santos a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 267 do Regimento Interno do TCU, no valor individual de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. declarar a inidoneidade da empresa DJ Construções Ltda. para participar, por cinco anos, de licitações na Administração Pública Federal, nos termos dos artigos 46 da Lei 8.443/1992 e 271 do Regimento Interno do TCU;

9.7. declarar José Antonio Vasconcelos da Costa, Robério Saraiva Grangeiro, João Freitas de Souza e Fabiano Ribeiro dos Santos inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.8. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do artigo 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis;

9.9. dar ciência deste Acórdão à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, ao Deputado Estadual Manoel Ludgério, à Fundação Nacional de Saúde-Funasa e ao Ministro da Saúde.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2146-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2147/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.657/2011-3.
1.1. Apenso: 004.238/2008-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Acompanhamento.
3. Responsáveis: Alan Buck (CPF nº 254.023.749-53), Antônio Bento Rodrigues Pontes (CPF nº 028.870.538-68), Endel Daniel Araújo (CPF nº 875.910.579-87) e Rodrigo Costa da Rocha Loures (CPF nº 002.928.269-15).
4. Entidade: Departamento Regional do Paraná - Sesi/PR (CNPJ nº 03.802.018/0001-03).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).
8. Advogado constituído nos autos: Marco Antônio Guimarães (OAB/PR nº 22.427).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento autuado em atendimento ao disposto no subitem 9.3 do Acórdão nº 356/2011 - Plenário, exarado quando do julgamento do processo de Representação TC nº 004.238/2008-2.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Alan Buck, Antônio Bento Rodrigues Pontes e Endel Daniel Araújo;

9.2. acatar parcialmente as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Rodrigo Costa da Rocha Loures;

9.3. aplicar aos Srs. Alan Buck (CPF nº 254.023.749-53), Antônio Bento Rodrigues Pontes (CPF nº 028.870.538-68) e Endel Daniel Araújo (CPF nº 875.910.579-87), individualmente, a multa prevista no art. 58, II, da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, consoante previsto no art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU), atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a data dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor, por não terem comprovado que de fato foi realizada a pesquisa de preços necessária para respaldar a elaboração da Planilha Orçamentária usada como referência no processo licitatório, em afronta ao disposto no art. 2° do Regulamento de Licitações do Sesi;

9.4. aplicar ao Sr. Rodrigo Costa da Rocha Loures a multa prevista no art. 58, II, da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, em conformidade com o previsto no art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor, em decorrência dos seguintes fatos:

9.4.1. não ter comprovado que de fato foi realizada a pesquisa de preços necessária para respaldar a elaboração da Planilha Orçamentária usada como referência no processo licitatório, em afronta ao disposto no art. 2° do Regulamento de Licitações do Sesi;

9.4.2. ter celebrado o Segundo e o Quarto Termos Aditivos ao Contrato CPS nº 229/2008, que não se destinaram a promover alterações qualitativas e quantitativas permitidas no objeto avençado, mas a modificá-lo, em desacordo com o art. 30 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi e sem que tenha sido demonstrada a vantagem para o Sesi dessa celebração em comparação à realização de um nova licitação;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não sejam atendidas as notificações;

9.6. apensar definitivamente os presentes autos ao TC nº 027.877/2010-8, referente à Prestação de Contas do exercício de 2009, nos termos do art. 169, I, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2147-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2148/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.048/2014-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).
4. Órgãos/Entidades: Ministério da Saúde (vinculador); Prefeitura Municipal de Luiz Correia - PI; Prefeitura Municipal de Parnaíba - PI; Prefeitura Municipal de Piripiri - PI; Prefeitura Municipal de Teresina - PI.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria, realizada em Unidades de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas e Unidades Básicas de Saúdes (UBS) dos Municípios de Teresina, Piripiri, Luiz Correia e Parnaíba, no Estado do Piauí, no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência à Prefeitura Municipal de Teresina/PI acerca das seguintes irregularidades identificadas:

9.1.1. vícios construtivos detectados nas unidades fiscalizadas, a exemplo de ferragem das cintas de concreto expostas, alvenarias com fissuras e fora do alinhamento e sapatas em desconformidade com a norma na UBS Santa Isabel; infiltração no teto da circulação e na parede do banheiro masculino destinado aos portadores de necessidades especiais, afundamento do piso do estacionamento e corrimão da rampa de acesso danificado na UBS Parque Esperança; ralos instalados indevidamente em ambientes onde os pacientes são examinados e utilização imprópria de torneiras com fechamento manual nos consultórios e salas de tratamento das UBSs Poty Velho, Santa Bárbara, Vale do Gavião e Parque Esperança; e ralos instalados indevidamente e ausência de corrimãos ou bate-macas nas circulações da UPA Renascença, em afronta ao art. 66 da Lei 8.666/1993 (achado 3.1);

9.1.2. atrasos injustificáveis nas obras fiscalizadas (achado 3.2);

9.1.3. inobservância de requisitos legais e técnicos de acessibilidade, a exemplo de ausência de vagas reservadas para veículos de portadores de necessidades especiais e inadequação das barras de apoio dos banheiros das UBSs Vale do Gavião, Santa Bárbara e Parque Esperança, bem como da UPA Renascença; inclinação inadequada das rampas de acesso da UBS Parque Esperança; balcão de atendimento com altura excessiva na UBS Vale do Gavião; e inexistência de acessórios nos banheiros destinados aos portadores de necessidades especiais das UBSs Vale do Gavião e Parque Esperança, contrariando a NBR 9.050/2004 e a Lei 10.098/2000 (achado 3.3).

9.2. dar ciência à Prefeitura Municipal de Piripiri/PI acerca das seguintes irregularidades identificadas:

9.2.1. vícios construtivos detectados na UPA Piripiri, a exemplo de infiltração na parede da enfermaria, ralos instalados indevidamente em ambientes onde os pacientes são examinados, utilização imprópria de torneiras com fechamento manual nos consultórios e salas de tratamento e unidade impedida de entrar em funcionamento desde a inauguração (27/12/2012), em virtude da ausência de instalação para gases necessários à operação, a exemplo de oxigênio, ar comprimido e ácido nitroso, em afronta ao art. 66 da Lei 8.666/1993 (achado 3.1);

9.2.2. atrasos injustificáveis nas obras fiscalizadas (achado 3.2);

9.2.3. inobservância de requisitos legais e técnicos de acessibilidade na UPA Piripiri, a exemplo de balcão de atendimento com altura excessiva, inadequação das barras de apoio e ausência de lavatório suspenso nos banheiros destinados aos portadores de necessidades especiais, contrariando a NBR 9.050/2004 e a Lei 10.098/2000 (achado 3.3).

9.3. dar ciência à Prefeitura Municipal de Luiz Correia/PI acerca das seguintes irregularidades identificadas:

9.3.1. vícios construtivos detectados na UBS Cearazinho, a exemplo de ralos instalados indevidamente em ambientes onde os pacientes são examinados e utilização imprópria de torneiras com fechamento manual nos consultórios e salas de tratamento, em afronta ao art. 66 da Lei 8.666/1993 (achado 3.1);

9.3.2. atrasos injustificáveis nas obras fiscalizadas (achado 3.2);

9.3.3. inobservância de requisitos legais e técnicos de acessibilidade na UBS Cearazinho, a exemplo de ausência de vagas reservadas para veículos de portadores de necessidades especiais, inadequação das barras de apoio dos banheiros dos portadores de necessidades especiais, irregularidade no piso, inexistência de rebaixamento e rampas de acesso, contrariando a NBR 9.050/2004 e a Lei 10.098/2000 (achado 3.3).

9.4. dar ciência à Prefeitura Municipal de Parnaíba/PI acerca das seguintes irregularidades identificadas:

9.4.1. vícios construtivos detectados na UBS Piauí, a exemplo de infiltração no teto da farmácia, ralos instalados indevidamente em ambientes onde os pacientes são examinados e utilização imprópria de torneiras com fechamento manual nos consultórios e salas de tratamento, em afronta ao art. 66 da Lei 8.666/1993 (achado 3.1);

9.4.2. atrasos injustificáveis nas obras fiscalizadas (achado 3.2);

9.4.3. inobservância de requisitos legais e técnicos de acessibilidade na UBS Piauí, a exemplo da inadequação da altura das barras de apoio dos banheiros destinados aos portadores de necessidades especiais, contrariando a NBR 9.050/2004 e a Lei 10.098/2000 (achado 3.3).

9.5. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, às Prefeituras Municipais de Teresina, Piripiri, Luiz Correia e Parnaíba, no Estado do Piauí, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária e ao Ministério da Saúde.

9.6. apensar o presente processo ao TC 034.411/2013-5, que consolida os trabalhos da Fiscalização de Orientação Centralizada.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2148-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2149/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.088/2014-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)
3.2. Responsáveis: Prefeitura Municipal da Serra (27.174.093/0001-27); Prefeitura Municipal de Colatina - ES (27.165.729/0001-74); Prefeitura Municipal de Vila Velha/es (27.165.554/0001-03).
4. Órgãos/Entidades: Ministério da Saúde (vinculador); Prefeitura Municipal de Colatina - ES; Prefeitura Municipal de Serra - ES; Prefeitura Municipal de Vila Velha - ES.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria, realizada em Unidades de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas e Unidades Básicas de Saúdes (UBS) dos Municípios de Serra, Vila Velha e Colatina, no estado do Espírito Santo, no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência à Prefeitura Municipal de Serra/ES acerca das seguintes irregularidades identificadas:

9.1.1. atrasos injustificáveis nas obras fiscalizadas (achado 3.4);

9.1.2. inobservância de requisitos legais e técnicos de acessibilidade, a exemplo de ausência de vagas reservadas para veículos de portadores de necessidades especiais nas UPAs Serra-Sede e Carapina; existência de apenas um banheiro destinado a portadores de necessidades especiais nas UPAs Carapina e Serra-Sede, sem haver distinção por gênero; e altura inadequada das barras de apoio dos banheiros das UPAs Serra-Sede e Carapina, contrariando a NBR 9.050/2004 e a Lei 10.098/2000 (achado 3.5).

9.2. dar ciência à Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES acerca das seguintes irregularidades:

9.2.1. atrasos injustificáveis nas obras fiscalizadas, que sequer foram iniciadas (achado 3.4);

9.3. dar ciência à Prefeitura Municipal de Colatina/ES acerca das seguintes irregularidades identificadas:

9.3.1. atrasos injustificáveis nas obras fiscalizadas (achado 3.4);

9.3.2. inobservância de requisitos legais e técnicos de acessibilidade, a exemplo de ausência de vagas reservadas para veículos de portadores de necessidades especiais nas UBSs Boapaba, Paul de Graça Aranha, Reta Grande e Nossa Senhora de Aparecida, que sequer possuem estacionamento; balcão de atendimento com altura excessiva nas UBSs Nossa Senhora de Aparecida, Paul de Graça Aranha e Reta Grande; existência de apenas um banheiro destinado a portadores de necessidades especiais nas UBSs Boapaba, Paul de Graça Aranha e Reta Grande, sem haver distinção por gênero, bem como inexistência na UBS Nossa Senhora de Aparecida; altura inadequada das barras de apoio dos banheiros das UBSs Boapaba, Paul de Graça Aranha e Reta Grande, bem como inexistência de tais dispositivos na UBS Nossa Senhora de Aparecida; ausência de lavatório suspenso no banheiro destinado aos portadores de necessidades especiais da UBS Boapaba; largura dos corredores inferior à mínima requerida nas UBSs Boapaba e Paul de Graça Aranha; altura inadequada do porta papel toalha dos banheiros das UBSs Paul de Graça Aranha e Reta Grande; e inexistência de rampa de acesso interna entre o terreno e a construção na UBS Boapaba, contrariando a NBR 9.050/2004 e a Lei 10.098/2000 (achado 3.5).

9.3.3. ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica dos projetos das UBSs Boapaba, Nossa Senhora de Aparecida, Paul de Graça Aranha, Reta Grande, Barbados, Simonassi e Bairro Operário, bem como dos contratos de execução das obras das UBSs Simonassi e Bairro Operário (achados 3.1 e 3.2).

9.4. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, às Prefeituras Municipais de Serra, Vila Velha e Colatina, no estado do Espírito Santo, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária e ao Ministério da Saúde.

9.5. apensar o presente processo ao TC 034.411/2013-5, que consolida os trabalhos da Fiscalização de Orientação Centralizada.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2149-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2150/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.396/2009-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Representação)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Prefeitura Municipal de Cajazeirinhas - PB (01.612.687/0001-89); Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (09.283.110/0001-82)
3.2. Responsáveis: Conpac - Construtora Compacta Ltda (03.168.526/0001-73); Constat - Construções e Assistência Técnica Ltda. (10.764.389/0001-03); Empreiteira Nóbrega Ltda. (04.595.532/0001-70); Francisco das Chagas Dantas Pereira (042.643.384-09); José Almeida Silva (132.794.914-87); José Araújo da Silva (149.327.028-17); Vanuzia Araujo da Silva (519.055.404-00)
3.3. Recorrentes: Vanuzia Araujo da Silva (519.055.404-00); Francisco das Chagas Dantas Pereira (042.643.384-09); José Almeida Silva (132.794.914-87); José Araújo da Silva (149.327.028-17); Conpac - Construtora Compacta Ltda (03.168.526/0001-73).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cajazeirinhas - PB.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos por José Almeida Silva, Francisco das Chagas Dantas Pereira, José Araújo da Silva, Vanuzia Araújo da Silva e Conpac - Construtora Compacta Ltda. contra o Acórdão 2.471/2012-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2150-32/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2151/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.582/2013-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Desestatização.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (Sefid Energia).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de fiscalização de outorga para contratação de instalação e operação de Agências de Correios Franqueadas sob regime de franquia postal, nos termos da IN-TCU 27/1998;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com fulcro no art. 43, I, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, que:

9.1.1. no prazo de 120 dias, revise o estudo de viabilidade econômico-financeira que subsidiará a licitação ora avaliada, a fim de que a taxa inicial de franquia a ser calculada, ou seja, o preço a ser fixado no edital a que se refere o art. 3º da Lei nº 11.668/2008 c/c o art. 15, IV, da Lei nº 8.987/1995, reflita a estimativa do valor econômico do objeto licitado. Tal estimativa deverá ser obtida por meio do emprego de metodologia adequada à avaliação de negócios empresariais, de modo a possibilitar a auditoria da taxa de retorno do projeto e evitar a ocorrência de prejuízo para a ECT, em caso de valor reduzido, ou a inviabilidade do negócio e a consequente ausência de interessados no certame, em caso de valor elevado;

9.1.2. abstenha-se de conduzir novos processos licitatórios relativos a outorga de serviços postais, mediante a contratação de instalação e operação de Agências de Correios Franqueadas (AGF), até que este Tribunal se manifeste a respeito do cumprimento da determinação feita no subitem anterior deste Acórdão;

9.2. recomendar à ECT, com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, que no estudo de viabilidade econômico-financeira a ser encaminhado ao Tribunal em atendimento à determinação constante do item anterior deste Acórdão:

9.2.1. observe as recomendações constantes dos itens 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3 do Acórdão nº 1.778/2012 - Plenário, em especial em relação à estimativa das receitas com base nos dados de que a ECT dispõe acerca das remunerações pagas às franquias em funcionamento;

9.2.2. utilize a metodologia do fluxo de caixa descontado, com estimativa de receitas, despesas, investimentos e taxa de retorno, estimativa essa a ser obtida por meio do emprego do método do custo médio ponderado de capital, de modo que a taxa inicial de franquia reflita o valor presente líquido obtido para cada agência a ser licitada;

9.3. dar ciência à ECT de que a Metodologia de Dimensionamento e Localização de Agências, apesar de constituir importante ferramenta para que a estatal planeje a expansão de sua rede de atendimento, não atende ao disposto no art. 7º, I, da IN TCU nº 27/1998, por não atender aos requisitos estabelecidos pela jurisprudência desta Corte no que concerne ao conteúdo de um estudo de viabilidade econômico- financeira;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e ao Ministério das Comunicações;

9.5. encerrar o presente processo, em consonância com o estabelecido pelo art. 169, V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2151-32/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2152/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 038.048/2011-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (em Representação)

3. Interessados/Recorrentes:

3.1. Interessadas: Star Service Terceirização Ltda. (05.633.212/0001-20); Talimpo Serviços de Limpeza Ltda. (03.116.706/0001-01)

3.2. Recorrentes: Marcelo de Paiva Cavalcanti (029.776.854-99); Marcos Antônio Fernandes de Queiroz (199.963.224-91)

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mossoró - RN

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Advogados constituídos nos autos: Vinícius Victor Lima de Carvalho (OAB/RN 3.074) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interposto pelos Srs. Marcelo de Paiva Cavalcanti e Marcos Antônio Fernandes de Queiroz contra o Acórdão 1.513/2013-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1 conhecer dos presentes pedidos de reexame, nos termos dos arts. 285 e 286 do RITCU c/c o art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhes provimento;

9.2 excluir os subitens 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5 do Acórdão 1.513/2013-Plenário;

9.3 dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos recorrentes, à Prefeitura Municipal de Mossoró/RN e aos demais interessados, remetendo-lhes cópia do relatório e do voto que a fundamentarem.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2152-32/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2153/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.901/2014-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Relatório de Acompanhamento.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça (vinculador); Justiça do Distrito Federal e Territórios (vinculador); Justiça do Trabalho (vinculador); Justiça Eleitoral (vinculador); Justiça Federal (vinculador); Justiça Militar (vinculador); Ministério Público da União (vinculador); Senado Federal (vinculador); Superior Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Contas da União - TCU/SEGEDAM.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam do acompanhamento das publicações e do envio a esta Corte de Contas dos Relatórios de Gestão Fiscal concernentes ao 3º quadrimestre de 2013 pelos titulares dos Poderes e órgãos da esfera federal.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar atendidas as exigências de publicação e encaminhamento ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal pelos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000, correspondentes ao 3º quadrimestre do exercício de 2013, em obediência aos seus arts. 54 e 55, bem como ao inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000;

9.2. determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, à Secretaria do Tesouro Nacional que proceda às alterações no Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para 2014 e demais anos subsequentes, no sentido de deixar clara a obrigatoriedade de publicação do Relatório de Gestão Fiscal por todos os órgãos autônomos, independentemente da data de criação, consoante o art. 54, c/c os arts. 48, 20 e 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

9.3. dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região que a inscrição de restos a pagar sem disponibilidade de caixa suficiente afronta o art. 42 da LRF e o Acórdão 2.354/2007-TCU-Plenário;

9.4. considerar atendida a exigência de disponibilização dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2013 no SISTN por parte dos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000;

9.5. dar ciência ao Superior Tribunal de Justiça e ao Conselho de Justiça Federal que a não inserção do Relatório de Gestão Fiscal no SISTN, de forma tempestiva, afronta o art. 117 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 e o art. 115 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014;

9.6. considerar o endividamento da União compatível com os limites das dívidas mobiliária e consolidada, propostos pelo Presidente da República e em apreciação pelo Senado Federal, mediante os Projetos de Lei da Câmara dos Deputados 54/2009 e de Resolução do Senado Federal 84/2007, respectivamente;

9.7. considerar atendidos os limites previstos na Resolução do Senado Federal 48/2007, para o montante de operações de crédito e de garantias concedidas pela União;

9.8. encaminhar cópias do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;

9.9. arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2153-32/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 2154/2014 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 009.151/2011-7

2. Grupo I, Classe de Assunto VII - Representação

3. Interessado(s): Procuradoria da República em Alagoas

4. Órgão(s)/Entidade(s): Município de Teotônio Vilela/AL

4.1. Responsável(eis): João José Pereira Filho (CPF: 020.910.164-46), ex-Prefeito; Juliana de Almeida Soares (CPF: 031.262.434-44), ex-Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL); Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda. (CNPJ: 37.517.158/0001-43); Esteves & Anjos Ltda. - ME (CNPJ: 02.704.301/0001-21); Delta Veículos Especiais Ltda. (CNPJ: 05.373.696/0001-15)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/AL

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Ivo Marcelo Spinola da Rosa (OAB/MT 13.731)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela Procuradoria da República em Alagoas acerca de irregularidades detectadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), no Relatório de Fiscalização 802/2006: a) na aplicação de recursos federais na gestão do Piso de Atenção Básica (PAB); b) no procedimento licitatório relativo ao Convênio 1.061/2004, firmado entre o Fundo Nacional de Saúde (FNS) e a Prefeitura Municipal de Teotônio Vilela/AL para aquisição de unidade móvel de saúde ("Operação Sanguessuga"),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, nos termos do art. 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. considerar revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.666/93, o Senhor João José Pereira Filho, ex-Prefeito Municipal de Teotônio Vilela/AL, pela ausência de razões de justificativa, no prazo estipulado no ofício de audiência, para a aquisição de medicamentos e materiais hospitalares e/ou ambulatoriais, nos exercícios de 2004 e 2005, em valores globais que extrapolavam o limite legal para dispensa de licitação, o que denota falta de planejamento e fuga à licitação, bem assim fracionamento de despesa, em desobediência aos artigos 23, §§ 1º e 2º, c/c o 24, inciso II, da Lei 8.666/93;

9.3. considerar revéis, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.666/93, o ex-Prefeito de Teotônio Vilela, João José Pereira Filho, responsável pela adjudicação e homologação da licitação, a Sra. Juliana de Almeida Soares, ex-Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL) e as empresas Planam Comércio e Representação Ltda. e Delta

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Veículos Especiais Ltda. pela ausência de razões de justificativa, nos prazo estipulado nos ofícios de audiência, acerca; a) das evidências de fraude no procedimento licitatório relativo ao Convite 8.27.1/04; b) no superfaturamento detectado no mesmo certame, cujo objeto era aquisição de unidade móvel de saúde, embora os recursos tenham sido restituídos, após a identificação da irregularidade, aos cofres públicos federais pelo Município de Teotônio Vilela/AL;

9.4. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pela empresa Esteves & Anjos Ltda. - ME em vista de não ter trazido aos autos elementos que pudessem afastar as evidências de fraude no procedimento licitatório relativo ao Convite 8.27.1/04 mencionado no item 9.3 supra;

9.5. aplicar, individualmente, ao Senhor João José Pereira Filho (CPF: 020.910.164-46), ex-Prefeito, e à Senhora Juliana de Almeida Soares (CPF: 031.262.434-44), ex-Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL), ambos do Município de Teotônio Vilela/AL, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, respectivamente, nos valores de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. declarar a inidoneidade das empresas Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda. (CNPJ: 37.517.158/0001-43), Esteves & Anjos Ltda. - ME (CNPJ: 02.704.301/0001-21) e Delta Veículos Especiais Ltda. (CNPJ: 05.373.696/0001-15) para participar, por cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992;

9.7. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam à Procuradoria da República no Estado de Alagoas, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS e à Controladoria-Geral da União da Presidência da República - CGU/PR;

9.8. informar a SecexSaúde do teor desta decisão, em vista da absorção de parte da clientela da extinta 4ª Secex, conforme estabelecido no Acórdão 5.664/2010 - 2ª Câmara.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2154-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2155/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.556/2012-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf (CNPJ: 00.399.857/0001-26)
3.2. Responsáveis: Estrela Construções Ltda. (CNPJ: 02.853.129/0001-78); Fellipe Gama de Oliveira (CPF: 043.201.454-37); GPV Projetos, Construções, Limpeza e Segurança Ltda. (CNPJ: 06.073.276/0001-86); Jeane Barbosa da Silva (CPF: 533.939.104-34); José Jadson Pedro de Farias (CPF: 277.777.314-91); PPC - Palmeira Projetos e Construções Ltda. (CNPJ: 03.423.277/0001-15); Suely Barbosa de Farias (CPF: 049.949.284-60).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Craíbas/AL.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).
8. Advogado constituído nos autos: Ricardo Tenório Dória - OAB/AL 9.727; Carlos Henrique Costa Mousinho - OAB/AL 9.527.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, em razão da impugnação parcial de despesas realizadas com os recursos do Convênio 0.00.06.0022/00, celebrado com o Município de Craíbas/AL para a implantação do sistema de esgotamento sanitário naquela localidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativas apresentadas pelos membros da Comissão de Licitação, Sr. Fellipe Gama de Oliveira (CPF 043.201.454-37), Sra. Jeane Barbosa da Silva (CPF 533.939.104-34) e Sra. Suely Barbosa de Farias (CPF: 049.949.284-60);

9.2. rejeitar as alegações de defesa do Sr. José Jadson Pedro de Farias (CPF: 277.777.314-91), da Sra. Jeane Barbosa da Silva (CPF: 533.939.104-34) e da empresa GPV Projetos, Construções, Limpeza e Segurança Ltda. (CNPJ: 06.073.276/0001-86);

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Fellipe Gama de Oliveira (CPF: 043.201.454-37) e da Sra. Suely Barbosa de Farias (CPF: 049.949.284-60), com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992;

9.4. aplicar individualmente ao Sr. Fellipe Gama de Oliveira (CPF: 043.201.454-37) e a Sra. Suely Barbosa de Farias (CPF: 049.949.284-60), a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma prevista na legislação em vigor (art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU);

9.5. julgar irregulares as contas da Sra. Jeane Barbosa da Silva (CPF: 533.939.104-34), ex-Secretária de Finanças do Município de Craíbas/AL, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "d", da Lei 8.443/1992;

9.6. julgar irregulares as contas do Sr. José Jadson Pedro de Farias (CPF: 277.777.314-91), ex-Prefeito do Município de Craíbas/AL, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "c" e "d", da Lei 8.443/1992;

9.7. condenar o Sr. José Jadson Pedro de Farias (CPF: 277.777.314-91), solidariamente com a empresa GPV Projetos, Construções, Limpeza e Segurança Ltda. (CNPJ: 06.073.276/0001-86) e com a Sra. Jeane Barbosa da Silva (CPF: 533.939.104-34), ao pagamento das importâncias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias aos cofres da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/Codevasf (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), abatendo-se, na oportunidade, a quantia eventualmente ressarcida:

Data	Valor84.
8/10/2007	190.000,0085.
8/10/2007	41.533,9286.

9.8. condenar o Sr. José Jadson Pedro de Farias (CPF: 277.777.314-91) solidariamente com a empresa GPV Projetos, Construções, Limpeza e Segurança Ltda. (CNPJ: 06.073.276/0001-86), ao pagamento da importância abaixo indicada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde a data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/Codevasf (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), abatendo-se, na oportunidade, a quantia eventualmente ressarcida:

Data	Valor87.
19/10/2007	165.000,0088.

9.9. aplicar ao Sr. José Jadson Pedro de Farias (CPF: 277.777.314-91), a Sra. Jeane Barbosa da Silva (CPF: 533.939.104-34), e a empresa GPV Projetos, Construções, Limpeza e Segurança Ltda. (CNPJ: 06.073.276/0001-86), de forma individual, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU);

9.10. declarar, com fulcro no art. 46 da Lei nº 8.443/1992, a inidoneidade das empresas GPV Projetos, Construções, Limpeza e Segurança Ltda. e Palmeira Projetos e Construções Ltda. (PPC), para participarem, por cinco anos, de licitações na Administração Pública Federal;

9.11. excluir da relação processual a empresa Estrela Construções Ltda.;

9.12. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.4, 9.7, 9.8 e 9.9 acima, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do RI/TCU, fixando aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.13. alertar os Responsáveis que a falta de comprovação dos recolhimentos de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.14. determinar à Secex/AL que inclua nas notificações para o pagamento dos valores mencionados nos itens 9.4, 9.7, 9.8 e 9.9 o disposto nos itens 9.12 e 9.13 com fundamento no art. 15 e no art. 18, inciso II, alínea "a", da Resolução nº 170, de 30 de junho de 2004;

9.15. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992;

9.16. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentarem, ao Procurador-Chefe da Procuradoria República no Estado de Alagoas, nos termos do §3º do art. 16 da Lei 8.443, de 1992, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno - TCU, para ajuizamento das ações que entender cabíveis;

9.17. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentarem, ao Juiz da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas para subsidiar a instrução da Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa (Processo nº 2009.80.01.000634-2); e

9.18. encaminhar, para ciência, cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/Codevasf.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2155-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2156/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.351/2007-8.
1.1. Apensos: TC 002.330/2010-5; TC 002.327/2010-4; TC 002.332/2010-8
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Antonio José Cavalcante de Oliveira (079.368.853-15)
4. Entidade: Hospital Estadual Maria de Lourdes Leal Nunes, de Regeneração (PI).
5. Relator: Ministro José Jorge
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).
8. Advogados constituídos nos autos: Flávio Anderson Nery Barbosa (OAB/PI nº 8.725).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revisão interposto por Antonio José Cavalcante de Oliveira, ex-Diretor-Geral do Hospital Estadual Maria de Lourdes Leal Nunes, de Regeneração (PI), contra o Acórdão 6192/2009 - TCU - 1ª Câmara, que, entre outras deliberações, julgou irregulares suas contas especiais, condenou-o em débito e aplicou-lhe a multa do art. 57, da Lei nº 8.443/92, em virtude de irregularidades na utilização de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), repassados ao referido Hospital, o qual foi mantido pelo Acórdão 2690/2013 - TCU - 1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do presente recurso de revisão, com fundamento no art. 288 do RITCU c/c os arts. 32, inciso III e § único, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.2 quanto ao mérito, negar-lhe provimento, mantendo os exatos termos da deliberação recorrida;

9.3 dar ciência desta deliberação ao recorrente.
10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2156-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2157/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.304/2013-2.
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Entidade: Instituto Nacional do Câncer - INCA.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
8. Advogado constituído nos autos: Marcello Rocha de Luna Freire (OAB/RJ nº 66.766).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Representação formulada pela Secex/RJ em decorrência do comando constante do subitem 9.2 do Acórdão 952/2013 - Plenário, que determinou a constituição de processo apartado do TC 009.991/2012-3, com vistas a prosseguir a análise relativa à contratação efetivada pelo Instituto Nacional do Câncer - INCA com indício de sobrepreço para a prestação de serviços de limpeza hospitalar.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente;
9.2. dar ciência do presente do Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, ao INCA e à empresa CNS Ltda.;
9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2157-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2158/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.745/2006-4.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: C.B.P.O. Engenharia Ltda. (61.156.410/0001-10); Construções e Comercio Camargo Correa S/A (61.522.512/0001-02); Construtora Andrade Gutierrez S.A. (17.262.213/0001-94); Francisco Augusto Pereira Desideri (310.929.347-15); Iguatemi - Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda. (83.256.172/0001-58); Maurício Hasenclever Borges (006.996.756-34); Roberto Borges Furtado da Silva (490.589.751-34).
3.2. Recorrentes: Construções e Comercio Camargo Correa S/A (61.522.512/0001-02); Construtora Andrade Gutierrez S.A. (17.262.213/0001-94); C.B.P.O. Engenharia Ltda. (61.156.410/0001-10); Iguatemi - Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda. (83.256.172/0001-58); Roberto Borges Furtado da Silva (490.589.751-34).
4. Entidade: Dner - 16º Distrito/SC (extinta).
5. Relator: Ministro José Jorge
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC).
8. Advogado constituído nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 71.947), Patrícia Guercio Teixeira (OAB/MG 90.459), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Francisco de Freitas Ferreira (OAB/MG 89.353), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/MG 101.379), Érlon André de Matos (OAB/MG 103.096), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817), Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298), Gustavo Henrique Caputo Bastos (OAB/DF 7.383); Francisco Queiroz Caputo Neto (OAB/DF 11.707); Luis Eduardo Correia Serra (OAB/DF 13.070); Terence Zveiter (OAB/DF 11.717); Ademir Coelho Araujo (OAB/DF 18.463); Fernanda Peres Toscano Dantas (OAB/DF 12.527); Luciano Andrade Pinheiro (OAB/DF 15.184); Migueldunshee de Abranches Fiod (OAB/DF 23.589); Pablo Malheiros da Cunha Frota (OAB/DF 20.643); Vanessa Dumont Bonfim Santos (OAB/DF 29.276); Rodrigo Soares Borges (OBA/DF 33.143); Amiro Freitas de Alencar Barroso (OAB/DF 33.119); Cecilia Chitarrelli Cabral de Araujo (OAB/DF 36.615); Mosiah de Caldas Torgan (OAB/DF 34.413); Caio Caputo Bastos Paschoal (OAB/DF 11.633); Marilia de Lima Rodrigues Barbosa (OAB/DF 11.667/E).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recursos de reconsideração interpostos pelo consórcio formado pelas sociedades empresariais Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, Andrade Gutierrez S/A e CBPO Engenharia Ltda.; pela sociedade empresarial Iguatemi - Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda. e pelo Sr. Roberto Borges Furtado da Silva contra o Acórdão 649/2011-TCU-Plenário, mantido pelo Acórdão 1.593/2011-TCU-Plenário, que apreciou embargos de declaração opostos àquele primeiro.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei n.º 8.443, de 1992, conhecer dos recursos de reconsideração interpostos para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, a fim de afastar os débitos e as multas imputados aos responsáveis, tornando insubsistentes os itens 9.2, 9.3 e 9.4 do Acórdão 649/2011-TCU-Plenário, mantido pelo Acórdão 1.593/2011-TCU-Plenário;
9.2. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos recorrentes, ao Sr. Maurício Hasenclever Borges, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e à Procuradoria da República em Santa Catarina.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2158-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2159/2014 - TCU - Plenário

1. Processo n° TC-029.389/2013-5
2. Grupo: I - Classe V - Assunto: Relatório de Levantamento
3. Responsáveis: Márcio Pereira Zimmermann (Secretário-Executivo do MME, CPF nº 262.465.030-04), Romeu Donizete Rufino (Diretor-Geral da Aneel, CPF nº 143.921.601-06) e Hermes J. Chipp (Diretor-Geral do ONS, CPF nº 233.128.907-72)
4. Órgãos/Entidades: Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)
5. Relator: Ministro José Jorge
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Levantamento de Auditoria com vistas a colher informações capazes de indicar ações de controle futuras em torno da problemática acerca da confiabilidade e continuidade do suprimento de energia elétrica na Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. levantar o sigilo dos presentes autos, exceto do Anexo XI (peça 33) - Possíveis ações de controle;
9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministério de Minas e Energia - MME, à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2159-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2160/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-012.829/2003-0
1.1 Apensos: TC-006.728/2008-2, TC-015.432/2005-3 e TC-011.078/2001-0
2. Grupo II, Classe I - Embargos de Declaração (Recurso de Revisão em Prestação de Contas)
3. Embargantes: Adeilson Teixeira Bezerra (ex-coordenador da CBTU em Alagoas, CPF 494.355.744-91) e José Queiroz de Oliveira (ex-gerente de administração e finanças da CBTU em Alagoas, CPF 140.494.905-44)
4. Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogados constituídos nos autos: Thiago Silva Ramos (OAB/AL 7.791), Gustavo Igor Vasconcelos Lopes Calheiros (OAB/AL 9.393), André Cordeiro de Souza (OAB/AL 4.315), Reinaldo Cavalcante Moura (OAB/AL 1.972), Nathália Cavalcanti Limeira Martins (OAB/AL 10.300 e Fabrycya Parlla Rodrigues Lucas (OAB/AL 5.798), Maria Edite Barreto Fantini (OAB/PE 14.070-D), Glauco de Castelo Branco Júnior (OAB/CE 10.586), Carlos Henrique Barbosa de Sampaio (OAB/AL 1.626) e Sandra de Almeida Silva (OAB/AL 6.521)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas, do exercício de 2002, em que se examinam, nesta fase do processo, embargos de declaração contra o Acórdão 1.094/2014 - Plenário, por meio do qual este Tribunal deliberou a respeito de recurso de revisão.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Adeilson Teixeira Bezerra e José Queiroz de Oliveira para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2160-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2161/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.112/2007-0
1.1. Apenso: 030.496/2007-1
2. Grupo II, Classe I - Embargos de declaração (em Representação)
3. Embargantes: Raimundo Nonato Gonçalves Junior (gerente da Unidade de Recuperação de Crédito-URC/PI) e Pedro Rafael Lapa (diretor)
4. Unidade: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogado constituído nos autos: Rogério Neves Baptista (OAB/PE nº 7.196)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de embargos de declaração contra o Acórdão nº 1.654/2014-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/92, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito:
9.1.1. rejeitar os embargos de Pedro Rafael Lapa;
9.1.2. acolher os embargos de Raimundo Nonato Gonçalves Junior e, em consequência, alterar os itens 9.1 e 9.2 do Acórdão nº 1.654/2014-Plenário, atribuindo-lhes a seguinte redação:
"*9.1. acatar as razões de justificativa de Francisco Roberto Brasil de Souza, Ricardo Augusto de Lima Braga, Firmino Pereira de Sousa Filho, Pedro Lopes de Oliveira Filho, Marileide Madeira Pinheiro de Araújo Martins, Cláudio Vasconcelos Frota, João Francisco Freitas Peixoto, José Macedo Barbosa, José Valter Bento de Freitas, Zeila Sabry Azar, Agenor Paulino Trindade e Raimundo Nonato Gonçalves Junior;*
9.2 rejeitar as justificativas de Roberto Smith, Luiz Ethevaldo de Albuquerque Guimarães, Pedro Rafael Lapa, Augusto Bezerra Cavalcanti Neto, Victor Samuel Cavalcante da Ponte, José Agostinho de Carvalho Neto, Nicola Moreira Miccione, Jorge Luís Branco Aguiar, Francisco das Chagas Sousa Lopes, José Andrade Costa, Edilson Silva Ferreira e Darlan Cunha Lima;"
9.2. manter inalterados os demais itens do Acórdão nº 1.654/2014-Plenário;
9.3. notificar os embargantes acerca da presente deliberação.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2161-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2162/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.715/2013-6
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria
3. Responsável: Jorge Hereda (presidente)
4. Unidade: Caixa Econômica Federal
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidades Técnicas: SecexFazenda
8. Advogado constituído nos autos: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria realizada com o objetivo verificar a regularidade dos controles internos adotados pela Caixa Econômica Federal nos procedimentos em que atua como mandatária da União no repasse de recursos federais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, arts. 169, inciso V, e 250, incisos II e III, do Regimento Interno, arts. 4º, § 2º, e 14, § 2º, da Resolução TCU nº 254/2013 e art. 3º da Portaria-Segecex nº 13/ 2011, em:

9.1. determinar à Caixa Econômica Federal que:

9.1.1. atualize o modelo padronizado MO 41050 (Ficha de Verificação Preliminar - FVP), de modo a compatibiliza-lo com o normativo AE 099 (*que trata da análise e acompanhamento das operações de repasse*) e dar cumprimento ao disposto nos itens 4.1.2.2 e 4.1.2.2.1 desse normativo (*que estabelecem o uso da FVP como condição para o prosseguimento da análise de engenharia*), comunicando a esta Corte, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o resultado da atualização e as ações de divulgação promovidas entre seus empregados para utilização do modelo;

9.1.2. faça as alterações necessárias para melhorar o monitoramento da atividade realizada pela empresa credenciada e indique, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, quais procedimentos foram criados, as alterações feitas em seus normativos, inclusive para garantir a execução desse monitoramento, apresentando o modelo de manifestação do monitor e as ações desenvolvidas para divulgação dessas informações, a fim de dar efetivo cumprimento ao normativo AE 093, itens 3.2 e 3.4.2.3 (*que tratam da gestão técnica de atividades especializadas de arquitetura, engenharia e trabalho social e define as atividades especializadas de engenharia em que é permitida execução por empresa credenciada*) e ao AE 099, item 3.8.4 (*que define como é feito o monitoramento das empresas credenciadas*);

9.1.3. estabeleça mecanismos para assegurar que a empresa credenciada receba todas as informações necessárias à realização de seu trabalho, de modo que suas análises possam ser subsidiadas pelos mesmos critérios utilizados pelo engenheiro da Caixa, observando-se o normativo AE 099, item 3.8.4, comunicando a esta Corte, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as providências adotadas para o cumprimento da determinação;

9.1.4. atualize os modelos padronizados MO 41050 (Ficha de Verificação Preliminar - FVP), 41134 (Laudo de Análise de Engenharia - LAE), 41188 (Verificação do Resultado do Processo Licitatório - VRPL) e 41207 (Relatório de Acompanhamento de Engenharia - RAE), de forma a compatibilizá-los com o normativo AE 099 (*que orienta as atividades técnicas especializadas de engenharia executadas em operações de repasse, em especial os itens 3.3.14.1, 3.4.7.1, 3.5.13.1 e 4.1.2.2, que especificam os documentos que serão usados para consolidação das análises*), informando ao TCU, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as atualizações feitas;

9.1.5. reestruture seus normativos relacionados com a operacionalização dos contratos de repasse e dos termos de compromisso, de modo a facilitar os trabalhos dos seus funcionários e a mitigar a ocorrência de falhas nas atividades desses colaboradores, em consonância com a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24/11/2011, art. 5º, inciso II, § 1º, inciso I (*que estabelece a competência da mandatária para assegurar a fiel observância de seus atos normativos internos e aos expedidos pelos concedentes*), comunicando a esta Corte, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sobre as alterações levadas a efeito e como foi o processo de sua divulgação entre os empregados;

9.1.6. defina procedimentos padronizados de controle dos prazos dos contratos de repasse e dos termos de compromisso, estabelecendo e divulgando as ferramentas de sistemas informatizados disponíveis que podem ser utilizadas para esse controle, a fim de dar cumprimento à Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24/11/2011, art. 5º, inciso II, § 1º, inciso I, bem como atender ao disposto no normativo AE 093 022, item 3.1.4.3 (*que caracteriza a gestão das operações pela responsabilidade e execução dos contratos por meio de controles de prazos, medidas corretivas, atuação juntos aos intervenientes e demais unidades, controle de informações e comunicações oficiais*), prestando a este Tribunal, até junho de 2015, informações acerca das providências adotadas e do processo de divulgação dessas alterações entre seus empregados;

9.1.7. padronize procedimentos de controle para saneamento das pendências identificadas ao longo do processo de operacionalização dos contratos de repasse e dos termos de compromisso, estabelecendo e divulgando aos funcionários afetos a essas atividades as ferramentas de sistemas informatizados disponíveis para esse controle, observando-se a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24/11/2011, art. 5º, inciso II, § 1º, inciso I, bem como o AE 093 022, item 3.1.4.3, comunicando a esta corte, até junho de 2015, sobre as providências adotadas e a divulgação dessas alterações aos seus funcionários;

9.2. recomendar à Caixa Econômica federal que:

9.2.1. adote providências para que ocorra a compatibilização automática entre o normativo AE 099 (*que trata da análise e acompanhamento das operações de repasse*) e os modelos padronizados MO 41050 (FVP), 41134 (LAE), 41188 (VRPL) e 41207 (RAE), de forma que, ao atualizar a norma, os modelos também sejam atualizados;

9.2.2. desenvolva roteiros de normas para cada tipo de contrato de repasse ou de termo de compromisso, de modo a facilitar os trabalhos dos seus funcionários e mitigar a ocorrência de falhas nas atividades por eles executadas;

9.2.3. desenvolva/aperfeiçoe um sistema corporativo para o controle de prazos e de pendências relativos aos contratos de repasse do Orçamento Geral da União - OGU;

9.2.4. promova a divulgação entre os empregados que operacionalizam os termos de compromisso do PAC acerca das funções do aplicativo PAC Pendências, em especial sobre os relatórios que podem ser gerados e dos controles possíveis de serem feitos com o seu auxílio;

9.2.5. avalie a possibilidade de criar uma interface entre o SIAPF (Sistema de Acompanhamento de Programas e Fomento) e o PAC Pendências, de forma que a inserção de dados no SIAPF possa alimentar o sistema PAC Pendências, sem necessidade de reinserção de dados;

9.2.6. avalie os fatores que ocasionam os problemas na formalização dos processos físicos, a exemplo da falta de numeração de páginas e da ausência de termos de abertura e de encerramento, verificando se decorrem de necessidade de realocação de pessoal nas unidades, de ausência de procedimentos automatizados ou de outros motivos, adotando as medidas cabíveis para aprimorar a formação desses processos, de acordo com os normativos SA 121 (*que define as diretrizes para dispor os documentos que instruírem as operações de repasse OGU*) e AE 099 (*que trata da análise e acompanhamento das operações de repasse*);

9.2.7. aprimore seus sistemas de modo que sejam suficientes para tramitar, acompanhar e controlar os processos de contratos de repasse e termos de compromisso, bem como para emitir relatórios com as informações dos seus andamentos e pendências, ou que, alternativamente, crie um sistema capaz de atender a essas necessidades das unidades;

9.2.8. promova a segregação de funções nas diversas etapas dos contratos de repasse e termos de compromisso, especialmente nas fases de acompanhamento e prestação de contas, evitando que um mesmo empregado trabalhe do início ao fim do processo, bem como implante o rodízio das funções de forma periódica;

9.3. classificar como sigilosas as informações recebidas da Caixa Econômica Federal e integrantes das peças 29 a 34 e 36 a 40, em conformidade com a classificação atribuída na origem;

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam:

9.4.1. à Caixa Econômica Federal, para as providências cabíveis;

9.4.2. ao Ministério da Fazenda, à Controladoria-Geral da União e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para conhecimento;

9.4.3. à Casa Civil da Presidência da República, para conhecimento, especialmente em relação aos tópicos A.4 (*deficiência na compatibilidade dos modelos de FVP, LAE, VRPL e RAE com o normativo AE 099* 008) e A.5 (*deficiência na sistematização/organização das normas da Caixa*) do relatório de auditoria, haja vista a competência prevista na Lei nº 10.683/2003, art. 2º, inciso I;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2162-32/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2163/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.949/2013-1

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Representante: Vigas Consultoria e Engenharia Ltda. (CNPJ: 06.992.174/0001-64)

3.1. Responsáveis: Teresia Sônia Steffen (CPF: 286.163.080-91), Diretora; Adriana Regina Madke de Siqueira (CPF: 594.606.870-91), Vice-Diretora; e Viviane Letícia Saling Juver (CPF: 729.771.910-20), Coordenadora da Comissão de Projetos

4. Unidade: Associação Franciscana de Assistência à Saúde (Hospital Estrela)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/RS

8. Advogados constituídos nos autos: Matheus Rocha Faganello (OAB/RS 66.639), Rosemari Hofmeister (OAB/RS 37.509) e Lurdes Beatris Aggens (OAB/RS 70.518)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação feita pela empresa Vigas Consultoria e Engenharia Ltda. em face de possíveis ilegalidades ocorridas na Concorrência 1/2013, promovida pela Associação Franciscana de Assistência à Saúde para a reforma do bloco cirúrgico e do pronto socorro do Hospital Estrela/RS com recursos dos Convênios 763.608/2011 e 763.609/2011, celebrados com o Ministério da Saúde.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 235, **caput**, e 237, inciso VII, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas por Teresia Sônia Steffen, Adriana Regina Madke de Siqueira e Viviane Letícia Saling Juver;

9.2. dar ciência à Associação Franciscana de Assistência à Saúde (Hospital Estrela) que:

9.2.1. é indevido o estabelecimento de limitações temporais ou quantitativas em relação ao número ou antiguidade das certidões apresentadas com o objetivo de comprovar a qualificação técnica dos licitantes;

9.2.2. todos os atos praticados em uma licitação regem-se pelo princípio da utilidade, não se admitindo formalismos exagerados, principalmente quando podem resultar em indevida restrição à competitividade do certame;

9.2.3. os processos licitatórios devem ser organizados de acordo com o prescrito no art. 38 da Lei 8.666/1993;

9.3. arquivar este processo.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2163-32/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2164/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-001.320/2014-9.

2. Grupo: I - Classe de assunto: V - Auditoria.

3. Responsáveis: Manoel Carlos Neri (CPF 350.306.582-20), Márcia Cristina Krempel (CPF 481.406.949-91), Antônio Marcos Freire Gomes (CPF 411.580.402-53), Cláudio Alves Porto (CPF 727.834.788-20), Cláudio Roberto Rebelo de Souza (CPF 008.964.387-91), Dorisdaia Carvalho de Humerez (CPF 595.258.278-87), Fabiano Assad Guimarães (CPF 023.083.579-16), Gustavo Rocha Aquino González (CPF 038.267.006-00), Ivo Aguiar Lopes Borges (CPF 442.318.811-20), Joaby Gomes Ferreira (CPF 458.525.375-00), Josenilson da Rocha Lima (CPF 215.917.172-72), Júlio Lima Toledo (CPF 042.954.467-77), Julita Correia Feitosa (CPF 038.601.084-68), Magno José Guedes Barreto (CPF 219.272.274-53), Marcelo Ribeiro Medeiros (CPF 013.212.737-70), Neyson Pinheiro Freire (CPF 635.013.172-04), Osvaldo Albuquerque Sousa Filho (CPF 293.568.223-87), Pedro Lima Rodrigues (CPF 872.767.047-34), Rosalina Alves Nantes (CPF 690.085.311-00), Shigeru Tsuchiya (CPF 764.507.248-20) e Silvia Silva da Anunciação (CPF 036.702.257-57).

4. Unidade: Conselho Federal de Enfermagem (Cofen).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades técnicas: Selog e SecexPrevi.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada no Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) por determinação do Acórdão 2.706/2013-TCU-Plenário, prolatado no TC-018.588/2013-1, que tratava de solicitação do Congresso Nacional de realização de fiscalização naquela autarquia,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. realizar, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, a audiência dos responsáveis a seguir indicados, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa quanto à celebração do Termo de Cooperação Financeira (convênio) 11/2011, firmado com o Coren-SP e que teve por objeto a realização de serviços de publicidade relativos à Semana de Enfermagem de 2011 e ao 14º CBCENF, em afronta ao disposto no art. 2º, *caput*; art. 3º, *caput* da Lei 8.666/93, c/c o art. 1º, § 1º, inciso I, do Decreto 6.170/2008 e Portaria Interministerial 127/2008, mormente a exigência de licitação para garantia do princípio constitucional da isonomia e seleção da proposta mais vantajosa à Administração, caracterizando fuga ao dever de licitar:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Responsáveis	Conduta89.
Neyson Pinheiro Freire	Na condição de Assessor Executivo da Presidência do Cofen, por meio de expediente submeteu à Presidência a proposta de convênio com o Coren-SP apresentando, como principal justificativa, o prazo exíguo para realizar uma nova contratação.90.
Júlio Lima Toledo	Emitiu parecer jurídico 130/2011-J, de 6/5/2011, favorável à celebração do convênio, apesar da ausência de pressupostos legais para celebração do ajuste e sem qualquer consideração quanto à legalidade e legitimidade do ato.91.
Joaby Gomes Ferreira	Determinou à Divisão de Licitações e Contratos que emitisse parecer com a urgência necessária à situação, aprovando, posteriormente, o parecer emitido por aquela Divisão.92.
Manoel Carlos Neri	Propôs ao Plenário do Cofen a celebração do convênio com o Coren-SP e, posteriormente, firmou o convênio com o órgão regional.93.
Cláudio Alves Porto	Celebrou o "Termo de Cooperação Financeira" (convênio 11/2011), na condição de presidente do Coren-SP, instrumento utilizado para dar cobertura ao procedimento de fuga à licitação pelo Cofen na contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade.94.

9.2. realizar, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, a audiência da Srª Rosalina Alves Nantes, na condição de gerente financeira do convênio, para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa em relação à inexistência de conta específica para movimentação dos recursos do Termo de Cooperação 11/2011 celebrado entre o Cofen e o Coren-SP, item obrigatório em qualquer convênio, conforme art. 50 da Portaria Interministerial 127/2008, o que impediu de realizar a conciliação bancária entre os valores recebidos e executados no âmbito do referido termo;

9.3. realizar, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, a audiência dos responsáveis a seguir indicados, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa em razão do direcionamento dos recursos do convênio para gastos no Estado de Rondônia, estado natal do Presidente do Cofen à época, comprometendo o objetivo de divulgação nacional do evento:

Responsáveis	Conduta95.
Manoel Carlos Neri	Como dirigente máximo do Cofen, direcionou ilicitamente a campanha publicitária prevista no objeto do convênio para o estado de Rondônia, em detrimento das demais unidades federativas do país, sem justificativa, ferindo o princípio da impessoalidade e moralidade.96.
Neyson Pinheiro Freire	Como gestor do Termo de Cooperação 11/2011, tinha por obrigação verificar a distribuição geográfica da campanha publicitária prevista no objeto do convênio, de modo a não direcioná-la para o estado de Rondônia em detrimento das demais unidades federativas do País, sem justificativa, ferindo o princípio da impessoalidade e moralidade.97.

9.4. realizar, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, a audiência dos responsáveis a seguir indicados, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa com relação às despesas realizadas, mencionadas no item 89 da instrução, que são estranhas ao objeto do Termo de Cooperação 11/2011:

Responsáveis	Conduta98.
Neyson Pinheiro Freire	Na condição de gestor do convênio, por permitir a realização de despesas estranhas ao objeto do Termo de Cooperação 11/2011.99.
Rosalina Alves Nantes	Na condição de gerente financeira do convênio, por realizar o pagamento de despesas estranhas ao objeto do Termo de Cooperação 11/2011.100.

9.5. realizar, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, a audiência dos responsáveis abaixo, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa em relação ao descumprimento da determinação do TCU exarada no Acórdão 158/2008 - TCU - Plenário, de 14/2/2008, itens 9.2 e 9.2.4:

Responsáveis	Conduta101.
Shigeru Tsuchiya	Elaborou a estimativa de preços da licitação e o edital da Concorrência 002/2010, desconsiderando no cálculo do valor estimado para o contrato os valores da contratação em vigor no Cofen, bem como dos valores obtidos junto às empresas consultadas, sem realizar o cálculo de todos os custos unitários envolvidos, violando o disposto na Lei 8.666/1993, art. 3º, *caput*; art. 7º, § 2º, inciso II; e art. 40, inciso X, e § 2º, inciso II, e incorrendo, ainda, em descumprimento a determinação do TCU exarada no Acórdão 158/2008 - TCU - Plenário, de 14/2/2008, itens 9.2 e 9.2.4.102.
Júlio Lima Toledo	Proferiu parecer jurídico 093/2010-J, de 10/3/2010, aprovando a minuta do edital da Concorrência 002/2010, embora tenha apontado a não inclusão do orçamento na documentação submetida à sua análise, mesmo conhecedor que o orçamento é "*anexo obrigatório na forma do que preceitua o art. 40, § 2º, II, da Lei Licitatória*" (peça 19, p. 134). Ademais, desconsiderou a determinação exarada pelo Tribunal no Acórdão 158/2008 - TCU - Plenário, de 14/2/2008, itens 9.2 e 9.2.4. Posteriormente, proferiu o parecer jurídico 319/2010-J, de 18/10/2010, no qual pugnou "*pela homologação do processo licitatório e, por via de consequência, pela celebração do contrato com a empresa IBAC Ltda. que dele sagrou-se vencedora*" 103.
Joaby Gomes Ferreira	Aprovou e manifestou o seu "de acordo" com o parecer jurídico 093/2010-J, de 10/3/2010, no qual foi proposta a aprovação da minuta do edital da Concorrência 002/2010, embora tenha sido apontada a não inclusão do orçamento na documentação submetida à análise, havendo sido assinalado pelo próprio parecerista jurídico que o orçamento é "*anexo obrigatório na forma do que preceitua o art. 40, § 2º, II, da Lei Licitatória*" (peça 19, p. 134). Ademais, desconsiderou a determinação exarada pelo Tribunal no Acórdão 158/2008 - TCU - Plenário, de 14/2/2008, itens 9.2 e 9.2.4. Posteriormente, aprovou e manifestou o seu "de acordo" com o parecer jurídico 319/2010-J, de 18/10/2010, no qual se pugnou "*pela homologação do processo licitatório e, por via de consequência, pela celebração do contrato com a empresa IBAC Ltda. que dele sagrou-se vencedora*" 104.

9.6. realizar, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, a audiência dos responsáveis abaixo, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa em relação à celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato 28/2010, firmado com o Ibac, mantendo itens já executados e pagos e que não tinham natureza de serviços continuados:

Responsáveis	Conduta105.
Cláudio Roberto Rebelo de Souza	Solicitou autorização ao presidente do Cofen para a celebração de Termo Aditivo ao Contrato 28/2010, informando que o contrato em questão poderia "ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme o art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993". Omitiu, entretanto, que nem todos os itens do contrato eram passíveis de prorrogação, pois, nem todos eram, indubitavelmente, de natureza continuada, sendo mantida a contratação de "serviços iniciais e preparatórios" já prestados pela contratada e pagos pela contratante.106.
Júlio Lima Toledo	Proferiu parecer jurídico 073/DLC-PROGER/2011-J, de 5/10/2011, aprovando a minuta 1º Termo Aditivo ao Contrato 28/2010, desconsiderando que nem todos os itens do contrato eram passíveis de prorrogação, pois, nem todos eram, indubitavelmente, de natureza continuada, sendo mantida a contratação de "serviços iniciais e preparatórios" já prestados pela contratada e pagos pela contratante. Emitiu o parecer sem dispor de todas as informações necessárias à análise, dentre as quais: os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega dos serviços a serem contratados pelo 1º Termo Aditivo; as justificativas para o aumento ou a manutenção das quantidades inicialmente previstas no contrato; a existência de justificativas para a modificação do projeto ou das especificações,107. em que fosse demonstrada a melhor adequação técnica aos objetivos da Administração; a existência de justificativas para a manutenção, acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto; a comprovação de haver sido realizada verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários, particularmente no que se refere à prorrogação de prazo para execução dos "serviços iniciais e preparatórios"; e, por fim, a existência de orçamento detalhado em planilhas que expressassem os quantitativos e a composição de todos os seus custos unitários. Tais requisitos, ignorados pelo parecerista jurídico, constituem exigências determinadas nos art. 38, parágrafo único, art. 57, § 2º, art. 65, e art. 67, todos da Lei 8.666/1993.108.
Joaby Gomes Ferreira	Requereu à Divisão de Licitações e Contratos que emitisse parecer jurídico a respeito da celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato 28/2010, ainda que tivesse recebido, tão somente, um único volume do PAD 351/2009, fato que considerou "*situação anômala e repudiável à tramitação processual, até mesmo porque retira da Administração a possibilidade de exame dos atos que se encontram registrados nos demais volumes*". No entanto, decidiu por dar prosseguimento ao feito "*para que não haja prejuízo à administração, até mesmo porque o tempo não para e o prazo não perdoa, muito embora fatos como esses não devam se tornar rotina*". Ao tomar tal decisão, assumiu o risco de concluir a apreciação jurídica dos atos, sem dispor de todas as informações necessárias à análise. Posteriormente, aprovou e manifestou o seu "de acordo" com o parecer jurídico 073/DLC-PROGER/2011-J, de 5/10/2011, aprovando a minuta 1º Termo Aditivo ao Contrato 28/2010, sem verificar que nem todos os itens do contrato eram passíveis de prorrogação, pois, nem todos eram, indubitavelmente, de natureza continuada, sendo mantida a contratação de "serviços iniciais e preparatórios" já prestados pela contratada e pagos pela contratante.110.

9.7. realizar, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, a audiência dos responsáveis abaixo, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa em relação à celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato 28/2010, firmado com o Ibac, no qual foram constatadas as seguintes irregularidades:

9.7.1. celebração imotivada do 2º Termo Aditivo em desacordo com as orientações constantes no parecer jurídico 71/DLC-PROGER/2012-C e sem prévia submissão ao Plenário do Cofen;

9.7.2. acréscimo de valores ao Contrato 28/2010 extrapolando o limite legal de 25% - art. 65, § 1º e § 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993 - havendo sido desconsideradas no cálculo efetuado pelo Cofen as deduções cabíveis em relação aos itens e quantitativos que já haviam sido executados, sobre os quais não incidiria qualquer atualização monetária;

9.7.3. incompatibilidade entre o que fora realizado e as especificações ajustadas no 2º Termo Aditivo, no qual foram incluídos, novamente, itens já executados anteriormente pela contratada: "*Item 3.7.1 - Desenvolvimento de sistema para a inscrição aos cursos*" e "*Item 3.7.2 - Desenvolvimento de sistema de consulta on-line dos certificados*";

9.7.4. ausência de justificativa para a manutenção integral do "*Item 3.6.3.10 - 3.6.4.3 - Preparação e publicação de matérias*", ainda que houvesse prévio entendimento quanto à desnecessidade de sua manutenção nos quantitativos originalmente contratados;

Responsáveis	Conduta111.
Cláudio Roberto Rebelo de Souza	Solicitou manifestação do presidente do Cofen para a celebração de 2º Termo Aditivo ao Contrato 28/2010, requerendo "despacho do Gestor Maior", que autorizasse o reajuste dos valores contratados, na forma proposta pela contratada. Retardou, por quase dois meses, o envio do contrato e da minuta elaborada para a celebração do 2º Termo Aditivo à Procuradoria Geral (Proger) do Cofen, a quem caberia proceder a "análise de Termo Aditivo referente ao reajuste do valor", conforme fora solicitado pelo Controle Interno do Cofen. Ignorou as recomendações do Parecer 71/DLC-PROGER/2012-C, de 19/4/2012, mantendo 112. em vigor no 2º Termo Aditivo os itens 3.7.1 e 3.7.2. Também foi mantido no 2º Termo Aditivo, sem alterações, o item "*3.6.3.10 - 3.6.4.3 preparação e publicação de matérias*", ainda que o Cofen e o IBAC houvessem, anteriormente, concordado em reduzi-lo pela metade, não havendo registros no processo de que tal decisão houvesse sido, motivadamente, abandonada. Desconsiderou que o item "*3.6 - 3.6.2 - 3.6.4*" já havia sido concluído, entregue e pago, não havendo, portanto, motivos para o reajustamento de valores e sua permanência no contrato.113.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Marcelo Ribeiro Medeiros	Elaborou os cálculos para o reajustamento dos valores do Contrato 28/2010 no 2º Termo Aditivo. Incluiu no cálculo, indevidamente, os itens 3.7.1 e 3.7.2, pois os produtos já haviam sido desenvolvidos e entregues pela empresa. Também foi mantido no 2º Termo Aditivo, sem alterações, o item "*3.6.3.10 - 3.6.4.3 preparação e publicação de matérias*", ainda que o Cofen e o IBAC houvessem, anteriormente, concordado em reduzi-lo pela metade, não havendo registros no processo de que tal decisão houvesse sido, motivadamente, abandonada. Desconsiderou que os itens 3.6 - 3.6.2 - 3.6.4, 3.6.4.2, 3.7.1, 3.7.2 e 114. "*3.7.3 Desenvolvimento do site do Programa Proficiência*" já haviam sido concluídos, entregues e pagos, não havendo, portanto, motivos para o reajustamento de seus valores e sua permanência no cálculo de atualização do contrato. Ignorou os saldos físicos e financeiros existentes, aplicando o índice de reajuste sobre os valores e quantitativos originalmente contratados. Em razão de tais procedimentos, fundamentou, indevidamente, a elevação irregular e artificial do valor global do contrato.115.
Márcia Cristina Krempel	autorizou, em despacho de 25/4/2012, a celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato 28/2010. Assinou isoladamente o referido Termo pelo Cofen, em 17/5/2012, no qual foi constatado que: a celebração do 2º Termo Aditivo ocorrera em desacordo com as orientações constantes no parecer jurídico 71/DLC-PROGER/2012-C e sem prévia submissão ao Plenário do Cofen; houve acréscimo de valores ao Contrato 28/2010 extrapolando o limite de 25% estabelecido em lei, havendo sido desconsideradas, no cálculo efetuado pelo Cofen, as deduções cabíveis em relação aos itens e quantitativos que já haviam sido executados, sobre os quais não incidiria qualquer atualização monetária; havia evidente incompatibilidade entre o que fora realizado e as especificações 116. ajustadas no 2º Termo Aditivo, no qual foram incluídos, novamente, itens já executados anteriormente pela contratada: item 3.7.1 e item 3.7.2, uma vez que não caberia a "transformação" desse item em um "novo sistema", por meio do qual "o próprio profissional imprima seu certificado no *site* do Programa Proficiência e que os 'autentique' no Portal Cofen, considerando que a manutenção e atualização do *site* do Programa Proficiência já estava prevista no item 3.7.3; não havia justificativa para a manutenção integral do item "*3.6.3.10 - 3.6.4.3 preparação e publicação de matérias*", ainda que houvesse prévio entendimento quanto à desnecessidade de sua manutenção nos quantitativos originalmente contratados.117.
Fabiano Assad Guimarães	após assinatura manifestando seu "de acordo" com a avença ajustada no 2º Termo Aditivo ao Contrato 28/2010, no qual foi constatado que: a celebração do 2º Termo Aditivo ocorrera em desacordo com as orientações constantes no parecer jurídico 71/DLC-PROGER/2012-C e sem prévia submissão ao Plenário do Cofen; não havia sido assinado pelo Primeiro-Tesoureiro do Cofen, conforme preconiza o Regimento Interno do Conselho; houve acréscimo de valores ao Contrato 28/2010 extrapolando o limite de 25% estabelecido em lei, havendo sido desconsideradas, no cálculo efetuado pelo Cofen, as deduções cabíveis 118. em relação aos itens e quantitativos que já haviam sido executados, sobre os quais não incidiria qualquer atualização monetária; havia evidente incompatibilidade entre o que fora realizado e as especificações ajustadas no 2º Termo Aditivo, no qual foram incluídos, novamente, itens já executados anteriormente pela contratada: item 3.7.1 e item 3.7.2; não havia justificativa para a manutenção integral do item 3.6.3.10 - 3.6.4.3 "preparação e publicação de matérias", ainda que houvesse prévio entendimento quanto à desnecessidade de sua manutenção nos quantitativos originalmente contratados.119.

9.8. realizar, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, a audiência dos responsáveis abaixo, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa quanto à burla à licitação, configurada por acréscimos e supressões que transfiguraram o objeto do Contrato 28/2010, sem que haja sido demonstrada que as alterações contratuais trariam melhor adequação às finalidades de interesse público e seriam mais vantajosas que a realização de nova licitação, contrariando o disposto no art. 3º, art. 41, *caput*, art. 57, § 2º, art. 58, inciso I, e art. 65, todos da Lei 8.666/1993:

Responsáveis	Conduta120.
Márcia Cristina Krempel	Participou de reunião, em 2/10/2012, na sede do Cofen, na qual ajustou com o representante da empresa contratada, Ibac, a formalização de 3º Termo Aditivo ao Contrato 28/2010. Nos termos do ajuste realizado, concordou e autorizou que fossem realizadas alterações qualitativas e quantitativas no objeto do contrato original. Determinou que a Procuradoria do Cofen elaborasse a minuta do respectivo Termo Aditivo. Assinou, em 10/10/2012, isoladamente, o 3º Termo pelo Cofen, no qual foi constatado que: a celebração do 3º Termo Aditivo, cujo valor global foi estabelecido em R$ 5.275.674,30, ocorrera sem prévia submissão ao Plenário do Cofen e encontrava-se em desacordo com decisão daquele Colegiado de reduzir ao limite de R$ 4.000.000,00 os gastos a serem executados com a 121. manutenção do Programa Proficiência, conforme fora assinalado em despacho proferido pela própria responsável. Dentre as alterações realizadas, figura a aceitação de que a gravação de vídeos passasse a ser realizada "*nos estúdios do IBAC em Curitiba (PR) correndo os custos de deslocamento e estada por conta do Cofen*", a qual, implicou redução de custos para a contratada e potencial elevação de despesas para o Cofen. Configura-se a burla a licitação, em face de não estar demonstrado que as alterações contratuais trariam melhor adequação às finalidades de interesse público e seriam mais vantajosas que a realização de nova licitação, contrariando o disposto no art. 3º, art. 41, *caput*, art. 57, § 2º, art. 58, inciso I, e art. 65, todos da Lei 8.666/1993.122.
Fabiano Assad Guimarães	Participou, juntamente com a senhora Márcia Cristina Krempel, de reunião "para revisão de preços do contrato 28/2010", realizada em 2/10/2012, sendo o responsável pela lavratura da respectiva ata. Após assinatura manifestando seu "de acordo" com a avença ajustada no 3º Termo Aditivo ao Contrato 28/2010, no qual foi constatado que: a celebração do 3º Termo Aditivo, cujo valor global foi estabelecido em R$ 5.275.674,30, ocorrera sem prévia submissão ao Plenário do Cofen e encontrava-se em desacordo com decisão daquele Colegiado de reduzir ao limite de R$ 4.000.000,00 os gastos a serem executados com a manutenção do Programa Proficiência. Ademais, a presidente do Cofen não detinha poderes para assinar isoladamente o Termo Aditivo, sendo também necessária, na forma 123. do Regimento Interno do Cofen, a participação, concordância e assinatura do primeiro-tesoureiro da entidade. Dentre as alterações realizadas no Contrato, figura a aceitação de que a gravação de vídeos passasse a ser realizada "*nos estúdios do IBAC em Curitiba (PR) correndo os custos de deslocamento e estada por conta do Cofen*", a qual, em particular, implicou redução de custos para a contratada e potencial elevação de despesas para o Cofen. Configura-se a burla a licitação, em face de não estar demonstrado que as alterações contratuais trariam melhor adequação às finalidades de interesse público e seriam mais vantajosas que a realização de nova licitação, contrariando o disposto no art. 3º, art. 41, *caput*, art. 57, § 2º, art. 58, inciso I, e art. 65, todos da Lei 8.666/1993.124.
Júlio Lima Toledo	Elaborou o parecer jurídico 249/DLC-PROGER/2012-J, no qual considerou "questões singelas" o exame da possibilidade de, com a celebração de novo Termo Aditivo, prorrogar a vigência do Contrato 28/2010, revisar seus preços e suprimir parte de seu objeto. Ignorou, portanto, que as alterações propostas configuravam, em diversos aspectos, a transfiguração do objeto originalmente contratado; a supressão de itens em percentual superior ao limite definido em lei e sem a correspondente justificativa técnica; e a supressão de 24,8% do quantitativo de vagas sem a correspondente justificativa técnica. Dentre as alterações realizadas,125. figura a aceitação de que a gravação de vídeos passasse a ser realizada "*nos estúdios do IBAC em Curitiba (PR) correndo os custos de deslocamento e estada por conta do Cofen*", a qual, em particular, implicou redução de custos para a contratada e potencial elevação de despesas para o Cofen. Configura-se a burla a licitação, em face de não estar demonstrado que as alterações contratuais trariam melhor adequação às finalidades de interesse público e seriam mais vantajosas que a realização de nova licitação, contrariando o disposto no art. 3º, art. 41, *caput*, art. 57, § 2º, art. 58, inciso I, e art. 65, todos da Lei 8.666/1993.126.

9.9. realizar, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, a audiência dos responsáveis abaixo, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa quanto à inobservância das condições legais e vedações para celebração de convênios em relação ao "Convênio de Cooperação Financeira" 02/2011 com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), consoante disposições dos art. 71, inciso VI, da Constituição Federal; art. 1º, parágrafo único, e art. 116 da Lei 8.666/1993; art. 1º, § 1º, inciso III (com a redação dada pelo Decreto 6.619/2008); art. 2º, inciso III; art. 10; e art. 13 do Decreto 6.170/2007; art. 1º; art. 3º; art. 4º; art. 5º; art. 6º, inciso III; art. 8º; art. 12; art. 13; art. 14; art. 15; art. 16; art. 17; art. 20, § 2º; art. 21; art. 22; art. 23; art. 25, incisos I e II; art. 28; art. 29; art. 30, incisos III, VIII, IX, XIV, XXIV; art. 31; art. 34; art. 53; art. 73 e art. 74-B da Portaria Interministerial 127/2008:

Responsáveis	Conduta127.
Manoel Carlos Neri da Silva	Aprovou a celebração e assinou pelo Cofen, isoladamente, em 20/7/2011, o "Convênio de Cooperação Financeira" 02/11, celebrado com a Fiocruz. Desconsiderou, no ato, o compromisso que firmara perante o Plenário do Cofen, em sua 385ª ROP, de esclarecer as dúvidas suscitadas por aquele colegiado, as quais deveriam ser, segundo afirmou, "resolvidas quando da assinatura do Convênio, que passará para aprovação do Plenário". Também desconsiderou as recomendações da conselheira responsável pela coordenação da Câmara Técnica de Educação e Pesquisa do Cofen que, em dois pareceres, indicara a necessidade de "reanálise técnica do projeto de pesquisa", em razão da fragilidade das informações referentes ao "orçamento" constante do "Plano de Trabalho". O "orçamento" em questão não contemplava 128. cronograma de desembolso indicando, claramente, em relação aos quantitativos, as metas e produtos, a descrição dos recursos financeiros a serem despendidos em cada etapa do projeto, ou, conforme apontara a conselheira como condição prévia "indispensável" à aprovação do Convênio: "*o orçamento, ou o demonstrativo de valores, em termos de recursos financeiros e humanos, que representem o quanto é necessário para execução das atividades*", configurando-se a inexistência de análises detalhadas de custo do objeto conveniado ou de avaliação quanto à viabilidade da execução do objeto proposto. Ademais, não fora definido o tamanho da amostra, ou mesmo esclarecido "*o que cabe a cada entidade que o apoia*" e, especialmente, se as demais entidades indicadas na capa do projeto apresentado também ingressariam com recursos financeiros para a execução da pesquisa.129.
Júlio Lima Toledo	elaborou o parecer jurídico Parecer 218/2011-J, de 20/7/2011, às 15h00min, em que concluiu pelo atendimento "às exigências legais para a celebração" do "Convênio de Cooperação Financeira" 02/11 para realização da "Pesquisa Perfil da Enfermagem", desconsiderando, contudo, que a minuta do instrumento fora submetida à sua apreciação desacompanhada das informações exigidas no art. 21, incisos II a VI, tendo em vista as recomendações da conselheira responsável pela coordenação da Câmara Técnica de Educação e Pesquisa do Cofen que, em dois pareceres, indicara a necessidade de "reanálise técnica do projeto de pesquisa", em razão da fragilidade das informações referentes ao "orçamento" constante do "Plano de Trabalho". O "orçamento" em questão não contemplava cronograma de desembolso indicando, claramente, em relação aos quantitativos, as metas e produtos, a descrição dos recursos financeiros a serem despendidos em cada etapa do projeto, ou, conforme.130. apontara a conselheira como condição prévia "indispensável" à aprovação do Convênio: "*o orçamento, ou o demonstrativo de valores, em termos de recursos financeiros e humanos, que representem o quanto é necessário para execução das atividades*", configurando-se a inexistência de análises detalhadas de custo do objeto conveniado ou de avaliação quanto à viabilidade da execução do objeto proposto. Ademais, não fora definido o tamanho da amostra, ou mesmo esclarecido "*o que cabe a cada entidade que o apoia*" e, especialmente, se as demais entidades indicadas na capa do projeto apresentado também ingressariam com recursos financeiros para a execução da pesquisa131.
Joaby Gomes Ferreira	remeteu diretamente à DLC/Cofen, para fins de análise emissão de parecer jurídico a minuta do instrumento que resultou na celebração do "Convênio de Cooperação Financeira" 02/11 para realização da "Pesquisa Perfil da Enfermagem", dispensando a prévia análise técnica cabível, apesar das recomendações da conselheira responsável pela coordenação da Câmara Técnica de Educação e Pesquisa do Cofen que, em dois pareceres, indicara a necessidade de "reanálise técnica do projeto de pesquisa", em razão da fragilidade das informações referentes ao "orçamento" constante do "Plano de Trabalho". O "orçamento" em questão não contemplava cronograma de desembolso indicando, claramente, em relação aos quantitativos, as metas e produtos, a descrição dos recursos financeiros a serem despendidos em132.
	cada etapa do projeto, ou, conforme apontara a conselheira como condição prévia "indispensável" à aprovação do Convênio: "*o orçamento, ou o demonstrativo de valores, em termos de recursos financeiros e humanos, que representem o quanto é necessário para execução das atividades*", configurando-se a inexistência de análises detalhadas de custo do objeto conveniado ou de avaliação quanto à viabilidade da execução do objeto proposto. Ademais, não fora definido o tamanho da amostra, ou mesmo esclarecido "*o que cabe a cada entidade que o apoia*" e, especialmente, se as demais entidades indicadas na capa do projeto apresentado também ingressariam com recursos financeiros para a execução da pesquisa. Aprovou e manifestou o seu "de acordo" com o parecer jurídico 218/2011-J, de 20/7/2011,133.
	desconsiderando a ausência de parecer técnico conclusivo; a inexistência de análises detalhadas de custo do objeto conveniado; a inexistência de avaliação quanto à viabilidade da execução do objeto proposto; o fato de as Metas do cronograma de execução estarem insuficientemente descritas; o fato de o Parecer Jurídico ser incoerente com os documentos apresentados quanto à compatibilidade do plano de trabalho, o qual não contém todos os requisitos legais. Após assinatura manifestando seu "de acordo" com a avença ajustada no "Convênio de Cooperação Financeira" 02/11.134.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dorisdaia Carvalho de Humerez	Emitiu dois pareceres a respeito da proposta de realização da "Pesquisa Perfil da Enfermagem", nos quais se limitara a "analisar se o aspecto metodológico, anteriormente questionado, se foi devidamente atendido". Conquanto tenha apontado a necessidade de "reanálise técnica do projeto de pesquisa", em razão da fragilidade das informações referentes ao "orçamento" constante do "Plano de Trabalho", desconsiderou que o Plano de Trabalho não especificava o tamanho da amostra a ser pesquisada e nem descrevia a metodologia a ser utilizada para sua aferição, configurando a emissão de parecer técnico incoerente com os documentos apresentados quanto à compatibilidade do plano de trabalho e quanto à capacidade da convenente.135.

9.10. realizar, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, a audiência dos responsáveis abaixo, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa quanto à liberação de parcelas do Convênio 02/2011 sem a prévia comprovação da boa e regular aplicação dos valores anteriormente recebidos pela convenente:

Responsáveis	Conduta136.
Cláudio Roberto Rebelo de Souza	Por diversas ocasiões, requereu a liberação da 2ª parcela do convênio, sem que a convenente houvesse apresentado comprovação da boa e regular aplicação dos valores anteriormente recebidos, o que resultaria no repasse da 2ª parcela do Convênio 02/2011, no valor de R$ 1,5 milhão. Na condição de chefe da Assessoria Técnica do Cofen, elaborou parecer, em 21/8/2012, no qual assegurou à presidente do Cofen que, em relação à prestação de contas do recurso liberado na 1ª parcela, haveria "dispensa dessa obrigatoriedade", fundamentando-se na IN 01/97, norma não aplicável àquele instrumento. 137.
Silvia Silva da Anunciação	Atestaram a conformidade dos procedimentos para liberação da 2ª parcela do Convênio 02/2011, na qual registraram que "*o repasse da 2ª parcela não está vinculado à prestação de contas*", contrariando disposição do Convênio 02/2011, fundamentando-se na IN 01/97, norma não aplicável àquele instrumento.138.
Osvaldo Albuquerque Sousa Filho	Determinou a liberação da 3ª parcela do Convênio 02/2011, no valor de R$ 1,5 milhão, sem que a convenente houvesse apresentado comprovação da boa e regular aplicação dos valores anteriormente recebidos. Desconsiderou o Parecer 109/2013, de 14/7/2013, elaborado pela Coordenadora Institucional do Cofen junto ao projeto de pesquisa, que recomendava a realização de "análise jurídica" antes de ser liberada a 3ª parcela do Convênio 02/2011, decidindo-se pela liberação do recurso sem haver proferido decisão motivada que indicasse a desnecessidade do exame jurídico.139.

9.11. realizar, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, a audiência dos responsáveis abaixo, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa quanto à aprovação da execução de gasto não previsto no Programa de Trabalho, referente à "despesa com postagem de questionários", incorrendo em elevação de R$ 187.000,00 (cento e oitenta e sete mil reais) no total de recursos sem previsão no Programa de Trabalho e sem a devida celebração de Termo Aditivo, configurando violação ao disposto no art. 60, parágrafo único, c/c art. 116 da Lei 8.666/1993 e no art. 37 da Portaria Interministerial 127/2008:

Responsáveis	Conduta140.
Márcia Cristina Krempel	Emitiu a Nota de Empenho 1508, de 7/5/2012, pela qual aprovou, sem haver motivado a decisão, a assunção de despesas pela Cofen dos gastos com a postagem de questionários da Pesquisa Perfil da Enfermagem, desconsiderando que, nos termos do Plano de Trabalho apresentado pela Fiocruz, caberia ao convenente incumbir-se do "planejamento, execução, apuração e divulgação da pesquisa", sem que houvesse qualquer previsão de que caberia ao Cofen arcar com esse ou qualquer outro custo adicional para a execução da Pesquisa Perfil da Enfermagem.141.
Antônio Marcos Freire Gomes	Emitiu em conjunto com a presidente do Cofen a Nota de Empenho 1508, de 7/5/2012, pela qual aprovou, sem haver motivado a decisão, a assunção de despesas pela Cofen dos gastos com a postagem de questionários da Pesquisa Perfil da Enfermagem, desconsiderando que, nos termos do Plano de Trabalho apresentado pela Fiocruz, caberia ao convenente incumbir-se do "planejamento, execução, apuração e divulgação da pesquisa", sem que houvesse qualquer previsão de que caberia ao Cofen arcar com esse ou qualquer outro custo adicional para a execução da Pesquisa Perfil da Enfermagem.142.

9.12. realizar, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, a audiência dos responsáveis abaixo, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa quanto à celebração irregular do Convênio 21/2008 celebrado com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Pará, tendo por objeto o fornecimento de 1.500 leitos de hotel destinados aos participantes do XI CBCENF e cinco salas para a realização do evento:

Responsáveis	Conduta143.
Magno José Guedes Barreto	Solicitou a celebração de "convênio" com a ABIH-PA em lugar de propor a abertura de certame licitatório para contratação de vagas em hotéis, serviço usualmente prestado por empresas comerciais atuantes no mercado de hotelaria e turismo. Na solicitação não demonstra razões que pudessem tornar inviável a competição, limitando-se a afirmar que o número previsto de participantes no evento seria superior a soma de leitos disponíveis em toda a rede hoteleira local, afirmação desprovida de qualquer fundamento. Juntou ao expediente em questão tabela de preços que lhe fora fornecida pela própria ABIH-PA, sem proceder qualquer pesquisa de preços no mercado local. Atestou a execução dos serviços mediante simples apresentação de Notas Fiscais, sem dispor, contudo, de qualquer outra documentação comprobatória de utilização das vagas em leitos de hotel cobradas pela ABIH-PA. Desconsiderou o fato de que o pagamento, pelo Cofen, de despesas para hospedagem dos participantes do evento é ato desprovido de amparo legal.144.
Pedro Lima Rodrigues	Elaborou o "Projeto Básico" para contratação já direcionada à ABIH-PA, "em caráter de inexigibilidade, de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/1993", que resultaria na celebração do Convênio 21/2008. Desconsiderou o fato de que o pagamento, pelo Cofen, de despesas para hospedagem dos participantes do evento é ato desprovido de amparo legal.145.
Manoel Carlos Néri da Silva	Aprovou o "Projeto Básico" elaborado, em 17/6/2008, no qual já se indicava que o "convênio" teria de ser celebrado com a ABIH-PA. Aprovou a seguir a celebração do "convênio", em claro conflito com o princípio da segregação de funções. Celebrou o convênio, em 28/7/2008, mesma data na qual assinou o Extrato do Convênio para fins de sua publicação. Remeteu o instrumento já celebrado à Procuradoria Geral do Cofen, tão somente para cumprimento de formalidade. Desconsiderou o fato de que o pagamento, pelo Cofen, de despesas para hospedagem dos participantes do evento é ato desprovido de amparo legal.146.
Júlio Lima Toledo	Emitiu parecer jurídico 255/2008-J, em 4/8/2008, que teve caráter *pro forma*, tendo em vista que o Convênio 21/2008 já havia sido celebrado em 28/7/2008.147.
Josenilson da Rocha Lima	Aprovou o parecer jurídico 255/2008-J, em 4/8/2008, que teve caráter *pro forma*, tendo em vista que o Convênio 21/2008 já havia sido celebrado em 28/7/2008. Desconsiderou o fato de que o pagamento, pelo Cofen, de despesas para hospedagem dos participantes do evento é ato desprovido de amparo legal.148.
Ivo Aguiar Lopes Borges	Aprovou o parecer jurídico 255/2008-J, em 4/8/2008, que teve caráter *pro forma*, tendo em vista que o Convênio 21/2008 já havia sido celebrado em 28/7/2008 e que o próprio agente já o havia homologado com sua própria assinatura, antes da elaboração do parecer em questão. Desconsiderou o fato de que o pagamento, pelo Cofen, de despesas para hospedagem dos participantes do evento é ato desprovido de amparo legal.149.

9.13. realizar, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, a audiência dos responsáveis abaixo, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa quanto às irregularidades constatadas na celebração e execução do Convênio 24/2009 com a Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa - Fundep - XII CBCENF:

Responsáveis	Conduta150.
Magno José Guedes Barreto	Encaminhou para a presidência do Cofen solicitação de abertura de processo licitatório para "contratação dos serviços de logística e organização" do evento, fundamentada, unicamente, em proposta anteriormente recebida da Fundep. Depois de obtida a aprovação pelo Plenário do Cofen, na 376ª ROP, de realização da licitação, defendeu a celebração de um convênio para a execução dos serviços, em lugar de ser realizada uma licitação, alegando que se tratava de um "evento de natureza educacional" e já indicou a Fundep como convenente, inserindo nos autos vasta documentação para já permitir a celebração do convênio. A conduta do151. agente, que ensejou a desvirtuada celebração de convênio como mero instrumento de fuga à licitação, constitui violação ao disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal. art. 3º, *caput*, art. 89 e art. 116 da Lei 8.666/1993; e art. 31; art. 39 *caput* e incisos I e II, e parágrafo único; art. 45; art. 46; art. 73 e art. 74-B, todos da Portaria Interministerial 127/2008.152.
Julita Correia Feitosa	Celebrou, em 23/7/2009, o Convênio 24/2009 desconsiderando todas as recomendações exaradas no parecer jurídico 246/2009-I, de 23/7/2009, que apontava a necessidade de ser realizada licitação para a contratação de empresa especializada e não a celebração de um convênio com entidade privada sem fins lucrativos. Só depois de celebrado o Convênio 24/2009, emitiu, em 30/7/2009, a Nota de Empenho 1778 em favor da Fundep, caracterizando a assunção de despesa sem prévio empenho, violando o disposto no art. 60 da Lei 4.320/1964 e a recomendação exarada no parecer jurídico 246/2009-I, de 23/7/2009, que alertava sobre a necessidade de serem observados dispositivos da referida lei, em particular, os artigos 62 e 63.153.
Ivo Aguiar Lopes Borges	Após seu "de acordo" ao Convênio 24/2009, em 23/7/2009, tornando-se corresponsável por sua celebração, desconsiderando que não houve motivação para serem desconsideradas as recomendações que emitira em parecer jurídico 246/2009-I, de 23/7/2009, de sua própria lavra, que apontava a necessidade de serem saneadas as seguintes irregularidades: inexistência de prévia cotação de preços; ausência de comprovação dos valores praticados no mercado em relação aos preços informados pela Fundep; ausência de "autorização expressa do gestor" para a inclusão no plano de trabalho da previsão de gastos relativos a "despesas administrativas" ou "taxa de administração" de 10% sobre o valor do objeto; e, por fim, a ausência de justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos, a relação entre a proposta apresentada e os objetivos e diretrizes do programa federal e a indicação do público alvo, do problema a ser resolvido e dos resultados esperados. Desconsiderou em154. sua análise jurídica as determinações contidas nos itens 9.2, 9.2.5, 9.2.5.2 e 9.2.5.3 do Acórdão 158/2008 - TCU - Plenário, de 14/2/2008. Ademais, não fora motivado o ato de também desconsiderar a decisão do Plenário do Cofen que, em sua 376ª ROP, aprovara a realização de licitação para a contratação de empresa especializada e não a celebração de um convênio com entidade privada sem fins lucrativos. A conduta do agente, que ensejou a desvirtuada celebração de convênio como mero instrumento de fuga à licitação, constitui violação ao disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal; art. 3º, *caput*, art. 89 e art. 116 da Lei 8.666/1993; e art. 31; art. 39 *caput* e incisos I e II, e parágrafo único; art. 45; art. 46; art. 73 e art. 74-B, todos da Portaria Interministerial 127/2008.155.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Silvia Silva da Anunciação	Emitiu, isoladamente e à revelia do Chefe da Auditoria Interna do Cofen, o Parecer COFEN-AUD 563/2009, de 31/7/2009, concluindo que "não há impedimento para liberação dos recursos" do convênio, conquanto houvesse apontado a necessidade de apresentação pela convenente de "certidão de regularidade com a Fazenda Estadual", o "comprovante de abertura de conta corrente específica" e, por fim, "os documentos comprobatórios dos preços das planilhas, conforme apontado no Parecer 246/2009-I". Ademais, desconsiderou que não fora motivado o ato de também desconsiderar a decisão do Plenário do Cofen que, em sua 376ª ROP, aprovara a realização de licitação para a contratação de empresa especializada e não a celebração de um convênio com entidade privada sem fins lucrativos.156.

9.14. realizar, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, a audiência dos responsáveis abaixo, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa quanto à contratação direta da empresa "Alexandre Magno de Medeiros Maia - ME (Agenda Propaganda e Marketing)" para execução do Contrato 18/2010 sem haver demonstração de que era, de fato, inviável a competição:

Responsáveis	Conduta157.
Magno José Guedes Barreto	Apresentou proposta, por meio do Memorando 6/2010, de 27/5/2010, para "contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de profissionais, bandas e demais serviços artísticos" para compor a programação do evento realizado anualmente pelo Cofen. A proposta de contratação estava previamente direcionada para a empresa "Alexandre Magno de Medeiros Maia - ME (Agenda Propaganda e Marketing)", a qual havia encaminhado planilha de custos no valor de R$ 595.800,00. A empresa não detinha contrato de exclusividade com os artistas indicados, pois os documentos apresentados para teriam validade, apenas, para as datas de realização das apresentações no XIII CBCENF, em Natal (RN), o que contraria o entendimento do TCU exarado no Acórdão 96/2008 - Plenário, de 30/1/2008. A proposição, que inclui, além da contratação de artistas, a execução de variados serviços, tais como hospedagem, iluminação, banheiros químicos, camarote vip, locação158. de rádios, material de limpeza, porteiros e seguranças, não foi precedida de prévia pesquisa de preços ou outras evidências que demonstrem a vantagem da contratação dos artistas por meio de empresa interposta, sem licitação, em lugar de contratação direta por inexigibilidade. Com relação aos demais serviços incluídos na proposta, não há evidências que demonstrem que era, de fato, inviável a competição para sua contratação. A conduta do agente determinou a contratação direta de empresa que não detinha contrato de exclusividade com os artistas, ao qual foi associada a execução de outros serviços, sem haver demonstração de que era, de fato, inviável a competição, configurando violação ao disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal. art. 3º, *caput*; art. 25, inciso III; art. 26, parágrafo único e incisos II e III; art. 67 e art. 89 da Lei 8.666/1993. Acórdão 96/2008 - Plenário, de 30/1/2008, itens 9.5.1 e 9.5.1.1.159.
Manoel Carlos Néri da Silva	Submeteu à aprovação do Plenário do Cofen, em sua 387ª ROP, a "contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de profissionais, bandas e demais serviços artísticos", nos termos encaminhados por meio do Memorando 6/2010, de 27/5/2010, da coordenação do XIII CBCENF. A proposta de contratação estava previamente direcionada para a empresa "Alexandre Magno de Medeiros Maia - ME (Agenda Propaganda e Marketing)", a qual havia encaminhado planilha de custos no valor de R$ 595.800,00. A empresa não detinha contrato de exclusividade com os artistas indicados, pois os documentos apresentados para teriam validade, apenas, para as datas de realização das apresentações no XIII CBCENF, em Natal (RN), o que contraria o entendimento do TCU exarado no Acórdão 96/2008 - Plenário, de 30/1/2008. A proposição, que inclui, além da contratação de artistas, a execução de variados serviços, tais como hospedagem, iluminação, banheiros160. químicos, camarote vip, locação de rádios, material de limpeza, porteiros e seguranças, não foi precedida de prévia pesquisa de preços ou outras evidências que demonstrem a vantagem da contratação dos artistas por meio de empresa interposta, sem licitação, em lugar de contratação direta por inexigibilidade. Com relação aos demais serviços incluídos na proposta, não há evidências que demonstrem que era, de fato, inviável a competição para sua contratação. A conduta do agente determinou a contratação direta de empresa que não detinha contrato de exclusividade com os artistas, ao qual foi associada a execução de outros serviços, sem haver demonstração de que era, de fato, inviável a competição, configurando violação ao disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal. art. 3º, *caput;* art. 25, inciso III; art. 26, parágrafo único e incisos II e III; e art. 89 da Lei 8.666/1993. Acórdão 96/2008 - Plenário, de 30/1/2008, itens 9.5.1 e 9.5.1.1.161.
Júlio Lima Toledo	Emitiu o Parecer Jurídico 245/2010-J, de 11/8/2010, no qual atesta a possibilidade de contratação direta da empresa Alexandre Magno de Medeiros Maia - ME (Agenda Propaganda e Marketing)" para intermediar a contratação de artistas e execução de serviços diversos, desconsiderando que a referida empresa não detinha contrato de exclusividade com os artistas indicados, pois os documentos apresentados para teriam validade, apenas, para as datas de realização das apresentações no XIII CBCENF, em Natal (RN), o que contraria o entendimento do TCU exarado no Acórdão 96/2008 - Plenário, de 30/1/2008. A proposição, que inclui, além da contratação de artistas, a execução de variados serviços, tais como hospedagem, iluminação, banheiros químicos, camarote vip, locação de rádios, material de limpeza, porteiros e seguranças, não foi precedida de prévia pesquisa de preços ou outras evidências que demonstrem a vantagem da contratação dos artistas por meio de empresa interposta, sem162. licitação, em lugar de contratação direta por inexigibilidade. Com relação aos demais serviços incluídos na proposta, não há evidências que demonstrem que era, de fato, inviável a competição para sua contratação. A conduta do agente determinou a contratação direta de empresa que não detinha contrato de exclusividade com os artistas, ao qual foi associada a execução de outros serviços, sem haver demonstração de que era, de fato, inviável a competição, configurando violação ao disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal. art. 3º, *caput;* art. 25, inciso III; art. 26, parágrafo único e incisos II e III; e art. 89 da Lei 8.666/1993. Acórdão 96/2008 - Plenário, de 30/1/2008, itens 9.5.1 e 9.5.1.1.163.
Joaby Gomes Ferreira	Manifestou-se de acordo com o Parecer Jurídico 245/2010-J, de 11/8/2010, no qual se atesta a possibilidade de contratação direta da empresa Alexandre Magno de Medeiros Maia - ME (Agenda Propaganda e Marketing)" para intermediar a contratação de artistas e execução de serviços diversos, desconsiderando que a referida empresa não detinha contrato de exclusividade com os artistas indicados, pois os documentos apresentados para teriam validade, apenas, para as datas de realização das apresentações no XIII CBCENF, em Natal (RN), o que contraria o entendimento do TCU exarado no Acórdão 96/2008 - Plenário, de 30/1/2008. A proposição, que inclui, além da contratação de artistas, a execução de variados serviços, tais como hospedagem, iluminação, banheiros químicos, camarote vip, locação de rádios, material de limpeza, porteiros e seguranças, não foi precedida de prévia pesquisa de preços ou outras evidências que demonstrem a vantagem da contratação dos artistas por164. meio de empresa interposta, sem licitação, em lugar de contratação direta por inexigibilidade. Com relação aos demais serviços incluídos na proposta, não há evidências que demonstrem que era, de fato, inviável a competição para sua contratação. A conduta do agente determinou a contratação direta de empresa que não detinha contrato de exclusividade com os artistas, ao qual foi associada a execução de outros serviços, sem haver demonstração de que era, de fato, inviável a competição, configurando violação ao disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal. art. 3º, *caput;* art. 25, inciso III; art. 26, parágrafo único e incisos II e III; e art. 89 da Lei 8.666/1993. Acórdão 96/2008 - Plenário, de 30/1/2008, itens 9.5.1 e 9.5.1.1.165.
Pedro Lima Rodrigues	Atestou a execução dos serviços prestados pela empresa "Alexandre Magno de Medeiros Maia - ME (Agenda Propaganda e Marketing)" e propôs o arquivamento do PAD 323/2010, sem que tenham sido apresentados pela contratada os comprovantes dos valores pagos aos artistas contratados e aos demais profissionais e empresas subcontratadas, configurando-se a impossibilidade de assegurar a inexistência de sobrepreço e superfaturamento nos preços informados pela empresa contratada. A conduta do agente corroborou a contratação direta de empresa que não detinha contrato de exclusividade com os artistas, ao qual foi associada a execução de outros166.
	serviços, sem haver demonstração de que era, de fato, inviável a competição, configurando violação ao disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal. art. 3º, *caput;* art. 25, inciso III; art. 26, parágrafo único e incisos II e III; e art. 89 da Lei 8.666/1993. Acórdão 96/2008 - Plenário, de 30/1/2008, itens 9.5.1 e 9.5.1.1. Ademais, ao atestar a execução dos "serviços artísticos" e propor o arquivamento dos autos, sem que a contratada houvesse apresentado a comprovação das despesas realizadas, omitiu-se no dever de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, violando o disposto no art. 67 da Lei 8.666/1993.167.

9.15. determinar ao Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) que, no prazo de sessenta dias:

9.15.1. constitua o processo de prestação de contas do exercício 2007 e o submeta à apreciação do Plenário do Cofen;

9.15.2. reconstitua integralmente os processos de prestação de contas dos exercícios 2008, 2009 e 2010 e os submeta à apreciação do Plenário do Cofen, caso ainda não tenham sido apreciados por aquele Colegiado, situação que deve estar devidamente comprovada nos processos de prestação de contas anuais pela inserção nos autos de cópia da Ata da Reunião do Plenário assinada por todos os presentes;

9.15.3. insira no PAD 167/2012, prestação de contas do exercício 2011, cópia da Ata da 417ª Reunião Ordinária do Plenário devidamente assinada por todos os presentes;

9.15.4. informe ao Tribunal as providências adotadas para o cumprimento das determinações mencionadas nos subitens 9.15.1 a 9.15.3 deste Acórdão, apresentando a respectiva documentação comprobatória das providências adotadas;

9.15.5. proceda aos devidos ajustes contábeis ou apresente ao Tribunal esclarecimentos para que não se encontrem evidenciadas em suas demonstrações contábeis as perdas decorrentes da manutenção indevida de valores inscritos no Ativo Realizável da entidade, constituídas por:

Ativo Realizável (em R$)168.	
Diversos Responsáveis (valores em apuração desde 2006)	1.682.931,43169.
Devedores da entidade (valores em apuração desde 2006)	116.735,00170.
TOTAL	**1.799.666,43171.**

9.15.6. encaminhe ao TCU o relatório final da comissão instituída pela Portaria Cofen 773/2013, de 2/9/2013;

9.15.7. identifique os favorecidos e quantifique os pagamentos efetuados com recursos do "Convênio de Cooperação Financeira" 02/2011 com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a título de remuneração aos "coordenadores" da Pesquisa Perfil de Enfermagem, abrangendo todas as atividades identificadas como "Coordenação Geral", "Coordenação Regional" e "Coordenação Estadual", ainda que tais pagamentos tenham sido efetuados a título de pagamento a "bolsistas", adotando as providências visando à obtenção do ressarcimento integral dos valores pagos, atualizados monetariamente desde a data de sua efetivação, tendo em vista a ausência de amparo legal para haverem sido realizados, instaurando, caso não obtenha os devidos ressarcimentos, a competente tomada de contas especial, nos termos da Instrução Normativa TCU 147/2012, informando ao Tribunal as providências adotadas;

9.15.8. exija da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a apresentação dos comprovantes de todas as despesas realizadas pela convenente e verifique sua regularidade, informe ao Tribunal o resultado conclusivo dessa verificação, instaurando, ao término do prazo concedido, caso seja constatada a não comprovação, total ou parcial, da boa e regular aplicação dos recursos repassados à convenente, a devida tomada de contas especial, na forma da Instrução Normativa TCU 71/2012, informando ao Tribunal a eventual adoção dessa medida;

9.16. recomendar ao Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) que:

9.16.1. suspenda, em caráter prudencial, a realização de novas operações de transferências de recursos no âmbito dos programas instituídos pela Resolução-Cofen 343/2000, até que reste concluída a conciliação de saldos devedores em apuração pela comissão instituída pela Portaria Cofen 773/2013, de 2/9/2013, para os seguintes conselhos regionais: Alagoas, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins;

9.16.2. adote maior parcimônia na execução de gastos com eventos, particularmente no que se refere ao evento anual Congresso Brasileiro de Enfermagem, assegurando-se de que todas as despesas realizadas encontram motivação razoável para fins de atendimento ao interesse público;

9.17. alertar o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) no sentido de que:

9.17.1. foi constatada impropriedade na concessão de reajuste, sem previsão contratual, à Empresa Editorial Bolina Brasil, por meio do 5º Termo Aditivo ao Contrato 27/2009;

9.17.2. foi constatada impropriedade na execução injustificada de gastos não condizentes com a austeridade que deve pautar o uso dos recursos públicos, caracterizados por: contratação na rede hoteleira de acomodações em suítes presidenciais para hospedagem de seus principais dirigentes; contratação de apresentações artísticas para inclusão na programação de edições do Congresso Brasileiro de Enfermagem, evento de caráter científico-educativo que não se pode confundir com mera atividade recreativa; realização de refeições com variadas opções de vinhos incluídas na programação desses mesmos eventos;

9.17.3. a opção reiterada pela realização de pregões presenciais em lugar de sua realização na modalidade eletrônica, sob a alegação de falta ou insuficiente treinamento de seus funcionários, sendo exemplos os pregões presenciais 527/2010, 212/2011 e 287/2011, denota o deficiente planejamento de atuação da autarquia, infringindo o disposto no art. 4º, § 1º, do Decreto 5.450/2005, que estabelece que "*o pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente*", c/c o art. 3º da Lei 8.666/1993, conforme Acórdãos 1.700/2007 e 2.660/2007, ambos do Plenário, bem como o entendimento deste Tribunal de que a escolha não justificada pelo pregão presencial pode caracterizar ato de gestão antieconômico (Acórdãos 2.638/2010 e 1.515/2011 do Plenário), sujeitando os res-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA A TERCEIROS

ponsáveis à apenação pelo Tribunal;

9.17.4. nos termos do art. 40, inciso X, e § 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993 e, ainda, da determinação exarada no Acórdão 158/2008-TCU-Plenário, a ausência de detalhamento do valor estimado para o contrato, em planilhas que expressem todos os custos unitários envolvidos, poderá caracterizar infração grave, sujeita à apenação dos responsáveis, em futuros processos de compras e contratação de serviços, ainda que sob justificada dispensa ou inexigibilidade de licitação;

9.17.5. conforme disposição do art. 60, parágrafo único, e art. 67 da Lei 8.666/1993, e nos arts. 60, 62 e 63 da Lei 4.320/1964, constitui irregularidade a extrapolação do quantitativo estabelecido em contrato, tal como constatado no Contrato 28/2010, celebrado com o Instituto Base de Conteúdos e Tecnologias Educacionais Ltda. - IBAC;

9.17.6. apesar de a entidade não estar sujeita às limitações de despesa impostas pela Lei Complementar 101/2000, deve observar as normas gerais e princípios que norteiam a gestão pública responsável, com destaque para a ação planejada e transparente, que possam prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio de suas contas (art. 1º, § 1º) e a estrita observância do disposto nos artigos 60 a 64 da Lei 4.320/1964;

9.17.7. nos termos dos subitens 9.5.1 e 9.5.1.1 Acórdão 96/2008-TCU-Plenário, quando da contratação de artistas consagrados, enquadrados na hipótese de inexigibilidade prevista no inciso III do art. 25 da Lei 8.666/1993, por meio de intermediários ou representantes, deve ser apresentada cópia do contrato de exclusividade dos artistas com o empresário contratado, registrado em cartório, o qual difere da autorização que confere exclusividade apenas para os dias correspondentes à apresentação dos artistas e que é restrita à localidade do evento;

9.17.8. em atenção ao disposto nos arts. 62 e 63 da Lei 4.320/64 é necessário manter rigoroso controle sobre a execução de contratos de prestação de serviços de organização de eventos, em especial quanto à exigência da seguinte documentação:

9.17.8.1. cópia de todas as notas fiscais relativas aos serviços subcontratados pela empresa organizadora, de forma a possibilitar a identificação da despesa executada;

9.17.8.2. relação dos participantes do evento (listas de presenças), com dados completos e fidedignos dos participantes, tais como nome completo, cargo, endereço e telefone;

9.17.8.3. quando o evento envolver hospedagem, a relação, emitida pela contratada, do nome dos participantes hospedados em cada um dos hotéis, juntamente com as notas fiscais que comprovem a quantidade de apartamentos locados;

9.17.9. nos termos do art. 60, parágrafo único, e art. 67, da Lei 8.666/1993 e nos arts. 60, 62 e 63 da Lei 4.320/1964, constitui irregularidade a extrapolação do quantitativo estabelecido em contrato, tal como constatado no Contrato 28/2010, celebrado com o Instituto Base de Conteúdos e Tecnologias Educacionais Ltda. (IBAC), falha que, em caso de reincidência, poderá ensejar a apenação dos responsáveis;

9.17.10. consoante entendimento exarado no Acórdão 1.163/2008-TCU-2ª Câmara, deve ser exigida dos dirigentes do Conselho Federal de Enfermagem e dos Conselhos Regionais de Enfermagem a efetiva comprovação dos gastos efetuados a título de verba de representação ou auxílio-representação, sem prejuízo de esclarecer que, nas situações excepcionais em que os membros do Conselho incorrerem em despesas extraordinárias no desempenho de sua função pública durante viagem a serviço, despesas estas não relacionadas com pousada, alimentação e locomoção, assistir-lhes-á o direito a que tais gastos lhes sejam devida e regularmente indenizados;

9.18. determinar à Selog que constitua dois processos apartados, sendo um destinado ao tratamento das questões relacionadas ao Termo de Cooperação Financeira 11/2011, e o outro destinado ao tratamento das questões relacionadas ao Contrato 28/2010, podendo as demais questões ter continuidade de apuração no bojo do presente processo;

9.19. dar ciência deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, ao Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família e ao autor do requerimento de auditoria encaminhado a esta Corte, Deputado Mandeta.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2164-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2165/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 002.497/2014-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Representação)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Senai (03.646.961/0001-66).
4. Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Advogados constituídos nos autos: Mauro Porto (OAB/DF 12.878); Sidney Ferreira Batalha (OAB/DF 11.016); Cassio Augusto Muniz Borges (OAB/DF 20.016-A); Elizabeth Homsi (OAB/DF 20.467-A); Maria de Lourdes Franco de Alencar Sampaio (OAB/RJ 50.660) e outros (peças 4/5).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, opostos em face do Acórdão 1.809/2014 - Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. deferir o pedido de prorrogação de prazo formulado pelo embargante à peça 67 destes autos, concedendo-lhe prazo adicional de 15 (quinze) dias para atendimento ao item 9.5 do Acórdão 1.809/2014 - Plenário, prazo esse extensível às empresas referidas naquele subitem;

9.3. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2165-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2166/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 011.468/2014-9.
2. Grupo: II - Classe de assunto: VII - Representação.
3. Interessado: Allbrax Consultoria e Soluções em Informática Ltda. (CNPJ 05.566.010/0001-02).
4. Unidade: Conselho Regional de Biomedicina 3ª Região (CRBM-3ª Região).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secex/GO.
8. Advogado constituído nos autos: Cláudia Paiva Bernardes (OAB/GO 22.193) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Allbrax Consultoria e Soluções em Informática Ltda., dando conta de possíveis irregularidades relacionadas ao edital do Pregão Eletrônico nº 1/2014-SRP, promovido pelo Conselho Regional de Biomedicina 3ª Região (CRBM-3ª Região), tendo por objeto o sistema de registro de preço visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de criação de leiaute da Carteira de Identidade Profissional, produção, personalização de cartões em policarbonato, serviços especializados de captura de dados biográficos e biométricos, incluindo aplicações web para captura dos dados/digitalização dos formulários e controle de pedidos web, treinamento dos usuários que irão digitalizar, além da integração com os sistemas que visa atender ao CRBM-3ª Região e suas delegacias,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. indeferir o requerimento de medida cautelar, formulado pela representante, tendo em vista a inexistência do requisito do *periculum in mora* necessário para a adoção da referida medida;

9.3. determinar ao Conselho Regional de Biomedicina da 3ª Região que, caso dê continuidade ao Pregão Eletrônico nº 1/2014-SRP, adote as seguintes providências:

9.3.1. promova as seguintes correções no edital do certame:

9.3.1.1. permita o uso de certidões positivas com efeito de negativa para comprovação de quitação junto à Justiça do Trabalho, de tributos federais e de encargos junto ao INSS;

9.3.1.2. inclua no edital a exigência de apresentação de documentação apta à comprovação da qualificação econômico-financeira da licitante, nos termos do art. 31 da Lei 8.666/1993, observadas as ressalvas previstas no art. 4º, inciso XIV, da Lei 10.520/2002 e no art. 14, parágrafo único, do Decreto 5.450/2005, naquilo que forem aplicáveis à autarquia;

9.3.2. providencie a publicação das modificações no edital, nos termos do art. 20 do Decreto 5.450/2005;

9.3.3. designe como pregoeiro, sempre que disponível, pessoa pertencente ao quadro de servidores do Conselho Regional de Biomedicina da 3ª Região, conforme os ditames do art. 3º, inciso IV, da Lei 10.520/2002;

9.4. dar ciência ao Conselho Regional de Biomedicina da 3ª Região que, na hipótese de o preço de referência ser utilizado como critério de aceitabilidade, a sua divulgação no edital é obrigatória, nos termos do art. 40, X, da Lei nº 8.666/1993;

9.5. determinar à Secex/GO que monitore o cumprimento do subitem 9.3 deste Acórdão;

9.6. dar ciência deste Acórdão, bem como das peças que o fundamentam, ao representante e ao Conselho Regional de Biomedicina da 3ª Região.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2166-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2167/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-012.211/2014-1
2. Grupo: I - Classe: VII - Assunto: Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: G. F. Cia. Serviços (11.176.999/0001-40).
3.2. Responsável: Departamento Regional do Senai No Estado de São Paulo (33.564.543/0021-34).
4. Unidade: Departamento Regional do Senai No Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa G. F. Cia. de Serviços Ltda. ME, versando sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 122/2014, conduzido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Departamento Regional de São Paulo - Senai/SP,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. indeferir o pedido de medida cautelar, tendo em vista a ausência de seus pressupostos;

9.3. dar ciência ao Departamento Regional do Senai no Estado de São Paulo - Senai/SP que a exigência constante do item 10.2.1 do edital, concernente à apresentação de certidões ou atestados que comprovem a prestação de serviços equivalentes aos licitados, com no mínimo a mesma quantidade de postos de trabalho a ser contratada (para cada lote individualmente), afronta o entendimento da jurisprudência do TCU acerca da matéria (Acórdãos 2.939/2010, 1.202/2010, 2.462/2007 e 492/2006, todos do Plenário), segundo o qual só é razoável exigir que os atestados contemplem determinado percentual dos serviços a serem executados se for observado o patamar máximo de 50%;

9.4. recomendar ao Banco do Brasil que analise a viabilidade de disponibilizar o acesso aos editais e demais documentos referentes aos procedimentos licitatórios conduzidos no âmbito do Sistema "Licitacoes-e", independente de cadastramento prévio, em observância ao princípio da publicidade disposto no Regulamento de Licitações e Contratos do Senai e, principalmente, nos arts. 3º, *caput*, da Lei 8.666/1993, e 37, *caput*, da Constituição Federal;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada das peças que a fundamentam, à representante, ao Senai/SP e ao Banco do Brasil, e

9.6. arquivar o processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2167-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2168/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-018.298/2008-2
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional
3. Unidade: Prefeitura Municipal de Serrano do Maranhão/MA.
4. Responsável: Leocácio Olímpio Rodrigues (134.282.683-34).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Representante do Ministério Público: não atuou. .
7. Unidade Técnica: Secex-MA.
8. Advogados constituídos nos autos: Eduardo Aires Castro (OAB/MA 5378), Carlos Armando Alves Serejo (OAB/MA 6921) e José Braz da Silva Filho (OAB/MA 6673)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, por meio do qual foi solicitado a esta Corte que adotasse as providências a seu cargo relativamente a indícios de irregularidades na aplicação de recursos federais repassados ao Município de Serrano - MA,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 1º, inciso II, e 38, da Lei nº 8.443/92, em:
9.1. encaminhar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados cópia deste Acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, comunicando o cumprimento integral do Acórdão nº 2958/2010-Plenário,e
9.2. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2168-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2169/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-018.588/2013-1.
1.1. Apensos: TC-026.877/2013-9; TC-005.685/2013-3; TC-003.283/2013-5
2. Grupo: I - Classe de assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessado: Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados.
4. Unidade: Conselho Federal de Enfermagem (Cofen).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Selog.
8. Advogado constituído nos autos: não consta.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, oriunda da Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, por meio da qual requer-se a realização de fiscalização no Conselho Federal de Enfermagem (Cofen),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. nos termos do art. 17, inciso II, da Resolução/TCU 215/2008, considerar integralmente atendido o objetivo deste processo de interesse do Congresso Nacional;
9.2. com fundamento nos arts. 36 e art. 40, inciso III, da Resolução/TCU 259/2014, apensar em definitivo este processo ao TC-001.320/2014-9.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2169-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2170/2014 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC-005.714/2011-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Monitoramento.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Entidades: Municípios do Estado de Roraima.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima - Secex/RR.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Monitoramento de determinações e recomendações exaradas por meio do Acórdão n. 281/2010 - Plenário, prolatado nos autos do TC-018.362/2009-3, o qual cuidou de Fiscalização de Orientação Centralizada - FOC, realizada na modalidade de Auditoria de Natureza Operacional nas principais estratégias do Programa Governamental Atenção Básica em Saúde nos Municípios de Iracema, Alto Alegre e Boa Vista, todos localizados no Estado de Roraima.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar que os Municípios de Boa Vista e Iracema cumpriram as determinações veiculadas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.2 do Acórdão n. 281/2010 - Plenário;
9.2. considerar que o Município de Alto Alegre cumpriu a determinação veiculada no subitem 9.1.1 do Acórdão n. 281/2010 - Plenário;
9.3. determinar ao Departamento de Atenção Básica - DAB, da Secretaria de Assistência à Saúde - SAS do Ministério da Saúde, gestor das Estratégias de Atenção Básica em Saúde, que verifique as medidas adotadas pelo Município de Alto Alegre para dar cumprimento às determinações constantes dos subitens 9.1.2 e 9.2 do Acórdão n. 281/2010 - Plenário, informando a este Tribunal, no âmbito de seu próximo Relatório de Gestão, as providências levadas a termo pelo ente federativo;
9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima, ao Ministério Público do Estado de Roraima, à Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e às Câmaras Municipais de Boa Vista, Iracema e Alto Alegre e ao Ministério da Saúde, para a adoção das medidas que reputarem adequadas ao caso;
9.5. apensar o presente processo ao TC-018.362/2009-3, com fundamento nos arts. 36, 37 e 40 da Resolução/TCU n. 259/2014.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2170-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2171/2014 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC-016.321/2012-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessado: Ministério Público Federal/Procuradoria da República em Santa Catarina.
3.1. Responsáveis: Adílson de Souza, CPF n. 442.900.479-04, Alexandre dos Santos Rodrigues, CPF n. 559.072.886-04; Djalma Vando Berger, CPF n. 436.678.729-68, Eduardo Dubaj, CPF n. 454.115.810-87; Humberto Azevedo Viana Filho, CPF n. 090.315.454-49; Ivan Fredovino Ramos Júnior, CPF n. 976.213.584-91; Ivone Maria Valente, CPF n. 197.042.835-04; João Reis Santana Filho, CPF n. 005.832.605-78; Márcia Lourdes Bastos Machado, CPF n. 917.329.058-00; Raimundo Borges, CPF n. 072.728.981-00; Rosilene Vaz Cavalcanti, CPF n. 553.383.561-04; Túlio Márcio Salles Maciel, CPF n. 563.796.929-91.
4. Entidade: Município de São José/SC.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secex/SC.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação encaminhada a esta Corte pelo Sr. Marcelo da Mota, Procurador da República em Santa Catarina, noticiando supostas irregularidades na utilização dos recursos federais enviados ao Município de São José/SC por meio do Termo de Compromisso n. 411/2010 (Siafi n. 662180), firmado com a Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional (Sedec/MI), com vistas à recuperação dos danos causados pela enchente que afetou a região em 25/03/2010.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno/TCU, conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. determinar à Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, que, caso ainda não o tenha feito, analise a prestação de contas do Termo de Compromisso n. 411/2010-MI, firmado com o Município de São José/SC, em conjunto com os achados de auditoria contidos no Relatório de Fiscalização n. 1.160/2012 deste Tribunal (peça n. 113), instaurando, se necessário, a competente Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 8º da Lei n. 8.443/1992 e da Instrução Normativa TCU n. 71/2012, e informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências adotadas;
9.3. determinar à Secex/SC que:
9.3.1. envie cópia do Relatório de Fiscalização n. 1.160/2012 (peça n. 113), deste Acórdão, do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, para subsidiar o exame da prestação de contas do Termo de Compromisso n. 411/2010;
9.3.2. encaminhe cópia dos documentos mencionados no subitem anterior à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, informando das providências levadas a efeito em resposta ao Ofício n. 1.226/2012-GABPR3, referente ao Inquérito Civil Público n. 1.33.000.002841./2011-16;
9.3.3. monitore o cumprimento da determinação do subitem 9.2 **supra** e, caso o concedente já tenha apreciado a prestação de contas relativa ao Termo de Compromisso n. 411/2010-MI e não tenha levado em consideração as irregularidades identificadas nestes autos, adote as providências necessárias para a apuração dessas ocorrências no âmbito do TCU.
10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2171-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2172/2014 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC-034.261/2011-7.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessado: Ministério Público junto ao TCU.
4. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social - SecexPrevi.
8. Advogados constituídos nos autos: Sidney Ferreira Batalha, OAB/DF n. 11.016; José Augusto Seabra Monteiro Vianna, OAB/DF n. 24.772; Cássio Augusto Muniz Borges, OAB/DF n. 20.016; Jean Alves Pereira Almeida, OAB/RJ n. 99.403; Elizabeth Homsi, OAB/RJ n. 37.313; Carlos Bastide Horbach, OAB/RS n. 41.823; e Antônio Lisboa Cardoso, OAB/DF n. 9.901.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelo Ministério Público junto ao TCU, por meio do então Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin, com fundamento no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, acerca de fragilidades detectadas nos procedimentos de arrecadação, apropriação, distribuição e fiscalização dos recursos arrecadados pela Caixa Econômica Federal (Caixa), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), envolvendo contribuições sindicais urbana e rural, patronal e dos empregados.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. recomendar ao Ministério do Trabalho e Emprego que adote providências no sentido de incitar a observância dos parâmetros contidos na Nota Técnica CGRT/SRT n. 05/2004 pelas Confederações Sindicais Patronais, até que haja uma legislação específica tratando da correlação entre capital social das empresas e a aplicação de alíquota progressiva para cômputo de contribuição sindical por parte do empregador.
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2172-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2173/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.482/2013-8.
1.1. Apenso: TC 006.451/2013-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
3.2. Responsáveis: Ângelo José de Negreiros Guerra (259.479.743-04); Construtora Ferreira Guedes S/A (61.099.826/0001-44); César Augusto Pinheiro (638.597.008-63); Francisco José Coelho Teixeira (203.948.453-15); Giovanni Brigido Bezerra Cardoso (546.913.463-68); Toniollo, Busnello S/A - Túneis, Terraplanagens e Pavimentações (89.723.977/0001-40).
4. Órgãos: Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (SRH/CE) e Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional (SIH/MI).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: SecobHidroferrovia.
8. Advogados constituídos nos autos: Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/DF 37.934) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria sobre o Lote 5 da Concorrência Pública nº 20120007/SRH/CCC, conduzida pela Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (SRH/CE), no contexto das obras de implantação do 1º trecho Jati/Cariús do projeto Cinturão das Águas do Ceará - CAC;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1. revogar a medida cautelar suspensiva deferida por meio da parte final do item 9.1 do Acórdão 2.740/2013-TCU-Plenário, com fulcro no art. 276, § 5º, do Regimento Interno do Tribunal (RITCU);

9.2. determinar, com fulcro no art. 71, inciso IX, da Constituição de 1988 e no art. 45 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, à Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de Ceará (SRH/CE) que formalize a inserção das complementações das especificações técnicas, apresentadas a fim de dar cumprimento ao item 9.3.3 do Acórdão 2.740/2013-TCU-Plenário, para os serviços de execução de enfilagem (VM 03) e **jet grouting** (CAC 04.12), devendo ser fixado, para este item, que o critério de medição está vinculado ao diâmetro da coluna de **jet grouting** executado, obedecendo a tabela para pagamento por metro linear constante do Relatório deste Acórdão, em observância ao disposto no art. 6º, inciso IX, alíneas "c", "d" e "e", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, enviando a este Tribunal cópia do termo aditivo no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da notificação;

9.3. determinar, com fulcro no art. 250, inciso II, do RITCU, à Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de Ceará (SRH/CE) que, caso firme termos de aditamento que alterem o quantitativo dos itens que possuem preços acima dos referenciais de mercado, abstenha-se de utilizar preços superiores aos limites legais, isto é, acima daqueles compatíveis com os preços de referência assentados, discriminados na tabela abaixo;

Código	Descrição do serviço	Unidade	Preço unitário de referência após análise de oitivas e audiências*172.*
cac 01.09	concreto ciclópico fck 15 mpa 30% pedra de mão e transp horiz. com carrinhos	m³	R$ 296,81 *173.*
cac 04.12	execução de **jet grout**	m³	R$ 797,30 *174.*
cac 05.01	fornecimento e aplicação de geomembrana pead ou pvc, incluindo transporte e acessórios	m²	R$ 17,88 *175.*
vmi 19	uniforme	un	R$ 64,48 *176.*

9.4. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, ao Consórcio Ferreira Guedes - Toniolo Busnello, à Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional e à Casa Civil da Presidência da República; e

9.5. arquivar os presentes autos, sem prejuízo de que a SecobHidroferrovia promova o monitoramento sobre as determinações constantes deste Acórdão.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2173-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2174/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.563/2012-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessada: Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado do Paraná.
3.1. Responsável: Nilton Bezerra Guedes (540.189.359-00).
4. Órgão: Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex/PR) e Secretaria de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente (SecexAmbiental).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de representação formulada por equipe de auditoria sobre indícios de irregularidades ocorridas na Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná, relacionadas com a estruturação de assentamentos da reforma agrária e apuradas na execução da auditoria sob o registro Fiscalis 690/2011;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, ACORDAM em:

9.1. com fundamento nos arts. 237, V, e 246 do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Senhor Nilton Bezerra Guedes, Superintendente Regional do Incra no Estado do Paraná, para aplicar-lhe a multa prevista no art. 58, III, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.4. determinar que a Superintendência Regional do Incra, no Estado do Paraná, promova o desconto integral ou parcelado da multa consignada no item 9.2 deste Acórdão sobre os vencimentos do responsável, caso ele ainda permaneça como servidor federal, observados os limites previstos na legislação pertinente, nos termos do art. 28, I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, I, do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fulcro no art. 60 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 270 do Regimento Interno do TCU, decretar a inabilitação do Sr. Nilton Bezerra Guedes para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública federal, pelo período de 6 (seis) anos, informando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a referida medida para a adoção das providências pertinentes ao cumprimento da aludida inabilitação;

9.6. conceder medida cautelar, com fundamento no art. 276 do Regimento Interno do TCU, de sorte a suspender a autorização dada pela Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná ou mesmo a prática de qualquer ato que resulte no corte da vegetação nativa, na área denominada Corredor da Biodiversidade, em decorrência do plano de manejo que precedeu a criação dos 107 (cento e sete) lotes de assentamento de que tratam estes autos;

9.7. em observância ao § 3º, do art. 276, do Regimento Interno do TCU, determinar que a Secex/PR promova a oitiva da Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná, bem como dos assentados interessados, para que, querendo, se pronunciem sobre as falhas que ensejaram a adoção da medida cautelar deferida segundo o item 9.6 deste Acórdão;

9.8. determinar à Superintendência do Incra no Estado do Paraná que, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, logo após assegurar o contraditório e a devida ampla defesa a todos os interessados, adote as seguintes providências:

9.8.1. promova, caso a defesa dos interessados não se mostre plenamente adequada, a rescisão de todos os contratos de concessão de uso dos lotes criados na área denominada Corredor da Biodiversidade, cujos beneficiários descumpriram as Cláusulas Primeira e Segunda dos respectivos termos aditivos, incluindo nessas rescisões os beneficiários que assinaram o termo aditivo e depois transferiram o lote, assim como os beneficiários que exploraram a madeira em desacordo com o plano de manejo, adotando também as medidas necessárias ao ressarcimento do valor correspondente à madeira retirada por cada um dos beneficiários;

9.8.2. oportunize aos beneficiários de contratos de concessão que se enquadrem no item 9.8 deste Acórdão prazo para que se manifestem acerca das falhas descritas nestes autos, em atenção ao princípio constitucional da ampla defesa;

9.8.3. realize o levantamento dos beneficiários da reforma agrária que não residem no assentamento e os que possuam vínculos externos incompatíveis com o programa de reforma agrária ou que não explorem economicamente as suas parcelas, para fins da devida regularização;

9.8.4. notifique todos os beneficiários dos assentamentos localizados no Estado do Paraná que alienaram os seus lotes, para o exercício da ampla defesa, alertando-os de que os seus contratos de concessão de uso poderão ser rescindidos, observado o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de defesa, nos termos do artigo 9º da Instrução Normativa Incra n.º 71/2012;

9.8.5. suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, a regularização dos pedidos de aquisição ou ocupação de parcela nos assentamentos Celso Furtado, Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos, que se encontrem em andamento, enquanto se verificar a existência de excedentes dentro da área desses assentamentos, esclarecendo que, em vista do que dispõe o artigo 14 da Instrução Normativa Incra nº 70/2012, a regularização destes pedidos fica condicionada ao atendimento concomitante das seguintes condições:

9.8.4.1. emissão há mais de dez anos de contrato ou título originário, ou outro documento similar, contados da data em que o ocupante irregular foi notificado;

9.8.4.2. inexistência de candidatos excedentes no projeto de assentamento interessados na parcela;

9.8.4.3. observância, pelo candidato, dos requisitos de elegibilidade para ser beneficiário da reforma agrária;

9.8.4.4. quitação ou assunção pelo interessado, até a data de assinatura do contrato de concessão de uso, dos débitos relativos ao Crédito de Instalação, concedidos aos beneficiários anteriores;

9.9. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Paraná, para o ajuizamento das ações judiciais porventura cabíveis, bem assim ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, à Superintendência Regional do Incra, no Estado do Paraná, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; e

9.10. determinar que a Secex/PR promova o monitoramento de todas as determinações contidas no presente Acórdão.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2174-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2175/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.468/2013-3.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Hospital de Clínicas de Porto Alegre (87.020.517/0001-20).
4. Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria realizada no Hospital de Clínicas de Porto Alegre com vistas a avaliar a implementação dos controles de TI informados em resposta ao levantamento do perfil de governança de TI de 2012, bem como verificar a adoção de planos e estratégias para implementação e melhoria da governança de TI.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar ao Hospital das Clínicas de Porto Alegre que:

9.1.1. em consonância com o art. 6º, inciso I, do Decreto-Lei 200/1967, ao elaborar o plano diretor de TI, utilize as práticas contidas na seção 5 do Guia de Elaboração de PDTI do Sisp;

9.1.2. em atenção ao disposto na NC - DSIC/GSI/PR 10/IN01, de 30 de janeiro de 2012, elabore e execute processo de gestão de ativos de informação da Entidade, à semelhança das orientações contidas na seção 7.1 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e no Cobit 5, Processo BAI09 - Manage assets;

9.1.3. em atenção ao art. 5º, inciso VII, da IN - GSI/PR 1/2008, elabore e aprove formalmente a Política de Segurança da Informação e Comunicações da Entidade, que deve contemplar, em especial, os elementos estabelecidos no item 5.3 da NC - DSIC/GSI/PR 3/IN01, 30 de junho de 2009, e na seção 5.1.1 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;

9.1.4. em atenção ao art. 5º, inciso VI, da IN - GSI/PR 1/2008 c/c o item 5.3.7.3 da NC - DSIC/GSI/PR 3/IN01, de 30 de junho de 2009, institua Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicações da Entidade, à semelhança das orientações contidas no item 6.1.2 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;

9.1.5. em atenção ao art. 5º, inciso V, da IN - GSI/PR 1/2008 e às disposições contidas na NC - DSIC/GSI/PR 5/IN01, de 14 de agosto de 2009, institua formalmente equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, à semelhança das orientações contidas na seção 13 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;

9.1.6. em atenção ao item 3.2.7 da NC - DSIC/GSI/PR 2/IN01, de 13 de outubro de 2008, elabore e execute processo de gestão de incidentes de segurança da informação, bem como institua formalmente equipe específica para tratar dos incidentes dessa natureza, à semelhança das orientações contidas na seção 13 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;

9.1.7. com base nas boas práticas contidas na seção 2.3 do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC, sensibilize os membros da alta administração acerca de sua responsabilidade em estabelecer e monitorar as políticas corporativas da Entidade, a exemplo do código de ética, a política de segurança da informação e as demais políticas relativas à governança de tecnologia da informação;

9.1.8. elabore e aprove formalmente um processo de aprimoramento contínuo da governança de TI, a exemplo das boas práticas contidas no capítulo 3 do guia de referência da implementação do Cobit 5, que contemple pelo menos o seguinte:

9.1.8.1. definição de papéis e responsabilidades voltadas especificamente para a melhoria da governança de TI;

9.1.8.2. realização de diagnósticos ou autoavaliações de governança e de gestão de TI;

9.1.8.3. definição e acompanhamento de metas de governança de TI e das ações necessárias para alcançá-las, com base em parâmetros de governança, necessidades de negócio e riscos relevantes;

9.1.9. em consonância com o disposto no item 9.1.1 do acórdão 2308/2010-TCU-Plenário e com base nas boas práticas contidas na seção 3.3 da ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009, estabeleça formalmente:

9.1.9.1. mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição;

9.1.9.2. mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI;

9.1.10. em consonância com o disposto no item 9.1.1 do acórdão 2308/2010-TCU-Plenário e com base nas boas práticas contidas na seção 3.3 da ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009, aprove formalmente o plano anual de auditoria interna da Entidade, que deverá conter, entre outras atividades, ações com o objetivo de avaliar os riscos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles em relação à gestão e ao uso da TI corporativa;

9.1.11. em consonância com o disposto no item 9.10.2 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário, realize auditorias periódicas na área de tecnologia da informação da Entidade, em especial no que diz respeito à avaliação da governança de TI, dos sistemas de informação e de suas bases de dados, da segurança da informação e das aquisições de bens e serviços de TI;

9.1.12. em consonância com o art. 6º, inciso I, do Decreto-Lei 200/1967, faça constar do plano diretor de TI pelo menos os seguintes elementos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1.12.1. desdobramento das diretrizes estabelecidas em planos estratégicos, a exemplo do plano estratégico institucional e do plano estratégico de TI;

9.1.12.2. vinculação das ações de TI (atividades e projetos) a indicadores e metas de negócio;

9.1.12.3. vinculação das ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão;

9.1.12.4. vinculação entre as ações de TI priorizadas ao orçamento de TI;

9.1.12.5. quantitativo necessário (ideal) para a força de trabalho em TI;

9.1.12.6. avalie a conveniência e a oportunidade de estabelecer formalmente acordos de nível de serviço entre o setor de TI e as áreas internas da instituição, à semelhança das orientações contidas na seção 6.1.2 da ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008;

9.1.13. em consonância com o item 9.11.10 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário, defina processo formal de contratação de soluções de TI, à semelhança das orientações contidas na IN - SLTI/MP 4/2010;

9.1.14 em consonância com o item 9.11.10 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário, defina processo formal de gestão de contratos de soluções de TI, à semelhança das orientações contidas na IN - SLTI/MP 4/2010;

9.2. determinar ao Hospital das Clínicas de Porto Alegre que inclua nos relatórios de gestão dos exercícios vindouros informações específicas que permitam o acompanhamento pelos órgãos de controle das ações afetas à governança de TI, conforme orientações contidas no item 7 e seus subitens do Anexo Único da Portaria-TCU 175/2013;

9.3. alertar a administração do Hospital das Clínicas de Porto Alegre sobre os riscos atinentes à contratação de bens e serviços de TI, elencados no item 23 da proposta de deliberação, a que está exposta ao não adotar adequadamente as boas práticas utilizadas como parâmetro de avaliação, bem como as recomendações exaradas nos acórdãos de referência;

9.4. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2175-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2176/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 046.126/2012-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Serviço Florestal Brasileiro (MMA).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional a fim de avaliar o processo de concessão florestal federal, como autorizado pelo acórdão 3494/2012-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. recomendar ao Ministério do Meio Ambiente e ao Serviço Florestal Brasileiro, nos termos do art. 43, I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, III, do RI/TCU, que, à luz dos dados expressos na tabela referenciada no item 28 da proposta de deliberação, avaliem as razões do não cumprimento das metas estabelecidas nos contratos de gestão dos anos de 2010 a 2012, relativamente à conclusão dos processos de concessão florestal, e promovam medidas tendentes a aprimorar o planejamento de outorgas de concessões florestais;

9.2. recomendar ao Serviço Florestal Brasileiro, nos termos do art. 43, I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, III, do RI/TCU, que:

9.2.1. analise a pertinência das manifestações colhidas nos autos no sentido de que as concessões florestais estão perdendo atratividade, em razão dos seguintes problemas, relacionados no item 34 da proposta de deliberação: a) o elevado preço mínimo da concessão; b) o alto nível de investimento inicial requerido para operacionalizar uma concessão florestal; c) a excessiva demora para obter os documentos necessários ao início da exploração, após a assinatura do contrato; d) o elevado nível de garantias exigido do concessionário; e) as deficiências dos inventários florestais que suportam os dados apresentados nos editais de licitação; f) a forte concorrência da exploração ilegal ou não sustentável; e g) a ausência de incentivos e ações de fomento que estimulem a concessão florestal.

9.2.2. avalie se as alegações dos concessionários acerca da falta de definição dos "eventuais danos causados ao meio ambiente" e da indefinição do que sejam os "direitos emergentes" da concessão, expostas no item 38 da proposta de deliberação, são procedentes e, se for o caso, adote as medidas necessárias, ou proponha tais medidas a quem detenha autoridade e competência para adotá-las, para que seja facilitada a apresentação de garantias pelo licitante e tornada efetiva a possibilidade de oferta dos direitos emergentes como garantia para a obtenção de financiamentos necessários à operação da concessão;

9.2.3. conheça e avalie os procedimentos levados a efeito pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor) após a assinatura do contrato de concessão, de forma a coligir subsídios para a formulação de modificações procedimentais que reduzam o prazo de início da exploração das concessões florestais, como referenciado no item 21 da proposta de deliberação;

9.3. alertar o Ministério do Meio Ambiente e o Serviço Florestal Brasileiro que, transcorridos mais de oito anos da criação desse serviço, a inexistência do regimento interno implica inobservância do disposto no art. 56, § 1º, IV, da Lei 11.284/2006, bem como configura omissão prejudicial à adequada e necessária definição de responsabilidades e de processos gerenciais, condição imprescindível ao melhor desempenho das atribuições específicas da instituição;

9.4. cientificar o Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis sobre a necessidade de que sejam analisados os procedimentos levados a efeito após a assinatura do contrato de concessão, com o objetivo de identificar e solucionar situações que estejam retardando o início da operação em prazo menor do que os que até aqui têm sido verificados;

9.5. dar ciência da presente deliberação ao Ministério do Meio Ambiente, ao Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, ao Serviço Florestal Brasileiro, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA), à Comissão de meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (CMADS), à Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), à 4ª Câmara do Ministério Público Federal e às Secretarias Estaduais de Meio Ambiente da região Amazônica;

9.6. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2176-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2177/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 046.131/2012-4.
1.1. Apenso: TC 018.829/2012-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessados: Tribunais Regionais Eleitorais.
4. Órgão: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria determinada pelo acórdão 3414/2012-TCU-Plenário, com o objetivo de verificar se os pagamentos dos passivos de pessoal da Justiça Eleitoral estão sendo quantificados e pagos em conformidade com a legislação pertinente e com a jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. revogar a medida cautelar exarada por meio do acórdão 970/2013-TCU-Plenário, para que o TSE se abstivesse de realizar os procedimentos orçamentários e financeiros a seu cargo tendentes a viabilizar o pagamento dos passivos de pessoal para o TRE/AC, o TRE/AL, o TRE/AM, o TRE/AP, o TRE/BA, o TRE/CE, o TRE/DF, o TRE/ES, o TRE/GO, o TRE/MA, o TRE/MG, o TRE/MS, o TRE/MT, o TRE/PA, o TRE/PB, o TRE/PE, o TRE/PI, o TRE/PR, o TRE/RJ, o TRE/RN, o TRE/RO, o TRE/RS, o TRE/SC, o TRE/SE, o TRE/SP, e o TRE/TO;

9.2. determinar ao TRE/AC, ao TRE/AL, ao TRE/AM, ao TRE/AP, ao TRE/CE, ao TRE/DF, ao TRE/ES, ao TRE/MA, ao TRE/MG, ao TRE/MS, ao TRE/MT, ao TRE/PA, ao TRE/PB, ao TRE/PE, ao TRE/PI, ao TRE/PR, ao TRE/RJ, ao TRE/RN, ao TRE/RO, ao TRE/RS, ao TRE/SC, ao TRE/SE, ao TRE/SP, e ao TRE/TO que, com fundamento no art. 250, II, do RI/TCU, relativamente a seus servidores listados na peça 490 dos autos, adotem as medidas necessárias para o abatimento dos valores pagos a maior contra créditos ainda a receber, quando for o caso, observando o devido processo legal, comunicando a este Tribunal, no prazo de 120 dias, as medidas adotadas, os valores abatidos, e os saldos finais apurados;

9.3. autorizar o TRE/AC, o TRE/AL, o TRE/AM, o TRE/AP, o TRE/CE, o TRE/DF, o TRE/ES, o TRE/MA, o TRE/MG, o TRE/MS, o TRE/MT, o TRE/PA, o TRE/PB, o TRE/PE, o TRE/PI, o TRE/PR, o TRE/RJ, o TRE/RN, o TRE/RO, o TRE/RS, o TRE/SC, o TRE/SE, o TRE/SP, e o TRE/TO a aplicar o disposto no enunciado nº 249 da súmula de jurisprudência do TCU, relativamente aos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelos servidores desses tribunais, apenas nos casos em que não for possível a compensação de valores na forma do item anterior;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que monitore o cumprimento do disposto nos itens 9.2 e 9.3 retro, em processo específico vinculado, nos termos do *caput* do art. 35 da Resolução-TCU 259, de 7/5/2014;

9.5. desapensar o processo TC 018.829/2012-0 destes autos;

9.6. sobrestar o presente processo até a análise de mérito a ser empreendida nos autos do TC 018.829/2012-0;

9.7. levantar o sobrestamento dos processos que estejam nesse estado em razão da fiscalização de que tratam estes autos;

9.8. dar ciência desta deliberação à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP), à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

10. Ata n° 32/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/8/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2177-32/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, José Jorge e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

NÚMERO DE ACÓRDÃO NÃO UTILIZADO

Não foi utilizado na numeração dos Acórdãos o n° 2141.

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 15 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária
Substituta

Aprovada em 26 de agosto de 2014.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

1ª CÂMARA

ATA Nº 29, DE 19 DE AGOSTO DE 2014
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretário da Primeira Câmara: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata n.º 28, referente à Sessão realizada em 12 de agosto de 2014.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES

Da Presidência:

- Boas vindas ao Ministro Bruno Dantas, acompanhado expressamente por todos os demais integrantes da Primeira Câmara e pelo Subprocurador-Geral.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 010.374/2014-0, cujo Relator é o Ministro José Múcio Monteiro; e

- 009.388/2013-3, de relatoria do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 4390 a 4426.

RELAÇÃO Nº 24/2014 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 4390/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-019.802/2003-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Fernandes de Oliveira (000.023.643-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Fortaleza/CE - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4391/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em revisar de ofício o Acórdão nº 4410/2009 - TCU - 1ª Câmara para considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão relacionados no item 1.1, e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.315/2007-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: João Rodrigues Sobrinho (071.779.334-68); Jorge Luís Mourão de Oliveira (049.281.133-49); Jorge Luiz Moreira Nunes (207.320.230-68); José Antonio Leite de Oliveira (199.772.395-68); José André Ramos Zanini (207.410.810-91); José Carlos Mota Silva (101.592.665-72); José Costa da Silva (080.277.734-15); João Gonçalves (689.821.358-04); João Lourenço da Silva Filho (027.571.922-72)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar a realização de audiência, consoante expresso no art. 250, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, da Coordenadora-Geral de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal à época das deliberações, Sra. Amirce Ferreira Rodrigues dos Santos, para que apresente as razões de justificativa para o não cumprimento dos Acórdãos nºs 4410/2009 - TCU - 1ª Câmara e 778/2010 - TCU - 1ª Câmara, em relação às aposentadorias de João de Mattos (320.545.136-87), José da Silva (375.727.929-87), João Soares Santos (150.273.095-20) e João Fernandes Caldas (170.775.754-20).

ACÓRDÃO Nº 4392/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.358/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elizeth Gomes de Lima (804.528.501-00); Luis Felipe Salles Pereira (975.814.370-00); Sonia Maria Moita (512.643.901-49)

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4393/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.465/2014-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Maria Alves Soares de Castro (490.597.181-00); Benjamin Miranda Tabak (144.476.108-09); Clay Souza e Teles (762.277.901-68); Daniel Melo Nunes de Carvalho (943.818.011-72); Issana Nascimento Rocha (002.791.356-29); Jeane Jaqueline Costa de Arruda (011.620.521-04); Jideão José Vieira Filho (003.208.011-52); Júlio Cezar Ponte (052.865.257-50); Lorena Vieira Ribeiro Gomes (808.377.785-49); Lucas Micael dos Santos Saraiva (005.776.921-43); Mateus Fernandes Vilela Lima (064.364.656-69); Mônica Villela Motta e Silva (290.125.971-53); Paulo Max Cavalcante da Silva (118.810.137-40); Pedro Barreira Silva da Rocha (099.015.987-61); Pedro Henrique Lopes da Silva (317.651.303-87); Ramon Mendes de Souza (012.105.635-09); Renata Eulálio Alves (827.101.123-53); Rodrigo Abdalla Filgueiras de Sousa (070.592.477-77); Sérgio Portilho Simão (967.247.061-49); Vinicius Leopoldino do Amaral (764.507.240-72)

1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4394/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.551/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Aldo Freitas da Silva (327.360.293-72)

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4395/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados e fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.860/2014-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Myriam Barreto Lossio (009.075.244-94); Luzete Ribeiro Santos (008.689.514-12); Maria Enoi Araujo Camara (201.530.314-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamento legal no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 4396/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "a", 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao responsável e à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.179/2013-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Manoel Araújo Filho (190.342.884-04)

1.2. Órgão/Entidade: Companhia Nacional de Abastecimento

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 22/2014 - 1ª Câmara

Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 4397/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, 243, 250, incisos II e III, do Regimento Interno, em considerar parcialmente atendidas as determinações constantes do Acórdão 6014/2009-1ª Câmara e fazer a determinação sugerida nos pareceres:

1. Processo TC-001.242/2009-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Argentino Pena Ferreira (015.292.346-20); Astor Margarido de Paula (175.868.526-34); Eduardo Eustáquio (083.455.546-87); Efigênia de Oliveira Malta (730.771.196-68); Eliana Conceição Pereira (187.086.766-15); Francisca Maria Trindade Proença (232.504.296-00); Geraldo Pereira da Silva (113.098.146-00); Hailton Marcelino da Costa (074.478.336-49); João Gonçalves Maciel (689.180.118-49); José Gualberto Queiroz (229.246.396-20); Luci Maria da Silva (359.200.766-15); Marcia Cironi Lisboa Aguiar (385.542.166-87); Maria das Graças Cota (056.251.066-49); Romualdo Fernandes dos Santos (130.371.966-53); Sebastiao dos Reis de Faria (296.581.796-49)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento do Mandado de Segurança nº 2009.38.00.020913-0 (20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais), da Ação Ordinária nº 2009.38.00.033249-0 (7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais) e da Ação Ordinária nº 2009.38.000.31677-6 (7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais), cujas apelações interpostas pela Universidade Federal de Minas Gerais ainda não foram julgadas no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, bem como da Ação Ordinária nº 0029679-77.2010.4.01.3800 (13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais), que ainda tramita na referida Vara Federal.

ACÓRDÃO Nº 4398/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.503/2014-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adeluzia Fagundes de Souza (187.118.124-00); Amado Rodrigues de Matos (079.651.091-15); Ana Lúcia Roberto (066.835.331-72); Ana Maria Martinez Martinez (163.162.905-00); Ângela Maria de Oliveira Silva (704.772.137-15); Antônio Helenilo Valente Gentil (346.451.367-04); Batista Solano de Melo (207.555.110-34); Benedita Honorato da Silva Groschoski (359.810.919-91); Benigno Moreira de Souza (570.501.048-68); Camilo Pereira dos Santos (072.798.921-91); Carmelita Cristina Pimentel Penha da Silva (080.038.075-49); Carmen Isabel de Paula Guimarães (591.896.909-82); Daniel Vaz Duarte (153.701.351-34); Denise Andersen Barbosa Martins (279.859.701-34); Dione de Carvalho Silva Teixeira (193.803.134-20); Dirce Yaeko Komesu Verrastro (516.107.368-34); Domingos José Ramos Mello Filho (128.602.121-91); Dora Maria Scheibler (270.087.540-00); Eduardo Francisco de Abreu (137.535.841-34); Efren Maldonado Roland (044.592.377-68)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4399/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.309/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antônio Luís Camargo da Costa (476.955.440-00); Cassia Fernanda Kila Mattos (651.982.470-49); Cláudia Wermuth Pinheiro (999.531.960-87); Daniela dos Santos Carvalho Pedroso (185.063.758-00); Débora Rodrigues da Silva (009.944.570-06); Maria Rosane Proenca Guerrieri (345.927.680-00); Patrícia Rodrigues Aguirres (953.199.480-34); Rafael da Rosa Leal (002.703.220-51); Rosemary dos Santos (823.968.330-49)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4400/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da maioridade ou do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.482/2012-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Vinicius Silva Deiro Ribeiro (042.134.065-71)

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Salvador/BA - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4401/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da maioridade ou do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-019.881/2012-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Igor de Oliveira Borges (006.001.431-80)

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Goiânia/GO - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4402/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula deste Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o subitem 8.1 do Acórdão n.º 357/2000-1ª Câmara, de modo que, onde se lê "Tesouro Nacional", leia-se "Fundação Nacional de Saúde (Funasa)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado; e em dar ciência desta deliberação à Divisão de Gerenciamento de Ações Prioritárias da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal e à Fundação Nacional de Saúde, de acordo com o parecer do Ministério Público emitido nos autos:

1. Processo TC-011.731/1999-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 011.414/2001-4 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsável: Francijaime Pinheiro Costa (061.557.233-20)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeituras Municipais do Estado do Ceará (184 Municípios)

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4403/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c arts. 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 202, § 4º; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.207/2013-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Patrícia Pereira Abuhab (CPF 160.697.198-08) e Instituto Harmonia na Terra (CNPJ 06.539.182/0001-50).

1.2. Entidade: Ministério da Cultura - MinC.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Advogado constituído nos autos: Kátia Regina Camila Catalano (OAB/SP 217.039), Rodrigo Kopke Salinas (OAB/SP 146.814), Fabio de Sá Cesnik (OAB/SP 146.717) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4404/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237, parágrafo único, 235, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, quanto ao(s) processo a seguir relacionado, em não conhecer da representação, ordenar a adoção da(s) seguinte(s) medida(s) e determinar o arquivamento, dando ciência ao(s) representante(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.740/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Manoel Rafael de Oliveira Neto (837.590.425-20)

1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. encaminhar cópia dos autos à Auditoria Interna da Codevasf para que que tome as medidas de controle que entender cabíveis em relação à execução do contrato 3.050.00/2011 celebrado com a construtora Paviservice Serviços de Pavimentação Ltda.

RELAÇÃO Nº 25/2014 - 1ª Câmara

Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 4405/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.593/2014-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Eduarda Chuma Chanato (113.441.802-72); Francileude de Paula Oliveira (106.597.492-20); Francisca das Chagas Silva (084.560.382-53); Isaura Paula do Nascimento (084.739.432-87); Leontina Belo Alves (030.667.032-15); Mistis Manussakis Barbosa (013.753.772-72); Sílvia Maria Espinosa Lima (080.099.292-04); Waldimir Cardoso da Silva (011.598.442-91); Zenilda Ferreira de Oliveira (139.750.642-34)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Rondônia

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4406/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.276/2014-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mauricio Naoto Kobayashi (327.206.698-57); Mauricio Uoya Hatisuka (220.214.498-66); Murilo Guilherme Dodt Filho (881.880.273-91); Nathaly Natsumi Yamamoto Shibata (361.161.758-05); Nelson Victor Filho (195.807.028-96); Nicole Enham Dias (008.901.307-79); Nilton Magnabosco (283.857.059-53); Paulo Cesar Godoy (033.661.948-04); Paulo Cezar Silveira Alves Junior (009.245.695-22); Paulo Emerson Ferreira (019.112.241-66); Paulo Henrique de Andrade Cabral (086.709.098-71); Paulo Rogério Nozi (044.145.769-03); Pedro Correa Bertoche (090.723.177-26); Pedro Nogueira de Almeida (052.557.466-22); Rafael Gustavo Soares Pinto Carvalho (070.043.826-21)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4407/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.884/2014-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anderson Luiz de França Silva (045.023.984-54); Diego Araujo Paes (007.885.285-48); Eduardo Henriques de Castro (080.262.946-61); Rafael Gomes Lima (073.545.226-19); Rafaela Cavazzani Tejada (008.709.931-43); Robison Francisco Pires (072.238.346-09); Tiago Albarello (986.917.240-72)

1.2. Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4408/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.330/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: José Marcos Coelho Santos (028.758.665-08); José Renato Mendes Neves (888.329.296-00); Juliana Oliveira Gaspar (003.099.653-81); Karla Maria Cavalcanti da Silva (064.676.694-52); Leandro Moura Távora de Franca (015.506.745-10); Leandro Soares Juca (006.860.753-90); Leonardo Soares Juca (006.835.923-35); Leonel Ribeiro de Carvalho (661.740.903-53); Leônidas Martins Gomes Oliveira (062.031.484-23); Leônidas Nunes do Nascimento (874.529.104-78); Lilian Karla Dias Coutinho (087.078.666-07); Lívia Carvalho Guimarães Pottier (079.029.966-61); Lorena de Souza Costa (040.538.475-08); Luana Heli Sousa Santos de Almeida (026.121.063-75); Lucia de Fátima Ferreira Marques (210.974.373-53); Luciana Soares Cardoso Rodrigues (048.890.386-63); Luciane Alvino Gonçalves (503.316.125-34); Luciano Cabral Rola Neto (011.901.263-46); Luis Eduardo de Saboya e Silva (525.122.903-87); Luiz Carlos Gomes Pereira (501.985.994-04); Marcelo Albuquerque Andrade (025.673.254-09); Marcelo Davilla Angelim Paiva (058.602.234-12); Marcelo da Silva Moura Casademunt (016.743.805-00); Marcos Ribeiro Prata Junior (981.570.195-91); Marcos Vinicius Mohaupt Marques (584.539.204-78); Marcus Asdrubal Carvalho de Navarro (067.019.016-03); Maria Augusta Freitas Sampaio (470.022.805-97); Maria Elizangela Barros de Castro (618.767.203-87); Maria Helena de Morais Rodrigues (022.285.474-09); Marília Juca de Oliveira (658.620.743-68); Marlo Eddy Pinheiro de Oliveira (013.097.553-29); Marlson Melo de Mendonça (583.699.294-00); Michelly Gomes Ferreira da Silva (064.829.784-52); Rafael João Pereira dos Santos (089.297.514-82); Rafael Rubinho Zoffoli (060.989.604-02); Rafaela Pereira Lima (021.464.075-22); Rebeca de Oliveira Rios Almeida (040.069.365-83); Renato Busatto Figueiredo (033.274.993-22); Renato Felix Ribeiro (903.224.955-04); Rian Hilário da Silva (086.967.514-18); Ricardo Bering Vieira (802.981.845-91); Rodolfo Everson Morais de Almeida (616.147.773-49); Rodrigo Oliveira Chaves (004.248.655-64); Rosane Magalhães Veloso Tavares (891.362.253-04); Sandra Helena Feitosa Vieira (736.569.253-72); Sergio Moreira Matos Vilela (068.673.066-67); Sidney Tavares Nunes (087.125.534-09); Sigismundo José Brasileiro Dantas (400.005.835-53); Tammy Wandson de Freitas Lima (024.098.324-66); Tatiane Silva de Oliveira (101.861.216-52)

1.2. Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4409/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.344/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Acsuel Fanchiotti Meireles (131.960.157-00); Adailton Tavares dos Prazeres (530.857.602-53); Adama Gonçalves Brás (057.932.845-75); Adelaide Pereira Lira Gadelha (110.569.607-36); Adriana Otilia Santana Larindo (038.327.529-60); Adrielle Joviano Coimbra Venâncio (084.298.226-40); Aires Linhares de Faria (293.228.986-15); Airton Filho Nascimento da Costa (056.727.473-02); Alan Jefferson Tavares da Costa (715.114.231-53); Alberto Carlos Nunes Machado Junior (072.169.964-29); Alécio de Sousa Rodrigues (797.857.605-10); Alessandra Barros Gurgel de Carvalho (946.415.283-49); Alessandra Lobato do Amaral (539.334.511-91); Alessandra Teresa Pereira Camacho (118.711.508-84); Alessandro Rodrigo Ferreira Vaz (661.175.852-68); Alex Sandro da Silva (001.778.276-70); Alexandre Silva Duarte (001.151.981-99); Alexandre de Almeida Firmo (080.213.936-10); Alexandre de Souza Gonçalves (058.075.236-44); Alice de Fraga Silva (003.455.280-42); Aline Aglio Gomes (091.051.437-21); Aline Batista Campos (339.611.558-95); Aline Meneguzzo (015.582.660-38); Allan Cirilo Pereira (013.328.551-05); Allysonn Csizmar Soares (046.195.816-31); Álvaro Borges da Silva (827.514.801-44); Amanda Portela Correia Pires (034.254.265-67); Ana Carolina Teixeira Santos (013.819.786-57); Ana Carolina de Melo (028.559.961-55); Ana Claudia Pires de Oliveira (455.420.901-68); Ana Flavia Rodrigues (089.349.936-69); Ana Karolina Veras Serrão (016.513.591-30); Ana Maria Soriano Lima (017.874.243-08); Ana Paula da Silva Pereira (285.559.268-23); Anacardium Soares Bezerra (047.145.264-56); Anderson Colombo Menegucci (304.993.588-05); Anderson Domingos Teixeira de Moura (015.288.786-55); Anderson Donizetti dos Santos (324.647.288-29); Anderson Guimarães dos Santos (295.564.848-50); Anderson Vieira Santos (104.754.617-54); Andre Carlos Paludo (606.327.479-00); Andre Frederick Abreu Lima (818.151.663-04); Andre Luis de Oliveira (887.780.880-20); Andrea Batista (112.382.378-27); Andressa Silva Teodoro Vieira de Barros (113.836.917-97); Andrew Martin Caldwell (010.104.407-05); Ângela Faccio Dallastra (048.878.959-17); Anie Thais Mergulhão Machado (335.313.878-12); Anna Carolina Lima Leite (066.377.394-64); Antonio Alberto Veras de Moura (831.308.532-00)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4410/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos, fazendo-se a seguinte determinação:

1. Processo TC-017.346/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cleonice Maria Dessoti Surgik (836.768.729-91); Cleriston Romero Alexandre de Brito (959.501.501-63); Cristian de Souza Franco (227.526.858-82); Cristina Aparecida Cavalcanti (100.143.598-20); Cristina Becker (072.030.139-44); Cynthia de Souza Correa (856.006.106-10); Daerty Buchmann (051.825.439-99); Daniel Marco Nunes Quimarães da Silva (148.055.417-09); Daniel Marini Pedrosa (113.890.507-00); Daniel Ramos Ghelli (766.371.316-87); Daniela da Silva Ferreira Reis (338.765.618-17); Daniele Glad Costa (298.613.048-86); Danielle Pasqualotto Bordin (040.737.959-29); Danielle de Lima Almeida (024.932.430-05); Danilo Vieira Moretto (009.382.959-00); Danúbia Melo de Holanda (031.656.761-27); Danuza Raphaella Martins (034.239.837-79); Darcy Lucilo Santos Rocha (056.698.604-38); Davi Lima Carvalho (981.618.652-72); David Bruno Aiolfe de Oliveira (049.810.589-00); Débora Ferreira da Silva (119.116.247-84); Denílson Silva de Almeida (459.756.394-68); Denise Novakoski

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(067.188.939-78); Denise Sonoda (127.104.328-97); Denise Trein (002.348.010-69); Denise Zanicheli Alvarenga (104.603.608-41); Dinilza Nascimento Correia (116.168.598-73); Dorival Cavalcante de Cerqueira (146.706.234-00); Douglas Leite de Souza (965.954.692-00); Edicarlos Marques de Alencar (834.648.591-34); Edimilson Francisco Sabino (007.541.837-18); Edna Claudia Vasconcelos Paizante (804.476.191-87); Edson Antonio de Sousa (056.472.359-21); Edson Ferreira da Silva (103.935.918-32); Eduardo Constantino de Oliveira (217.938.418-10); Eduardo Hiroshi Gohara (225.438.198-94); Eduardo Jeffrey Lobo Cunha (050.229.379-99); Eduardo Pedroso Batista (205.848.298-09); Elaine Cunha dos Santos (002.638.981-99); Elenise Brito Guimarães (013.167.261-42); Eliane Lopes Braga (045.568.296-82); Elisandra Costa dos Santos Escobar (769.210.180-91); Elissandra Ricellie Guedes de Andrade (007.928.214-83); Elizeuda Alves de Sousa Carvalho (724.948.751-53); Elmo Zacarias de Bastos (630.278.289-91); Elrick Ribeiro de Araujo (990.700.653-04); Emanuel Gonçalves Ferreira (327.671.612-72); Emanuel Rodrigues (074.393.849-62); Emerson Alves dos Santos Mauriz (009.524.643-65); Emerson Leonel Lopes (123.442.457-66)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Sefip que corrija, no sistema Sisac, o nome do interessado para que, onde se lê "Daniel Marco Nunes Quimarães da Silva", leia-se "Daniel Marco Nunes Guimarães da Silva", conforme informações constantes do CPF.

ACÓRDÃO Nº 4411/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.351/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Katrine Pereira Maciel (922.263.291-53); Keila Bertoldo de Oliveira (087.172.246-16); Kelson Rosa Rocha (685.972.582-68); Larissa Coelho Bertolini dos Santos (094.584.287-26); Larissa Schlegel (046.284.049-25); Leandro Apolônio da Silva (255.339.768-25); Leandro Magno Santos da Silva (005.832.585-90); Leandro Tunes Ferreira (993.279.965-34); Leandro Vieira Gutterres (009.213.910-80); Leonardo Adriano Horta Lobão (046.383.296-59); Leonardo Mateus Reolon (011.087.850-77); Letícia Beatriz de Souza Costa e Silva (060.254.256-12); Letícia Toscano Braga Reis (508.428.621-53); Lidiane Silva Alves Vasconcelos (310.098.768-30); Lilian Medeiros Lima (663.486.687-20); Lindomar Castílio Silva Pinto (451.976.795-49); Lisieux Mesquita Coelho (029.516.171-00); Lívia Lamah Cascardo Prata (060.053.776-55); Lorena Amaral Ramos Marra (006.124.531-38); Lorena Araújo do Nascimento Silva (867.731.512-87); Luan Burin da Rosa (021.643.010-05); Luan Ferreira Lima Rodrigues (032.912.953-82); Luana Gomes Bruno Pessanha (099.429.377-14); Lucas Araújo da Fonseca (135.812.157-56); Lucas Moura Dias (038.082.811-11); Lucas Rodrigues de Oliveira (088.460.699-60); Luciana Araújo Paiva Fagundes (032.804.594-27); Luciana Kowaleski (039.125.359-06); Luciana Lopes Martins (023.204.769-38); Luciano Alves Batista (021.444.795-26); Luciano Magalhães Pinto (850.240.821-68); Luciene Santana Lima (504.082.321-53); Lucier Antunes Pereira Borges (045.712.146-77); Ludmila Antônia Gonçalo Sesma (338.548.168-63); Luiz Roberto Ramos (827.375.929-68); Magda Rita da Silva Teixeira (933.917.497-68); Mara da Silva Perillo (033.379.318-80); Marcel Almeida dos Santos (013.235.140-40); Marcela Barbieri Scavariello Rosa (298.224.848-44); Marcela Gouvea de Oliveira (086.173.916-77); Marcello Cardoso Quintanilha dos Santos (133.569.407-24); Marcelo Osvaldo Frare (196.376.728-42); Marcelo Ricardo de Lima Gouveia (007.630.544-96); Marcelo Sousa Bastos de Moraes (059.626.986-22); Marcelo da Silva Medeiros (292.245.942-04); Márcia Maria Jordão Rodrigues (488.524.571-00); Márcia Mateus da Silva (573.190.141-49); Márcia Regina Maitelli (467.273.450-15); Márcio Rotta (802.864.459-72); Márcio Vinícius da Silva Carneiro (008.034.293-04)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4412/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.353/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marco Antônio Simas Araújo (833.665.630-87); Marcos Abílio Medeiros de Saboia (017.398.013-93); Marcos Amoyr Khnayfes (307.902.008-13); Marcos André Silva de Aguiar (054.313.857-71); Marcos André da Silva Vilar (889.575.942-72); Marcos Bellini (089.990.778-45); Marcos Kobata (312.326.578-16); Marcus Aurélio Rodrigues Santos (003.353.423-37); Marcus Frederico de Magalhães (003.825.176-01); Marcus Vinícius Rocha da Silva (048.057.688-27); Marden Borges Marinho Silva (036.792.631-80); Maria Angélica Bueno (089.096.258-80); Maria Clara Cajahiba Machado (072.448.636-40); Maria Cristina Ferreira Witzel (134.852.998-98); Maria José Faria (018.929.498-14); Maria Neide Temoteo Modesto (007.018.538-75); Maria Rosane Pessoa Ramires (057.954.588-13); Maria Solange de Oliveira Bezerra (291.677.588-94); Maria Valmi Soares (490.737.021-00); Maria das Graças Ribeiro de Morais Andrade (082.959.645-34); Maria do Socorro Brito Souza (325.518.004-04); Mariana Araújo do Nascimento (042.235.321-38); Mariana Brunel Alves (059.336.049-41); Mariana da Franca Bandeira (048.628.984-24); Mariane Braga dos Santos (021.290.420-58); Mariane Oliveira Fernandes dos Santos (531.158.645-15); Mariane Pereira Filomeno (061.170.819-10); Mariane Scalercio Biscolla (293.478.028-75); Mariele Siquinelli Giglioli (308.666.718-46); Marilza Miyuki Sasaki (134.665.808-03); Marina Argollo Marques de Souza (781.027.155-53); Marina Baggio Rodrigues (275.191.938-37); Marina Dick Born (014.398.560-44); Mário Lúcio Alves de Amorim (025.810.931-96); Mário Victor Queiroz dos Santos (058.567.294-63); Marizete da Silva Teixeira (548.979.390-20); Maurício Grandi Mandelli (007.217.100-69); Meily Caballero Cheung Dorighello (281.448.898-86); Meire Cristiane dos Santos (046.325.524-02); Michel Feijó Genuíno (990.490.070-15); Michele Rabelo do Carmo Medeiros (004.320.901-77); Michelle Araújo Rodrigues (825.025.361-20); Michelle Silva dos Santos Freire (013.150.494-06); Milena Fernandes Messias (412.845.888-07); Milton Avelino de Freitas (043.693.398-55); Milton Nogima (626.013.939-04); Mirza Conde Garcia (000.001.477-02); Mônica Canedo (016.065.197-27); Mônica Naomi Ogassawara (350.528.238-35); Monique Brant Rocha (028.029.631-20)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4413/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.357/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Wesley Yuji Nagatomy (022.634.858-05); William Douglas de Jesus Papini Júnior (319.957.348-70); William Rodrigo Franco de Souza (402.937.098-58); Willian Luiz Rodrigues Ramos (372.427.678-81); Willian Picinato da Silva (042.462.611-06); Yuri Ladwig de Oliveira (022.086.380-69); Zilvane Mendonça Melo Lima (100.766.367-71)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4414/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.369/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vinicius Genaro Thome (218.554.828-00); Vinicius Rodrigues Queiroz (987.232.431-04); Vinicius Segui Von Hartenthal (032.905.469-42); Viviane de Oliveira Santos Porto (976.816.365-87); Wagner de Morães Azevedo (299.824.718-05); Walter Antonio Devanir Lembi (701.202.181-00); Wanderson Arley Borges Ferreira (073.073.756-05); Yuri Jorge Sampaio Carvalho (620.274.763-34)

1.2. Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4415/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, incisos II e IV; 10, § 1º; 12 e 47 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 143, inciso V, "g", do RI/TCU, ACORDAM em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la procedente, desconsiderar a personalidade jurídica das empresas DR Projetos e Construções Ltda. e Construtora LDF Ltda., converter o processo em tomada de contas especial e autorizar a citação dos responsáveis e a adoção das demais medidas sugeridas no parecer da unidade técnica.

1. Processo TC-013.589/2014-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Francivaldo Santos de Araújo (019.231.224-36), ex-Prefeito; Ewerson Cristiano Carneiro da Silva (073.884.264-85); José Gildeilson Marcelino Jacinto (058.502.424-30); José Roberto Marcelino Pereira (568.300.504-30); Benigno Pontes de Araújo (052.235.854-37), sócios da Construtora LDF Ltda. (09.162.582/0001-87) e da DR Projetos e Construções Ltda. (07.913.242/0001-15)

1.2. Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB)

1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Frei Martinho/PB

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB)

1.7. Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 4416/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 3.244/2014 - 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 24/06/2014, Ata 21/2014, para que, no preâmbulo do acórdão, onde se lê "...com fundamento nos arts. 1º, incisos II e IV; 10, § 1º; 12, inciso II; 43, inciso I; e 47 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso V, "g"; 202, inciso II; 237; e 252 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação para considerá-la procedente, converter o processo em tomada de contas especial para determinar a citação e a audiência dos responsáveis, bem como fazer o alerta e os encaminhamentos, nos termos propostos pela Unidade Técnica.", leia-se: "...com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V; e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em adotar as providências relacionadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos", mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.835/2010-0 (Monitoramento em Representação)

1.1. Responsável: Maria do Socorro Almeida Waquim (079.110.093-68)

1.2. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Timon/MA

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

RELAÇÃO Nº 23/2014 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 4417/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, autorizando-se os registros, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.364/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Micheletto Brandão (079.670.878-95); Agnaldo Vignoli dos Santos (174.576.388-06); Ana Caroline Balthazar Fonseca de Lima (104.315.187-77); Ana Lúcia Andrade (035.344.586-05); Anderson Miron Magalhães (040.676.246-54); Andrea Gomes dos Santos (026.174.837-89); Antonio de Padua Melo Neto (975.833.165-53); Caroline Saraiva Almeida Corassini (998.153.380-72); Daniela Batista de Araujo (782.073.711-53); Diogo de Carvalho Antunes Silva (089.546.696-11); Eduardo Baptista Vieira (822.748.005-53); Eduardo Medeiros dos Santos (055.085.297-21); Fabio Valotto (109.464.057-35); Felipe Macedo Pires Sampaio (026.946.765-37); Felipe Oliveira Cavalcante (108.738.347-12); Felipe Vella Pateo (331.287.088-78); Fernanda Rodrigues Targino (016.476.741-07); Flavio Henrique Silva Campos Junior (003.183.783-29); Hugo Torres do Val (036.029.211-90); Iana Lívia Rodrigues Dourado (954.888.713-49); Joelson Guedes da Silva (030.620.704-47); Juliano Figueiredo Neto Barbosa (007.480.106-61); Leonardo Wayland Torres Silva (000.714.594-21); Luiz Henrique Ribeiro Roma (060.567.714-07); Marcel Watt Peixoto Guerra (010.097.545-30); Matheus Alves Viana (014.733.893-05); Mauricio Krepsky Fagundes (007.675.130-96); Michele Garcia Patrocinio (080.847.126-08); Michelle Cristina Virginio Cavalcante (035.468.044-73); Patrik Elton Ferreira Loz (981.564.381-91); Patrícia Ferreira Alexandre dos Anjos (039.820.754-24); Pedro Henrique Salome do Amaral (066.437.816-12); Ramiro Goncalves do Lago Rocha (995.581.063-72); Rebecca Jorge Dino Cossetti (007.569.613-43); Renata Paes de Oliveira (027.052.949-70); Roberto Szatmari (115.529.017-85); Robson Fernandes de Oliveira (037.403.037-51); Rudinei Previatti da Silva (002.457.790-19); Tais Arruti Lyrio Lisboa (992.125.955-53); Thales Bevilaqua Rossato (823.991.900-68); Thiago Barbosa (988.614.251-00); Thiago dos Santos (087.710.597-92); Viviani Renata Anze Greer (290.161.068-47); Yan Koslovsky (536.037.020-34)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4418/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.605/2012-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Aloizio Mercadante Oliva (963.337.318-20); Cezar Santos Alvarez (222.268.260-68); Eduardo Martins Pereira (603.245.627-72); Eduardo Moreira da Costa (201.075.956-72); Eugenius Kaszkurewicsz (316.206.477-53); Fernando de Nielander Ribeiro (627.437.597-04); Glauco Antonio Truzzi Arbix (518.652.118-34); João Alberto de Negri (620.169.979-15); Lena Oliveira de Carvalho (634.710.191-20); Luiz Antônio Rodrigues Elias (549.900.767-53); Luís Manuel Rebelo Fernandes (797.578.477-04); Paulo Bernardo Silva (112.538.191-49); Pedro de Carvalho Pontual (838.950.948-20); Roberto Vermulm (758.889.048-72); Julio Alexandre Menezes da Silva (830.641.331-87)

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4419/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "b", 217, §§ 1º e 2º, e 218, todos do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em autorizar o parcelamento da multa, conforme formulado pelo Sr. José Carlos Teles da Silveira, referente ao subitem 9.1.2 do Acórdão 5174/2013-TCU- 1ª Câmara, em 36 (trinta e seis) parcelas, atualizadas monetariamente, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, e, ainda, alertando-o da necessidade de encaminhamento dos comprovantes de pagamentos das parcelas a este Tribunal.

1. Processo TC-025.736/2006-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: & Araujo Ltda. (32.651.457/0001-52); Antonio José da Anunciação (330.170.425-53); Arilton Dantas dos Santos (035.265.005-25); Aristóteles Alves de Menezes Júnior (312.983.625-04); Construções e Projetos Ltda. (04.445.913/0001-72); Jairo Teixeira Araujo Junior (221.777.871-49); Josiene Sousa Santana (970.357.935-34); José Álvaro de Santana Brito (580.440.785-68); José Carlos Teles da Silveira (188.363.135-15); José Raymundo Cordeiro Junior (288.697.535-49); José Rubens de Santana Arruda (288.894.015-91); Juarez Cardoso Neves (101.744.195-20); Julyneto Comercio e Manutenção de Maquinas Ltda. (03.249.469/0001-57); Lafaiete Cerqueira Serra Neto (644.908.905-91); Manoel Antonio Miranda Filho (881.993.208-34); Maria de Lourdes Santos Araujo (080.325.215-34); Sostenes Pereira Bitencourt (376.190.395-20)

1.2. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0003-63); Prefeitura Municipal de Tucano - BA (13.810.312/0001-02)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tucano - BA

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - BA (SECEX-BA).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4420/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fulcro nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", e 237 do Regimento Interno do TCU, em:

a) conhecer da presente representação, ante os motivos expostos pela Secex/ES, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) dar ciência desta deliberação à direção do Sesc/ES; e

c) arquivar o presente processo, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar outros fatos relativos ao certame em processo distinto caso presentes motivos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-004.235/2014-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Thaisa Rosário Caetano - Me (07.890.909/0001-01)

1.2. Órgão/Entidade: Administração Regional do Sesc no Estado do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4421/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fulcro nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", e 237 do Regimento Interno do TCU, em:

a) conhecer da presente representação, ante os motivos expostos pela Secex/SE, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal;

b) dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para adoção das providências de sua alçada;

c) dar ciência desta deliberação à representante;

d) dar conhecimento a Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc), conforme previsto no item 9 do anexo ao Memorando-Circular 27/2014- Segecex, das questões levantadas com o fim de possibilitar a apreciação das providências adotadas pelo FNDE que devem ser registradas em seus próximos relatórios de gestão, nos termos do art. 106, § 5º, da Resolução TCU 259/2014; e

e) arquivar o presente processo, com espeque no inciso V do art. 169 do Regimento Interno.

1. Processo TC-016.790/2014-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Prefeitura Municipal de Arauá - SE (13.095.260/0001-30)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Arauá - SE

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

RELAÇÃO Nº 19/2014 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 4422/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I da Lei 8.443/1992, e art. 7º, II da Resolução TCU 206/2007, na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito dos atos de admissão de Antônio Vicelmo Alencar Pereira, Cláudio José dos Santos, Genival Barbosa da Silva, Gilson de Assis e de Ricardo Parusolo Budoia e em considerar legais os dos demais, determinando o registro dos atos de admissão de pessoal.

1. Processo TC-030.361/2010-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aleksander Teixeira Campos (583.356.761-00); Alessandra de Araújo Giese (837.607.509-82); Andréia Bezerra de Azevedo (888.052.121-72); Antonio Vicelmo Alencar Pereira (311.910.883-91); Carlos Eduardo Lopes (927.170.391-04); Carlos Gustavo de Góes Gugelmin (705.024.041-91); Claudinei Monsalle (165.483.118-25); Claudio José dos Santos (510.010.554-20); Cristhiano Karlo Moraes Sandim (861.378.161-68); Edroaldo Fernandes de Aquino (694.636.031-15); Flavio Mendes Ferreira (052.103.406-00); Genival Barbosa da Silva (842.443.564-87); Gilson de Assis (482.614.326-53); Gisele Ferraz de Araújo (827.699.071-15); Glauber Silva Farias (839.508.184-72); Grazyelly Ramos de Oliveira (965.030.251-49); Jeane Catelan Duncan (615.179.841-49); João Francisco de Brito Neto (804.078.203-10); Juliana Martins Prota de Sá de Oliveira (950.637.061-34); Lilian Ajul Miyasato (000.757.041-45); Luciana da Costa Higa (501.131.191-00); Marcos Ribeiro Mendes Martins (639.559.201-78); Maria Leonor Rocha (241.547.923-34); Maria de Jesus Santana (318.179.551-87); Marilene Machado Franco da Silva (805.943.441-15); Maycon José Cancini de Souza (006.949.469-07); Regina Célia Giacomet (728.627.349-34); Renata de Almeida Magalhães (445.456.061-72); Ricardo Daltozo Sanches (110.667.248-81); Ricardo Parusolo Budoia (121.169.408-93); Valéria Marin (020.359.051-17); Washington Luiz Fernandes do Prado (067.768.528-98)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4423/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, considerando os pareceres emitidos nos autos pela Unidade Técnica e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, o acórdão 4058/2014-TCU-1ª Câmara, de modo que onde se lê, "VISTOS, relatados (...) Fundo Nacional de Saúde (FNS)", leia-se "VISTOS, relatados (...) Fundação Nacional de Saúde (Funasa)"; e onde se lê, no item 9.2. o termo "FNS", leia-se "FUNASA", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

1. Processo TC-004.498/2013-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).

1.2. Responsável: Lindolfo Almeida de Melo (030.772.764-53).

1.3. Entidade: Município de Caetés/PE.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4424/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, considerando os pareceres emitidos nos autos pela Unidade Técnica e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, o acórdão 2144/2014- TCU-1ª Câmara, de modo que onde se lê, no item 3.2. o nome "Rolph Eber Casale", leia-se "Rolph Eber Casale (091.751.992-20)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

1. Processo TC-013.117/2012-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Interessado: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

1.2. Responsável: Rolph Eber Casale (091.751.992-20).

1.3. Entidade: Município de Belém de Maria/PE.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4425/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, e na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao representante.

1. Processo TC-018.148/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Município de Caxambu do Sul/SC.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4426/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, e na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão e da instrução da unidade técnica à Superintendência do Ibama no Espírito Santos, ao Município de Apiacá/ES e ao representante, fazendo-se a comunicação sugerida.

1. Processo TC-033.831/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Município de Apiacá/ES.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex-ES).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinação:

1.6.1. À Secex-ES que comunique à Superintendência do Ibama no Espírito Santo sobre a possível operação do sistema de esgotamento sanitário da sede do município de Apiacá/ES sem a obtenção da pertinente licença ambiental de operação, conforme o art. 8º, inciso III, da Resolução Conama 237, de 19/12/1997, para as providências que entender cabíveis, na esfera de sua competência.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação dos processos de nºs 007.291/2014-0, 007.459/2014-9 e 007.488/2014-9, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Luís Maximiliano Telesca apresentou sustentação oral em nome de Ana Maria Caetano Pompeo, Maria Genilse dos Santos e Walter Germano de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 4427 a 4462, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 4427/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.305/2014-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Jorge Abissamra (027.491.428-06).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos - SP.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais transferidos por meio do Convênio 1128/2008, firmado entre o Ministério da Integração Nacional e a Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos/SP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1. declarar a revelia do Sr. Jorge Abissamra com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, 16, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas do Sr. Jorge Abissamra, condenando-o ao pagamento da importância abaixo discriminada, acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir da data da ocorrência da irregularidade até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
349.221,60	24/06/2009

9.3. com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, aplicar ao Sr. Jorge Abissamra multa no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, com base no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e os demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, ao responsável, à Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos/SP e ao Ministério da Integração Nacional.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4427-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4428/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.860/2001-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria (monitoramento)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Nilceu Zonta (080.612.629-91); Noemia Idalina Pinheiro de Lima Burgos (231.244.589-15); Plinio Arnaldo Foesch (155.992.219-20); Renate Heinrichs (169.768.869-15); Roldao Inacio de Souza (027.869.159-53); Rosicler Hutner (202.377.239-72); Rubens Simoes Gaier (087.265.829-53); Safira Fumaneri Hoffmann (171.032.159-87); Samuel Moreira Netto (036.259.079-68); Sandra Mara Pfeiffer (233.150.329-04).

3.2. Responsável: Carlos Augusto Moreira Junior (428.164.169-68)

4. Entidade: Universidade Federal do Paraná.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias deferidas pela Universidade Federal do Paraná, objeto, originalmente, dos Acórdãos 2.324/2003-TCU-2ª Câmara e 154/2007-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 260, § 2º, do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa do Sr. Carlos Augusto Moreira Junior, relativamente ao não cumprimento da determinação inserta no subitem 9.1.1 do Acórdão 154/2007-TCU-1ª Câmara, aplicando ao responsável a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais);

9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o responsável comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido, até a data do efetivo recolhimento;

9.3. determinar à Universidade Federal do Paraná que:

9.3.1. promova, caso não comprovado o tempestivo recolhimento, o desconto integral ou parcelado da multa consignada no subitem 9.1 deste Acórdão sobre os vencimentos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento destacado, aos inativos NOÊMIA IDALINA PINHEIRO DE LIMA BURGOS e SAMUEL MOREIRA NETTO, da parcela alusiva à URP de fevereiro/1989 (26,05%), haja vista já integrada aos proventos ordinários dos interessados por força das subsequentes reestruturações de carreira, tratando-se, pois, de execução em excesso do respectivo provimento judicial;

9.3.3. quantifique os valores pagos aos inativos mencionados no subitem precedente a título de URP de fevereiro/1989, a partir de março de 2007, mês subsequente à prolação do Acórdão 154/2007-TCU-1ª Câmara, e promova, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, a correspondente reposição ao erário;

9.3.4. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento destacado, aos inativos NILCEU ZONTA, NOEMIA IDALINA PINHEIRO DE LIMA BURGOS, PLINIO ARNALDO FOESCH, RENATE HEINRICHS, ROLDAO INACIO DE SOUZA, ROSICLER HUTNER, RUBENS SIMOES GAIER, SAFIRA FUMANERI HOFFMANN, SAMUEL MOREIRA NETTO e SANDRA MARA PFEIFFER, das parcelas alusivas à diferença de enquadramento prevista no Decreto 95.689/1988, haja vista já integradas aos proventos ordinários dos interessados por força das subsequentes reestruturações de carreira, tratando-se, pois, de execução em excesso dos respectivos provimentos judiciais, em particular da decisão proferida, em 11/2/2009, nos autos da Apelação Cível 2002.70.00.069385-5/PR;

9.3.5. emita e cadastre no sistema Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, novos atos de concessão para os servidores tratados nestes autos, livres das falhas apontadas nos Acórdãos 2.324/2003-TCU-2ª Câmara e 154/2007-TCU-1ª Câmara, exceto no que tange ao pagamento da vantagem do art. 192, inciso II, da Lei 8.112/1990 ao inativo PLINIO ARNALDO FOESCH, presentemente assegurada por sentença judicial;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da multa referida no subitem 9.1, caso não recolhida tempestivamente pelo responsável e inviabilizado o desconto em folha da dívida;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. nos termos da Questão de Ordem aprovada na sessão plenária de 8/6/2011 (ata 22/2011), encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral de União (AGU), bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 2001.70.00.005145-2 e da Ação Rescisória 0000584-64.2013.404.0000;

9.5.2. monitore o cumprimento das determinações constantes do subitem 9.3, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4428-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4429/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.991/2014-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Caique Silva dos Santos (054.585.815-12).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil deferida pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao ato de peça 2;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia que adote as seguintes providências no prazo de quinze dias:

9.2.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao representante legal de Caique Silva dos Santos e faça juntar aos autos, nos quinze dias subsequentes, os comprovante de notificação;

9.2.2. restabeleça o pagamento integral do benefício para a viúva Ivone Peres da Silva (CPF 095.367.365-00).

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4429-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4430/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.285/1999-0

1.1. Apenso: 010.556/2003-1

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas

3. Entidade: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro

4. Responsáveis: Humberto Carlos Parro (121.065.008-82), Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha (222.329.826-53), Romualdo Fontes (042.251.248-60), Rene de Souza Fusco (809.797.778-87), José Mário Matricardi (079.072.528-22), Antônio Sérgio Torquato (684.416.658-34), Cláudia Fantaguci Chuqui (935.150.908-78), Denilson José da Silva, Suely Maria Pereira Fonseca (876.768.778-49), Raimundo de Sousa, José Ailton da Silva, Ezequiel Bahia, José Gaspar Ferraz de Campos (010.551.158-70), Antônio Augusto Junho Anasta..., Sônia Maria José Bombardi (678.630.008-15), Joel Pereira Felix, Magnus Ribas Apostólico (303.080.978-15), Zueher Handar, Mauro Dafre, Tarcísio Tadeu Garcia Pereira (673.180.968-34), Nelson de Abreu Pinto (024.789.868-68), Osvaldo da Silva Bezerra, Élio Eulálio Grisa (004.586.270-20), Edson José de Barros Hatem (039.074.144-20), Nelson Aparecido Cardim (042.533.638-73), Kátia Regina Coelho Rodrigues (105.957.938-35), Juliana Canaa Almeida Duarte, Paulo Portich (449.332.408-25), Robson Spinelli Gomes (504.538.906-87), Benedito Dário Ferraz, Edenilza Campos de Assis e Mendes (075.398.194-72), Alexandre Morado Nascimento (468.922.306-87) e Elias Pereira Barcelos

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secex/SP

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro, referente ao exercício de 1998.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 levantar o sobrestamento deste processo, nos termos do art. 39, § 3º, da Resolução TCU 191/2006, em razão do julgamento ocorrido nos autos do TC 010.556/2003-1;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2 acolher parcialmente as razões de justificativa oferecidas pelos Srs. Humberto Carlos Parro e Marco Antônio Seabra de Abreu;

9.3 julgar irregulares as contas dos Srs. Humberto Carlos Parro e Marco Antônio Seabra de Abreu, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inci

so III, alínea "b", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.4 julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados nos autos, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;

9.5 determinar à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro que informe e comprove, nas próximas contas, as providências adotadas para o levantamento dos valores pendentes e o efetivo ressarcimento dos prejuízos referentes ao desconto das passagens não utilizadas, mas cobradas nas faturas emitidas pela contratada, desde o início do contrato formalizado com a Nikkey Travel Service Turismo Ltda. (Processo 1784/94, Tomada de Preços 3/1995);

9.6 nos termos do art. 208, § 2º, do RITCU, determinar à Secretaria de Controle Interno da Controladoria Geral da União que acompanhe, nas próximas contas da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro, o deslinde das medidas adotadas em relação ao item anterior;

9.7 dar ciência e remeter cópia do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentarem, aos responsáveis e à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4430-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4431/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.101/2013-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Pensão Civil)

3. Recorrentes: Maria José Figueiredo da Silva (360.277.582-87); Cleo Alves da Silva (913.971.972-34); Clinia Maria Matos da Silva (000.790.112-76).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogados constituídos nos autos: Floriano Edmundo Poersch (OAB/AC 654) e outro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 8.041/2013-TCU-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro aos atos de pensão civil de interesse de Maria José Figueiredo da Silva, Cleo Alves da Silva e Clinia Maria Matos da Silva, em face da inclusão no cálculo dos proventos de gratificação especial de localidade, própria de servidores ativos, bem como foi determinada a exclusão de parcela alusiva a plano econômico já integrada à estrutura remuneratória ordinária do cargo de origem do instituidor,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4431-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4432/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.319/2009-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (em processo de Pensão Civil)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Cecy Santos Garrido (537.106.495-87); Gerência Executiva do INSS - Salvador/BA

3.2. Recorrente: Gerência Executiva do INSS - Salvador/BA.

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - SALVADOR/BA - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 4.667/2012-TCU-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro ao ato de pensão civil de interesse de Cecy Santos Garrido, em face da inclusão nos proventos, sem amparo legal, de parcela alusiva a "opção de função DAS",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à pensionista.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4432-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4433/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.973/2011-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo do TCU/MA (00.414.607/0008-94)

3.2. Responsáveis: Lourival de Nasaré Vieira Gama (CPF 063.512.633-87) e Prefeitura Municipal de Penalva - MA (CNPJ 06.179.402/0001-81).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Penalva - MA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Advogados constituídos nos autos: Carlos Seabra de Carvalho Coelho (OAB/MA 4.773), Eriko José Domingues da Silva (OAB/MA 4.835), Aline Neiva Alves da Silva (OAB/MA 7.643), Edilson Costa Véras (OAB/MA 6.894) e Flávia Cristiane Freitas Prazeres (OAB/MA 6.990).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada para apurar irregularidades na aplicação de recursos federais transferidos à Prefeitura Municipal de Penalva/MA, durante o exercício de 2002,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Município de Penalva/MA, nos termos do art. 202, § 8º, do Regimento Interno/TCU;

9.2. rejeitar as alegações de defesa do Sr. Lourival de Nasaré Vieira Gama (CPF 063.512.633-87), ex-Prefeito do Município de Penalva/MA, assim como as suas razões de justificativas concernentes às irregularidades cometidas com recursos federais transferidos para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o Programa de Atenção Básica (PAB Fixo) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante o exercício de 2002;

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, as contas do Sr. Lourival de Nasaré Vieira Gama (CPF 063.512.633-87), condenando-o ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculadas a partir da data de ocorrência até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea 'a', da Lei 8.443/1992;

Quantificação do débito:

Valor (R$)	Data	Origem
2.000,00	02/01/2002	Despesas sem destinação
863,15	04/01/2002	Despesas sem destinação
292,91	07/01/2002	Multas INSS
236,00	01/02/2002	Despesas sem destinação
292,91	04/02/2002	Multas INSS
305,30	04/02/2002	Despesas sem destinação
8,00	05/02/2002	Tarifa Bancária
292,91	04/03/2002	Multas INSS
686,00	02/04/2002	Despesas sem destinação
684,00	02/04/2002	Despesas sem destinação
292,91	02/05/2002	Multas INSS
292,91	03/06/2002	Multas INSS
450,00	03/06/2002	Gêneros alimentícios inadequados
78,00	04/06/2002	Despesas sem destinação
374,80	26/06/2002	Gêneros alimentícios inadequados
374,80	26/06/2002	Despesas sem destinação
292,91	02/07/2002	Multas INSS
292,91	05/08/2002	Multas INSS
1.295,00	08/08/2002	Despesas sem destinação
930,00	09/09/2002	Despesas sem destinação
6.000,00	10/09/2002	Contrato Transpena
292,91	30/09/2002	Multas INSS
307,00	01/10/2002	Gêneros alimentícios inadequados
679,00	02/10/2002	Despesas sem destinação
1.134,32	03/10/2002	Gêneros alimentícios inadequados
380,00	03/10/2002	Despesas sem destinação
738,00	03/10/2002	Despesas sem destinação
207,00	03/10/2002	Despesas sem destinação
420,20	03/10/2002	Despesas sem destinação
173,50	03/10/2002	Despesas sem destinação
845,00	03/10/2002	Despesas sem destinação
6.000,00	10/10/2002	Contrato Transpena
292,91	21/10/2002	Multas INSS
224,00	01/11/2002	Gêneros alimentícios inadequados
765,00	01/11/2002	Despesas sem destinação
887,00	01/11/2002	Despesas sem destinação
224,00	01/11/2002	Despesas sem destinação
184,00	04/11/2002	Despesas sem destinação
292,91	05/11/2002	Multas INSS
360,00	05/11/2002	Despesas sem destinação
830,00	05/11/2002	Despesas sem destinação
6.000,00	10/11/2002	Contrato Transpena
6.000,00	10/12/2002	Contrato Transpena
292,91	30/12/2002	Multas INSS
6.000,00	10/01/2003	Contrato Transpena
292,91	01/04/2003	Multas INSS

9.4. aplicar ao Sr. Lourival de Nasaré Vieira Gama (CPF 063.512.633-87) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.5.1. o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/92 c/c art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos devidos, conforme legislação em vigor;

9.5.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443, de 1992, para ajuizamento das ações cabíveis.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4433-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4434/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.008/2010-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Fundo Nacional de Saúde - MS (CNPJ 00.530.493/0001-71) e Prefeitura Municipal de São João do Piauí - PI (CNPJ 06.553.655/0001-73)

3.2. Responsáveis: Fátima Ferreira da Cunha (CPF 096.447.173-68); Izabel Cristina de Carvalho Gonçalves (CPF 133.922.203-53); Murilo Antônio Paes Landim (CPF 046.716.861-04); Raimundo de Santana Rocha (CPF 062.508.235-49) e Sheylla Mara de Castro Macedo Costa (CPF 274.829.793-87).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de São João do Piauí - PI.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

8. Advogado constituído nos autos: Nathalie Cancela Cronemberger Campelo (OAB/PI 2.953); e José Neto Castelo Branco de Vasconcelos (OAB/PI 7.988).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada para apurar irregularidades na aplicação de recursos federais transferidos ao Fundo Municipal de Saúde, vinculado à Prefeitura de São João do Piauí/PI, no período de julho a dezembro de 2004,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, nos termos do art. 202, § 8º, do Regimento Interno/TCU, o Sr. Raimundo de Santana Rocha (CPF 062.508.235-49), ex-Tesoureiro, e as Sras. Fátima Ferreira da Cunha (CPF 096.447.173-68), ex-Secretária Municipal de Saúde, e Izabel Cristina Araújo Carvalho Gonçalves (CPF 133.922.203-53), ex-Tesoureira;

9.2. rejeitar as alegações de defesa do Sr. Murilo Antônio Paes Landim (CPF 046.716.861-04), ex-Prefeito, e da Sra. Sheylla Mara de Castro Macedo Costa (CPF 274.829.793-87), ex-Secretária Municipal de Saúde;

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, as contas dos Srs. Murilo Antônio Paes Landim (CPF 046.716.861-04) e Raimundo de Santana Rocha (CPF 062.508.235-49) e das Sras. Fátima Ferreira da Cunha (CPF 096.447.173-68), Izabel Cristina Araújo Carvalho Gonçalves (CPF 133.922.203-53) e Sheylla Mara de Castro Macedo Costa (CPF 274.829.793-87), com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', da Lei 8.443/1992, em razão da não comprovação das despesas relativas aos lançamentos de débitos nas contas bancárias que movimentaram os recursos federais repassados ao Fundo Municipal da Saúde, vinculado à Prefeitura de São João do Piauí/PI, no período de julho a dezembro de 2004;

9.4. condenar o Sr. Murilo Antônio Paes Landim (CPF 046.716.861-04), solidariamente com a Sra. Fátima Ferreira da Cunha (CPF 096.447.173-68) e o Sr. Raimundo de Santana Rocha (CPF 062.508.235-49), ao pagamento das importâncias abaixo indicadas, consoante ao período de 1/7/2004 a 21/7/2004, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias aos cofres do Fundo Municipal de Saúde, vinculado à Prefeitura Municipal de São João do Piauí/PI (art. 23, inciso III, alínea 'a', da Lei 8.443/1992 c/c art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno/TCU, abatendo-se:

Valor Original do Débito - R$	Data do Fato Gerador (Retiradas de valores do PAB, c/c 58.052-X)
2.200,00	2/7/2004
6.600,00	2/7/2004
1.500,00	2/7/2004
1.200,00	2/7/2004
20.000,00	2/7/2004
2.000,00	2/7/2004
770,00	7/7/2004
43.400,00	13/7/2004

Valor original do débito - R$	Data do fato gerador (Retiradas de valores do SUS destinados à Média Complexidade, c/c 58.053-8).
6.067,69	1/7/2004
5.500,00	7/7/2004
56.700,00	7/7/2004
700,00	7/7/2004
2.300,00	8/7/2004

Valor original do débito - R$	Data do fato gerador (Retirada de valores do Programa ECD, c/c 8.260-0)
700,00	7/7/2004
3.640,00	8/7/2004

Valor original do débito - R$	Data do fato gerador (Retiradas de valores do SUS destinados a Ações Estratégicas, c/c 11.438-3)
1.100,00	7/7/2004
820,00	8/7/2004

9.5. condenar o Sr. Murilo Antônio Paes Landim (CPF 046.716.861-04), solidariamente com as Sras. Fátima Ferreira da Cunha (CPF 096.447.173-68) e Izabel Cristina de Araújo Carvalho Gonçalves (CPF 133.922.203-53), ao pagamento das importâncias abaixo indicadas, consoante ao período de 22/7/2004 a 6/12/2004, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias aos cofres do Fundo Municipal de Saúde, vinculado à Prefeitura Municipal de São João do Piauí/PI (art. 23, inciso III, alínea 'a', da Lei 8.443/1992 c/c art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno/TCU, na oportunidade, a quantia eventualmente recolhida em atendimento ao Acórdão 979/2006-TCE/PI:

Valor Original do Débito- R$	Data do fato gerador (Retiradas de valores do PAB, c/c n. 58.052-X)
1.446,00	27/7/2004
700,00	30/7/2004
16.087,45	16/8/2004
39.257,35	20/8/2004
6.400,00	24/8/2004
400,00	8/9/2004
1.828,00	20/9/2004
367,60	20/9/2004
1.242,00	20/9/2004
3.000,00	20/9/2004
2.200,00	20/9/2004
2.229,71	20/9/2004
5.000,00	21/9/2004
3.000,00	21/9/2004
2.200,00	21/9/2004
2.700,00	21/9/2004
2.700,00	21/9/2004
2.700,00	21/9/2004
1.700,00	21/9/2004
2.200,00	21/9/2004
1.500,00	21/9/2004
7.000,00	21/9/2004
5.000,00	21/9/2004
2.200,00	22/9/2004
3.000,00	22/9/2004
928,65	22/9/2004
10.888,00	22/9/2004
2.000,00	23/9/2004
2.000,68	24/9/2004
1.051,00	8/10/2004
980,00	21/10/2004
4.697,98	21/10/2004
42.300,00	21/10/2004
18.014,20	21/10/2004
10.648,00	21/10/2004
780,00	28/10/2004
5.500,00	28/10/2004
1.100,00	28/10/2004
7.660,00	3/11/2004
2.859,12	3/11/2004
2.416,88	3/11/2004
4.680,00	3/11/2004
240,00	3/11/2004
7.461,00	24/11/2004
10.800,00	24/11/2004
5.200,00	24/11/2004
2.600,00	24/11/2004
5.400,00	24/11/2004
5.100,00	25/11/2004
5.474,13	25/11/2004
1.760,00	26/11/2004
21.662,84	26/11/2004
3.000,00	1/12/2004
3.164,00	2/12/2004
2.831,00	2/12/2004

Valor original do débito - R$	Data do fato gerador (Retirada de recursos do SUS destinados à Média Complexidade, c/c n. 58.053-8)
500,00	5/8/2004
11.560,20	5/8/2004
1.500,00	5/8/2004
4.640,68	5/8/2004
6.124,45	5/8/2004
2.100,00	5/8/2004
6.000,00	5/8/2004
1.640,00	5/8/2004
2.200,00	5/8/2004
7.749,93	9/8/2004
1.300,25	9/8/2004
7.300,00	10/8/2004
20.103,40	10/8/2004
6.390,00	10/8/2004
30.528,65	8/9/2004
15.591,39	8/9/2004
15.773,50	8/9/2004
1.298,50	14/9/2004
992,00	16/9/2004
1.821,10	8/10/2004
1.532,44	8/10/2004
15.104,82	8/10/2004
10.514,00	8/10/2004
320,00	11/10/2004
11.376,68	20/10/2004
4.287,00	10/11/2004
594,63	10/11/2004
13.984,21	10/11/2004
8.877,55	10/11/2004
16.246,09	10/11/2004
11.776,46	12/11/2004
590,00	12/11/2004
320,00	12/11/2004
8.000,00	18/11/2004

Valor original do débito - R$	Data do fato gerador (Retirada de valores do Programa ECD, c/c 8.260-0)
3.086,00	18/8/2004
1.035,65	19/8/2004
580,00	16/9/2004
3.503,00	16/9/2004
480,00	20/9/2004
215,00	11/10/2004
3.380,00	27/10/2004
1.280,00	3/11/2004
710,00	12/11/2004
3.640,00	24/11/2004

Valor original do débito - R$	Data do fato gerador (Retiradas de valores do SUS destinados a Ações Estratégicas, c/c 11.438-3)
2.000,00	12/11/2004

9.6. condenar o Sr. Murilo Antônio Paes Landim (CPF 046.716.861-04), solidariamente com a Sras. Sheylla Mara de Castro Macedo Costa (CPF 274.829.793-87) e Izabel Cristina de Araújo Carvalho Gonçalves (CPF 133.922.203-53), ao pagamento das importâncias abaixo indicadas, consoante ao período de 7/12/2004 a 31/12/2004, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias aos cofres do Fundo Municipal de Saúde, vinculado à Prefeitura Municipal de São João do Piauí/PI (art. 23, inciso III, alínea 'a', da Lei 8.443/1992 c/c art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno/TCU, abatendo-se, na oportunidade, a quantia eventualmente recolhida em atendimento ao Acórdão 979/2006-TCE/PI:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Valor Original do Débito - R$	Data do Fato Gerador (Retiradas de valores do PAB, c/c n. 58.052-X)
2.618,60	9/12/2004
10.800,00	21/12/2004
26.800,00	23/12/2004

Valor original do débito - R$	Data do fato gerador (Retiradas de valores do SUS destinados à Média Complexidade, c/c n. 58.053-8)
42.732,83	7/12/2004
20.000,00	9/12/2004
1.700,00	20/12/2004

Valor original do débito - R$	Data do fato gerador (Retiradas de valores do SUS destinados a Ações Estratégicas, c/c 11.438-3)
1.000,00	24/12/2004

Valor original do débito - R$	Data do fato gerador (Retirada de valores do Programa ECD, c/c 8.260-0)
1.000,00	28/12/2004

9.7. aplicar ao Sr. Murilo Antônio Paes Landim (CPF 046.716.861-04), Sra. Fátima Ferreira da Cunha (CPF 096.447.173-68), Sra. Izabel Cristina de Araújo Carvalho Gonçalves (CPF 133.922.203-53), Sr. Raimundo de Santana Rocha (CPF 062.508.235-49) e Sra. Sheylla Mara de Castro Macedo Costa (CPF 274.829.793-87), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor, respectivamente, de R$ 140.000,00, R$ 120.000,00, R$ 110.000,00, R$ 25.000,00 e R$ 20.000,00, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.8.1. o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/92 c/c art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos devidos, conforme legislação em vigor;

9.8.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.9. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, §6º, do Regimento Interno do TCU, para ajuizamento das ações que entender cabíveis; e

9.10. encaminhar, para ciência, cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, à Prefeitura Municipal de São João do Piauí/PI e ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4434-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4435/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.226/2009-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de agravo em tomada de contas especial

3. Recorrente: Antonio Josevaldo Silva Lima (039.021.455-87)

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Serrinha - BA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: não atuou

8. Advogado constituído nos autos: Lucas Silva Lima (OAB/BA 22.264)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de agravo interposto contra despacho que indeferiu pedido de prorrogação de prazo para que o responsável interpusesse recurso de reconsideração,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos do art. 289 do Regimento Interno do TCU, conhecer do presente recurso de agravo, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência ao recorrente do teor desta deliberação.

9.3. restituir os autos à Secretaria de Recursos para a continuidade do feito.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4435-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4436/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.900/2011-7.

2. Grupo: I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Lílio Estrela de Sá (054.629.083-34), Antônio Hermes da Fonseca (022.357.143-15) e Município de Cururupu/MA (05.733.472/0001-77)

4. Órgão: Prefeitura Municipal de Cururupu/MA

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA)

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor dos Srs. Lílio Estrela de Sá, ex-secretário municipal de saúde, e Antônio Hermes da Fonseca, ex-coordenador do Fundo Municipal de Saúde, devido a irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) repassados ao Município de Cururupu/MA, nos exercícios de 1998 a 2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Antônio Hermes da Fonseca (022.357.143-15) e o Município de Cururupu/MA (05.733.472/0001-77), dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, em face do não atendimento às citações;

9.2 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III e § 5º, 210 e 214, inciso III, do RITCU, julgar irregulares as contas dos Srs. Lílio Estrela de Sá (054.629.083-34) e Antônio Hermes da Fonseca (022.357.143-15), condenando-os, em solidariedade com o Município de Cururupu/MA (05.733.472/0001-77), ao pagamento das quantias a seguir especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (consoante art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora devidos, calculados desde as datas discriminadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.2.1 Responsáveis solidários: Lílio Estrela de Sá, CPF 054.629.083-34, Antônio Hermes da Fonseca, CPF 022.357.143-15, e município de Cururupu/MA

a) pagamento de gratificações aos agentes comunitários, quando estes já recebem mensalmente como bolsistas (peça 3, p. 374):

Valor original da glosa (R$)	Data do fato gerador	Documentos comprobatórios
200,00	22/11/2002	Cópia de Nota de Empenho, Ordem de pagamento e Recibo
200,00	7/1/2003	Idem
200,00	19/03/2003	Idem
200,00	19/32003	Idem
200,00	16/05/2003	Idem
200,00	16/05/2003	Idem
240,00	24/09/2003	Idem
240,00	10/10/2003	Idem
240,00	20/11/2003	Idem
240,00	21/11/2003	Idem
Total: 2.160,00		

9.2.2. Responsáveis solidários: Lílio Estrela de Sá, CPF 054.629.083-34, Antônio Hermes da Fonseca, CPF 022.357.143-15, e município de Cururupu/MA:

a) Pagamento com o cheque nº 850302, em 7/11/2002, no valor de R$ 1.840,00, referente a locação de um *stand* para o Encontro de Secretários Municipais de Saúde do Nordeste e IX Encontro de Secretários Municipais de Saúde do Maranhão (peça 3, p. 314);

9.2.3. Responsáveis solidários: Lílio Estrela de Sá, CPF 054.629.083-34, e Antônio Hermes da Fonseca, CPF 022.357.143-15:

a) Pagamento de plantões médicos noturnos realizados no centro de saúde enquanto este presta atendimento ambulatorial apenas nos turnos matutino e vespertino, não realizando internações (peça 3, p. 314):

Mês referência	Valor (R$)	Data da Ocorrência
Julho/2002	2.000,00	9/8/2002
Agosto/2002	2.000,00	9/9/2002
Total	4.000,00	

9.2.4. Responsáveis solidários: Lílio Estrela de Sá, CPF 054.629.083-34, Antônio Hermes da Fonseca, CPF 022.357.143-15, e município de Cururupu/MA:

a) Pagamento, com recursos financeiros do SUS, de despesas administrativas com rescisão de contrato de trabalho a funcionário da Secretaria Municipal de Saúde (peça 3, p. 316):

Valor original da Glosa	Data do fato gerador (R$)	Documentos comprobatórios
666,67	2/9/2002	Cópia de Nota de Empenho, Ordem de pagamento e Recibo
666,67	2/9/2002	Idem
666,67	2/9/2002	Idem
44,44	2/9/2002	idem
2.898,88	22/10/2002	idem
533,33	24/10/2002	idem
Total: 5.476,66		

9.2.5. Responsáveis solidários: Lílio Estrela de Sá, CPF 054.629.083-34, e Antônio Hermes da Fonseca, CPF 022.357.143-15:

a) Pagamento, com recursos financeiros do SUS, à Omega Distribuidora Ltda., com nota fiscal emitida antes de ser confeccionada e homologada em 22/7/2002, conforme AIDF-E 1255003581, e sem comprovação de registros de entrada dos produtos na Secretaria Municipal de Saúde (peça 3, p. 316):

Valor original da Glosa	Data do fato gerador (R$)	Documentos comprobatórios
17.799,44	10/9/2002	Cópia das Notas Fiscais 212, 213 e 214 de 12/6/2002 e cheques
5.000,00	10/9/2002	Idem
5.000,00	10/9/2002	Idem
Total: 27.799,44		

9.2.6. Responsáveis solidários: Lílio Estrela de Sá, CPF 054.629.083-34, Antônio Hermes da Fonseca, CPF 022.357.143-15, e município de Cururupu/MA:

a) Utilização indevida dos recursos destinados à cobertura ambulatorial e hospitalar (MAC-AIH) para pagamento de salários dos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde (peça 3, p. 316-317):

Mês referência	Valor (R$)	Data	Conta nº
Julho/2002	128.275,65	8/7/2002	58.045-7, Ag. 1053-7 (Banco do Brasil)
Agosto/2002	117.595,81	9/8/2002	Idem
Setembro/2002	136.295,93	9/9/2002	Idem
Novembro/2002	147.543,56	7/11/2002	Idem
Dezembro/2002	117.582,50	16/12/2002	Idem
Dezembro/2002	2.256,31	18/12/2002	Idem

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Janeiro/2003	128.251,21	16/12/2003	Idem
Fevereiro/2003	137.466,93	17/2/2003	Idem
Fevereiro/2003	4.464,07	18/2/2003	Idem
Março/2003	136.737,87	18/3/2003	Idem
Abril/2003	148.415,11	15/4/2003	Idem
Maio?2003	112.310,31	16/5/2003	Idem
Junho/2003	127.964,13	12/6/2003	Idem
Julho/2003	115.966,65	10/7/2003	Idem
Agosto/2003	75.993,43	19/8/2003	Idem
Agosto/2003	23.059,99	25/8/2003	Idem
Setembro/2003	145.442,75	5/9/2003	Idem
Outubro/2003	154.730,39	9/10/2003	Idem
Novembro/2003	125.966,56	12/11/2003	Idem
Novembro/2003	11.292,46	13/11/2003	Idem
Dezembro/2003	121.636,76	8/12/2003	Idem
Total:	2.219.248,38		

9.2.7. Responsáveis solidários: Lílio Estrela de Sá, CPF 054.629.083-34, e Antônio Hermes da Fonseca, CPF 022.357.143-15:

a) Pagamento de juros e taxas bancárias sobre saldo devedor e cheques devolvidos, no valor de R$ 145,05 (peça 3, p. 319):

DATA	VALOR (R$)	CONTA Nº
20/11/2002	9,5	26.000-2 (Banco do Brasil)
29/11/2002	0,24	
17/01/2003	12	
31/01/2003	4,45	
17/02/2003	12	
30/05/2003	12	
30/05/2003	0,33	
30/06/2003	0,46	
31/07/2003	2,43	
27/08/2003	12	
29/08/2003	0,2	
05/09/2003	12	
05/09/2003	12	
30/09/2003	5,56	
31/10/2003	11,77	
13/11/2003	12	
28/11/2003	9,06	
08/12/2003	12	
31/12/2003	5,05	
Total:	145,05	

9.2.8. Responsáveis solidários: Lílio Estrela de Sá, CPF 054.629.083-34, e Antônio Hermes da Fonseca, CPF 022.357.143-15:

a) Não comprovação de despesas no valor total de R$ 1.587.564,51 (peça 3, p. 321- 343) conforme listado a seguir:

CHEQUE	DATA	VALOR (R$)
356.589	04/07/2002	R$ 1.005,00
356.590	05/07/2002	R$ 5.000,00
356.591	05/07/2002	R$ 5.000,00
356.604	08/07/2002	R$ 1.000,00
356.612	08/07/2002	R$ 1.780,00
356.617	11/07/2002	R$ 5.754,00
850.061	16/07/2002	R$ 3.005,00
850.067	17/07/2002	R$ 1.111,26
850.070	18/07/2002	R$ 4.000,00
850.096	24/07/2002	R$ 2.298,67
850.100	31/07/2002	R$ 2.500,00
850.105	02/08/2002	R$ 1.200,00
850.049	09/08/2002	R$ 1.260,00
850.052	09/08/2002	R$ 1.300,00
850.118	09/08/2002	R$ 5.840,00
850.119	09/08/2002	R$ 7.780,00
850.053	12/08/2002	R$ 10.092,00
850.054	12/08/2004	R$ 9.200,00
8500.46	13/08/2002	R$ 4.431,00
850.110	13/08/2002	R$ 2.335,98
850.060	15/08/2002	R$ 3.070,00
850.124	15/08/2002	R$ 5.150,00
850.125	16/08/2002	R$ 40.002,00
850.139	16/08/2002	R$ 1.850,00
850.133	19/08/2002	R$ 1.500,00
850.141	19/08/2002	R$ 1.111,26
850.142	19/08/2002	R$ 1.000,00
850.144	19/08/2002	R$ 4.995,86
850.152	23/08/2002	R$ 1.500,00
850.154	26/08/2002	R$ 1.669,00
850.158	28/08/2002	R$ 1.500,00
850.175	09/09/2002	R$ 5.200,00
850.177	10/09/2002	R$ 3.407,54
850.190	13/09/2002	R$ 4.290,00
850.197	13/09/2002	R$ 1.480,00
850.198	13/09/2002	R$ 3.002,00
850.204	20/09/2002	R$ 1.001,00
850.207	20/09/2002	R$ 2.475,00
850.212	26/09/2002	R$ 1.650,00
850.213	02/10/2002	R$ 4.340,00
850.215	07/10/2002	R$ 1.000,00
850.217	08/10/2002	R$ 2.783,00
850.219	08/10/2002	R$ 5.002,00
850.220	08/10/2002	R$ 5.201,50
850.226	09/10/2002	R$ 4.090,00
850.227	09/10/2002	R$ 2.000,00
850.229	09/10/2002	R$ 1.230,00
850.232	09/10/2002	R$ 1.057,00
850.253	10/10/2002	R$ 4.000,00
850.263	10/10/2002	R$ 1.706,40
850.255	11/10/2002	R$ 3.000,00
850.273	11/10/2002	R$ 14.250,00
850.274	11/10/2002	R$ 10.000,00
850.279	11/10/2002	R$ 2.400,00
850.259	14/10/2002	R$ 3.876,36
850.290	23/10/2002	R$ 1.234,00
850.295	24/10/2002	R$ 1.674,00
850.296	24/10/2002	R$ 1.400,00
850.299	25/10/2002	R$ 1.180,00
850.323	06/11/2002	R$ 2.250,00
850.324	06/11/2002	R$ 3.620,00
850.326	06/11/2002	R$ 5.200,00
850.335	07/11/2002	R$ 2.475,50
850.338	08/11/2002	R$ 3.750,00
850.340	12/11/2002	R$ 19.050,00
850.309	18/11/2002	R$ 5.000,00
850.268	18/11/2002	R$ 1.867,90
850.351	22/11/2002	R$ 2.260,00
850.356	05/11/2002	R$ 2.480,00
850.358	06/12/2002	R$ 2.170,00
850.361	06/12/2002	R$ 3.279,98
850.363	10/12/2002	R$ 1.000,00
850.365	10/12/2002	R$ 3.793,00
850.369	10/12/2002	R$ 1.325,00
850.372	10/12/2002	R$ 14.751,52
850.374	10/12/2002	R$ 2.892,20
850.375	10/12/2002	R$ 5.002,10
850.377	10/12/2002	R$ 2.316,66
850.382	11/12/2002	R$ 12.134,30
850.388	13/12/2002	R$ 5.940,00
850.270	16/12/2002	R$ 3.787,80
850.395	18/12/2002	R$ 2.000,00
850.396	18/12/2002	R$ 2.960,13
850.397	18/12/2002	R$ 1.315,61
850.410	19/12/2002	R$ 4.722,00
850.411	19/12/2002	R$ 1.278,84
850.405	20/12/2002	R$ 4.000,00
850.425	24/12/2002	R$ 10.000,00
850.426	24/12/2002	R$ 1.100,00
850.428	24/12/2002	R$ 2.000,00
850.430	24/12/2002	R$ 3.966,00
850.431	24/12/2002	R$ 3.000,00
850.429	26/12/2002	R$ 1.000,00
850.434	26/12/2002	R$ 3.000,00
850.443	09/01/2003	R$ 5.000,00
850.445	09/01/2003	R$ 2.000,00
850.448	09/01/2003	R$ 3.790,00
850.451	10/01/2003	R$ 1.000,00
850.452	10/01/2003	R$ 3.900,00
850.454	10/01/2003	R$ 1.500,00
850.456	14/1/203	R$ 6.297,00
850.471	20/01/2003	R$ 1.820,38
850.472	20/01/2003	R$ 4.845,00
850.484	05/02/2003	R$ 5.500,00
850.487	06/02/2003	R$ 9.316,16
850.486	07/02/2003	R$ 6.415,50
850.489	07/02/2003	R$ 4.200,00
850.490	07/02/2003	R$ 5.090,00
850.496	07/02/2003	R$ 2.040,00
850.504	07/02/2003	R$ 4.160,00
850.509	10/02/2003	R$ 3.714,30
850.510	11/02/2003	R$ 2.000,00
850.516	13/02/2003	R$ 4.486,51
850.532	19/02/2003	R$ 3.778,12
850.537	103/2003	R$ 5.056,00
850.542	11/03/2003	R$ 3.001,00
850.548	11/03/2003	R$ 15.313,10
850.553	12/03/2003	R$ 3.250,00
850.555	12/03/2003	R$ 10.931,29
850.557	12/03/2003	R$ 5.000,00
850.559	12/03/2003	R$ 3.841,00
850.570	14/03/2003	R$ 5.000,00
850.572	18/03/2003	R$ 2.800,00
850.582	19/03/2003	R$ 5.458,00
850.583	19/03/2003	R$ 1.000,50
850.592	04/04/2003	R$ 5.003,00
850.593	04/04/2003	R$ 5.204,50
850.479	10/04/2003	R$ 3.596,09
850.610	14/04/2003	R$ 4.250,00
850.611	14/04/2003	R$ 2.518,00
850.625	16/04/2003	R$ 1.000,00
850.626	16/04/2003	R$ 2.000,00
850.631	16/04/2003	R$ 1.940,00
850.661	06/05/2003	R$ 5.205,00
850.662	06/05/2003	R$ 5.010,00
850.669	08/05/2003	R$ 3.000,90
850.673	08/05/2003	R$ 1.151,00
850.674	08/05/2003	R$ 2.000,00
850.676	08/05/2003	R$ 3.940,00
850.679	09/05/2003	R$ 4.002,00
850.682	09/05/2003	R$ 3.976,80
850.722	27/05/2003	R$ 2.500,00
850.728	09/06/2003	R$ 2.679,15
850.730	09/06/2003	R$ 2.800,00
850.736	12/06/2003	R$ 19.000,00
850.737	12/06/2003	R$ 3.000,00
850.727	13/06/2003	R$ 5.450,00
850.739	13/06/2003	R$ 3.440,00
850.741	13/06/2003	R$ 1.324,00
850.748	16/06/2003	R$ 4.861,94
850.755	16/06/2003	R$ 4.000,00
850.790	18/06/2003	R$ 4.510,00
850.793	25/06/2003	R$ 1.152,00
850.794	25/06/2003	R$ 10.430,00
850.798	01/07/2003	R$ 7.180,00
850.823	07/07/2003	R$ 1.528,05
850.826	08/07/2003	R$ 3.840,00
850.827	08/07/2003	R$ 1.160,60
850.828	08/07/2003	R$ 2.998,00
850.829	08/07/2003	R$ 5.203,00
850.837	10/07/2003	R$ 19.010,00
850.805	17/07/2003	R$ 22.546,56
850.812	17/07/2003	R$ 4.000,00
850.813	17/07/2003	R$ 8.946,08
850.817	18/07/2003	R$ 4.320,76
850.820	18/07/2003	R$ 14.495,00
850.841	18/07/2003	R$ 3.001,50
850.850	30/07/2003	R$ 4.438,05
850.852	06/08/2003	R$ 2.790,00
850.854	07/08/2003	R$ 3.500,00
850.855	07/08/2003	R$ 1.500,50
850.859	07/08/2003	R$ 3.010,00
850.867	08/08/2003	R$ 29.210,00
850.868	08/08/2003	R$ 4.440,00
850.872	08/08/2003	R$ 2.500,00
850.889	13/08/2003	R$ 6.022,90
850.897	20/08/2003	R$ 13.520,00
850.907	26/08/2003	R$ 4.003,40
850.909	29/08/2003	R$ 7.465,00
850.910	04/09/2003	R$ 5.003,50
850.920	09/09/2003	R$ 4.847,15
850.921	10/09/2003	R$ 20.920,00
850.923	11/09/2003	R$ 1.500,00
850.929	19/09/2003	R$ 17.250,00
850.937	23/09/2003	R$ 7.123,90
850.941	25/09/2003	R$ 1.635,64
850.943	25/09/2003	R$ 2.140,38
850.944	25/09/2003	R$ 6.000,00
850.950	30/09/2003	R$ 5.440,00
850.953	06/10/2003	R$ 3.000,00
850.959	08/10/2003	R$ 1.811,00
850.960	08/10/2003	R$ 3.005,10
850.961	08/10/2003	R$ 5.000,00
850.964	09/10/2003	R$ 2.950,25
850.971	10/10/2003	R$ 1.500,00
850.972	10/10/2003	R$ 25.935,00
850.980	15/10/2003	R$ 5.845,34
850.981	16/10/2003	R$ 15.400,00
850.985	20/10/2003	R$ 16.650,00
850.998	24/10/2003	R$ 1.840,20
850.999	24/10/2003	R$ 1.100,00
851.003	30/10/2003	R$ 5.905,00
851.004	07/11/2003	R$ 14.695,15
851.006	10/11/2003	R$ 29.600,00
851.008	11/11/2003	R$ 3.000,60
851.014	13/11/2003	R$ 7.448,00
851.021	20/11/2003	R$ 10.085,00
851.027	21/11/2003	R$ 10.040,00
851.034	24/11/2003	R$ 1.260,50
851.036	26/11/2003	R$ 3.100,00
851.039	28/11/2003	R$ 9.895,00
851.045	09/12/2003	R$ 8.030,00
851.046	09/12/2003	R$ 5.033,00
851.047	09/12/2003	R$ 3.010,00
851.054	10/12/2003	R$ 28.695,00
851.065	19/12/2003	R$ 20.152,00
851.067	19/12/2003	R$ 3.058,00
851.069	19/12/2003	R$ 1.500,00
851.070	19/12/2003	R$ 2.444,00
851.074	22/12/2003	R$ 12.457,75
851.077	24/12/2003	R$ 1.200,00
851.079	30/12/2003	R$ 3.370,10
851.086	07/01/2004	R$ 8.640,00
851.087	07/01/2004	R$ 3.440,00
851.089	07/01/2004	R$ 5.037,60
851.090	08/01/2004	R$ 17.010,00
851.091	08/01/2004	R$ 8.552,00
851.094	09/01/2004	R$ 36.980,00
851.095	09/01/2004	R$ 1.500,00
851.096	09/01/2004	R$ 1.244,00
851.113	15/01/2004	R$ 7.600,00
851.132	21/01/2004	R$ 26.203,00
851.133	22/01/2004	R$ 1.264,51
851.139	23/01/2004	R$ 1.560,90
851.140	23/01/2004	R$ 2.543,32
851.142	02/02/2004	R$ 8.005,00
851.143	02/02/2004	R$ 1.030,00
851.145	06/02/2004	R$ 13.440,00
851.146	06/02/2004	R$ 3.000,00
851.151	11/02/2004	R$ 4.655,80
851.153	11/02/2004	R$ 30.640,00
851.154	11/02/2004	R$ 16.030,00
851.155	11/02/2004	R$ 1.450,00
851.156	11/02/2004	R$ 6.680,85
851.160	13/02/2004	R$ 2.432,00
851.165	16/02/2004	R$ 16.426,00
851.167	17/02/2004	R$ 5.436,52
851.172	19/02/2004	R$ 5.200,00
851.173	19/02/2004	R$ 5.812,00
851.175	20/02/2004	R$ 9.570,00
851.177	01/03/2004	R$ 11.500,00
851.178	01/03/2004	R$ 1.000,00
851.179	03/03/2004	R$ 1.000,00
851.180	04/03/2004	R$ 2.504,40
851.181	04/03/2004	R$ 15.000,00
851.152	05/03/2004	R$ 12.440,00
851.184	05/03/2004	R$ 4.400,00
851.205	11/03/2004	R$ 34.830,00
851.199	15/03/2004	R$ 4.000,00
851.231	19/03/2004	R$ 1.869,90
851.225	22/03/2004	R$ 22.185,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

851.232	22/03/2004	R$ 5.906,18
851.223	30/03/2004	R$ 5.900,00
851.219	05/04/2004	R$ 16.274,00
851.213	07/04/2004	R$ 14.672,00
851.215	08/04/2004	R$ 10.010,00
851.216	08/04/2004	R$ 40.620,00
851.248	15/04/2004	R$ 5.757,82
851.244	16/04/2004	R$ 7.980,00
Total:		R$ 1.587.564,51

9.2.9. Responsáveis solidários: Lílio Estrela de Sá, CPF 054.629.083-34, e Antônio Hermes da Fonseca, CPF 022.357.143-15:

a) Pagamento efetuado sem comprovar despesas (peça 3, p. 345):

Conta	Cheque	Data	Valor (R$)
25.229-8 (BB)	Saque com recibo	30/4/2004	7.740,00
	850.010	12/9/2002	2.265,40
	850.015	20/1/2003	3.153,40
	850.018	10/10/2003	1.160,86
	850.019	11/12/2003	4.280,12
	850.020	19/12/2003	1.014,89
		Total:	19.614,67

9.2.10. Responsáveis solidários: Lílio Estrela de Sá, CPF 054.629.083-34, e Antônio Hermes da Fonseca, CPF 022.357.143-15:

a) Pagamento de despesas com atendimento ambulatorial não comprovado (peça 3, p. 345-347) referente às competências:

Mês referência	Valor (R$)	Data	Documentos Comprobatórios
			Cópia da síntese de produção ambulatorial (procedimento não comprovado)
Janeiro/2002	19.043,20	31/1/2002	
Fevereiro/2002	18.927,16	28/2/2002	Idem
Março/2002	6.929,57	29/3/2002	Idem
Abril/2002	9.653,20	30/4/2002	Idem
Maio/2002	16.762,70	31/5/2002	Idem
Junho/2002	17.012,24	28/6/2002	Idem
Julho/2002	17.042,00	31/7/2002	Idem
Agosto/2002	17.520,02	30/8/2002	Idem
Setembro/2002	17.605,34	30/9/2002	Idem
Outubro/2002	8.340,44	31/10/2002	Idem
Novembro/2002	18.139,83	29/11/2002	Idem
Dezembro/2002	17.801,91	31/12/2002	Cópia da síntese de produção ambulatorial (procedimento não comprovado)
Janeiro/2003	18.380,22	31/1/2003	Idem
Fevereiro/2003	18.247,10	28/2/2003	Idem
Março/2003	13.452,09	28/3/2003	Cópia do perfil dos realizados (procedimentos não comprovados)
Abril/2003	18.292,09	30/4/2003	Idem
Maio/2003	19.182,74	30/5/2003	Idem
Junho/2003	13.046,34	22/6/2003	Idem
Julho/2003	11.379,58	31/7/2003	Idem
Agosto/2003	8.167,30	29/8/2003	Idem
Setembro/2003	6.312,53	30/9/2003	Idem
Outubro/2003	28.495,09	31/10/2002	Idem
Novembro/2003	13.809,81	28/11/2003	Idem
Dezembro/2003	14.378,18	31/12/2003	Idem
Janeiro/2004	13.791,31	30/1/2004	Idem
Fevereiro/2004	13.662,51	27/2/2004	Idem
Março/2004	13.829,96	31/03/2004	Idem
Abril/2004	13.378,22	30/4/2004	Idem
Total	422.582,68		

9.2.11. Responsáveis solidários: Lílio Estrela de Sá, CPF 054.629.083-34, Antônio Hermes da Fonseca, CPF 022.357.143-15, e município de Cururupu/MA:

a) Utilização indevida de recursos financeiros do SUS para pagamento com rescisão de contrato de trabalho a funcionário da Secretaria Municipal de Saúde, referente à demissão sem justa causa, em 14/1/2003, no valor de R$ 333,37 (peça 3, p. 347);

9.2.12. Responsáveis solidários: Lílio Estrela de Sá, CPF 054.629.083-34, e Antônio Hermes da Fonseca, CPF 022.357.143-15:

a) Pagamento efetuado com recursos financeiros do SUS à R.C. Comércio e Importação Ltda., com notas fiscais com prazo de validade vencido em 9/7/2002 e sem comprovação de registro de entrada dos produtos na Secretaria Municipal de Saúde, conforme abaixo (peça 3, p. 349):

Cheque	Valor (R$)	Data	Documentos comprobatórios
850.432	4.174,20	21/12/2002	Cópia da nota fiscal 007562 de 6/8/2002
850.155	390,00	27/8/2002	Cópia da nota fiscal 007616 de 26/9/2002
Total	*4.564,20*		

9.2.13. Responsáveis solidários: Lílio Estrela de Sá, CPF 054.629.083-34, e Antônio Hermes da Fonseca, CPF 022.357.143-15:

a) Pagamento, com recursos financeiros do SUS, de material médico hospitalar à Ebenezer Comércio e Representação de Serviços Ltda., sendo a empresa inexistente no endereço indicado e sem a comprovação de registro de entrada dos produtos na Secretaria Municipal de Saúde (peça 3, p. 349):

Cheque	Valor (R$)	Data	Documentos comprobatórios
850.293	5.000,00	23/10/2002	Cópia das notas fiscais029, 030 e 033 de 23/10/2002
850.310	8.000,00	18/11/2002	Idem
Total	13.000,00		

9.3 nos termos do art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar aos Srs. Lílio Estrela de Sá e Antônio Hermes da Fonseca, individualmente, multa no valor de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetuem e comprovem perante este Tribunal o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4 autorizar, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não seja atendidas as notificações;

9.5 autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6 alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7 encaminhar cópia deste acórdão, acompanhada do relatório e do voto que o fundamentarem, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, consoante o disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do RITCU; e

9.8 dar ciência e remeter cópia do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentarem, aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Saúde e à Prefeitura Municipal de Cururupu/MA.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4436-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4437/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 046.956/2012-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsável: José Botelho de Souza (218.926.446-49)

3.3. Recorrente: José Botelho de Souza (218.926.446-49).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Berilo - MG.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Advogado constituído nos autos: Anizio de Sousa Ferreira - OAB/MG nº 70.914.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por José Botelho de Souza o Acórdão 6749/2013 - 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos art. 32, I, e 33, da Lei 8.443/1992, c/c art. 285, caput, do RI/TCU, conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Fundação Nacional de Saúde, à Prefeitura Municipal de Berilo - MG e à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4437-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4438/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.965/2013-0

2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil

3. Interessados: Aldenora Feitosa de Souza (CPF 270.791.121-68), Aline Fernandes Borges (CPF 689.762.161-72), Amir Fernandes Borges (CPF 689.762.241-91), Maria das Graças Fernandes Portes Borges (CPF 112.655.821-49), Nazair Fonseca do Vale (CPF 693.262.741-87), Raimunda Augusto de Sousa Batalha (CPF 200.042.224-15) e Velleda Moraes Roque da Silva (CPF 119.980.161-53)

4. Unidade: Ministério da Fazenda

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessões de pensões civis a dependentes de ex-servidores do Ministério da Fazenda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais as concessões de pensões civis a Aldenora Feitosa de Souza, Aline Fernandes Borges, Amir Fernandes Borges, Maria das Graças Fernandes Portes Borges, Nazair Fonseca do Vale, Raimunda Augusto de Sousa Batalha e Velleda Moraes Roque da Silva, ordenando o registro.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4438-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 4439/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.651/2013-3.

2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria).

3. Recorrente: Mariléa Duarte Silva (CPF 417.636.889-68).

4. Unidade: Universidade Federal de Goiás.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur.

8. Advogado constituído nos autos: Guilherme Belém Querne (OAB/SC nº 12.605).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto por Mariléa Duarte Silva contra o Acórdão nº 7.309/2013-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal o ato de aposentadoria da recorrente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à Universidade Federal de Goiás.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4439-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4440/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-018.872/2006-2

2. Grupo I, Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas)

3. Recorrente: Nélson Maculan Filho (ex-secretário, CPF 245.720.987-00)

3.1 Interessados: Márcio Ribeiro de Araújo Maciel (CPF 410.239.431-15), Maria Ieda Costa Diniz (CPF 177.397.052-68), Sandra Scherrer de Amorim Nagem Vidal (CPF 829.699.907-25) e Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo (CPF 504.481.457-15)

4. Unidade: Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidades Técnicas: SecexEducação e Serur

8. Advogado constituído nos autos: Marilson dos Santos Santana (OAB/RJ 163513)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas em que se examina, nesta fase do processo, recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 898/2014 - 1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com base nos arts. 26, 27, 28, inciso II, 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do recurso de reconsideração interposto por Nélson Maculan Filho, negando-lhe provimento, dando ciência desta deliberação ao recorrente;

9.2 dar quitação a Márcio Ribeiro de Araújo Maciel, Maria Ieda Costa Diniz e Sandra Scherrer de Amorim Nagem Vidal, em face do recolhimento das multas aplicadas nos termos do subitem 9.2.2 do Acórdão 898/2014 - 1ª Câmara;

9.3 autorizar o pagamento da dívida de Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze dias), a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal atualização monetária;

9.4 alertar o responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.5 determinar à SecexEducação que, concluído o recolhimento com a observância das datas aprazadas, promova a reinstrução do processo com vistas à expedição de quitação;

9.6 autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida remanescente, caso não cumprida integralmente a obrigação assumida pelo responsável.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4440-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4441/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.324/2006-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Anual (exercício de 2005)

3. Responsáveis: André Luís Bonifácio de Carvalho (CPF: 277.186.624-20) e Cipriano Maia de Vasconcelos (CPF: 074.216.484-53), ex-Diretores; Lindemberg Medeiros de Araújo (CPF: 160.584.374-15), Coordenador-Geral de Apoio à Implementação das Políticas de Saúde; Ana Lúcia Pereira (CPF: 041.837.318-36), Coordenadora-Geral de Integração Programática; Alexandre Nemes Filho (CPF: 793.661.478-87), André Luiz Dumont Flecha (CPF: 188.245.016-72), Márcio Florentino Pereira (CPF: 350.121.451-00) e Solange Pereira Pinto (CPF: 428.865.891-87), consultores

4. Unidade: Departamento de Apoio à Descentralização do Ministério da Saúde (DAD)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: 4ª Secex (extinta)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas do Departamento de Apoio à Descentralização do Ministério da Saúde (DAD), relativa ao exercício de 2005.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I, II e III, alínea "b"; 17; 18; 19, parágrafo único; 23; e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. excluir da relação processual Alexandre Nemes Filho, André Luiz Dumont Flecha, Márcio Florentino Pereira e Solange Pereira Pinto;

9.2 julgar regulares as contas de Cipriano Maia de Vasconcelos, dando-lhe quitação plena;

9.3 julgar regulares com ressalva as contas de Lindemberg Medeiros de Araújo e Ana Lúcia Pereira, dando-lhes quitação;

9.4. julgar irregulares as contas de André Luís Bonifácio de Carvalho, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento dos débitos, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o Tribumal o recolhimento do montante aos cofres do Tesouro Nacional:

Data de Ocorrência	Valor Histórico (R$)
18/03/2005	2.139,88
30/03/2005	1.321,71
22/07/2005	1.451,24
29/07/2005	1.988,63

9.5. aplicar multa a André Luís Bonifácio de Carvalho, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o seu recolhimento ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo pagamento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4441-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4442/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-022.883/2009-7

2. Grupo I, Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Ricardo Chimirri Cândia (ex-prefeito, CPF nº 080.754.108-74), Oséas Ohara de Oliveira (CPF nº 416.467.467-91) e Elder Ohara de Oliveira (CPF nº 750.736.337-68), (ex-secretários de saúde)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Corumbá/MS

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secex/MS

8. Advogados constituídos nos autos: Roberto Rocha (OAB/MS nº 6.016-A) e Vladimir Rossi Lourenço (OAB/MS nº 3.674)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em decorrência do não cumprimento do objeto do Convênio nº 274/1995, celebrado com a Prefeitura Municipal de Corumbá/MS, que era a execução do Programa de Atendimento aos Desnutridos e às Gestantes de Alto Risco Nutricional no município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 209, § 6º, e 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, em:

9.1 - excluir Elder Ohara de Oliveira da relação processual;

9.2 - julgar irregulares as contas de Ricardo Chimirri Cândia e Oséas Ohara de Oliveira, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 146.950,57 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 26/1/1996 até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 - aplicar a Ricardo Chimirri Cândia e Oséas Ohara de Oliveira multas no valor individual de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4 - autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5 - encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul, para as medidas cabíveis.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4442-29/14-1.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4443/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.035/2008-1

1.1. Apenso: 024.513/2007-9

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima (CPF: 144.184.794-49), ex-prefeito, e Construtora RDV Ltda. (CNPJ: 04.276.581/0001-40)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Belém/PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secex/PB

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) contra Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima, ex-prefeito Belém/PB, em virtude da inexecução do objeto dos Convênios 320/2001 e 875/2001, que se destinavam à construção de módulos sanitários domiciliares.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; 57; e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. excluir a Construtora RDV Ltda. do pólo passivo deste processo;

9.2. julgar irregulares as contas do ex-prefeito Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento dos débitos, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o Tribumal o recolhimento do montante aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa):

Data de Ocorrência	Valor Histórico (R$)
17/05/2002	29.300,00
20/05/2002	65.000,00
24/05/2002	5.700,00
12/07/2002	60.000,00
23/07/2002	37.717,00

9.3. aplicar a Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima multa de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), proporcional ao débito provocado, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o Tribunal o recolhimento desse valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente, se pago após o vencimento;

9.4. aplicar a Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima multa de R$ 7.000,00 (sete mil reais), em razão de outras irregularidades praticadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o Tribunal o recolhimento desse valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente, se pago após o vencimento;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.6. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4443-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4444/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-033.987/2011-4

1.1. Apenso: TC-033.578/2011-7

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Heráclito de Oliveira de Azevedo (ex-Gerente Executivo, CPF 103.368.425-20) e Distrito de Irrigação do Perímetro de Propriá - DIPP (CNPJ 01.511.998/0001-51)

4. Unidade: Distrito de Irrigação do Perímetro de Propriá - DIPP

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secex/SE

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial concernentes a recursos repassados pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Codevasf ao Distrito de Irrigação do Perímetro de Propriá - DIPP por meio dos Planos de Trabalho 06/2004 e 07/2004, no âmbito do Contrato 0.21.02.0013-00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 3º; 19, caput; 23, inciso III; 28, inciso II; 57; e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 209, incisos II e III; e 214, inciso III; do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Heráclito de Oliveira Azevedo e do Distrito de Irrigação do Perímetro de Propriá - DIPP, condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias de R$ 37.754,11 (trinta e sete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e onze centavos), a partir de 27/11/2007, e de R$ 231.311,08 (duzentos e trinta e um mil, trezentos e onze reais e oito centavos), a partir de 6/7/2007, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres da Codevasf, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas mencionadas até a do recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. aplicar individualmente a Heráclito de Oliveira Azevedo e ao Distrito de Irrigação do Perímetro de Propriá - DIPP multa de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, para adoção das medidas que julgar cabíveis.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4444-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4445/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-033.552/2012-6.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Raimundo Benome de Araújo Pedrosa (falecido) (CPF 209.884.273-20); Construtora Monte-Mor Ltda. (CNPJ 05.737.827/0001-04); Construtora Sibéria Ltda. (CNPJ 05.032.726/0001-20) e Proserves Serviços Com e Representações Ltda. (CNPJ 02.853.791/0001-28);

4. Unidade: Município de Mombaça/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade técnica: Secex/CE.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, tendo como responsáveis o Sr. Raimundo Benome de Araújo Pedrosa - ex-Prefeito de Mombaça/CE (falecido) e as empresas Construtora Monte-Mor Ltda., Construtora Sibéria Ltda. e Proserves Serviços Com. e Representações Ltda., instaurada pela Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional (MI) em razão da inexecução da totalidade do objeto do Convênio 70/2004 (Siafi 504579) (peça 1, p. 282-294), celebrado com a Prefeitura de Mombaça/CE, no valor de R$ 315.754,00 (trezentos e quinze mil setecentos e cinquenta e quatro reais), [R$ 296.744,23 (duzentos e noventa e seis mil setecentos e quarenta e quatro reais e vinte e três centavos) à conta da Concedente e R$ 19.009,77 (dezenove mil e nove reais e setenta e sete centavos) de contrapartida da Convenente], que tinha por objeto a recuperação de estradas vicinais, conforme Plano de Trabalho (peça 1, p. 10-14 e 96-182), com vigência estipulada para o período de 2/7 a 28/12/2004,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Raimundo Benome de Araújo Pedrosa (CPF 209.884.273-20), falecido, ex-Prefeito Municipal de Mombaça/CE, gestão 2001-2004, e das empresas Construtora Monte-Mor Ltda. (CNPJ 05.737.827/0001-04), Construtora Sibéria Ltda. (CNPJ 05.032.726/0001-20) e Proserves Serviços Com e Representações Ltda. (CNPJ 02.853.791/0001-28) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, *caput*, todos da Lei 8.443/1992, e condenar o espólio do Sr. Raimundo Benome de Araújo Pedrosa, na pessoa do inventariante devidamente nomeado, solidariamente com as empresas abaixo descritas, ao pagamento das quantias abaixo especificadas, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas para cada parcela, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Responsáveis solidários	Data	Valor (R$)
Espólio de Raimundo Benome de Araújo Pedrosa (CPF 209.884.273-20) e Proserves - Serviços, Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 02.853.791/0001-28)	30/7/2004	25.922,63
	9/8/2004	16.835,00
	16/8/2004	3.400,00
	23/8/2004	7.500,00
	10/9/2004	22.158,73
	14/9/2004	9.884,12
	15/9/2004	11.000,00
	22/9/2004	5.457,65
Espólio de Raimundo Benome de Araújo Pedrosa (CPF 209.884.273-20) e Construtora Monte-Mor Ltda. (CNPJ 05.737.827/0001-04)	30/7/2004	11.775,40
	9/8/2004	4.800,00
	16/8/2004	3.300,00
	16/8/2004	17.000,00
	20/8/2004	12.000,00
	21/9/2004	1.600,00
	22/12/2004	1.026,71
Espólio de Raimundo Benome de Araújo Pedrosa (CPF 209.884.273-20) e Construtora Sibéria Ltda. (CNPJ 05.032.726/0001-20)	30/7/2004	14.231,05
	9/8/2004	15.320,00
	26/8/2004	16.000,00
	22/9/2004	2.447,25
	21/10/2004	23.728,00

9.2. aplicar à Proserves Serviços Com. e Representações Ltda. (CNPJ 02.853.791/0001-28), à Construtora Monte-Mor Ltda. (CNPJ 05.737.827/0001-04) e à Construtora Sibéria Ltda. (CNPJ 05.032.726/0001-20), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), R$ 15.000,00 (quinze mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas às notificações, e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.4. remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, com fundamento no disposto no art. 12, inciso IV, da Lei 8.443/92 c/c o art. 209, § 6º, *in fine*, do Regimento Interno.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4445-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4446/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.772/2013-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR).

3.2. Responsáveis: Fabrizia Krig Paliano (039.787.269-04); Warã Instituto Indígena Brasileiro (05.025.581/0001-30).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Estado de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina (Secex-SC).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) contra a sra. Fabrizia Krig Paliano, ex-presidente da Warã Instituto Indígena Brasileiro, em razão da não aprovação da prestação de contas do convênio SNPDDH/SEDH/PR 35/2007 (Siafi 594345).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator em:

9.1. considerar revel a sra. Fabrizia Krig Paliano, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, IV, §3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Warã Instituto Indígena Brasileiro;

9.3. julgar irregulares as contas da sra. Fabrizia Krig Paliano, com fundamento no art. 16, III, 'c', da Lei 8.443/1992, e condená-la, solidariamente com Warã Instituto Indígena Brasileiro, ao pagamento da importância de R$ 77.411,83 (setenta e sete mil, quatrocentos e onze reais e oitenta e três centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir de 19/10/2007 até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar aos responsáveis, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), e fixar prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.6. remeter cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4446-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4447/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.874/2013-4.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).

3.2. Responsável: Elivaldo Henrique Santos Reis (021.782.735-72).

4. Entidade: Município de Coaraci/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomadas de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) contra o sr. Elivaldo Henrique Santos Reis, ex-prefeito do município de Coaraci/BA, em razão da omissão do dever de prestar contas da aplicação dos recursos repassados ao referido município, por meio do Convênio 2485/2001 (Siafi 443234);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o sr. Elivaldo Henrique Santos Reis, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do sr. Elivaldo Henrique Santos Reis, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "a", da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até o efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, na forma da legislação em vigor:

Data da ocorrência	Valor histórico do débito (R$)	Valor histórico do crédito (R$)
18/6/2002	120.052,50	
28/10/2002	120.052,00	
29/10/2002	0,50	
23/10/2007		25.015,26

9.3. aplicar ao sr. Elivaldo Henrique Santos Reis a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da quantia devida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor; e

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das quantias devidas.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4447-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4448/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.344/2009-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: Marpel Engenharia Ltda (02.621.099/0001-74); Paulo Roberto Saldanha Vianna (048.062.635-91).

4. Entidade: Município de Taperoá/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) contra o ex-prefeito de Taperoá, Paulo Roberto Saldanha Vianna, devido a inexecução parcial do objeto do convênio 2448/1999.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, o espólio do sr. Paulo Roberto Saldanha Vianna e a empresa Marpel Engenharia Ltda., dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, IV, §3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do sr. Paulo Roberto Saldanha Vianna, com base no art. 16, III, 'c', da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, §2º, do RI/TCU, e condenar solidariamente seu espólio e a empresa Marpel Engenharia Ltda. ao pagamento do valor resultante dos lançamentos a seguir especificados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundação Nacional de Saúde (Funasa), na forma da legislação em vigor:

Valor	Tipo	Data
54.458,70	Débito	18/10/2000
4.386,37	Crédito	9/1/2002

9.3. aplicar à empresa Marpel Engenharia Ltda., a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4448-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4449/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.956/2011-2.

2. Grupo II - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Centro Cultural Comunitário Peixinho Dourado (32.381.154/0001-67); Manoel Antonio da Silva (328.845.407-68).

4. Órgão: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Rio de Janeiro (Secex-RJ).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Meio Ambiente em desfavor do sr. Manoel Antonio da Silva.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. encerrar o processo e arquivar os autos, com fundamento no art. 6º, II, c/c o art. 19 da IN TCU 71/2012;

9.2. dar ciência desta deliberação à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Meio Ambiente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4449-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4450/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.374/2011-3

2. Grupo I - Classe de Assunto: II (Tomada de contas especial)

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

3.2. Responsáveis: Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento São João Batista (03.835.427/0001-06) e Àurea Conceição Maia (105.743.442-68).

4. Entidade: Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento São João Batista

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Regional do Incra no Pará, em desfavor de Áurea Conceição Maia e da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento João Batista - APROCJOB, em razão de aplicação indevida dos recursos recebidos no âmbito do Convênio CRT/PA/70.000/2004, celebrado entre aquela Associação e o Incra, que tinha por objeto a elaboração do plano de desenvolvimento e a prestação de assessoria técnica, social e ambiental à reforma agrária aos assentados nos projetos de assentamento agroextrativista São João Batista e Nossa Senhora do Livramento;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, *caput*, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, as contas de Áurea Conceição Maia e da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento João Batista - APROCJOB, condenando-as ao pagamento das importâncias de R$ 65.200,00 (sessenta e cinco mil e duzentos reais) e R$ 55.875,00 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais), atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir de 26/11/2004 e 9/8/2005, respectivamente, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento do débito ao Tesouro Nacional;

9.2. aplicar individualmente a Áurea Conceição Maia e à Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento João Batista a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da respectiva quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente entre a data do presente acórdão e a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. encaminhar cópia do acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, aos responsáveis, ao interessado e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, para ajuizamento das ações penais e civis que entender cabíveis.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4450-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4451/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.548/2012-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsável: João Antonio Flores Neto (307.002.052-68)

3.2. Recorrente: João Antonio Flores Neto (307.002.052-68).

4. Órgão/Entidade: 4º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Cindacta.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

8. Advogado constituído nos autos: Rahime Oliveira Gazel (OAB/PA 12.586).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 5.933/2013-TCU-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/92 e art. 285, *caput*, do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Procuradoria da República no Estado do Pará.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4451-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4452/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.346/2013-1

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Ministério da Cultura

3.2. Responsável: Sebastião Ferro de Moraes (014.510.811-20)

4. Entidade: Município de Paraúna, Goiás

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO)

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura, em desfavor de Sebastião Ferro de Moraes, então prefeito do Município de Paraúna, Goiás, em razão da inexecução do objeto e do não encaminhamento dos documentos necessários à prestação de contas dos recursos repassados ao Município, na seara do Convênio 104/2004, que teve por objeto a primeira etapa da construção do Centro de Cultura e Convenções municipal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, *caput*, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, as contas de Sebastião Ferro de Moraes, condenando-o ao pagamento da importância de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), atualizada monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir de 17/12/2004, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento do débito ao Fundo Nacional de Cultura;

9.2. aplicar a Sebastião Ferro de Moraes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da respectiva quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente entre a data do presente acórdão e a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. encaminhar cópia do acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, ao responsável, ao interessado, ao Município de Paraúna e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, para ajuizamento das ações penais e civis que entender cabíveis.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4452-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4453/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.940/2012-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (00.461.251/0001-22).

3.2. Responsáveis: Domingos Anchieta de Paula Lopes (017.167.512-68); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/PA (05.402.797/0001-77); Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão Rural (04.454.196/0001-45); Suleima Fraiha Pegado (049.019.592-04); Ítalo Cláudio Falesi (000.481.782-68).

4. Entidade: Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social (Seteps/PA), atual Secretaria de Estado do Trabalho e Renda (Seter/PA).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Advogados constituídos nos autos: Luana Tainah Rodrigues de Mendonça, OAB/DF 28.949 e João da Costa Mendonça, OAB/TO 1.128; João Luis Brasil Batista Rolim de Castro, OAB/PA 14.045 e Ademi Eládio de Alencar, OAB/PA 6.593-E; Rosa Maria Soares Couto, OAB/PA 16.481 - Procurações (docs. 9, 16, 30, 35).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), contra Suleima Fraiha Pegado, ex-Secretária Executiva do Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará (Seteps/PA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater/PA), Ítalo Cláudio Falesi, ex-presidente da Emater/PA, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão Rural (Fadex) e Domingos Anchieta de Paula Lopes, diretor-executivo da Fadex, em decorrência de irregularidades em convênio para execução de ações de educação profissional no âmbito do plano nacional de qualificação do trabalhador (Planfor);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei n° 8.443/92, c/c os arts. 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1. considerar revéis Domingos Anchieta de Paula Lopes e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão Rural (Fadex), conforme disposto no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Suleima Fraiha Pegado, Ítalo Cláudio Falesi, e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater/PA);

9.3. julgar irregulares as contas de Suleima Fraiha Pegado, Ítalo Cláudio Falesi, Domingos Anchieta de Paula Lopes, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão Rural (Fadex) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater/PA), condenando-os, em solidariedade, ao pagamento da quantia abaixo discriminada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data especificada até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, desde a ciência, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

Valor original	Data da ocorrência
147.995,70	12/12/2001
147.995,70	4/2/2002
98.663,80	27/3/2002
98.663,80	3/5/2002

9.4. aplicar a Suleima Fraiha Pegado, Ítalo Cláudio Falesi, Domingos Anchieta de Paula Lopes, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão Rural (Fadex) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater/PA), a multa individual prevista no art. 57 da Lei n° 8.443/92 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.6. remeter cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Pará, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4453-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4454/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.766/2011-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).

3.2. Responsáveis: CPR Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda. (01.272.422/0001-89); Lucia de Fátima Souza Boyadjian (212.558.573-15).

3.3. Recorrente: CPR Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda. (01.272.422/0001-89).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Paramoti - CE.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Advogados constituídos nos autos: Rodrigo Pinheiro Fernandes, OAB/CE nº 22.403; José Carlos Meireles de Freitas, OAB/CE nº 2.790 e outros - Procuração (doc. 26, p. 12).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de recurso de reconsideração interposto pela empresa CPR Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda., contra o Acórdão 1633/2013 - TCU - 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 285 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à Fundação Nacional de Saúde.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4454-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4455/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.326/2013-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministerio do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (05.526.783/0001-65)

3.2. Responsável: Pedro Fernando Sahium (315.095.251-49).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Anápolis - GO.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação de Contabilidade do Fundo Nacional de Assistência Social em desfavor de Pedro Fernando Sahium, ex-prefeito de Anápolis-GO;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Pedro Fernando Sahium, nos termos do disposto no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Pedro Fernando Sahium, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) das quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até o efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade a quantia eventualmente ressarcida, na forma da legislação em vigor;

Data	Valor Histórico
19/4/2004	R$ 59.140,00
5/5/2004	R$ 26.110,00
27/5/2004	R$ 22.950,00
28/6/2004	R$ 18.430,00
26/8/2004	R$ 52.765,00
29/9/2004	R$ 47.325,00
10/11/2004	R$ 47.005,00
2/12/2004	R$ 141.855,00
14/12/2004	R$ 94.605,00

9.3. aplicar ao responsável, a multa individual prevista no art. 57, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendidas as notificações;

9.5. remeter cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Goiás, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4455-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4456/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.014/2012-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Prefeitura Municipal de Urbano Santos - MA (05.505.839/0001-03)

3.2. Responsável: Aldenir Santana Neves (176.561.093-15)

3.3. Recorrente: Aldenir Santana Neves (176.561.093-15).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário (vinculador).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Advogados constituídos nos autos: José Henrique Cabral Coaracy (OAB/MA 912) e José Antônio Aranha R. Filho (OAB 11.250).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Aldenir Santana Neves, contra o Acórdão 8259/2013-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento art. 32, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 do Regimento Interno do TCU e diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência ao recorrente.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4456-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4457/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.316/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria Executiva do Ministério da Justiça (00.000.000/0000-31).

3.2. Responsável: Alex José Batista (845.989.301-44).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cidade Ocidental - GO.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, contra Alex José Batista, CPF: 845.989.301-44, ex-Prefeito da Cidade Ocidental/GO, em razão de irregularidades na prestação de Contas do Convênio 192/2008, celebrado entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ) e o Município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 12, § 3º, 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel Alex José Batista;

9.2. julgar irregulares as contas de Alex José Batista, condenando-o ao pagamento da importância de R$ 985.668,11 (novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e oito reais e onze centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir de 4/7/2008, até a efetiva quitação do débito, abatida a importância de R$ 25.471,19 (vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e um reais e dezenove centavos), recolhida em 5/1/2011, e fixando-lhe o prazo de quinze dias desde a ciência para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional;

9.3. aplicar a Alex José Batista, a multa individual prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.5. remeter cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Goiás, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4457-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4458/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.651/2011-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Amélia Ayako Kamogari de Araujo (367.465.339-72); Benigno Olazar Réges (072.074.841-00); Prefeitura Municipal de Itaituba - PA (05.138.730/0001-77).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itaituba - PA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundo Nacional de Saúde-FNS, em razão de irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde repassados à Prefeitura Municipal de Itaituba/PA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara e ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23 da Lei 8.443/92 e nos artigos 1º, I, 209, II e III, 210 do Regimento Interno do TCU em:

9.1. acolher as alegações de defesa de Amélia Ayako Kamogari de Araújo e do Município de Itaituba/PA;

9.2. julgar regulares as contas de Amélia Ayako Kamogari de Araújo, dando-lhe quitação plena em relação ao débito objeto de sua citação;

9.3. julgar irregulares as contas de Benigno Olazar Réges e condená-lo ao pagamento da importância de R$ 32.816,07 (trinta e dois mil, oitocentos e dezesseis reais e sete centavos), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir de 23/4/2001, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundo Nacional de Sáude, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. aplicar a Benigno Olazar Réges a multa prevista no artigo 57 da Lei 8.443/1992 c/c o artigo 267 do Regimento Interno, no valor individual de R$ 7.000,00 (sete mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Pará, nos termos do § 3º do artigo 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4458-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4459/2014 - TCU -1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.284/2008-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (em Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Anizio Costa Pedreira (082.731.381-00); Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (37.115.375/0003-79)

3.2. Responsáveis: Anizio Costa Pedreira (082.731.381-00); Luis Mário Ranzi (353.851.110-15); Maria da Graça Portinho Dornellas (220.170.970-04); Sérgio Leão (210.694.921-91); Sílvio Leão (278.609.301-53)

3.3. Recorrente: Luis Mário Ranzi (353.851.110-15).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Tocantins.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (SECEX-TO).

8. Advogados constituídos nos autos: Pedro Martins Aires Júnior (OAB/TO 2.389) e Solano Donato Carnot Damacena (OAB/TO 2.433).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos pelo Sr. Luis Mário Ranzi contra o Acórdão 6.053/2012-1ª Câmara, que julgou o pedido de reexame por ele oposto, negando-lhe provimento e mantendo a multa de R$10.000,00 a ele imputada.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento art. 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos embargos, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. encaminhar cópia do acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, ao embargante e à Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Estado de Tocantins - SRHMA.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4459-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4460/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.291/2014-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV Ato de Admissão

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ana Maria Caetano Pompeo (505.938.111-00).

4. Órgão: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin e Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: Luís Maximiliano Telesca - OAB/DF 14848.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam do ato de admissão de Ana Maria Pompeo no cargo de Secretário Parlamentar, do quadro efetivo de servidores do Senado Federal;

ACORDAM os Ministros deste Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 71, III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992; e 1º, VIII, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. rejeitar a preliminar apresentada na sustentação oral, na qual foi suscitado o sobrestamento do feito, por não haver impedimento regimental para apreciação do ato de admissão em análise, que não está condicionada à apreciação prévia do TC-041.327/2012-8;

9.2. considerar ilegal e recusar registro ao ato de admissão de Ana Maria Pompeo;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. dispense a reposição dos valores eventualmente percebidos a maior por Ana Maria Pompeo, no cargo em que foi indevidamente admitida, em relação aos valores devidos pelo exercício do emprego de confiança de Secretário Parlamentar, até a data da ciência desta deliberação pelo órgão de origem;

9.3.2. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 261 do Regimento Interno/TCU;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor do acórdão a ser proferido à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não-provimento do recurso; e

9.3.4. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomar conhecimento da decisão desta Corte.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4460-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4461/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.459/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV Ato de Admissão

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Maria Genilse dos Santos (420.330.809-78).

4. Órgão: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Ge-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ral Cristina Machado da Costa e Silva e Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: Luís Maximiliano Telesca - OAB/DF 14848.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam do ato de admissão de Maria Genilse dos Santos no cargo de Secretário Parlamentar, do quadro efetivo de servidores do Senado Federal;

ACORDAM os Ministros deste Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 71, III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992; e 1º, VIII, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. rejeitar a preliminar apresentada na sustentação oral, na qual foi suscitado o sobrestamento do feito, por não haver impedimento regimental para apreciação do ato de admissão em análise, que não está condicionada à apreciação prévia do TC-041.327/2012-8;

9.2. considerar ilegal e recusar registro ao ato de admissão de Maria Genilse dos Santos;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. dispense a reposição dos valores eventualmente percebidos a maior por Maria Genilse dos Santos, no cargo em que foi indevidamente admitida, em relação aos valores devidos pelo exercício do emprego de confiança de Secretário Parlamentar, até a data da ciência desta deliberação pelo órgão de origem;

9.3.2. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 261 do Regimento Interno/TCU;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor do acórdão a ser proferido à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não-provimento do recurso; e

9.3.4. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomar conhecimento da decisão desta Corte.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4461-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4462/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.488/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV Ato de Admissão

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Walter Germano de Oliveira (334.473.811-91).

4. Órgão: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé e Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: Luís Maximiliano Telesca - OAB/DF 14848.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam do ato de admissão de Walter Germano de Oliveira no cargo de Secretário Parlamentar, do quadro efetivo de servidores do Senado Federal;

ACORDAM os Ministros deste Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 71, III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992; e 1º, VIII, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. rejeitar a preliminar apresentada na sustentação oral, na qual foi suscitado o sobrestamento do feito, por não haver impedimento regimental para apreciação do ato de admissão em análise, que não está condicionada à apreciação prévia do TC-041.327/2012-8;

9.2. considerar ilegal e recusar registro ao ato de admissão de Walter Germano de Oliveira;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. dispense a reposição dos valores eventualmente percebidos a maior por Walter Germano de Oliveira, no cargo em que foi indevidamente admitido, em relação aos valores devidos pelo exercício do emprego de confiança de Secretário Parlamentar, até a data da ciência desta deliberação pelo órgão de origem;

9.3.2. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 261 do Regimento Interno/TCU;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor do acórdão a ser proferido ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não-provimento do recurso; e

9.3.4. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomar conhecimento da decisão desta Corte.

10. Ata n° 29/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 19/8/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4462-29/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 25 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

Aprovada em 25 de agosto de 2014.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RESOLUÇÃO Nº 271, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CONFEF, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX, do art. 43;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XX do art. 26 do Estatuto do CONFEF, aprovado pela Resolução CONFEF nº 206/2010;

CONSIDERANDO que o art. 1º da Lei nº 9.696/1998 determina que "o exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física";

CONSIDERANDO a necessidade de identificação dos Profissionais de Educação Física pelos usuários dos locais de práticas de atividades físicas, esportivas e similares;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CONFEF, em reunião ordinária, de 01 de agosto de 2014; recomenda:

Art. 1º - Quando do exercício de suas atividades laborais, independentemente do local onde estas se realizem, o Profissional de Educação Física, além de sua Cédula de Identidade Profissional - CIP, deverá portar na sua indumentária o termo: "Profissional de Educação Física".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO Nº 26/2014

Processo Ético Cofen nº 032/2013
Processo Ético Coren-CE nº 001/2009
Parecer de Relator nº 127/2014
Conselheira Relatora: Dra. Dorisdaia Carvalho de Humerez
Denunciante: Comissão de Ética do Hospital de Messejana
Denunciado/ Recorrente: Dra. Francicleide Magalhães Torres
EMENTA: Reformar a Decisão Coren-CE e absolver a enfermeira Dra. Francicleide Magalhães Torres, Coren-CE nº 57950-Enf.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 032/2013, originário do COREN-CE, Processo Ético Coren- CE nº 001/2009.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 447ª Reunião, realizada no dia 15 de julho de 2014, por unanimidade, em conformidade com os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso, dar-lhe provimento, reformar a Decisão Coren-CE e absolver a enfermeira Dra. Francicleide Magalhães Torres, Coren-CE nº 57950-Enf.

Brasília-DF, 16 de julho de 2014.
OSVALDO ALBUQUERQUE SOUSA FILHO
Presidente do Conselho

DORISDAIA CARVALHO DE HUMEREZ
Conselheira Federal

ACÓRDÃO Nº 27/2014

Processo Ético Cofen nº 003/2013
Processo Ético Coren-SP nº 029/2010
Parecer de Relator nº 082/2014
Conselheira Relatora: Dra. Julita Correia Feitosa
Denunciante/ Recorrente: Sr. Fábio do Carmo Silva
Denunciado: Dra. Daniela Cristina Sobral
EMENTA: Manter a Decisão Coren-SP e absolver a enfermeira Dra. Daniela Cristina Sobral, Coren-SP nº 106940-Enf.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 032/2013, originário do COREN-CE, Processo Ético Coren- CE nº 001/2009.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 447ª Reunião, realizada no dia 15 de julho de 2014, por unanimidade, em conformidade com os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso, negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-SP e absolver a enfermeira Dra. Daniela Cristina Sobral, Coren-SP nº 106940-Enf.

Brasília-DF, 16 de julho de 2014.
OSVALDO ALBUQUERQUE SOUSA FILHO
Presidente do Conselho

JULITA CORREIA FEITOSA
Conselheira Federal

ACÓRDÃO Nº 28/2014

Processo Ético Cofen nº 038/2013
Denúncia Coren-RJ nº 1172/2012
Parecer de Relator nº 089/2014
Conselheira Relatora: Dr. Sebastião Júnior Henrique Duarte
Denunciante: Sra. Ana Beatriz Vasconcellos Pessoa de Mendonça
Denunciados: Sra. Marianne Ferreira Dutra
EMENTA: Reformar a Decisão Coren-RJ, desarquivar a denúncia e, consequentemente, instaurar processo ético em desfavor da técnica de enfermagem Sra. Marianne Ferreira Dutra, Coren-RJ nº 302303-TE.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 038/2013, originário do COREN-RJ, Denúncia Coren-RJ nº 1172/2012.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 447ª Reunião, realizada no dia 15 de julho de 2014, por unanimidade, em conformidade com os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso, dar-lhe provimento, reformar a Decisão Coren-RJ, desarquivar a denúncia e, consequentemente, instaurar processo ético em desfavor da técnica de enfermagem Sra. Marianne Ferreira Dutra, Coren-RJ nº 302303-TE, por indicativo de infração aos artigos 5°, 7°, 12, 32, 61 e 73, do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução nº 311/2007.

Brasília-DF, 16 de julho de 2014.
OSVALDO ALBUQUERQUE SOUSA FILHO
Presidente do Conselho

SEBASTIÃO JÚNIOR HENRIQUE DUARTE
Conselheiro Federal

ACÓRDÃO Nº 29/2014

Processo Ético Cofen nº 018/2013
Denúncia Coren-PR nº 001/2010
Parecer de Relator nº 137/2014
Conselheira Relatora: Dr. Amaury Ângelo Gonzaga
Denunciante: Sr. Alexandre Kazuo Nakano
Denunciados: Sra. Scheila Cristina Pinto Borecki

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMENTA: Manter a Decisão Coren-PR de arquivamento da denúncia contra a auxiliar de enfermagem Sra. Scheila Cristina Pinto Borecki, Coren-PR nº 626307-AE.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 018/2013, originário do COREN-PR, Denúncia Coren-PR nº 001/2010.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 447ª Reunião, realizada no dia 15 de julho de 2014, por unanimidade, em conformidade com os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso, negar-lhe provimento e manter a Decisão Coren-PR de arquivamento da denúncia contra a auxiliar de enfermagem Sra. Scheila Cristina Pinto Borecki, Coren-PR nº 626307-AE.

Brasília-DF, 16 de julho de 2014.
OSVALDO ALBUQUERQUE SOUSA FILHO
Presidente do Conselho

AMAURY ÂNGELO GONZAGA
Conselheiro Federal

ACÓRDÃO Nº 30/2014

Processo Ético Cofen nº 012/2013
Processo Ético Coren-SE nº 024/2010
Parecer de Relator nº 086/2014
Conselheira Relatora: Dra. Ivete Santos Barreto
Denunciante: "De Ofício" - Coren-SE
Denunciados: Dr. Elizano Santos de Assis
EMENTA: Manter a Decisão Coren-SE que aplica penalidade de censura contra o enfermeiro Dr. Elizano Santos de Assis, Coren-SE nº 28075-Enf.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 012/2013, originário do COREN-SE, Processo Ético Coren-SE nº 024/2010.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 447ª Reunião, realizada no dia 15 de julho de 2014, por 07 (sete) votos a favor e 01 (uma) abstenção, em conformidade com os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso, negar-lhe provimento e manter a Decisão Coren-SE que aplica penalidade de censura contra o enfermeiro Dr. Elizano Santos de Assis, Coren-SE nº 28075-Enf.

Brasília-DF, 16 de julho de 2014.
OSVALDO ALBUQUERQUE SOUSA FILHO
Presidente do Conselho

IVETE SANTOS BARRETO
Conselheira Federal

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RETIFICAÇÃO

No Acórdão nº 20.354, publicado no DOU de 25/02/2014, Seção 1, pág. 152, onde se lê: "Recurso Administrativo nº 1106/2013", leia-se: "Recurso Administrativo nº 1106/2012".

O Acórdão nº 20.943, publicado no DOU de 25/02/2014, Seção 1, página 160, passa a ter a seguinte redação: "Decisão: A 2.ª Câmara, à unanimidade de votos, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator".

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0853/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 7321-379/2006). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 31 e 45 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 3º e 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 28 de maio de 2014. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; HERMANN ALEXANDRE V.V. TIESENHAUSEN, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 1042/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 7.799-374/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29, 57 e 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 32 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de maio de 2014. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; CACILDA PEDROSA DE OLIVEIRA, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2986/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 85/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, de ABSOLVIÇÃO da Apelada, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 28 de maio de 2014. (data do julgamento) PEDRO EDUARDO NADER FERREIRA, Presidente da Sessão; ALOÍSIO TIBIRIÇÁ MIRANDA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4663/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 08/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelado a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, agravamento para a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei 3.268/57, por infração ao artigo 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 28 de maio de 2014. (data do julgamento) HERMANN ALEXANDRE V. V. TIESENHAUSEN, Presidente da Sessão; JECÉ FREITAS BRANDÃO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4706/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 1843/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Cassação do Exercício Profissional", prevista na letra "e" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 25 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto divergente/vencedor do Sr. Conselheiro José Hiran da Silva Gallo. Brasília, 29 de maio de 2014. (data do julgamento) ROBERTO LUIZ d'ÁVILA, Presidente; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Voto Divergente/Vencedor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5963/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 7.917-492/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 28 de maio de 2014. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; CELSO MURAD, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6665/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 1726/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 38 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 28 de maio de 2014. (data do julgamento) JÚLIO RUFINO TORRES, Presidente da Sessão; GERSON ZAFALON MARTINS, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6944/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 7.776-352/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 55, 63 e 65 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 28 de maio de 2014. (data do julgamento) ALOÍSIO TIBIRIÇÁ MIRANDA, Presidente da Sessão; MARIA DAS GRAÇAS CREÃO SALGADO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6768/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Processo nº 31/2006). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de maio de 2014. (data do julgamento) GERSON ZAFALON MARTINS, Presidente da Sessão; JÚLIO RUFINO TORRES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 7361/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 101/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que absolveu o apelado, para lhe aplicar a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 28 de maio de 2014. (data do julgamento) HERMANN ALEXANDRE V. V. TIESENHAUSEN, Presidente da Sessão; MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8071/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 7045-096/2006). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 28 de maio de 2014. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0790/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Processo nº 42/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 37 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 9º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) HENRIQUE BATISTA E SILVA, Presidente da Sessão; JÚLIO RUFINO TORRES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2093/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Processo nº 46/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 95 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) JECÉ FREITAS BRANDÃO, Presidente da Sessão; HERMANN ALEXANDRE V. VON TIESENHAUSEN, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2385/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Processo nº 110/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 44, 45, 55 e 114 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; CACILDA PEDROSA DE OLIVEIRA, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2544/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Processo nº 07/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do mesmo dispositivo legal citado, por infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) JECÉ FREITAS BRANDÃO, Presidente da Sessão; HERMANN ALEXANDRE V. V. TIESENHAUSEN, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2987/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Processo nº 13/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 34 e 132 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2993/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 7.705-282/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) RENATO MOREIRA FONSECA, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3487/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Processo nº 25/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 45, 131, 132 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos respectivamente nos artigos 17, 111, 112 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) PEDRO EDUARDO NADER FERREIRA, Presidente da Sessão; AOÍSIO TIBIRIÇÁ MIRANDA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3945/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Processo nº 51/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 59 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 34 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) CLÁUDIO BALDUÍNO SOUTO FRANZEN, Presidente da Sessão; PAULO ERNESTO COELHO DE OLIVEIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4696/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8.741-278/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 60 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 35 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) HENRIQUE BATISTA E SILVA, Presidente da Sessão; WALDIR ARAÚJO CARDOSO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5095/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso (Processo nº 29/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 54 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) MARIA DAS GRAÇAS CREÃO SALGADO, Presidente da Sessão; CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5253/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8.579-116/09). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 29, 57 e 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Presidente da Sessão; RENATO MOREIRA FONSECA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6115/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 1.924/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29, 31, 57 e 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 3º, 32 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) ROBERTO LUIZ D'ÁVILA, Presidente da Sessão; MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6419/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 15/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, reformando a decisão do Conselho de origem, que absolveu o apelado, para aplicar-lhe, por maioria, a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por unanimidade por infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Revisor. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) DALVÉLIO DE PAIVA MADRUGA, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Revisor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6469/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Processo nº 082/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 45, 98, 99, 126, 127, 131, 132, 133, 135, 136 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 17, 68, 69, 104, 100, 111, 112, 113, 115, 116 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), descaracterizando infração ao artigo 86 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 58 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e excluindo o artigo 140 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 118 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) ALOÍSIO TIBIRIÇÁ MIRANDA, Presidente da Sessão; PEDRO EDUARDO NADER FERREIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6818/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Processo nº 125/10). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 132, 133, 136 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos respectivamente nos artigos 112, 113, 116 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente da Sessão; PEDRO EDUARDO NADER FERREIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 7063/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Processo nº 038/05). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 45 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e descaracterizando infração ao artigo 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 7362/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 121/07). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na letra "e" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por unanimidade por infração aos artigos 29, 30, 57, 65 e 69 e por maioria o artigo 133 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º, 2º, 32, 40, 87 e 113 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 06 de junho de 2014. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente; JECÉ FREITAS BRANDÃO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 7424/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 1996/11). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que ABSOLVEU os apelados, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; RENATO MOREIRA FONSECA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 7635/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Acre (Processo nº 24/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelas apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que ABSOLVEU o apelado, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) GERSON ZAFALON MARTINS, Presidente da Sessão; HENRIQUE BATISTA E SILVA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8678/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8.961-498/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 42, 132, 133 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 14, 112, 113 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) RUBENS DOS SANTOS SILVA, Presidente da Sessão; JOSÉ ANTÔNIO RIBEIRO FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9001/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 7818-393/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 31 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 3º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e descaracterizando infração ao artigo 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) WALDIR ARAÚJO CARDOSO, Presidente da Sessão; GERSON ZAFALON MARTINS, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9120/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 7.592-168/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelos apelante/denunciado e apelante/denunciante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 60 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 35 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 04 de junho de 2014. (data do julgamento) RENATO MOREIRA FONSECA, Presidente da Sessão; EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3851/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8.925-462/09). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 42, 80, 131, 132, 133 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos respectivamente nos artigo 14, 51, 111, 112, 113 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de julho de 2014. (data do julgamento) ALOÍSIO TIBIRIÇÁ MIRANDA, Presidente da Sessão; PEDRO EDUARDO NADER FERREIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5036/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 1663/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 30, 33, 38 e 39 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 2º, 5º, 10 e 11 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 23 de julho de 2014. (data do julgamento) RUBENS DOS SANTOS SILVA, Presidente da Sessão; PAULO ERNESTO COELHO DE OLIVEIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8041/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Processo nº 32/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 23 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 23 de julho de 2014. (data do julgamento) RENATO MOREIRA FONSECA, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8406/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Processo nº 149/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 45 e 142 do Código de Ética Médica, cujos fatos também estão previstos nos artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e extinguindo a punibilidade em relação ao artigo 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 23 de julho de 2014. (data do julgamento) JÚLIO RUFINO TORRES, Presidente da Sessão; GERSON ZAFALON MARTINS, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9705/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 41/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 45, 92 e 97 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro revisor. Brasília, 23 de julho de 2014. (data do julgamento) PAULO ERNESTO COELHO DE OLIVEIRA, Presidente da Sessão; RUBENS DOS SANTOS SILVA, Revisor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9836/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso (Processo nº 21/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciante, mantendo a decisão do Conselho de origem, de ABSOLVIÇÃO do apelado/denunciado, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 23 de julho de 2014. (data do julgamento) WALDIR ARAÚJO CARDOSO, Presidente da Sessão; HENRIQUE BATISTA E SILVA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3878/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8553-090/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, de ABSOLVIÇÃO do Apelado, nos termos do voto do conselheiro relator, Brasília, 23 de julho de 2014. (data do julgamento) WALDIR ARAÚJO CARDOSO, Presidente da Sessão; GERSON ZAFALON MARTINS, Relator.

Brasília-DF, 22 de agosto de 2014.
JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS

DECISÃO NORMATIVA Nº 101, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre a prorrogação do Concurso Publico COREN/MG EDITAL N. 001/2011 pelo prazo de 02 (dois) anos.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais e regimentais;

Considerando o disposto no inciso III, artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando os termos do Edital do concurso em epígrafe;

Considerando que não existe outro concurso válido para os mesmos cargos e que existem candidatos classificados;

Considerando a Decisão do Plenário 10 de 16 de outubro de 2012, que homologou o concurso em referência;

Considerando a decisão da Reunião Ordinária do Plenário realizada no dia 19 de agosto de 2014, decide:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 02 (dois) anos a validade do Concurso Publico Coren/MG Edital 001/2011, para provimento de cargos no quadro de pessoal desta autarquia, conforme Decisão de homologação n. 101 de 15 de outubro de 2012.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

MARIA APARECIDA FERREIRA HORTA
Presidente do Conselho

ÂNGELA FÁTIMA VIEIRA SILVA
Segunda Secretária

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
CONSELHO PLENO

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTOS

O CONSELHO PLENO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia quinze de setembro de dois mil e quatorze, a partir das nove horas, com prosseguimento no período vespertino, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 3º andar, Brasília/DF, CEP 70070-939, quando serão julgados os processos incluídos em pauta e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e interessados notificados. OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília-DF, 25 de agosto de 2014.
MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO
Presidente

1ª CÂMARA

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTOS

A PRIMEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia dezesseis de setembro de dois mil e quatorze, a partir das nove horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar, Brasília/DF, CEP 70.070-939, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 1) RECURSO N. 07.0000.2014.001576-0/PCA. Recte: Ricardo Vilela de Melo. Recdo: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Jose Guilherme Carvalho Zagallo (MA). 2) RECURSO N. 49.0000.2014.003386-9/PCA. Recte: A.P.G.S. (Adv: Cláudio Albuquerque OAB/GO 16503). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). 3) REPRESENTAÇÃO N. 49.0000.2014.005931-0/PCA. Repte: Conselho Seccional da OAB/Espírito Santo. Repdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Interessado: J.G.S. (Josué Guimarães Soares, OAB/RJ 184453). Relator: Conselheiro Federal Antônio Osman de Sá (RO). 4) RECURSO N. 49.0000.2014.008712-6/PCA. Recte: José Carlos Lucena de Albuquerque. Recdo: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Lúcio Teixeira Dos Santos (RN). 5) RECURSO N. 49.0000.2014.008715-9/PCA. Recte: Janduir Henrique de Andrade. Recdo: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal JOSE ANTONIO TADEU GUILHEN (MT). 6) RECURSO N. 49.0000.2014.008718-3/PCA. Recte: Andre Luíz Rebelo Tenorio OAB/PE 14559 (Adv: Andrea Cristina Carvalheira Guthmann OAB/PE 30864, Jose Paulo da Silva OAB/PE 31168). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Jose Guilherme Carvalho Zagallo (MA). OBS.: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das Sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília-DF, 22 de agosto de 2014.
CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO
Presidente

2ª CÂMARA

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTOS

A SEGUNDA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia dezesseis de setembro de dois mil e quatorze, a partir das quatorze horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar, Brasília/DF, CEP 70.070-939, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01-RECURSO N. 49.0000.2013.006451-8/SCA. Recte: Carlos Manuel Valinas Garcia. Recdo: Corregedor-Geral da OAB. Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Corregedoria do TED do Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luciano Demaria (SC). 02-RECURSO N. 49.0000.2013.012249-0/SCA. Recte: C.E.R. (Advs: Gustavo Ventura OAB/PE 17900, Victor Sarfatis Metta OAB/SP 224384 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e B.C.G.B.S/A. (Advs: Wanderley Honorato OAB/SP 125610 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Gedeon Batista Pitaluga Júnior (TO). 03-RECURSO N. 49.0000.2014.004783-3/SCA. Recte: G.O.G. (Advs: Gino Orselli Gomes OAB/RS 28067, Ana Paula Capazzo França OAB/SP 110178 e Outro). Recdo: Despacho de fls. 449 do Presidente da Segunda Câmara. Interessada: 2ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília-DF, 25 de agosto de 2014.
CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO
Presidente

1ª TURMA

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTOS

A PRIMEIRA TURMA DA SEGUNDA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia dezesseis de setembro de dois mil e quatorze, a partir das nove horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar - CEP 70070-939-Brasília/DF, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA. 01-REPRESENTAÇÃO N. 2011.31.04296-05/SCA-PTU (SGD: 49.0000.2012.008549-7/SCA-PTU). Repte: Corregedoria-Geral do Processo Disciplinar da OAB. Repdo: L.F.J.S. (Adv: Lúcio Flávio Joichi Sunakozawa OAB/MS 5543). Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). 02-RECURSO N. 49.0000.2013.002158-8/SCA-PTU. Recte: P.J. (Advs: Diamantino Fernando Novais Lopes OAB/SP 121590 e Outros). Recdos: Despacho de fls. 299 do Presidente da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e G.R.S. (Adv: Fabiana Vieira de Vasconcelos OAB/SP 226339). Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). 03-RECURSO N. 49.0000.2013.014147-6/SCA-PTU. Recte: F.N.S. (Adv: Fabio Nora e Silva OAB/SP 125765). Recdos: Despacho de fls. 420 do Presidente da PTU/SCA, Conselho Seccional da

SEM VALOR COMERCIAL
PROIBIDA POR TERCEIROS

OAB/São Paulo e M.A.A.D.S. (Adv: André Freire Kutinskas OAB/SP 154190). Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). 04-RECURSO N. 49.0000.2014.001616-0/SCA-PTU. Recte: L.T.A.N.P. (Advs: Leonard Thomas A. Nigel Pegler OAB/RS 17489, Fábio Oliveira Santos OAB/SC 34739 e Outra). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e C.C.P.S. (Advs: Clóvis Darrazão OAB/SC 13037-B e Tatiana dos Santos Russi OAB/SC 29738). Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). 05-RECURSO N. 49.0000.2014.002780-0/SCA-PTU. Recte: A.C. (Advs: Aimbere Coria OAB/SP 72662 e Gilberto Barreta OAB/SP 27450). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). 06-RECURSO N. 49.0000.2014.006371-5/SCA-PTU. Recte: R.D.M. (Advs: Renato Dantes Macedo OAB/MG 80248 e Outro). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Renato César do Nascimento Santana. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). 07-RECURSO N. 49.0000.2014.006667-4/SCA-PTU. Recte: E.R.A.P. (Adv: Luciene Faustina Santos de Melo OAB/RJ 107752). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, I.C.L., F.C.L. e Z.C.L. (Adv: Sebastião Dias da Silva OAB/RJ 1132). Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). 08-RECURSO N. 49.0000.2014.006992-2/SCA-PTU. Recte: R.S.L. (Adv: Raimundo Lanhellas OAB/PA 1791). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Pará e Raymunda Santos da Silva. Procuradora: Rosana de Fátima Santos da Silva. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). 09-RECURSO N. 49.0000.2014.006995-5/SCA-PTU. Recte: C.R.S. (Adv: José Fernando Barcelo da Silva OAB/RJ 38190). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fulber (RO). 10-RECURSO N. 49.0000.2014.007149-3/SCA-PTU. Recte: P.W.L. (Adv: Júlio César Pogorzelski Gonçalves OAB/RS 80826A). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). 11-RECURSO N. 49.0000.2014.007152-5/SCA-PTU. Recte: R.C.B. (Adv: Reinaldo Celso Bignardi OAB/MT 3561/A). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e E.M.S. (Adv: Edésio Martins da Silva OAB/MT 9254/O). Relator: Conselheiro Federal Valmir Pontes Filho (CE). 12-RECURSO N. 49.0000.2014.007309-7/SCA-PTU. Recte: H.M.M. (Adv: Carla Andrea Perito Martins OAB/SC 20578). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e P.T.R.S. (Adv: Paulo de Tarso Ribeiro dos Santos OAB/RS 25526). Interessado: J.Z.S.J. (Adv: João Zito Suso Junior OAB/RS 16986). Relator: Conselheiro Federal Luciano José Trindade (AC). 13-RECURSO N. 49.0000.2014.007312-9/SCA-PTU. Recte: J.B.N. (Adv: João Bezerra Neto OAB/MG 31372). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Wilson Sales Belchior (PB). 14-RECURSO N. 49.0000.2014.007453-0/SCA-PTU. Recte: M.S.S. (Adv: Paulo Roberto Marchiori OAB/RJ 52617). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e Marcia Regina Gomes da Mata. Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). 15-RECURSO N. 49.0000.2014.007677-5/SCA-PTU. Recte: A.S.F. (Adv: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Valmir Pontes Filho (CE). 16-RECURSO N. 49.0000.2014.007856-5/SCA-PTU. Recte: A.C.V. (Adv: Vicente Magela de Faria OAB/MG 57442). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Gregório Ribeiro do Couto. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). 17-RECURSO N. 49.0000.2014.007869-7/SCA-PTU. Recte: M.A.M.R. (Adv: Leonardo Felippe Sarsur OAB/MG 56557). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). 18-RECURSO N. 49.0000.2014.007921-2/SCA-PTU. Recte: M.K. (Adv: Maristela Keller OAB/SP 57849). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). 19-RECURSO N. 49.0000.2014.008000-1/SCA-PTU. Recte: P.D. Procurador: J.A.A.B. (Adv: Iran Amaral OAB/DF 8547). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal e L.R.M. (Advs: Celso Luiz Braga de Lemos OAB/DF 17338 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Valmir Pontes Filho (CE). 20-RECURSO N. 49.0000.2014.008158-6/SCA-PTU. Recte: A.S.N. (Advs: Alexandre Scherer Neto OAB/RS 32362, Carlos Antônio Gomes OAB/RS 6211 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul e Ignácio Porn. Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). 21-RECURSO N. 49.0000.2014.008352-0/SCA-PTU. Recte: M.A.G. e J.D.F. (Advs: Adriano Miola Bernardo OAB/SP 151075 e Outro). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). 22-RECURSO N. 49.0000.2014.008565-0/SCA-PTU. Recte: C.C.B. (Adv: Gelpir Ribeiro de Sales OAB/MG 47340). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e G.M.P. (Advs: Fernanda Barroso Andrade OAB/MG 116741, Mário Henrique Barroso Andrade OAB/MG 113200 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Luciano José Trindade (AC). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília-DF, 25 de agosto de 2014.
CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO
Presidente

2ª TURMA

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTOS

A SEGUNDA TURMA DA SEGUNDA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia dezesseis de setembro de dois mil e quatorze, a partir das nove horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar - CEP 70070-939-Brasília/DF, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01-REPRESENTAÇÃO N. 2011.10.04405-05/SCA-STU (SGD: 49.0000.2012.006742-5/SCA-STU). Repte: Presidente da Segunda Câmara do CFOAB-Gestão 2010/2013. Repdos: E.A.M. e G.R.A. (Advs: Gilberto Rocha de Andrade OAB/SP 85622, Iremi Miguel Kieslarek OAB/SP 103753 e Euclydes Aparecido Martins OAB/SP 212943). Relator: Conselheiro Federal Evânio José de Moura Santos (SE). 02-RECURSO N. 49.0000.2013.002179-9/SCA-STU. Recte: E.I.F.S. (Adv: Eduardo Ignácio Freire Siqueira OAB/SP 191869). Recdos: Despacho de fls. 145 do Presidente da STU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Evânio José de Moura Santos (SE). 03-RECURSO N. 49.0000.2013.007874-2/SCA-STU. Recte: M.T.S. (Adv: Marcio Tadeu Salcedo OAB/MT 6038/O). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e N.L.S. (Adv. Assist: Juliana Gimenes de Freitas Errante OAB/MT 6776/O). Relator: Conselheiro Federal Evânio José de Moura Santos (SE). 04-RECURSO N. 49.0000.2013.013275-2/SCA-STU. Recte: P.A.V. (Adv: Paulo Avelino Vieira OAB/SP 105885). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Evânio José de Moura Santos (SE). 05-RECURSO N. 49.0000.2014.005159-1/SCA-STU. Recte: M.Z.S. (Advs: Vinicius Ferrari de Andrade OAB/PR 45103 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e O.O.G. (Advs: Helena de Toledo Coelho Gonçalves OAB/PR 24661, Joanne Annine Venezia Mathias OAB/PR 43469 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Luciano Demaria (SC). 06-RECURSO N. 49.0000.2014.005282-2/SCA-STU. Recte: V.L.R. (Adv: Vitor Luiz Ribeiro OAB/MG 55165). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). 07-RECURSO N. 49.0000.2014.005285-5/SCA-STU. Rectes: C.M.P. e W.A.C. (Advs: Claudio Marques de Paula OAB/MG 73246 e Welington Antonio de Carvalho OAB/MG 37469). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). 08-RECURSO N. 49.0000.2014.005446-7/SCA-STU. Recte: H.M.S.C. (Adv: José Fernandes Carneiro Neto OAB/BA 7622). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Bahia e E.E.R.J. (Adv: Élido Ernesto Reyes Júnior OAB/BA 15506). Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). 09-RECURSO N. 49.0000.2014.006241-0/SCA-STU. Recte: W.V.O. (Adv: Waldemar Viana Oliveira OAB/MG 41279). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Evânio José de Moura Santos (SE). 10-RECURSO N. 49.0000.2014.006448-7/SCA-STU. Recte: K.C.S.M. (Advs: José Helvécio Ferreira da Silva OAB/MG 14651, Karla Cristina de Souza Machado OAB/MG 78980 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, F.A.Q. e F.Q.A&C.R.Ltda. Repte. Legal: F.A.Q. (Advs: Fabrício Alves Quirino OAB/MG 71850 e Outra). Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Soccorro (RR). 11-RECURSO N. 49.0000.2014.006669-0/SCA-STU. Recte: E.T. (Advs: Rubens Otto Schernikau Junior OAB/SC 20742 e Outro). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e Hilário Busquirolli. Relator: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). 12-RECURSO N. 49.0000.2014.006771-9/SCA-STU. Rectes: A.T. e E.T. (Advs: Fernando José de Barros Freire OAB/SP 138200 e Outra). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e A.S.S. (Adv: Cristiane Antônia da Silva Bento OAB/SP 280890). Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). 13-RECURSO N. 49.0000.2014.006981-7/SCA-STU. Recte: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul-Gestão 2013/2016. Recdos: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul e S.R.B.D. (Def. Dat: Hilton Norberto Strassburger OAB/RS 19219). Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). 14-RECURSO N. 49.0000.2014.006993-0/SCA-STU. Recte: E.S.R. (Advs: Carmen Luzia de S. S. Ramos OAB/RJ 82925 e Outra). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e J.M.S. (Advs: Graziela de Gregório Jasbick OAB/RJ 129840 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). 15-RECURSO N. 49.0000.2014.007098-3/SCA-STU. Recte: S.J.P. (Def. Dat: Victor Hugo Miguelon Ribeiro Canuto OAB/SP 265062). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). 16-RECURSO N. 49.0000.2014.007151-7/SCA-STU. Recte: J.C.F. (Adv: João César Fadul OAB/MT 4541-B). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). 17-RECURSO N. 49.0000.2014.007307-0/SCA-STU. Recte: V.M.B.J. (Advs: Paulo da Silveira Mayer OAB/SC 19063 e Outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). 18-RECURSO N. 49.0000.2014.008077-4/SCA-STU. Recte: I.P.C.F. (Adv: Ismael Pedroso Camargo Filho OAB/SP 320013). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Tocantins. Relator: Conselheiro Federal Evânio José de Moura Santos (SE). 19-RECURSO N. 49.0000.2014.008179-7/SCA-STU. Recte: M.A.I.C. (Adv: Marco Antonio Iglesias Cabral OAB/RS 44878). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul e Renato da Silveira Several. Relator: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília-DF, 25 de agosto de 2014.
LUIZ CLÁUDIO ALLEMAND
Presidente

3ª TURMA

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTOS

A TERCEIRA TURMA DA SEGUNDA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia dezesseis de setembro de dois mil e quatorze, a partir das nove horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar - CEP 70070-939-Brasília/DF, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01-RECURSO N. 49.0000.2013.011236-6/SCA-TTU. Recte: E.D.S. (Adv: Eugenio Dias dos Santos OAB/PA 20071). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Pará. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). 02-RECURSO N. 49.0000.2013.012426-0/SCA-TTU. Recte: N.L.N. (Adv: Neomizio Lobo Nobre Junior OAB/PA 14314). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Pará. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). 03-RECURSO N. 49.0000.2014.000225-1/SCA-TTU. Recte: J.M.T. (Advs: Marco Tayah OAB/RJ 11951 e Outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). 04-RECURSO N. 49.0000.2014.000833-7/SCA-TTU. Recte: V.M.B.J. (Advs: Paulo da Silveira Mayer OAB/SC 19063 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e M.G.B. (Advs: Jorge Nunes da Rosa Filho OAB/SC 22421 e Outros). Relatora: Conselheira Federal Valéria Lauande Carvalho Costa (MA). 05-RECURSO N. 49.0000.2014.001868-1/SCA-TTU. Recte: O.H.C. (Adv: Odair Henrique Coutinho OAB/PR 41742). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). 06-RECURSO N. 49.0000.2014.001872-0/SCA-TTU. Recte: J.R.V. (Adv: Marcel Dimitrow Grácia Pereira OAB/PR 27001). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e P.I.A.Ltda. Repte. Legal: Ivo Antônio Dalla Costa. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). 07-RECURSO N. 49.0000.2014.003180-0/SCA-TTU. Recte: I.F.F.A.M. (Advs: Antônio Eduardo da Costa e Silva OAB/MT 13752/O, Francisco Dias de Alencar Neto OAB/MT 14859/O e Joice Fialho do Nascimento OAB/MT 15900/O). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e Augusto Antônio Tenório. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). 08-RECURSO N. 49.0000.2014.005003-3/SCA-TTU. Recte: R.L.M.M. (Def. Dat: Sheylla Lima da Costa e Silva OAB/PE 31936). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). 09-RECURSO N. 49.0000.2014.005187-5/SCA-TTU. Recte: K.F.R. (Adv: Karla Felisberto dos Reis OAB/MG 86444). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e D.S.C. (Adv: Ricardo Aires Bagatini OAB/MG 78849). Relator: Conselheiro Federal Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). 10-RECURSO N. 49.0000.2014.006242-9/SCA-TTU. Recte: L.F.P. (Advs: Lilian Fonseca Pereira OAB/MG 67893 e Outra). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). 11-RECURSO N. 49.0000.2014.006372-3/SCA-TTU. Rectes: Cirilo Beraldo do Carmo e J.A.P.F. (Advs: Roberto Raymundo de Souza OAB/SP 249108, Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, Cirilo Beraldo do Carmo e J.A.P.F. (Advs: Roberto Raymundo de Souza OAB/SP 249108, Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957 e Outros). Relatora: Conselheira Federal Valéria Lauande Carvalho Costa (MA). 12-RECURSO N. 49.0000.2014.006671-2/SCA-TTU. Recte: V.S.M.S. (Adv: Vasco Schmitt Moreira dos Santos OAB/SC 11107). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e L.F.S. (Advs: Edemilson Daros OAB/SC 29445 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Kaleb Campos Freire (RN). 13-RECURSO N. 49.0000.2014.006991-4/SCA-TTU. Recte: Y.A.R.V. (Adv: Yousseff Antonio Ribeiro Valente OAB/PA 9855). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Pará. Relator: Conselheiro Federal Gedeon Batista Pitaluga Júnior (TO). 14-RECURSO N. 49.0000.2014.007311-0/SCA-TTU. Recte: A.A.Q. (Adv: Agenor Lopes da Cruz OAB/MG 23654). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Juraci Gil Viana. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). 15-RECURSO N. 49.0000.2014.007452-2/SCA-TTU. Recte: M.T.S. (Advs: Vagner Ribeiro dos Santos OAB/RJ 80705 e Outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e S.S. Procurador: Pedro Martins Soares. Relator: Conselheiro Federal Cícero Borges Bordalo Júnior (AP). 16-RECURSO N. 49.0000.2014.007675-9/SCA-TTU. Recte: F.C.S. (Adv: Joana Darc Perez Gutierrez OAB/MG 71434). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Iraclides Holanda de Castro (PA). 17-RECURSO N. 49.0000.2014.007680-7/SCA-TTU. Rectes: I.L.C. e L.C.A. (Adv: João Donizetti de Oliveira OAB/MG 105660). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e A.H.G. (Adv: Ivan dos Reis Lima OAB/MG 96548). Relator: Conselheiro Federal Evandro Luís Castello Branco Pertence (DF). 18-RECURSO N. 49.0000.2014.007715-5/SCA-TTU. Recte: I.F.F.A.M. (Adv: Antônio Eduardo da Costa e Silva OAB/MT 13752/O, Francisco Dias de Alencar Neto OAB/MT 14859/O e Joice Fialho do Nascimento OAB/MT 15900/O). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Pelópidas Soares Neto (PE). 19-RECURSO N. 49.0000.2014.007857-3/SCA-TTU. Recte: S.A.A. (Advs: Leandro de Souza Araujo OAB/MG 129778 e Outro). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e M.M. (Adv: Geraldo Eneas de Oliveira OAB/SP 87452). Relatora: Conselheira Federal Valéria Lauande Carvalho Costa (MA). 20-RECURSO N. 49.0000.2014.008814-7/SCA-TTU. Recte: W.T.R. (Adv: Luciano Godoi Martins OAB/PR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

29526). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e L.L.B.U. (Adv: Braulino Bueno Pereira OAB/PR 11365). Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). 21-RECURSO N. 49.0000.2014.008829-3/SCA-TTU. Recte: G.R.C. (Advs: Gilberto Ribas de Campos OAB/PR 20209 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e A.D. (Adv: Silmar Ferreira Ditrich OAB/PR 25134). Relator: Conselheiro Federal Iraclides Holanda de Castro (PA). 22-RECURSO N. 49.0000.2014.008835-8/SCA-TTU. Recte: C.R.T. (Adv: César Ricardo Tuponi OAB/PR 22730). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná, Carmem Beatriz Linhares Mariano, Valdívia Westphalen Linhares, Giovani Linhares Mariano e Espólio de N.P.B. Repte. Legal: Carmem Beatriz Linhares Mariano. Relator: Conselheiro Federal Cícero Borges Bordalo Júnior (AP). 23-RECURSO N. 49.0000.2014.009154-0/SCA-TTU. Recte: B.B.S.A. (Advs: César Yukio Yokoyama OAB/PR 55635 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e L.C.S. (Adv: Lisias Connor Silva OAB/PR 18455). Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília-DF, 25 de agosto de 2014.
RENATO DA COSTA FIGUEIRA
Presidente

3ª CÂMARA

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTOS

A TERCEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia dezesseis de setembro de dois mil e quatorze, a partir das quatorze horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar, Brasília/DF, CEP 70.070-939, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01-RECURSO N. 49.0000.2013.009829-8/TCA-ED. Embgte: Bothomé Advogados Associados. Repte Legal: Fabrício Fir Bothomé OAB/RS 44277. (Advs: João Carlos Silva dos Anjos OAB/RS 21979 e Marina Andrade dos Anjos OAB/RS 83875). Embgdo: Acórdão de fls. 99 a 104. Recte: Bothomé Advogados Associados. Repte Legal: Fabrício Zir Bothomé OAB/RS 44277. (Adv: Giovana Michelin Letti OAB/RS 44303, OAB/PR 50113, OAB/MS 13570-A, OAB/SC 21422 e OAB/RJ 174977). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Daniel Victor da Silva Ferreira (RN). 02-PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2014.004592-0/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Exercício: 2013. Interessados: Conselho Federal da OAB (Exercício 2013. Presidente: Marcus Vinícius Furtado Coelho OAB/PI 2525 e OAB/DF 18958, Vice-Presidente: Claudio Pacheco Prates Lamachia OAB/RS 22356, Secretário-Geral: Cláudio Pereira de Souza Neto OAB/RJ 96073 e OAB/DF 34238, Secretário-Geral Adjunto: Cláudio Stábile Ribeiro OAB/MT 3213 e Diretor-Tesoureiro: Antonio Oneildo Ferreira OAB/RR 155). Relator: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). 03- PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2014.004831-9/TCA. Assunto: Prestação de Contas. Seccional: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Exercício 2013. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. (Exercício 2013. Presidente: Marcelo Machado Bertoluci OAB/RS 36581, Vice-Presidente: Luiz Eduardo Amaro Pellizzer OAB/RS 9164, Secretário-Geral: Ricardo Ferreira Breier OAB/RS 30165, Secretária-Geral Adjunta: Maria Cristina Carrion Vidal de Oliveira OAB/RS 15822 e Diretor Tesoureiro: Luiz Henrique Cabanellos Schuh OAB/RS 18673). Relator: Conselheiro Federal Setembrino Idwaldo Netto Pelissari (ES). 04-RECURSO N. 49.0000.2014.006706-0/TCA. Assunto: Recurso. Auxílio Extraordinário. Recte: Jorge Severino Borges Barros OAB/SP 29388. Recdo: Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo - CAASP. (Adv: André Aranha Rossignoli OAB/SP 125739). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Ercílio Bezerra de Castro Filho (TO). OBS.: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das Sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília-DF, 25 de agosto de 2014.
ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente

ÓRGÃO ESPECIAL

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTOS

O ÓRGÃO ESPECIAL DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia dezesseis de setembro de dois mil e quatorze, a partir das nove horas, no Salão Nobre do edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 7º andar, Brasília/DF, CEP 70070-939, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01. Recurso n. 49.0000.2011.002922-4/OEP - E.D. Embgte: G.E.A. (Adv: Guilherme Eustáquio Athayde OAB/MG 34571). Embgdo: Acórdão de fls. 148/151. Recte: G.E.A. (Adv: Guilherme Eustáquio Athayde OAB/MG 34571). Recdo: M.G.F. (Adv: Delio Borges da Fonseca Filho OAB/MG 83546). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal José Guilherme Carvalho Zagallo (MA). 02. Recurso n. 49.0000.2011.003410-8/OEP - E.D. Embgte: M.A.C. (Adv: Marcio Antonio Cosenza OAB/SP 65190). Embgdo: Acórdão de fls. 840/846. Recte: M.A.C. (Adv: Marcio Antonio Cosenza OAB/SP 65190). Recdo: H.M.S.J. S/A (Repte legal: A.R.A.). (Adv: Antonio Eduardo Rodrigues OAB/SP 203613). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Frederico Nóbrega Farias (PB). 03. Recurso n. 49.0000.2012.000413-9/OEP - E.D. Embargantes: F.N.B. e D.P. (Adv: Fernando Silva Júnior OAB/DF 13781). Embgdo: Acórdão de fls. 1138/1143. Recorrentes: D.P., F.N.B., e E.A.R.F. (Advs: Fernando Francisco da Silva Junior OAB/DF 13.781, Cleiton Leal Dias Junior OAB/SP 42501 e outros). Recorridos: D.P., F.N.B., e E.A.R.F. (Advs: Fernando Francisco da Silva Junior OAB/DF 13.781, Cleiton Leal Dias Junior OAB/SP 42501 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton José Assis (RO). 04. Recurso n. 49.0000.2012.009982-8/OEP - E.D. Embgte: M.O.P.R. (Advs: Rubens Almeida Junqueira OAB/DF 36982 e outro). Embargado: Acórdão de fls. 302/303, 311/312. Recte: M.O.P.R. (Advs: Rubens Almeida Junqueira OAB/DF 36982 e outros). Recdo: Fabrício Silva de Souza. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). 05. Recurso n. 49.0000.2013.000467-5/OEP - E.D. Embgte: E.P.A. (Adv: Edvan Paixão Amorim OAB/SP 143925). Embgdo: Acórdão de fls. 344/349. Recte: E.P.A. (Adv: Edvan Paixão Amorim OAB/SP 143925). Recorrida: Maria Helena da Silveira. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton José de Assis (RO). 06. Recurso n. 49.0000.2013.002481-0/OEP - E.D. Embgte: E.L.J. (Adv: Eraldo Lacerda Júnior OAB/PR 30437). Embgdo: Acórdão de fls. 320/323. Recorrentes: E.L.J. e R.C.M. (Advs: Eraldo Lacerda Junior OAB/PR 30437 e Ricardo Costa Maguetas OAB/PR 28275). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Mário Roberto Pereira de Araújo (PI). 07. Recurso n. 49.0000.2013.003520-1/OEP. Recte: Sandra de Magalhães OAB/RJ 49791 (Adv: Enock Vieira Nascimento Filho OAB/RJ 557306). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Edilson Oliveira e Silva (PA). 08. Recurso n. 49.0000.2014.000344-2/OEP. Recte: Alexandre Silva Callmann (Adv: Ronaldo Mesquita de Oliveira OAB/RJ 40555 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Jose Luis Wagner (AP). 09. Consulta n. 49.0000.2013.013129-6/OEP. Assunto: Consulta. Possibilidade de deferimento de inscrição a agentes penitenciários/inspetores de segurança. Consulente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). 10. Consulta n. 49.0000.2013.015156-0/OEP. Assunto: Consulta. Possível incompatibilidade do exercício da advocacia com o Cargo de Analista Executivo e Analista Técnico Jurídico da Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais - ANEDS/ATJ. Consulente: Sérgio Rodrigues Leonardo - Presidente em exercício do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Elton Jose Assis (RO). 11. Consulta n. 49.0000.2014.001447-7/OEP. Assunto: Consulta. Resolução n. 4/2010, do Conselho Federal da OAB. Participação de membros não conselheiros nos TEDs e Câmaras Recursais. Possibilidade de advogados nomeados e indicados exercerem a função de julgadores nos TEDs. Consulente: Eduardo de Carvalho Samek - Departamento Jurídico OAB/SP. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Sergio Eduardo Fisher (RJ). 12. Consulta n. 49.0000.2014.002629-5/OEP. Assunto: Consulta. Possibilidade de devolução dos autos físicos de processos de inscrição às partes interessadas. Consulente: Fábio Henrique Cavalcante Gomes OAB/AL 4801 - Secretário-Geral da OAB/Alagoas. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Alagoas. Relator: Conselheiro Federal Jose Lucio Glomb (PR). 13. Consulta n. 49.0000.2014.007069-1/OEP. Assunto: Consulta. Possível incompatibilidade para o exercício da advocacia. Cargo de Chefe de Escritório Local da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC. Consulente: Katharyme Moraes de Assis Costa OAB/BA 39811. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Bahia. Relator: Conselheiro Federal Luciano Demaria (SC). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília-DF, 25 de agosto de 2014.
CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA
Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A informação oficial ao seu alcance

IMPRENSA NACIONAL 1808

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES
LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572 / 3257-3500 / 3257-3200
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014082700176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.